UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
CONVÊNIO DINTER UFAC/USP

EDUARDO DE ARAÚJO CARNEIRO

**“A Fundação do Acre”:
um estudo sobre comemorações cívicas
e abusos da história**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
CONVÊNIO DINTER UFAC/USP

EDUARDO DE ARAÚJO CARNEIRO

**“A Fundação do Acre”:
um estudo sobre comemorações cívicas
e abusos da história**

VERSÃO CORRIGIDA

*De acordo
Sl, 24/10/2014
Rogério*

SÃO PAULO

2014

EDUARDO DE ARAÚJO CARNEIRO

**“A Fundação do Acre”:
um estudo sobre comemorações cívicas
e abusos da história**

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientadora:
Prof.^a Dra. Raquel Glezer.

SÃO PAULO

2014

Desde que citada a fonte, autorizo a reprodução e divulgação deste trabalho para fins de estudo e pesquisa, por qualquer meio convencional ou eletrônico. A versão original impressa da tese encontra-se disponível no Centro de Apoio à Pesquisa (CAPH/FFLCH/USP).

©CARNEIRO, E. A., 2014.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014.

Serviço de Biblioteca e Documentação

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

C289f Carneiro, Eduardo de Araújo
“A fundação do Acre”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história / Eduardo de Araújo Carneiro. – 2014.
456 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Convênio Dinter UFAC/USP. São Paulo, 2014.

Inclui Referências bibliográficas e apêndice.

Orientadora: Profª. Drª. Raquel Glezer.

1. Acre – Formação – História. 2. Acre – Revolução. 3. Borracha – Amazônia – Acre. 4. Comemorações cívicas. I. Título.

CDD. 981.12

Bibliotecária: Vivyanne Ribeiro das Mercês Neves CRB-11/600

Blog: www.eduardoeginacarli.blogspot.com

Papel: A4; Margens: 3,0 (esq./sup.) x 2,0 (dir./inf.)

Fonte: Times New Roman; Tamanho: 12; Espaço: 1,5.

E-mail: eduardoaraujocarneiro@gmail.com

ABNT NBR 10520:2002; 6023:2002; 6024:2003; 6027:2003, 6028:2003; 14724:2011

RELATÓRIO DE DEFESA

Aluno: 8138 - 7542331 - 1 / Página 1 de 1

Relatório de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Eduardo de Araújo Carneiro no Programa: História Social, do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 20 dias do mês de outubro de 2014, no(a) Sala de Eventos realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Eduardo de Araújo Carneiro, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"A fundação do Acre': um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Raquel Glezer	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Marcos Antonio da Silva	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Valdir de Oliveira Calixto	Titular	UFAC - Externo	Aprovado
Maria Helena Rolim Capelato	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Francisco Pinheiro de Assis	Titular	UFAC - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca salienta a relevância do trabalho pela originalidade do tema, pesquisa ampla e diversificada das fontes, a profundidade da análise e ousadia interpretativa. O trabalho, resultado do DINTER-USP/UFAC, demonstra a importância da cooperação acadêmica e contribuição para a pesquisa regional. Em vista do exposto, a banca recomenda a publicação da tese.

Eu, Aline Nogueira Marques _____, lavrei o presente relatório, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 20 dias do mês de outubro de 2014.

Marcos Antonio da Silva

Valdir de Oliveira Calixto

Maria Helena Rolim Capelato

Francisco Pinheiro de Assis

Raquel Glezer
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 20/10/2014 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa História Social.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação
Prof. Dr. José Nicolau Gregorin Filho
Vice-Presidente da CPG
FFLCH/USP

Ao meu pai,
Mário Sylvio Sapha Carneiro,
que saiu desse mundo e foi para a eternidade durante o período
em que eu cursava esse doutorado.

À minha filha,
Sarah Cristina Rodrigues Carneiro,
que saiu do coração de Deus e veio a esse mundo durante o
período em que eu cursava esse doutorado.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Acre,
pela promoção do DINTER com a USP.

À Universidade de São Paulo,
pelo doutorado em História Social.

À professora Raquel Glezer,
pela valiosa e essencial orientação;

Aos professores doutorandos da UFAC,
que estiveram vinculados ao DINTER nesses quatro anos,
especialmente aos meus ex-professores Carlos Estêvão e Georgina Lima,
e minha colega de mestrado Francielle Modesto;

Aos meus ex-professores da UFAC,
Valdir de Oliveira Calixto, Maria José Bezerra e Gerson Albuquerque
por terem me ajudado a enxergar a História do Acre
para além dos limites do senso comum;

Ao meu sogro Francisco Bezerra e à minha sogra Maria de Jesus Alves,
e aos meus cunhados Daniel, Edvard e Paulo
por terem acreditado nesse sonho que hoje se torna realidade;

Às minhas irmãs Zeneida, Silvia e Nágila,
por tudo o que fizeram e fazem por mim;

À minha esposa Egina Carli,
pelo amor e compreensão nos momentos de solidão em que tive
que me submeter para pesquisar e redigir essa tese;

A DEUS,
"Porque dele, por ele e para ele são todas as coisas:
glória a ele eternamente. Amém." (Romanos 11:36)

PERFEIÇÃO

Vamos celebrar a estupidez humana
A estupidez de todas as nações
O meu país e sua corja de assassinos
Covardes, estupradores e ladrões
Vamos celebrar a estupidez do povo
Nossa polícia e televisão
Vamos celebrar nosso governo
E nosso Estado, que não é nação
Celebrar a juventude sem escola
As crianças mortas
Celebrar nossa desunião
Vamos celebrar nossa tristeza
Vamos celebrar nossa vaidade.

Vamos comemorar como idiotas
A cada fevereiro e feriado
Todos os mortos nas estradas
Os mortos por falta de hospitais
Vamos celebrar nossa justiça
A ganância e a difamação
Vamos celebrar os preconceitos
O voto dos analfabetos
Comemorar a água podre
E todos os impostos
Queimadas, mentiras e sequestros
Nosso castelo de cartas marcadas
O trabalho escravo
Nosso pequeno universo
Toda hipocrisia e toda afetação
Todo roubo e toda a indiferença
Vamos celebrar epidemias:
É a festa da torcida campeã.

Vamos celebrar a fome [...]
Vamos celebrar nossa bandeira
Nosso passado de absurdos gloriosos
Tudo o que é gratuito e feio
Tudo que é normal
Vamos cantar juntos o Hino Nacional
(A lágrima é verdadeira)
Vamos celebrar nossa saudade
E comemorar a nossa solidão.

Vamos festejar a inveja
A intolerância e a incompreensão
Vamos celebrar a violência
E esquecer a nossa gente
Que trabalhou honestamente a vida inteira
E agora não tem mais direito a nada
Vamos celebrar a aberração
De toda a nossa falta de bom senso
Nosso descaso por educação
Vamos celebrar o horror
De tudo isso - com festa, velório e caixão
Está tudo morto e enterrado agora
Já que também podemos celebrar
A estupidez de quem cantou esta canção.

Venha, meu coração está com pressa
Quando a esperança está dispersa
Só a verdade me liberta
Chega de maldade e ilusão.

Venha, o amor tem sempre a porta aberta
E vem chegando a primavera -
Nosso futuro recomeça:
Venha, que o que vem é perfeição

(Legião Urbana, In: **O descobrimento do Brasil**. 1993. Disponível em <<http://letras.mus.br/legiao-urbana/46967/>> acessado em janeiro de 2013).

RESUMO

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014.

Esta tese analisa tanto o papel político e simbólico das comemorações de efemérides relacionadas à anexação do Acre ao Brasil, quanto a veracidade das narrativas de eventos históricos divulgadas por ocasião dessas festividades. No Mundo Ocidental, desde a Antiguidade até os nossos dias, se tornou comum a utilização do discurso epopeico em festas cívicas. Dessa forma, o fenômeno comemorativo no Acre foi estudado como parte dessa tradição milenar. A releitura da formação histórica do Acre levou em consideração a inserção dessa região amazônica à cadeia mercantil da economia-mundo capitalista ocorrida na segunda metade do século XIX. As informações sobre o Acre foram obtidas em jornais, documentos e livros encontrados nos acervos da Biblioteca Nacional (RJ), do Museu da Borracha (AC) e do Departamento de Patrimônio Histórico do Acre (DPHAC). Aquelas sobre festas cívicas no Mundo Ocidental foram conseguidas por meio de consulta bibliográfica no acervo da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH/USP). A pesquisa teve caráter exploratório com predominância do método qualitativo. Uma das conclusões parciais a que se chegou foi que as festas cívicas no Acre desempenharam o mesmo papel político que há anos elas cumprem no Mundo Ocidental, qual seja, o de forjar identidades, provocar ufanismo, promover coesão social, disseminar valores e tradições, legitimar o tempo presente, validar uma dada versão do passado, dentre outros. Quanto à narrativa epopeica da história do Acre apresentada pelos promotores das comemorações cívicas, o conceito a que se chegou dela, conforme as propostas analíticas da história anticomemorativa formuladas por alguns historiadores contemporâneos como Pierre Nora, é que ela é “desonesta”, “irresponsável” e “abusiva”. Isso porque reproduz uma representação do passado que não condiz em todo ou em parte com a realidade dos fatos históricos a que se refere e porque sempre esteve comprometida com as causas e os interesses do *status quo* acriano.

Palavras-chave: Acre, Revolução Acriana, Plácido de Castro, Borracha, Amazônia, comemorações cívicas, e abuso da história.

RESUMÉ

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **"La fondation d'Acre"**: un étude sur les célébrations civiques et les abus de l'histoire civiques. 2014, 456 f., Thèse (PhD). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Cette thèse de doctorat examine le rôle politique et symbolique des célébrations d'anniversaires liés à l'annexion de l'Acre au Brésil et la véracité des récits d'événements historiques rapportés au cours de ces festivités. Dans le Monde Occidental, de l'Antiquité à nos jours, l'usage de la parole heroique à des activités communautaires est commun. Ainsi, le phénomène commémorative à Acre a été étudié dans le cadre de cette tradition millénaire. À été préféré à approcher cet «événement historique» à partir du relation qu'il a gardé avec l'insertion de cette Amazone à la chaîne de l'économie-monde capitaliste marché. Les informations sur le Acre ont été obtenus dans des journaux, des livres et des documents trouvés dans les collections de la Bibliothèque Nationale (RJ), le Musée de Caoutchouc (AC) et le Département du Patrimoine Culturel d'Acre (DPHAC). Les informations sur les festivals civiques dans e monde occidental ont été obtenus par le biais de consultation bibliographique dans la Bibliothèque Florestan Fernandes (FFLCH/USP). La recherche exploratoire a été avec une prédominance de la méthode qualitative. Une des conclusions partielles atteint était que les festivals civique à l'Acre a joué le même rôle politique que pendant des années se réunissent dans le Monde Occidental, à savoir la falsification d'identités, provoquer chauvinisme, de promouvoir la cohésion sociale, de diffuser les valeurs et les traditions, la légitimation du temps present, de valider une version donnée du passé, entre autres. En ce qui concerne a la récit epopeica l'histoire d'Acre présentés par des promoteurs des célébrations civiques, le concept est arrivé à son, comme las propositions analytiques de l' histoire pas commémorative formulées par certains historiens contemporains, Est-il "malhonnête", "irresponsable" et "abusive". C'est parce reproduit une représentation du passé qui ne correspond pas en tout ou en partie à la réalité des faits historiques à laquelle elle se rapporte et parce qu'il était toujours engagé dans des causes et des intérêts de la classe dirigeante acriana.

Mots-clés: Acre, Révolution de Acre, Plácido de Castro, caoutchouc, Amazon, célébrations civiques et les abus de l'histoire.

ABSTRACT

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“The foundation do Acre”**: a study in civic celebrations and abuses of history. 2014, 456 f. Dissertation (PhD). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

The present dissertation analyses the political and symbolical role of civic commemorations and celebration dates related to the annexation of Acre to Brazil as well as the historical truth of the celebrated events. The mobilization of epic narratives in civic celebrations is very common in the Western World, from the antiquity to the present. In this way, the civic commemorations in Acre were studied as part of that millenary tradition. The re-reading of Acre's historical formation was pursued from the perspective of Acre's situation in the Amazonia region and its insertion within the capitalist world economy. Information about Acre were found in newspapers, documents and books located at the collections of the National Library (Biblioteca Nacional - RJ), Rubber Museum (Museu da Borracha - AC), e Department of Historical Heritage of Acre (Departamento de Patrimônio Histórico do Acre – DPHAC). The Florestan Fernandes Library (FFLCH/USP) offered bibliographical resources to support the theoretical approach of this dissertation. This research exemplify an emphasis on the qualitative method. A partial conclusion lead by this work is that civic celebrations in Acre had fulfilled the same political role as it does in the Western World – forging identities and social cohesion, promoting chauvinism, spreading values and traditions to validate the present. Following an anti-commemoration historiographical contemporary tendency, this dissertation also concludes that the epic narrative presented by the supporters of the civic commemorations can be considered “dishonest”, “abusive” and “irresponsible”. That is because it reproduces a representation of the past not according the reality of the historical facts, and because it has always been committed with the persistence of Acrean *status quo*.

Key words: Acre, Acre Revolution, Plácido de Castro, rubber, Amazonia, civic celebrations, and abuses of history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS

Imagem 1	Monumento em homenagem ao término da Guerra do Paraguai (1870)	63
Imagem 2	O Selo Nacional e o Brasão das Armas atuais da República do Brasil	67
Imagem 3	Bandeira e o Brasão de Armas do Império do Brasil (1822 – 1889)	68
Imagem 4	Monumento à Independência do Brasil	70
Imagem 5	Cédula de cinquenta mil réis com destaque para o Monumento do Ipiranga (1935)	71
Imagem 6	Mausoléu de D. Pedro I, localizado na cripta do Monumento à Independência do Brasil (São Paulo – Ipiranga)	78
Imagem 7	Cédula comemorativa dos 150 anos da Independência do Brasil	79
Imagem 8	Moeda comemorativa dos 500 anos do Brasil	81
Imagem 9	Embalagem da moeda comemorativa dos 500 anos do Brasil	81
Imagem 10	Relógio em homenagem aos 500 Anos do Brasil	82
Imagem 11	Manchete de um jornal rio-grandense sobre as comemorações dos 500 anos do Brasil	83
Imagem 12	Plácido de Castro, um nativo e Gentil Norberto	94
Imagem 13	Os "Heróis do Acre"	98
Imagem 14	Reprodução do artigo “Genezis de um Estado” publicado em 1912	101
Imagem 15	A “Revolução” dos Autonomistas	102
Imagem 16	“Revolução” dos Autonomistas no Juruá	102
Imagem 17	A “Revolução” dos Autonomistas no Alto Purus	103
Imagem 18	Capas de livros sobre a História do Acre	105
Imagem 19	Cartazes com propagandas divulgadas pelo Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA)	110
Imagem 20	Retrato de Plácido de Castro (à direita) no Salão de Honra do Palácio do governo do Território do Acre	129
Imagem 21	Francisco Mangabeira (à esquerda) e Epaminondas Jácome (à direita) durante a “Revolução Acriana”	130
Imagem 22	Festa cívica em Rio Branco (1911)	131
Imagem 23	Texto sobre o dia “6 de agosto”	132
Imagem 24	Homenagem à Plácido de Castro	136
Imagem 25	Homenagem ao Barão do Rio Branco (1932)	139
Imagem 26	Homenagem ao Barão do Rio Branco (1923)	139
Imagem 27	Alunos em atividade física por ocasião da comemoração da Independência do Brasil (1928)	140
Imagem 28	Festa cívica em Rio Branco (1939)	141
Imagem 29	Festa cívica em Rio Branco (1943)	141
Imagem 30	Festa cívica em Tarauacá (anos 1940)	142
Imagem 31	Solenidade em homenagem à vitória de Plácido de Castro em Puerto Alonso (Rio Branco/1949)	144
Imagem 32	Festa cívica em Rio Branco no dia 7 de setembro de 1949	144
Imagem 33	Medalha José Plácido de Castro - “O Libertador do Acre”	145

Imagem 34	Jornal <i>O Globo</i> lembra os 50 anos da “Revolução Acriana”.	146
Imagem 35	Monumento em memória a Plácido de Castro no centro da capital acriana	147
Imagem 36	Placa inaugural do Monumento a Plácido de Castro (1964)	148
Imagem 37	Vista frontal do Monumento de Plácido de Castro inaugurado em 1964	149
Imagem 38	Verso do Monumento de Plácido de Castro inaugurado em 1964	150
Imagem 39	Monumento de Plácido de Castro esculpido por Honório Peçanha (1963)	150
Imagem 40	Selo comemorativo do Centenário do Nascimento de Plácido de Castro	151
Imagem 41	Busto de Plácido de Castro na Praça da Liberdade (Petrópolis – RJ)	152
Imagem 42	Cabeçalho de um dos artigos publicado no jornal <i>O Globo</i> em homenagem a Plácido de Castro	154
Imagem 43	Medalha comemorativa do Centenário de Nascimento de Plácido de Castro (Estado do Acre\1973)	155
Imagem 44	Cabeçalho do <i>site</i> oficial do Partido dos Trabalhadores - Ac	159
Imagem 45	Prêmio “Chico Mendes de Florestania” (2012)	159
Imagem 46	Homenagem prestada pelo governo do Estado aos “Ilustres Acrianos”	164
Imagem 47	Explicação teleológica da história do Acre	173
Imagem 48	Cem Anos da cidade de Rio Branco (Ac)	174
Imagem 49	Selo comemorativo do Centenário da Revolução Acriana (2002)	178
Imagem 50	A “Revolução” liderada pelo PT no Acre	179
Imagem 51	A “Trindade Histórica” e o PT	180
Imagem 52	“Revolução” do ensino no Governo da Floresta	183
Imagem 53	“Revolução” do setor energético no Governo da Floresta	184
Imagem 54	“Novos Tempos” – PT - Ac	185
Imagem 55	O marketing da “Nova Era”	186
Imagem 56	Publicidade governista do “Antes e Depois” I	187
Imagem 57	Publicidade governista do “Antes” e “Depois” II	187
Imagem 58	Governador quer canto do Hino Acriano nas Escolas	188
Imagem 59	Monumento ao Centenário da Revolução (maior bandeira do Acre)	189
Imagem 60	Ex-governador Jorge Viana em uma solenidade pública em Rio Branco	190
Imagem 61	A melhor década da história do Acre (2000 a 2010)	192
Imagem 62	Marca oficial do Centenário da Revolução Acriana	194
Imagem 63	Pintura do helicóptero comprado pelo governo do Estado do Acre em 2008	194
Imagem 64	Marca oficial do governo do Estado (2007-2010)	195
Imagem 65	Publicidade governamental dos 45 Anos de Estado do Acre	195
Imagem 66	<i>Outdoor</i> sobre o novo horário do Acre que faz menção à “Revolução Acriana”	196
Imagem 67	Campanha publicitária “Quem gosta do Acre defende as estradas”	199
Imagem 68	“Não é qualquer povo que tem herói” diz Jorge Viana	205
Imagem 69	Revista Acreanidade (Capa e página 64)	206
Imagem 70	Acreanidade e Florestania	207
Imagem 71	A “Revolução Acriana” sob a ótica governamental	209
Imagem 72	Placa comemorativa do Centenário da Revolução Acriana localizada em frente ao Museu da Borracha	210

Imagem 73	A “fantástica” história do Acre	212
Imagem 74	Divisão temática da história do Acre – <i>site</i> do senador Federal Jorge Viana (PT)	214
Imagem 75	Placa afixada na base do <i>Obelisco aos Heróis da Revolução</i>	217
Imagem 76	Redescobrimo Plácido de Castro (Capa)	224
Imagem 77	Matéria sobre a Lei que torna Plácido de Castro em “Herói Nacional”	226
Imagem 78	A representação do nativo em uma das cenas da minissérie <i>Amazônia: de Galvez a Chico Mendes</i>	261
Imagem 79	O Abuso da história no Vídeo “Conheça Acre na Rio +20	262
Imagem 80	Geoglifo em território acriano	264
Imagem 81	Desterro de mulheres para o Acre	291
Imagem 82	Reprodução da capa do DVD “100 anos Em Revolução”	299
Imagem 83	A “trindade” da “Revolução Acriana”	320
Imagem 84	Governo federal e governo do Amazonas na disputa pelo Acre	330
Imagem 85	Charge “Os EUA, Brasil e o Acre”	334
Imagem 86	“A Quase Interminável Questão do Acre”	335
Imagem 87	Canhoneira Wilmington antes de adentrar território brasileiro	342
Imagem 88	Tio Sam protege a Bolívia	348
Imagem 89	Charge “ <i>Bolivian Syndicate</i> ”.	353
Imagem 90	Brasão do Estado Independente do Acre de Plácido de Castro	368
Imagem 91	Charge sobre o Tratado de Petrópolis	374
Imagem 92	Representação do Barão do Rio Branco após a assinatura do Tratado de Petrópolis	375
Imagem 93	Cédula de 5.000 (cinco mil) Réis (1925)	375
Imagem 94	Charge “Galinheiro Internacional”	387
Imagem 95	Charge “O Peru em Ponta de Faca”	388
Imagem 96	Lista de prefeitos do Departamento do Alto Juruá ordenada por tempo de serviço	419
Imagem 97	Os três volumes do ZEE, fase I	429
Imagem 98	Rodovia BR-364 entre Manuel Urbano e Feijó	435
Imagem 99	Bolsa Família no Acre em 2013	445

MAPAS

Mapa 1	Habitat da <i>Hevea Brasiliensis</i>	234
Mapa 2	Étnico histórico do Acre (1944).	264
Mapa 3	Ação imperialista de países latino-americanos em território boliviano	316
Mapa 4	Configuração territorial da Bolívia após o Tratado de Ayacucho	357
Mapa 5	Limites do Brasil pelo Tratado de 1867 (Tratado de Ayacucho)	357
Mapa 6	Fronteiras do Brasil - Colonia, Império e Republica	357
Mapa 7	Acre Setentrional e a Latitudinal 10° 20'	359
Mapa 8	Linha oblíqua	359
Mapa 9	Cartografia da fronteira do Amazonas conforme os trabalhos do Dr. Taumaturgo de Azevedo, Chefe da Comissão	361
Mapa 10	Território Boliviano limitado ao norte pela linha "obliqua"	361

Mapa 11	Fronteira do Brasil com a Bolívia baseada em duas linhas divisórias (as pontilhadas)	364
Mapa 12	"Linha quebrada" defendida pelos "patriotas" brasileiros	364
Mapa 13	A "Linha Verde" e a Questão do Acre	369
Mapa 14	Configuração territorial do Acre em decorrência da assinatura do <i>Modus Vivendis</i>	371
Mapa 15	Evolução territorial do Brasil	377
Mapa 16	Vice-Reino do Peru: Baixo Peru (verde) e Alto Peru (amarelo) em 1810	378
Mapa 17	Colônias espanholas na América no século XVIII.	379
Mapa 18	Audiência de Charcas em 1776	380
Mapa 19	Confederação Peru-Bolívia (1836-39)	384
Mapa 20	Comparação dos territórios do Vice-Reino do Peru com o da República do Peru	384
Mapa 21	Fronteira entre o Brasil e o Peru estabelecida pelo Tratado de 1851	385
Mapa 22	Mapa do Peru em 1865	386
Mapa 23	Pretensões amazônicas do Peru (linha azul)	389
Mapa 24	Territórios perdidos pelo Peru	390
Mapa 25	Região do Acre definitivamente incorporado pelo Peru em amarelo (1909)	391
Mapa 26	Primeira divisão político-administrativa do Território do Acre	416
Mapa 27	Segunda divisão político-administrativa do Território do Acre	418
Mapa 28	A Linha Cunha Gomes em suas várias versões	419
Mapa 29	Território do Acre após a criação dos novos municípios em 1963	421
Mapa 30	Atual mapa político-administrativo do Acre	421
Mapa 31	Divisão do Estado do Acre em regionais	423
Mapa 32	Localização do Acre e interligações oceânicas	424
Mapa 33	Densidade populacional do Acre em 2010	429
Mapa 34	As Rodovias BR-364 e BR-317 em território acriano (2010)	434
Mapa 35	Transmissão de energia elétrica "Rondônia – Acre"	436
Mapa 36	Relevo acriano	449
Mapa 37	Afluentes das bacias hidrográficas acrianas	453
Mapa 38	Fuso horário do Acre e do Brasil	454
Mapa 39	O "novo" fuso horário do Acre e do Brasil (junho de 2008 a novembro 2013)	456

GRÁFICOS

Gráfico 1	Ocorrência da expressão "Revolução Acreana" no acervo digital do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	138
Gráfico 2	Ocorrência da expressão "Plácido de Castro" no acervo digital do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	138
Gráfico 3	Exportação de borracha e de café na balança comercial do Brasil: 1901-1920	239
Gráfico 4	Preços e exportações de borracha amazônica (1866-1929)	254

Gráfico 5	Área territorial dos municípios em hectare	422
Gráfico 6	Pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento no Acre em 2010	443
Gráfico 7	Aptidão econômica das Terras do Acre	448
Gráfico 8	Desmatamento anual do Estado do Acre (1988 a 2009).	451
Gráfico 9	Taxa de desmatamento por municípios acrianos e variação percentual (1988-2009)	452

ESQUEMAS

Esquema 1	Divisão didática do processo de anexação do Acre	232
Esquema 2	A economia-mundo e a anexação do Acre ao Brasil	244
Esquema 3	A expansão da economia mundial e a anexação do Acre ao Brasil	245
Esquema 4	Sistema de aviamento até meados dos anos 1880	270
Esquema 5	Sistema de aviamento padrão entre 1900 a 1912	278

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELAS

Tabela 1	Exportação da borracha na Amazônia brasileira (1825-1900)	238
Tabela 2	Borracha exportada pela Amazônia, em toneladas – anos selecionados	239
Tabela 3	Principais produtos de exportação do Brasil (1901-1910)	239
Tabela 4	Comparação da produção de borracha na Ásia e no Brasil (1900-1937)	246
Tabela 5	Produção, consumo e preços mundiais da borracha (1900-1919)	247
Tabela 6	Produção e consumo mundial da borracha	247
Tabela 7	População indígena no Acre (2009)	263
Tabela 8	Receitas públicas segundo as Unidades da Amazônia: 1890-1920	274
Tabela 9	Registro contábil do saldo de um seringueiro após a produção de duas safras de borracha	277
Tabela 10	Comparação dos preços de bens vendidos no Rio de Janeiro e os vendidos nos seringais	279
Tabela 11	Distribuição da população acriana por sexo, segundo os grupos de idade	428
Tabela 12	Crescimento populacional no Acre	430
Tabela 13	Porcentagem do atendimento escolar por faixa etária	431
Tabela 14	Porcentagem dos jovens que concluíram o Ensino Fundamental e Médio	431
Tabela 15	Resultado do SAEB nas Provas de Português e Matemática nos Ensinos Fundamental (EF) e Médio (EM)	432
Tabela 16	Rede rodoviária no território acriano	435
Tabela 17	Participação do Acre no Produto Interno Bruto do Brasil (1995-2000)	438
Tabela 18	Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos de 2010	441
Tabela 19	Rendimentos nominais de pessoas de 10 Anos ou mais no Acre em 2010	444
Tabela 20	Pobreza no Acre em 2010 por municípios	444
Tabela 21	Tipologias climáticas do Estado do Acre	448
Tabela 22	Tipologias florestais acrianas	450
Tabela 23	Resultado da Consulta Popular sobre a mudança do Fuso Horário do Acre	455

QUADROS

Quadro 1	Algumas festas nacionais do período revolucionário (1789-1799)	53
Quadro 2	Citações sobre “Revolução Acriana” e Plácido de Castro	106
Quadro 3	Fusos Horários do Brasil	453

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acre; Ac - Acre.

BASA - Banco da Amazônia S/A.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

CAETA - Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia.

CEL – Coronel.

CNCDP - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.

IBAMA - Instituto de Meio Ambiente do Acre.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MDA – Movimento Democrático Acriano.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

ONG - Organização Não-Governamental.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PDS - Partido Democrático Social.

PL – Projeto de Lei.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PMRB – Prefeitura Municipal de Rio Branco.

PROBOR - Programa da Borracha.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

RESEX - Reserva Extrativista.

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

UFAC - Universidade Federal do Acre.

USP - Universidade de São Paulo.

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. OS ABUSOS DA HISTÓRIA E AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NO MUNDO OCIDENTAL	22
1.1 No Mundo ocidental antigo	26
1.1.1 Na Grécia	26
1.1.2 Em Roma	34
1.2 No mundo ocidental contemporâneo	37
1.2.1 Na França	47
1.2.2 No Brasil	59
2. OS ABUSOS DA HISTÓRIA E AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NO ACRE DURANTE O SÉCULO XX	85
2.1 Dos abusos da história no Acre	86
2.2 Das comemorações cívicas no Acre	120
3. OS ABUSOS DA HISTÓRIA E AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NO ACRE DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI	156
3.1 A política simbólica do governo da Frente Popular do Acre: entre os abusos da história e as comemorações cívicas.....	161
3.2 A “Revolução Acriana” no governo da Frente Popular do Acre	201
3.3 Plácido de Castro e o governo da Frente Popular do Acre: o maragato federalista que virou herói nacional	218
4. DA “GESTAÇÃO” AO “NASCIMENTO”: BREVE REVISÃO DA HISTÓRIA DA ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL	227
4.1 Da “Gestão”	233
4.1.1 A Fase Invasiva	233
4.2 Das patologias embrionárias	258
4.2.1 O massacre dos povos indígenas	259
4.2.2 O fraudulento sistema de aviamento	268
4.2.3 O trabalho forçado no seringal	282
4.2.4 A corrupção política e judiciária	284
4.2.5 A exploração predatória da floresta	287
4.2.6 A banalização da prostituição	289
4.3 Do “Nascimento”	292
4.3.1 A Fase Militar	293
4.3.2 A Fase Diplomática	327
CONSIDERAÇÕES FINAIS	392
REFERÊNCIAS.....	398
APÊNDICE A - FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE	416
APÊNDICE B – DADOS SOBRE O ACRE CONTEMPORÂNEO	425

INTRODUÇÃO

O primeiro dever do historiador é dissipar a ilusão fundadora e finalista que funde o imenso acontecimento, seus atores e seus herdeiros.

(FURET, 1989, p. 132).

O projeto de pesquisa inicial apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP tinha por título *A epopeia não acabou: o “Governo da Floresta” e as comemorações oficiais do Centenário da Revolução Acriana*¹ (1999-2003). O objetivo era analisar o discurso histórico divulgado pelo governo do Estado durante as festividades do Centenário da Revolução Acriana, além de verificar o uso político da história e das festas cívicas como instrumentos de legitimação e de coesão social.

As primeiras sugestões sobre o projeto de pesquisa vindas de professores da USP confluíram para uma mesma proposta: a de que eu não partidarizasse o tema. Segundo me indicaram, isso evitaria uma falsa conclusão, qual seja, a de que a suposta utilização política das festas cívicas fosse típica dos partidos considerados de “esquerda”, em especial do Partido dos Trabalhadores (PT).

Por isso, o projeto teve que passar por algumas mudanças. No Exame de Qualificação do doutorado o título apresentado foi *O Centenário do Acre: um estudo sobre história, política e comemorações cívicas*. A ênfase ao Governo da Floresta foi secundarizada e a proposta de pesquisa passou a privilegiar as comemorações dos cem anos da incorporação do Acre ao Brasil.

Após o Exame de Qualificação, o projeto de pesquisa foi submetido a novas alterações. Colocamos como título da tese “A fundação do Acre”, isso porque privilegiamos os eventos comemorativos e as narrativas históricas relacionadas à anexação do Acre ao Brasil como objetos privilegiados de nossas análises. Inserimos aspas nele porque não acreditamos que seja possível datar a genealogia de uma comunidade. A ideia de acontecimento inaugural do povo acriano ou do Acre como território brasileiro é interpretado aqui como uma convenção historicamente consolidada.

Outra mudança foi o fato de o fenômeno comemorativo ter sido abordado como uma atividade política e cultural milenar do Mundo Ocidental. O tema da pesquisa também foi

¹ O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa torna obrigatório o uso do gentílico “acriano(a)” em vez de “acreano(a)”, nas citações, no entanto, conservamos, o uso do gentílico original.

ampliado. Ele deixou de estar centrado nas festas cívicas do centésimo aniversário do Acre para abordar o fenômeno comemorativo na região acriana desde o início do século XX. Para tanto, descartamos as *efemérides* nacionais e ressaltamos aquelas que fazem alusão à anexação do Acre ao Brasil.

Além da análise do papel político que as festas cívicas desempenharam no Acre, também foi realizado um estudo das narrativas históricas apresentadas durante os eventos comemorativos. Primeiro foi feita uma avaliação do comprometimento ideológico das narrativas, aquilo que Baets (2013, p. 22) chamou de “teste epistemológico e ético” do conhecimento histórico. Depois, procuramos identificar se os promotores das festividades obtiveram alguma vantagem política com a realização delas. O estudo diacrônico serviu para evidenciar as similaridades discursivas sobre a fundação do Acre presentes nas festas cívicas ao longo da história.

É sabido que os primeiros narradores da chamada “Questão do Acre” foram os próprios intelectuais, políticos e militares envolvidos nela. Esse envolvimento dos narradores com os fatos comprometeu seriamente o conhecimento histórico produzido. Por isso, para que essa versão epopeica não fosse reproduzida em nossa tese, tivemos que realizar uma árdua revisão historiográfica sobre o assunto.

Após a revisão, chegamos à conclusão que a narrativa da anexação do Acre que vigora nas comemorações cívicas é um produto da manipulação deliberada da história. Foi somente a partir de então que a expressão “abusos da história” foi acrescentada ao subtítulo da tese. A mudança também aconteceu nos títulos dos três primeiros capítulos.

O abuso da história acontece quando se produz um equívoco interpretativo por meio do julgamento inconsequente dos fatos oriundo quer seja por incompetência ou má formação, quer seja por imperícia ou negligência no trato com as fontes, quer seja por desonestidade premeditada. Acreditamos que a versão epopeica da fundação do Acre foi construída a partir de incessantes abusos da história. Mas, como veremos, o fenômeno não é típico do Acre, uma vez que, a maioria das narrativas epopeicas que tematizam a origem de povos ou nações no mundo ocidental também é um resultado da prática do abuso da história.

Toda história contada do ponto de vista dos vencedores se mostra louvável e digna de celebração futura. Os “equívocos” só aparecem quando se faz a opção pela crítica aos documentos oficiais. O emudecimento dos vencidos é o que sustenta a apoteose dos vencedores. Toda nobreza dos últimos termina quando o direito de fala dos primeiros é

restabelecido. Quando isso acontece, aparecem as motivações mesquinhas, os atos de barbárie e as vítimas deixadas pelo vencedor. O abuso da história é o alicerce de qualquer política comemorativa. O passado comemorado é quase sempre uma história “não científica”, ou seja, é uma representação do acontecimento que não guarda qualquer compromisso com a verdade.

Para facilitar a exposição dos resultados de nossa pesquisa, a tese foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, foi realizado um breve estudo sobre as comemorações cívicas e o abuso da história na Antiguidade Clássica – Grécia e Roma - e no Mundo Ocidental Contemporâneo – França e Brasil. O objetivo foi compreender os dois fenômenos – comemorações cívicas e abusos da história – como práticas milenares das quais o objeto de nosso estudo no Acre está, em uma perspectiva braudeliana da “longa duração”, filiado.

No segundo capítulo, fizemos uma síntese dos abusos da história e das festas cívicas ocorridas no Acre desde a sua definitiva anexação ao Brasil até 1973, quando se comemorou o centenário de nascimento do Cel. Plácido de Castro. Verificamos que o abuso da história foi uma prática corrente na formação do Acre. Através dele, a região banhada pelos rios Juruá e Purus foi inventada como brasileira e os territórios indígenas como um “deserto” a espera da migração nordestina.

A realização de festas cívicas em homenagem à “Revolução Acriana” começou somente após o assassinato de Plácido de Castro, ocorrido em agosto de 1908. A iniciativa não partiu do poder público, muito menos da população local, mas dos principais líderes do chamado “movimento autonomista acriano”. Eles foram os responsáveis pela projeção de Plácido de Castro como herói acriano. Isso não foi feito gratuitamente, pretendia-se com isso fortalecer a causa autonomista, uma vez que Plácido de Castro, quando em vida, também era favorável à emancipação política do Acre.

O terceiro capítulo aborda aquilo que seria o tema principal da tese, caso o projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação da USP não sofresse modificações. Como o tema central acabou por virar apenas um capítulo, tivemos que resumir nossas ideias ao máximo. De modo geral, analisamos os abusos da história e as festas cívicas ocorridas no Acre durante os primeiros dez anos do século XXI. Ambos foram interpretados como parte de uma política simbólica adotada pelos governos do Estado do Acre durante o período.

O quarto capítulo faz uma revisão documental e historiográfica do processo de anexação do Acre ao Brasil e da formação da sociedade acriana. Essa parte da tese foi a que mais demandou esforço intelectual. Basta dizer que das mais de trezentas obras citadas nesse

trabalho, quase a metade delas está mencionada nessa parte. Esse texto é o que melhor evidencia a postura “anticomemorativa” que assumimos. Segundo Pierre Nora, a história anticomemorativa se diferencia por fazer “das próprias comemorações um dos objetos privilegiados de sua dissecação” (NORA, 1987, Vol. 3, p. 977, tradução livre).

Os apêndices foram escritos especialmente para o público não acriano desejoso por mais informações sobre o Acre contemporâneo. A justificativa está no fato de a tese ter sido escrita para ser defendida em São Paulo, onde a história do Acre é, de modo geral, pouco conhecida. Por isso, resolvemos oferecer mais subsídios à curiosidade acadêmica dos leitores mais apurados. Constanos nos apêndices informações socioeconômicas e geográficas do Acre, além de uma síntese da formação territorial e da evolução político-administrativa dele.

Essa tese não deixa de ser uma provocação aos defensores da “acrianidade”. O ufanismo acriano está baseado em uma história “sacralizada”. A nossa ingrata missão foi “profanar” essa história. Como afirma Agamben (2007, p. 66), existe “um tocar que desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado”. “Tocar” na história epopeica talvez tenha sido a maior contribuição dessa tese.

Sabemos que profanar o sagrado é uma atividade arriscada. Aquele que o intenta pode ser condenado como herege e ter como destino a “fogueira”. Antes que isso aconteça, me antecipo em dizer que esse trabalho não pretende esgotar o assunto. Além do mais, seria bom que os leitores acrianos que sofrem de megalomania estivessem mais abertos às novas abordagens sobre história de Acre. Devido à crítica que esse trabalho faz à epopeia acriana, temos consciência de que provavelmente não encontrará um público leitor que justifique a publicação dele nessa região amazônica, portanto,

[...] de bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos [...] quis apenas mostrar que as minhas opiniões, seja qual for o julgamento que mereçam, e por muito pouco que concordem com os preconceitos interessados das classes dirigentes, são o resultado de longas e conscienciosas pesquisas. (MARX, 1989, p. 30).

Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os *heróis e os grandes feitos* não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial. (PRADO JUNIOR, 2001, p. 8).

1 OS ABUSOS DA HISTÓRIA E AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NO MUNDO OCIDENTAL

O épico *não era história* e sim uma narrativa, detalhada e precisa, com descrições de minuciosas guerras, viagens marítimas, banquetes, funerais e sacrifícios, todos muito reais e vívidos; ele podia conter inclusive algumas sementes encobertas do fato histórico — mas não era história.

(FINLEY, 1989, p. 7).

A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável [...].

(LE GOFF, 1992, p. 432).

A festa cívica e a utilização política da história são fenômenos quase inseparáveis. A segunda inventa um passado épico que será objeto da comemoração da primeira. Tanto uma quanto a outra são práticas constantes na história do mundo ocidental. Desde a Grécia Antiga, a escrita da história e as comemorações cívicas são utilizadas para “imortalizar” líderes, engrandecer feitos, “sacralizar” eventos e promover a harmonia social.

Na maioria dos casos, os feriados nacionais, os mitos fundadores, os monumentos, os arquivos, as festas, os museus, as tradições e outros “lugares de memória” (NORA, 1987), fazem referência a acontecimentos que, na prática, não são tão dignos de louvor com aparentam. Para chegar a essa conclusão, basta analisá-los por ângulo diferenciado, adotar uma escala de observação distinta daquela em vigor, ou considerar os fatos omitidos.

Os lugares de memória que estão sob a “vigilância” (FERRO, 1989) do poder público têm como missão pedagógica a promoção do ufanismo, da passividade política e da coesão social. Por conta dessa missão, ocorre o “abuso da história”² (BAETS, 2013; FINLEY, 1989; MACMILLAN, 2010).

A “história institucional” (FERRO, 1989) ou “história oficial” (RODRIGUES, 1981) que endossa os lugares de memória é, a nosso ver, o resultado de um abuso. Isso porque ela materializa uma representação ideal do passado a partir dos interesses de um dado grupo social. Abusar da história, portanto, significa produzir, conservar ou fazer circular representações do passado que não guardam compromisso com a verdade ou com o registro

² “Alguns autores chamaram essa operação, na qual os acontecimentos históricos são manipulados por grupos específicos com intuito de produzir significações particulares, de *história ideológica* [...] um modo de ordenar fatos sobre a base de tradições consolidadas, isto é, a *história ideológica* corresponderia ao modo de operação da memória coletiva que tende a confundir história com o mito” (MONTERO, 1996, p. 17).

fiel dos acontecimentos. Em resumo: abusar da história é “falsificá-la” total ou parcialmente (FERRO, 1994), quer seja por imperícia, imprudência, negligência com as fontes, ou por interesses ideológicos e sociais.

O historiador belga Antoon de Baets (2013), em um ensaio recente, esboça uma *teoria do abuso da história*. Ele utiliza dois critérios para identificar aquilo que ele chama de “história responsável e provisoriamente científica”. Para ele, toda história é “pré-científica” quando não passa por algum teste de refutabilidade³. A história é “científica” quando passa pelo teste e é aprovada, mesmo que seja provisoriamente. A história “não-científica” é aquela que após o teste foi refutada. A história é “ex-científica” quando é reprovada após passar por novo teste à luz de novas fontes e novos métodos. Portanto, a cientificidade da história tem a ver com questões epistemológicas (teste de verdade).

A “história responsável” é identificada por meio de testes que levam em conta questões éticas, profissionais e jurídicas. É preciso avaliar a conduta do historiador com relação ao dizer a verdade e a honestidade dele com relação à escrita e ao uso da história. Para Baets (2013, p. 22), historiadores honestos fazem uso responsável da história. A história honesta e responsável é aquela que está embasada em juízos comprometidos com a veracidade dos acontecimentos. Os historiadores “não-honestos”⁴ são aqueles que “usam a história de maneira abusiva ou irresponsável” (*idem, ibidem*, p. 22).

O autor divide a “história irresponsável” em “história abusiva ou enganosa” e “história negligente”. Ambas produzem uma história equivocada ou distante da veracidade dos fatos. A diferença entre elas é que a última é fruto da incompetência ou má formação do historiador. Já a primeira é um resultado da não-honestidade do historiador, do comprometimento dele com o objeto da pesquisa ou com alguém que guarde relação com o dito objeto. A última produz o equívoco por negligência, imperícia ou imprudência; a primeira por vontade consciente e deliberada de produzir o falseamento da realidade. Nas palavras do próprio Baets (*idem, ibidem*, p. 24 e 28):

O abuso da história é o seu uso com intenção de provocar engano. O **uso irresponsável da história** pode ser tanto o seu uso enganoso quanto o negligente. Todo abuso da história é uma história irresponsável, mas nem

³ “O teste examina a relação entre a teoria, as fontes disponíveis, o método aplicado e a lógica dos argumentos” (BAETS, 2013. P. 21).

⁴ O autor, no entanto, prefere não utilizar o termo “historiador desonesto”, pois o alvo da crítica não é o historiador em si, mas o juízo que ele faz da história.

toda história irresponsável é um abuso da história. **Abuso é uma expressão reservada para as formas mais graves de história irresponsável**, assim como o seu sinônimo, *o uso indevido da história*. A distinção essencial entre o abuso e o uso irresponsável da história reside no grau de intencionalidade [...] ao produto do abuso atribui-se o nome de *história pseudocientífica, pseudo-história ou falsa história*. (grifo nosso)

O abuso da história pode acontecer em consequência de diversos procedimentos, citeamos alguns: utilizar fontes inventadas; deixar de confrontar as fontes com o jogo de interesse que a produziram; selecionar e omitir informações de forma irresponsável; falsificar dados ou fontes; apresentar fatos sem inseri-los no contexto histórico; atribuir falsamente informações ou ideias a pessoas; conferir peso demasiado a certas fontes, desmerecendo outras que a contradizem; organizar e apresentar argumentos em uma estrutura narrativa enganosa; apresentar conclusões incorretas propositadamente; omitir as fontes; etc. (Cf. BAETS, 2013, p. 29-33).

Nessa tese, adotamos o pressuposto de que o abuso da história acontece independente da intenção de quem produziu o conhecimento alheio à veracidade dos fatos ou fez omissão irresponsável de acontecimentos e de informações. Para nós, a histórica é abusiva quando há um julgamento inconsequente dos fatos, quer por incompetência, carência de fontes ou desonestidade.

O que vai caracterizar a história como abusiva é a existência do equívoco. Pouco importa se ele foi produzido por negligência durante a pesquisa ou por omissão deliberada a fim de silenciar um dado desabonador da conduta de um líder considerado herói. Em resumo, se por conta de um dado conhecimento histórico alguma pessoa, grupo social ou instituição auferiu ou deixou de auferir vantagem simbólica devida, é porque tal conhecimento foi produto de um abuso. A vantagem simbólica é entendida aqui como algo positivo ou negativo imputado a um dado agente histórico, de modo a abonar-lhe, negar-lhe ou atribuir-lhe indevidamente uma falha ou um acerto.

Algumas vezes, fazemos um mau uso da história, criamos enredos falsos ou parciais para justificar o tratamento errado dado a outras pessoas, como tomar suas terras ou matá-la [...] o passado poder ser aproveitado para quase tudo que se queira fazer no presente. Nós o menosprezamos quando mentimos sobre ele ou quando escrevemos histórias que mostram apenas um de seus lados. (MACMILLAN, 2010, p. 11).

Quando Tomás de Aquino (1225-1274) julgou as “cruzadas” como “guerras justas”, houve abuso da história. Isso porque justificou moralmente a ação belicosa dos cristãos. Quando os historiadores da Grécia Antiga fizeram uso da narrativa épica para descrever os feitos de guerra, praticaram o abuso da história, pois valoraram os feitos belicosos como “grandiosos”, além de atribuíram relevância exagerada à ação de indivíduos para tipificá-los como “heróis”. Também houve abuso quando a história passou a legitimar “tradições inventadas” (HOBSBAWM; RANGER, 1997), fundamentar “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2005) ou homogeneizar culturalmente uma dada sociedade.

Esse debate se torna ainda mais relevante quando sabemos que a maioria das festas cívicas no mundo ocidental comemora fatos que só aparecem como dignos em histórias abusadas. A aura que os cerca não lhes é atributo natural, pelo contrário, é uma consequência da representação distorcida do acontecimento. Aquele sujeito consagrado como herói, na vida real, pode não ter sido tão herói assim. Aquele passado tido como glorioso, pode não ter sido tão glorioso assim. Aquele feito considerado notável, pode não ter sido tão notável assim.

Não estamos, com isso, advogando a existência de uma história verdadeira em meio a tantas outras falsas. Como é sabido, a verdade histórica é inalcançável em sua totalidade. Nunca conseguiremos representar o fato tal como aconteceu em uma narrativa. Mas sem dúvida compreenderemos melhor o passado quando tivermos os “olhos desobstruídos de toda a tradição” (ARENDT, 1972, p. 59).

Descobri que todos nós aprendemos história de forma errada. Todo mundo tem noções erradas sobre todo o mundo [...] A versão que aprendemos na escola ou no cinema geralmente é fantasiosa ou mentirosa. O fato é que fomos iludidos: enganaram-nos [...] grande parte da história está de cabeça para baixo [...] seria exagero afirmar que nos entupiram o cérebro de mentiras. O fato é que em muitos casos a história é escrita pelos vitoriosos, filtrada pelo prisma de seus preconceitos [...] mas se todo mundo tem mitos, por que vamos nos preocupar em desvendá-los? A resposta é simples: devemos saber a verdade sobre as coisas. A verdade pode ser dolorosa, mas tem que ser encarada. E como você sabe que pode confiar que eu estarei lhe dizendo a verdade? Na verdade, você não deveria confiar em mim, ou em qualquer pessoa que escreve sobre a história. Apesar do trabalho de milhares de doutores, é tão difícil chegar à verdade hoje como sempre foi. É por isso que este livro é tão valioso [...] É a verdade, toda a verdade e nada além da verdade – de forma como eu a vejo. (SHENKMAN, 2005, p. 9-10).

A questão não está em descobrir a verdade e sim em denunciar o abuso da história como produtor de mitos e equívocos. Quando assumimos uma postura crítica diante das

convicções e tradições que nos exigem reverência, nos tornamos, no mínimo, mais realistas. Obviamente, apesar de todo o rigor científico que um trabalho acadêmico possa vir a ter, temos plena consciência de que o ato da escrita em si não está imune aos juízos de valor. Mas tal juízo não deve ser “irresponsável” como afirma Baets (2013).

1.1 NO MUNDO OCIDENTAL ANTIGO

O estudo dos clássicos não seria mais visto como o estudo meramente da Grécia e de Roma; é uma parte do estudo da civilização ocidental da antiguidade aos dias presentes.

(RODRIGUES, 1986, p. 28).

1.1.1 Na Grécia

Por que começar pela epopeia, que positivamente não é uma forma de história? Por que na Grécia tudo começa com a epopeia, que marcou a cultura grega de modo profundo e duradouro, sem dúvida, mas também porque a história em todos os sentidos do termo, procede da epopeia: vem dela e dela se separou.

(HARTOG, 2001, p. 21).

A religião grega clássica está, em geral, unida de maneira particularmente íntima à própria cidade. Tal ligação contribui largamente para fazer, então, da civilização grega, uma civilização da polis, pois o florescimento dessa religião suscita por sua vez, o de outros aspectos da civilização.

(AYMARD e AUBOYER, 1962, p. 151).

O culto de uma cidade era a reunião daqueles que tinham os mesmos deuses protetores, e que celebravam os atos religiosos no mesmo altar.

(COULANGES, 1961, p. 199).

A Grécia Antiga exerceu uma forte influência na formação da cultura contemporânea. Não é em vão que alguns chegam a dizer que ela representa o “berço da civilização ocidental”. De fato, os gregos muito contribuíram para filosofia, literatura, teatro, matemática, arquitetura, esporte, política, astronomia, dentre outros. Mas o que nos interessa nesse tópico é a colaboração que eles deram na concepção épica da história e na popularização dos rituais cívicos festivos.

Atualmente é quase uma unanimidade a ideia de que os gregos são os “pais da história”⁵. Para tanto, são lembrados dois nomes: Heródoto (485-420 a.C.) e Tucídides (460-400 a.C.). Ambos propuseram escrever sobre o passado não mais fundamentando-se em mitos. No entanto, apesar de adotarem a pesquisa como fonte do conhecimento, ambos ainda estavam presos ao quadro mental religioso da época. Como diz Finley (1989, p. 5), “a atmosfera na qual os pais da história começaram a trabalhar estava impregnada de mitos”. Isso colaborou para que Heródoto e Tucídides reproduzissem traços da narrativa epopeica em seus textos sobre a história grega.

A epopeia é uma narrativa literária geralmente estruturada em poemas épicos que tematiza eventos considerados “fabulosos” protagonizados por “heróis”. O protagonista da narrativa geralmente é um representante da comunidade que foge aos padrões medianos de comportamento, mas também pode ser um sujeito lendário ou mítico.

Um narrador de epopeia não está interessado em contar eventos cotidianos, rotineiros e habituais ligados a personagens anônimos. Pelo contrário, ele centraliza aquilo que é considerado memorável, grandioso, extraordinário, maravilhoso, apoteótico, prodigioso, fantástico e descomunal. Por isso, a ênfase recai aos “grandes” homens, pois somente eles são considerados capazes de despertar admiração e de servir de modelo a gerações futuras.

A epopeia não tem qualquer compromisso com a verdade. Quando retrata algum acontecimento histórico, o faz sem a preocupação da fidelidade aos fatos. Os fatos históricos ficam à mercê da imaginação do poeta. Ela prioriza a estética e a divulgação dos paradigmas morais da época. Os exemplos mais conhecidos são *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero⁶ (sec. VIII a.C.), que versam sobre a Guerra de Troia (1194-1184 a.C.), conflito bélico ocorrido entre gregos e troianos. A *Teogonia*, de Hesíodo (sec. VIII a.C.), que versa sobre o mito fundador do mundo, é outro bom exemplo.

Os mitos faziam parte do imaginário social dos gregos. Não havia separação nítida entre o divino e o mundano, entre o religioso e o cívico. Tanto Homero quanto Hesíodo descreveram as proezas de deuses e de homens, como se ambos pertencessem ao mesmo mundo, embora em diferentes dimensões existenciais. Os deuses gregos eram representados

⁵ Segundo Hartog (2001, p. 16,17): “A história e sua escrita não começaram, como se sabe, na Grécia. No Egito, tão zeloso da continuidade, as listas reais remontam ao fim do quarto milênio antes de nossa era; em seguida, os anais registram as ações dos reis, pelo menos as que foram julgadas importantes [...] se os gregos inventaram alguma coisa, é menos a história que o historiador enquanto o sujeito que escreve”.

⁶ Até hoje não se têm plena convicção sobre a historicidade desse poeta. Há quem defenda que seja um nome fictício.

na literatura como seres antropomórficos. Os mitos contidos nos poemas eram “modos de figuração do divino” (VERNANT, 2012, p. 24).

A diferença básica no plano existencial entre os deuses e os humanos tinha a ver com o fato de os primeiros gozarem da imortalidade. Mas de acordo com a mitologia, havia uma forma de os homens pleitearem a imortalidade: realizando feitos heroicos. Aqueles que conseguissem vencer situações de dimensões épicas ou fossem capazes de atos de bravura fora dos limites naturais seriam eternizados. Os heróis⁷ após a morte física passavam a ser cultuados pelos vivos e perpetuados em monumentos.

Os trabalhos de Heródoto e de Tucídides se mostraram avessos às explicações míticas e inverossímeis do passado. Ambos propuseram “investigar” pessoalmente os acontecimentos a fim de descobrir a verdade sobre eles. Decidiram não mais acreditar nas tradições e naquilo que ouviam falar sobre o assunto, mas preferiram ver “com os próprios olhos”, testemunhar, verificar e comparar sistematicamente as fontes. Escreveram em prosa e valorizaram a cronologia dos fatos, evitando, com isso, a analogia com os mitos e as narrativas poéticas atemporais.

Esta é a exposição das **investigações** de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens se não desvançam com o tempo, nem fiquem sem renome **as grandes e maravilhosas** empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão por que entraram em guerra uns com os outros. (HERÓDOTO, 1994, p. 53, grifo nosso).

O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela **seria grande** e mais importante que todas as anteriores [...] Em linhas gerais, as **conclusões que, a partir das evidências, apresento, são condizentes com os acontecimentos transcorridos** e não se deixam enganar pelas versões cantadas pelos poetas, que têm por ofício engrandecer e embelecer a realidade. (TUCÍDIDES, 2001, p. 1 e 14, grifo nosso)

Essas citações revelam duas coisas: 1) a admissão da pesquisa como requisito do conhecimento verdadeiro; 2) a introdução da percepção epopeica na escrita da história. Ambas se tornaram em “leis discursivas” dos livros de história, visto que, até o século XIX, a escrita da história ainda era hegemonicamente a dos “grandes homens”.

A segunda “lei” pode ser considerada um vestígio ideológico das poesias míticas. Os dois historiadores gregos, apesar do compromisso com a verdade que diziam ter, acabaram

⁷ Segundo Hesíodo, quando os heróis são oriundos da união de um deus com um humano, eles “formam a **raça divina dos heróis**, que são denominados **semideuses**” (*apud* VERNANT, 2012, p. 48, grifo nosso)

deixando como herança para a posteridade o germe do que viria a se tornar uma das mais comuns formas de abuso da história – a exaltação dos “grandes eventos”.

Em uma história centrada nos grandes eventos, o que não falta são os candidatos a heróis. Eles estão ligados, quase sempre, aos grupos sociais dominantes. “Segundo o nosso ponto de vista do século XX, estas primitivas narrativas de Heródoto e Tucídides, são muito interessantes, mas não passam de logografia, não são científicas” (COLLINGWOOD, 1989, p. 38).

Um tema, em particular, emblemático da composição épica, mostra-se recalcitrante ao empenho antipoético de Tucídides e, sorrateiramente, persiste nos entremeios de uma narrativa: o tema de perseguição heroica por glória e fama [...] Em que pese este consciente projeto de edificar uma história anti-herói, o **modelo do herói épico**, ainda que não se mostre dominante no relato da *História*, lá persiste, recessivo, oculto e dissimulado por trás dos elementos impessoais que Tucídides, por vezes, aponta como princípios causais dos acontecimentos humanos. (MAGALHÃES, 2007, p. 17-18, grifo nosso).

Ambos os historiadores associaram os “grandes feitos” a atividades militares. Moralmente, a guerra tem importância duvidosa. Qualquer elogio ao comportamento belicoso deveria ser, no mínimo, questionado. Consagrar conflitos armados como “monumentos” da história nos parece um “abuso”, uma vez que realça a barbárie de homens que se matam uns aos outros, quer seja por ideais, quer seja por bens materiais.

Na Grécia Antiga, isso é perfeitamente explicável, “os gregos aceitavam a guerra como um fato natural” (SOUZA, 1988, p. 7), na prática “a guerra pode ser considerada elemento central na civilização helenística, por razões econômicas, estrangeiras ou ainda ideológicas” (ROSSI, 2008, p. 80). Além do mais, o argumento “inocentador” utilizado era o de que “os gregos guerreavam em nome da virtude”, os *bárbaros* germânicos e os cavaleiros das estepes asiáticas, em nome do saque” (MAGNOLI, 2013, p. 15).

Apesar de compreensível, nada justifica a adoção da estrutura narrativa épica como arquétipo para a escrita da história na atualidade ou em outros contextos. O certo que, mesmo com toda crítica que já se fez à visão heroica dos acontecimentos, a maioria das comemorações cívicas contemporâneas estão relacionadas a narrativas epopeicas. O pior é que os fatos considerados “dignos” de homenagens são quase sempre episódios de violência, dominação e opressão. Matar ou morrer por amor à pátria passou a ser visto como algo digno de celebração.

Nas comemorações cívicas, esses acontecimentos históricos são revestidos com uma significância tal que se tornam irreconhecíveis como catástrofes humanas. Ao invés de as comemorações denunciarem a guerra como um “desvio patológico nas relações internacionais” (MAGNOLI, 2013, p. 10), ela homenageia os “heróis” que ousaram executá-las. Vale lembrar que a apoteose das proezas bélicas não deixa de ser também um tributo à história política e ao político propriamente dito, já que não se têm guerras sem decisões políticas.

As festas cívicas também eram festas religiosas, a religião em si era uma espécie de “religião cívica”. Como já mencionado, no imaginário social da Grécia Antiga não havia uma fronteira nítida de separação entre o sagrado e o profano. A religião era um patrimônio cultural dos Estados gregos. Como afirma Vernant (2012, p. 9), “dizer que o político está impregnado de religioso é reconhecer, ao mesmo tempo, que o próprio religioso está ligado ao político”.

A religião grega não constitui um setor à parte, fechado em seus limites e superpondo-se à vida familiar, profissional, política ou de lazer, sem confundir-se com ela. Se é cabível falar, quanto à Grécia arcaica e clássica, de religião cívica, é porque ali o religioso está incluído no social e, reciprocamente, o social, em todos os seus níveis e na diversidade dos seus aspectos, é penetrado de ponta a ponta pelo religioso [...] Nos séculos VI e V antes da nossa era, quando o culto cívico, tal como o evocamos, dominava toda a vida religiosa das cidades [...] A própria religião cívica, embora modele os comportamentos religiosos, só pode garantir plenamente seu domínio reservando um lugar, em seu seio, para os cultos de mistérios cujas aspirações e atitudes lhe são parcialmente estranhas. (*idem, ibidem*, p. 7-8 e 10-11).

A paisagem urbanística da Grécia Antiga era marcada por templos, estátuas e bustos e outros monumentos. O culto aos deuses e aos heróis e a comemoração regular dos seus feitos satisfaziam certas necessidades sociais. Como afirma Vernant (2012, p. 41), “toda cidade tinha sua ou suas divindades políades cuja função é cimentar o corpo dos cidadãos”.

Os monumentos representavam a presença vigilante dos deuses na cidade e eram como se fossem marcas de posse sobre o território. “As festas servem à propaganda internacional da cidade. Reforçam a coesão moral do povo e fornece a este, uma distração” (AYMARD; AUBOYER, 1962, p. 155). Sobre o culto cívico aos heróis Vernant (2012, p. 43, 44, 45) afirma que:

A ocupação do santuário e sua vinculação cultural ao centro urbano tem valor de posse legítimo. Ao fundar seus templos, a polis, para garantir uma solidez inabalável à sua base territorial, implanta raízes até no mundo divino [...] O culto dos heróis tem um valor ao mesmo tempo cívico e territorial; está associado a um local preciso, um túmulo com a presença subterrânea do defunto, cujos restos foram às vezes buscados em regiões distantes para serem reconduzidos ao seu lugar. Túmulos e cultos heroicos, através do prestígio do personagem homenageado, exercem para uma comunidade o papel de símbolo glorioso e de talismã, cuja localização às vezes é mantida secreta porquê de sua salvaguarda depende a salvação do Estado. Instalados no coração da cidade, em plena ágora, eles corporificam a lembrança do fundador mais ou menos lendário [...] Em todos os casos, sua função é reunir um grupo em torno de um culto cuja exclusividade ele detém e que aparece estritamente implantado num ponto preciso do solo.

Nas festas cívicas, eram praticados o “culto do fundador” e as comemorações do aniversário de fundação da cidade. Afinal, “a história começava, com efeito, pelo ato da fundação; e declarava o nome sagrado do fundador” (COULANGES, 1961, p. 231). A fundação das cidades era celebrada em atos cívico religiosos. “Cada cidade adorava aquele que a havia fundado” (*idem, ibidem*, p. 195). O “herói” era como se fosse o pai da cidade. Ele era visto como “um antepassado comum para todas as gerações” (*idem, ibidem*, p. 195).

Mas o herói não realizaria a façanha sem a ajuda dos deuses que se faziam presentes na fundação da cidade. Por isso, acreditava-se que todas as vezes que se realizava festas cívicas os deuses se faziam presentes e recebiam as homenagens prestadas. Sendo assim, “uma cidade, não podia perder a lembrança da cerimônia sagrada que havia marcado seu nascimento” (*idem, ibidem*, p. 193). Segundo Coulanges (1961, p. 231):

Não havia nada mais caro ao coração de uma cidade que a lembrança de sua fundação [...] esses fatos não podiam ser esquecidos, porque faziam parte da religião, e eram lembrados cada ano nas cerimônias sagradas. Conserva-se a memória de um grande número de poemas gregos que tinham por tema a fundação de cidades [...] Talvez não houvesse uma cidade que não possuísse um poema, ou, pelo menos, um hino sobre o ato sagrado que lhe dera origem [...] Cada cidade havia sido fundada com ritos, que no pensamento dos antigos tinham por efeito fixar dentro de seus limites os deuses nacionais. Era necessário que a virtude desses ritos fosse rejuvenescida todos os anos por nova cerimônia religiosa; chamavam a essa festa dia natalício; todos os cidadãos deviam celebrá-la. (*idem, ibidem*, p. 196 e 216).

A cidade era o espaço em que os moradores mantinham contato com os deuses de seus ascendentes. Ela “conservava o homem ligado por vínculo santo. Deve amá-la como se ama uma religião” (COULANGES, 1961, p. 266). O povo tinha fidelidade à cidade, porque também tinha fidelidade aos deuses da cidade. Ele “não devia abandonar nunca o local onde

seus deuses estavam fixados (*idem, ibidem*, p. 194). Esse “proto-patriotismo”⁸ era uma consequência direta do imaginário social que via a cidade como uma morada dos deuses.

Desse modo é que se explica o patriotismo dos antigos, sentimento enérgico que era para eles a virtude suprema, e para a qual tendiam todas as demais. Tudo o que o homem podia ter de mais caro confundia-se com a pátria. Nela encontrava seu bem, sua segurança, seu direito, sua fé, seu deus. Perdendo-a, perdia tudo. Era quase impossível que o interesse privado estivesse em desacordo com o interesse público [...] se a pátria é atacada, a religião é atacada [...] porque, se o inimigo se apoderar de sua cidade, seus altares serão derrubados [...] o amor da pátria é a piedade dos antigos. A posse da pátria devia ser muito preciosa, porque os antigos não imaginavam talvez castigo mais cruel do que privar alguém do solo pátrio [...] é preciso que consideremos que, para os antigos, Deus não estava em toda parte [...] o exilado, deixando a pátria, deixava também seus deuses (*idem, ibidem*, p. 266, 267 e 268).

A religião e o patriotismo estavam ligados por mil ritos fortemente impressionantes; o deus ou a deusa mais referenciado em cerimônia pública representava a apoteose da cidade; cada lei, cada reunião da assembleia ou das cortes, cada feito de relevo no exército ou governo, cada escola ou universidade, cada associação econômica ou política, era cercada de cerimônias e inovações religiosas. De todos esses modos a religião aparece como defesa da raça e da comunidade contra o egoísmo natural e individual do homem. (DURANT, 1966, p. 159).

A origem das coisas quase sempre é narrada como uma bem-aventurança. Por isso, não é raro encontrarmos mitos nessas narrativas. O “grau zero” ou o momento axial é inventado como apoteótico. As narrativas sobre a origem de povos, cidades, nações ou países não fogem à regra. Neles, a *arché*⁹ é tratada no âmbito do fantástico. Por isso, é que tais narrativas também são conhecidas como mitos fundadores.

Os mitos fundadores são espécies de narrativas epopeicas ligadas a uma concepção cíclica do tempo. Isso significa que a aura do passado glorioso pode ser atualizada no presente e transmitida para as gerações atuais. A ideia é a de que se a matriz é notável todo o processo desencadeado a partir dela também será. O que garante ao presente e ao futuro um lastro de magnificência. Talvez tenha sido por isso que os historiadores mantiveram verdadeira “obsessão pelas origens”, como afirma Marc Bloch (2001, p. 56).

As comemorações cívicas fazem parte desse ritual de atualização do mito fundador. Por meio delas, os membros da comunidade tomam consciência de um passado comum que

⁸ O conceito de pátria para os gregos não era idêntico do atual. Pátria significava terra dos pais ou dos ancestrais. Local onde seus parentes foram enterrados.

⁹ Origem. “Um princípio que deveria estar presente em todos os momentos da existência de todas as coisas; no início, no desenvolvimento e no fim de tudo”. (Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arch%C3%A9>> acessado em março de 2014).

os une. Tal passado é representado como digno de admiração. Esse “eterno retorno à origem é sempre uma prática reacionária que revela a vontade de potência do grupo socioeconômico dominante” (CARNEIRO, 2008, p. 85).

Essa prática é comum nas “comunidades atávicas” (GLISSANT, 2005) ou “sociedades tradicionais” (HALL, 2004). Nelas a veneração ao passado acontece várias vezes ao ano por meio de rituais de celebração. Acredita-se que na gênese estão os arquétipos dignos de imitação. É como se no momento inaugural a identidade coletiva pudesse ser encontrada em seu estado “puro”. Na Grécia Antiga, por exemplo, “para as recordações da época heroica”, se voltavam para “o mito da Idade de Ouro” (LE GOFF, 1992, p. 215).

Num sentido, pode-se até dizer que a teoria grega do eterno retorno é a variação final experimentada pelo mito da repetição de um arquétipo, do mesmo modo que a doutrina platônica de ideias foi a versão final do conceito do arquétipo, além de ter sido a mais completamente elaborada. E vale a pena observar que essas duas doutrinas encontraram sua mais perfeita expressão no ponto mais alto do pensamento filosófico grego. (ELIADE, 1992, p. 108).

O discurso da origem épica que circula nas comemorações serve como uma espécie de “retórica do otimismo”, que a alimenta a esperança de dias melhores tendo em vista a identificação do presente com o passado “glorioso”. Como afirma Mircea Eliade (1992, p. 44), “a memória popular devolve ao personagem histórico dos tempos modernos o seu significado como imitador do arquétipo”, operando, com isso, uma periódica regeneração simbólica da história. A concepção cíclica do tempo atribui à história certa importância pragmática, pois “é útil ensinar-se história, porque as mesmas situações reproduzir-se-ão” (GLÉNISSON, 1999, p. 33).

O retorno à origem, que permite reviver o tempo em que as coisas se manifestaram pela primeira vez, constitui uma experiência de importância capital para as sociedades arcaicas [...] por ocasião da reatualização dos mitos, a comunidade inteira é renovada; ela reencontra as suas “fontes”, revive as suas “origens”. A ideia de uma renovação universal produzida pela reatualização cultural de um mito cosmogônico é encontrada em muitas sociedades tradicionais. (ELIADE, 1994, p. 36).

Em resumo, o panteão nacional, a narrativa epopeica, os mitos fundadores, as comemorações cívicas, os aniversários de fundação da cidade, os monumentos e os cultos aos heróis, tão presentes nos Estados Modernos, têm certo lastro histórico na antiguidade clássica

grega. Claro que a posterior hegemonia cultural da religião cristã no mundo ocidental também colaborou para a construção dessas efemérides. Pois, “a laicização das festas e do calendário facilitou em muitos países a multiplicação das comemorações” (LE GOFF, 1992, p. 463),

1.1.2 Em Roma

A história, aí, apresenta-se com intenções morais e patrióticas.

(GLÉNISSON, 1999, p. 17).

Para os romanos era importante considerar que seu destino estava ligado aos deuses, pois estas nobres origens legitimavam seu poder sobre outros povos e servia como propaganda de suas qualidades.

(FUNARI, 2011, p. 81).

E a realização de festas era uma forma tradicional de demonstrar a potência, a importância e a soberania de Roma e de seus Imperadores.

(GONÇALVES, 2002, p. 18)

A historiografia romana, assim como a grega, privilegiou os grandes feitos dos homens ilustres. Não havia a preocupação de abordar temas relacionados ao cotidiano do povo. Mesmo não tendo sido narrada em forma de poemas epopeicos, a fundação de Roma também estava rodeada de explicações míticas. As festas cívicas romanas também guardavam similaridades com as gregas. Ambas exploravam a concepção cíclica do tempo. As romanas, no entanto, não davam tanta importância ao debate filosófico. O objetivo era abordar temas políticos e, a partir deles, estimular a exaltação patriótica.

Os principais historiadores romanos foram Tito Lívio (59-17d.C) e Tácito (55?-120d.C?). O primeiro “quer propor aos seus concidadãos o glorioso passado de Roma para fazê-lo amado e admirado” (BESSELAAR, 1973, p. 15), além de “soerguer a moralidade dos contemporâneos mediante as lições de tempos idos” (*idem, ibidem*, p. 15). Ele tentou despertar o sentimento patriótico em seus contemporâneos por meio da narrativa dos grandes episódios da história romana. O segundo “deforma sistematicamente a história, ao concebê-la como um conflito de personalidades, exageradamente boas e exageradamente más” (COLLINGWOOD, 1989, p. 55).

O trabalho de Tito Lívio consistiu em reunir documentos tradicionais da história primitiva de Roma e em fundi-los numa única narrativa contínua – a história de

Roma. Foi a primeira vez que se realizou uma coisa deste gênero. Os romanos – serenamente confiantes na sua superioridade em relação a todos os outros povos e no seu monopólio das únicas virtudes merecedoras de tal nome – consideravam a sua história como a única digna de ser contada [...] **sua narrativa da história antiga de Roma está demasiada e profundamente impregnada de elementos fabulosos.** (COLLINGWOOD, 1989, p. 52 e 56, grifo nosso).

Durante o período em que esses historiadores escreveram, não havia uma separação nítida entre o sagrado e o profano na sociedade romana. As festas cívicas tinham caráter religioso e, por sua vez, os atos oficiais do Estado também estavam associados a atos religiosos como rituais, oferendas e preces a divindades.

Se assim for, consideramos pertinente ver os cultos cívicos romanos como o resultado de esforços repetidos para apropriar, reger e mobilizar o poder de cultos e divindades particulares, tradições rituais, símbolos e crenças que os acompanhavam. Vista por este ângulo, a religião romana se torna um instrumento de poder dessas elites cívicas e elemento de fundamental importância para a criação e a manutenção da unidade imperial [...] os rituais religiosos romanos podem ser analisados como mecanismos que sacralizavam o ordenamento político e social. (BELTRÃO, 2010, p. 43 e 82).

O culto ao imperador e a exaltação ao patriotismo se misturavam à adoração aos deuses. “Os romanos souberam muito bem utilizar suas festas como formas de conseguir o apoio das divindades para seus intentos e garantir a legitimação dos soberanos” (GONÇALVES, 2008, p. 30). Isso explica o fato de “no calendário de 354, as festividades ocupavam cento e setenta e sete dias” (ALMEIDA, 1994, p. 63). Alguns dos espetáculos eram acompanhados por grandes banquetes que, quase sempre, eram encerrados com a prática de orgias.

As festas serviam de cenário para a apresentação das boas qualidades, da imagem idealizada do soberano. Nos momentos festivos, ele era a imagem da generosidade, ao promover distribuições de dinheiro e/ou alimentos, da força, ao ser aclamado pelas legiões e pela plebe urbana de Roma ou das cidades provinciais, do pontificado, ao realizar importantes ritos religiosos, responsáveis por garantir o apoio das divindades à continuidade do Império. (GONÇALVES, 2002, p. 17).

A título de exemplo, podemos citar três festas. A Augustalia era uma homenagem ao primeiro imperador romano Caio Júlio César Otaviano (63 a.C. - 14.d.C), que também ficou conhecido como Augusto (em latim *Augustus*: sagrado). Já a Saturnália era uma festa dedicada ao deus Saturno, deus romano do tempo. Era uma espécie de comemoração de fim

de ano em que os romanos renovavam suas esperanças por melhores colheitas ao se lembrarem dos tempos da "Idade de Ouro", imaginado como abastado. Por último, a Decennalia, que era uma comemoração dedicada aos dez anos de governo de um imperador.

Outro cerimonial interessante é o da apoteose do imperador. Nele, o Senado romano reconhecia a divinização de imperadores falecidos. Em 40 a.C., Júlio César (100-44 a.C.) foi o primeiro a ser considerado deus. Na festa de consagração, os romanos tinham a oportunidade de adorá-lo e demonstrar lealdade ao sucessor dele. Abaixo, dois autores comentam o assunto.

Durante o Império, a religião oficial ganhou o culto aos imperadores, uma espécie de religião cívica, que reverenciava os imperadores romanos que haviam sido declarados "santos", após a morte. Esse culto aglutinou, por muitas gerações, durante os três primeiros séculos d.C., as elites nas diversas áreas do Império. (FUNARI, 2011, p. 114)

A divinização dos Imperadores mortos se unia ao culto imperial, um importante fator de coesão política dentro do Estado romano. Mediante a dedicação de estátuas e as devoções, que eram muito mais prestações de homenagem do que adoração nas províncias ocidentais, as cidades e os súditos dos Imperadores demonstravam sua lealdade e seu comprometimento com a manutenção da ordem política vigente. (GONÇALVES, 2008, p. 42)

As festas mais populares continham atividades lúdicas e sociais. Nelas era comum a realização de jogos, apresentação de teatros, distribuição de alimentos, além de outros. Eram oportunidades para que o povo se distraísse e se apaziguasse. As festas também produziam uma imagem positiva do soberano e estimulavam a coesão social.

Os jogos seriam eventos necessários para manter o controle e o domínio do público, que se entreteria às expensas do Estado, não questionando, em troca, a ordem estabelecida [...] No império, os príncipes teriam a certeza de que os jogos eram um modo seguro de obter prestígio junto à população da cidade de Roma. A admiração do povo pelo soberano que oferecia tais eventos era um dos melhores caminhos para se conseguir o cumprimento das resoluções imperiais [...] Na cidade, as massas de desocupados teriam suas paixões desviadas e ocupariam seu tempo com o interesse pelos espetáculos. Esta prática os alijaria do processo político [...] Os espetáculos eram festejos destinados a criar uma harmonia social, indispensável sobretudo nos momentos de crise. (ALMEIDA, 1994, p. 8, 10, 21 e 56),

A luta de gladiadores foi um dos mais prestigiados entretenimentos populares promovidos pelo governo romano. A sanguinária diversão consistia na luta armada entre escravos treinados ou entre eles e animais ferozes. As pessoas se divertiam observando a

morte dos gladiadores derrotados. Os mortos eram oferecidos como sacrifício à honra dos deuses. Ao final, toda a encenação servia para exaltar a figura do imperador. A prática perdurou mais de sete séculos e o Coliseu foi a arena preferida para tais apresentações em Roma.

Isso pode servir para mostrar que a violência era cultural. “A gladiatura e sua organização envolviam distintas camadas sociais” (GARRAFFONI, 2005, p. 152). Muitas pessoas estavam direta ou indiretamente ligadas à realização dos eventos. E, por mais que alguns defendam que “os espetáculos antigos não podem ser historicamente entendidos a partir de sentimentos humanitários modernos” (GONÇALVES, 2008, p. 49), também não podemos sustentar uma visão comemorativa do período só porque o mesmo faz parte da formação histórica do Mundo Ocidental.

No próximo tópico, veremos exemplos de abuso da história ocorridos na Europa, especialmente na França, e no Brasil e como tais abusos contribuíram para a instauração e manutenção de festividades cívicas. A denúncia da violência fundadora de uma comunidade é a chave para a defesa dos direitos humanos no presente.

1.2 NO MUNDO OCIDENTAL CONTEMPORÂNEO

História de reis, heróis e batalhas reduzem o homem a categoria de objeto íntimo no universo de monstros grandiosos que decidem o caminho da humanidade e o papel de cada um de nós.

(PINSKY, 1992, p. 18).

A consciência nacional parece caminhar junto com o ensino de uma história nacional situada muito perto do coração da identidade.

(DETIENNE, 2013, p. 65).

A consciência de formar uma comunidade é criada, através do uso de símbolos e da repetição de ritos.

(GUIBERNAU, 1997, p. 91)

As comemorações cívicas e o abuso da história perduram até os dias de hoje. São práticas corriqueiras no âmbito dos Estados Nacionais, principalmente em governos autoritários ou com tendência para tal. A invenção de um passado glorioso e a instituição de feriados para comemorá-lo continuam a serviço dos políticos.

Os mitos fundadores são narrativas que instauram a ideia de origem “fantástica” para um Estado, nação ou comunidade. São consideradas como “mitos” porque não têm compromisso com a veracidade dos fatos e sim com a transmissão de uma representação idealizada da inauguração.

Nessas narrativas, as contradições de classe, a violência, a miséria e outras mazelas sociais, ou desaparecem, ou são justificadas de maneira que sejam percebidas como um mal necessário. “A grande maioria dos discursos da ficção e da historiografia, transformam a violência em um espetáculo de contradições também espetaculares” (JOSIASSON, 2011, p. 13).

A origem é quase sempre representada como espetacular, já que é nela que se acreditar estar o “genes identitário” da coletividade. É como se a singularidade do “eu” coletivo estivesse arraigada aos arquétipos da cena fundante. E no Estado Moderno, tal cena geralmente está associada a algum tipo de conflito armado – de independência, de unificação, de delimitação de fronteiras e/ou de pacificação interna. Como afirma Giddens (2008, p. 47), a formação do Estado Absolutista e a do Estado Nação não podem ser estudadas sem a menção do “impacto da violência militar e da guerra sobre a sociedade moderna”.

Inúmeras batalhas e guerras, crescentes em tamanho e destruição, modelaram o alinhamento territorial tanto dos Estados absolutistas como dos Estados-Nação emergentes na Europa [...] vários aspectos principais do desenvolvimento do Estado europeu foram moldados de um modo decisivo pelos resultados contingenciais das confrontações militares e das guerras [...] O sistema de Estado europeu não era simplesmente o ambiente político no qual o Estado Absolutista e o Estado-nação se desenvolveram. Foi a condição e, em um grau significativo, a fonte real desse desenvolvimento. Foi a guerra e os preparativos para ela que forneceram o estímulo energizante mais potente para a concentração de recursos administrativos e de reorganização fiscal que caracterizaram o surgimento do absolutismo. (GIDDENS, 2008, p. 126, 136 e 137).

A história do vencedor é quase sempre um abuso. Ela é escrita para sacralizar os acontecimentos protagonizados pela classe dirigente e recriar os acontecimentos de modo que apareçam como exemplos de atos de bravura. As motivações políticas e econômicas se convertem em sentimentos patrióticos, a violência em ato heroico digno de recordação. Os perdedores são tratados como “inimigos” que não merecem compaixão. Além da história oficial, o evento fundador da comunidade também pode ser divulgado por meio dos romances, hinos, monumentos, calendário cívico, comemorações, além de outros.

As festas cívicas, a exaltação à identidade nacional e o abuso da história foram práticas frequentes durante o apogeu do nacionalismo¹⁰ dos Estados europeus. O caso mais típico, sem dúvida, foi o da Alemanha nazista. O filósofo alemão Ernest Cassirer (2003, p. 19) chegou a dizer que o triunfo de Hitler teve a ver com o uso de uma nova técnica de alienação conceituada por ele como “o mito político”.

O filósofo caracteriza o mito político como o resultado da invenção e repetição de discursos históricos, culturais e publicitários que manipulam a opinião pública em favor de propósitos político-partidários. Dentre eles, Cassirer (2003) cita a superioridade da raça ariana, o orgulho dos ancestrais, o otimismo, a história épica, o rompimento total com o regime político anterior, o resgate da verdadeira identidade em um passado inaugural, o culto do herói, a glorificação da guerra, etc.

O nazismo se tornou hegemônico na Alemanha com relativa rapidez. Isso pode ser explicado pela utilização da retórica como instrumento de persuasão durante a comunicação do projeto político partidário. O nazismo não tentou convencer a população com argumentos racionais, pelo contrário, adotou “função mágica das palavras” (CASSIRER, 2003, p. 327), que despertava emoções nacionais, desarmava os espíritos críticos e fomentava a devoção ao líder.

A história comprovou a eficiência da retórica nazista na Alemanha. A população consentiu com as políticas “irracionais” nazistas. “O rearmamento militar foi apenas a consequência necessária do rearmamento mental provocado pelos mitos políticos” (*idem, ibidem*, p. 327). A maioria aceitou a “nova ordem” sem questioná-la.

Em situações desesperadas o homem socorreu-se sempre de meios desesperados – e os mitos políticos atuais foram os tais meios desesperados. Se a razão nos abandona, resta sempre a última alternativa, o poder do miraculoso e do misterioso [...] Nada melhor para adormecer todas as nossas forças ativas, o nosso poder de juízo e discernimento crítico, e para nos retirar o sentimento de personalidade e responsabilidade individual do que a realização constante, uniforme e monótona dos mesmos ritos [...] Os mitos políticos atuaram como a serpente que tenta paralisar a sua vítima antes de atacá-la. Os homens foram vencidos e subjugados antes de compreenderem o que lhes estava acontecendo. (*idem, ibidem*, p. 323, 329 e 331).

¹⁰ Segundo Hobsbawm (2004, p. 159), o apogeu do nacionalismo se deu nos anos 1918 a 1950.

Essa discussão sobre a “função mágica” da linguagem é muito próxima daquela realizada por Pierre Bourdieu (1989) sobre o “poder simbólico”. Segundo ele, toda comunicação se constitui em uma relação de poder na qual a linguagem é utilizada como instrumento de dominação e consenso. Segundo essa linha de raciocínio, o abuso da história e a realização de comemorações cívicas seriam uma forma de “violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 1989, p. 12 e 75). Isso porque o abuso da história impõe imagens do passado que os rituais de celebração irão confirmar.

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (Cf. Weber), quer dizer, do poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes. (BOURDIEU, 1989, p. 11 e 12).

O *modus operandi* da criação de um mito político é a repetição incessante dele por meio de uma linguagem acessível ao povo. Dizia-se que uma mentira repetida por mil vezes se tornava em verdade irrefutável. Para atingir o imaginário popular e manipular as emoções das pessoas, utilizavam os mais diversos meios de comunicação de massa.

O objetivo era a disseminação do otimismo e a divulgação de uma visão de mundo maniqueísta que criminalizava os opositores do nazismo. A atmosfera social favorável à “solução final” dos judeus, por exemplo, foi produto de uma incansável e repetitiva campanha publicitária racista. “Os nazistas levavam muito a sério suas mentiras propagandísticas” (LENHARO, 1990, p. 26).

O sentimento nacionalista alemão foi incentivado por diversos mecanismos. Os principais deles foram a participação em festas cívicas, o ensino da história voltado para a confirmação da superioridade racial ariana e a necessidade da construção de um espaço vital, os cerimoniais de culto aos mortos e a propaganda oficial. “Qualquer ocasião podia ser utilizada como recurso de mobilização popular nas ruas e de envolvimento político das massas” (*idem, ibidem*, p. 39). Obviamente, as preferidas eram as de caráter cívico. Isso pode ser comprovado por meio de uma análise do calendário nazista.

O calendário de cerimônias era bastante diversificado e organizado de modo a cobrir todo o ano de festividades. A 3 de janeiro, comemorava-se a tomada do poder; a 24 de fevereiro, a fundação do partido nazista; em março, o culto dos heróis; em abril, o aniversário de Hitler; em maio, o dia do trabalho e a festa das mães; em junho, o solstício do verão; em setembro, a grande festa nazista: oito dias de encontro e celebrações no Congresso do partido, em Nuremberg; em outubro, a festa da colheita, em Buckerberg; em novembro, o Putsch de Munique; em dezembro, o natal. (LENHARO, 1990, p. 38).

O cinema foi outro instrumento de criação e divulgação de mitos políticos nazistas. Os filmes de cunho histórico faziam crer que as imagens projetadas eram uma reconstituição fiel da história. Os temas privilegiados do discurso cinematográfico foram a exaltação da guerra, do patriotismo e do nazismo, além da caricaturalização dos inimigos. “A Alemanha contava com um instrumento propagandístico nacional com suficiente capacidade financeira para produzir todos os tipos de filmes, que podiam servir para orientar a opinião pública” (PEREIRA, 2012, p. 47). “Calcula-se que foram produzidos 1350 longas-metragens nos doze anos de domínio nazista” (LENHARO, 1990, p. 53).

Durante o regime nazista foram produzidos inúmeros filmes, que, de diversas formas, exaltavam o nazismo e a liderança de Adolf Hitler, encorajavam o nacionalismo exacerbado e o espírito militar, assim como incitavam sentimentos racistas e xenófobos na sociedade alemã, através de criação de estereótipos dos inimigos da nação. (PEREIRA, 2012, p. 20).

A vontade de potência e o desejo de eternidade nazistas também podiam ser percebidos através da arquitetura da época. Ela foi projetada para expressar a grandeza do regime nazista e do povo alemão. Os monumentos e as construções eram de tamanhos colossais, construídos com materiais resistentes ao tempo. A ideia era a de que “mesmo que o nazismo fosse reduzido ao silêncio, suas construções haveriam de falar por si” (*idem, ibidem*, p. 49).

O nacionalismo alemão “expôs a face mais perversa do fenômeno identitário. Idealizou um povo alemão e pretendeu torná-lo tão idêntico a si mesmo que a simples existência do diferente tornava-se insuportável” (D’ALESSIO e CAPELATO, 2004, p. 10). Os nazistas sabiam que a identidade coletiva não era algo dado ou natural, por isso, “bombardeavam” o imaginário coletivo alemão com um arquétipo desejado.

A intenção era a de que o povo, com o resultado da recorrência imagética, se reconhecesse no arquétipo. Como afirma Bhabha (2005, p. 76), a identificação “é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem [...] é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem”.

A história aparecia nas instituições escolares germânicas como uma narrativa apoteótica do “eu” alemão. Os alunos, em um processo de identificação narcísica, passavam a sentir orgulho de si mesmos. O passado “grandioso” era representado como um núcleo identitário cuja realização plena acontecia no presente. A história abusada “comprovava” que o Nazismo era o auge da evolução cultural mundial.

As ideias filosóficas de Hegel (2001) sobre a história também foram utilizadas politicamente para justificarem o Nazismo. Dizia Hegel (2001, p. 102) que “a história do mundo é a manifestação do divino, o absoluto desenvolvimento do Espírito em suas formas mais elevadas”. Como na concepção hegeliana, o Estado “é não só a representação, mas a própria encarnação do espírito do mundo” (CASSIRER, 2003, p. 306), fica fácil entender como a teoria foi manipulada para mostrar que o Estado Nazista era a forma mais elevada do desenvolvimento do “Espírito” defendido por Hegel.

Com isso, surge a pergunta: qual é a matéria em que será realizada o objetivo final da Razão? Antes de mais nada, ela é o próprio agente subjetivo, os desejos humanos, a subjetividade em geral. No conhecimento e na vontade do ser humano, como base material, o racional passa a existir [...] Este ser essencial é a união da vontade subjetiva com a vontade racional, é o conjunto moral, o Estado [...] **A Ideia universal se manifesta no Estado.** (HEGEL, 2002, p. 86, 87 e 88, grifo nosso).

Para Hegel, a Razão era o motor da história. A história narra as ações dos “grandes” homens, por conseguinte, narra a história da razão humana. Os “grandes homens” são aqueles capazes de concentrarem em si as potencialidades de seu tempo, de modo a cumprirem com o plano providencial que guia a humanidade rumo à liberdade plena. Essa condição de liberdade só poderia ser alcançada por intermédio do Estado. Portanto, o nazismo se apresentava como a mais elevada manifestação da razão histórica e, como tal, merecedora e digna de ser festejada.

O estudo dos abusos da história e das comemorações cívicas na Alemanha e em outros países ocidentais contemporâneos estão ligados a três importantes conceitos, a saber:

nação, nacionalismo e identidade nacional. As Ciências Sociais como um todo e em particular a sociologia e a ciência política deram a esses termos inúmeras definições. Não é o objetivo aqui promover uma ampla discussão teórica sobre eles. Pretendemos tão somente debater e expor as definições adotadas nessa tese.

A nação geralmente é entendida como “vasta sociedade de pessoas unidas por uma **consciência e cultura comuns**” (SILVA, 1986, p. 800, grifo nosso). Até a metade do século XX, não se questionou a veracidade dessa consciência coletiva de unidade e dessa cultura homogênea compartilhada. No entanto, a partir de então, ela passou a receber duras críticas, principalmente as dos pesquisadores vinculados aos Estudos Culturais.

Eles consideram que o “algo em comum” que identifica os membros de uma nação pode ser que não exista concretamente. Ele pode ter sido inventado para facilitar o governo de uma dada coletividade. Pode ter sido resultado de uma construção discursiva, de uma “violência simbólica”, de um abuso da história. Afinal, a língua nacional que dizem ser uma, são várias. A cultura nacional que dizem ser homogênea é híbrida. A identidade coletiva que dizem ser essencial é movente. Sem dizer do território que abarca a cultura compartilhada que é, na verdade, uma abstração, sem fronteiras definidas. E o passado que aparenta ser comum, na verdade é a de um grupo social.

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram nações e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, as tradições culturais comuns e outros mais [...] Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como nações, sempre é possível descobrir exceções [...] Além disso, como veremos, os critérios usados para esse objetivo - língua, etnicidade ou qualquer outro - são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação. (HOBSBAWM, 2004, p. 15)

O Dicionário de Política de Norberto Bobbio (1995, p. 795) afirma que “a nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado”. Se é uma ideologia, a nação, portanto, não pode ser tratada como sendo uma realidade empírica e histórica. Ela deve ser vista como um resultado da capacidade interpretativa humana que atribui significados às coisas conforme seus interesses ou visões de mundo. A narrativa da comunhão nacional pode se constituir em uma amostra disso, pois “independentemente da desigualdade e da exploração reais que

possam prevalecer em cada uma das nações, ela é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda” (ANDERSON, 2005, p. 27).

Para o cientista político Benedict Anderson, a questão não é a de estabelecer os critérios a serem usados para distinguir as nações falsas das genuínas. Os critérios não são práticos quando a comunidade se excede em número, pois impossibilita os membros de se conhecerem e de compartilharem, na prática, algo em comum.

Portanto, “todas as comunidades maiores do que as aldeias primordiais onde havia o contato cara a cara são imaginadas” (*idem, ibidem*, p. 26). São “imaginadas” no sentido de existirem somente no âmbito da imaginação ou das representações simbólicas. Em resumo, a nação é uma narrativa cultural de unidade e de comunhão nacional (Cf. BHABHA, 2005).

Proponho a seguinte definição da nação: é uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um, existe a imagem da sua comunhão (ANDERSON, 2005, p. 25).

O sociólogo britânico Anthony Giddens (Cf. 2008, p. 141) tenta simplificar a discussão afirmando que a nação é o conjunto de indivíduos que habitam em um território governado por um Estado. Dessa forma, o conceito de nação não está mais vinculado à comunhão cultural ou à homogeneidade étnica, e sim, ao país enquanto território físico de um Estado soberano.

Ele defende essa ideia dizendo que “uma nação para existir requer, no entanto, um espaço territorial delimitado” (GIDDENS, 2008, p. 21). Em outro momento ele explica que “uma nação [...] existe somente quando um Estado tem um alcance administrativo unificado sobre o território no qual sua soberania é proclamada” (*idem, ibidem*, p. 144).

Essa definição, apesar de rejeitar a historicidade da “cultura comum” tende a considerar a nação como algo que de fato existe e que está relacionada à ideia de que o território nacional é o que possibilita a sensação de “algo compartilhado”. Esse conceito além de excluir as “nações” sem Estado, ainda reforça a ideia de nação como uma realidade “não-imaginada”.

Esse debate desconsidera o fato de o território ser mais um símbolo utilizado para transmitir uma ideia de homogeneidade (MAGNOLI, 1997). Por isso, esse conceito não foi

adotado nessa tese, o que não desmerece o trabalho do autor, visto que algumas de suas ideias sobre Estado Nação são utilizadas aqui.

Quando se fala em Estado Nacional ou Estado Nação a primeira impressão que se tem é a de um ente político com poderes soberanos em um territorial habitado por uma nação. Ou seja, cada Estado Nacional representaria uma nação politicamente organizada. “As fronteiras do Estado deveriam coincidir com as fronteiras da nacionalidade e da língua” (HOBSBAWM, 2004, p. 161). Mas como já foi dito, a nação é concebida aqui como uma comunidade imaginada. Então de onde vem esse sentimento de pertença? Esse senso de identidade? Essa consciência nacional?

Várias são as possíveis respostas. Uma delas foi dada por Montserrat Guibernau, professora de política da Universidade de Londres *Queen Mary*. Ela diz que “é uma resposta à necessidade de identidade de natureza eminentemente simbólica” (GUIBERNAU, 1997, p. 13). Ele enfatiza o fato de o nacionalismo ser “um provedor de identidade para os indivíduos que vivem e trabalham nas sociedades modernas” (*idem, ibidem*, p. 52). Sendo assim, “o nacionalismo vem antes das nações” (HOBSBAWM, 2004, p. 19), é ele “que dá origem às nações, e não o contrário” (GELLNER, 1993, p. 89).

A nação, essa comunidade imaginada, é uma criação do nacionalismo, no sentido pleno. Ela se ergue sobre o chão da cultura: uma língua difundida pela palavra impressa, um mercado integrado e circunscrito no território, a crença num passado compartilhado e um sentimento comum de destino. A sua forja é a imaginação material, promovida pelo Estado: leis, moeda, sistema educacional, administração, recenseamento, cartografia. (MAGNOLI, 1997, p. 8).

O nacionalismo é o sentimento de identificação cultural, territorial, simbólica e histórica que uma pessoa internaliza e que lhe transmite uma sensação de pertencer em uma comunidade. Essa sensação não confirma a existência da comunidade, mas serve para mostrar que, se tal sentimento prevalece, é porque algum grupo de interesse se deu ao trabalho de estimulá-lo.

Há uma ordem simbólica imposta pelo Estado a fim de formar uma consciência nacional nas pessoas. São práticas discursivas subliminares de convencimento que de tanto serem repetidas das mais diversas formas acabam sendo aceitas. As pessoas passam a acreditar que compartilham algo em comum e que, por isso, pertencem a mesma comunidade.

A identidade nacional é semelhante a uma imagem ideal posta na frente de uma coletividade como se fosse um gigantesco espelho. O grau de consciência identitária depende do tempo em que a coletividade fica exposta ao “espelho”. O objetivo é que as pessoas se reconheçam na imagem ideal projetada. Como a imagem é de bem-aventurança, acabam por sentir orgulho de si e da comunidade a que pertencem.

O fato de o Estado promover uma política de homogeneização cultural já serve como um indício da ausência identitária. Caso houvesse de fato uma cultura nacional compartilhada não precisaria da intervenção do Estado. A existência de uma ordem simbólica de identificação sancionada pelo Estado não garante a aceitação plena e homogênea dela pelas pessoas que nasceram e/ou moram nos limites de seu território.

Apesar de “um dos aspectos mais característico do nacionalismo ser sua capacidade de reunir pessoas de níveis sociais e contextos culturais diferentes” (GUIBERNAU, 1997, p. 53), “a consciência nacional se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país” (HOBSBAWM, 2004, p. 21). Ela depende da capacidade cognitiva e imaginária das pessoas em abstrair, formar ou interpretar sentidos, afinal, “o nacionalismo é um fenômeno essencialmente psicológico” (GUIBERNAU, 1997, p. 53).

O maior beneficiário do nacionalismo é o próprio Estado e sua elite dirigente. O nacionalismo promove a lealdade incondicional à nação, fazendo crer que aquilo que determinadas pessoas têm em comum é mais forte do que aquilo que tende a separar. Ou seja, “o poder do nacionalismo emana de sua habilidade para engendrar os sentimentos em torno de pertencer a uma comunidade” (GUIBERNAU, 1997, p. 11). E a lealdade à nação acaba se tornando também uma lealdade ao Estado, uma vez que “o Estado-nação associou definitivamente os conceitos de povo e nação ao território, estabelecendo os vínculos de natureza abstrata, ou seja, ideológica entre eles” (MAGNOLI, 1997, p. 15).

O ensino da “história oficial” e a promoção de festas cívica são duas formas eficazes de violência simbólica empregadas pelo Estado para fomentar o nacionalismo e a imaginação da nação. Não é à toa que Detienne (2013, p. 12) afirma que “a história nacional é um gênero narrativo muito apreciado e eficaz para dar forma e conteúdo à identidade nacional”.

A história fornece a maior parte do combustível para o nacionalismo. Cria a memória coletiva que ajuda a fazer com que o sentimento de nação venha à tona. A comemoração coletiva das grandes conquistas nacionais - e a tristeza partilhada

pelos fracassos – a sustenta e estimula [...] uma nação é um grupo de pessoas unidas por uma visão equivocada sobre o passado. (MACMILLAN, 2010, p. 105 e 106).

Em resumo, o abuso da história e a festa cívica são fundamentais para a imaginação da nação. Como consta em Hobsbawm (2004, p. 22), “o erro histórico é parte da formação de uma nação”. Isso porque a história oficial vende a ideia de que a nação a que o povo pertence é digna de louvor e a festa cívica acontece justamente para honrar os protagonistas dessa fantástica história.

1.2.1 Na França

Dia 14 julho é o primeiro dia do terror. Mas os liberais não aceitam relacionar a data com um momento glorioso do advento da tirania demagógica. Afinal, as celebrações de liberdade não podem estar associadas à guilhotina.

(Christian Amalvi, In: NORA, 1987, Vol. 1, p. 428, tradução livre).

Pode em uma festa pensada como a expressão das luzes, apresentar sombra e horror?

(Mona Ozouf, In: LE GOFF e NORA, 1976, Vol. 1, p. 226).

Não há melhor testemunho da revolução do que a tragédia, mas a festa revolucionária excluiu a tragédia.

(OZOUF, 1986, p. 45, tradução livre).

As festas “revolucionárias” francesas constituem-se no exemplo mais clássico de comemorações cívicas no mundo ocidental contemporâneo. Praticamente todos os países que adotaram o modelo republicano elaboraram um calendário cívico. O abuso da história praticado nas festas cívicas francesas serviu de inspiração para outros países, inclusive para o Brasil. Por isso, o seu estudo se faz necessário.

O objetivo desse tópico é mostrar que mesmo se tratando de um fato já consagrado no imaginário social mundial como o símbolo do triunfo da “razão” e da “liberdade”, como é o caso da Revolução Francesa, ele também é suscetível de críticas. Se realmente “a história é filha de seu tempo” (Lucien Febvre *apud* BLOCH, 2001, p. 7), “a historiografia da revolução francesa precisa mudar para responder a novas indagações” (VOVELLE, 2004, p. 9). E foi

exatamente isso que aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, quando os valores iluministas foram questionados.

A Europa ficou praticamente destruída e deslocada do centro do poder político e econômico internacional após a Segunda Guerra mundial. Se a vergonha de ter sido o palco do surgimento do Nazismo não fosse o suficiente, ainda não havia conseguido evitar o expansionismo deste por meios próprios.

Os EUA e a URSS, dois países não-europeus, tiveram que “socorrê-la”. Incapaz de “assegurar a própria defesa, dirigir o próprio destino, reerguer a própria economia” (RÉMOND, 2005, p. 144), a Europa foi dividida em duas gigantescas áreas de influência, sofrendo, com isso, influência externa das duas principais potências pós-guerra.

A França, mais que todos os países europeus, teve o orgulho ferido. A suntuosidade napoleônica e a grandeza de seus intelectuais não significaram nada quando o exército nazista desfilou triunfante pelas avenidas de Paris em junho de 1940.

Adolf Hitler fez questão de vingar a situação vexatória pela qual a Alemanha passara no final da Primeira Guerra pela derrota sofrida e pela humilhação da assinatura do Tratado de Versalhes em Paris (1919). Os nazistas dividiram a França, que passou a ter dois terços de seu território administrado diretamente pelos alemães.

O chanceler nazista Hitler participou hoje (22 de junho de 1940), no bosque de Compiègne, da assinatura do armistício com a França, que admite assim a derrota. O acordo foi selado no mesmo vagão de trem em que a Alemanha reconheceu a vitória da Entente, há 22 anos. As tropas alemãs, que há oito dias passaram sob o Arco do Triunfo, em Paris, ocuparão o norte da França. (BRENER, 1998, p. 152).

A Europa, de modo geral, adentrou os anos 1950 despojada das pompas de outrora. “As grandes potências de 1914, todas europeias, haviam desaparecido” (HOBBSAWM, 1999, p. 23). E apesar da prosperidade a que alcançou nos anos 1960, já não dava mais para defender com tanta confiança o progresso histórico, a razão, o patriotismo, a ideia de verdade, a neutralidade da ciência e otimismo futuro. As teses iluministas foram postas à prova, as “luzes” se mostraram ofuscadas pelas guerras, pela indústria bélica e pelo genocídio.

A “era de catástrofes” provocou uma crise epistemológica dos valores, das tradições e do sistema de pensamento que apoiavam o mundo moderno. Como explica Hobsbawm (1999, p. 21), “não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as

formas”. Tudo que se mostrava “sólido”, agora, parecia que “se desmanchava no ar” (BERMAN, 2007). No campo das ciências humanas, a ideia de cientificidade vinculada à verdade e à neutralidade foi abalada. O que serviu de estímulo aos estudiosos para questionarem todas as certezas até então aceitas.

Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do século XVIII: uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo. (HOBSBAWM, 1999, p. 20).

Nos anos 1960, a Europa foi marcada pelas contestações políticas, subversão de valores e intensas discussões filosóficas. O período também ficou conhecido como "anos rebeldes". Na França, estavam em plena atividade intelectual Ernest Labrousse, Albert Soboul, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Henri Lefebvre, Émile Benveniste, Claude Lévi-Strauss, Raymond Aron, Paul Ricoeur, Philippe Ariès, Pierre Vilar, Louis Althusser, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Michel Pêcheux, Jacques Lacan, Roland Barthes, Jacques Derrida, Pierre Chaunu, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis, Michel de Certeau e Marc Ferro, para não citar outros. No dia 22 de maio de 1968, cerca de dez milhões de trabalhadores franceses foram às ruas. Foi a maior greve já realizada de toda a Europa.

Em maio de 1968 produziu uma exasperação da circulação dos discursos, sobre as ondas, sobre os muros e na rua. Mas, também, no silêncio das escrivatinhas universitárias. Era o tempo da multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrecrocavam: a *luta de classe* reinava na teoria. (COURTINE, 2006, p. 9).

Foi sob o impacto dessa “crise epistemológica” que a história da Revolução Francesa foi revisada. Vários historiadores passaram a denunciar o caráter ufanista, patriótico, nacionalista e epopeico da narrativa oficial. Tal crítica se espalhou durante as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa promovida pelo governo francês. Durante o período, autores como Maurice Agulhon (1999), François Furet (1989), Gérard Namer (1987), Pierre Nora (1987) e Mona Ozouf (1986) participaram ativamente no trabalho de desmistificar a Revolução Francesa e analisar o uso político das festas cívicas. Posteriormente, outros como Patrick Garcia (2000) e Rémi Dalisson (2009) também fizeram o mesmo.

Um exemplo do impacto dessa “reviravolta” interpretativa foi *Le livre noir de la Révolution Française*, obra organizada por Renaud Escande e publicada em 2008. A obra de quase novecentas páginas reúne cinquenta e seis artigos de diversos autores, dentre eles, o do veterano Pierre Chaunu. Os artigos ali reunidos abandonam a interpretação epopeica e adotam a postura quase elegíaca, pois tratam a revolução como um acontecimento sangüinário, marcado pelo genocídio franco-francês. Denunciam a historiografia oficial que tenta dissimular ou justificar o assassinato de mais de seiscentos mil franceses e a destruição de inúmeros monumentos de grande importância artística.

O conjunto dessas críticas se mostra relevante por ser dirigida a um acontecimento já consagrado como glorioso. Os livros didáticos de praticamente todos os países de base liberal e republicana atribuem à Revolução Francesa um *status* de acontecimentos fundador da Idade Contemporânea e da democracia moderna (Cf. VOVELLE, 2004, p. 70). Ela aparece aos olhos dos leitores como algo mágico e encantador, capaz de provocar a sensação de orgulho e admiração pelo passado e, conseqüentemente, pela ordem burguesa.

A interpretação apoteótica não foi a única. Desde cedo os acontecimentos receberam críticas. Já nos anos 1881 a 1890, a imprensa francesa fazia menção ao 14 de julho como “le prélude sanglant de la Terreur” (Christian Amalvi, In: NORA, 1987, Vol. 1, p. 436). Julgava-se que tal celebração representaria uma “fête de l’assassinat” (Christian Amalvi, In: NORA, 1987, Vol. 1, p. 429). Por que tal leitura não prevaleceu? Ela era inconsistente, falsa ou inconveniente aos propósitos do Estado republicano liberal?

No entanto, o “Terror” era dissimulado pelo fato de alguns historiadores dividirem o estudo do processo revolucionário em “fases”. A fase menos violenta era caracterizada como a liberal-burguesa e a mais violenta como a jacobina. Foi uma forma de tentar inocentar os burgueses do “Terror”.

Outra estratégia foi considerá-lo um “deslize” ou “derrapagem” do projeto inicial. Algo que não estava previsto, mas que se tornou necessário para fins defensivos, pois a aristocracia esboçou reação. Os que tentaram justificar a ditadura jacobina se apegaram à “desculpa mistificadora das circunstâncias” (FURET, 2001, p. 42) ou ao argumento de que não se podia confundir a Revolução, que é uma ruptura, com o processo que ela desencadeou.

O uso da guilhotina, do fuzilamento e do afogamento contra aqueles que apoiavam o Antigo Regime ou contra aqueles discordavam da Revolução é historicamente inquestionável. O que aconteceu para que uma das maiores carnificinas da história da França figurasse nos

livros didáticos como um levante a favor da fraternidade” e dos direitos dos homens? O que houve para que o conjunto de acontecimentos que incluía a ditadura jacobina e a napoleônica fosse interpretado como um ícone da defesa da “liberdade”? Como tal acontecimento pode ser considerado a concretização de ideais racionalistas do Iluminismo se a barbárie da guilhotina foi o que prevaleceu?

La conclusion de toutes ces brochures est limpide : vouloir célébrer en guise de fête nationale la rébellion, la désertion, le parjure et l’assassinat serait proprement aberrant car la fête du 14 juillet c’est la première journée de la Terreur ; mais les libéraux ne peuvent accepter comme une date glorieuse celle de l’avènement de la tyrannie démagogique. Les fêtes de la liberté ne sont pas celles où l’on promène des têtes coupées. (Christian Amalvi, In: NORA, 1987, Vol. 1, p. 429).

Como sabemos, a versão positiva dos acontecimentos prevaleceu. Como na Grécia Antiga, a origem da França moderna está marcada por mitos fundadores. Os historiadores franceses nacionalistas fizeram questão de “embelezar” a Revolução. Afinal, ela representava a origem do Estado Nacional francês. Ou seja, a obsessão pelas origens continuou. “Desde há quase duzentos anos, a história da revolução nunca deixou de ser um relato sobre as origens, e portanto, um discurso sobre a identidade” (FURET, 1989, p. 20). Em resumo, “a história da revolução tem como função social manter esse relato das origens” (*idem, ibidem*, p. 17).

A Revolução Francesa foi concebida pela história oficial como um marco a partir do qual a França experimentou uma “nova era”, agora pautada nos direitos do homem e na soberania do povo. Mas como sabemos, a ideia de ruptura é arbitrária. Uma determinada postura política pode ser julgada como ruptura e, contraditoriamente, ser identificada como continuidade. Tudo depende do posicionamento ideológico de quem olha e da referência de comparação adotada por ela.

A Revolução instaurou o Estado laico, e mas ao mesmo tempo persistiu no uso da violência como meios para alcançar os fins. Os efeitos da ruptura e os da permanência foram ideologicamente construídos. O passado anterior ao da Revolução foi estigmatizado como negativo e o tempo presente a partir dela como positivo. Enfim, “a revolução francesa imaginou-se como a passagem repentina de um povo da escravidão para a liberdade: é essa ideia fundadora que Burke denuncia como uma mentira nefasta” (FURET, 2001, p. 103).

A contradição intelectual é mascarada pela celebração do começo. É que mais do que nunca, no século XX, o historiador da Revolução Francesa comemora o

acontecimento que ele conta, ou que ele estuda. Os materiais que ele acrescenta são somente ornamentos suplementares oferecidos a sua tradição [...] É essa elasticidade comemorativa, onde se está sempre investindo o orgulho nacional, que faz da história revolucionária na França um setor particular da disciplina [...] Está submetido a um mecanismo de identificação do historiador com seus heróis e com seu evento [...] Se insistirmos, a qualquer preço, em conservar a ideia de uma ruptura objetiva do tempo histórico, fazendo dessa ruptura o alfa e o ômega da história da revolução, seremos inevitavelmente conduzidos, qualquer que seja a interpretação enunciada, a absurdos. Mas esses absurdos são tão mais necessários quanto mais ambiciosa for a interpretação. (FURET, 1989, p. 23 e 27).

In the case of both the French and American revolutions, the need to commemorate arose directly out of an ideologically driven desire to break with the past, to construct as great a distance as possible between the new age and the old. It was the French revolutionaries who invented the “Old Regime,” exaggerating its backwardness as well as its injustices in order to justify their claim that 1789 represented a remarkable leap forward. Conceiving of them selves as standing at the starting point of a new era, revolutionaries on both sides of the Atlantic created a cult of new beginnings and, with it, a whole set of memory practices and sites that were as controversial then as they are today. (GILLIS, 1996, p. 8).

O papel das comemorações foi fundamental para a consagração da ideia de ruptura. Um ano após a reunião da Assembleia dos Estados Gerais que ocorreu em Versalhes a 5 de maio de 1789, uma festa cívica foi convocada em homenagem à Tomada da Bastilha. A celebração aconteceu em 14 de julho de 1790 no Campo de Marte e compareceram vinte mil pessoas (Cf. DALISSON, 2009, 11).

A “nova” França precisava instaurar marcos fundadores originais para caracterizá-la. Por isso, “a festa revolucionária teve a sua realização imediata; desde sua origem, foi sobrecarregada de significações racionais por aqueles que desejavam conjugar nelas os objetivos morais e políticos e os objetivos pitorescos” (Mona Ozouf, In: NORA, 1976, Vol. 1, p. 223).

Não há uma prova melhor que o calendário revolucionário para constatar o desejo da instauração de uma “nova era”. O calendário foi adotado pela Convenção em 5 de outubro de 1793, portanto, quatro anos depois da tomada da Bastilha. A intenção era inventar tradições que assegurassem a imaginação de uma nova identidade francesa, através da promoção de hábitos desligados do imaginário monárquico e cristão. Como afirma Dalisson (2009, p. 14):

[...] l’histoire sur la longue durée des fêtes nationales nous permettra de comprendre ce qui bâtit l’identité de la France [...] ainsi, à travers les différentes politiques commémoratives et festives apparaîtront les visions que les Français eurent de leur histoire et de leur identité, mais aussi leur rapport à la mémoire collective.

Quadro 1 – Algumas festas nacionais do período revolucionário (1789-1799)

NOME DA FESTA	PERÍODO	DOCUMENTO BASE DE CRIAÇÃO
Festa da Federação	14 de julho de 1790-1792	Relatório de Talleyrand, 07 de junho de 1790.
Festa da Liberdade	1793-1794	Relatório Lakanal, 26 de junho de 1793.
Festa em homenagem a Voltaire	11 de julho de 1791	Decreto 8 / 15 abril 1791.
Dia da Liberdade	15 abril 1792	Decreto 09 de março de 1792
Festa da Lei	03 de junho de 1792	Decreto 25 março 1792
Festa da unidade	10 de agosto de 1793 (23 Thermidor Ano I)	Decreto 08 de agosto de 1793 (21 Thermidor Ano I)
Festa em homenagem a Saint-Fargeau	24 de fevereiro de 1793 (6 Ventôse I)	Decreto de 22 de Janeiro 1793 (3 Pluviose I)
Dia da Razão	30 de outubro de 1793 (9 Brumário Ano II)	Decreto 28 de setembro de 1793 (7 Vendémiaire Ano II)
Dia das vitórias de Toulon	25 dez 1793 (5 Nivose II)	Decreto 17 de dezembro de 1793 (27 Frimaire)
Festival do Ser Supremo	08 de junho de 1794 (20 Prairial)	Decreto 23 de maio de 1794 (4 Prairial)
Festival em homenagem a Bara et Viala	23 de julho de 1794 (5 Thermidor Ano II)	Decreto 18 jun 1793 (30 Prairial)

Fonte: DALISSON, 2009, p. 479 (tradução livre).

Os revolucionários franceses organizaram um intenso ataque aos bens materiais e culturais da Igreja Católica para marcarem a ideia de ruptura. Terras foram saqueadas, monumentos foram destruídos e centenas de religiosos foram mortos. Muitas das tradições cristãs foram secularizadas. A intenção era fazer com que o povo direcionasse sua devoção espiritual à religiosidade cívica. Pretendiam substituir o culto a Jesus Cristo pelo culto ao “Ser Supremo”, a adoração aos santos pela louvação aos “grandes homens”.

A construção do Panteão da Pátria inaugurado em 1790 foi uma tentativa de concorrer com os templos católicos. No Panteão, as celebrações eram liturgias laicizadas. “O culto da razão não pode nascer senão quando os revolucionários estiverem todos convencidos da necessidade de substituir a religião antiga por um culto cívico” (Mona Ozouf, In: NORA, 1976, Vol. 1, p. 224). Enfim, queriam criar um poder espiritual que legitimasse a nova ordem.

O chefe do poder político que antes era relacionado aos deuses da religião, passou a estar associado aos “heróis” da pátria. Em ambos os casos o abuso da história se faz presente.

O novo calendário foi de início uma prática antes de ser uma instituição. Desde o dia 15 de julho de 1789 – já germinando a ideia de um aniversário regular da jornada gloriosa – estreou-se a datar os acontecimentos a partir do segundo dia da liberdade, ruptura portanto vivida antes de ser racionalizada. A contar desse dia 15 de julho de 1789, ouve, por consequência, um ano I, um ano II e um ano III da liberdade. (FURET e OZOUF, 1989, p. 466).

A aristocracia feudal afirmara-se outrora como casta superior através do discurso religioso. Seu sangue azul justificava os privilégios. Quando em 1793 a burguesia faz correr o sangue sagrado do monarca, separa-se dessa ideologia mas, estando vago o lugar, tentará encontrar **outra transcendência** para justificar, por sua vez, sua superioridade e seus privilégios. **No século XIX, não é mais na religião que ela irá procurar justificações, mas nas artes e na literatura.** O domínio da cultura deterá, no discurso burguês, o mesmo lugar que a religião no da aristocracia feudal. (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 145, grifo nosso)

O calendário revolucionário dividiu o ano em feriados nacionais. Geralmente nessas datas eram realizadas festas cívicas. O anseio era eternizar a revolução no imaginário social. Isso deveria acontecer por meio à crítica dos costumes e valores monárquicos e cristãos e pela exaltação da visão de mundo republicana e laica.

O calendário, os feriados e as festas eram formas de educação cívica. Por motivos diversos, tal calendário cívico não teve muita aceitação social. Em 1º de janeiro de 1806, ele foi completamente abolido. Com isso, “a revolução francesa [...] foi destacada do extraordinário” (FURET e OZOUF, 1989, p. 473).

Acreditamos que a primeira decisão a ser tomada por aqueles que desejam fazer uma avaliação sincera da Revolução Francesa seja a de tirá-la do “altar sagrado”. É preciso negá-la como objeto de comemorações cívicas. Isso porque muitas são as indagações que a história festiva da revolução não responde. Citemos algumas:

- A derrota do Antigo Regime significou a “igualdade, liberdade e fraternidade”?
- Os cadafalsos podem ser justificados pelo fato de terem contribuído para o fim da monarquia?
- Os assassinatos teriam sido requisitos para a instauração dos direitos humanos?
- A ditadura realmente foi necessária para a instauração do Estado livre?
- As comemorações cívicas podem ser interpretadas como apologia ao “Terror” e à guilhotina?

- “Pode-se, numa festa que se pensa idealmente como festa das luzes, apresentar a sombra e o horror?” (Mona Ozouf, In: NORA, 1976, Vol. 1, p. 226).

O Bicentenário da Revolução Francesa se mostrou um lugar privilegiado para a análise do uso político do passado e das políticas públicas comemorativas. Uns e outros são consequências de decisões políticas. São ações deliberadas e planejadas para atingir fins quase sempre ligados à manutenção da ordem. “Toute commémoration est une préférence : toute commémoration est un rejet dans l’oubli d’autres choses, d’autres événements” (NAMER, 1997, p. 144).

Durante o período festivo do bicentenário, a França era governada pelo advogado François Mitterrand (1916-1996), do Partido Socialista (PS). Mitterrand presidiu a França nos anos de 1981 a 1995, ou seja, quatorze anos. Dizem que sua candidatura a reeleição em 1988 foi motivada pelo desejo de presidir a república francesa durante o período festivo do bicentenário. As comemorações acabaram se tornando uma autocelebração, uma vez que o Partido Socialista francês foi representado como herdeiro político da Revolução.

A comissão de pesquisa do bicentenário foi entregue ao historiador Ernest Labrousse, sucessor de Marc Bloch na Sorbonne e contemporâneo de Fernand Braudel. No entanto, por questões de saúde, sua participação não durou muito tempo, teve que se afastar do cargo no final de 1985. Mesmo assim, continuou como presidente de honra até 1987.

Ele então foi substituído por Michel Vovelle, outro historiador não menos prestigiado. Também foi sucessor de Albert Soboul na cadeira de História da Revolução Francesa da Sorbonne e que desde 1982 fazia parte da *Missão do Bicentenário*, responsável pela programação comemorativa dos duzentos anos de Revolução Francesa. Também presidiu o Congresso Mundial do Bicentenário e incentivou debates sobre a Revolução Francesa em vários países.

A intenção política do projeto comemorativo em âmbito internacional foi a de projetar a importância mundial da França como protagonista de acontecimentos definidores da “civilização ocidental” contemporânea. Para isso, financiou atividades em quase sessenta países como forma de garantir uma leitura “correta” da Revolução, exorcizando o “revisionismo” liderado por François Furet. A Revolução Francesa era apresentada como

patrimônio histórico da humanidade, de modo que o mundo era incentivado a sentir orgulho dos franceses.

Para evitar debates constrangedores, a comissão organizadora limitou o gesto comemorativo aos acontecimentos de 1789, mais precisamente à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Evitou-se o debate sobre o papel da violência e da ditadura jacobina. E das três promessas da revolução, enfatizaram mais a “liberdade”, dando menor atenção à “fraternidade” e quase nenhuma a “igualdade”. Por isso, que o sociólogo francês Gérard Namer (1987, p. 191) afirma que as comemorações foram uma “reconstitution minutieuse du passé”.

A prática do abuso da história para obtenção de ganhos políticos não parou por aí. François Mitterrand queria obter consenso em torno de seu governo. Uma das estratégias utilizadas para atingir tal fim foi a promoção de festas cívicas baseada no mito fundador do Estado Nacional francês. Como o objetivo era provocar ufanismo nas pessoas, os debates públicos sobre a história da França não eram bem vistas.

Durante as comemorações do bicentenário, o presidente afirmou ser o continuador do projeto revolucionário de 1789 (Cf. GARCIA, 2000, p. 41). O passado de que se dizia herdeiro não era aquele marcado pela violência e sim pela defesa pela liberdade. A população foi seduzida a acreditar em uma revolução sem guilhotina. O passado foi uma mera desculpa para se comemorar o presente.

A preocupação do governo em monopolizar o simbolismo da Revolução Francesa também teve a ver com a crise do socialismo soviético. Com a desintegração do leste europeu, o conceito de revolução como etapa para um futuro socialista ficou abalado. Isso porque a interpretação soviética via marxismo ortodoxo tentara se apoderar da herança do movimento francês durante muito tempo. A Revolução Russa era tida como cumpridora das promessas feitas pela Revolução Francesa.

Uma conclusão histórica foi influenciada por essa relação de continuidade, a saber: se a Revolução Russa, que fora apresentada como herdeira da Revolução Francesa, entrara em crise; poderia significar que a matriz francesa, a qual a russa derivara, se tornara impraticável. Para defender a integridade do movimento francês, muitos autores passaram a diferenciar os dois fenômenos: o caso francês continuou a ser tratado como uma revolução, porém, o russo passou a ser visto como um golpe de estado (Cf. GARCIA, 2000, p. 34).

Nesse momento, a ideia de Revolução Francesa inacabada foi adotada. A Revolução não havia chegado ao fim, diziam. Ainda havia “bastilhas” no presente a serem tomadas. Era preciso levar adiante o sonho da “liberdade, igualdade e fraternidade”, já que o mesmo ainda não havia sido realizado completamente.

A questão não era identificar qual evento realmente pusera fim a revolução ou se realmente houvera uma revolução, mas quem a poderia leva-la a sua conclusão. Foi nesse contexto que o governo socialista de Mitterrand se colocou como candidato a prosseguir com o sonho revolucionário.

Autores comentam que tudo isso não passou de estratégia de marketing político abarrotada de violência simbólica. François Furet já havia criticado tal interpretação em 1978, em sua obra *Pensar a Revolução Francesa*. O título do primeiro capítulo *A revolução francesa acabou*, já nos indica o ponto de vista dele sobre o assunto.

O autor denuncia que a datação do término de qualquer fato histórico é ideológica, uma vez que pode sofrer alterações conforme o conjunto de interesses em jogo. Há autores que enxergam na Revolução uma matriz histórica universal de mudanças sociais, por isso ela é constantemente retomada. A ideia de Revolução prevalece porque a presentificação de seu discurso ainda é útil politicamente tanto para liberais quanto para marxistas.

Vale lembrar ainda que a leitura comunista da Revolução Francesa se manteve hegemônica por todo o século XX. Em 1939, os comunistas foram os mais destacados reverenciadores dos cento e cinquenta anos dela. Isso porque a revolução bolchevique era interpretada à luz da revolução jacobina pelos principais catedráticos de História Francesa da Sorbonne – Albert Mathiez (1874-1932), Henri Lefebvre (1901-1991) e Albert Soboul (1914-1982).

Não é possível separar da herança jacobina a fascinação que o comunismo exerceu sobre o eleitorado francês de esquerda, no meio século que separa a Frente Popular da eleição de François Mitterrand à presidência da República. Nos dois casos, aliás, trata-se de uma filiação explicitamente reconhecida e reivindicada. (FURET e OZOUF, 1989, p. XIV).

A divulgação massiva dos escândalos do regime totalitário socialista a partir de sua desintegração favoreceu o temor de que a tomada da Bastilha também fosse considerada um episódio de terrorismo ou vandalismo. Manter o *status* de revolucionário aos acontecimentos de 1789, era vantajoso tanto para os partidos liberais quanto para os socialistas. Pois fazia

sobreviver ao menos um modelo de mudança social, já que a experiência soviética havia fracassado.

A agenda do bicentenário foi repleta de desfiles, espetáculos públicos e inauguração de grandes obras. A torre Eiffel, obra monumental construída em homenagem ao centenário da Revolução, foi apropriada simbolicamente pelo governo socialista como o ícone do progresso científico, da revolução industrial e da grandeza francesa. Ela passou por uma grande reforma em 1985, pois no ano do bicentenário ela completaria cem anos. Como parte dos festejos, várias réplicas dela foram construídas em outros países, inclusive no Brasil, a qual foi inaugurada em 1989, no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro.

As comemorações revolucionárias suscitaram inúmeras críticas. A mais forte foi a de que elas representavam uma festa da razão para cultuar a irracionalidade da violência. No geral, as críticas tiveram grande repercussão, principalmente aquelas formuladas pelos chamados historiadores revisionistas.

A história da fundação do Estado Nacional francês e da democracia moderna passaram a ser pesquisados de maneira menos apaixonada. A visita aos arquivos franceses aumentou e os documentos do século XVII passaram por releituras. Como afirma Agulhon (1999, p. 34): “du côté droit de l’ opinion et de la presse, la Révolution française est couramment qualifiée du nom déshonorant de génocide”.

A questão da identidade nacional se tornou assunto estratégico nos debates eleitorais da campanha presidencial francesa de 2007. A globalização e a criação da União Europeia que poderiam minar a identificação nacional, acabaram favorecendo as tensões étnicas na Europa. Na França, a situação ainda era mais delicada, pois o mito fundador do nacionalismo francês vinha sendo posto em cheque desde as críticas ao bicentenário.

O presidente francês Nicolas Sarkozy (2007-2012), do partido União por um Movimento Popular/UMP, partido de centro-direita, criou o *Ministério da Imigração, Integração e Identidade Nacional*. O objetivo foi limitar a imigração e avivar o nacionalismo e orgulho francês pautado nos valores republicanos e liberais enraizados na Revolução Francesa.

A assimilação cultural forçada foi imposta às minorias étnicas e aos estrangeiros. Em novembro de 2009, o ministro francês Eric Besson organizou um grande debate sobre

identidade nacional. Logo na abertura, Besson perguntou à plateia: “O que é ser francês?”. A resposta foi dada imediatamente pela crítica: “para que é preciso definir o que é ser francês?”.

Na medida em que uma sociedade decide se reconhecer em seus mortos, na terra onde ela se enraíza, naquelas e naqueles, cada vez melhor identificados, que verdadeiramente lhe pertencem, ela deve excluir tudo o que não for dali mesmo [...] terra de excelência, a França não para de cultivar o que chama de sua singularidade. Historiadores e políticos se esforçam para acumular as provas da exceção francesa em todos os domínios da inteligência e das competências. Os candidatos às últimas eleições presidenciais nessa província da Europa o testemunham através de proclamações como: [...] *a biologia essencial do povo francês faz dele um grupo à parte* [...] os historiadores a diagnosticam como especialistas, mundialmente reconhecidos; ensaístas e filósofos o confirmam: está havendo uma ruptura do laço com nossos mortos. **Nessa emergência, o projeto de Ministério da Identidade Nacional se torna uma medida de saúde pública.** (DETIENNE, 2013, p. 100, grifo nosso).

Tudo isso mostra o quão importante é a conservação da identidade coletiva para os que governam. Quanto maior a crise identitária de uma comunidade maior será o apego dos governantes aos hinos, feriados e história nacionais, museus, arquivos, cerimoniais, homenagens, medalhas de honra, e outros lugares de memória. Se realmente existe uma identidade coletiva imanente à população de um dado território nacional, por que os governos se preocupam tanto com o assunto?

Talvez seja porque tal identidade nunca tenha, de fato, existido; a não ser na imaginação daqueles que a defendem. Comemora-se uma interpretação vaidosa do passado e não a história propriamente dita. As festas cívicas exaltam o passado fundador, mesmo que ele esteja cheio de mitos e indiferente a veracidade dos fatos.

Os promotores das festividades são quem mais ganham com as comemorações cívicas. Isso porque colocam em prática uma narrativa histórica em que o presente aparece nela como uma continuação do passado comemorado. As festas transformam-se em uma louvação do tempo contemporâneo.

1.2.2 No Brasil

1.2.2.1 No Período Imperial

A história nacional é, sabe-se, um gênero literário muito apreciado e eficaz para dar forma e conteúdo à identidade nacional.

(DETIENNE, 2013, p. 13).

O poder político, durante o Antigo Regime e depois, deve agir em dois níveis diferentes, se quer ser eficaz, o da gestão material e da organização do país, **o nível político propriamente dito**, e o da **gestão imaginária**, o nível efetivo e psicológico inconsciente.

(APOSTOLIDÈS, 1993, p. 9, grifo nosso),

Monarcas, imperadores e republicanos, todos fizeram uso político da escrita da história e dos espetáculos cívicos. Desde a Grécia Antiga, o abuso da história e as festas cívicas nunca caíram em desuso. O Brasil, tão logo alcançou independência política de Portugal, tratou de operacionalizar o “ilusionismo ideológico” (APOSTOLIDÈS, 1993) das festas e cerimônias públicas.

No período imperial, “os gastos para a realização da cerimônia pareciam não ter limites” (SCHWARCZ, 2001, p. 24). As festas eram destinadas à realeza. Quando a convocação do povo acontecia, era apenas para que ele desse “vivas” ao monarca. Como afirma Schwarcz (1998, p. 248), no período imperial, as festas se constituíram em “mecanismos para divulgar o Império brasileiro”. Quanto mais pomposas eram as festas, tanto mais a monarquia se fazia representar.

O espetáculo público das festas oficiais apresentava-se como demonstrativo para confirmação do prestígio do imperador, pela sua capacidade de mobilização, pelo seu forte apelo emotivo e pela sua visibilidade. Isso era o que pretendia o governo monárquico com a festa oficial [...] A monarquia no Brasil utilizou espaços públicos para mobilizar o fervor patriótico em manifestações cívicas, para celebrar eventos marcantes da história do Brasil independente. (RODRIGUES, 2009, p. 124)

Essa estratégia também foi utilizada pelos militares e civis tão logo a República foi proclamada. Faz parte da história política do Brasil o uso do poder retórico da história e das festas para angariar a simpatia popular. Ao longo da introdução desse tópico, veremos sucintamente alguns exemplos disso. Para encerrar o capítulo, estudaremos as comemorações em homenagem aos quinhentos anos de descobrimento do Brasil.

O caso da Guerra do Paraguai (1864-1870) é um exemplo para iniciar esse debate. Sabe-se que esse episódio foi considerado até 1970¹¹ como a maior epopeia do “povo” brasileiro. Como afirma Miceli (1994, p. 93), ela era “um dos acontecimentos mais festejados pela historiografia das tradições nacionais”.

Tratar a Guerra do Paraguai como uma epopeia brasileira é desconsiderá-la como o mais funéreo conflito armado da história do continente sul-americano. As perdas humanas foram inigualáveis, a saber: 60 mil brasileiros mortos, 300 mil paraguaios mortos, 5 mil uruguaios e 28 mil argentinos. Ao todo, quase 400 mil seres humanos foram imolados.

Mas isso não impediu da história narrar o acontecimento como um “grande feito”. Acrescenta-se o fato de os aliados, principalmente os brasileiros, terem cometido vários atos que em nossos dias são definidos como crimes de guerra. Um exemplo disso foi a prática da degola de soldados paraguaios capturados em combate, além de “incendiar hospitais e matar enfermos! Queimar vivos velhos e crianças!” (CHIAVENATTO, 1984, p. 141). O poder manipulador das festas cívicas, das datas comemorativas e da história nacional foi tão forte que conseguiu despertar orgulho pela guerra, mesmo diante de tal carnificina.

Na Guerra do Paraguai cometeram-se os maiores crimes que a história militar das Américas tem registro. E foram cometidos contra o Paraguai – pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. O Conde D’Eu inscreveu seu nome entre os grandes criminosos da história em apenas um ano que comandou o exército do Império. Ao lado desses nefandos crimes de guerra, trabalhou uma propaganda mentirosa, infame, safada e vergonhosa que, para encobri-los, imputava-os ao Paraguai. (CHIAVENATTO, 1984, p. 142).

Matar é sempre matar, mas a vida parece mais agredida quando a morte vem acompanhada de muita violência, e isso também não faltou na guerra do Paraguai. Muito pelo contrário, os campos de batalha foram cenários de condutas que reduzem ainda mais os méritos (em si, discutíveis) da vitória: desde a venda de prisioneiros como escravos até o massacre deles por vingança, esta guerra foi pontilhada de episódios de pura crueldade. O maior de todos os criminosos da campanha foi o Conde D’Eu, genro do imperador Pedro II. (MICELI, 1994, p. 89-90).

Após o desfecho da guerra, D. Pedro II e seus conselheiros decidiram evitar que o assunto se tornasse corrente. Os voluntários da pátria foram desprezados e não receberam as honras devidas. Somente os principais oficiais militares brasileiros foram homenageados

¹¹ A partir de então, alguns autores resistentes à ditadura, procuraram criticar todos os mitos que sustentavam o discurso nacionalista dos militares, principalmente aqueles que projetavam as forças armadas. Desta feita, a historiografia da guerra do Paraguai passou por uma intensa revisão. O “herói” Duque de Caxias passou a ser retratado como um “carniceiro”, assassino frio. A guerra, de modo geral, passou a ser vista como servindo aos interesses ingleses.

conforme o esperado para a época. Vários são os motivos que podem explicar essa indiferença imperial.

O principal dele foi o fato de o imperador ter prometido várias benesses àqueles que se voluntariassem para a guerra¹². No entanto, após o conflito o império estava endividado. Não havia como cumprir o prometido. Mesmo assim, os voluntários da pátria reivindicavam soldos atrasados, lote de terras, empregos públicos, condecorações, títulos honoríficos, pensões às famílias enlutadas, dentre outros.

Os soldados brasileiros não foram recebidos com honras porque quanto maior fosse a importância dada a eles e à própria guerra, maior também seria a pressão para que o Imperador pagasse ao menos parte do que era reivindicado. Parte dos sobreviventes eram negros livres e escravos¹³.

O Imperador não estava disposto a sacrificar as finanças do país por causa deles. Recompensar os patriotas era uma exigência social. O “calote” foi dado e, talvez por isso, o resultado da Guerra do Paraguai não tenha sido ovacionado. O evento histórico só foi monumentalizado mais tarde, durante o regime republicano.

Por que esquecer? Alguns fatos levaram o governo imperial a minimizar os festejos de celebração do regresso das tropas. Em primeiro lugar, havia o medo das epidemias do cólera e da febre amarela. Em segundo lugar, o governo temia as ameaças de possíveis desordens e sublevações de soldados, que reclamariam os atrasos de soldos e gratificações, isso sem contar a baixa compulsória de voluntários. Tratava-se de fatos que arrefeceram o ânimo do governo imperial quanto aos festejos de recepção às brigadas, as quais demandavam o reconhecimento dos feitos na Guerra do Paraguai [...] o esquecimento era também um desejo dos políticos conservadores, que se encontravam no poder no final da guerra. Afinal, eles não desejavam aplaudir os generais que, desde o começo dela, eram ligados ao Partido Liberal. Assim, para o Partido Conservador, o esquecimento era o sinal da permanência e da “tranquilidade” dos seus poderes intocáveis. (RODRIGUES, 2009, p. 28).

O governo imperial negava-se a comemorar a Guerra do Paraguai. Tal atitude rendeu-lhe inúmeras críticas por parte da imprensa. Os opositores do governo ameaçaram

¹² O Decreto Imperial Nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criou os Corpos de Voluntários da Pátria. Para atrair a participação de civis na guerra, o governo prometera vários benefícios, dentre eles, dinheiro e terras. Obtida a vitória, o Império pretendeu riscar a guerra da história, para com isso riscar também a cédula de dívida que o Império contraíra para com os ex-combatentes.

¹³ “No exército do Império do Brasil, para cada soldado branco havia nada menos que quarenta e cinco negros!” (CHIAVENATTO, 1984, p. 111).

organizar uma festa popular de recepção aos “heróis da pátria”. Diante da situação, o governo foi forçado a ceder.

Em 10 de julho de 1870, no Rio de Janeiro, uma recepção foi realizada. Mas, no entanto, toda a simbologia cerimonial foi preparada para louvar o próprio imperador (Cf. RODRIGUES, 2009, p. 158). A data escolhida não tinha nada a ver com a guerra¹⁴, para que não fizesse menção a qualquer ato de heroísmo.

O imperador acabou autorizando a construção do “Templo da Vitória” para celebrar a missa comemorativa do fim da Guerra do Paraguai. Ele foi instalado no Campo de Santana, na cidade do Rio de Janeiro, local em que hoje está localizado a Praça da República. O local fora palco da aclamação do Imperador D. Pedro I e haveria de ser também o da Proclamação da República. Além do templo, foram construídos vários monumentos ao seu redor como obeliscos, estátuas, e arcos de triunfo.

O templo foi construído com pavilhões “em madeira e sarrafos”. Conforme Rodrigues (2009, p. 153), isso tinha a ver com a intenção de tornar o monumento efêmero, condenando a memória da guerra ao esquecimento futuro. Os “voluntários da pátria” foram marginalizados, as festividades colocaram “a figura do rei no seu epicentro” (*idem, ibidem*, p. 158). Abaixo, um dos monumentos construídos, em destaque o arco com a invocação “Viva ao Imperador”.

Imagem 1 - Monumento em homenagem ao término da Guerra do Paraguai (1870).

Fonte: RODRIGUES, 2009, p. 153.

¹⁴ Marca a saída do imperador rumo à Uruguiana, a fim de acompanhar a retomada da cidade, ocorrida em dezembro de 1865, um evento sem maior relevância para a guerra.

Muitos dos militares homenageados na recepção sequer tinham prestado serviço em combate. Não eram ex-combatentes. O Conde D’Eu, genro do imperador, casado com a herdeira do trono, foi exaltado como o herói da guerra. Como afirma Rodrigues (2009, p. 198) “A recepção ao Conde D’Eu foi um acontecimento festivo e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para mostrar a popularidade da família real”.

O Conde D’Eu substituiu o Duque de Caxias na chefia das forças militares brasileiras no último ano da guerra, quando a derrota do Paraguai já estava certa. Nenhum soldado figurava na galeria dos heróis da guerra. Os “voluntários da pátria” foram relegados ao esquecimento. Não queriam mencionar a bravura dos negros. A própria importância do Duque de Caxias na vitória contra o Paraguai foi arbitrariamente secundarizada durante o período monárquico. Ele foi consolado, no entanto, com o recebimento de um mandato vitalício de senador.

A comemoração permite dar visibilidade a um determinado fato histórico ou personagens selecionados, o esquecimento constitui o outro lado da mesma moeda. Assim, as figuras destacadas na comemoração objetivam sobrepor-se às que deveriam ser esquecidas, assegurando a manutenção de um grupo político e social no poder e condenando de forma direta a possibilidade de uma outra narrativa histórica. (RODRIGUES, 2009, p. 176).

Por mais que o período imperial tenha a seu favor os cerimoniais monárquicos, é o republicano que se revela como o mais rico da história brasileira em eventos comemorativos. Por isso, levando em consideração os objetivos da tese, serão privilegiados exemplos desse período. Selecionamos três momentos para enfatizar e são eles: os gestos comemorativos no período do Estado Novo (1937-1945), os da Ditadura Militar (1964-1985) e os relativos aos 500 anos do Brasil.

A heroificação do Duque de Caxias e a valorização da Guerra do Paraguai só vieram com a proclamação da República¹⁵. Por ter sido constituída por meio de um golpe militar, a República cedo precisou criar símbolos e heróis para legitimá-la. Vários militares foram

¹⁵ Em 1923, a data do seu nascimento foi escolhida como Dia do Soldado. Em 1938, sua imagem foi estampada na moeda de dois mil réis. Em 1941, foi inaugurado o Palácio Duque de Caxias na cidade do Rio de Janeiro. Em 1942, teve sua imagem estampada na cédula de dois cruzeiros. Em 1953, foi inaugurado um mausoléu “Panteão Duque de Caxias”, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1962, foi indicado para Patrono do Exército brasileiro. Em 2003, seu nome passou a constar no Livro dos Heróis da Pátria. (Cf. <<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/nomes.html>> acessado em março de 2014).

consagrados como heróis nacionais, dentre eles Duque de Caxias e Tiradentes, um dos membros da chamada Inconfidência Mineira.

1.2.2.2 No período republicano

A construção do mito das origens, fundamental na estruturação de qualquer sociedade, torna-se particularmente sensível no caso do regime republicano, cujo problema básico era o da legitimidade. A proclamação parecia ter sido um golpe militar, cuja repentina ocorrência levantava a suspeita da ausência de uma forte tradição republicana no país [...] era preciso deixar claro que a república não fora obra do acaso ou de capricho dos militares, mas sim fruto de memoráveis acontecimentos passados. O ideal republicano teria sido uma presença constante ao longo da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a revolução Pernambucana, Farrapos, Balaiada e, finalmente, concretizada em 1889.

(MOTTA, 1991, p. 21).

O calendário republicano de feriados nacionais foi aprovado pelo governo provisório antes mesmo que a República completasse dois meses. O Decreto Nº 155B, de 14 de janeiro de 1890, mostra a importância que as festas cívicas receberiam no novo sistema político. O decreto considera que o regime republicano estava fundamentado no sentimento de fraternidade, e que tal sentimento, “não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humana”. Vejam as datas escolhidas:

a) **1 de janeiro**, consagrado à comemoração da fraternidade universal; b) **21 de abril**, consagrada à comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes; c) **3 de maio**, consagrado à comemoração da descoberta do Brasil; d) **13 de maio**, consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros; e) **14 de julho**, consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos; f) **7 de setembro**, consagrado à comemoração da Independência do Brasil; g) **12 de outubro**, consagrado à comemoração da descoberta da América; h) **2 de novembro**, consagrado à comemoração geral dos mortos; i) **15 de novembro**, consagrado à comemoração da Pátria Brasileira. (Decreto Nº 155B, de 14 de janeiro de 1890, grifo nosso). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>> acessado em abril de 2014.)

Curioso perceber a inserção do nome de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, como herói republicano. Até então o nome de Tiradentes havia sido silenciado pela história.

Houve uma poderosa “movência de sentido” que exemplifica bem a forma como a história é usada e abusada conforme os interesses políticos em jogo.

Por pertencer à companhia dos Dragões Mineiros no posto de alferes (subtenente), sua insígnia militar foi utilizada politicamente para persuadir os civis que os homens de “farda” foram os precursores da independência e da defesa do sistema republicano de governo. Queriam provar às polícias estaduais, antes provinciais e ligadas aos latifundiários que, a exemplo do alferes, deveriam largar o regionalismo e apoiar um projeto de nação.

Outra data que desperta curiosidade é a de 3 de maio, que o calendário marca como sendo o da descoberta do Brasil. Na época, “em alguns jornais, esta data é expressa como a festa do nascimento da pátria; é o dia em que o Brasil passou a figurar no quadro das nações civilizadas” (LEAL, 2006, p. 81). Várias explicações podem ser dadas para a escolha da data, a saber: a) foi uma estratégia para não beneficiar simbolicamente os portugueses; b) foi uma forma de evitar com que o Brasil tivesse dois feriados seguidos; c) foi a data indicada pelo historiador lusitano Gaspar Correia (1495-1561) e ; d) foi uma consequência da substituição do calendário juliano pelo calendário gregoriano ocorrida em Portugal pelos idos de 1582.

Interessante notar o fato de o busto do português Pedro Álvares Cabral não ter feito parte da festa de 3 de maio. Teria sido um esquecimento acidental? O certo é que naquele tempo já se tinha conhecimento da carta de Pero Vaz de Caminha. Ela indica o dia 22 de abril como o do descobrimento do Brasil. Com o fim de evitar polêmica e reduzir a quantidade de feriados nacionais, Getúlio Vargas promulga em 15 de Dezembro de 1930 o Decreto Nº 19.488, que extingue a descoberta do Brasil como feriado nacional. Elimina também todos os feriados que faziam menção a fatos de outros países como o 14 de julho da Revolução Francesa. O reconhecimento oficial do dia 22 de abril como data do descobrimento do Brasil só foi declarado na década de 1940¹⁶.

Os feriados nacionais foram uma das primeiras experiências pedagógicas de civismo republicano que os brasileiros tiveram. Eles foram uma invenção dos seguidores da Religião da Humanidade¹⁷, membros da Igreja Positivista do Brasil, fundada no Rio de Janeiro em 11

¹⁶ Os historiadores portugueses Alfredo Pimenta (1882-1950) e Gago Coutinho (1869-1959) consideraram irrefutáveis as provas a favor do dia 22 de abril, convencendo o governo Português a aceitar a data.

¹⁷ Criada pelo francês Augusto Comte (1798 - 1857) em 1854. Pretendia ser uma religião “científica” baseada em princípios racionais, sem qualquer regra de fé no sobrenatural. Os membros dessa igreja prestam culto ao Grande Ser (conjunto dos grandes homens que se destacaram no progresso da humanidade), ao Grande Fetiche (o planeta terra – com sua fauna e flora) e ao Grande Meio (o Universo). Os positivistas prestam culto aos mortos, no sentido memorial, pelo legado que deixaram para a humanidade. A Religião da Humanidade possui como

de maio de 1881. Eles tiveram forte participação na construção da simbologia nacional republicana, cujo maior objetivo era associar a ideia de república com o da pátria-nação.

Imagem 2 – O Selo Nacional e o Brasão das Armas atuais da República do Brasil

Fonte: Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/>> acessado em fevereiro de 2014.

O Decreto Nº 04, de 19 de novembro de 1889, estabelece como distintivos ou símbolos nacionais¹⁸ a bandeira, o brasão de armas e o selo. O desenho de ambos foi projetado sob forte influência dos positivistas. A bandeira nacional, por exemplo, foi idealizada por Raimundo Teixeira Mendes, “apóstolo” da Igreja Positivista do Brasil¹⁹.

O lema “Ordem e progresso” foi inspirado nas doutrinas da Religião da Humanidade. Em resumo: quando se quer a superação do passado recente, não basta criticar as tradições que o sustentaram, é preciso também instaurar um novo universo simbólico que transmita a sensação do nunca vivido. Abaixo, os símbolos do Brasil no período imperial.

lema religioso: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”. A sociedade só alcançaria a harmonia caso seus membros tivessem as mesmas crenças. A religião e os símbolos serviriam a esse objetivo. (Cf. <<http://www.igrejapositivistabrasil.org.br/>> acessado em fevereiro de 2014).

¹⁸ Expressão “símbolos nacionais” foi mencionada na Lei Nº 5.700, de 1 de setembro de 1971. Também figura no rol dos símbolos, o hino nacional. O hino nacional, composição musical do maestro Francisco Manoel da Silva, foi adotado em 20 de janeiro de 1890, pelo Decreto Nº 171. A letra do hino escrita por Joaquim Osório Duque Estrada foi declarada oficial pelo Decreto Nº 15.671, de 6 de setembro de 1922.

¹⁹ A primeira bandeira da República do Brasil foi desenhada por Rui Barbosa e utilizada por apenas quatro dias. Ela era praticamente igual à dos Estados Unidos, com diferenças apenas nas cores.

Imagem 3 - Bandeira e o Brasão de Armas do Império do Brasil (1822–1889).

Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/>> acessado em fevereiro de 2014.

Os símbolos, imagens, mitos, calendário cívico, festas e heróis da República brasileira foram inventados quase concomitantes a sua proclamação. Há quem defenda que os positivistas já se debruçavam sobre o assunto antes mesmo da proclamação em 15 de novembro de 1889. Se for verdade, isso só vem reforçar ainda mais aquilo que estamos falando aqui sobre a importância do abuso da história e das festas cívicas para os governantes. Afinal, como afirma Circe Bittencourt “a Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania” (In: PINSKY, 1992, p. 48).

Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos [...] A elaboração de imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político [...] Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos [...] uma vez que foram os positivistas ortodoxos os mais articulados manipuladores de símbolos do novo regime, superando na organização e na perseverança os jacobinos [...] os ortodoxos foram os que melhor entenderam **a importância da manipulação simbólica na reconstrução do imaginário social**. (CARVALHO, 2006, p. 10 e 15, grifo nosso).

Recentemente foi aprovada a Lei Nº 12.031, de 21 de setembro de 2009, que determina a obrigatoriedade de execução semanal do hino nacional brasileiro nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental (1º ao 9º ano) de todo o país. O Projeto de Lei foi assinado pelo Deputado Federal Lincoln Portela (PR/MG) e consta que o objetivo da aprovação dele era estimular o patriotismo e civismo entre jovens brasileiros. Vale lembrar que tal medida já havia sido tomada em 1936 pelo presidente Getúlio Vargas, o primeiro a

tornar obrigatória a execução do Hino Nacional nas escolas. Durante a Ditadura Militar de 1964, a obrigatoriedade tornou a vigorar.

Talvez a primeira comemoração cívica de alcance nacional tenha sido a do Centenário de Independência do Brasil em 1922. A questão nacional se tornou central nos debates políticos e acadêmicos. “Disputas pela conquista da legitimidade por parte de diferentes projetos que buscavam definir um Brasil moderno, marcaram o período” (MOTTA, 1991, p. 7). O movimento tenentista e a fundação do Partido Comunista são prova disso.

Condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão social, a memória coletiva funciona como um depósito onde o indivíduo busca elementos que lhe permitem identificar-se social e historicamente. Ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória reforça as fronteiras sócio-culturais, tornando-se um ingrediente básico da identidade nacional. Podemos afirmar que o passado coletivo, fundado numa reserva de símbolos, de imagens, de modelos de ação. É a origem da legitimação da nação. (*idem, ibidem*, 1991, p. 9).

O discurso da modernidade espalhou-se pelo Brasil durante as festividades do dia 7 de setembro. Portanto, não houve espaço para qualquer referência ao período monárquico, muito menos à exaltação de D. Pedro I ou aos lusitanos. O famoso “grito do Ipiranga” também não foi enfatizado. Isso porque, os republicanos não queriam tornar o evento um “capital simbólico” a favor dos monarquistas.

O império não poderia aparecer como o fundador da unidade nacional, muito menos como o marco fundador da pátria. “Afim, o novo regime teria que lidar [...] com a projeção de uma arquitetura simbólica do nacional, que marcasse a República como a verdadeira entidade representativa da sociedade como um todo” (MOTTA, 1991, p. 17).

A saída republicana foi moldar a comemoração do sete de setembro aos novos tempos. Era preciso identificar o que podia ser salvo e o que deveria ser esquecido. Enquanto D. Pedro I foi execrado como um estroina, irresponsável, oportunista; José Bonifácio foi devidamente resgatado e guindado a uma posição preponderante. A comemoração do sete de setembro caracterizar-se-á por paradas miliares, numa clara intenção de aproximá-la da República e de romper a identificação entre Independência e Monarquia.

Esses “jogos de imagens” ou manipulações simbólicas nada mais são do que outros exemplos de abuso da história. Não que a monarquia tivesse o direito às “pompas” da independência, mas porque houve por parte dos organizadores da celebração do centenário,

um posicionamento preconcebido de fazer com que a escrita da história abolisse qualquer referência positiva à realeza. Quiseram atribuir todas as vantagens simbólicas da fundação da nação aos republicanos. O fato de a história ter ficado refém dos interesses de um determinado grupo político, caracteriza um abuso.

Abaixo, temos uma imagem do Monumento à Independência do Brasil, também chamado de Monumento do Ipiranga. Foi construído no local escolhido para representar o espaço em que ocorrera o "brado da Independência". A obra é parte do conjunto arquitetônico do Parque do Ipiranga, localizado na zona sul da capital paulista.

Imagem 4 - Monumento à Independência do Brasil.

Fonte: Agliberto Lima, jornalista de Estadão (<http://www.estadao.com.br/>)

O projeto comemorativo do monumento do Centenário da Independência foi idealizado em 1917 e inaugurado em 7 de setembro de 1922, mesmo não estando plenamente concluído. Além do mais, “em 1953, começou a ser construída, em seu interior, a cripta, onde seriam depositados os despojos da Imperatriz Leopoldina, em 1954. Em 1972, consolidou-se a sua sacralização com a vinda dos despojos de D. Pedro I” (Cf. <<http://www.museudacidade.sp.gov.br/>> acessado em fevereiro de 2014).

Imagem 5 – Cédula de cinquenta mil réis com destaque para o Monumento do Ipiranga (1935).

Fonte: Disponível em <www.google.com.br> acessado em fevereiro de 2014.

1.2.2.2.1 No Estado Novo

A festa é um ritual necessário para legitimar uma determinada situação. E através da emoção, do movimento dos símbolos e dos gestos que se procurava unir a sociedade, provocando a sensação de felicidade geral.

(SCHEMES, 1995, p. 51).

A integração política nas sociedades contemporâneas, nas quais é preciso organizar e mobilizar enormes contingentes populacionais, só é possível mediante forças irracionais, cuja tradução para o universo das ações práticas seria dada pelo mito.

(PARADA, 1993, p. 97).

A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder [...] A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder.

(Dilma Paula, In: FENELON, 2004, p. 43 e 144).

A experiência histórica diz que quanto mais autoritário e carente de aceitação popular for o governo, mais predisposto será em fazer uso abundante de festas cívicas. O Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985) são comprovações disso. Havia muita resistência política durante esses períodos. Ambos fizeram uso do discurso cívico como estratégia de pacificação social que era, dentre outras, materializado nas comemorações públicas e no ensino de história.

Começamos avaliando o caso da ditadura implantada pelo presidente Getúlio Vargas, instituída por meio de um golpe de Estado em 1937. O presidente fechou o Congresso Nacional e impôs uma nova Constituição que tinha várias características antidemocráticas. Houve perseguição aos opositores, repressão às manifestações públicas, controle dos sindicatos, censura aos meios de comunicação, intensa propaganda governamental feita pelo recém-criado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e centralização administrativa do Estado. Leiamos as citações abaixo sobre o assunto:

O advento do Estado Novo foi uma vitória decisiva contra o liberalismo da República Velha, com muitos críticos antiliberais aderindo agora à ditadura. [...] Ele (Francisco Campos) redigiu a Constituição autoritária de 1937 [...] A ditadura getulista tinha um agudo senso da importância política da cultura popular como um meio de aglutinar apoio ao governo, fazendo que o Brasil aparecesse sob um ângulo positivo no contexto internacional [...] Havia também um lado sombrio da preocupação patrocinada por Getúlio com a identidade nacional, que consistia na tentativa de proteger o país daqueles definidos como não-brasileiros. (SKIDMORE, 2000, p. 197 e 169).

A construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma através de várias cerimônias e do emprego intensivo dos meios de comunicação. Dentre as cerimônias, destacam-se as comemorações de 1º de maio, realizada a partir de 1939 em estádios de futebol. Nesses encontros, reunindo grande massa de operários e do povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com a exortação *Trabalhadores do Brasil* e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social [...] com esses e outros elementos construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na esfera social ao chefe de família. O guia e pai doavam benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. (FAUSTO, 2002, p. 207).

O “populismo” foi a estratégia empregada para disfarçar a ditadura. Ele é uma forma de governo em que o líder carismático mantém um vínculo emocional com o povo por meio do assistencialismo e do contato direto, sem intermediação partidária ou sindical. Pregava-se a harmonia social e incentivava o nacionalismo e o amor à pátria. Como afirma Schemes (1995, p. 127), “os ideólogos do Estado Novo criaram uma imagem de sociedade em festa, onde o povo era feliz, ocultando a outra face do regime expressa através das formas de controle social (censura, prisões, exílio, torturas, mortes)”.

A alavanca ideológica do populismo foi o nacionalismo. Entende-se: se ele visava congregar todas as classes ao redor de um único projeto capitalista, impunha-se o nacionalismo como elemento agregador das disparidades sociais, camuflando-as em nome da sagrada unidade ao redor da palavra nação. O trabalhador não apenas produzia confiante na proteção paternal do governo varguista, distribuidor da justiça social, mas também animado com a convicção e que trabalhava para o bem do

Brasil, sem questionar qual Brasil. Tal como no caso do populismo, o nacionalismo getulista trazia, em sua ambiguidade, aspectos progressistas que devem ser ressaltados. A construção de uma identidade nacional no imaginário do povo ajudou a enfrentar o descosido tecido social, do modo como até então servira ao regionalismo das oligarquias, e também o problema da dominação econômica estrangeira [...] Como dissemos, o nacionalismo varguista foi um fator agregador das disparidades sociais. Isso significa que ele induzia o trabalhador a dissolver a percepção de sua unidade de classe em um todo maior [...] o congraçamento, a conciliação e a harmonia sobrepuseram-se à percepção das contradições e conflitos de classe. O nacionalismo foi um reforço útil ao projeto populista de neutralizar os potenciais traumáticos, inerentes a uma relação capitalista de produção. (LOPEZ, 1997, p. 51)

As festas cívicas e o ensino de história foram fundamentais para a política nacionalista de Getúlio Vargas. “O controle sobre a memória e o uso das cerimônias estavam no cerne da confecção do novo calendário proposto pelo regime de 1937” (PARADA, 2009, p. 26). Desvendando esses dois fatores, entenderemos melhor “os mecanismos ideológicos que apontam para a unanimidade de apoio das massas ao regime, mostrando a *teatralização* da ideia da sociedade coletiva” (SCHEMES, 1995, p. 6).

Podemos dizer que a publicidade governamental praticada foi eficaz até certo ponto. Isso porque o sucesso dela também dependia do grau de “irracionalidade coletiva” (Cf. *idem*, *ibidem*, p. 7) dos brasileiros. Tanto as festas cívicas, quanto a história epopeica dialogam no nível do emocional, portanto, provocam sentimentos e não reflexões. Os dois são lugares privilegiados da produção da verdade, ou melhor, de certa vontade de verdade.

As manifestações públicas, as solenidades oficiais, os desfiles cívicos, os jogos, as demonstrações de atletismo tiveram papel muito importante nos referidos regimes. Procuraremos mostrar até que ponto essas práticas foram eficazes na manipulação e cooptação das massas [...] a análise das festas cívicas e esportivas como uma das formas mais características de propaganda política [...] A *teatralização* da sociedade através dessas festas se relacionava diretamente com a imagem de felicidade coletiva e alegria do povo; essas imagens ocultavam, ou pelo menos desviavam o olhar das práticas de repressão exercidas com vistas ao controle social [...] a coesão física e ideológica exercida sobre a sociedade representava a outra face da moeda onde se estampava a imagem do *povo feliz*, manifestando sua alegria nas festas esportivas, nas praças públicas, nos estádios por ocasião das festas cívicas. (*idem*, *ibidem*, p. 6).

A principal meta do marketing político de Getúlio Vargas foi instaurar a ideia de que o seu governo representava uma “nova era” para a história do Brasil. “Valeu-se do *novo* como palavra de ordem” (*idem*, *ibidem*, p. 14). Usava-se de todos os meios para comparar o antes de 1930 e o depois. Associava-se o período anterior ao seu ingresso na presidência da república como símbolo do atraso que precisava ser superado. “As comemorações do aniversário do

Estado Nacional (10 de novembro) vinham carregadas de mensagens que lembravam a faceta revolucionária do novo regime e a obra de reconstrução em todos os setores da vida brasileira” (SCHEMES, 1995, p. 15).

Vargas em todas essas comemorações evidenciava as grandes transformações operadas no organismo econômico-social do país desde a Revolução de 1930 [...] A imagem de libertação de um passado atrasado, desumano, opressor ficava evidente no governo varguista e nas comemorações de aniversário do Estado Nacional, quando o NOVO era comemorado com todas as pompas [...] Essa marcação de tempo, que implica em releitura do passado e projeção de futuro, legitima uma nova forma de exercício de poder [...] As festas representavam um instrumento importante na simbolização da ideia do novo, do revolucionário e também reforçaram a imagem da felicidade [...] A utopia da festa se configura no século XVIII, com as ideias iluministas e a prática das festas revolucionárias. (*idem, ibidem*, p. 16, 21 e 22.).

O discurso do “novo” é uma espécie de violência simbólica. Ela pode ser percebida tanto nas festas cívicas, quando no ensino da história nacional. “As festas tinham ampla participação popular. Vistas como importantes sustentáculos do regime, o governo se empenhava, ao máximo, na mobilização da sociedade” (*idem, ibidem*, p. 12). Foi durante o período que a disciplina Educação Moral e Cívica se tornou obrigatória nas escolas.

A transformação da História e Geografia em Estudos Sociais, a introdução de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil não são simples reformas curriculares, mas indicam uma preocupação do Estado quanto ao saber histórico institucional a ser veiculado. (BITTENCOURT, 1990, p. 17).

A relação entre a mudança no regime e a alteração nas datas cívicas indica como o calendário foi objeto de intensa atenção política uma vez que seria o fundador do novo tempo cívico, da memória coletiva e um modelo para as virtudes públicas [...] o regime varguista decretou numerosos feriados cívicos extraordinários [...] o governo federal montou uma série de cerimônias e festejos (discursos públicos, eventos teatrais e inaugurações de estátuas e edifícios públicos) para marcar a data e dirigir os olhos da nação na direção da exemplaridade das figuras e dos eventos do passado. Mudanças no calendário cívico oficial não somente refletiam a abrangência da natureza comemorativa do regime, mas também representavam a politização do tempo cívico levada a cabo pelo regime. (PARADA, 2009, p. 26).

A história enquanto disciplina escolar foi concebida como a genealogia da nação. Uma história política contada a partir da narração dos “grandes vultos” da nação. Era uma história que visava contar os acontecimentos que apontavam para a grandeza do país. Após 1937, caberia “à instituição escolar cuidar de transmitir os valores nacionais indiscutíveis, que estivessem esquecidos ou ameaçados [...] A memória nacional a ser transmitida pela escola,

dentro da política educacional que se elaborava, deveria ser única e coesa.” (BITTENCOURT, 1990, p. 27).

A escola que todos os brasileiros deveriam frequentar seria, assim, a preparação para um sistema social sem conflitos. Embora fosse mantida a estrutura de classes que o próprio autor da reforma denomina de castas. A harmonia e a conciliação entre as classes sociais estariam garantidas através das concepções difundidas pela escola, sendo o trabalho concebido como o esforço de todos para construir a riqueza da nação, omitindo o enriquecimento de indivíduos ou classes sociais [...] A história, valendo-se do seu poder de legitimar os agentes históricos merecedores de reconhecimento por toda a população, não podia furtar-se de ter como conteúdo introdutório, tanto na escola primária, como na secundária, o estudo dos grandes personagens históricos [...] A tarefa da história, como se lê nos diversos textos citados, serviria para criar e referenciar várias imagens do passado, legitimando as diferentes tradições [...] para os educadores das primeiras décadas republicanas, coube a invenção de tradições nacionais que não correspondiam às do período anterior. (BITTENCOURT, 1990, p. 103, p. 176 e p. 177).

O conhecimento da história não foi “considerado como suficiente e único para introjetar a visão do passado desejável” (*idem, ibidem*, p. 163). Outras formas foram utilizadas como as construções de monumentos e as “práticas educacionais das festas comemorativas de eventos ou de homenagens aos heróis nacionais” (*idem, ibidem*, p. 163).

Várias atividades patrióticas extraclasse foram adotadas nas escolas. O hasteamento da bandeira nacional, o canto do hino nacional, os desfiles estudantis, a prática do escoteirismo, “além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de cívicas, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar” (*idem, ibidem*, p. 163). Como afirma Parada (2009, p. 36), “O Estado Novo, através destas técnicas de mobilização da memória coletiva, constrói os valores que quer ver associados a si mesmo, o lugar de poder legítimo e soberano”.

A missão da escola nacional em torno de um passado único, construtor da nação, justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória [...] As festas e comemorações, discursos e juramentos tornaram-se parte integrantes e inerentes da educação escolar [...] O apelo contendo a submissão incondicional às autoridades e à ordem estabelecida como forma de demonstrar patriotismo foi reforçada nos anos finais da década de 1930, na medida em que o exército brasileiro reforçava-se no poder e participava das questões educacionais. (*idem, ibidem*, p. 167 e 173).

1.2.2.2.2 Na Ditadura Militar

Não é nosso objetivo aqui fazer um resumo desse período, outras obras já fizeram isso com maestria. Há uma unanimidade entre elas de que os militares utilizaram abusivamente a propaganda política para divulgarem uma imagem positiva do Brasil. Isso criou uma sensação de otimismo coletivo, projetando-os como “salvadores da pátria”.

Nas festas cívicas, vigorou a ideologia do “Brasil potência”, em que o elogio do passado reforçava a apoteose do presente. Houve a tentativa de dissimular o caráter ditatorial do governo com a reinvenção da política do “pão e circo”. Afinal, “tentar construir em torno do mandatário público uma imagem positiva sempre foi um traço marcante de qualquer propaganda oficial” (FICO, 1996, p. 123).

Nas comemorações públicas, o Brasil era apresentado como o resultado singular de múltiplas raças. “Durante os governos militares, a preocupação com a identidade constituiu-se numa verdadeira obsessão” (FICO, 1996, p. 51). A identidade brasileira foi desenhada com características pacíficas e cordiais, marcas do que acreditavam serem as qualidades de um povo que aspira a grandeza.

Pregavam um futuro promissor ao Brasil, o *slogan* era “ninguém segura esse país” (1970). O “milagre econômico” em fins da década de 1960 colaborou com essa ideia. A vitória do Brasil na Copa Mundial de Futebol em 1970 também foi muito utilizada politicamente como prova de que o país estava no caminho certo. Houve uma política de engrandecimento das qualidades e excepcionalidades dos brasileiros e do próprio Brasil.

O governo não queria se apresentar como autoritário. Ele não queria ser identificado como repressor. Pelo contrário, filiava-se aos heróis do passado. As comemorações cívicas foram abundantemente utilizadas para isso. “Os objetivos de toda esta mobilização eram fortalecer a coesão nacional e infundir esperança no povo brasileiro. A esperança e a confiança nos destinos da pátria são ingredientes fundamentais para o desenvolvimento nacional” (FICO, 1996, p. 254). Como afirma Almeida (2009, p. 27), “as comemorações pretendiam forjar identidades, integrando os indivíduos ao todo social”.

Tratavam da fixação de heróis, como Caxias, Santos Dumont, Tiradentes e Rui Barbosa. E buscavam, através dos filmes, enaltecer fatos históricos nacionais, como o descobrimento e a independência [...] A difusão dos símbolos nacionais e a

popularização das comemorações do dia da independência foram as grandes metas deste tipo de propaganda. (FICO, 1996, p. 252).

Uma das maiores festas cívicas durante o período militar foi a dos 150 anos da Independência do Brasil em 1972. Foram vinte semanas de comemorações oficiais. Houve cerimônias cívicas em todas as capitais brasileiras. Foi inaugurado um mastro monumental de 200 metros de altura com o pavilhão nacional na Praça dos Três Poderes em Brasília. O governo patrocinou o campeonato de futebol “Taça da Independência”, em que quinze seleções disputaram o troféu. Curiosamente o Brasil disputou a final com Portugal e o venceu.

Houve também a exibição do filme *Independência ou Morte*, estrelado por Tarcísio Meira, interpretando o papel do Imperador D. Pedro I. A película popularizou a versão epopeica da emancipação política brasileira. Destacou os heróis como os responsáveis únicos pelo feito. Foi uma visão romântica da história, sem qualquer apreço ou estímulo à reflexão. O tema da escravidão não foi abordado, muito menos o da desigualdade social. Dom Pedro I aparece fardado, com suas insígnias militares em destaque. Tudo foi feito para associar a imagem dele com a dos militares dos anos 1970.

O governo militar brasileiro negociou com o governo português o traslado dos restos mortais do imperador D. Pedro I para o Brasil. Os mesmos se encontravam no Convento de São Vicente de Fora, na cidade do Porto, em Portugal. Quando chegou ao Brasil, uma excursão foi organizada para que os despojos do imperador passassem por todas as capitais estaduais brasileiras.

Ao final da peregrinação fúnebre, a urna foi depositada na cripta do monumento do Ipiranga na cidade de São Paulo. Ao contrário do que acontecera no centenário, D. Pedro I foi heroificado como mártir da pátria. Nos anos 1960, a República já estava consolidada e não havia qualquer risco ao poder em exaltar um monarca.

O que interessava para a ditadura brasileira naquele momento era o fato de o lusitano ter sido um militar e ter conseguido manter a unidade nacional por meio da repressão. Ele se constituía em um ótimo arquétipo contra os civis promotores de “desordem”. A imagem da urna fúnebre do imperador tem os seguintes dizeres: “Pedro I. Fundador do império, 1º Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil. 28º Rei de Portugal”.

Imagem 6 – Mausoléu de D. Pedro I, localizado na cripta do Monumento à Independência do Brasil (São Paulo – Ipiranga).

Fonte: Disponível em <www.google.com> acessado em fevereiro de 2014.

É bom que se diga que muitos dos fatos lembrados, como no caso de Tiradentes, eram, na verdade, representações manipuladas. O passado foi lido em função do presente. "As festividades nacionais assinalam, mais do que mera lembrança desinteressada do passado, uma justificativa para o presente e a indicação do rumo a ser trilhado pelas próximas gerações" (ALMEIDA, 2009, p. 40).

As festas cívicas não se constituíam apenas em instrumento de controle social, mas também assumiam a forma de mecanismos de fabricação do consenso social [...] As comemorações elaborariam interpretações sobre acontecimentos pretéritos, procurando restabelecer os vínculos entre passado e presente e futuro, ao mesmo tempo em que permitiriam a formação de identidades coletivas, através da transformação do poder em espetáculo, legitimando alguns discursos que expressariam as aspirações coletivas e, portanto, simbolizariam a própria nação. (*idem, ibidem*, p. 42).

Os chamados “anos de chumbo” foram os mais repressivos da ditadura. Contraditoriamente, foram os mais festivos. Os militares objetivavam a obediência e a pacificação da sociedade civil por meio da violência simbólica. Aqueles que não se deixaram seduzir por ela tornavam-se vítimas da violência física propriamente dita. A ênfase ao passado servia para esconder as contradições do presente. Enquanto a prática política repressiva vigorava no cotidiano, a imagem que prevalecia nas propagandas governamentais era a de um país em “festa”.

Abaixo, temos a cédula de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) impressa em homenagem às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822-1972).

Ela vigorou entre os anos de 1972 a 1987. Na estampa temos, de um lado, a evolução étnica brasileira, e no verso alguns mapas históricos representando a expansão territorial do Brasil.

Imagem 7- Cédula comemorativa dos 150 anos da Independência do Brasil.

Fonte: Disponível em <<http://sterlingnumismatic.blogspot.com.br/>> acessado em fevereiro de 2014.

1.2.2.2.3 No aniversário dos 500 anos do Brasil

Para os aproximadamente 340 mil índios, remanescentes dos 5 milhões existentes no momento da chegada dos portugueses, o projeto comemoracionista é absolutamente neocolonialista [...] É o *show* dos 500 anos: sob a farsa da elevação do povo brasileiro, comemora-se metafórica e tragicamente a sua degradação.

(ARRUDA, 1999, p. 39 e 47).

Nosso percurso caminha na direção inversa: partimos da história, o descobrimento, e vamos em direção ao mito – **o modo como o acontecimento é manipulado pela(s) memória(s)** [...] o modo como a memória se apropria da História para neutralizá-la ou torna-la mito.

(MONTERO, 1996, p. 15 e 16, grifo nosso).

Em 1992, foi comemorada a descoberta espanhola da América por Cristóvão Colombo. “A profusão de imagens contraditórias e o tom frequente exacerbado da controvérsia nos dão imediatamente a impressão de excesso, de desproporção entre os fatos objetivos e os arranjos” (MONTERO, 1996, p. 13). As celebrações desprezaram o genocídio que aconteceu em consequência do “descobrimento”.

Para justificar tal “esquecimento”, construiu-se uma infinidade de discursos que entrecruzam a ciência ao mito. Ao final, venceu o abuso da história de que o “progresso” dos

europeus fez bem à humanidade nas Américas. “A memória é, portanto, manipulada em nome de um projeto de futuro no qual o patrimônio cultural hispano-americano serve de caução simbólica” (MONTERO, 1996, p. 21).

Como celebrar a violência iniciada no descobrimento? Essa é a mais importante pergunta que nenhum organizador de festividade quis responder. A história foi simbolicamente manipulada ao ponto de tornar-se a resposta a tal pergunta desnecessária. O importante era engrandecer o feito, mantê-lo coberto pela aura do memorável.

A identidade sanguinária dos europeus foi rifada, a fim de que vigorasse a representação idealizada do “conquistador”. Não precisamos nem dizer que a história que temos hoje sobre tal acontecimento é uma história eurocêntrica. Por isso, que nunca tratou o tema de forma crítica, a identidade heroica dos descobridores nunca foi colocada em cheque.

As comemorações do quinto centenário do descobrimento da América a que pudemos assistir em 1922 evocam um tempo mítico, o da descoberta. Mas, ao fazê-lo, tomam como modelo as grandes celebrações do século XIX que, nas exposições universais, realizavam a exaltação dos impérios europeus [...] os fatos históricos estavam sendo lembrados e inventariados para dizer algo do presente e propor algo para o futuro [...] o acontecimento histórico do descobrimento torna-se evento, isto é, acontecimento particularmente significativo em uma conjuntura dada. (*idem, ibidem*, p. 21, 25 e 27).

Esse juízo serve também para o governo português que instituiu a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) em 22 de novembro de 1986, pelo Decreto-Lei n.º 391/86. A missão da comissão, como o próprio decreto diz, era a “preparação, organização e coordenação das celebrações dos descobrimentos portugueses do século XV”. Ora, se o fato é celebrado é porque se tem orgulho do feito, e se o feito desperta orgulho, é porque ele foi significado como positivo no imaginário social.

O Brasil, mesmo tendo sido partejado em meio ao sangue de milhares de vítimas dos lusitanos, aderiu a essa ordem arriscada do discurso comemorativo. Em 12 de maio de 1993, o então presidente do Brasil Itamar Franco, cria por meio de decreto a *comissão nacional para as comemorações do V centenário do descobrimento do Brasil*. Em 16 de junho de 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso fez publicar no Diário Oficial da União às *diretrizes e regulamento da comissão nacional para as comemorações do V centenário do descobrimento do Brasil*. O Brasil haveria de celebrar o colonialismo do qual foi vítima.

Imagem 8 – Moeda comemorativa dos 500 anos do Brasil²⁰.

Fonte: <www.glooge.com> acessado em fevereiro de 2014.

Imagem 9 – Embalagem da moeda comemorativa dos 500 anos do Brasil.

Fonte: <www.glooge.com> acessado em fevereiro de 2014.

Em Honduras, região “descoberta” por Cristóvão Colombo em 1500, aconteceu um fato considerado pelos críticos, como digno de imitação. Em 1998, foi organizado um julgamento póstumo que colocou o herói europeu Cristóvão Colombo no banco dos réus e após o julgamento foi condenado à morte. Ele foi considerado culpado por dez crimes, a saber: “sequestro, roubo de patrimônio cultural, estupro, escravidão, tortura, assassinato em massa, destruição de culturas, invasão de povoados, tráfico de alimentos e genocídio contra as etnias do país” (ARRUDA, 1999, p. 40).

Os brasileiros não identificaram as comemorações como apologia neocolonialistas. Com exceção dos universitários e de algumas centenas de cidadãos politicamente esclarecidos, a maioria da população continuou aceitando o português Pedro Álvares Cabral como um “grande homem”.

²⁰ O reverso da moeda dá a impressão de representar a história a partir do ponto de vista indígena, pois mostra o descobrimento sob o olhar de quem está em terra. Mas isso era mais um jogo de imagens para dissimular a versão lusitana do descobrimento que pairou em todo o V Centenário.

O abuso da história desresponsabilizou o “descobridor” do Brasil pelo início da chacina de povos nativos e da espoliação de riquezas na região. A história oficial é escrita de modo a estimular o orgulho do passado. Pouco importa se o passado tenha sido marcado pela desgraça dos negros escravizados, dos nativos imolados e dos brancos marginalizados.

O descobrimento, como mito fundador da nação, encerra uma profunda contradição. Se ele é mito fundador na memória dos descobridores, os portugueses, pois é o ato inicial que conduziria as terras descobertas à condição de futuras nações independentes, ele também o é para os ‘descobertos’ e para os que ainda permanecem ‘encobertos’. Este é o nosso drama. Queremos comemorar, mas não como os outros, os portugueses, os europeus. (ARRUDA, 1999, p. 46).

O chamado “Relógio dos 500 Anos” desenhado por um holandês e popularizado pela TV Globo recebeu muitas críticas durante o período comemorativo. O relógio além de ser exibido frequentemente pela própria Rede Globo nos intervalos comerciais avisando ao telespectador que faltavam “tantos” dias para o Brasil completar 500 anos, teve inúmeras réplicas construídas nas capitais brasileiras e em várias cidades metropolitanas.

As réplicas também tinham um contador de dias regressivo que mostrava quanto tempo faltava para os 500 anos. A ideia que vigorou foi a de que os brasileiros deveriam lembrar o descobrimento e criar expectativas quando da comemoração. Dessa forma, ficou praticamente impossível ignorar a passagem do dia 22 de abril do ano 2000.

Imagem 10 - Relógio em homenagem aos 500 Anos do Brasil.

Fonte: Disponível em <www.globo.com> acessado em fevereiro de 2014.

As críticas a essa iniciativa chegaram ao nível da depredação, fato ocorridas em Porto Alegre, Recife e Florianópolis. O PT, o PSTU, o MST e a CUT foram os principais agentes mobilizadores de manifestações. Enquanto o governo federal almejava despertar na população o “orgulho de ser brasileiro”, essas instituições partidárias afirmavam que não se devia sentir orgulho e sim vergonha, pois a violência e as mazelas sociais eram fenômenos indignos de comemoração.

O ápice das comemorações aconteceu no dia 22 de abril de 2000. Foi na Bahia que o caso mais inusitado aconteceu. Em Porto Seguro, o governo havia preparado uma festa com a reconstituição da chegada dos portugueses. Houve até réplica da caravela cabralina que, por ironia do destino, naufragou, não conseguindo chegar até o local das comemorações.

Durante a realização da cerimônia, houve confronto entre policiais e índios pataxós, sem-terra e militantes políticos. O fato foi anunciado no jornal francês *Le Monde* com o título "Brasil comemora 500 anos reprimindo índios". (Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/festas-gafes-nos-500-anos-do-brasil-9283747>> acessado em fevereiro de 2014). Abaixo, a forma como o evento foi noticiado por um jornal rio-grandense.

Imagem 11 – Manchete de um jornal rio-grandense sobre as comemorações dos 500 anos do Brasil.

CORREIO DO POVO GERAL SEGUNDA-FEIRA, 24 de abril de 2000 — 11

Indígenas revivem 500 anos de humilhação

Índios não puderam entregar documento a FHC e retornaram a suas aldeias como fugitivos, à noite, com medo da PM baiana

Os representantes de 140 nações indígenas de todo o país se dispersaram durante a noite de sábado da reserva pataxó em Santa Cruz de Cabralia, onde realizaram a Conferência dos Povos Indígenas. Com medo da Polícia baiana, que usou de violência para dissolver o protesto contra os 500 anos de genocídio e exclusão social, os índios voltaram para suas aldeias como fugitivos e com a carta da conferência nas mãos. O documento continha as conclusões da reunião e as reivindicações e sugestões para os próximos 500 anos do país e não chegou a ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme o planejado. "Relizemos este caminho de luta e dor para retomar a História em nossas próprias mãos e apontar para um futuro digno para todos os povos indígenas", afirmou um dos líderes durante a conferência.

Na manifestação, 25 índios xavante de Mato Grosso marcharam pintados de vermelho e preto, como fazem sempre que saem de suas aldeias e entram em contato com outros povos. Eles foram os últimos a recuar, chorando e cabisbaixos devido ao gás lacrimogêneo usado pela PM baiana. Contra as armas dos policiais, não adiantaram as flechas que alguns fizeram menção de Jorge Sampaio, ao lado de FHC, cumprimenta 'Cabral' lançar, os cânticos e músicas nem a súplica de um índio terena, que, de joelhos, avançou em direção aos policiais, deitou-se e acabou pisoteado.

A 20 quilômetros do local, acompanhado pelo presidente de Portugal, Jorge Sampaio, o presidente Fernando Henrique Cardoso lembrava que os índios possuem 11% do território nacional e assegurou que os protestos se explicavam porque, "num país democrático como o Brasil, todo mundo se sente livre para querer um pouco mais". A terra foi a principal reivindicação dos índios na carta da conferência, que pedia o cumprimento da Constituição de 1988 sobre a demarcação das mais de 700 áreas indígenas - menos da metade das quais foi delimitada. O texto também falava em substituir o Estatuto do Índio e em confirmar a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que reconhece o direito de propriedade da terra aos povos indígenas.

Gildo Terena deitou-se em frente aos policiais e foi pisoteado **Íanomâmis voltam após interromper marcha a Porto Seguro**

Fonte: jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 24 de abril de 2000, p. 11.

Nas comemorações "estão ausentes dos eventos e dos discursos oficiais quaisquer referências diretas aos conflitos que permearam a construção do país como unidade nacional" (SILVA, 2003, p. 148). O descobrimento não foi apresentado como conquista e aniquilação de povos, mas apenas como marco fundador do Brasil.

Houve denúncias de que os eventos foram marcados pela visão dos colonizadores europeus. Negou o conflito social instaurado a partir da chegada dos portugueses, preferiu enfatizar "o encontro das três raças" (branca, negra e indígena). Mostraram uma história com trajetória positiva, que apontava para as melhorias do presente e para um futuro promissor.

A história do Brasil deveria começar antes da chegada do lusitano Pedro Álvares Cabral. Esse era o entendimento de boa parte dos críticos das festividades ligados à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a outras instituições indígenas. Mesmo que o momento fundador fosse a chegada dos portugueses, devia-se enfatizar a presença milenar das nações indígenas no território. Portanto, a história estava mal contada para que os interesses do grupo político dirigente fossem satisfeitos. A autora Marilena Chauí (2004) refere-se a essa história manipulada dos eventos comemorativos como "mito fundador".

Como foi visto, os espetáculos públicos visam à legitimidade política e a estabilidade social. Eles têm funções recreativas e pedagógicas. As comemorações são planejadas para criar uma relação de continuidade entre o passado festejado e os promotores da comemoração. O presente quase sempre é apresentado nas festividades como herdeiro do período imemorial.

O discurso histórico que circula nos eventos comemorativos está comprometido politicamente com os promotores das festividades. A memória coletiva é manipulada ao ponto de os fatos indesejáveis serem esquecidos e os desejáveis lembrados. Aqueles fatos que trazem benefícios simbólicos aos grupos dominantes são potencializados. Em contrapartida, aqueles que ferem a imagem deles são silenciados ou retratados de forma negativa.

2 OS ABUSOS DA HISTÓRIA E AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NO ACRE DURANTE O SÉCULO XX

A Assembleia Estadual Constituinte, usando dos poderes que lhe foram outorgados pela Constituição Federal, obedecendo ao ideário democrático, com o pensamento voltado para o povo e **inspirada nos heróis da Revolução Acreana**, promulga a seguinte Constituição do Estado do Acre.

(Constituição do Estado do Acre, Preâmbulo, 1963, 1971 e 1989, grifo nosso).

De fato, uma raridade nas constituições brasileiras, fato histórico inserido em seu texto, como este: evocação aos *heróis da Revolução*, espécie de anjos tutelares do Estado. Aí está o espírito telúrico, lembrando que o Acre é brasileiro porque brasileiros lutaram de armas na mão, em seu solo, para manter a posse da terra que eles desbravaram.

(TOCANTINS, 1984, p. 26).

O governo do Estado fará erigir, nesta capital, monumento de consagração ao patriotismo do Coronel Plácido de Castro e heróis da Revolução Acreana, bem como aos paladinos da autonomia.

(Constituição do Estado do Acre, artigo 10.º das Disposições Constitucionais Transitórias, 1963).

O objetivo nesse capítulo não é descobrir a origem do abuso da história e das comemorações cívicas no Acre. Muito menos realizar uma exposição cronológica da aparição desses fenômenos na região. Mas evidenciar que ambos foram uma prática recorrente na história do Acre. Tanto as comemorações cívicas quanto o abuso da história são capazes de tornar fatos históricos moralmente duvidosos em objeto de apreciação e veneração social.

O primeiro tópico desse capítulo trata das condições que possibilitaram a hegemonia da versão epopeica da história da anexação do Acre ao Brasil. O *status* de verdade que essa interpretação desfruta atualmente foi o resultado de inúmeros efeitos de poder que agiram sobre ela ano após ano, depurando e conjurando os discursos contrários. Para mostrar que a objetividade desse discurso foi fruto de um processo histórico, estudaremos as condições que possibilitaram a neutralização dos seus aspectos subjetivos e ideológicos.

O segundo tópico analisa a relação que os políticos mantêm com as festas cívicas, demonstrando os ganhos simbólicos que eles obtêm com a realização delas. Devido a limitação do espaço, somente alguns eventos foram selecionados para análise. De modo geral, as comemorações servem tanto para sacralizar o abuso da história como para ritualizá-lo. Ao

final, acreditamos que ficará patente o jogo de interesse existente na promoção do abuso da história e das festas cívicas no Acre.

2.1 DOS ABUSOS DA HISTÓRIA NO ACRE

A criação de um mito de origem é fenômeno universal que se verifica não só em regimes políticos, mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com frequência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolivelmente nele enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora.

(CARVALHO, 2006, p. 14).

Se o Acre fosse conhecido por todos os filhos do país, não haveria brasileiro que não almejasse ser acreano.

(RIBEIRO, 2008, p. 9).

No dia 30 de abril de 1899, o advogado cearense José Carvalho, funcionário público do Estado do Amazonas, entrega ao Sr. Moisés Santivanez, delegado do governo boliviano em Puerto Alonso, um informe assinado no dia anterior pelo Juiz de Direito Interino da Comarca de Floriano Peixoto (AM), Dr. José Martins. O documento informava sobre a organização de “um grande movimento popular” contra as autoridades bolivianas. Dizia que “o povo” dispunha de meios materiais para “o levante” e que prevalecia nele o “estado de exaltação patriótica”²¹.

No ato da entrega, Carvalho fez questão de dizer que estava ali “em nome do povo” e que era o “povo” que estava intimando o delegado a renunciar o cargo e a abandonar aquela região, evitando, com isso, o derramamento de sangue. O delegado, no entanto, instigou José Carvalho a informar quem de fato estava liderando o movimento. Eis a resposta do cearense: “Ninguém! **Todos** estão à frente!” (CARVALHO, 2002, p. 28, grifo nosso).

Visto que o documento não se mostrava claro quanto ao pedido de deposição, o delegado exigiu que Carvalho assinasse a intimação. Ao que o mesmo respondeu que “não”, pois “aquele ato partia diretamente de um movimento do **povo em geral**, cuja responsabilidade era coletiva” (*idem, ibidem*, p. 31, grifo nosso). O boliviano insistiu tanto que José Carvalho consentiu em dar-lhe uma intimação assinada “pelo maior número possível

²¹ O ofício pode ser lido na íntegra em CARVALHO, 2002, p. 25 e 26.

de brasileiros” (*idem, ibidem*, p. 32). No entanto, passados alguns dias coletando as assinaturas, apenas 57 (cinquenta e sete) pessoas quiseram sobrescrevê-la²². A intimação foi entregue com data retroativa ao 1º de maio e nela consta o seguinte:

O povo brasileiro representado nos abaixo assinados, solidariamente responsáveis, no uso de sua alta vontade revolta, vem intimar-vos para que abandonéis **o governo ilegal** que vos achais exercendo atualmente nesse território, desbravado, habitado e hoje defendido, **por milhares de brasileiros**, que até a vossa **invasão** aparentemente legal, viviam à sombra das leis de seu país (o Brasil) [...] A violência de nossa vontade, tão patriota e tão justa, não nos permite um longo argumento probatório dos nossos direitos [...] não tememos as responsabilidades que nos possam advir por essa intimação escrita que nos pedes [...] por que **a fazemos na fé de patriotas**, à plena luz do dia, debaixo do nosso céu e com todo o ardor do **nosso patriotismo**. Estás intimado a retirardes o vosso governo deste território o mais breve possível, porque é esta a **vontade soberana e geral do povo deste município e todo o Povo brasileiro**. (*apud* CARVALHO, 2002, p. 40, grifo nosso).

Algumas marcas discursivas recorrentes na historiografia oficial do Acre podem ser percebidas no trecho acima. Primeiro, a de que o Acre era do Brasil. Segundo, a de que o governo boliviano era “ilegal”²³ e que não tinham direito de cobrar impostos. Terceiro, a de que a deposição era motivada pelo “patriotismo do povo brasileiro”. Quarto, a de que os líderes da “Revolução” sempre se colocam como porta-voz da “vontade soberana do povo”. Quinto, a de que o sentimento patriótico dispensava “longo argumento probatório dos direitos” dos brasileiros.

José Carvalho se utilizou de abstrações como “povo” e “patriotismo” para se justificar perante as autoridades brasileiras e para atrair a opinião pública ao seu favor. Como advogado, sabia das consequências de suas ações, pois deliberadamente descumpria acordos internacionais firmados entre o Brasil e a Bolívia, como realizava a deposição de funcionário público legalmente constituído. Portanto, atribuir a responsabilidade do feito ao povo e a motivação do movimento ao patriotismo era uma estratégia politicamente conveniente e muito bem pensada.

O emprego dos vocábulos “vontade do povo” e “patriotismo” se tornou corrente e regrou o exercício da função enunciativa dos líderes da “Revolução Acriana”. Eles

²² Se levarmos em consideração uma estimativa mínima para a região banhada pelo rio Acre de 15 mil habitantes (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. I, p.191), aqueles que assinaram não representam sequer 0,4%.

²³ Esse foi a interpretação defendida por livros, matérias de jornais e documentos, o que não era de se estranhar, pois a história que circula em âmbito nacional foi escrita por brasileiros, os grandes vencedores da “Questão do Acre”. Por isso é que vigora a ideia de que o território do Acre pertencia ao Brasil.

respeitaram os limites dessa dizibilidade, cercando de “boas intenções” a defesa dos interesses pecuniários e fundiários dos seringalistas, comerciantes, políticos e liberais ligados à economia gomífera. Em hipótese alguma produziram sentidos desabonadores de suas condutas, pelo contrário, a intenção foi inventar um monumento em homenagem própria.

O conjunto desses discursos pronunciados por todos os seus defensores sobre a Questão do Acre pode se configurar naquilo que Foucault (2005) chama de “arquivo”. O arquivo de uma época revela as semelhanças ou recitações enunciativas nos mais diversos discursos sobre um determinado tema. Essas recitações são entendidas pelo filósofo francês como uma espécie de “lei”, “regra” ou “positividade” que define a monosemia da história. São essas regularidades que forjam a unidade do sentido histórico.

Estamos tratando aqui de como uma “verdade” em história é construída e conservada, de como a linguagem é utilizada para criar evidências, de modo a neutralizar a polissemia, as lacunas e as errâncias que são próprias dela. Se a monosemia historiográfica prevalece até os dias de hoje é porque ela é útil ao *establishment* acreano, que faz questão de desqualificar e interditar os discursos contrários.

A estratégia utilizada nessa tese para “desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico” (FOUCAULT, 2005, p. 15) foi suscitar o aparecimento dos discursos marginalizados durante o processo de sedimentação da versão oficial do processo de anexação do Acre ao Brasil. Dentro do domínio discursivo verbalizado pelos brasileiros comprometidos com a causa acriana não havia chance para uma visão crítica dos acontecimentos. O conhecimento histórico gerado por eles está saturado de posicionamentos ideológicos e políticos.

O estilo epopeico da narrativa histórica foi muito bem explorado pelos próprios protagonistas da “Revolução”. Eles tinham interesse em exaltar seus próprios feitos e qualificá-los como “heroicos”, além de simular seus interesses com o discurso das motivações nobres. O fim da tirania semântica do “patriotismo acriano” é pré-requisito para uma compreensão mais sincera da formação histórica do Acre. Deve-se romper com o “catecismo” da narrativa epopeica e realizar uma crítica pormenorizada das fontes documentais da época.

O “banho de sangue” promovido na região precisava ser justificado perante a opinião pública nacional. Os “heróis” recorreram ao fetiche do patriotismo para beatificar suas ações. Mas esse fetiche não produziria verossimilhança caso o Acre fosse significado como território estrangeiro. Não faria sentido a ideia de brasileiros invadirem território estrangeiro “por amor

ao Brasil”. O Acre foi inventado como brasileiro e o abuso da história se mostrou uma necessidade para dissimular qualquer hipótese de imperialismo brasileiro e para salvaguardar os acreanos dos possíveis processos criminais. Abaixo, um trecho do discurso proferido pelo Deputado Federal (PA) Augusto Meira²⁴ por ocasião do cinquentenário da assinatura do Tratado de Petrópolis, leiamos:

No Tratado de Petrópolis não houve, propriamente, uma integração do território ao Brasil. O que houve foi a defesa de **um direito já fundado** [...] O Tratado de Petrópolis veio confirmar, definitivamente, **um direito brasileiro**, e nós não fizemos mais do que **defender o que era brasileiro**. (MEIRA, A. Discurso realizado no dia 17 de novembro de 1953. In: BEZERRA, 1992, p. 48, grifo nosso).

A defesa jurídica do Acre brasileiro foi anterior à defesa militar dele. O discurso jurídico antecipou e justificou o conflito militar. Por isso, é de se estranhar o fato de o General Thaumaturgo de Azevedo não receber homenagens ou sentimento de gratidão nas comemorações cívicas acrianas. Ele mesmo “reivindicava para si a honra de ter originado a Questão do Acre” (BARROS, 1993, p. 11), já que fora uma das primeiras pessoas a reivindicar que o Acre (setentrional) sempre pertencera ao Brasil.

Quando trazemos à tona alguns discursos que não se mantiveram na memória dos acontecimentos, a intenção é mostrar que a evidência histórica do discurso oficial foi, na verdade, fruto de escolhas, quase sempre, interesseiras. E é esse passado politicamente manipulado que é comemorado anualmente nas festas cívicas promovidas pelo Estado do Acre. Afinal, “o que para eles seria lacuna, esquecimento, erro, é para mim exclusão deliberada e metódica” (FOUCAULT, 2005, p. 179).

Outro texto fundador do sentido epopeico da anexação do Acre é o *Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana*, escrito em fevereiro de 1900 e endereçado ao Presidente da República brasileira, ao povo brasileiro e às praças do comércio de Manaus e do Pará. Subscrevem o Manifesto dezesseis brasileiros, todos eles ligados à economia gomífera. Eram os tempos conturbados do retorno do espanhol Luiz Galvez à presidência da República do Acre²⁵.

²⁴ Ele atuou no movimento autonomista acriano no início dos anos 1910.

²⁵ Sobre a proclamação do Estado Independente do Acre ler tópico “4.3.1.2 Uma síntese dos fatos”.

Ele havia sido deposto no final de 1899 pelo seringalista Souza Braga, que também alegava a motivação patriótica para tal feito (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 391). Mas era voz corrente na época de que o motivo estava nos prejuízos que teve desde que Galvez decretara a interrupção da exportação da borracha como represália ao aumento dos impostos. Mas a desavença entre Braga e Galvez durou pouco e o primeiro passou a apoiar o retorno do último à presidência do Acre.

O Manifesto, provavelmente escrito por Galvez e endossado por seus apoiadores, objetivava explicar todos os acontecimentos vinculados a deposição e retorno de Galvez à presidência (*idem, ibidem*, p. 19); firmar os motivos patrióticos (*idem, ibidem*, p. 16); tentar convencer de que a paz estava assegurada (*idem, ibidem*, p. 16); que a exportação da borracha não seria mais prejudicada (*idem, ibidem*, p. 26); e mostrar o “sucesso” ou “progresso” do Acre em consequência da proclamação do Estado Independente (*idem, ibidem*, p. 15).

Eles queriam que o governo brasileiro continuasse neutro em relação à República do Acre. Temiam uma intervenção militar e o julgamento sumário dos envolvidos naquela aventura. Isso porque a “Revolução” podia prejudicar a imagem do corpo diplomático brasileiro e do próprio Ministério das Relações Exteriores em nível internacional. Para afastar o risco da prisão, tentaram mobilizar a opinião pública em favor da Questão do Acre.

O Manifesto foi escrito para esclarecer que a proclamação do Estado Independente do Acre foi uma decisão patriótica que visava “defender a integridade da pátria [brasileira]” (*idem, ibidem*, p. 14). Para diminuir o peso da responsabilidade, afirmaram que as decisões tomadas por eles foram resultados da “soberana vontade popular” (*idem, ibidem*, p. 20). No entanto, é sabido que não convocaram sequer uma assembleia popular.

“Nada pretendemos, provento algum alvejamos, posições de natureza alguma almejamos, da revolução pretendemos unicamente a glória de trabalhar pela reivindicação dos seculares direitos brasileiros” (*idem, ibidem*, p. 30). O enunciado é taxativo quanto às motivações nobres dos “revolucionários”. Como diz Joel Silveira (*apud* ALENCAR, 2005, p. 34): “No momento em que veio a valoração da borracha, surgiram também, como por encanto, os brios cívicos, as razões da pátria invadida”.

Mas o interessante é que o Manifesto afirma ser o Estado Independente do Acre fruto do “levantamento patriótico do **povo acreano**” (BRAGA *et al.*, p. 11, grifo nosso). Uma pergunta se faz necessária: que povo era esse do discurso? É do conhecimento de qualquer

estudioso do período que Galvez nunca fora unanimidade e muito menos o Estado Independente.

Além do mais, a região do Juruá nem sequer tomou conhecimento dos decretos expedidos por ele. O próprio Galvez foi comunicado que a população do Alto Acre resolvera não aderir ao seu governo. O documento é assinado por Manoel Odorico de Carvalho, que se apresenta como “Prefeito de Segurança Pública **pela vontade soberana do povo**” (CALIXTO, 2003, p. 162, grifo nosso).

Quando o coronel Plácido de Castro foi convidado a fazer parte da Junta Revolucionária e, logo em seguida, escolhido como líder militar da próxima ofensiva contra os bolivianos, a concepção epopeica da “Revolução” já estava em plena formação. Os textos e os documentos escritos por ele pouco ou nada contribuíram para esse acontecimento discursivo. Lendo os jornais, artigos e documentos anteriores a 1902, constatamos que a retórica do patriotismo do “povo” acriano era frequentemente utilizada.

Quando a “revolução” terminou e o Acre foi definitivamente incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis (1903), houve uma massificação desses enunciados, principalmente nos jornais, por meio da publicação de artigos, poemas, documentos e outros textos. Uma das primeiras manifestações escritas dessa “imaginação epopeica” da anexação foi o hino acriano. É provável que o carioca Francisco Mangabeira, médico do exército acriano liderado por Plácido de Castro, tenha escrito a poesia em 5 de outubro de 1903, no seringal Capatará.

Mangabeira trata os seus companheiros de trincheira como “heróis” e significa a “guerra” como um acontecimento “glorioso”²⁶. O hino imortaliza o sofisma de que a anexação do Acre fora um resultado exclusivo do conflito militar²⁷. As principais ideias que embasam o poema são as mesmas que motivaram a escrita da “gloriosa” história do Acre. Abaixo, alguns trechos do hino:

²⁶ A guerra, segundo Mangabeira, fora feita “nobrememente, com armas na mão”. Carneiro (2008, p. 89), para ironizá-lo, completa: “muito sangue foi derramado, mas a macabra tarefa fora feita com fidalguia”.

²⁷ Embora o Tratado de Petrópolis ainda não tivesse sido assinado, era do conhecimento do autor do hino que as negociações estavam em andamento. O conflito armado havia sido paralisado e as próprias tropas revolucionárias de Plácido de Castro haviam sido desbaratadas pelo Exército brasileiro. Todos esperavam o resultado diplomático. A omissão faz da anexação um resultado direto da fase militar e antecipa a batalha simbólica que haveria em torno do tema. Do ponto de vista de Mangabeira, os acreanos não queriam dividir a “glória” da anexação com o governo federal. Outros autores seguem a mesma linha dessa interpretação, a saber: Podemos citar alguns: GOYCOCHÊA, 2007; GOMES, s/d; LIMA, 1998; ROMANO, 2007; CABRAL, 1986; DONATO, 1963; etc.

Invencível e grandes na guerra/ Imitemos o exemplo sem par [...] Fulge um astro na nossa bandeira/ Que foi tinto no sangue de heróis [...] Triunfantes da luta voltando [...] O Brasil a exaltar acompanha [...] Possuímos um bem conquistado/ Nobremente com armas na mão/ Si o ofenderem, de cada soldado/ Surgirá de repente um leão/ Liberdade é o querido tesouro/ Que depois do lutar nos seduz [...] Mas se audaz estrangeiro algum dia/ Nossos brios de novo ofender/ Lutaremos, sem cair, sem tremer. (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_do_Acre>, acessado em fevereiro de 2014).

De modo geral, os livros de história e de literatura passaram a tratar a “Revolução Acriana” como uma espécie de narrativa da comunhão instauradora da identidade do ser acriano. Como se a pretensa união dos nordestinos fosse causada pela defesa da cidadania brasileira. A ideia de um passado fundador glorioso realizado por uma geração de heróis está ligada ao interesse da elite gomífera em dissimular o jogo de interesses que envolviam a “Questão do Acre”.

A opinião pública não precisava ter conhecimento sobre as patologias sociais que dominavam o período da formação histórica do Acre. Márcio Souza (1977, p. 113) afirma que aquela “sociedade doente” era “apodrecida de nascimento”. A narrativa apoteótica de um episódio inaugural fantástico foi usada para secundarizar as patologias e instaurar o ufanismo nos acrianos. Toda mistificação serve “aos propósitos de uma elite derrotada (a partir de segunda metade dos anos 1910 pela crise gomífera) e reboquista” (SOUZA, 1977, p. 111).

A historiografia acriana não identifica o conflito como uma prática incivilizada. A expansão territorial brasileira sobre a Bolívia também não é vista como imperialismo. Não debate as consequências sociais e ambientais que a produção do látex causou. Tudo que potencialmente “mancha” a imagem do “acriano-herói” é silenciado. Várias foram as “nódoas” retiradas, a saber: o genocídio indígena, a invasão das terras bolivianas, os confrontos armados, o tráfico de prostitutas, a semiescravidão, a sonegação fiscal, o autoritarismo político, a corrupção dos primeiros prefeitos, a ação predatória dos migrantes contra a natureza, a prática da zoofilia, dentre outros.

Defender a integridade mentirosa de uma época rica de contradições é mistificar a própria história, é ler o passado por sobre os ombros do presente. E os representantes da geração da decadência, pressurosos em manter uma aparência, repetem os mais perniciosos costumes do patronato burocrático brasileiro, **especialista na distorção dos fatos históricos, que transforma criminosos repressores em heróis, e heróis populares em inconsequentes revoltados** [...] principalmente quando se descobre

que os coronéis de barranco nunca tiveram grandes veleidades culturais. (SOUZA, 1977, p. 112, grifo nosso).

Os autonomistas²⁸ foram o grupo de acrianos que mais defenderam a versão heroica e patriótica da história da anexação do Acre ao Brasil. Isso porque, quanto mais fantástica fosse essa história, mais eficiente seria como instrumento de comoção pública, pois um dos maiores argumentos empregados era o de que a promulgação do Estado do Acre era uma forma de fazer justiça com os acreanos, pois foram os “únicos que lutaram para ser brasileiros”, “os únicos brasileiros por opção”. O governo federal, portanto, estaria sendo injusto com aqueles que arriscaram as vidas por “amor ao Brasil”.

A concepção epopeica foi defendida porque era favorável à causa que eles defendiam. Quando Plácido de Castro morreu em agosto de 1908, os autonomistas trataram logo de transformá-lo em um mártir da autonomia. Mas a tentativa não aconteceu sem que houvesse resistência. Isso porque muitos dos autonomistas eram desafetos do “herói”²⁹, como por exemplo, Antônio Antunes de Alencar³⁰ e Gentil Tristão Norberto³¹.

Os dois eram veteranos da dita “Revolução Acriana” e lutaram ao lado de Plácido de Castro contra os bolivianos. O último, inclusive, havia sido promovido por Plácido de Castro à patente de coronel do exército revolucionário acriano, e o primeiro, à tenente-coronel. No entanto, após o desfecho da Questão do Acre, provavelmente por motivos pecuniários, ambos se desentenderam com Plácido de Castro. A rixa foi tanta que fez cair sobre eles a suspeita de serem cúmplices do assassinato do “libertador do Acre”.

Em 1929, a acusação foi endossada pela própria mãe de Plácido de Castro, quando teve conhecimento de um Projeto de Lei no Congresso Nacional que solicitava a concessão de patente de general para Plácido de Castro e a de coronel para Gentil Norberto e Antônio

²⁸ O Acre tornou-se brasileiro, mas na condição de Território e não de Estado. Desde 1904, passou a ser administrado diretamente pelo governo federal. A situação feria os interesses daqueles que almejavam mandatos políticos, cargos públicos e controle das rendas fiscais oriundas da tributação gomífera. Os autonomistas eram aqueles que defendiam a elevação do Acre à categoria de Estado.

²⁹ Talvez esse tenha sido um dos motivos que impediu a unidade do movimento autonomista entre os departamentos do Alto Purus e do Alto Juruá.

³⁰ Membro da Junta Revolucionária criada em 24 de fevereiro de 1899. Portanto, o envolvimento dele com a Questão do Acre é anterior ao de Plácido de Castro.

³¹ Nos primeiros anos de administração federal, ambos foram “cooptados” por meio de cargos públicos. Gentil Norberto foi intendente de Cunha Matos, primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre. Ele também ficou responsável pela regularização fundiária do território. Antunes de Alencar foi até prefeito do Departamento do Alto Acre. Alexandrino da Silva também havia ocupado cargos públicos. Mas quando os cargos faltavam, viravam autonomistas fervorosos.

Antunes de Alencar. Em 24 de julho de 1929, ela encaminha uma carta ao autor do projeto pedindo para que o mesmo retirasse o nome de Plácido de Castro do referido projeto.

Dona Zeferina Castro justificou o pedido dizendo que “os governos já tripudiaram muito sobre o seu nome e sobre a sua memória” (*apud* CASTRO, 2002, p. 357). Além disso, ela indagou ao deputado: “creio que V. Ex. ignore que Gentil Norberto e Antunes de Alencar sejam dois dos implicados no assassinato de Plácido” (*idem, ibidem*, p. 358). Ela queria afastar o nome de seu filho “de tão más companhias” (*idem, ibidem*, p. 358).

Imagem 12 – Plácido de Castro, um nativo e Gentil Norberto.

Fonte: FALCÃO, s/d. p. 33.

A relação de proximidade entre Antunes de Alencar e Alexandrino da Silva (acusado de ter executado Plácido de Castro) pode ser constatada em uma nota do jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 11 de outubro de 1911, Nº 169, p. 2, que diz: “ultimamente sabia-se estar o coronel Alexandrino ao lado do Coronel Antunes de Alencar, na campanha autonomista, correndo boatos de estar envolvido em preparos de sublevação criminosa contra a ordem estabelecida”.

Não há fatos que endossem a hipótese de que Plácido de Castro tenha recebido em vida devoção cívica dos acrianos. O máximo que conseguiu foi ser recepcionado com honras no Rio de Janeiro após a “Revolução Acriana” e ter o seu retrato, juntamente com o do Barão do Rio Branco, exposto nas salas do edifício da Prefeitura do Departamento do Alto Purus

durante o mandato do prefeito Candido Mariano³². Ele até chegou a gozar de certo prestígio em alguns segmentos da elite gomífera, mas nunca se tornou uma unanimidade entre ela. Pelo contrário, como acima descrito, estava cercado por inimigos, muito dos quais ex-amigos.

A heroificação de Plácido de Castro foi uma construção póstuma. Ela só aconteceu porque ao longo da história não faltou quem obtivesse algum tipo de ganho simbólico ou dividendo político com a exaltação dele. Desde o seu assassinato ocorrido em 11 de agosto de 1908, até os dias de hoje, a sua memória era um campo de disputa.

Os autonomistas fizeram uso político da imagem de Plácido de Castro até 1962, quando finalmente o Acre foi elevado à categoria de Estado. Nos anos 1970, os ditadores que governavam o Brasil, fizeram algo parecido quando buscaram em cada Estado um militar de reconhecido prestígio para homenagear. No Acre, a figura escolhida foi a de Plácido de Castro. A exaltação do “herói do Acre” serviu para mostrar a importância dos militares na formação histórica do Brasil.

Os autonomistas foram os principais responsáveis pela heroificação do militar, principalmente aqueles ligados à Maçonaria, e dentre eles o de maior destaque foi, sem dúvida, o alagoano João Craveiro Costa (1871-1934)³³. Esses políticos se tornaram divulgadores da versão epopeica da anexação do Acre tão logo o governo federal transformou a região em território federal. No entanto, não promoveram o culto à personalidade de Plácido de Castro quando o mesmo ainda era vivo, pois muitos já o tinham como inimigo político.

Quando Plácido de Castro morreu, aqueles que defendiam o Acre Estado passaram a usar politicamente a imagem dele como arquétipo de heroísmo e patriotismo que imperava entre os autonomistas. Ele foi projetado como herói acriano porque quando em vida defendia a causa autonomista, caso contrário, a história de sua deificação poderia ter sido outra.

O militar Plácido de Castro não era o único a disputar o posto de “herói do Acre”. O governo federal e o governo do Amazonas também indicaram candidatos a tal honra, pois diferiam de opinião com relação ao destino do Acre. Os autonomistas queriam tornar o Acre um Estado, por isso escolheram como herói uma liderança local. O governo federal queria que o Acre permanecesse na condição de território, por isso elegeu como herói uma liderança

³² Cf. jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 24 de fevereiro de 1908, p. 2.

³³ Ele foi um atuante homem público em Cruzeiro do Sul e ocupou, dentre outros cargos, o de Diretor de Instrução Pública, que corresponde atualmente a secretário municipal de educação. Publicou em 1924 um dos principais livros sobre a história do Acre, a saber “A epopeia acabou”, reeditado posteriormente com o nome “A conquista do deserto ocidental”, pois já havia interesse em eternizar o estado revolucionário dos acreanos.

nacional. O governo do Amazonas queria incorporar o Acre ao território amazonense (Cf. BESSA, 1906, BARBOSA, 1984), por isso indicou lideranças regionais como patronos da causa acriana.

O governo do Amazonas alegava que os governadores Ramalho Júnior (1898 a 1900) e Silvério Neri (1900 a 1904) foram os verdadeiros heróis da causa acriana, os principais patrocinadores da “Revolução”. O governo federal³⁴, por sua vez, defendia que o diplomata Barão do Rio Branco fora o verdadeiro responsável pelo sucesso do desfecho da Questão do Acre. Majorar a importância do Barão do Rio Branco era uma forma de secundarizar a participação de Plácido de Castro e dos governadores do Amazonas. Por isso, ele fez questão de nomear “Rio Branco” um dos centros comerciais mais importantes do Acre no início do século. Leiamos abaixo:

Decreto Nº 7, de 7 de setembro de 1904, *Dá nome de Vila Rio Branco à antiga povoação da Empresa*. O prefeito do Departamento Nacional do Alto Acre, nomeado pelo governo federal, tendo em consideração aos altos e relevantes serviços prestados à Pátria pelo eminente brasileiro o Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, o qual, com a maior honra para a Nação, **conseguiu levar ao bom termo, no curto espaço de um ano, a antiga questão do território do Acre, que parecia perdida para o Brasil**, DECRETA: Art. 1º - Passa a denominar-se Vila Rio Branco a antiga povoação da Empresa, sede do Governo da Prefeitura, elevada à categoria de Vila por Decreto Nº 3, de 22 de agosto findo. (In: TJAC, 2003, p. 122, grifo nosso).

A partir da leitura do decreto, fica claro que o sucesso da anexação do Acre ao Brasil fora atribuído ao Barão de Rio Branco e não a Plácido de Castro. E, se assim o fosse, o governo federal tinha todos os direitos de governar o Acre, pois foi o responsável pelo sucesso da intervenção diplomática perante a Bolívia. Tempos depois, o governo federal indicou a Vila Rio Branco para ser a capital do Território do Acre. A indicação causou indignação a Plácido de Castro, que logo manifestou a sua discordância. Segundo ele, a região era “imprópria à permanência da sede da prefeitura” (In: TJAC, 2003, Vol. 2, p.11).

³⁴ O nome do Barão de Rio Branco dado à cidade que viria a se tornar a capital do Acre foi uma imposição do governo federal, que resolveu homenageá-lo. Não houve qualquer consulta à população local. A homenagem a Plácido de Castro viria somente em 1976, quando um município acreano de importância secundária recebeu o seu nome. Vale lembrar que a política de idolatria cívica ao diplomata na região acriana teve início antes mesmo de sua morte. O governo federal, através dos prefeitos, rendia-lhe homenagens, tratando-o como “patrono do Acre” (jornal *Acreano*, de Xapuri, 1 de novembro de 1909, Nº 56, primeira página). O Barão do Rio Branco ainda estava vivo e seu nome passou a ser utilizado em ruas, estabelecimentos públicos e praça. Sem dizer do “17 de novembro”, data da assinatura do Tratado de Petrópolis, que também virou nome de escola e outros.

Ele defendia que a sede fosse transferida para Brasília (atual Brasileia). Dizia que “a mudança da sede da Prefeitura é, pois, uma necessidade, e não se poderá objetar que esta transferência acarreta prejuízos para a União porque o governo federal não tem capitais empregados na atual Vila Rio Branco” (In: TJAC, 2003, Vol. 2, p.11). O pedido não foi atendido e motivou ainda mais Plácido de Castro a criar dificuldades à gestão dos prefeitos dos departamentos acrianos indicados pelos líderes políticos da pátria.

É bom lembrar que desde a ofensiva mal explicada do general Olympio da Silveira contra o exército acriano em 1903, o governo federal já era acusado de diminuir a influência de Plácido de Castro na região. O fato de o general ter desbaratado o “exército revolucionário” foi entendido por muitos como uma decisão oficial da Presidência da República. Tal denúncia até que tinha um fundo de verdade, pois é sabido que o governo boliviano havia exigido tal feito como condição para o retorno das negociações diplomáticas.

O governo federal também foi acusado de ser cúmplice do assassinato de Plácido de Castro, uma vez que o principal acusado de ser mandante do crime fora o prefeito do Departamento do Alto Acre, que ocupava o cargo por indicação do Presidente da República. O fato de o crime não ter sido apurado só aumentou a desconfiança com o governo federal.

Sobre os ombros de Plácido de Castro pesava “as acusações de que vivia tramando a deposição dos Prefeitos e a autonomia do Acre pela violência” (CASTRO, 2002, p. 252). De fato, o militar era um grande crítico dos prefeitos que eram indicados pelo presidente, e isso provavelmente foi desgastando a sua imagem perante os presidentes do Brasil (Cf. *idem*, *ibidem*, p. 250). Talvez tenha sido por isso que o governo federal preferiu destacar a importância do Barão do Rio Branco para a anexação do Acre em detrimento da atuação de Plácido de Castro³⁵.

O governo federal criou uma atmosfera mentirosa em torno da maior vítima dos seus mandatários no Acre. Por efeito dessa estranha e inexorável conduta do governo contra Plácido, perseguindo-o até o túmulo, **ele aparece para a mocidade de hoje como um demagogo de quem o Barão do Rio Branco se utilizou para criar a situação de que tão inteligentemente se aproveitou para aumentar o seu renome.** Nem podia a geração contemporânea pensar de outro modo, sabendo que

³⁵ Que pese a estratégia discursiva do governo federal e da prática ideológica nela contida, após analisarmos o conjunto dos fatos sobre a Questão do Acre tanto em uma escala local, nacional e internacional, somos levados a crer que, de fato, a importância dos conflitos armados tem sido ampliada na historiografia acriana. Mas sobre esse assunto, nos debruçaremos melhor em um capítulo à parte que, só com o intuito de mostrar a polissemia da história, mostra os argumentos favoráveis ao Barão de Rio Branco.

após a conquista do Acre, Plácido foi mandado assassinar pelo Prefeito do Alto-Acre e que o governo federal protegeu e galardoou o assassino e seus cúmplices, e não consentiu que se fizesse o menor inquérito sobre o bárbaro crime. Entretanto, os demagogos eram os indivíduos que o governo federal mandava para o Acre. Eram esses indivíduos que, não conseguindo esgotar a paciência nirvanica dos acreanos, promoviam desordens, circunscritas a sede da Prefeitura do Alto Acre para justificar a limpeza que faziam nos cofres da União. (*idem, ibidem*, p. 267).

Foi em meio a essa disputa simbólica sobre quem seria o “herói” dos acreanos que a figura de Plácido de Castro passou a ser mitificada em âmbito regional como o principal responsável pelo sucesso da anexação do Acre ao Brasil. Alguns meses após sua morte, três amigos financiam a construção de uma lápide no local do assassinato e o jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 12 de novembro de 1911, Nº 175, p. 2, diz que “foi levantada a ideia de uma subscrição popular para erigir-se uma estátua à memória de Plácido de Castro”. Com o tempo, a afirmativa a seguir se tornaria uma máxima: “o Acre, tal como foi integrado no mapa do Brasil, é obra sua (de Plácido de Castro), de seu heroísmo, de sua forma de querer” (GOYCOCHÊA, 2007, p. 96).

Imagem 13 - Os "Heróis do Acre".

Fonte: Mapa histórico do Acre produzido pelo engenheiro João Alberto Masô em 1917.
(Disponível no acervo digital do Memorial dos Autonomistas).

Não há dúvida de que para a causa autonomista seria mais vantajoso heroificar Plácido de Castro, que defendia a autonomia, do que o Barão do Rio Branco, um dos responsáveis pelo rebaixamento do Acre à categoria de território. Plácido de Castro haveria de

se tornar “herói do Acre”, mesmo tendo ele renegado essa região, exigindo de seu irmão que não o deixasse enterrado ali quando morresse, visto que era uma terra “indigna de possuí-los” (Cf. LIMA, 1998, p. 270).

Rio Branco negociava com a Bolívia um acordo honrosíssimo, o que se ultimou com o tratado de Petrópolis, **negociação cujo êxito foi quase exclusivo da atitude aguerrida de Plácido de Castro, a frente dos acreanos**. A poderosa revolução, a maior e mais patriótica em que já se empreenderam brasileiros, levada a efeito nas brenhas acreanas, com os próprios elementos existentes na região e as expensas dos seringueiros, foi efetivamente um grande ato de amor à pátria, de que Plácido de Castro foi a alma organizadora e viril. **Essa resistência de quatro anos à dominação da Bolívia, foi a causa eficiente da solução encontrada pelo egrégio Barão do Rio Branco**. (Craveiro Costa, In: jornal *O Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 10 de agosto de 1913, Nº 273, p. 2, grifo nosso).

Mas a projeção do Cel. Plácido de Castro como o herói dos acrianos não aconteceu sem que houvesse resistências. O governo federal, os próprios acrianos galardoados com cargos públicos, e alguns poucos maçons sem laços ufanistas com a região enfatizavam o trabalho diplomático de Rio Branco e secundarizavam a importância de Plácido de Castro.

Conforme pode ser lido no jornal *A Reforma*, do Departamento do Tarauacá, em 8 de fevereiro de 1920, Nº 89, p. 1, “o Acre - este vasto rasgão de terra fértil – foi anexado ao Brasil mais pelo tino diplomático de Rio Branco do que pelo heroísmo à idade média do valoroso caudilho Plácido de Castro”³⁶. Em 1910, Barros (1993, p. 23) diz: “O Acre foi, acima de tudo, uma conquista da diplomacia brasileira”. Abaixo, outro trecho de mesmo teor:

E ele, o Barão, com o seu tato com sua inteligência servida por formidável ilustração, e com sua educação diplomática, nos levou de vitória em vitória, a revelar essa perspicuidade e esse tino que foi a característica máxima de sua vida pública. Distante, esse ilustre diplomata resolveu pacificamente todas as nossas questões de limites incorporando ao Brasil uma área de 900.000 quilômetros quadrados [...] **É caso único na história, esse de um homem só sem fazer brilhar uma baioneta, sem detonar um canhão, conseguir incorporar ao seu país tão vastos territórios. E esta onde habitamos nós, os do Acre, representa um dos grandes feitos diplomáticos de Rio Branco**” (Gonçalves Chaves, In: jornal *O*

³⁶ Tonelli (1989, p. 39) critica os autores que utilizam o termo “caudilho” para se referir a Plácido de Castro. Mas alerta: “O erro interpretativo não foi casual, visava simplesmente exaltar um pretenso carisma e a capacidade militar de um líder rebelde de modo a referendar e justificar o poder altamente concentrado em mãos de Plácido de Castro”. Leandro Tocantins (2001), Araújo Lima (1998) e Hernâni Donato (1963) também utilizam o termo. Nos anos 1950, em alguns jornais pesquisados, como é o caso de *O Rebate*, de 15 de agosto de 1950, Nº 1072, p. 1, Plácido de Castro é apresentado como “guerrilheiro”. Encontramos também o mesmo termo sendo empregado em um artigo publicado pelo jornal *O Rio Branco*, de Rio Branco, em 25 de novembro de 1973, p. 3, a saber: “A morte do guerrilheiro Plácido”, assinado por Antônio Ferreira Lopes.

Cruzeiro do Sul, de Cruzeiro do Sul, em 19 de fevereiro de 1914, Nº 326, p. 3, grifo nosso).

Plácido de Castro deixou bem claro o seu ponto de vista com relação à interpretação que deveria prevalecer, afirmando que foi a “heroica luta contra a Bolívia” a responsável pela “a entrada do território do Acre para a comunhão brasileira” (CASTRO, 1906-7, In: TJAC, 2003, Vol. 2, p. 33). Claro que essa interpretação o deixava em uma situação confortável perante o governo federal, como se ele fosse um credor pelos serviços prestados. Leiam:

Passando a administração do Estado para a União, todos nós esperávamos, por certo, ser recebido, como filhos extremados nos braços maternos, e que ao invés dos sofrimentos e provações com que temos sido mimoseados pelo governo federal, **fossemos antes carinhosamente satisfeitos em nossas palpitantes necessidades, aspirações, aliás justíssimas para aqueles que se apresentavam cheios de serviços prestados à pátria na integração de sua fronteira ocidental.** (CASTRO, 1906-7, In: TJAC, 2003, Vol. 2, p. 12, grifo nosso).

Em 25 de junho de 1909, o Manifesto Autonomista do Alto Juruá foi publicado em Manaus, e recebeu a assinatura dos senhores João Craveiro Costa, Mâncio Lima, Francisco Freire de Carvalho, Francisco Riquet e Alfredo Telles de Menezes. O documento intitulava-se “petição da população do Departamento do Alto Juruá ao Congresso Nacional”. Nele, a visão heroica da anexação é divulgada desde a primeira página, mas por pura estratégia discursiva, o nome de Plácido de Castro foi omitido³⁷, leiamos:

Região desbravada pela energia do nortista, predominando os heroicos irmãos do Ceará, palmo a palmo disputada à potência esmagadora do selvagem e à hostilidade do clima, mais tarde pleiteada com armas na mão à cupidez da Bolívia e do Peru, os cento e noventa mil quilômetros quadrados que formam esta região pertencem de fato e de direito aos cento e tantos mil habitantes que aqui vivem na vastidão da floresta e nas margens dos rios, civilizando-as com a sua energia, com o seu trabalho, com a tenacidade de sua vontade. (MESQUITA, 2004, p. 30).

Em 22 de janeiro de 1911, o jornal *O Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em dia 22 de janeiro, Nº 144, p. 2, noticia que o influente autonomista Craveiro Costa havia escrito um livro intitulado *Genesis de um Estado*. Segundo o resumo feito pelo jornalista, percebe-se a

³⁷ Nos documentos endereçados ao governo federal, os autores preferiam não exaltar o nome de Plácido de Castro, em alguns casos, inclusive, destacavam a atuação do Barão do Rio Branco. Vale lembrar que o diplomata brasileiro também era membro da Maçonaria, por tanto, não era de se esperar críticas a ele. Após 30 dias do seu falecimento, a Loja Maçônica Fraternidade e Trabalho (AC) realizou uma “solene sessão fúnebre” em homenagem ao Barão. (Cf. jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 17 de março de 1912, Nº 190, p. 2).

intenção do autor em associar a causa autonomista à “Revolução Acriana”. Tanto é que ele também trata o movimento autonomista como “Revolução Acriana”. De acordo com o seu argumento, a “genesis” do Estado acriano podia ser encontrada desde o início das primeiras resistências contra o governo boliviano, ou seja, no desejo daqueles migrantes em serem brasileiros³⁸.

No mesmo jornal do dia 25 de março de 1912, nas páginas 1 e 2, um artigo com o mesmo título da obra foi dedicado por Craveiro Costa à Mâncio Lima, outro autonomista de grande influência em Cruzeiro do Sul. Em *Genesis de um Estado*, Lima trata Plácido de Castro como “herói acreano” (p. 2), “a personalidade principal do Acre revolucionário” (p. 1). Segundo acreditava, ele era “capaz das mais difíceis empresas” (p. 1), movido pelo “patriotismo” (p. 1), “um guerreiro perfeito” (p. 2), em que prevalecia a “destituição completa da vaidade pessoal” (p. 1). Abaixo, uma cópia do artigo original e notem que o autor utiliza do recurso discursivo “segunda fase da revolução” para separar a investida militar vitoriosa liderada por Plácido de Castro, das anteriores.

Imagem 14 – Reprodução do artigo “Genezis de um Estado” publicado em 1912.

Fonte: jornal *Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 25 de março de 1912, p. 1.

Acervo digital da Biblioteca Nacional

³⁸ A mesma estratégia linguística foi utilizada por Tocantins (1984, p. 34), que criou um capítulo para falar sobre a “História do Estado” e iniciou a mesma tratando da migração nordestina e a consequente “Revolução Acriana”. Como se o Estado do Acre já estivesse latente no período revolucionário.

A realização da causa autonomista era propositalmente divulgada pelos jornais locais como uma “revolução”. Os autonomistas prometiam levar adiante os ideais de Plácido de Castro. O jornal *Folha do Acre*, da Cidade de Empreza, em 20 de setembro de 1910, Nº 4, p. 2, reproduziu uma entrevista publicada em Fortaleza que diz: “acabo de ser recebido pelo Coronel Antunes de Alencar, **chefe da revolução acreana**, que aqui se encontra de passagem para o Rio de Janeiro” (grifo nosso). Abaixo, três chamadas de matérias do mesmo gênero.

Imagem 15 – A “Revolução” dos Autonomistas.

Fonte: jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empreza, em 10 de dezembro de 1911, Nº 63, p. 1.
Acervo digital da Biblioteca Nacional

Imagem 16 – A “Revolução” dos Autonomistas no Juruá.

Fonte: jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 11 de fevereiro de 1912, Nº 188, p. 2.
Acervo digital da Biblioteca Nacional

Imagem 17 – A “Revolução” dos Autonomistas no Alto Purus.

Fonte: jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 11 de fevereiro de 1912, Nº 188, p. 2.
Acervo digital da Biblioteca Nacional

Várias matérias de jornais locais comprovam a preocupação dos autonomistas e de outros membros da elite acriana com a memória de Plácido de Castro. Na edição do jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 14 de março de 1909, Nº 55, p. 2, encontramos o apelo para “chamar a atenção dos poderes públicos para essa ubérrima região, cuja emancipação **era ideal de Plácido de Castro**, a quem deve saudosa memória” (grifo nosso). A intenção de utilizar o militar em prol da promoção da causa autonomista fica patente. É bom lembrar também que durante a “revolta autonomista dos 100 dias” iniciada em junho de 1910, em Cruzeiro do Sul, um dos principais grupos militares era designado de “Batalhão Patriótico *Plácido de Castro*”.

O Sr. Cel. Antunes de Alencar [...] o valoroso acreano [...] e nós acreanos verdadeiros, amigos da região, perdura o mesmo sentimento da profunda admiração pelo chefe (Antunes de Alencar) que, pela energia de suas ações, desinteresse com que lutou pelos ideais do Acre, pela lealdade às suas convicções que eram e são os de todos os que se empenham pelo progresso e pela felicidade do território, foi e é ainda a figura de mais fulgor na história regional, não ultrapassada pelo tipo soberbo e varonil do caudilho herói que foi Plácido de Castro. (jornal *A Reforma*, do Departamento do Tarauacá, em 26 de outubro de 1919, Nº 77, p. 1).

O jornal *O Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em dia 6 de abril de 1913, Nº 243, informa que Craveiro Costa “iniciará uma série de lições de história da pátria aos alunos das escolas da cidade”. Dentre os temas, figurava a biografia dos grandes homens e a história de

“grandes eventos” como a independência do Brasil e a guerra do Paraguai. Quando chega agosto, o tema escolhido foi o Plácido de Castro. Assim fazendo, inseria o militar no rol das grandes personalidades brasileiras e a própria “Revolução Acriana” na lista dos grandes acontecimentos nacionais.

Veremos no próximo tópico o quanto as festas cívicas serviram para tornar Plácido de Castro um personagem quase lendário. No início dos anos 1910, o nome dele já estava associado a ruas, escola, hospital, etc. A transformação dele em “monumento” catalisador da adoração cívica também serviu para a consagração do dia 6 de agosto como “lugar de memória”. Essa data marca o início da primeira ofensiva liderada por ele contra os bolivianos em 1902 e, até então, ainda não era comemorada.

Tanto a “Revolução Acriana” quanto o próprio Plácido de Castro foram transformados em signos ou semióforos da sociedade acriana. Eles inspiram unidade social, acrianismo e sentimento de potência. Como foi falado acima, esse processo não aconteceu da noite para o dia, mas permanece até hoje, principalmente, nos discursos de políticos que reivindicam uma relação de continuidade com o passado, perpetuando, no presente, a “semelhança” e a “glória” de outrora.

O civismo sempre foi um instrumento político utilizado pela elite acriana quando seu projeto de poder se sente ameaçado ou quando está carente de aprovação popular. De modo que, quanto mais obstinado forem o governo ou os políticos pelo consenso, pela invenção do otimismo e pelo prestígio e engrandecimento pessoal, mais empregarão semáforo, festas cívicas e abusos da história.

Passados mais de cento e dez anos da anexação do Acre ao Brasil, ainda hoje vigora a visão epopeica dessa história. São poucas as produções acadêmicas que ousam desafiar a narrativa apoteótica dominante. A maioria dos livros de história em língua portuguesa que versa sobre o assunto é regida pela mesma “ordem do discurso”, faz parte de uma mesma tradição enunciativa. Por isso, apresentam “mais” do mesmo.

Essa conclusão é tão evidente que nem sequer precisaria ser feita uma análise de comparação textual profunda para percebê-la, bastava tão somente observar as capas e os títulos de alguns dos principais livros sobre a história do Acre. Vejamos: *Epopeia acreana* (Farias Gama, 1919, poesias); *O fim da epopeia* (Craveiro Costa, 1924); *O Acre e seus heróis* (Napoleão Ribeiro, 1930); *A epopeia acreana* (Freitas Nobre, 1939); *A conquista acreana* (Abguar Bastos, 1940); *Conquista do Acre* (Artur César Ferreira Reis, 1941); *A conquista do*

Acre (Pimentel Gomes, anos 1950?); Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo (Cláudio Araújo Lima, 1952); Território de bravos: uma epopeia na Amazônia (Francisco Marins, 1954); A conquista do Acre (Miranda Bastos, 1955); Plácido de Castro: o último caudilho (Hernâni Donato, 1963); A epopeia do Acre (Silvio Bastos, 1964); Amazônia dos Brabos (Archibaldo Antunes, 1988); etc.

Uma leitura semiótica das capas de alguns dos livros citados basta para notar o compromisso ideológico que as próprias editoras têm com o sensacionalismo epopeico evidenciado nos textos. O caráter cívico não prevaleceu apenas nos livros históricos, mas também nos literários. É o que afirma Silva (1996, p. 77), quando diz que “a seleção dos jornais sugere que a orientação patriótica e integracionista predomina como pressuposto ideológico que direciona as primeiras manifestações literárias do Acre” (Cf. SILVA, 2002a).

Imagem 18 – Capas de livros sobre a História do Acre.

Fonte: Imagens disponíveis em <<http://www.google.com.bri>> acessado em fevereiro de 2014.

Houve um grande esforço para a construção dessa versão homérica da anexação do Acre. Na verdade, até hoje essa história é mantida sob a vigilância do Estado e anualmente o sentido dela é reforçado através das festas cívicas. Abaixo, o discurso dominante da exaltação da “Revolução Acriana” e de Plácido de Castro é facilmente percebido. Ao divulgarem a versão epopeica, contribuíram para consagrá-la.

Quadro 2 – Citações sobre “Revolução Acriana” e Plácido de Castro.

Sobre a “Revolução Acriana”	Sobre Plácido de Castro
<p>“A revolta que durante cinco anos emocionou a alma nacional e realizou a mais viril e eloquente demonstração de patriotismo que os anais do país registram [...] e o acreano se insurgiu, não, principalmente, movido pelo interesse e para defender o interesse, mas por alguma coisa mais imponderável e mais elevada. Pelo sentimento particular da defesa do lar que é uma redução da pátria.” (COSTA, 2005, p. 113 e 114, grifo nosso).</p> <p>“Essa glória da nossa diplomacia e os resultados materiais advindos ao país só foram possíveis com a insurreição dos habitantes do Acre. A poderosa revolução, a maior e a mais patriótica em que já se envolveram brasileiros, levada a efeito nas brenhas ignoradas do Acre [...] foi efetivamente um grande ato de amor à pátria.” (COSTA, 2005, p. 190 e 191).</p> <p>“O Acre possui uma história das mais importantes que se insere na história do Brasil. É uma história contada por HERÓIS e HEROÍSMO até os dias de hoje. Foi traçada por bravos rústicos e nordestinos e seus descendentes, levados pela inspiração patriótica, pela necessidade de sobrevivência e pelo anseio de manterem para si o</p>	<p>“Foi então que surgiu a figura empolgante de Plácido de Castro [...] os acontecimentos que se vinham desenrolando ensombravam lhe a alma de patriota [...] o patriotismo surpreendera-o, ali, naquele mundo de florestas misteriosas, transmutando o agrimensor em General.” (COSTA, 2005, p. 140).</p> <p>“Plácido de Castro lutou e venceu a Revolução Acreana.” (BARBOSA, 1991, p. 75).</p> <p>“Plácido de Castro, exemplar indiscutível e excepcional de herói nacional.” (LIMA, 1998, p. 17).</p> <p>“Plácido de Castro foi a alma, o cérebro, o braço executor dessa inestimável libertação. E é a história de semelhante epopeia, que se busca reproduzir, aqui, através do caudilho que a encabeçou.” (LIMA, 1998, p. 20).</p> <p>“Em busca do herói [...] Plácido de Castro achava-se [...]” (LIMA, 1998, p. 83).</p> <p>“Fosse qual fosse o transe, uma força nunca lhe faltou: o amor à pátria.” (LIMA, 1998, p. 246).</p> <p>“Uma história fascinante. Este livro conta as aventuras e lutas de um jovem idealista, ocorridas há muitos anos nas selvas</p>

<p>território conquistado com suor e sangue.” (BARBOSA, 1991, p. 31).</p> <p>“Começa uma epopeia.” (LIMA, 1998, p. 117).</p> <p>“A grande epopeia.” (LIMA, 1998, p. 129).</p> <p>“Depois da epopeia.” (LIMA, 1998, p. 182).</p> <p>“[...] para os heróis da rebelião libertadora do Acre [...]” (LIMA, 1998, p. 2004).</p> <p>“Foi uma verdadeira epopeia de bravos.” (MARINS, 2004, p. 7).</p> <p>“Ganhem na consciência de todos os brasileiros o valor exato da presença do Acre na comunhão nacional, como um impulso cívico de seus primitivos povoadores que o preservaram para o Brasil, de armas na mão.” (TOCANTINS, 1984, p. 20).</p> <p>“[...] epopeia brasileira à sombra de um drama internacional.” (TOCANTINS, 1984, p. 25).</p> <p>“Ninguém poderia ficar indiferente à sorte daqueles seres humanos que lutavam por uma PÁTRIA que estava em seu coração, e cujo governo os abandonava na hora do infortúnio.” (MEIRA, 1974, p. 47).</p> <p>“Impelidos pela vibração colossal do patriotismo e com perfeito sentimento da unidade indissolúvel da nação, os acreanos, comprimindo ao peito a imagem bendita do Brasil, morriam pela integridade nacional, conscientes da predestinação grandiosa da nossa pátria.” (RIBEIRO, 2008, p. 9).</p> <p>“A história do Acre [...] salientando o esforço humano, o sacrifício anônimo dos que escreveram a epopeia gigantesca de sua conquista heroica.” (REIS, 1937, p. 7).</p> <p>“O Acre pertence hoje ao Brasil por causa</p>	<p>amazônicas – Plácido de Castro [...] combateu nas florestas virgens para impedir que uma larga extensão de terras, povoada por brasileiros, fosse entregue a uma empresa estrangeira.” (MARINS, 2004, p. 7).</p> <p>“Entrara decididamente na luta e tornara-se a principal figura de uma epopeia.” (MARINS, 2004, p. 56).</p> <p>“Que o Brasil de hoje tribute a sua memória (a de Plácido de Castro), as homenagens a que faz jus, por tanto patriotismo e desprendimento.” (MEIRA, 1974, p. 2).</p> <p>“Só uma alma de eleito poderia enfrentar tão cruel situação criada pelas derrotas anteriores e unificar aquele povo que, embora com uma só aspiração, possuir muitos líderes que não se entendiam.” (MEIRA, 1974, p. 65).</p> <p>“Nenhum personagem da História do Brasil integrou melhormente do que Plácido de Castro a figura clássica do herói.” (GOYCOCHÊA, 2007, p. 87).</p> <p>“E daí haver sido Plácido de Castro, na circunstância excepcional, a verdadeira encarnação do homem capaz, do herói.” (GOYCOCHÊA, 2007, p. 95).</p> <p>“O Acre, tal como foi integrado no mapa do Brasil, é obra sua, de seu heroísmo, de sua força de querer”. (GOYCOCHÊA, 2007, p. 96).</p> <p>“Se não fosse ele (Plácido de Castro), não existira o Acre brasileiro”. (CABRAL, 1986, p. 16).</p> <p>“O objetivo desse trabalho é exatamente estudar a figura quase lendária do gaúcho Plácido de Castro, que incorporou ao domínio do Brasil, uma área de cerca de 153.000 km².”</p>
--	--

desse espírito de luta e abnegação.” (PESSOA, 2004, p. 72). “A epopeia acreana é um dos episódios mais emocionantes da história do Brasil. A bravura e o patriotismo dos heróis que a viveram constituem um exemplo a ser apontado à juventude.” (BASTOS, 1955, p. 1).	(CABRAL, 1986, contra capa). “O homem do destino.” (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 11). “A figura quase legendária de Plácido de Castro aqui se destaca em toda a sua grandiosidade [...] recordemos o herói e reverenciamos o patriota.” (BASTOS, 1955, p. 1).
---	---

Fonte: obras citadas e seleção do autor.

As propostas de autonomia política para o território do Acre nunca partiram do povo propriamente dito. Desde o início, elas expressavam as ambições da elite local que se dizia representante do povo. Mas este assistia a tudo da “plateia”, não figurava como protagonista da história. A autonomia era uma proposta exclusivamente urbana, em um Acre eminentemente rural. No período efêmero do *boom* da borracha, até que o movimento era lastreado em uma base rural, por causa de alguns importantes seringalistas.

O primeiro governador do Território do Acre, Epaminondas Jácome, que havia sido assistente médico das tropas de Plácido de Castro, tão logo assumiu o cargo, assinou um decreto no dia 24 de janeiro de 1921 adotando a bandeira desenhada por Luiz Galvez como a oficial do Território. Nos “considerando” do decreto, encontramos as seguintes justificativas: “considerando que a incorporação do Acre ao Patrimônio Nacional precedera **cruentas e memoráveis pelejas**; considerando que os acrianos **lutaram e venceram congregados em torno de uma bandeira**, que não era de conquista, mas de reivindicação [...]” (grifo nosso).

Reparem que a visão epopeica é perpetuada. Do trecho do decreto lido, podemos chegar a algumas conclusões: a) a “Revolução Acriana” foi “cruenta”; b) mesmo sendo “cruenta” foi considerada “memorável”; c) foi memorável por causa dos motivos nobres “em torno de uma bandeira”; d) a bandeira não era símbolo da expansão imperialista do Brasil contra o país vizinho, pois o território era considerado brasileiro. Portanto, o Poder Executivo assumiu a versão gloriosa da anexação, embora não a tenha feito alvo de homenagens públicas constantes por questões estratégicas contra o movimento autonomista.

Durante os anos 1920 e 1930, o movimento autonomista perdeu intensidade se comparado aos anos de 1910. Isso porque o Acre do início do século, credor do governo federal por conta da considerável arrecadação de impostos sobre a exportação da borracha,

havia chegado a termo com a crise gomífera. Nesse período, a economia acriana se tornara deficitária, vivendo exclusivamente dos repasses federais. Por conta disso, a autonomia já não era vista com tanta prioridade, pois havia o temor que o governo federal quisesse diminuir os repasses, caso o Acre fosse elevado à categoria de Estado.

Mas a campanha autonomista não parou completamente, pois foi obrigada a continuar com suas atividades devido às circunstâncias. Em 1921, um deputado amazonense quis reacender a discussão sobre a incorporação do território do Acre ao Estado do Amazonas, e para isso, apresentou um Projeto de Lei no Congresso Nacional. Os autonomistas tiveram que se organizar minimamente para tentar, ao menos, impedir que o Acre fosse anexado ao Estado do Amazonas.

Havia um problema que dificultava a unidade do movimento autonomista: os membros da elite do Juruá pregavam o separatismo. Eles haviam ficado ressentidos com a unificação dos departamentos em um governo territorial geral em 1920, pois os repasses federais ficaram concentrados na capital e adjacências. Os governadores trataram com indiferença os municípios do Vale do Juruá. Os separatistas queriam a “divisão administrativa ou a volta do regime prefeitoral com aumento de verba” (jornal *A Reforma*, de Vila Seabra, em 27 de novembro de 1932, p. 4).

O desejo da elite acriana não era apenas garantir os repasses federais, mas também ter voz de comando nas indicações dos cargos políticos que gerenciavam tais recursos. Isso não seria possível sem a autonomia, já que os cargos estratégicos eram ocupados por pessoas indicadas pelo governo federal. Eles também queriam mandatos de deputados e senadores, não porque eram defensores do republicanismo ou da democracia, mas porque tais mandatos eram garantia de vida abastada, poder pessoal e prestígio.

Foi a partir dos anos 1940 que as ideias autonomistas ganharam força novamente. No início da década, o Acre vivenciava o período do chamado “segundo surto” da borracha. Milhares de nordestinos migraram para a região a fim de produzir borracha. Isso porque o Japão havia invadido a Malásia durante a Segunda Guerra, a principal produtora e exportadora da matéria-prima. Como a borracha era fundamental para a indústria bélica, os EUA negociaram com o Brasil a ativação dos antigos seringais da Amazônia, negociação essa materializada em março de 1942 no chamado “Acordos de Washington”.

Imagem 19 - Cartazes com propagandas divulgadas pelo Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

Fonte: Acervo digital do Memorial dos Autonomistas.

A migração ficou conhecida como “Batalha da Borracha”. O governo federal foi quem tomou a iniciativa de produzir “mais borracha para a vitória”³⁹ para os aliados, recrutando “soldados” para os seringais. Cerca de 50 mil “soldados da borracha” foram recrutados, sendo que desses, 25 mil morreram ou desapareceram (Cf. SECRETO, 2007, p. 10).

Apesar de toda a retórica militar típica do momento de guerra utilizada na hora da contratação, não havia nada que assegurasse a condição de soldados do Brasil àqueles migrantes. Os migrantes vivos esperaram até os dias de hoje a equiparação salarial com os dos “soldados” da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que foram para a Europa atuar na guerra propriamente dita. Em maio de 2014, o sonho da equiparação acabou de vez, pois apenas uma indenização de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada soldado da borracha foi aprovada. O valor da pensão mensal vitalícia permaneceu o mesmo, ou seja, o equivalente a dois salários mínimos.

Quem era *voluntário* na exploração da borracha ficava isento do serviço militar, mas não era equiparado, em termos de direito, a um soldado no serviço das armas, o que não exclui que esse discurso tenha funcionado como instrumento de propaganda e que posteriormente fosse com base nele que as famílias fizessem suas reivindicações. (SECRETO, 2007, p. 11).

³⁹ Era o *slogan* utilizado na época para a arregimentação de mão de obra. Também serviu para nomear um documentário produzido em 2004 e dirigido por Wolney de Oliveira.

A produção da borracha mais uma vez tornou o Acre uma região importante para o Brasil e para o mundo. Essa nova conjuntura reacendeu o ânimo dos autonomistas que aproveitaram o momento para exigir a condição de Estado para o Acre. O governo federal haveria de sancionar a autonomia do Acre como reparação de dano aos acrianos pela migração dos “solados da borracha” e pela miserável condição pela qual foram deixados ali após o término da grande guerra.

Os brasileiros que migraram para o Acre em resposta ao apelo feito pela “mãe pátria”, que no momento precisava produzir “borracha para a vitória”, até então eram vítimas de um dos maiores “calotes civis” da história do Brasil. Eles cumpriram a missão deles, no entanto, não receberam qualquer compensação por isso, nem sequer a passagem de volta aos seus respectivos lares.

O porta-voz da autonomia acriana no Congresso Nacional era um militar mineiro, ex-integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB)⁴⁰, partido político fundado no Brasil sob a influência do fascismo italiano em 1932⁴¹. Depois disso, o citado político se filiou ao Partido Social Democrata (PSD), partido de tendência conservadora criado em 1945.

O PSD fazia parte da base aliada do governo, concedeu apoio irrestrito à proposta de autonomia do Acre e mobilizou toda sua bancada, a maior do Congresso Nacional, para aprová-la. Também disponibilizou espaços nos jornais das principais capitais brasileiras que estavam sob a sua influência. Esse partido queria mais deputados eleitos em sua legenda, por isso, via com “bons olhos” a autonomia acriana. Acreditava-se que as vagas no Congresso Nacional pertencentes ao Acre autônomo seriam todas preenchidas por filiados do PSD. Em contrapartida, Guiomard Santos também alimentava pretensões pessoais de se eleger senador pelo Acre ou até mesmo de se tornar novamente governador.

A oposição udenista combateu tenazmente a iniciativa do deputado José Guiomard, representante acreano, por ver na sua aprovação, como afirma o deputado Aliomar Baleeiro, manobra do PSD para elevar o número de seus deputados federais, bem como sua representação no Senado. O Acre logo que transformado em Estado, passará a ter 7 deputados em lugar de 2, e teria mais 3 senadores.

Por que deseja o deputado Guiomard que o território do Acre, a todo transe, passe a ser Estado? **Somente para eleger-se senador?** Há sinceridade nisso? [...] Se a

⁴⁰ Informação obtida com Guilherme Jorge Figueira, da biblioteca da Casa de Plínio Salgado, que comprovou tal informação nos mostrando a *Revista Anauê!*, Rio de Janeiro, ano I, n.2, maio de 1935, p. 15.

⁴¹ A AIB foi extinta em 1937 por ocasião do golpe de Estado dado por Getúlio Vargas.

União mandasse fazer um plebiscito livre em todo o Território, o povo do Acre demonstraria que não desejaria que este território se transformasse em Estado, pelo menos, nestes 30 ou 40 anos. (Abaixo-assinado, 7 de março de 1957, In: BEZERRA, 1993, p. 84, grifo nosso).

Guiomard Santos tinha atitudes de um cacique preocupado em ampliar o número de correligionários participantes da vida política sem abalar sua liderança e prestígio pois [...] politicamente haveria “vantagens” para todos: no novo Estado, além das representações federais (deputados e senadores), haveria as estaduais e municipais, onde seus amigos poderiam disputar cargos eletivos sem ameaçar o líder, que ainda contaria com o apoio de todos. Este dado nos mostra o jogo de interesse existente por trás do projeto apresentado por ele, como também evidencia a sua esperteza política. (FARIAS, 2003, p. 48)

Com base nos estudos que realizamos chegamos à conclusão que depois do governador Jorge Viana (1999-2006)⁴², Guiomard Santos foi quem mais fez uso político do passado para manipular a opinião dos acrianos ao seu favor. Somente para se ter uma ideia da importância retórica que ele atribuiu ao mito fundador do Acre, basta mencionar que em seu primeiro discurso como governador do Acre em 19 de fevereiro de 1946, ele fez uso retórico da história para quebrar qualquer resistência inicial ao seu governo. Vejamos:

Temos que fazer uma **nova revolução** no Acre para compensar o sacrifício dos **heróis [...]** para que a **revolução sangrenta** que o Acre fez para ser Brasil tenha, como corolário de justiça, a **revolução branca** que nós, brasileiros, devemos realizar para concretização do **sonho de Plácido de Castro**. (*apud* jornal *Folha do Acre*, de Rio Branco, em 3 de março de 1946, Nº 65, p. 1, grifo nosso)

Ele havia sido escolhido pelo governo federal para ocupar o maior cargo político do Território mesmo sem guardar qualquer relação com a região ou com os seus habitantes. Nessas condições, ele já previa que encontraria resistências. Mas ele dominava a arte de falar em público e como um bom orador que era sabia que a identificação com os seus ouvintes - com a sua história, com os seus valores e com suas ideias - era a melhor forma de anular resistências, de obter aceitação e de fomentar o consenso.

Supomos que foi por isso que ele logo em seu primeiro discurso já mobilizara e os símbolos acrianos em seu favor. Afirmou que o seu governo realizaria uma “revolução branca” que honraria “o sacrifício dos heróis que nos deram o Acre” (SANTOS, 1946, p. 1) e

⁴² Muitos políticos já haviam feito uso político do passado em seus discursos, mas nenhum deles elevou o abuso da história ao *status* de política simbólica de Estado. Guiomard Santos foi o primeiro a fazer isso, pondo em prática as técnicas de persuasão que provavelmente aprendeu no partido integralista, pois eram especialistas no uso dos meios de comunicação de massa, das frases de efeito, da criação de símbolos e da padronização comportamental por meio da elaboração de identidades coletivas.

concretizaria o “sonho de Plácido de Castro”. A política simbólica do abuso da história foi um sucesso, terminado o mandato de governador em 1950, tornou-se Deputado Federal pelo Acre e só saiu do cargo em 1963, quando assumiu a vaga de senador, se reelegendo várias vezes até 1983, quando faleceu em pleno exercício do mandato de “senador biônico”.

O discurso, a palavra, foi a estratégia que usou para dominar, persuadir [...] De narrativa épica, poética, recheado de metáforas [...] Guimard Santos foi buscar na história acreana os elementos simbólicos capazes de persuadir o público eclético partidário e ideologicamente que o ouvia a tomar uma posição pró-autonomia do Acre [...] Guimard Santos, conhecedor do poder da palavra, **fez uso dos simbolismos da epopeia acreana para dominar, convencer e persuadir.** (BEZERRA, 2006, p. 135, 140, 142, grifo nosso).

Não convém aqui entrar em detalhe sobre sua atuação dele como governador do Acre, nem dos traços populistas que adotou, pois o que nos interessou aqui foi mostrar a utilização do discurso histórico como instrumento de persuasão coletiva. Quando deixou o governo, já sabendo que a autonomia do Território era uma causa apoiada por parte da elite local, fez dela o seu discurso de campanha para conquistar uma das cadeiras na Câmara Federal. Como afirma Silva (2002, p. 59), “é somente no final de 1950 que o ex-governador Guimard Santos, **num tino de oportunismo político**, adota para si a bandeira da elevação do Acre a Estado e tenta capitalizar o êxito desta empreitada a seu favor no campo político local” (grifo nosso).

Em 17 de novembro de 1953, no dia da comemoração do cinquentenário do Tratado de Petrópolis, o Deputado Federal Guimard Santos se aproveita da ocasião para defender a autonomia acriana e faz o seguinte discurso: “sou, portanto, nesse momento, a voz dos heróis infelizes que nos deram o Acre, à custa de todos os sacrifícios inclusive o da própria vida” (*apud* BEZERRA, 1993, p. 43). Sendo ele “a voz dos heróis”, persuadiu os deputados a apoiarem a emancipação do Acre dizendo: “ façamos pois, senhores deputados, **nova revolução no Acre**, revolução branca, no sentido de que os acrianos tenham os mesmos direitos políticos dos filhos da nossa grande pátria” (*apud* BEZERRA, 1993, p. 50, grifo nosso).

Para convencê-los, utilizou-se, como já era de costume entre os autonomistas, o discurso epopeico da anexação do Acre e, baseado nele, vendeu a ideia de que “qualquer tratamento inadequado ao seu povo, que já sustentou um movimento contra o estrangeiro, será erro imperdoável” (*apud* BEZERRA, 1993, p. 50). Portanto, seria uma injustiça não conceder

a autonomia política ao “povo mais patriota do Brasil”, o único que “lutou para ser brasileiro”.

Correram cinquenta longos anos sobre o Tratado de Petrópolis [...] e o Acre? Com surpresa dos revolucionários, foi criada uma forma de governo desconhecida até então entre nós – o território federal, regime de colônias, anacrônico, caracterizado pela presença de um Poder Executivo de nomeação [...] é ainda Plácido de Castro quem opina a respeito da entidade Território [...] (Guimard Santos *apud* BEZERRA, 1993, p. 47).

E quanto ao Acre, já é tempo de fazermos justiça aos legítimos e nobres ideais daqueles que lutaram pela sua incorporação a nossa pátria, se é que amamos com sinceridade as fórmulas democráticas, e se verdadeiramente as queremos para todos os brasileiros. (Guimard Santos. Justificativa do projeto de elevação do Acre à categoria de Estado, In: BEZERRA, 1993, p. 98).

Fica claro o uso político da história. O tratamento da anexação do Acre como uma das “mais lindas páginas da história do Brasil” é uma significação arbitrária que só prevaleceu porque se mostrou como a história politicamente correta. No caso dos autonomistas, desde o início do movimento, foi utilizada como argumento retórico para justificar o Acre Estado. Tanto é que tal estratégia foi percebida pelo deputado Dolor de Andrade (MT), que disse: “V. Ex. em seu brilhante discurso, referindo-se ao Tratado de Petrópolis está, ao mesmo tempo, levantando a bandeira da autonomia do território do Acre” (*apud* BEZERRA, 1993, p. 48).

Em 1957, Guimard Santos redigiu a Proposta de Lei (PL) que elevaria o Território do Acre a categoria de Estado. Sob sua liderança, também foi formado o Comitê Pró-Autonomia Acreana, que colheu assinaturas para endossar o projeto. A aprovação da Proposta teria que enfrentar três obstáculos: a) a PL apresentada era inconstitucional; b) líderes do Vale do Juruá não concordavam com o projeto e defendiam um outro, a saber, que o Acre fosse dividido e o Vale do Juruá permanecesse na categoria de território; c) líderes do Vale do Purus, principalmente aqueles ligados ao Partido Trabalhista do Brasil (PTB), eram contra a emancipação do Acre.

O primeiro desses obstáculos foi vencido por que o PSD tinha maioria no Congresso. Ele fez “vistas grossas” à Constituição Federal de 1946 que, no artigo nono das “disposições transitórias”, estabelecia como requisito para a autonomia do Acre uma renda, no mínimo, igual à do menor Estado brasileiro. Mas o Acre não tinha como sobreviver sem os repasses federais, pois o pouco que era produzido (borracha e castanha) não era taxado desde os anos 1930.

A maioria da população acriana vivia em condições de extrema pobreza, portanto, a renda tributária do futuro Estado do Acre seria insuficiente para cobrir as despesas da máquina pública. Tal situação obrigaria o governo federal a ter um custo mensal com a emancipação do Acre, já que mensalmente teria que completar o orçamento do novo Estado em quase 90%. Esse “custo Acre” existe até hoje (2013), uma vez que o percentual de dependência que o Estado tem dos recursos federais chega a quase 70% de seu orçamento.

O movimento autonomista “desfocou” o debate orçamentário por meio da retórica do emocionalismo. Dizia-se que o Brasil deveria compensar aqueles que “lutaram para ser brasileiros”. Para os autonomistas, pouco importava à condição de dependência econômica com a qual o Estado do Acre estaria submetido, o objetivo era o aumento das vagas destinadas ao Acre no Congresso Nacional e o aumento do orçamento público acriano via repasses federais.

O segundo obstáculo ao projeto de Guiomard Santos foi vencido com a indiferença dos parlamentares de oposição, pois nenhum deputado se atreveu a defender oficialmente a manutenção do Vale do Juruá na categoria de Território e, em consequência disso, a divisão do Acre. Por isso, o projeto não ganhou repercussão nacional. Abaixo, dois trechos da fala de um empresário do Vale do Juruá defendendo, inclusive, propostas separatistas.

As condições do Juruá diferem do Vale do Acre [...] por que o meu amigo (Guiomard Santos) não pleiteia a divisão do Acre? Isso seria a medida que veria favorecer essa região [...] quem chega a Rio Branco, tem, de fato, a impressão que o Acre está em condições de ser um Estado, mas na realidade não está [...] O meu amigo é bem testemunha da situação de inferioridade do Juruá [...] O que nos adianta eleger um prefeito se esse prefeito se quiser fazer alguma coisa por este povo terá que tirar-lhe o couro através de pesados impostos? [...] acho que meu amigo deveria patrocinar a causa da divisão. (João Mariano, jornal *O Juruá*, de Cruzeiro do Sul, em 3 de março de 1957, In: BEZERRA, 1992, p. 77-78).

Nós do Juruá não combatemos o projeto, achamos mesmo que o lado de lá está em condições de pleitear a sua autonomia, muito embora tenha lá uma corrente contrária. Aqui eu posso afirmar que 80%, para não dizer 90 o que deseja é a divisão [...] nenhum intercâmbio mantém o vale do Juruá com a capital, as populações não se conhecem [...] O Juruá espera e confia, no seu amigo de sempre, que fará o possível para salvaguardar os interesses desta terra que também é Brasil, **e também derramou sangue fazendo recuar os peruanos, desde a boca do Môa até os limites atuais**” (João Mariano, jornal *O Juruá*, de Cruzeiro do Sul, em 16 de abril de 1957, In: BEZERRA, 1992, p. 133 e 133, grifo nosso).

Após a leitura da última citação, fica claro que, de ambos os lados, a memória histórica era utilizada como argumento de persuasão. O interlocutor do deputado, o morador

de Cruzeiro do Sul e proprietário do jornal *O Juruá*, diz que lá na região de onde fala também foi derramado “sangue” de estrangeiro. Como se tal fato desse à população do Juruá algum tipo de direito à fala ou ao atendimento de sua reivindicação. E a reivindicação era: 1) dividir o Acre em dois – Vale do Purus e Vale do Juruá; 2) tornar o Vale do Purus um Estado autônomo; 3) deixar o Vale do Juruá na condição de Território Federal.

Os líderes do Vale do Juruá diziam que a região não tinha condições de ser Estado. Isso por conta de sua pobreza, e de sua incapacidade de pagar impostos. Defendiam que o Vale do Acre tinha condição de virar Estado, porque há décadas concentrava o dinheiro federal em sua região, urbanizando-se mais do que o Vale do Juruá. Por conta disso, o Juruá deveria continuar na condição de território, garantindo a continuidade dos repasses federais e a manutenção dos impostos diferenciados, o que posteriormente traria as condições materiais para autonomia⁴³.

O parlamentar Guiomard Santos não endossou a proposta, pois sabia do valor econômico do Vale do Juruá. Tanto é que no IV Congresso Nacional de Municípios ocorrido na Bahia em abril de 1957, os delegados acrianos (nenhum do Vale do Juruá) encabeçados por Guiomard Santos, defenderam duas propostas principais, a saber: a) aprovação de uma recomendação ao Congresso Nacional para que o mesmo acelerasse a votação que eleva o Acre à categoria de Estado; b) aprovação de uma solicitação a ser enviada à Petrobras para que fosse iniciado o mais rapidamente possível a perfuração de poços petrolíferos na região do Juruá (serra do rio Môa), “em cujo subsolo os técnicos afirmam existir as maiores e melhores jazidas petrolíferas do Brasil” (jornal *A Tarde*, de Salvador, em 30 de abril de 1957, In: BEZERRA, 1993, p. 136).

Em 30 de abril de 1957, o Comitê Pró-Território do Juruá envia um Memorial ao Presidente da República, na época o mineiro Juscelino Kubitschek (PSD), assinado por Raimundo Nobre, presidente da Associação Comercial; Manoel Borges de Paiva, presidente do Centro Operário; Moacir Rodrigues, presidente da Associação dos Seringalistas; João Mariano da Silva (presidente da Associação Rural). O documento sugere que o presidente

⁴³ O patriotismo e o acreanismo da elite acriana, desde a ocupação do espaço, vai até onde os interesses particulares de cada um de seus membros são favorecidos. A partir do momento em que a autonomia passou a ser vista como obstáculos aos seus interesses, a elite juruaense, que antes rugia na defesa da autonomia, passou a se manifestar contra. Tanto no início do século, como na conjuntura em questão, a preocupação maior era com o “povo” e de como faturaria mais dinheiro em menos tempo. Como não havia condições políticas e financeiras para disputar alguma vaga no Congresso Nacional em confronto com os coronéis do Vale do Acre, não houve motivação para apoiá-los.

envie uma “mensagem ao Congresso Nacional recomendando a divisão do Acre, erigindo-se, com isso, o Território do Juruá” (In: BEZERRA, 1993, p. 148).

Neste momento em que se fala em constituir-se em Estado o Território do Acre, é mais que oportuno a criação do Território do Juruá, visto que, conforme se vê no relatório anexo, esta parte do Acre vem sofrendo as consequências de uma administração sediada em Rio Branco [...] é tão difícil esse intercâmbio entre o Juruá eo Acre [...] uma vez que a região da capital esteja em condições de constituir-se em Estado, que se o faça, e que se dê ao Vale do Juruá a organização do Território, com o fim de remediar aquilo que a unificação de 1920 tanto prejudicou. (Comitê Pró-Território do Juruá. Memorial. In: BEZERRA, 1993, p. 150).

Em 2 de setembro de 1957, o mesmo Comitê envia um ofício ao Deputado Federal Tarso Dutra (PSD-RS), membro da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, responsável pela elaboração do parecer jurídico da PL apresentada por Guiomard Santos. O documento afirma que mais de 25 mil acrianos desejavam a permanência do Juruá na condição de Território Federal. Abaixo, um trecho do ofício:

Vossa Excelência poderá ajuizar por um telegrama que recebeu há pouco de Rio Branco, onde um grupo de idealistas em nome do Comitê Pró-Autonomia do Acre, dizendo ser essa a aspiração do povo acreano, quando eles não estão autorizados a falar desta maneira, levando em conta que os habitantes do município de Cruzeiro do Sul, estão incluídos no número de acreanos e aqui ninguém deseja outra coisa além da divisão do Acre [...] nada temos a opor que o Vale do Purus e Acre se transformem em Estado. (In: BEZERRA, 1993, p. 146).

O Projeto de Lei defendido por Guiomard Santos precisava superar um terceiro obstáculo, a falta de apoio político de parte da elite do Vale do Purus, uma vez que o Deputado Federal Oscar Passos⁴⁴ (PTB-AC) e seus simpatizantes faziam duras críticas à proposta emancipacionista. Mas o partido de Oscar Passos era minoria no Congresso, assim sendo, a divulgação de suas ideias eram muito mais perigosas em âmbito local do que em âmbito nacional.

⁴⁴ Nos anos iniciais da primeira década de 2000, o então senador Nabo Júnior (PMDB/AC) havia protocolado uma PL a fim de que o nome ao novo Aeroporto Internacional de Rio Branco fosse Oscar Passos. Com ele havia sido o primeiro presidente do MDB, partido que hoje é o PMDB, o projeto foi duramente criticado pelos membros do Partido dos Trabalhadores do Acre. A então senadora do PT/AC, Marina Silva apresentou outro projeto para nomear o aeroporto de “Chico Mendes”, visto que assim fazendo, estaria salvaguardando a história do PT no Acre, já que ele havia sido um dos fundadores do partido. O nome do aeroporto acabou sendo “Plácido de Castro”. Vale lembrar que um dos argumentos utilizados pelos petistas para desqualificar o nome de Oscar Passos foi o de que ele fora um “inimigo da emancipação do Acre”, o que não deixa de ser uma afirmação sem base histórica.

A resposta da população à aprovação da PL veio das urnas, pois os resultados da primeira eleição do Estado do Acre foram um desastre para o PSD/AC. Guiomard Santos, que era candidato ao governo do Acre, saiu derrotado pelo “desconhecido” professor José Augusto (PTB), acriano do Vale do Juruá. Oscar Passos, que fazia oposição ao “pai do Acre”, foi eleito senador. Além do mais, o PTB sagrou-se vencedor em todas as eleições municipais.

Até hoje quando se tenta explicar a derrota que o “pai do Acre” sofreu nas eleições de 1963⁴⁵, quase ninguém a trata como uma nota de repúdio dada pela população à elevação do Acre à categoria de Estado⁴⁶. Isso porque tal argumentação coloca em xeque um dos principais mitos da historiografia oficial do Acre, qual seja, o de que os autonomistas eram intérpretes dos anseios do povo acriano. Mas esse abuso da história já fora denunciado por outros historiadores, mas a versão mitificada permanece por que é útil ao Estado. Leia:

Por mais estranho que pareça, foi necessário mais de meio século de luta contra o Governo Federal, para que se pudesse chegar à autonomia. Para sermos mais corretos, é necessário dizer que essa conquista não contou com a efetiva atuação popular. Na verdade tratou-se, como já foi salientado, de um empreendimento orientado por uma oligarquia sempre pronta a limitar a participação popular, instigando e manipulando essa participação em benefício dos *donos do poder* local. (CALIXTO, 1985, p. 145)

A derrota de Guiomard Santos na primeira eleição para o governo do Estado do Acre demonstrou que os efeitos eleitorais do uso político da história têm os limites. Isso porque outros fatores também podem ser relevantes na vitória em uma eleição, como o apoio dos principais empresários locais e dos formadores de opinião. Os comerciantes e seringalistas⁴⁷ ficaram com medo de ter que pagar impostos mais elevados com a emancipação do Acre. Temiam também que a provável diminuição dos repasses federais influísse no poder de compra local. Além do mais, os funcionários federais que cumpriam expediente no Acre receavam virar funcionários estaduais.

⁴⁵ Como na época era permitido candidatar-se a dois cargos eletivos, Guiomard Santos perdeu as eleições para o governo, mas ganhou para o Senado.

⁴⁶ Outros argumentos são utilizados para explicar o resultado das eleições, tais como: a disseminação de “fofocas” contra Guiomard Santos; o sucesso do *slogan* “o Acre para os acreanos” utilizado por José Augusto; a falta de experiência do acreano em votar.

⁴⁷ Nos primeiros vinte anos do século XX, boa parte dos seringalistas e dos comerciantes defendiam a autonomia, isso porque se recusavam a pagar impostos abusivos ao governo federal. Acreditavam que em um governo estadual influenciado por eles a carga tributária seria menor. O presidente Getúlio Vargas nos anos 1930 isentou-os de parte dos impostos. E, depois que Oscar Passos e outros alertaram que com o Estado do Acre viria também os impostos, o “acreanismo” da maioria dos seringalistas e comerciantes recuou.

Em 1963, o Deputado Federal acreano Jorge Kalume (PSD), apresentou a PL Nº 562 que sugeriu que o nome à Lei que elevou o Acre à categoria de Estado se tornasse “Lei Senador José Guimard dos Santos”. Na justificativa do projeto diz que isso era uma forma de “o povo acreano” homenagear o responsável pela autonomia do Acre. Talvez esse tenha sido uma das primeiras tentativas de heroificar Guimard Santos. Foi uma iniciativa partidária, pois, ao promover Guimard Santos, promovia-se também o partido do qual era filiado. Abaixo, outro trecho da justificativa da PL, e logo depois, um parecer favorável emitido por outro deputado do PSD:

Concluindo, lembramos que, coincidentemente, três “José” concorreram para a felicidade do Acre. O primeiro, **José Plácido de Castro**, o herói da Revolução. O segundo, **José da Silva Paranhos**, Barão do Rio Branco, o estrategista da diplomacia que selou a vitória acreana com o famoso Tratado de Petrópolis. Ao final, o bravo General **José Guimard dos Santos**, guerreiro que utilizou a pena como espada e a voz como canhão na luta homérica que enfrentou desde 1954, para tornar realidade o seu projeto de emancipação política do Acre [...] **O Brasil se redimiou da injustiça perpetrada contra seus denodados filhos e uma reparação justa aos bravos heróis da mais bela epopeia do Brasil.** (PL Nº 562, In: BEZERRA, 1993, p. 273, grifo nosso).

Ninguém ignore atualmente no Brasil que o nome de José Guimard dos Santos está incorporado à história do Acre ao lado de Plácido de Castro e do Barão do Rio Branco. O Estado do Acre tem para com ele dívida de gratidão, que saberá por certo resgatar como o soube para com Rio Branco, ao dar seu nome à capital do território hoje Estado. (Dep. Fed. Ovídio Xavier de Abreu (PSD/MG), Parecer da PL Nº 561/63, In: BEZERRA, 1993, p. 274).

Ao finalizar esse tópico, acreditamos que ficou mais claro o fato de que o civismo, o acreanismo e a narrativa epopeica instrumentos políticos utilizadas pelos “profissionais do poder” e não realidade histórica propriamente dita. Eles são empregados para mobilizar pessoas e criar união e consenso em prol de uma causa, quase sempre, antipopular. No caso da autonomia acriana, as acusações feitas pelo Deputado Federal Oscar Passos não estavam muito longe da realidade, uma vez que os anseios populares por melhorias de vida só vieram a ser relativamente atendidos gradualmente e de forma bem seletiva.

A economia do Acre na atualidade, como nos tempos do Território, ainda não conquistou sua independente econômica do governo federal. No entanto, a autonomia política concedeu aos grupos de interesse locais o direito de disputarem entre si, pela via eleitoral, o poder de administrar as riquezas produzidas por outros Estados, que chegam ao Acre por meio dos repasses federais constitucionais e pelas emendas parlamentares. Em um Estado como

esse em que a economia gira em torno do orçamento público, a escrita da história não poderia ser outra senão a do louvor ao Estado e a dos políticos.

2.2 DAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NO ACRE

É fato não existir comunidade história alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. **O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário [...]** assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros.

(RICOEUR, 2007, p. 95, grifo nosso).

É uma necessidade estimular o sentimento cívico da população [...] para a defesa e manutenção da autonomia.

(Craveiro Costa, Secretário Geral da Junta Governativa do Alto Juruá em “nome do povo”, Atos Oficiais, In: jornal *O Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 31 de julho de 1910, Nº 127, p. 3).

Passados algumas dezenas de anos da anexação do Acre, o nome de Plácido de Castro e da própria “Revolução Acriana” haviam sido quase que totalmente esquecidos em âmbito nacional. A interdição do tema era proposital, pois até junho de 1962, o Acre ainda disputava com o governo federal a autonomia política. Além do mais, moravam na região grande quantidade de “soldados da borracha” credores de aposentadorias comparáveis às dos “pracinhas” da Segunda Guerra. Por tudo isso, quanto menos se falasse do Acre melhor. Não era estratégico endossar o discurso do “patriotismo” acriano, isso aumentaria o poder reivindicatório deles perante a União.

Mesmo com a elevação do Acre à categoria de Estado, não houve por parte do governo federal qualquer iniciativa para torná-lo conhecido diante das outras unidades federativas. Tamanha foi a pouca circulação de informações sobre o Acre nos noticiários que acabou por gerar o inoportuno escárnio muito frequente até os dias de hoje: “o Acre não existe!”⁴⁸.

⁴⁸ Cf. <http://desciclopedia.org/wiki/Acre#Motivos_para_n.C3.A3o_acreditar_na_exist.C3.AAncia_do_Acre> <<http://www.wikinet.pro/wiki/Acre>>; <[Http://cancerjack.blogspot.com.br/2007/11/verdade-sobre-o-acre.html](http://cancerjack.blogspot.com.br/2007/11/verdade-sobre-o-acre.html)>; <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071119033110AAQmf0M>>; <<http://oacreexiste.com/>>; (acessados em fevereiro de 2014).

Essa postura do governo federal com relação ao Acre aparentemente mudaria em 1973, quando os militares que dominavam a política nacional resolveram comemorar o Centenário de Nascimento de Plácido de Castro, qualificado como “o libertador do Acre”. Mas essa postura foi superficial, uma vez que o Projeto de Lei Nº 1756/1974 que previa a inclusão do tema “Revolução Acriana” nos currículos escolares, fora arquivado⁴⁹ mesmo tendo o parecer favorável do relator.

Em 1952, ano em que se comemorava o cinquentenário da “Revolução Acriana”, o médico e escritor amazonense Cláudio de Araújo Lima, no prefácio da primeira edição do livro *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*, se queixa do fato de o Brasil não conhecer o “herói nacional” (LIMA, 1998, p. 17). Abaixo, um trecho do livro em que ele tenta explicar esse silêncio em torno da memória de Plácido de Castro, leiamos:

A glória de Plácido de Castro permanece ignorada no Brasil, por força de múltiplos e diversíssimos interesses, pessoais e de facções. O silêncio que abafa o vulto do libertador do Acre reflete, primeiro, e na sua menor parte, o propósito de um reduzido grupo de militares exageradamente suscetíveis, que, por ocasião da ocupação da região litigiosa pelo governo federal, entrou em choque com a autoridade do chefe da revolução, cuja grandeza de destino, aliás, já fora consagrada justamente pela unanimidade das classes armadas do Brasil, as quais viram nele, acima de um pueril motivo de ressentimento de casta, a personificação do mais saudável patriotismo [...] A abstenção de lhe exaltar a glória retrata, também, o interesse de certos civilistas à *outrance*, os mesmos que criaram no Brasil a lenda de um suposto militarismo dominador. Sub-reptício estratégia que tem servido, tão a gosto, para resguardar, das fúrias da punição popular [...] Finalmente, e talvez a causa das causas, o esquecimento de Plácido de Castro trai o interesse daqueles que, um dia, depois da vitória, haveria de premiar-lhe o feito com um assassinio de embosca, que ficou para sempre na sombra. (*idem, ibidem*, p. 21).

A consagração do “herói dos acrianos” só aconteceria em 2 de Maio de 2002, com a sanção da Lei Nº 10.440, que inscreve o nome de Plácido de Castro no "Livro dos Heróis da Pátria". Além do mais, foram necessários passar mais de cem anos da anexação para que a história do Acre fosse divulgada em nível nacional, o que só veio a acontecer por iniciativa da

⁴⁹ O projeto foi uma iniciativa do deputado acreano José Guilherme de Araújo Jorge, eleito pelo Estado da Guanabara. Em 27 de novembro de 1973, o mesmo deputado já havia apresentado um Projeto de Lei que previa a concessão a Plácido de Castro do título e das honras de General do Exército Brasileiro. A proposta foi oficializada em 18 de março de 1974 pela PL 1783/1974, e em 08 de março de 1975, já estava arquivada.

Rede Globo de Televisão, exibiu a minissérie *Amazônia, de Galvez a Chico Mendes* nos dias 2 de janeiro a 6 de abril de 2007⁵⁰,

Essa centenária indiferença do governo brasileiro com o Acre contribuiu para que a elite regional se “armasse” de um discurso patriótico. Queriam chamar a atenção nacional para o fato de os acrianos serem “brasileiros por opção”, uma vez que haviam lutado para serem brasileiros, portanto, por questão de justiça, deveriam ser mais afetuosos com os acrianos. O patriotismo é uma manifestação do narcisismo da elite acreana que sempre se julgou superiora moralmente por monopolizar as “boas intenções” e o amor à pátria. O problema é que essa epopeia patriótica é mais retórica do que histórica, uma vez que, segundo nossa análise, essa sensação de “apoteose inaugural” que a narrativa oficial transmite é oriunda de manipulações e incisivas práticas de violência simbólica.

As comemorações cívicas também são usadas para transmitir a ideia de uma genealogia fantástica para o povo acriano. É bom que se diga que elas não têm compromisso com a reflexão histórica e sim com a exaltação do abuso da história. Elas não realizadas para criar ou reforçar uma valoração positiva dos objetos comemorados.

Acreditamos que não há como fazer uma análise crítica do processo de anexação do Acre ao Brasil sem romper com essa discursividade histórica comemoracionista que fez prevalecer a monossêmia do passado inaugural glorioso. De certo modo, essa tese vem mobilizar algumas interpretações que contradizem essa versão oficial, não para firmar novas verdades, mas para apontar a rica lista de possibilidade. Se tal polissemia não aparece hoje com tanta evidência, é porque houve um processo intencional de rarefação dos discursos.

Nesse tópico veremos a importância que as festas cívicas desempenharam na consolidação da versão epopeica da fundação do Acre. Nem a “Revolução Acriana”, nem Plácido de Castro se tornaram alvos de comemoração por iniciativa popular. A celebração não surgiu como um resultado da importância que a população dava a eles. Acreditamos que a origem da realização das festas cívicas em homenagem à “Revolução” e a Plácido de Castro está ligada aos interesses dos defensores da autonomia política do Território. Para eles, quanto mais espetacular fosse a história do Acre, mas veneração e civismo popular canalizariam em prol da causa autonomista.

⁵⁰ Até então, o Estado do Acre só havia conquistado notoriedade nacional por acontecimentos trágicos como por exemplo o assassinato do seringueiro e sindicalista acreano Chico Mendes (22 de dezembro de 1988) e do então governador do Acre Edmundo Pinto (17 de maio de 1992).

Após alguns anos da instalação do poder público brasileiro no Acre ocorrida em 1904, se tornou comum a comemoração de datas cívicas nacionais. Eram celebrados, dentre outras datas, o 7 de setembro (independência do Brasil), o 15 de novembro (proclamação da república), o 3 de maio, (descobrimento do Brasil), o 19 de novembro (dia da bandeira)⁵¹, etc. Portanto, desde muito cedo, parte dos acrianos da zona urbana tiveram contato com as festas cívicas⁵².

O culto às datas, aos heróis e aos símbolos nacionais era uma espécie de ritual pedagógico que introduzia o universo simbólico republicano na região. O Brasil inteiro passava por um processo que Carvalho (2006) chamou de “formação das almas”. Os acrianos precisavam aceitar a ordem republicana, a condição de Território e os prefeitos nomeados pelo governo federal. Deviam largar os interesses regionalistas e respeitar às decisões emanadas pelos legítimos representantes da pátria brasileira.

Os primeiros prefeitos do Território do Acre não se preocuparam em promover homenagens à “Revolução Acriana” e a Plácido de Castro. Isso fomentaria a identidade coletiva local em detrimento da nacional, aumentando, com isso, o poder simbólico das oligarquias. Além das *efemérides* nacionais, comemoravam fatos ligados aos próprios representantes do governo federal, como por exemplo, o aniversário de fundação da sede da prefeitura.

O “6 de agosto”, data considerada importante da “Revolução Acriana”, sequer foi comemorada pelos acreanos nos primeiros dez anos do século XX. Ela até serviu para dar nome a uma das principais ruas do Seringal Empresa, também foi possível encontrar em alguns jornais locais da época, matérias que mencionam o valor histórico da data, mas não consta que ela foi celebrada em atos públicos ou rituais festivos

Um dos exemplos encontrados foi o jornal *O Acre*, de Xapuri, em 06 de agosto de 1907, Nº 4, que faz menção à data, concebendo-a como “o início da vitoriosa Revolução Acreana”. Segue dizendo que, “ao passar 6 de Agosto o que devemos fazer do lábaro acreano

⁵¹ De acordo com o jornal *Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 7 de setembro de 1909, Nº 67, a primeira vez que o culto à bandeira foi praticado naquele departamento foi por ocasião das comemorações cívicas da independência do Brasil no ano de 1909.

⁵² Discordamos da opinião de Klein (2013, p. 236) quando afirma que tais comemorações eram consequência do “ideal de nação e brasilidade” da “elite coronelista do Vale do Rio Acre”. Defendemos que tais festas não foram de iniciativa dos “coronéis”, mas sim dos prefeitos que assumiam o Poder Executivo por indicação do governo federal. Acreditamos que nem sequer o termo “coronelismo”, enquanto sistema de poder político municipal, caberia ao Acre, pois a elite proprietária de terras não monopolizava o Poder Executivo local, visto que não podia votar ou ser votada.

que sintetiza o amor pátrio e o heroísmo – perguntamos aos Poderes da Nação: - cobri-lo de louros ou de crepe?”.

A idolatria a Plácido de Castro foi uma tradição construída e mantida postumamente. O diplomata Barão do Rio Branco encarnava melhor o caráter nacional dos republicanos. Em contrapartida, a figura de Plácido de Castro fortalecia o regionalismo dos “coronéis” do Acre. Enquanto esteve vivo, nenhum prefeito endossou práticas comemorativas à “Revolução” ou aos “heróis da Revolução”. O próprio Plácido de Castro era visto com ressalvas pelos representantes do governo federal, portanto, não homenageariam um crítico em potencial.

[...] os memoráveis acontecimentos [...] devem sempre ser recordados ao povo, para despertar-lhe o sentimento de amor, dedicação e entusiasmo pelos seus grandes homens. Uma dessas datas passou a 17 do corrente: foi nesse dia que em Petrópolis se firmou o celebre tratado que restituiu o Acre ao Brasil [...] E nós do Acre, nós que ao grande chanceler tanto devemos já e mais deveremos ainda, não deixaremos nunca de enviar-lhe nesse dia memorável a mais entusiástica saudação. (*jornal Acreano*, de Xapuri, em 24 de novembro de 1907, p. 7).

Os primeiros a promoverem a “Revolução Acriana” e a heroificação de Plácido de Castro foram os autonomistas. Isso porque faziam questão de manter uma relação simbólica entre eles e a causa autonomista. Tanto é que um dos principais grupos autonomistas ficou conhecido como *clube político 24 de janeiro*. A data faz referência ao dia em que as tropas acrianas lideradas por Plácido de Castro conquistaram a rendição do exército boliviano em Puerto Alonso. Entre os fundadores do clube estava o próprio Plácido de Castro.

A promoção de Plácido de Castro ao posto de herói do Acre e o intento de transformar a “Revolução Acriana” em um “lugar de memória” (NORA, 1987) não foram propostas de iniciativa popular, nem governamental. Os verdadeiros responsáveis por essas produções simbólicas foram os políticos, os seringalistas, os comerciantes e os profissionais liberais ligados ao movimento de emancipação política do Acre. Não faziam essas coisas de forma gratuita, mas porque a causa que defendiam era favorecida.

O poder público local e nacional só passou a endossar a apoteose de Plácido de Castro depois de seu assassinato. Acreditamos que os fatores a seguir podem ajudar a compreender tal mudança de postura, a saber: a) Plácido de Castro já havia morrido, portanto, as homenagens não aumentariam seu prestígio ou poder político; b) o governo federal havia nomeado pessoas envolvidas na “Questão do Acre” como prefeitos e isso fora feito para tentar

diminuir as resistências dos autonomistas; c) os autonomistas já promoviam festas cívicas em homenagem à epopeia acriana; d) a realização de solenidades em favor de fatos históricos locais contribuiria para a identificação do prefeito com os acrianos; e) os primeiros prefeitos a promoverem eventos festivos eram “ex-revolucionários”, portanto, qualquer exaltação do passado também serviria como um elogio ao presente e à ordem estabelecida.

Quando o assassinato de Plácido de Castro completou um ano em agosto de 1909, nenhum dos jornais que pesquisamos⁵³ mencionou qualquer manifestação de apreço popular ao “libertador do Acre” ou homenagens oficiais a sua memória. É possível que a data não tenha causado a menor repercussão social no Acre. Apenas a título de comparação, quando o diplomata Barão do Rio Branco faleceu, o governo do Departamento do Alto Acre decretou “luto oficial por trinta dias e que fiquem suspensos por três os trabalhos de todas as repartições públicas deste departamento” (jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empresa, em 18 de fevereiro de 1912, Nº 67, p. 2).

Encontramos apenas uma discreta menção à data no jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 12 de agosto de 1909, Nº 77, p. 3, quando diz que o Congresso Industrial Seringueiro que ocorria em Sena Madureira cancelou as atividades do dia tão logo souberam que a data fazia alusão ao primeiro aniversário da morte de Plácido de Castro. Tudo indica que os organizadores do evento souberam da coincidência das datas por acaso e, de forma improvisada, fizeram constar em ata uma nota de pesar em reverência à memória do “heroico e destemido libertador das terras acreanas”.

O termo “heroico” empregado pode servir como indício de que os membros da elite local já demonstravam disposição para idolatrá-lo. Em hipótese alguma serve para provar que a heroicidade dele já estava dada. Tudo nos leva a crer que Plácido de Castro foi construído como ídolo acriano após o seu assassinato, e isso só aconteceu porque servia para promover a causa defendida pelos autonomistas acrianos.

Encontramos uma curta nota no jornal *Acreano*, de Xapury, em 15 de novembro de 1909, Nº 57, p. 3, informando que a Câmara Federal havia realizado uma sessão cívica em agosto de 1909, presidida pelo general e senador Quintino Bocaiuva, em que Plácido de Castro fora homenageado. Após realização de pesquisas para confirmar o fato, encontramos

⁵³ A pesquisa no acervo do Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC foi prejudicada por conta da greve dos servidores técnicos das Universidades Federais. Mas ela se realizou nos acervos da Biblioteca Nacional (RJ), do Museu da Borracha (AC) e Departamento de Patrimônio Histórico do Acre.

uma notícia no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1909, p. 2, que dizia:

Em homenagem à memória de Plácido de Castro, realizou-se, hontem, às 8 horas da noite, uma sessão solenne, no salão do Palácio Monroe. Compareceram várias autoridades da administração pública, assim como representantes do presidente da República e dos Ministros da Marinha e do Exterior. No centro do salão, sobre um estrado, foi colocado um retrato de Plácido de Castro. A sessão foi aberta pelo Sr. Coelho Lisboa, tendo falado os Srs. Senador Quintino Bocayuva, Coelho Lisboa, Pedro Couto (outros). Às 9 1/2 horas, depois da leitura de vários telegramas, foi encerrada a sessão.

Talvez o evento tenha sido uma resposta às constantes denúncias feitas por Genesco Castro (2002, p. 323) aos Presidentes da República Afonso Pena e Nilo Peçanha. Como era do saber de todos na época, o irmão de Plácido de Castro creditava à impunidade dos assassinos do “herói do Acre” ao governo federal. Genesco Castro chega a acusar Nilo Peçanha de hipocrisia, uma vez que se mostrava solícito às petições de Castro, assegurando que “promoveria a punição dos culpados” (CASTRO, 2002, p. 38), mas, no entanto, nada fazia. É possível que a solenidade mencionada acima tenha sido mais uma demonstração pública dessa “hipocrisia”, a fim de dissimular perante a opinião pública⁵⁴ a posição do governo federal e dos seus apoiadores a respeito do referido caso.

O jornal *Correio do Norte*, de Manaus, em 5 de agosto de 1909, Nº 195, p. 1, noticia que se encontravam na capital amazonense um grupo de acrianos com objetivo de fazer um ato público em homenagem ao deputado paraense Arthur Lemos. O referido deputado havia sido designado para elaborar um projeto de lei para elevar o Acre à categoria de Estado.

O ato público foi um repúdio ao governador Silvério Neri, que pleiteava a incorporação da região acriana ao Estado do Amazonas. No mesmo jornal, em 7 setembro, foi noticiado na primeira página que havia acontecido, por iniciativa “popular”, uma festa “em honra ao herói de Puerto Alonso, Plácido de Castro”. Supomos que alguns autonomistas acrianos e tantos outros inimigos do governador realizaram tal evento.

Já no ano seguinte, conforme o que diz o jornal *Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 4 de dezembro de 1910, Nº 139, p. 3, “o segundo aniversário do bárbaro e ainda impune assassinato do ilustre caudilho acriano Plácido de Castro **foi solenemente comemorado** em

⁵⁴ O Vice-Presidente do Senado Quintino Bocaiuva (RJ) era conterrâneo de Nilo Peçanha (RJ) e ambos apoiaram Hermes da Fonseca para Presidente da República em 1910. Ambos eram membros da Maçonaria. O primeiro havia sido presidente do Rio de Janeiro de 1900 a 1903, o segundo o sucedeu, ficando no cargo de 1903 a 1906.

Sena Madureira com **uma grande festa cívica**, à qual se associaram todas as classes sociais” (grifo nosso).

Acreditamos que foi a partir de então que se iniciou a tradição de homenagear Plácido de Castro no dia de sua morte⁵⁵. Mas porque o dia de sua morte e não o de seu nascimento? A resposta é simples: os promotores do evento queriam tornar a ocasião em oportunidade para criticar o governo federal, até então, indiferente ao inquérito policial que apurava o assassinato dele.

Ano após ano, no dia do aniversário de morte de Plácido de Castro, os autonomistas faziam questão de lembrar que o governo federal havia deixado impunes os assassinos de Plácido de Castro. Era uma forma de desgastar não só o prestígio do governo federal, mas também o dos prefeitos locais indicados por ele. Os autonomistas queriam fazer prevalecer a ideia de que Plácido de Castro havia sido assassinado porque defendia a autonomia do Acre, nessas condições, não havia melhor acusado do assassinato do que um prefeito indicado pela União. Abaixo, alguns eventos promovidos sob a influência dos autonomistas.

Em comemoração à lutuosa data de 11 do corrente, **que registra o segundo aniversário do passamento do inolvidável patriota Plácido de Castro**, realizou-se naquele dia, **uma concorridíssima sessão cívica** que teve lugar às 5h30 da tarde na casa Floquet. Para esse fim, foi distribuído um convite impresso ao povo que na hora marcada correu para aquele estabelecimento, convicto de ir prestar um preito de homenagem à memória de um dos seus mais heroicos benfeitor [...] foi sugerido a **ideia da ereção de uma estátua nesta cidade**, com o fim de perpetuar a sua memória, ideia essa que foi acolhida pelo auditório [...] o comércio da nossa praça cerrou as suas portas às 4 horas da tarde, em atenção à relembrada data. (jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empresa, em 14 de agosto de 1910, Nº 1, p. 3, grifo nosso).

O dia “6 de agosto” também não passou despercebido, vejamos:

A data de **6 de agosto** relembra o início da revolução acreana contra o domínio boliviano neste território, com a deposição das autoridades desse país na cidade de Xapuri, por esse motivo, na Empresa, a 6 do mês corrente, **tiveram lugar diversas manifestações de regozijo**. O restaurante *6 de agosto*, de propriedade do sr. Antonio Rabello, **comemorando a áurea data** que lhe deu o título, ofereceu aos seus fregueses e amigos um suculento chocolate que foi deliciosamente servido ao som do piano e mereceu as honras da presença de todas as autoridades locais e de cavalheiros da nossa mais escolhida sociedade. (jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empresa, em 14 de agosto de 1910, Nº 1, p. 3).

⁵⁵ Essa tradição não vigora nos dias de hoje. Entrou em desuso após a elevação do Acre à categoria de Estado.

O dia 24 de janeiro, data que assinala a derrota final do exército boliviano de Puerto Alonso perante as tropas de Plácido de Castro, foi festejado durante o governo de Epaminondas Jácome. O prefeito havia participado da batalha contra os bolivianos na condição de auxiliar médico, e tivera participação na chamada “expedição dos poetas” em 1900. O jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empresa, em 29 de janeiro de 1911, Nº 22, p. 1, noticia a comemoração cívica, conforme o trecho da matéria:

Essa data ocupa no fasto da história nascente do Acre, uma das mais valorosas páginas, por que assinala o dia da encarniçada batalha travada entre os nossos compatriotas, aqui residentes, e avultado número de bolivianos, que **lhes queriam roubar o direito** de viver no solo de sua bem-amada pátria [...] e por ser ela de um tão **súbito valor histórico**, aqui não passou desapercibido o seu **aniversário**. Assim foi o eminente chefe do governo deste departamento, Dr. Epaminondas Jácome, num dos seus muitos e assinalados rasgos de justiça, **não só decretou o seu feriado, como também o festejou** solenemente em sua repartição, onde inaugurou a galeria dos retratos dos **grandes brasileiros, com a efígie desse extraordinário homem que foi Plácido de Castro, o herói** [...] e seguido de **heroicas legiões** ao seu mando, inscreveu na esfera azul de nosso belo pavilhão o símbolo estrelar desta feraz, hospitaleira e **muito grandiosa terra do Acre** [...] foi, pois, **o 24 de janeiro uma data brilhantemente celebrada entre nós** [...] desejando que no espírito do povo perdure esse contentamento de civismo dos **feitos memoráveis de seus heróis**.
(grifo nosso)

Algumas regras enunciativas que a matéria traz aparecem até hoje na historiografia oficial do Acre, a saber: a) a história nascente do Acre é fastuosa, ou melhor, é esplêndida; b) a “encarniçada batalha” foi classificada positivamente como “uma das mais valorosas páginas” da história nascente do Acre; c) a “encarniçada batalha” foi protagonizada por “compatriotas”, ou seja, pessoas com as quais guardavam laços de identificação; d) os “compatriotas” lutaram contra “avultado número de bolivianos”, ou seja, a fim de aumentar o heroísmo dos “compatriotas”, dá a entender que a quantidade de bolivianos era superior, o que de fato não era; e) os bolivianos eram ladrões; f) o motivo da “encarniçada batalha” foi defensivo, queria evitar o roubo do território brasileiro; g) a motivação deles foi o desejo de viver no solo da pátria, ou seja, consideravam o Acre parte do Brasil; h) a data 24 de janeiro é considerada de grande valor histórico; i) Plácido de Castro e seus soldados são adjetivados como heróis; j) o Acre é exaltado como “terra grandiosa”; l) há um incentivo para que o “povo” guarde os “feitos memoráveis dos seus heróis”.

Epaminondas Jácome mandou colocar um retrato de Plácido de Castro no salão de reuniões da prefeitura e decretou feriado nas repartições públicas para as datas “6 de agosto” e

“24 de janeiro”. Além do mais, partiu dele⁵⁶ a iniciativa de adotar o Hino Acriano escrito por Francisco Mangabeira nas escolas públicas do departamento do Alto Acre por meio do Decreto Nº 44, 31 de dezembro de 1910.

Abaixo, uma imagem da parte superior do salão de honra do palácio do governo do Território do Acre em Rio Branco tirada provavelmente nos anos 1928/1929. Havia dois retratos: o de Plácido de Castro à direita e o do presidente do Brasil Washington Luís à esquerda. Nota-se a preferência pela representação de Plácido de Castro com trajes civis. O tradicional uniforme militar que vestia na época dos combates trazia à memória a imagem de um líder “revolucionário” e, provavelmente, não era essa a versão de Plácido de Castro que queriam imortalizar.

O Plácido de Castro entronizado no *locus* do poder político territorial não foi o militar contestador, mas o político conservador membro da oligarquia local. O retrato possivelmente foi uma versão ampliada e melhorada daquela que consta no livro *A Pátria Brasileira*, de Virgílio de Oliveira (1903, p. 11).

Imagem 20 – Retrato de Plácido de Castro (à direita) no Salão de Honra do Palácio do governo do Território do Acre.

Fonte: Acervo do Museu da Borracha (Ac).

⁵⁶ Ele adotou a bandeira da República do Acre (1899/ Galvez) quando se tornou o primeiro governador do Território do Acre, conforme decreto assinado em 24 de janeiro de 1921.

A próxima figura mostra que Francisco Mangabeira e Epaminondas Jácome eram amigos desde a “Revolução Acriana”, quando ambos trabalharam juntos como auxiliares médicos das tropas de Plácido de Castro. Diferentemente da escolha da música do hino acriano que fora feita mediante concurso público (Decreto Nº 8, de 23 de janeiro de 1911), a letra do mesmo foi uma escolha pessoal do governador. Abaixo, trechos do decreto que adota o hino escrito por Mangabeira, em seguida, uma imagem provavelmente de 1903 em que Epaminondas Jácome e Francisco Mangabeira aparecem juntos.

Considerando que é um dever de justiça e civismo, que não escapa às atribuições da administração pública [...] considerando que o povo acreano deve sempre relembrar com especial carinho e veneração os feitos inteligentes e gloriosos dos que cooperaram patrioticamente e eficazmente para assegurar ao nosso país a plena posse desta fastuosa região; considerando, finalmente, que o trabalho intelectual do poeta Francisco Mangabeira, traduziu nas belíssimas estrofes, que abaixo vão transcritas, **o verdadeiro sentimento de patriotismo que predominou naqueles feitos dos nossos abnegados patrícios.** (jornal *Folha do Acre*, Cidade da Empresa, 1 de janeiro de 1911, p. 2, grifo nosso)

Imagem 21– Francisco Mangabeira (à esquerda) e Epaminondas Jácome (à direita) durante a “Revolução Acriana”.

Fonte: COSTA, 2005, p. 249.

Essa postura do prefeito é facilmente explicável. O Alto Acre havia se tornado um palco de manifestações em prol da autonomia. O prefeito Leonidas Benício de Mello tinha sido deposto em novembro de 1910 (Cf. jornal *O Alto Purus*, de Sena Madureira, em 1 de janeiro de 1911, Nº 139, p. 1). Depois dele, o capitão Fábio Fabrizzi assumiu provisoriamente

a prefeitura, logo em seguida, foi a vez de Epaminondas Jácome. Ele foi nomeado pelo governo federal a assumir a prefeitura em dezembro de 1910, com a missão de pacificar o ânimo dos “revoltosos”. A estratégia política adotada não foi o emprego da força, mas a do poder simbólico das comemorações.

O prefeito que o sucedeu, Deocleciano Coelho (janeiro/1911 – janeiro/1915), também tinha identificação regional, pois havia participado da chamada “expedição dos poetas”. Ele já havia sido prefeito desse mesmo departamento no período de dezembro de 1909 a junho de 1910. O movimento autonomista havia sido relativamente pacificado pelo seu antecessor, mas como em 10 de julho de 1909, houve um levante armado no departamento do Alto Purus em prol da autonomia, resolveu continuar com a política comemorativa de Epaminondas Jácome.

É bom lembrar que esse não foi o comportamento adotado por ele em seu primeiro mandato. Ele provavelmente decidiu romper com sua indiferença porque viu na valorização da história, nas solenidades públicas e nas *efemérides* uma estratégia de apaziguamento social. Ele passou a honrar os acrianos para desarmá-los politicamente. O povo não iria se rebelar contra um prefeito que publicamente festejava a acrianidade. Veja abaixo uma chamada de um dos jornais da época:

Imagem 22 – Festa cívica em Rio Branco (1911).

Fonte: jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empreza, em 30 de abril de 1911, Nº 35, p. 1.
Acervo digital da Biblioteca Nacional

A festa foi marcada pela solenidade de inauguração da Praça Rio Branco e pela recepção pública organizada pelo prefeito Deocleciano de Souza ao recém-chegado ao Acre Gentil Norberto, que voltava de uma viagem ao Rio de Janeiro. O jornal diz que a festa tinha “um caráter essencialmente popular” e que houve “uma verdadeira romaria à nova Praça denominada Rio Branco, no bairro Penápolis, desta cidade [...] reinava a maior alegria, notando-se na fisionomia de toda a gente uma expressão de júbilo e contentamento”.

Na ocasião, “foram aclamados os nomes prestimosos de acreanos distintos” e dado um brinde de champanhe “aos srs. Dr. Deoclesiano de Souza, Cel. Antunes de Alencar e Dr. Gentil Norberto”. Depois, Gentil Norberto convidou a todos a dar “vivas” ao Dr. Deoclesiano de Souza e ao cel. Antunes de Alencar. A inauguração da praça serviu para mostrar ao povo a paz que reinava entre os principais autonomistas e o principal representante do governo federal no território.

Observemos abaixo, um fac-símile do jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empreza, em dia 6 de agosto de 1911. Ele nos diz que: a) a “Revolução Acriana” foi proclamada em 6 de agosto de 1902; b) Plácido de Castro foi o autor da proclamação; c) o 6 de agosto foi uma data “gloriosa”; d) o motivo da “Revolução” foi a reivindicação do território do Acre; e) a anexação do Acre foi apresentada como “esplêndida conquista”. O que podemos perceber é que não houve espaço para uma visão crítica do evento, prevalecendo a versão epopeica que já estava em franca consolidação.

Imagem 23 – Texto sobre o dia “6 de agosto”.

Fonte: jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empreza, em 6 de agosto de 1911, p. 2.
Acervo digital da Biblioteca Nacional

No dia 11 de agosto de 1911, os autonomistas do Alto Acre comemoraram o “terceiro aniversário do passamento de Plácido de Castro”. O fato ocorreu no salão do Bar Acreano e contou com a presença de várias autoridades. “No palco onde os oradores se dirigiram ao numeroso auditório, via-se o retrato do saudoso Plácido de Castro envolto em crepe e sobre uma coluna artisticamente disposta” (jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empresa, em 14 de agosto de 1911, Nº 50, p. 1).

A solenidade foi presidida pelo Cel. Victor Corrêa dos Santos Porto e secretariada pelo advogado José Alves Maia. O primeiro, também conhecido como Victor Porto, era um comerciante português muito influente na região, ligado à Gentil Norberto, que organizava resistência contra os impostos estipulados pelo governo federal. O segundo, conhecido como Dr. Zé Maia, fora amigo pessoal do próprio Plácido de Castro, inclusive o acompanhava quando do seu assassinato.

Em Cruzeiro do Sul, no dia 28 de fevereiro, aconteceu uma manifestação cívica “espontânea” em homenagem ao comandante da Companhia Regional de Policial, Sr. Polydoro R. Coelho. Nela, também foi dado “vivas à memória de Plácido de Castro”, pelo menos é o que diz o jornal *Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 4 de fevereiro de 1912, Nº 194, p. 1.

Um dos organizadores do evento e orador oficial foi o autonomista Craveiro Costa. Apesar de o evento não ter nada a ver com a “Revolução Acriana” e nem com o movimento autonomista, o nome de Plácido de Castro foi invocado e aplaudido. Parece que havia um desejo de tornar viva a memória de Plácido de Castro, não se perdendo oportunidades cívicas para citá-lo.

O mesmo ocorreu no Departamento do Alto Acre em 5 de outubro de 1911, quando a colônia portuguesa da região resolveu se reunir no Bar Acreano para comemorar a Proclamação da República de Portugal. O jornal *O Acreano*, do Departamento do Alto Acre, de 22 de Outubro de 1911, Nº 74, p. 2 e 3, noticia o evento que teve como orador da noite, o Tenente do Exército, agrimensor de terras públicas e advogado Nilo Guerra, o mesmo que havia servido como testemunha de acusação contra Alexandrino José da Silva durante o inquérito de assassinato de Plácido de Castro. Um trecho do discurso dele pode ser lido logo abaixo:

Dissertou durante mais de uma hora e terminou fazendo um paralelo entre aquela data que libertou Portugal dos grilhões de uma velha monarquia e uma **outra data também muito gloriosa** para nós, e que naquele dia comemorávamos: - **aquela em que Plácido de Castro efetuou o cerco da Volta da Empresa**, fato que representa uma das páginas mais brilhantes da nossa moderna história. Reportando-se a essa data genuinamente acreana, o orador lamentou o fim trágico daquele **bravo iniciador da causa** que cada vez defendemos com mais fervor e **incitou-nos para a luta em prol desta mesma causa**, dizendo que ali se achava presente **um outro herói daquele dia memorável, o bravo Antunes Alencar**, a cujo cargo se acha confiada a causa sacrossanta da nossa emancipação política, a causa que todos nós temos o dever de defender, a causa bem dita da Autonomia deste Território. Ao pronunciar o nome impoluto de Antunes Alencar, pelo recinto do edifício retumbou prolongada salva de palmas. (grifo nosso)

Analisemos o trecho do discurso: a) a ocasião nada tinha a ver com a temática regional; b) os organizadores do evento eram defensores da autonomia do Acre; c) o motivo do encontro seria também para eles debaterem sobre a política local⁵⁷; d) a data do levante armado liderado por Plácido de Castro em Volta da Empresa foi valorada como “muito gloriosa”, um “dia memorável”, e “uma das páginas mais brilhantes da nossa moderna história”; e) Plácido de Castro foi significado como precursor dos autonomistas; f) Antunes Alencar, oficial das tropas de Plácido de Castro presente no referido combate, também é adjetivado como “herói”; g) A imagem de Antunes Alencar foi associada a de Plácido de Castro, de modo que “se dizia sucessor de Plácido de Castro” (LOUREIRO, 2004, p. 26); h) A causa pela qual lutavam era “sacrossanta”; i) Sendo a causa “sacrossanta” e sendo ela liderada por “heróis”, a vitória era mais fácil de ser imaginada.

No ano seguinte, também o dia 6 de agosto foi comemorado. O jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empresa, em 14 de agosto de 1912, registra que “em comemoração à grande data acreana, iniciaram-se hoje, com grandes provas de regozijo da população xapuriense, as experiências da transmissão da estação de rádio telegráfica dessa cidade”. Inaugurar obras públicas em datas festivas é uma estratégia política muito utilizada até hoje.

⁵⁷ Discordamos de Klein (2013, p. 189), quando diz: “A festa da colônia portuguesa na verdade era um pretexto. Os homens foram ao bar [...] esperando mesmo que a casa enchesse com as mais peregrinas e formosas mulheres de Rio Branco para daí beberem, dançarem até o dia amanhecer”. Tanto nessa comemoração, quanto a celebrada no ano seguinte, mencionada por Klein, o objetivo não era simplesmente “diversão”. Dos portugueses eram as maiores Casas Aviadoras da Amazônia, e na região acriana eles também eram homens de grande poder comercial. O encontro era também um evento político. Havia discursos e debates. Klein (2013) traça uma imagem equivocada dos portugueses como seres alienados, apolíticos e promíscuos. A ideia de que “naquele lugar eles poderiam mergulhar nos seus vícios” (KLEIN, 2013, p. 189) não tem fundamento histórico. Se o objetivo era somente esse, o que explica então a preocupação deles em ornamentar a rua que dá acesso ao Bar Acreano com “os nomes dos acreanos históricos **Coronel Antunes Alencar, Plácido de Castro e Hypólito Moreira**”? (jornal *O Rebate*, da Cidade da Empresa, em 9 de outubro de 1912, Nº 4, p. 3, grifo nosso)

O dia “6 de agosto” já era considerado como uma data de feitos “revolucionária” e agora marca também o início de experiências telegráficas. Coincidência? Não, a intenção foi transmitir às experiências o sentido “revolucionário” do dia “6 de agosto”. Dessa forma, provavelmente os participantes do evento e os leitores do jornal tendem a imaginar o feito do presente com a carga simbólica do passado.

O departamento do Alto Acre comemorou o quinto aniversário do assassinato de Plácido de Castro. A cerimônia cívica aconteceu no dia 11 de agosto de 1913 no salão de festas Polytheama e estiveram presentes membros da elite local. A comissão da festa era presidida pelo então Intendente do município de Rio Branco, Cel. João Rôla.

O ex-prefeito Departamento do Alto Acre era dono do seringal Benfica e havia participado das tropas de Plácido de Castro em 1902 e 1903. “No palco do elegante teatrinho via-se ornado pelas bandeiras acreana e nacional o retrato do inolvidável chefe da revolução acreana”. (jornal *Folha do Acre*, Cidade da Empresa, 17 de agosto de 1913, Nº 123, p. 1).

O referido jornal afirma que, “ao comemorar aquela data infausta”, estava-se traduzindo “o sentir unânime do povo acreano”. A ideia que se quer transmitir é a de que todos os acrianos guardavam algum tipo de sentimento de gratidão e admiração por Plácido de Castro e que os magnatas estavam ali reunidos apenas para dar lugar ao sentimento coletivo.

A “unanimidade do povo” em torno da figura de Plácido de Castro era o bem simbólico almejado pelos membros da elite local ligados ao movimento autonomista. Mas o fato de a “unanimidade” ser representada no discurso, não significa que ela tenha existido na prática. Acontece que eles se achavam “os intérpretes” do povo. Abaixo, um trecho do discurso do orador oficial Nelson Noronha:

O onze de agosto era uma dessas datas memoráveis que ficam gravadas na consciência de **um povo** e para sempre lembradas, embora fazendo vibrar um profundíssimo sentimento de dor. O intrépido guerreiro acreano cuja morte sinistra ali se rememorava era o homem a quem devíamos todos os nossos elogios, toda a nossa gratidão. Plácido de Castro! O seu valor, como combatente, ainda hoje refletia sobre nós, e **o povo acreano** levantando um **culto de veneração do herói**, nada mais fazia do que dar ao mundo o testemunho solene de sua dedicação por aquele que foi o seu grande amigo, o seu grande defensor. Vinde comigo, pois, senhores (exclamou o orador), num supremo esforço de saudade, entoar um hino à memória augusta do inolvidável batalhador! Nunca é demais a lágrima que se derrama sobre a mudez sombria de um túmulo [...] na luta titânica da exploração começou a **grande epopeia da conquista!** [...] Travou-se a campanha contra o invasor

[...] Valeram-lhe a lealdade e o concurso eficaz dos graduados do exército acreano, entre os quais ressaltam **as figuras heroicas de Gentil Norberto** [...] glorioso na revolução contra o estrangeiro, **ainda é glorioso no momento atual** [...] cheios de orgulho, cheios de esperança, repousemos, portanto, a nossa vista no futuro e ajoelhando-nos ante o túmulo de Plácido de Castro, bebamos do exemplo do seu **heroísmo as lições de amor à pátria**, para a felicidade da terra. (jornal *Folha do Acre*, da Cidade da Empresa, em 17 de agosto de 1913, Nº 123, p. 1, grifo nosso).

O discurso do orador consagra Plácido de Castro como herói digno de veneração e culto patriótico e a “Revolução Acriana” é tratada como “a grande epopeia”. O mais interessante é a função legitimadora do presente latente no uso político do passado. Percebam que o presente também foi tratado como glorioso, e políticos, como Gentil Norberto foram tipificados como heróis. Até hoje políticos comemoram o passado com o fim de transferir para o presente toda a carga simbólica que o envolve.

A passagem do quinto ano do assassinato de Plácido de Castro também foi lembrada em Cruzeiro do Sul. Para o evento comemorativo, a Inspetoria de Instrução promoveu uma conferência escolar cujo palestrante principal fora Craveiro Costa, que era o próprio inspetor de instrução da prefeitura. No entanto, durante o evento ele foi apresentado como representante da Loja Maçônica Fraternidade Acriana. A maioria dos maçons eram homens respeitados na sociedade e o envolvimento da Maçonaria com a causa autonomista dava credibilidade ao movimento. O evento foi noticiado no jornal *Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 10 de agosto de 1913, p. 3. Abaixo uma nota de outra atividade festiva.

Imagem 24 – Homenagem à Plácido de Castro.

Fonte: jornal *Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 10 de agosto de 1917, Nº 533, p. 3.

Acervo digital da Biblioteca Nacional

Passados alguns anos, em meio à crise da borracha dos anos 1920 e ao consequente enfraquecimento do movimento autonomista, o jornal *O Rebate*, de Cruzeiro do Sul, em 5 de agosto de 1928, Nº 196, p. 1, denuncia o fato de as autoridades esquecerem de homenagear as “grandes datas patricias”. Diz que Plácido de Castro foi esquecido e que “seu nome que deveria ser repetido nos estabelecimentos de ensino como um padrão de civismo da nacionalidade, vive amortecido”. O Acre não gerava mais riqueza para que os autonomistas lutassem pela administração dele, portanto, a figura de Plácido de Castro tornara-se dispensável.

Um povo que não cultiva as suas tradições, não venera o vulto daqueles que prepararam com abnegação a situação de hoje, **é um povo sem aspirações de grandeza**, que deixará absorver pela cultura das nações mais adiantadas. **É preciso, porém, que se force o indiferentismo de alguns para que as figuras primaciais do nosso calendário cívico se destaquem [...]** E Plácido é digno desse culto! (jornal *O Rebate*, Cruzeiro do Sul, 5 de agosto de 1928, Nº 196, p. 1, grifo nosso).

Abaixo, um gráfico que mostra a quantidade de ocorrência da expressão “Revolução Acriana” no sistema de busca do acervo digital do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ao todo foram encontrados 41 (quarenta e uma) ocorrências, sendo 7 (sete) delas na década de 1900, 6 (seis) na de 1940 e 11 (onze) em 1970. Entre os anos de 1920 a 1930, período de grande crise econômica no Acre e de desmobilização do movimento autonomista, houve uma evidente diminuição das ocorrências.

Nos anos 1940, houve um novo crescimento, possivelmente em decorrência do chamado segundo surto econômico da borracha (Acordo de Tratado de Washington -1942) e do consequente fortalecimento do movimento autonomista. Na década de 1950, aconteceu a defesa nacional do projeto de autonomia acriana, além da comemoração do cinquentenário da “Revolução Acriana” (1952) e do Tratado de Petrópolis (1953). Nos anos 1970, os militares comemoraram o centenário do nascimento de Plácido de Castro, mas nas décadas de 1980 e 1990 não houve qualquer ocorrência da expressão.

Gráfico 1 – Ocorrência da expressão “Revolução Acreana”
no acervo digital do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Fonte: Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/>> acessado em março de 2014.

Ao colocar a expressão “Plácido de Castro” no sistema de busca, encontramos 367 (trezentos sessenta e sete) ocorrências, sendo 119 (cento e dezenove) delas, no período da “revolução” propriamente dita. A partir de seu assassinato em 1908, há uma queda abrupta. Somente em 1950 e 1970 o seu nome reaparece nas páginas do jornal com relativa frequência.

Em 1973, os militares comemoraram o centenário de nascimento de Plácido de Castro e isso talvez explique o fato de seu nome aparecer 42 (quarenta e duas) vezes. O município acriano de Plácido de Castro foi criado em 1976, e a partir de então, provavelmente, o sistema faz dupla contagem, o que talvez explique o índice de ocorrências dos anos 1980.

Gráfico 2 – Ocorrência da expressão “Plácido de Castro”
no acervo digital do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Fonte: Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/>> acessado em março de 2014.

No Acre, é possível que tanto a “Revolução Acriana”, quanto a figura de Plácido de Castro só tenham voltado a ser invocados com certa frequência no governo de Guiomard Santos. Nos anos de crise de 1920 a 1930, a figura do Barão do Rio Branco pareceu ganhar mais destaque. Ele era homenageado na data de aniversário do Tratado de Petrópolis e na data

de seu nascimento. Veja abaixo duas chamadas de matérias, a primeira o consagra como “patrono” do Acre, a primeira diz que o Acre foi incorporado ao Brasil devido “ao tino diplomático do saudoso estadista”.

Imagem 25 – Homenagem ao Barão do Rio Branco (1932).

Festa no Grupo Escolar João Ribeiro, comemorativa do 87.º aniversário do inolvidável Brasileiro Barão do Rio Branco, patrono do nosso Território.

Fonte: jornal *A Reforma*, de Seabra, em 1 de maio de 1932, p. 4.

Acervo digital da Biblioteca Nacional

Imagem 26 – Homenagem ao Barão do Rio Branco (1923).

RIO BRANCO

PASSOU no dia 10 mais um aniversário da morte do eminente brasileiro, o grande diplomata José Maria da Silva Paranhos, **Barão do Rio Branco**, glória da nação pelo poder e brilho de sua grande inteligência e da sua capacidade.

Rio Branco prestou á sua pátria os mais relevantes serviços. O Acre, incorporado ao Brasil, devido ao tino diplomático do saudoso estadista, rende por nosso intermedio e nestas linhas, um preito de homenagem á memoria do grande patriota.

Fonte: jornal *Folha do Acre*, de Rio Branco, em 15 de fevereiro de 1923, p. 1.

Acervo digital da Biblioteca Nacional

O fato de o governo do Território do Acre não ter dado tanto importância à promoção de festas cívicas relativas ao passado fundador do Acre, não significa que não tenha sido proativo quanto à organização de solenidades e comemorações de *efemérides* nacionais. Feriados como o dia da Bandeira, o da Independência do Brasil e o da Proclamação da República nunca foram completamente esquecidos.

O governador do Território Epaminondas Martins, pelo Decreto Nº 72/1939, oficializou o concurso “Grandes Vultos do Brasil”, que tinha como finalidade “vulgarizar biografias sintéticas dos mais notáveis brasileiros”. Tudo parece indicar que, o interesse dos governadores do Acre indicados pelo governo federal com relação à educação cívica era fomentar a consciência histórica nacional, desestimulando, com isso, o sentimento atávico da comunidade acreana. Abaixo, algumas imagens de festas cívicas no Acre.

Imagem 27 – Alunos em atividade física por ocasião da comemoração da Independência do Brasil (1928).

Fonte: Relatório de governo de Hugo Carneiro – 1928/1929,
In: Acervo digital do Memorial dos Autonomistas. (PRB 06)

Imagem 28 – Festa cívica em Rio Branco (1939).

Fonte: jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1939, Nº 318, p. 5.

Acervo digital da Biblioteca Nacional

Imagem 29 – Festa cívica em Rio Branco (1943).

Fonte: jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro, em março de 1943, Nº 39, p. 190.
(Edição especial no aniversário de Getúlio Vargas).

Imagem 30 - Festa cívica em Tarauacá (anos 1940).

Fonte: Acervo digital do Memorial dos Autonomistas (TAR 11).

As imagens 28 e 29 retratam a Praça Eurico Dutra, localizada em frente ao Palácio Rio Branco. Notem a existência de um obelisco⁵⁸ quase no centro da praça, que foi construído em homenagem aos heróis da “Revolução Acriana” e inaugurado em 1937. Ele é uma prova de que o passado acriano, apesar de não ter sido tão comemorado quanto às efemérides nacionais, também não fora completamente esquecido. Outro indício disso é uma matéria do periódico *O Acre*, de 29 de Janeiro de 1933, Nº 267, p. 6 – que traz por título “Vinte e quatro de janeiro”. A matéria diz respeito a um evento comemorativo à passagem da data de aniversário da vitória das tropas acrianas sobre as bolivianas em Puerto Alonso em 1903.

A festa cívica não foi organizada por iniciativa oficial do governo, mas sim pela Legião Autonomista Acreana. Através da análise do boletim que foi distribuído pela cidade e publicado no referido jornal fica claro que a festa foi mais uma desculpa para aglutinar pessoas em prol da causa autonomista. Comparado com as duas décadas anteriores, nos anos 1940 houve uma relativa melhoria da sensibilidade política dos governadores do Território com relação a homenagens à “Revolução Acriana”. Vale lembrar que na primeira metade dessa década, se vivia o civismo da campanha “borracha para vitória”.

⁵⁸ O obelisco, apesar de estar ligado à religiosidade do Antigo Egito, foi popularizada no Mundo Ocidental pela Maçonaria que, no Acre, sempre se fez presente na vida política, a começar pelo movimento autonomista.

Milhares de migrantes, impelidos pela propaganda do governo federal, se deslocaram para o Acre para produzir borracha para os aliados da Segunda Guerra. Na segunda metade, intensificou-se a cobrança dos veteranos de “Revolução Acriana” pela aposentadoria tão esperada. Fato conquistado pela Lei Nº 389/1948, mas a abertura de crédito só viria em 1952, com as comemorações dos 50 anos da dita “Revolução”.

O jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1943, p. 5, menciona que houve em Rio Branco festividades em homenagens à “Revolução Acriana”. Segundo conta, “nesta capital, numa sessão cívica comemorativa da data, falou o Sr. Mário de Oliveira, representando o Instituto Histórico Acreano, que relembrou a atuação dos patriotas brasileiros comandados por Plácido de Castro”. Termina dizendo que “finalizando as solenidades, o governador Silvestre Coelho fez questão de abraçar dois dos mais velhos soldados sobreviventes do exército de Plácido de Castro”.

Abaixo, uma foto da atividade festiva em homenagem à passagem do dia 24 de janeiro ocorrida em 1949. Apesar de realizada em ambiente público, a foto não deixa evidente o envolvimento popular no evento. Diferentemente da imagem depois dela (31), do desfile do dia 7 de setembro do mesmo ano, na qual, visivelmente, se percebe um maior envolvimento de populares no evento.

Imagem 31 – Solenidade em homenagem à vitória de Plácido de Castro em Puerto Alonso (Rio Branco/1949)

Fonte: Acervo digital do Memorial dos Autonomistas (PRB 31)

Imagem 32 – Festa cívica em Rio Branco no dia 7 de setembro de 1949.

Fonte: Acervo digital do Centro de Documentação e Informação Histórica - CDIH (AGS 49)

Na primeira página do jornal *O Acre*, de Xapuri, de 1º de Maio de 1949, Nº 920, foi publicada uma matéria sobre as comemorações cívicas em homenagem ao terceiro ano do mandato do Major Guimard Santos como governador do Acre. As festividades foram realizadas no dia 25 de abril do corrente. Várias foram as atividades comemorativas, dentre elas uma missa de ação de graças e uma apresentação pública da Banda de Música da Guarda territorial. No texto da matéria, consta a seguinte opinião sobre o evento: “grande regosijo público pelo transcurso da data que marcou uma nova era de prosperidade para o Acre”.

Nos anos 1950, as homenagens a Plácido de Castro e à “Revolução Acriana” estiveram presentes nos discursos e manifestações autonomistas. O governo do Território teve atuação tímida quanto à promoção de festas cívicas, isso porque o culto ao passado e os gestos comemorativos em homenagem aos “heróis da Revolução” promoviam a causa autonomista. O jornal *O Rebate*, de Cruzeiro do Sul, de 15 de agosto de 1950, Nº 1072, p. 4, menciona que somente com Guimard Santos, “**os heróis da Revolução Acreana** foram lembrados de fato” (grifo nosso).

Em 1952 e 1953, o início e o fim da “Revolução” liderada por Plácido de Castro completam cinquenta anos respectivamente. O governo do Território não promoveu pomposas festas como era de se esperar. Há quem diga⁵⁹ que um dos jornais locais, como protesto, no

⁵⁹ Cf. <http://pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=29984&Itemid=24> acessado em fevereiro de 2014).

dia da festividade publicou a capa do periódico totalmente preta e em letras brancas a frase: "ficam adiadas para o centenário as comemorações do cinquentenário!".

No Congresso Nacional, o Deputado Federal Oscar Passos (PTB/AC) fez um discurso em homenagem à “Revolução Acriana”. Já o deputado Guimard Santos (PSD/AC) apresentou o Projeto de Lei Nº 2404/1952, que solicitava abertura de crédito para a construção de um monumento em homenagem “a Plácido de Castro e aos patriotas da Revolução Acreana”. O projeto foi aprovado e ganhou forma na Lei Ordinária Nº 2.441/1955.

Imagem 33 – Medalha José Plácido de Castro - “O Libertador do Acre”.

Fonte: Disponível em <<http://www.google.com.br/>> acessado em fevereiro de 2014.

O Ministro da Justiça Negrão de Lima proferiu uma palestra sobre Plácido de Castro e a “Revolução Acriana” em cadeia nacional no programa de rádio A Voz do Brasil (Cf. jornal *O Estado de S. Paulo*, 7 de agosto de 1952, p. 28). O jornal *Folha de S. Paulo*, de São Paulo, de 10 de agosto de 1952, p. 10, reproduziu o discurso, do qual escolhemos um trecho para citá-lo, leiamos:

Queremos que a obra de Plácido de Castro não pereça [...] se o bronze ainda não perpetuou na praça pública a gratidão do Brasil ao seu inolvidável filho Plácido de Castro, esperamos contudo que o labor e o civismo do povo desse futuroso rincão do ocidente, signifiquem, por toda a eternidade, um lindo monumento à glória do libertador.

Abaixo, o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, também lembra o cinquentenário da “Revolução Acriana”.

Imagem 34 – jornal *O Globo* lembra os 50 anos da “Revolução Acreana”.

Fonte: jornal *O Globo*, 05 de Agosto de 1952, Matutina, p. 11.

Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O sobrinho de Plácido de Castro, o Sr. Homero de Castro Jobim, escreveu um ofício ao Diretor do Museu Histórico Nacional Gustavo Barroso, datado em 6 de abril de 1953, dizendo o seguinte:

Transcorrendo no corrente ano o cinquentenário do término da Revolução Acreana e do Tratado de Petrópolis, julguei oportuno oferecer ao Museu Histórico Nacional dois objetos que foram do meu tio José Plácido de Castro: 1) a espada que pertenceu ao coronel Rosendo Rojas, vencido em Volta da Empresa, a 15 de outubro de 1902, e por este ofertada, como lembrança de amigo, ao libertador do Acre, por ocasião do embarque daquele chefe boliviano para Manaus [...] 2) um copo de vidro, com efígie de Plácido de Castro, mandado confeccionar, pouco depois da vitória acreana, por admiradores do chefe da **revolução que integrou ao Brasil aquele território**. (Disponível em <<http://bndigital.bn.br/>> acessado em março de 2014, grifo nosso).

O jornal *O Acre*, de Rio Branco, 7 de Agosto de 1955, Nº 1.216, p. 1, diz que naquele ano houve comemoração cívica pela passagem do dia “6 de agosto” em todo o Território. O jornal faz questão de destacar que, “foi uma festa do povo, operários, seringueiros, comerciantes e patrões; funcionários e, enfim todas as classes que compõe o nosso meio social”. Afirma que os participantes “vibraram em uníssono jubilosos” e tinham “pensamento voltado para o mesmo ideal”.

A **tradição patriótica** dos indomáveis nordestinos ai ficou, numa demonstração eloquente do **amor que tributamos ao nosso querido Acre**, e a pátria brasileira. Que este meio século de experiências, seja doravante, segura indicação para todos acreanos, cômicos de seus deveres para com a terra, **firmer no ideal que os nossos antecessores sempre souberam defender**. (*O Acre* – Rio Branco, 7 de Agosto de 1955, Nº 1.216, p. 1, grifo nosso).

As atividades festivas em Rio Branco tiveram início às seis horas da manhã com a apresentação da banda de música da Guarda Territorial. Às sete horas e trinta minutos, alunos das mais diversas escolas concentraram-se na então Praça Eurico Dutra (imagem 28 e 29) e, no momento do hasteamento da bandeira, cantaram o hino acriano. Também houve pela parte da manhã desfiles e salva de tiros.

À tarde, foi realizado um torneio de futebol no Estádio José de Melo. Os times disputaram a taça “Cel. Paulo Francisco Torres”, que era o então governador do Estado. Torres foi um dos “pracinhas” da Segunda Guerra e quis, com as atividades festivas, inserir o seu nome no imaginário epopeico acriano. O feito não é de se estranhar visto que os políticos são os primeiros a tirarem proveito simbólico das comemorações.

O primeiro governador eleito do Estado do Acre foi o professor José Augusto Araújo, que tomou posse em março de 1963. Em seu curto mandato, antes de ser destituído pelos militares que deram o Golpe de 1964, inaugurou uma estátua de bronze de Plácido de Castro no centro da cidade de Rio Branco⁶⁰. Abaixo, uma imagem atual da estátua:

Imagem 35 – Monumento em memória a Plácido de Castro no centro da capital acriana.

Fonte: foto (2008). Arquivo pessoal.

⁶⁰ A estátua foi erguida na antiga Praça Rodrigues Alves, que depois foi nomeada Praça Plácido de Castro e hoje é chamada Praça da Revolução Cel. Plácido de Castro.

O texto que consta na placa que se encontra na base da estátua (imagem 36) reproduz um dos maiores abusos da história já cometidos sobre a anexação do Acre, qual seja, a afirmação de que Plácido de Castro havia lutado contra o capital internacional. Esse argumento induz o leitor a armazenar na memória uma imagem inverídica do personagem, como se ele assassinasse bolivianos por motivações humanitárias anti-imperialista. “A história mal interpretada exige muito de seus heróis” (MACMILLAN, 2010, p. 52).

O efeito de sentido dessa retórica foi a “desbolivianização” dos inimigos dos primeiros acreanos. Não era do interesse dos financiadores da obra renovar a animosidade dos acreanos contra os bolivianos, isso porque o Acre tendia a estreitar parcerias comerciais com o país vizinho. Além do mais, nos anos 1960, o debate sobre a internacionalização da Amazônia já era corrente e, contra essa proposta, brasileiros e bolivianos deveriam unir forças. Diante dessas circunstâncias, Plácido de Castro não deveria ser lembrado como o líder militar que disputou o território do Acre contra a Bolívia, mas como aquele que salvou a Amazônia dos agentes econômicos internacionais.

No rol das motivações que prevaleceram na “Revolução Acriana”, não consta o altruísmo da defesa amazônica contra o imperialismo norte-americano. Por mais que esse argumento apareça em alguns documentos e em matérias de jornais da época, para nós, isso não significa que “nobres sentimentos” tenham vigorado no morticínio, mas que tal discurso fora empregado para justificá-lo. Os idealizadores da “Revolução” fizeram uso de estratégias simbólicas e ideológicas para conquistar a opinião pública e convencer as autoridades do Rio de Janeiro a se posicionarem a favor deles.

Imagem 36 – Placa inaugural do Monumento a Plácido de Castro (1964).

Fonte: foto (2008). Arquivo pessoal.

As próximas duas imagens da estátua foram tiradas quase dez anos depois da inauguração dela. Percebe-se que a conservação do monumento está relativamente comprometida, o que pode revelar um descaso inicial dos governos militares com o “herói” dos acrianos. A própria espada do “herói” haveria de ser roubada por várias vezes. No verso do monumento há uma frase supostamente dita por Plácido de Castro, a saber: “e ainda há tanta coisa a fazer pelo Acre”.

A escolha da frase não foi por acaso, queria-se transmitir a ideia de que o Acre em 1964 ainda era como uma “obra inacabada”, com muitas potencialidades a serem descobertas e desenvolvidas. Uma das últimas frases ditas por Plácido de Castro sobre o Acre foi dirigida ao seu irmão, a saber: “tão logo puderes, retira do Acre os meus ossos [...] esta terra que tão mal pagou a liberdade que lhes dei não é digna de guardá-los.” (LIMA, 1998, p. 269-270). Esse enunciado sempre foi o mais silenciado da biografia de Plácido de Castro, pois ele revela a repulsa dele pelo Acre. E não era essa a imagem que se queria eternizar dele, por isso, não a utilizaram.

Imagem 37 – Vista frontal do Monumento de Plácido de Castro inaugurado em 1964.

Fonte: Acervo pessoal do Cel. Claudio Moreira Bento (foto tirada em 1973).

Imagem 38 – Verso do Monumento de Plácido de Castro inaugurado em 1964.

Fonte: Acervo pessoal do Cel. Cláudio Moreira Bento (foto de 1973).

Imagem 39 - Monumento de Plácido de Castro esculpido por Honório Peçanha⁶¹ (1963).

Fonte: Acervo digital do CDIH.

⁶¹ O mesmo que esculpiu a estátua do ex-presidente Juscelino Kubitschek para o Memorial JK de Brasília.

No jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro, de 25 de fevereiro de 1922, Nº 1015, p. 15, consta: “Plácido de Castro, cuja estátua em praça pública é com justiça reclamada pelos acreanos, foi o herói de sua conquista”. Ora, por que ela não foi construída antes? Por que em menos de um ano e meio após a autonomia ela foi erguida? Tudo colabora para a hipótese de que a heroificação de Plácido de Castro, associado como estava ao discurso dos autonomistas, nunca foi plenamente aceita pelo governo federal.

Os militares que governavam o Brasil resolveram comemorar o centenário do nascimento de Plácido de Castro no início dos anos 1970. Para isso, foi criada a Comissão Nacional para coordenar as comemorações do referido centenário pelo Decreto Federal Nº 71.355, de 10 de Novembro de 1972. Leandro Tocantins e Arthur César Ferreira Reis foram alguns dos nomes escolhidos. As atividades tiveram início em 1973.

O governo federal havia adotado uma política de elogio aos militares brasileiros que, de alguma forma, contribuíram para a formação histórica do Brasil. Essa foi uma forma encontrada pela Ditadura para reafirmar a importância dos militares. No Ministério da Educação estava o acriano de Xapuri Jarbas Passarinho que, possivelmente, foi um dos que influenciou a decisão pela homenagem ao “herói do Acre”. O Instituto Nacional do Livro comemorou a sua milésima edição republicando a obra de Craveiro Costa *A Conquista do Deserto Ocidental*, que trata da formação histórica do Acre. (Cf. jornal *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, em 01 de novembro de 1973, p. 15).

Imagem 40 - Selo comemorativo do Centenário do nascimento de Plácido de Castro.

Fonte: Disponível em <www.gloogle.com.br> acessado em março de 2014.

A embaixada boliviana prometeu protestar em Brasília por causa desse selo, pois os grupos de interesse bolivianos pressionaram o governo para que ele se manifestasse. Na Bolívia, o “herói acriano” é considerado um “flibusteiro que penetrou as fronteiras bolivianas e desencadeou a Guerra do Acre” (jornal *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, em 5 de abril de 1974, p. 12).

A reclamação deveu-se ao fato de o selo tratar Plácido de Castro como “o libertador do Acre”. Isso, para a diplomacia boliviana era “uma falsidade histórica e um agravo à nação boliviana”, pois “converte em libertador um usurpador de territórios bolivianos” (*idem, ibidem*). Mas toda “a celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro” (RICOEUR, 2007, p. 95).

Já foi mencionado que o “libertador do Acre” antes de morrer pediu para que o seu irmão retirasse o seu corpo do Acre e o levasse para Petrópolis. Esse pedido não chegou a ser cumprido, pois seu corpo foi levado para o Rio Grande do Sul, terra natal do “herói”. Sabendo da história, os militares mandaram construir um busto de Plácido de Castro no centro de Petrópolis em 1973, na Praça da Liberdade, também conhecida como Praça Rui Barbosa. Na base do monumento consta o seguinte dizer: “Plácido de Castro – libertador do Acre – no centenário de nascimento”. Confira abaixo o busto:

Imagem 41 – Busto de Plácido de Castro na Praça da Liberdade (Petrópolis – RJ).

Fonte: Disponível em <www.google.com.br> acessado em março de 2014.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, 30 de outubro de 1973, p. 54, informa que haveria naquele dia uma conferência na Academia Paulista de Letras intitulada “Plácido de Castro: patriota e homem de cultura”. O palestrante era o escritor Hernani Donato que, no ano anterior, havia ingressado na academia, ocupando a cadeira de número vinte. Ele havia publicado em 1963 uma biografia do homenageado, intitulada *Plácido de Castro: o último caudilho*. A narrativa empregada foi ao estilo epopeico, na qual o protagonista do drama foi tratado como herói. Abaixo, alguns trechos do livro:

Foi ele quem, por seu exclusivo esforço, à frente de alguns caboclos e outros habitantes daquelas paragens inóspitas dos confins do Brasil, conquistou e permitiu integrar em nosso território, vasta extensão de terra que veio a se chamar Território do Acre [...] Este livro narra o que foi aquela prodigiosa e quase incrível aventura em que alguns paisanos mal armados derrotaram militares de uma nação vizinha [...] Por que na primeira página da biografia de Plácido de Castro figura necessariamente o mapa do Acre brasileiro” (DONATO, 1963, p. 13 e 146).

O Conselho Federal de Cultura instituiu em 1973 o Prêmio Nacional “Plácido de Castro”. Tratou-se de um concurso de redação entre os universitários de todo o Brasil cujo tema fosse “José Plácido de Castro e a integração territorial da pátria”, que devia ser escrito com, no mínimo, 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas. Os trabalhos deveriam ser entregues até o dia 31 de março de 1974, nos Conselhos Estaduais de Cultura de cada Estado. O vencedor ganharia uma viagem à Brasília e ainda ganharia um prêmio no valor de R\$ 10.000 (dez mil cruzeiros). O fato foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, em 19 de fevereiro de 1974, p. 24.

A partir de janeiro de 1973, o jornal *O Globo* publica quinze textos de autoria de José Edson Gomes sobre o papel de Plácido de Castro na formação da fronteira amazônica sul ocidental do Brasil. De acordo com a história contada, Plácido de Castro era uma “figura misteriosa de homem e líder [...] que transformava simples seringueiros, remanescentes de uma vida de pobreza cruel no nordeste, acuados entre a fome e a seca, **em heróis magníficos**” (José Gomes, In: jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1973, p. 11, grifo nosso). Abaixo, o cabeçalho de um dos quinze artigos publicados.

Imagem 42 - Cabeçalho de um dos artigos publicado no jornal O Globo em homenagem a Plácido de Castro.

Fonte: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>> acessado em março de 2014.

O governo do Estado do Acre também decidiu prestar homenagens à Plácido de Castro. Em 22 de maio de 1973, nomeou uma comissão estadual para organizar as atividades festivas, que foi chefiada pelo secretário de segurança pública da época, o coronel Rubens da Serra Aranha. A programação oficial continha as seguintes atividades:

a) corrida do Fogo Simbólico da Pátria no âmbito do Estado, a cargo do Diretório Regional da Liga de Defesa Nacional; b) realização do concurso literário, sobre a vida de Plácido de Castro, no âmbito das Universidades do Acre e do Rio Grande do Sul, a cargo da Unacre; c) realização de concurso literário na área de ensino de 1º e 2º graus, versando sobre Plácido de Castro, no âmbito estadual, a cargo da Secretaria de Educação; d) cunhagem de medalha comemorativa do centenário de Plácido de Castro; e) apoiar a Comissão Nacional, enviando esforços junto à empresa brasileira de correios e telégrafos, Instituto do Livro e Biblioteca do Exército, no sentido de lançamento de um selo comemorativo e da reedição de obras literárias sobre José Plácido de Castro e da Revolução Acreana; f) enviar esforços junto ao Ministério do Exército no sentido de que seja realizado um concurso de composição musical para escolha de um dobrado militar denominado “Plácido de Castro; g) inauguração do novo aeroporto de Rio Branco; h) inauguração de uma exposição relativa a Plácido de Castro; i) conferências; j) desfile escolar dia 7 de agosto; l) lançamento de um ensaio sobre Plácido de Castro e a Revolução Acreana; m) semana de Plácido de Castro, de 5 a 12 de dezembro. (jornal *O Rio Branco*, de Rio Branco, em 30 de junho de 1973, p. 5).

Um monumento a Plácido de Castro foi inaugurado em Xapuri no dia 10 de junho de 1973. O monumento foi doado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul que na data se fez representar por uma comitiva composta, dentre outros, pelo secretário da educação, que em seu discurso, atribuiu a anexação do Acre a Plácido de Castro (cf. jornal *O Rio Branco*, de Rio Branco, em 12 de junho de 1973). Abaixo, uma imagem da medalha comemorativa do centenário que foi produzida pelo Estado do Acre durante o governo de Francisco Wanderley Dantas.

Imagem 43- Medalha comemorativa de Centenário do Nascimento de Plácido de Castro (Estado do Acre\1973)

Fonte: <www.glooge.com.br> acessado em março de 2014.

No ano seguinte ao do centenário, o governo do Estado do Acre publicou uma nota oficial cancelando o feriado do dia 6 de agosto. Todas as secretarias e órgãos públicos funcionaram normalmente. Para homenagear a data, houve apenas uma rápida parada cívica pela parte da manhã (Cf. jornal *O Rio Branco*, de Rio Branco, em 6 de agosto de 1974, p. 1). Após a autonomia do Acre, as *efemérides* acrianas ganharam ênfase conforme a tendência populista dos governos do Estado. A exaltação de Plácido de Castro e da “Revolução Acriana” nunca foi uma ação de iniciativa popular.

3 OS ABUSOS DA HISTÓRIA E AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NO ACRE DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI.

Um príncipe deve ainda mostrar-se amante das virtudes, honrando os homens virtuosos e os que excedem em alguma arte [...] **O príncipe deve preparar prêmios [...] Deve, além disso, nas épocas convenientes do ano, manter o povo ocupado com festas e espetáculos.**

(MAQUIAVEL, 1999, p. 133, grifo nosso).

Não creio em ressurreições históricas. Não se volta nunca ao passado. O retorno histórico é sempre uma farsa.

(RODRIGUES, 1986, p. 145).

A concepção conservadora da História [...] a característica do conservadorismo é a defesa intransigente das classes dominantes e a exaltação dos grandes estadistas [...] os conservadores pregam a continuidade histórica e combatem a ruptura [...] a concepção conservadora ensina o conformismo e diz sempre amém aos poderosos [...] a história conservadora do Brasil é sempre a história dos vencedores.

(RODRIGUES, 1988, p. 1, 5 e 6).

Analisaremos nesse capítulo a história do Acre divulgada pelos representantes do governo do Estado durante os primeiros dez anos do século XXI. O objetivo não foi realizar uma exposição cronológica das atividades festivas realizadas, e sim um estudo sobre o papel político e simbólico que as festas cívicas e os abusos da história exerceram na sociedade acriana. Para tornar mais concisa a exposição, foi priorizado o Centenário do Acre ocorrido nos anos de 1999 a 2003.

Durante o centenário, o governo do Estado foi administrado por uma coligação de partidos chamada “Frente Popular do Acre”⁶², liderada pelo governador Jorge Viana (PT) e pelo seu vice Edson Cadaxo⁶³ (PSDB). A Frente Popular do Acre já havia vencido a eleição

⁶² PT, PC do B, PSB, PDT, PSDB, PMN, PL, PPS, PV, PTB, PT do B.

⁶³ Ele também já havia sido vice-governador do Acre na chapa de Flaviano Melo (PMDB) em 1986 e estava no exercício do cargo quando o petista Chico Mendes foi assassinado. Em 1990, assumiu o governo do Estado, pois Flaviano Melo renunciou para disputar a eleição para o Senado. Cadaxo foi um filiado histórico do PMDB, uma vez que era militante desde a época do MDB, com filiação datada em 1964. Pelo MDB foi deputado estadual por vários mandatos, a saber: 1967, 1971, 1975 e 1979. Em 1983, foi eleito deputado estadual pelo PMDB. Apesar de toda sua história no PMDB, aceitou o convite para se filiar ao PSDB com o objetivo de se tornar o candidato a vice-governador do Frente Popular do Acre nas eleições para o governo do Estado de 1998, que venceu as eleições atacando e denunciando possíveis atos de corrupção nas administrações do PMDB e dos seus aliados. No *site* do senador Jorge Viana (PT/Ac), o texto que fala sobre a biografia de Cadaxo estrategicamente não menciona a longa relação que ele manteve com o PMDB (Cf. <http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=114&Itemid=48experiencia> acessado em março de 2014).

municipal de Rio Branco em 1992 e também já havia conquistado uma vaga para o Senado nas eleições de 1994. No entanto, a primeira experiência na administração estadual só veio com a vitória nas eleições de 1998, obtida em primeiro turno com 57,7% dos votos válidos.

A estratégia eleitoral adotada foi a do marketing do candidato “jovem”, sem qualquer vínculo com as “oligarquias” que até então dominavam o cenário político acriano⁶⁴. Os marqueteiros trataram logo de desassociar a imagem de Jorge Viana da dos seus parentes⁶⁵ que, poucos anos antes, haviam sido aliados políticos da Ditadura Militar no Brasil.

Diferentemente do propagado, o candidato do PT manteve sim relações com os “caciques” da política acriana, pois iniciou sua carreira assumindo cargo de confiança no governo de Flaviano Melo (PMDB). Ele foi diretor de estudos e pesquisas da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), criada em setembro de 1987 para, dentre outros, convencer a opinião internacional de que os créditos advindos dos bancos estrangeiros estavam sendo aplicados em prol do desenvolvimento do Acre e que, portanto, parte das denúncias feitas por Chico Mendes em março daquele ano em Miami (EUA) era infundada⁶⁶.

(a FUNTAC era) um dos principais trunfos para convencer a comunidade (local, nacional e internacional) de que todas suas ações estavam de acordo com os princípios que regem a proteção do meio ambiente [...] A principal preocupação do

⁶⁴ Muitos dos principais secretários de governo durante o mandato de Jorge Viana (PT/Ac) haviam ocupado cargos de confiança durante o governo de Flaviano Melo (PMDB), a saber: Mâncio Cordeiro, Gilberto Siqueira, Sérgio Nakamura, Orlando Sabino, dentre outros. Nas eleições de 1990, em que Jorge Viana se candidatou ao governo pela primeira vez, o seu candidato a vice-governador era o médico José Alberto, ex-secretário de Saúde do governador Nabor Júnior (PMDB, 1982-1986). O atual vice-governador do Estado César Messias é primo do ex-governador Orleir Cameli (1995-1999), que antecedeu ao primeiro mandato de Jorge Viana (1999-2002) e que era um dos principais alvos das críticas petistas. Para finalizar, queremos lembrar o fato de o próprio PC do B ter apoiado o PMDB nas eleições de 1986. E nas eleições municipais para a Prefeitura de Rio Branco em 1996, o PC do B acabou se tornando o culpado pela derrota do PT, uma vez que lançou candidatura própria, beneficiando o candidato do PMDB. Diante de tudo que foi dito, fica evidente que é falacioso o discurso que representa os principais líderes da Frente Popular como o “novo” da política acriana.

⁶⁵ Jorge Viana é filho de Wilde Viana das Neves, um político acreano conservador, ex-vereador pela UDN (1963), prefeito de Rio Branco no período da Ditadura Militar e deputado pela ARENA (1966, 1970 e 1974). A proximidade dele e de sua família com os militares que governavam o Brasil era tanta que o irmão de sua esposa, Joaquim Macedo (ARENA) foi indicado para assumir o governo do Estado do Acre nos anos de 1979 a 1983. O vice-governador dele era José Fernandes Rêgo (ARENA), que viria a se tornar um dos principais secretários de estado no governo de Jorge Viana (1999-2005). Macedo era fundador e presidente regional da UDN no Acre e já havia exercido o mandato de Deputado Federal por duas vezes; depois se tornou militante do PDS, outro partido conservador.

⁶⁶ A criação da FUNTAC se constituía em uma prova de que o governo estava preocupado com os problemas ambientais oriundos, dentre outros, da construção das BRs 364 e 317. Juntamente com o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), criado em outubro de 1986, a FUNTAC servia como marketing ecológico governamental, uma vez que era responsável por gerar novas tecnologias que possibilitasse o aproveitamento mais racional dos recursos naturais. Era como se fosse um atestado da preocupação do governo com a sustentabilidade ambiental de sua política econômica. A realização do estudo de impacto ambiental, do mapeamento florestal, das reservas extrativistas e do manejo florestal são exemplos disso.

governo era passar uma imagem de que estava tratando *adequadamente* do problema dos desmatamentos e seus respectivos efeitos, como expulsão de seringueiros e posseiros [...] buscando alcançar o reconhecimento de que estaria realmente preocupado com as questões ambientais. (SILVA, 1998, p. 113 e p. 117).

A equipe de governo do PMDB era duramente criticada por Chico Mendes. Inclui-se aí o secretário estadual de Desenvolvimento Agrário, Wilde Viana, pai daquele que se proclamaria sucessor de Chico Mendes na defesa da floresta acriana. É bom lembrar que o assassinato de Chico Mendes ocorreu em 22 de dezembro de 1988, durante o mandato de Flaviano Melo (1987 a 1989). O sociólogo e professor universitário José Mastrângelo explica a negociação que resultou no ingresso de Jorge Viana no governo do PMDB:

[...] seu passe foi comprado numa negociação política. Com essa transação atrasada, o pai, deputado federal, ingressaria no PMDB para ocupar a pasta de secretário de desenvolvimento agrário, ele (Jorge Viana) exerceria um cargo de confiança e seu irmão (Tião Viana) continuaria os estudos de medicina. (MASTRÂNGELO, José. *Olha quem está falando*. In: jornal *O Rio Branco*, de Rio Branco, em 9 de julho de 2006, p. 2).

Nas campanhas eleitorais de 1998 e 2003, a Frente Popular denunciou os políticos ligados ao PMDB e os governos anteriores ao do PT como corruptos e desprovidos do sentimento de acrianismo. No entanto, muitos daqueles que se filiaram ao PT após 1999 haviam sido assessores políticos ou apoiadores abertos desses governos. Os “inimigos” da véspera se tornaram “companheiros” no ato da posse. Como afirma Maquiavel (1999, p. 125 e 126), a invenção de “inimigos” é uma necessidade em qualquer projeto político que visa a obtenção e a manutenção do poder, pois além de contribuir na mobilização de pessoas, ainda aumenta a grandeza do “príncipe” no momento da vitória.

O discurso de ruptura colaborou para a sensação de originalidade, no entanto, também serviu para expor a falta de tradição política do PT no comando do Poder Executivo estadual. Bastaram alguns meses para perceberem que o marketing do “novo” também provocava resistências. Os funcionários públicos não receberam de bom grado a implantação do modelo de gestão pública baseado nos princípios empresariais da “qualidade total” e do “planejamento estratégico”. Vários empresários locais ficaram insatisfeitos com a defesa do desenvolvimento sustentável, principalmente aqueles ligados à economia madeireira. Além do mais, o discurso ambientalista não fez tanto sucesso na zona urbana como fez na zona rural.

O uso político da imagem de Chico Mendes contribuiu para convencer instituições financeiras internacionais a liberarem créditos, mas em âmbito local, não teve tanta força de persuasão no processo de mobilização da população em favor do “novo”. Chico Mendes ainda não havia ascendido ao *status* de herói nacional, a mitificação dele ainda estava em processo. Foi somente no decorrer dos três mandatos consecutivos da Frente Popular no governo do Estado que esse personagem foi consagrado. O sindicalista que combatia o latifúndio e defendia a reforma agrária foi convertido em um ambientalista, defensor do desenvolvimento sustentável e mártir do acreanismo.

Abaixo, duas das muitas formas com as quais a política simbólica adotada pela Frente Popular se materializou. O objetivo era projetar o nome de Chico Mendes e associá-lo definitivamente ao PT. O primeiro é o cabeçalho que vigorou durante anos no *síte* oficial do PT/Ac. O segundo é o cartaz de um prêmio institucional anual criado pelo governo do Estado em 2003.

Imagem 44 – Cabeçalho do *site* oficial do Partido dos Trabalhadores - Ac.

Fonte: Disponível em <<http://www.ptac.org.br/>> Acessado em Dezembro de 2010.

Imagem 45 - Prêmio “Chico Mendes de Florestania” (2012).

Fonte: Disponível em <<http://www.agencia.ac.gov.br/>> acessado em março de 2014.

A mitificação de Chico Mendes se tornou politicamente tão importante para a Frente Popular quanto a de Plácido de Castro para os autonomistas no início do século passado⁶⁷. Mas enquanto o “garoto propaganda do PT” não alcançava o seu lugar no panteão, decidiram colocar não só ele, mas a própria Frente Popular sob o manto beatificar de outros “heróis” já consagrados no imaginário social acriano.

Aproveitaram a simbologia do Centenário da Revolução Acriana para colocar em prática o que consideramos como o maior uso político da história do Acre já realizada. O povo assimilaria o “novo” como um retorno às tradições fundadoras do ser acriano, pois a imagem do PT e de seus principais líderes foram associadas aos dos heróis acreanos e ao do sentimento de acrianidade. Foi uma espécie de política de “formação das almas” (Cf. CARVALHO, 2006) que manipulou a vontade coletiva por meio de “revolução cultural” às avessas⁶⁸.

A defesa do passado, das tradições e do acreanismo não foram gratuitas. Fazia parte de um projeto de manutenção de poder que almejava a vitória nos próximos pleitos eleitorais. Queriam dissimular a falta de tradição política do PT no Poder Executivo estadual e dissuadir a oposição. Como diria Maquiavel (1999, p. 16), “no passado e na tradição apagam-se os desejos e os motivos para mudanças”.

O Centenário da Revolução Acriana foi celebrado para atualizar as glórias do passado inaugural no tempo presente. As causas petistas apareceram como causas defendidas pelos “heróis” da “Revolução Acriana”. Aconteceu aquilo que Hobsbawm e Ranger (1997, p. 21) disseram: “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações”.

As festas cívicas do Centenário e a prática do abuso da história fizeram parte de uma política simbólica estatal que visou à invenção da Frente Popular como herdeira da saga dos “heróis” acrianos, principalmente a de Plácido de Castro, a de Guimard Santos e a de Chico Mendes. Ela se concretizou da seguinte forma: a) estimulou a crença de que a fundação do Acre foi gloriosa; b) excitou os acrianos a sentirem orgulho da fundação do Acre, por serem “os únicos que lutaram para ser brasileiros”; c) divulgou que os ideais da “Revolução

⁶⁷ O “marketing do herói” (Cf. NIVALDO JUNIOR, 2002, 1001) é indispensável na política moderna.

⁶⁸ Não foi proposta uma mudança de hábitos, costumes ou valores; mas sim a retomada de uma cultura já existente, o renascimento da acrianidade.

Acriana” não haviam sido plenamente realizados e que, portanto, a “Revolução Acriana” era um projeto inacabado; d) propagou que a Frente Popular do Acre havia resgatado os ideais dos “heróis” acrianos e que o Acre vivenciava uma “nova revolução” sob a liderança dos “discípulos dos heróis”.

A história serviu como instrumento político para criar uma relação entre a “Revolução Acriana”, o movimento autonomista e os movimentos sociais dos anos 1970/1980. A história foi manipulada a fim de que a narrativa desembocasse na vitória da Frente Popular nas eleições de 1998, representando os vitoriosos como “continuadores da saga acriana”, da mesma linhagem ou genealogia dos “heróis” de outrora; e os derrotados como “inimigos do Acre”.

Esse abuso da história só se tornou possível com a relativização do conceito de “Revolução Acriana” operado nas comemorações dos cem anos de Acre. A “Revolução” foi tratada como um fenômeno inacabado, pois o sonho da autonomia acriana defendida por Plácido de Castro não havia sido completado com a elevação do Acre à categoria de Estado. Disseram que a autonomia plena envolvia também aspectos econômicos e geopolíticos e estes seriam cumpridos no governo da Frente Popular. O primeiro por meio do desenvolvimento sustentável, do planejamento estratégico e da exploração de gás natural e petróleo⁶⁹. O segundo por meio do término da construção das estradas BR-364 e BR-317.

Tendo compreendido esses aspectos, fica evidente que a política comemorativa da Frente Popular foi, acima de tudo, uma política de autopromoção. O sentimento de orgulho pelo passado foi redirecionado para o tempo presente. Os aplausos dados aos heróis foram capitaneados pelos promotores das festas cívicas, pois eram apresentados como os continuadores da saga dos “heróis”.

3.1 A POLÍTICA SIMBÓLICA DO GOVERNO DA FRENTE POPULAR DO ACRE: ENTRE OS ABUSOS DA HISTÓRIA E AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS.

Os governos tendem a considerar que a atenção e os cuidados adequados para com o passado são um

⁶⁹ Muitos discursos já foram pronunciados para dissimular a contradição que existe naqueles que apoiam a prospecção de petróleo e a exploração do gás natural e, ao mesmo tempo, defendem a sustentabilidade econômica e o ambientalismo. Uma síntese dessa dissimulação pode ser encontrada no endereço eletrônico: <<http://www.ptnosenado.org.br/anibal-diniz/pronunciamentos/19666-anibal-estudos-de-prospeccao-de-gas-natural-e-petroleo>> acessado em março de 2014.

benefício para o presente [...] os líderes políticos e de outras naturezas quase sempre vão em frente com o uso incorreto ou o abuso prejudicial que fazem da história para seus interesses individuais, uma vez que o resto das pessoas não sabe o suficiente para contestá-los.

(MACMILLAN, 2010, p. 18 e 52).

[...] para o povo acreano a Revolução ainda não acabou.

(VIANA, Tião. Apresentação. In: TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 23).

É hora de nós fazermos uma nova revolução.

(Jorge Viana *apud* jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, em 15 de julho de 1999, p. 9).

Já foi visto no capítulo anterior que as comemorações cívicas, os atos solenes, as cerimônias públicas, o uso de símbolos e o abuso da história são instrumentos de persuasão coletiva antigos. Eles são utilizados desde a Antiguidade Clássica para forjar identidades; gerar consenso; criar laços comunitários, sentimento de comunhão e coesão social; inventar um passado comum que dissimule as diferenças de classes, as desigualdades, as exclusões sociais; estimular a lembrança e/ou o esquecimento; provocar otimismo; disseminar valores, crenças e tradições; proporcionar momentos lúdicos; mobilizar pessoas em prol de uma causa; sacralizar o presente; exaltar feitos tidos como heroicos; transmitir ideia de potência; dentre outros.

O governo do Estado do Acre passou praticamente cinco anos promovendo festas cívicas e cerimônias comemorativas em homenagem aos feitos da “Revolução Acriana”. Seria ingenuidade considerar que tal política simbólica fora praticada sem que houvesse interesses políticos e eleitorais por trás dela. Não foi por mero prazer estético que o governo reformou praças, construiu bibliotecas, inaugurou museus, ergueu monumentos, concluiu tombamentos, reeditou livros, confeccionou medalhas e criou selos.

Tudo indica que as atividades festivas fizeram parte de uma política simbólica adotada pela Frente Popular com o fim de “fabricar a imagem pública do rei” (BURKE, 2009), fomentar o otimismo e promover o consenso social. As festas cívicas, os abusos da história, os símbolos e signos identitários serviram para projetar o líder do PT como arquétipos de acrianidade e como discípulo dos “heróis”. Essa estratégia fez parte de uma

engenharia política de conquista e manutenção do poder político estatal e prefetural a longo prazo.

A violência simbólica esteve presente nas práticas comemorativas promovidas pelo Estado. Isso porque, na maioria das vezes, os seus promotores fizeram "uso da história" (PINSKY, 2013, p. 43) para consagrar uma imagem (re)inventada do passado que lhes traga dividendos políticos. Isso pode ser constatado na análise do discurso pronunciado pelo então governador do Acre em um ato comemorativo no ano de 2003, leiamos trechos dele:

Como traduzir este momento? Como celebrar 100 anos de uma história que nos legou tudo o que temos tudo o que somos – uma terra, uma cultura, uma identidade, um jeito muito especial de ser, de viver e de enfrentar os desafios da vida [...] o que temos verdadeiramente é um povo, o povo acreano [...] **em nosso governo fomos levados a um desafio: resgatar os símbolos do Acre** [...] Não estamos celebrando algo morto, um passado longínquo e sem significação. Estamos dando vida ao nosso passado, reafirmando nossos símbolos, nossos heróis e nossos mitos, **unindo passado e presente** e, assim, criando a possibilidade de um futuro [...] **Inspirados na força dos revolucionários, no exemplo dos autonomistas e nos ideais de Chico Mendes é que estamos trabalhando.** (Jorge Viana *apud* jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 24 de novembro de 2003, p. 3, grifo nosso).

A partir da análise dos enunciados desse discurso, podemos chegar às seguintes conclusões: a) a “Revolução” deu origem ao jeito especial de ser dos acrianos; b) a “Revolução” instaurou a existência do “povo acriano” enquanto comunidade de sentidos com identidade homogênea; c) o Acre portava símbolos passíveis de serem resgatados; d) o passado celebrado não estava morto, mas presente; e) houve uma tentativa de relacionar o “passado” com o “presente”; f) o presente se mostra como o resultado do que a história do Acre teve de melhor, a saber: a força dos revolucionários; o exemplo dos autonomistas; e os ideais de Chico Mendes; g) o governo não deveria ser alvo de críticas, uma vez que estava ponto em prática os ideais e práticas dos “heróis” acrianos.

Abaixo, uma cópia da homenagem entregue aos “cem acreanos do século” por ocasião da cerimônia comemorativa dos cem anos de Tratado de Petrópolis ocorrida no dia 17 de novembro de 2003. No documento, o governo do Estado reafirma que a homenagem foi “inspirado na bravura dos nossos heróis e nos sonhos de Chico Mendes”. Não achando pouco, ainda afirma que o homenageado fora escolhido por contribuir “com (sic) a causa acreana e com (sic) os ideais de florestania”. Dessa forma, os promotores da homenagem são dissimuladamente representados como parte da epopeia acriana.

Imagem 46 – Homenagem prestada pelo governo do Estado aos “Ilustres Acrianos”.

Fonte: arquivo pessoal, marcação nossa.

Nessa mesma cerimônia, a novelista da TV Globo Glória Peres⁷⁰, uma das cem personalidades homenageadas⁷¹, fez as seguintes afirmações em seu discurso: “me sinto privilegiada em estar aqui em Rio Branco comemorando com os meus conterrâneos esse centenário [...] e orgulhosa também **por estar assistindo** ao que nós podemos chamar de **nova fase da revolução**” (jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 24 de novembro, p. 4, grifo nosso). Ela resumiu o sentido da política simbólica comemorativa praticada pelo governo do Estado: exaltava-se o passado para herdar dele as pompas e os aplausos.

Leiamos um outro fragmento discursivo sobre a gestão do PT, dessa feita, pronunciada pelo então Secretário Executivo de Assistência Técnica e Garantia de Produção do Estado Sibá Machado (PT/Ac). O trecho foi extraído de uma entrevista concedida ao pesquisador Horácio Antunes em fevereiro de 2000 que diz: “tudo que nós estamos fazendo é ainda em consequência do **espírito revolucionário que esse Acre tem desde a anexação ao Brasil**” (Sibá Machado

⁷⁰ A minissérie da TV Globo **Amazônia: de Galvez a Chico Mendes** de 2007 foi pensada a partir dessa política simbólica. Nela a saga acriana aparece em estado de permanente evolução, em um nunca-acabar. Um fio condutor liga os acontecimentos da anexação do Acre com os que consagraram a figura de Chico Mendes na década de 1980. Essa história conduz aos líderes políticos ambientalistas da Frente Popular Acriana.

⁷¹ Vale informar aqui que um governo que se diz defensor dos “povos da floresta”, em vez de homenageá-los à altura do que afirma, preferiu homenagear pessoas “ilustres” da alta sociedade, em sua maioria políticos, membros do Tribunal de Justiça, religiosos e filiados ao próprio PT. Houve sim, seringueiro e indígenas homenageados, mas a diferença numérica foi visível. A arbitrariedade da escolha pode ser explicada pela própria homenagem assinada pelo governo, que destaca que a seleção levou em consideração a “contribuição [...] aos ideais de florestania” dada pelo homenageado. A lista dos homenageados pode ser consultada no jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, de 24 de novembro de 2003, p. 7.

In: SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 248, grifo nosso). Fica patente que, quando o assunto era o passado histórico do Acre, havia uma semelhança retórica nos discursos dos líderes da Frente Popular. Obedeciam a mesma regra discursiva de inserção do PT na narrativa da epopeia acreana.

A afirmação do secretário não tem qualquer fundamento histórico e chega a ser leviana. Primeiro, porque afirma a existência de um “espírito revolucionário” imanente ao povo acreano; segundo, porque diz que o projeto político da Frente Popular era uma consequência do “espírito revolucionário”; terceiro, porque abertamente quis criar um laço de continuidade entre o mito fundador do Acre e o governo da Frente Popular.

Em 24 de janeiro de 2003, por ocasião dos 100 anos da vitória de Plácido de Castro sobre o exército boliviano, foi realizada a cerimônia pública da primeira troca da bandeira do monumento ao Centenário da Revolução (Imagem 59). Várias personalidades foram convidadas para o ato, inclusive alguns líderes do movimento autonomista. Um deles concedeu uma entrevista ao jornal *Página 20* e disse que “o movimento dos autonomistas, responsável pela elevação do Acre à categoria de Estado em 1962, foi parte da **segunda etapa** da Revolução Acreana. **A terceira etapa está acontecendo agora**” (Omar Sabino *apud* jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 25 de janeiro de 2003, grifo nosso).

Os objetivos dessa política simbólica são evidentes: transferir a “glória” do passado para o presente e cobrir as lideranças do PT com o manto protetor dos “heróis”. Abaixo, um trecho do discurso do paulista Binho Marques (PT/Ac), governador do Acre em exercício, por ocasião na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa do ano de 2005.

Os avanços são visíveis e inéditos na nossa história. As melhorias já se refletem nos indicadores mais diversos e cabe aqui um pequeno relato de realizações [...] Muita gente ainda pergunta o que é florestania? É o sentimento de viver no Acre e trabalhar com todos pela valorização do nosso lugar, da nossa história e da nossa gente. **É a disposição de lutar como Plácido de Castro e de mudar o mundo como Chico Mendes. E fazer o que juntos estamos fazendo agora.** (jornal *A Tribuna*, de Rio Branco, em 16 de fevereiro de 2005, p. 5, grifo nosso).

Quando foi eleito governador do Acre, Binho Marques (2007-2010) deu continuidade à política simbólica de seu antecessor. Em seu artigo *O Acre e a ameaça da internacionalização da Amazônia*, publicado na revista *Princípios*, de São Paulo, na edição de Nº 98, de outubro/novembro de 2008, ele reproduz o mito fundador do Acre quando diz que

“milhares de seringueiros e seringalistas [...] dedicaram o melhor de suas vidas à causa de tornar o Acre parte do Brasil” (p. 71). Continua dizendo que:

Diante da inércia do governo brasileiro à época, que nada fez para evitar o arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate, coube às pessoas que ocupavam essas terras tomar nas mãos o seu destino e por consequência de toda a Amazônia [...] coube ao ex-militar gaúcho José Plácido de Castro o importante papel de comandar as ações revolucionárias, a partir de 1902. [...] Seis anos mais tarde, em 1908, a ameaça internacional havia vencida e o Acre já havia sido integrado ao Brasil [...] **entretanto ainda não havia cessado a luta** por um Acre e uma Amazônia plenamente reconhecidos em sua importância.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 71, grifo nosso).

O governador afirma que “a luta” de Plácido de Castro ficou inacabada. “Embora a integração do Acre ao Brasil tivesse acontecido, o governo brasileiro promoveu uma traição ao povo acreano [...] ao aqui implantar o regime de Território Federal” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 71). Por conta dessa “injustiça” e “pela defesa desse Acre livre, soberano e com plenos direitos para todos os cidadãos que o Cel. Plácido de Castro pagou com a vida” (*idem*, *ibidem*, p. 72).

O governador repete a regra discursiva inaugurada pelos autonomistas em fins dos anos 1900 que aponta Plácido de Castro como um mártir da autonomia acriana. É bom que se diga que até hoje não há provas que confirme tal hipótese, uma vez que o resultado material do inquérito policial que investigou o assassinato de Plácido de Castro nunca se tornou público.

A versão mais aceita do crime foi aquela pronunciada pelo irmão da vítima que acusou o então prefeito do departamento do Alto Acre Gabino Besouro como o mandante do crime. Muitas poderiam ser as causas do assassinato e tantos outros acusados também poderiam surgir como responsáveis pelo crime. Mas como o inquérito não redundou em sentença condenatória penal, não houve condenações e nem prisões. Portanto, a presunção da inocência deve ser respeitada, qualquer opinião sobre as motivações do crime ou sobre a autoria do mesmo deve ser encarada como especulação.

O autor do artigo, que também é licenciado em história pela UFAC, descreve Plácido de Castro como o líder da “quarta revolução” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 73). Essa interpretação rompe com a teia discursiva que limitava a ideia de “Revolução Acriana” aos combates militares contra os bolivianos liderados por Plácido de Castro. Dessa forma,

abre precedente para a ideia de uma “quinta revolução”. A “democratização” do conceito facilita a aplicação dele no Acre contemporâneo.

Qualquer movimento social ou militar com objetivos patrióticos de tornar o Acre brasileiro ou “mais” brasileiro passaram a ser compreendidos como “Revolução Acriana”. Esse termo se tornou uma matriz significativa aplicável tanto aos levantes militares ocorridos em favor da anexação do Acre, quanto aos movimentos de caráter civis e/ou partidário que lutam por uma maior integração do Acre em relação ao Brasil.

Dessa forma, a “revolução” de Galvez, de Guiomard Santos e da Frente Popular, apesar de suas muitas diferenças sócio temporais, figuram em uma mesma narrativa, a da “Revolução Acriana”⁷². É como se o mesmo “espírito revolucionário” inaugurador do Acre se manifestasse na história esporadicamente em ações “grandiosas” de seres ou grupos “iluminados”.

A comemoração do Centenário da Morte de Plácido de Castro foi justificada com o argumento de que ele foi “o grande líder de todo o povo acreano”. A afirmação não deixa de ser mais um abuso da história, pois cria uma falsa ideia de unanimidade em torno do “herói”. Como veremos no próximo capítulo, muitos foram os seringalistas que não aderiram a “revolução” de Plácido de Castro.

A revista *Princípios* acima mencionada publicou um retrato de Plácido de Castro na segunda página acompanhado de um texto assinado pelo governo do Estado do Acre. Nele consta o seguinte enunciado: “o sacrifício do maior herói da revolução também alertou que a luta para fazer do Acre a terra sonhada pelos revolucionários **continuará a exigir sacrifícios, determinação e muito trabalho**” (grifo nosso). Portanto, o herói foi assassinado antes que sua luta se completasse, exigindo dos acrianos atuais “sacrifícios” para terminá-la. Abaixo, o parágrafo final do texto:

⁷² Essa interpretação favoreceu a imaginação de uma possível “Revolução Acriana” no início do século XX. Mas para isso, foi preciso primeiro quebrar a ideia de que Plácido de Castro foi o único a liderar uma “revolução” no Acre. Vejam dois exemplos disso:

“[...] Podemos afirmar sem medo de errar que Plácido de Castro foi legítimo e consciente herdeiro de Galvez, de José Carvalho, de Joaquim Victor, de Hipólito Moreira e de tantos outros que lutaram antes ou junto com o aguerrido gaúcho”. (FEM. O Acre é 100. In: jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, em 20 de julho de 1999, p. 4.).

“[...] Revolução Acriana, compreendida como **um conjunto de diferentes movimentos ocorridos entre 1899 e 1903**” Marcos Vinícius. *Acreanos Forever (ou Uma vez acreano... sempre...)*. In: Site do senador da República Jorge Viana. Disponível em <[Http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=473:marcos-vinicius-acreanos-forever-ou-uma-vez-acreano-sempre&catid=4:um-olhar-sobre-o-acre&Itemid=4](http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=473:marcos-vinicius-acreanos-forever-ou-uma-vez-acreano-sempre&catid=4:um-olhar-sobre-o-acre&Itemid=4)> acessado em abril de 2014, grifo nosso.

O Acre se afirmou como Estado brasileiro, chamou a atenção do mundo para a defesa da floresta e agora constrói uma **nova etapa** da sua história de **libertação**, trabalhando com **a mesma determinação dos nossos revolucionários** para fazer deste recanto do Brasil o melhor lugar para se viver na Amazônia. (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Homenagem à Plácido de Castro. In: Revista Princípios - outubro e novembro de 2008, Nº 98, p. 2, grifo nosso)

Após analisarmos cada enunciado do fragmento discursivo acima, podemos chegar às seguintes conclusões: a) o povo acriano defendia a causa ambiental desde quando o “Acre se firmou como Estado brasileiro”; b) “agora” o Acre passa por uma “nova etapa” de sua “libertação”; c) da mesma forma que Plácido de Castro almejou “libertar” o Acre, outros poderão fazê-lo também, pois a “revolução” passou a ser entendida como um processo gradual; d) o mesmo “espírito revolucionário” ou a “mesma determinação dos revolucionários” está presente no governo da Frente Popular.

Ainda por ocasião das Comemorações dos 100 anos da Morte de Plácido de Castro, o governador do Acre, em 4 de agosto de 2008 promoveu a cerimonial de lançamento de selo e de carimbo que homenageou o “herói”, além de ter inaugurado uma exposição que reunia objetos relacionados à história de Plácido de Castro. Na abertura do evento, o governador Binho Marques afirma que “o Acre é hoje um Estado próspero porque o povo tem boa memória [...] Plácido de Castro estará permanentemente em nossa memória como um herói” (Cf. <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/binho-marques-lana-selo-e-carimbo-dos-100-anos-de-morte-de-plcido-de-castro>> acessado em março de 2014).

É interessante dizer que o Estado financiou a viagem de José Plácido Nogueira, bisneto de Plácido de Castro, para participar do evento. Os políticos de oposição acusavam o governo estadual de comprar o direito do uso da imagem de personalidades “memoráveis” da história do Acre oferecendo cargos públicos e viagens aos parentes deles. Familiares de Chico Mendes⁷³, de Guiomard Santos⁷⁴, de José Augusto⁷⁵, de Geraldo Mesquita⁷⁶, dentre outros,

⁷³ Seus filhos receberam do governo do Estado uma bolsa especial de estudo de seis salários-mínimos. A lei foi criada em 1999 por iniciativa de deputados governistas e previa que ambos receberiam tal valor até completarem 24 anos. Em 2006, a filha fundou o Instituto Chico Mendes, que recebeu durante anos repasses financeiros do Estado do Acre.

⁷⁴ Lauro Santos, neto do ex-governador, se filiou ao PT/AC e foi convencido a disputar uma vaga no Legislativo acreano nas eleições de 2006. Mesmo com toda a estrutura de campanha ofertada pelo partido e, em especial pela cúpula do PT, ele perdeu a eleição, obtendo tão somente 177 votos.

⁷⁵ Primeiro governador do Acre eleito pelo voto direto. A filha dele, Nazareth Araújo, faz parte da equipe do governador Tião Viana e foi escolhida para ser candidata a vice-governadora pelo PT nas eleições de 2014.

foram agraciados com funções gratificadas. O objetivo de todo esse ritual era sugerir que os célebres acrianos, ali representados pelos seus parentes, também aprovariam o governo da Frente Popular.

O jornal *Página 20*, considerado pelos críticos como o mais adesista dos jornais que circulam no Acre, publicou um encarte especial em homenagem aos 41 anos de elevação do Acre à categoria de Estado na edição do dia 17 de junho de 2003. A manchete da capa que faz a chamada para o encarte diz: “41 anos de história: a luta de um povo pela independência”. O título do encarte é “Acre Autônomo: 41 anos de História”.

Logo nas primeiras linhas encontramos a seguinte afirmação: “a luta da Revolução Acreana **pela independência e autonomia** [...] só vieram produzir os resultados desejados sessenta anos após o início da revolução” (grifo nosso). Houve uma intencional tentativa de associar “a luta da Revolução” com a dos autonomistas. O que não deixa de ser mais um abuso da história, pois é de notório saber que a “Revolução” tinha como objetivo a anexação do Acre ao Brasil, o debate sobre a autonomia do Acre foi uma causa *a posteriori*, pois surgiu somente depois de 1904, quando o território do Acre já havia sido oficializado como brasileiro.

O discurso da “revolução inacabada” apelava para o aparecimento de um novo “herói” que a levasse a termo. Essa política simbólica pretendia convencer a população acriana da existência de uma “nova revolução” ou da continuação da “revolução” dos primeiros acrianos. Leiam abaixo outro trecho do texto que evidencia o abuso da história para fins de autopromoção.

Hoje, 41 anos após a assinatura da lei, a data ganha uma dimensão maior ainda com os novos rumos que o Estado do Acre (autônomo) tomou rumo à autonomia econômica. Não é à toa que este ano o povo está celebrando essa passagem desde o dia primeiro de junho, com uma série de atos e celebrações organizadas pelo Governo da Floresta [...] **O movimento dos autonomistas** (no sentido mais amplo da palavra) começou antes mesmo da Revolução. **Não acabou** com o seu final, continuou após ela, e ainda seguiu mesmo depois da elevação a Estado. Na verdade, **continua até hoje. A busca agora** do povo acreano, **sob o comando do governador Jorge Viana**, é pela **autonomia econômica** e também cultural, política e social. **Após 41 anos de história, o Acre já entrou no caminho certo em busca de um novo processo de trabalho para completar os objetivos da Revolução de 1902. A Revolução Acreana e o movimento dos autonomistas continuam até**

⁷⁶ Ex-governador do Acre (1975-1979) de grande prestígio social por ter se posicionado contra a política de favorecimento aos empreendimentos pecuaristas adotada por seu antecessor. Seu filho, Geraldo Mesquita Júnior, foi convidado a assumir a chefia do gabinete civil do governo do Estado e depois foi indicado para ser o candidato ao Senado pela Frente Popular.

hoje [...] Somos acreanos e temos vocação para o progresso [...] Queremos, ainda, avivar nos mais jovens, nos estudantes, sobretudo, a chama dessa história recente de luta acreana que ainda permanece presente e que agora, mais do que nunca, com um novo governo, está acesa para alcançar os objetivos da sociedade. (Disponível em <<http://pagina20.uol.com.br/6junho2003/site/17062003/especial.htm>> acessado em março de 2014, grifo nosso).

Em 2003, na apresentação do livro *Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri* de Valdir Calixto, o então governador Jorge Viana diz que faz parte “da mesma geração de Chico Mendes”. Daí a importância de fazê-lo um herói, pois quanto mais exaltado fosse Chico Mendes, mais poder simbólico teria para legitimar os “herdeiros” dele. Mas para que a heroificação fosse completa, era necessário introduzi-lo na rede discursiva do mito fundador do Acre. E foi exatamente isso que se tentou fazer, pois leia o que o governador Jorge Viana disse a respeito de Chico Mendes: “**à semelhança dos revolucionários** de um século atrás, defendeu **nossa floresta** e os povos que nela habitavam” (Apresentação. In: CALIXTO, 2003, grifo nosso).

A história abusada afirma que os primeiros acrianos lutaram contra os bolivianos para defender a “floresta”, simulando a ideia de que a causa ambiental também estava presente na “Revolução Acriana”. Dessa forma seria mais fácil forjar uma relação entre os primeiros acrianos e Chico Mendes, e entre Chico Mendes e o governo do PT. A conclusão de toda essa engenharia discursiva era a de que os líderes do PT são da mesma linhagem dos “heróis” acrianos de outrora. Afinal, o “príncipe” precisa “assegurar a fama de grande homem” (MAQUIAVEL 1999, p. 130).

A seguir, mais uma prova de que o governador Jorge Viana pretendeu caminhar à sobra dos “heróis”, pois ele diz que “é na **bravura dos revolucionários** e nas **ideias de Chico Mendes** que nos inspiramos para construir o **desenvolvimento sustentável** e a florestania” (VIANA, J. Apresentação. In: CALIXTO, 2003, grifo nosso). Tentou induzir o leitor a acreditar que o “desenvolvimento sustentável” foi uma construção regional baseada em experiências “heroicas” do povo acriano.

Mas como é do saber de todos, o desenvolvimento sustentável é uma teoria importada da Organização das Nações Unidas e implantada no Acre com financiamento oriundo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nada teve a ver com “a bravura dos revolucionários” ou com os “ideais de Chico Mendes”. O termo e toda a carga semântica que ele carrega não é propriedade intelectual acriana, muito menos petista. Por que o

governador não diz que a inspiração dele veio de teorias estrangeiras formuladas por intelectuais de língua inglesa?

O abuso da história pode ser comprovado por meio da análise de trechos de dois discursos, ambos proferidos pelo então governador do Acre. Ele se coloca como realizador dos “sonhos dos heróis”, o que o torna igual ou superior a eles, uma vez que eles, mesmo sendo heróis, não conseguiram realizá-los plenamente, necessitando, com isso, da ajuda daquele que “é provavelmente o cidadão que mais conhece a história do Estado” (jornalista Tião Maia sobre o governador Jorge Viana. Cf. jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 6 de agosto de 2002, p. 5). Leiamos:

Mais do que simples comemorações, todos esses eventos – juntamente com as obras as obras e programas desenvolvidos por nosso governo – se revelaram essenciais para a recuperação da autoestima e do orgulho do povo acreano **nesse momento de retomada de um caminho próprio, em sintonia com essa floresta** que ainda hoje nos abriga doce e gentilmente, **desejo último daqueles revolucionários que há um século doaram suas vidas por nós**. (VIANA, J. Apresentação. In: CALIXTO, 2003, grifo nosso).

Será que nós, na atualidade, estamos fazendo algo à altura daquilo que **os nossos heróis** e antepassados fizeram? [...] Tenho consciência de que estamos realizando parte **dos sonhos dos nossos heróis, de Plácido de Castro a Chico Mendes** [...] as reservas extrativistas, outro **sonho de Chico Mendes, tornaram-se realidade** [...] a história nos mostra que **Plácido de Castro sonhava com o Acre incorporado ao Brasil como um Estado federativo**, respeitado pelo restante do país. **Acho que em relação a isso, estamos no caminho certo**. (Jorge Viana *apud* jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 6 de agosto de 2002, p. 5, grifo nosso)

“Os líderes políticos sempre souberam do mérito obtido ao se compararem com grandes figuras do passado. Isso os ajuda a ganhar estatura e legitimidade como herdeiros das tradições de suas nações”, já dizia Macmillan (2010, p. 31). Foi exatamente essa a estratégia posta em prática pela Frente Popular, mais precisamente, pelo governador Jorge Viana. Observe o que ele escreveu na apresentação da Revista *Galvez e a República do Acre*, publicada pelo governo do Estado em 1999:

O Acre constituiu-se no final do século passado, como **uma unidade** [...] Hoje, quando viramos mais um século e também o milênio, temos plena consciência de que somos uma geração privilegiada, com **a missão de refazer aquela unidade** não apenas no território mas também no tempo, **estabelecendo uma continuidade histórica. Somos um povo, temos um destino, um projeto a realizar** [...] O mesmo projeto que nos faz buscar o futuro, nos faz também voltar ao passado. **É nele, que buscamos inspiração**. Nestes cem anos de luta, muitas vezes o povo acreano **perdeu e recuperou o fio da meada, a continuidade de seus ideais de origem**. Esses ideais estavam com os fundadores, os que estabeleceram as bases do

Estado acreano [...] Galvez e o Estado Independente não são simplesmente histórias do passado. Eles são, ainda, o objetivo do **nosso** trabalho presente, **o projeto** que temos que reafirmar. (Viana, J. Apresentação. Revista *Galvez e a República do Acre*, Rio Branco: FEM, 1999, grifo nosso).

Esse trecho sintetiza a estratégia da política simbólica adotada, qual seja, a da apropriação política da histórica em benefício próprio. Se o presente é representado como uma retomada do passado comemorado, então, a comemoração do passado nada mais é do que a celebração do presente. A “megalomania” fica evidente quando explica que o objetivo do seu governo é reafirmar os “ideais de origem” que “estavam com os fundadores” do Acre.

No primeiro caderno *Povos da Floresta* publicado pelo Comitê Chico Mendes, consta um artigo intitulado *Uma breve história da luta acreana*, de autoria do historiador Marcos Vinícius Neves, que presidia na época o Departamento de Patrimônio Histórico do Acre (DPHAC). Nele, encontramos a seguinte afirmação:

Se olharmos a história acreana desde seus primórdios e procurarmos as linhas de permanência e de mudança do povo que fez das florestas do ocidente amazônico seu lugar no planeta, perceberemos que existe **uma continuidade histórica**, social, política e cultural. O Acreano é um povo que luta [...] **busca um modelo de desenvolvimento verdadeiramente justo e sustentável**. E vai criando, em seu caminho de lutas, uma profusão de símbolos e paradigmas. **As criações mais recentes desse povo, como o Governo da Floresta e a Florestania**, já se tornam referência para outras regiões do Brasil. (In: COMITÊ CHICO MENDES, 2003, p. 20, grifo nosso). Disponível em <<http://www.agencia.ac.gov.br/rio20/index.php/documentos-acre-rio-20/category/11-acervo-de-temas-do-acre-biblioteca-da-floresta#>> acessado em fevereiro de 2014).

O objetivo da narrativa parece ter sido a transformação da “florestania” em um resultado da longa história de luta do povo acriano. Como se ela fosse o ponto auge da evolução acriana. Essa manipulação da memória transforma a história em uma sequência cronológica de fatos que aponta a Frente Popular como herdeira de toda a história de “resistência” do povo acriano.

Ele traça uma continuidade narrativa que vai da migração dos nordestinos para a Amazônia em fins do século XIX até a posse de Jorge Viana como governador do Estado. As “etapas de lutas da sociedade acreana”, segundo o texto foram: a) contra o meio ambiente para colonizar a terra; b) contra “os outros” para anexar o Acre ao Brasil; c) contra “os mesmos” para tornar o Acre um Estado autônomo; d) contra “os novos”, se referindo aos fazendeiros que compraram grandes latifúndios acrianos nos anos 1970; e) as “novas lutas”,

são aquelas encabeçadas pelo “Governo da Floresta”. O autor do texto assina o artigo como “diretor do Departamento de Patrimônio Histórico”, portanto, trata-se de um documento oficial do Estado, uma prova de que o abuso da história foi uma política institucionalizada e consciente.

Imagem 47 – Explicação teleológica da história do Acre.

Fonte: elaboração do autor

Esse estilo de narrativa que beira o autodiegetismo⁷⁷ foi muito comum no governo da Frente Popular. Exemplo disso é a revista *A Rio Branco que vivemos: registro histórico dos 100 anos de Prefeitura*, publicada pela Prefeitura de Rio Branco (PMRB). O texto também é assinado pelo historiador Marcos Vinícius Neves, agora como assessor parlamentar do senador Jorge Viana (PT).

A revista, que objetiva contar a história da Prefeitura de Rio Branco, mais parece um material publicitário da Frente Popular. Para começar, somente as principais lideranças do PT tiveram direito à fala, a saber Jorge Viana, Tião Viana, Marcus Alexandre e Raimundo

⁷⁷ Prática em que o narrador da história se coloca como o protagonista dela.

Angelim. Antes de iniciar o texto, a revista traz uma página inteira com a foto do atual prefeito com os seguintes dizeres: “A Rio Branco que vivemos nestes 100 anos”⁷⁸.

Não é a Rio Branco que vivemos desde 2013, ano em que o prefeito tomou posse; muito menos é a Prefeitura de Rio Branco, objeto de pesquisa que a revista pretende tratar. Mas é a cidade nos últimos cem anos apontada com uma seta para a figura no novo prefeito, como se ele, um paulista “novato” em Rio Branco, encarnasse os cem anos dessa história⁷⁹.

Imagem 48 – Os Cem Anos da cidade de Rio Branco (Ac).

Fonte: PMRB, 2013, p. 6.

O prefeito recém-empossado Marcus Alexandre (PT) deu continuidade à política simbólica comemoracionista, realizando as festas cívicas dos Cem Anos de Prefeitura de Rio Branco. A narrativa foi pautada pela ideologia do progresso histórico. A hegemonia da Frente Popular no governo do Estado e na Prefeitura de Rio Branco foi entendida como fruto da evolução da sociedade acriana e foi significada como um marco dos “novos tempos” (PMRB, 2013, p. 139).

O prefeito caracterizou a cidade que governa como “o palco principal dos acontecimentos que marcaram a formação do Acre [...] povoado que abrigou os revolucionários e lutou por sua independência e o reconhecimento brasileiro” (*idem*, p. 7). A mesma ideia é transmitida pelo título do primeiro capítulo que diz: “De seringal a cidade: 1882-1912”.

⁷⁸ Título de um texto escrito pelo prefeito na página 7. Mas como o título foi desvinculado do texto e apareceu destacado em uma folha à parte, conforme exposto na “imagem 48”, criou-se um efeito de sentido subliminar típico das fotos que são produzidas por agência de publicidade.

⁷⁹ Migrou para o Acre em 1999 a convite para assumir cargo de confiança no Governo da Floresta.

O sentido que a narrativa transmite é o de que a história de Rio Branco começa com a fixação do homem branco na região. A nosso ver, isso é uma contradição⁸⁰, já que na época da “revolução”, sequer o Acre existia. Falar da referida cidade durante esse período é um anacronismo constitutivo de abuso da história, pois a intenção foi possibilitar a criação de um lastro histórico imaginário entre a atual capital acriana e a “revolução”.

O autor do texto afirma que a década de 1960 (1961-71) foi a “mais instável de toda a história municipal, por que (sic) a prefeitura mudou de gestor 36 vezes” (*idem*, 2013, p. 102), mas prefere classificar como “tempos difíceis” o período de 1971 a 1998. Daí vem as perguntas: tempos difíceis para quem? Para a prefeitura ou para um dado segmento da sociedade rio-branquense? Essa dificuldade tem a ver com o quê?

Do ponto de vista prefetural, o período anterior (1961-71) a que ele se refere foi muito mais conturbado. Mas a narrativa que pretendia contar a história da Prefeitura de Rio Branco perde o foco e passa a mostrar o sofrimento dos seringueiros que migravam para a zona urbana da capital acriana. Como se em Rio Branco, durante os anos de 1971 a 1998, não houvesse pessoas felizes e prósperas. Como se esses sujeitos históricos fossem os únicos autorizados a responderem pelo período. Como se os “tempos difíceis” dos seringueiros fizessem algum sentido para aqueles empresários, funcionários públicos e liberais que progrediam em Rio Branco.

A periodização da história adotada pelo escritor trata como fato a ideologia da pretensa ruptura histórica provocada pela ascensão do PT ao Poder Executivo estadual. Ela reforça a ideia de “idade das trevas” para os anos que antecederam a 1999 e da “idade da luz” para o período posterior a ela. É o famoso marketing do “antes” e do “depois”: o “antes” foi caracterizado depreciativamente como “Tempos Difíceis”; e o “depois”, valorado positivamente como “Novos Tempos”⁸¹.

⁸⁰ Na página 32, fala-se de uma suposta “unificação de Rio Branco”, dando a entender que antes ela já existia, no entanto, dividida em duas. Essa história é abusiva porque interpreta o passado em função do presente, criando a ideia de “Município de Rio Branco” em um tempo em que o município ainda não existia. Ter o mesmo nome e algumas áreas geográficas em comum não deveria servir como parâmetro para a construção de uma “continuidade” histórica. O município de Rio Branco de 1913 não tinha os mesmos limites territoriais que o de hoje, sem dizer que ele estava vinculado a um departamento prefetural, o do Alto Acre. Portanto, não consideramos correto utilizar 1913 como referência genealógica para o atual município de Rio Branco.

⁸¹ Durante as comemorações dos 52 anos de elevação do Acre à categoria de Estado em 15 de junho de 2014, o *site* da agência de notícias do governo divulgou um resumo da história política do Acre. O período que segue a partir de 1999 é intitulado como “**1999-2014: Inicia o governo da acreanidade**”. O que pode ser considerada mais uma amostra da manipulação política dos signos acreanos. (Disponível em <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/linha-do-tempo-acre-estado-52-anos>> acessado em junho de 2014).

Essa narrativa não levou em consideração as temporalidades múltiplas e simultâneas da história. A sensação dos “Tempos Difíceis” e dos “Novos Tempos”, mesmo que tenham existido, não foram experimentados igualmente por todos. Por exemplo, pode ser que haja algum segmento social ou grupo de interesse vivendo a sensação de “tempos difíceis” mesmo atuando na temporalidade tipificada por eles como “Novos Tempos”. Tudo é muito relativo, como afirma Prost (2008, p. 114), “o tempo da história não é uma reta, nem uma linha quebrada feita por uma sucessão de períodos, nem mesmo um plano”, pelo contrário, ela é formada por linhas entrecruzadas (idem, ibidem). Abaixo, trecho da revista que caracteriza a passagem do petista Jorge Viana pela Prefeitura de Rio Branco.

Na década de 90 (sic), teve início de **uma mudança radical** no cenário político do Acre [...] Esse **novo momento político** concretizou-se com a eleição de 1992, quando o jovem engenheiro florestal Jorge Viana disputou e ganhou a eleição para prefeito da capital. A partir de março de 1993, começou **uma nova experiência política e administrativa, que mudaria completamente a história de Rio Branco e do Acre**. (PMRB, 2013, p. 132, grifo nosso).

O posicionamento político do autor do texto é a principal causa do abuso da história. Ele manipula os fatos a fim de engrandecer as administrações do PT e depreciar as do PMDB. Como se nessas administrações só existissem coisas ruins, e naquelas, somente coisas boas. Enquanto a primeira experiência administrativa do PT à frente da Prefeitura de Rio Branco ocupou quatro páginas da revista, a dos três prefeitos do PMDB que o sucederam foi abreviada ao seguinte parágrafo abaixo:

Infelizmente, após a gestão de Jorge Viana, os três prefeitos seguintes não deram continuidade a essas ações e a cidade voltou a enfrentar problemas [...] má gestão dos recursos públicos, fragilização dos órgãos públicos, atraso de pagamentos dos funcionários e sucateamento da máquina estatal. (PMRB, 2013, p. 136 e 137).

Mesmo sendo uma revista sobre a história da Prefeitura de Rio Branco, o autor se nega a falar sobre as obras realizadas pelos prefeitos do PMDB e, de forma tendenciosa, prefere ocupar o espaço da revista destinados a ele mostrando as realizações que o governo do Estado administrado pelo PT fez em Rio Branco durante o período. Nada menos que sete páginas foram destinadas para convencer o leitor de que “coube ao governador Jorge Viana (1999-2006), promover uma verdadeira **revolução** urbanística na cidade” (PMRB, 2013, p.

140, grifo nosso). O autor do texto só volta a falar dos prefeitos quando o petista Raimundo Angelim assumiu a Prefeitura de Rio Branco em 2005.

Até 2005, o trabalho de recuperação de Rio Branco foi realizado pelo governo estadual. Enquanto isso, **a prefeitura continuava se debatendo com dificuldades criadas por gestões distanciadas da população** e com pouca efetividade na administração dos problemas da cidade. **Com a eleição de Raimundo Angelim como prefeito, em 2004, esse cenário começou a mudar** com a possibilidade de governo e prefeitura trabalharem em sintonia para a melhoria das condições de vida da população [...] Com as gestões de Jorge Viana e Binho Marques no governo e de Raimundo Angelim na prefeitura, nossa cidade se transformou completamente. (idem, 2013, p. 146 e 155, grifo nosso).

Ele afirma que a primeira administração de Raimundo Angelim “foi tão bem sucedida em seus resultados para a população que o levou a ser reeleito em 2008” (*idem*, 2013, p. 152). Ou seja, na tentativa de exaltar a administração de Angelim, não se deu conta que o argumento utilizado denunciava a administração de Jorge Viana, uma vez que ele não conseguiu eleger o seu sucessor. Portanto, não fora tão bem sucedida como o próprio autor havia afirmado

O autor investe oito páginas para falar sobre as ações da prefeitura durante a administração de Angelim, e quatro páginas para falar sobre o recém-empossado Marcos Alexandre (PT). Ao todo foram 40 páginas dedicadas aos três prefeitos do PT, às realizações do governo do Estado (PT) e aos depoimentos das lideranças petistas. A revista tem ao todo cento e sessenta e cinco páginas, ou seja, quase 25% dela foi para exaltar o Partido dos Trabalhadores, em especial os três prefeitos dessa sigla que administraram a cidade de Rio Branco.

A própria revista afirma que a cidade de Rio Branco teve 99 prefeitos (*idem*, 2013, p. 15). Isso quer dizer que foram utilizadas 125 páginas para falar sobre 96 prefeitos, o que dá uma média de 1,3 páginas para cada um. Esses dados nos servem para nos fazer perceber o quão tendencioso foi o texto. O fato de algumas ações serem lembradas ali não significa que tenha assumido importância social para a população, mas que houve uma vontade política de trazê-lo à memória. Como afirma Assmann (2011, p. 66): “a questão da inclusão de algo ou na memória de curto prazo do mercado literário ou na memória de longa duração dos textos culturais canônicos depende das instituições sociais da consagração e excomunhão, da honraria e do ostracismo”.

Continuando com o debate sobre a utilização política da história, em uma matéria do jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, em 10 de agosto de 2000, p. 8, intitulada “Morte de Plácido de Castro é lembrada com inauguração de memorial”, o então governador Jorge Viana (PT) diz que “a nós cabe a missão de **honrar as lutas desses heróis com projetos que implementem na prática seus sonhos** de justiça e liberdade” (grifo nosso). Mais um indício da tentativa de relacionar o seu governo com o “tempo dos heróis”.

No selo comemorativo do Centenário da Revolução Acriana (Imagem 49) também encontramos indícios dessa tentativa de associar o Acre atual com o dos tempos “heroicos” da anexação. Percebam na próxima imagem que em primeiro plano está a figura de Plácido de Castro, de busto e com roupas sociais, sem o fardamento militar. Ao fundo, no canto superior, o palácio do governo do Estado restaurado.

O mastro e a bandeira do Acre destacados no selo não fazem parte da paisagem urbana original do palácio, mas os idealizadores do selo fizeram questão de colocá-los bem visíveis, em uma dimensão grande o suficiente para avultar a estrela vermelha, que também é símbolo do Partido dos Trabalhadores. Na parte inferior, também em segundo plano, atrás da figura de Plácido de Castro, uma imagem antiga de Xapuri, que foi um dos principais palcos da “Revolução Acriana”.

Imagem 49 – Selo comemorativo do Centenário da Revolução Acriana (2002).

Fonte: Disponível em <<http://blog.correios.com.br/filatelia/os-movimentos-historicos-nacionais-centenario-da-revolucao-acreana/>> acessado em março de 2014.

A análise semiótica da imagem acima instiga a feitura das seguintes perguntas: se o homenageado era Plácido de Castro, o que a imagem do palácio do governo do Estado está fazendo ali? O que a sede do Poder Executivo estadual tem a ver com o Centenário da “Revolução Acriana” ou com a “revolução” propriamente dita? Teria o selo a pretensão de

mostrar o local de onde fluiria o início da “nova revolução”? De indicar que a “Revolução” de Xapuri iniciada por Plácido de Castro e seus comparsas resultou na autonomia do Acre projetada pela Frente Popular? Por que a figura da sede do Poder Executivo foi projetada na posição superior do selo e a de Xapuri na posição inferior? Seria para mostrar uma relação de causa e efeito entre os dois?

Apesar de não sabermos responder essas perguntas, o certo é que o emprego de mensagens subliminares foi o que não faltou na política simbólica adotada pelo Estado durante os festejos do Centenário da Revolução Acriana. Essa política foi expressa de diversas maneiras: discursos oficiais, festas cívicas, inaugurações de obras em datas históricas, placas comemorativas, construção de museus, etc. Outras fontes importantes são as matérias publicadas nos jornais locais, isso porque a maioria dos jornais no Acre atualmente funciona como uma “extensão” da assessoria de comunicação do Estado, tamanho é o atrelamento. Muitas matérias foram publicadas com o fim último de alimentar a ideia de uma “nova revolução” no Acre, e algumas delas tem assinatura da própria assessoria de imprensa do governo.

Imagem 50 – A “Revolução” liderada pelo PT no Acre.

Fonte: jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, em 24 de dezembro de 2006, p. 1.

Em uma matéria publicada no jornal *Página 20*, de Rio Branco, em dia 17 de março de 2006, p. 21, assinada pela assessoria de imprensa do governo do Estado, consta o seguinte: “há sete anos o povo acreano decidiu mudar a sua história [...] nosso passado é de glória, o

presente é de lutas e o futuro é promissor, porque **esta é a grande obra construída por todos os acreanos nestes sete anos de trabalho**” (grifo nosso). Fica evidente a intenção de fazer com que o leitor interiorize a ideia de ruptura com o passado recente. Quando diz que o presente é de “luta”, é porque quer recalar que alguém está resistindo às mudanças.

A matéria diz que o governo trabalha com honestidade e enfrenta a corrupção e isso fez com que o Acre fosse “lembrado como o bravo Estado que fez a Revolução Acreana”. Diz ainda que “a recuperação da qualidade de serviço público e da economia nos devolveu o **espírito de independência cultivado pelo Movimento Autonomista**” (grifo nosso). Completa dizendo que, “o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a justiça social não deixa o mundo esquecer que **o Acre é a terra de Chico Mendes**” (grifo nosso). Em uma mesma narrativa o Estado evoca três dos principais eventos da história do Acre. É como se o passado ficasse à disposição do presente para legitimá-lo e protegê-lo de eventuais críticas. Abaixo, uma imagem que mostra a “trindade histórica” que confluíu para a “nova revolução”.

Imagem 51 – A “Trindade Histórica” e o PT.

Fonte: construção do autor.

Inspirado em Apostolidès (1993, p. 61-66), podemos dizer que a estratégia do governo da Frente Popular não tem nada de original. A teomania sempre foi um sentimento presente em líderes com pretensões de conquista e manutenção de hegemonia política. O “rei-máquina Luís

XIV”, por exemplo, fez uso da história para se apresentar aos súditos como “herdeiro” dos imperadores romanos. Apostolidès (1993) trata a história divulgada pela corte palaciana como uma história mítica ou “mithistória”. Se no caso francês a história oficial foi tratada como um abuso dos fatos, por que as manipulações ocorridas durante o governo da Frente Popular do Acre deveriam ser tratadas de modo diferente?

Quando os intelectuais do Estado, nos primeiros anos do reinado, pintam a figura do monarca sob os traços do imperador Augusto, não se trata de máscara que se toma emprestada e se utiliza somente em tempos de festa, por ocasião da entrada real ou do certame. Tais cerimônias tornam manifesta aos olhos de todos a dimensão sócio-histórica do soberano francês, cristalizando seu retrato mitológico. Luís XIV não é a reencarnação de Augusto, nem é também o rei da França querendo imitar o imperador romano: ele torna-se Luís-Augusto, um novo personagem projetado em outra dimensão, que associa o presente ao passado, o mito à história [...] O conjunto social encontra-se atravessado pela mithistória: que Luís XIV seja compreendido como Luís-Augusto implica que uma parte de seus súditos se perceba através desse mito e analise sua vida, e a política, como sendo franco-romanas e como uma nova manifestação da essência imperial tornada autônoma. Isso implica que se criem signos dessa Roma ressuscitada, através das artes, da literatura ou da música. Daí as aparências romanas que tanto estimam os contemporâneos de Luís XIV, os herdeiros romanos com que se identificam no teatro, e daí o aspecto romano das festas da corte em que se reencontram para imaginarem-se como Antigos [...] como retorno da Idade de Ouro (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 62, 63 e 71).

Havia um teor de “messianismo” na mithistória do século XVII (Cf. APOSTOLIDÈS 1993, p. 69). Esse messianismo apontava para o rei como o “restaurador” de uma identidade perdida, dotando-o de uma missão quase sagrada. Burke (2009, p. 210) diz que “os meios de persuasão empregados por líderes políticos do século XX são análogos sob certos aspectos àqueles empregados por Luís XIV”. Isso mostra que a história é constantemente falsificada por políticos cujo compromisso é unicamente manter-se no poder. Continua dizendo que,

[...] estas semelhanças são, sem dúvida, impressionantes. Lembram-nos não somente a importância do ritual, do mito e do símbolo na política em todos os tempos, mas também a persistência de determinados mitos e símbolos nas sociedades ocidentais [...] Luís era apresentado em público através da imprensa, de estátuas e medalhas, ao passo que os governantes do século XX apoiam-se cada vez mais na fotografia, no cinema, no rádio e na televisão. (BURKE, 2009, p. 211).

Esse “messianismo” tomou diversas formas no Acre contemporâneo. A imprensa local foi um dos principais meios pelos quais ele foi divulgado, pois, muitas das vezes, tratou o governador do Estado como um “rei-sol amazônico” cujas “utopias de caráter messiânico continuam a florescer” (APOSTOLIDÈS 1993, p. 69). A seguir, um trecho do discurso

parlamentar pronunciado em 24 de março de 2006 pela então deputada federal Perpétua Almeida (PC do B/Ac). Como veremos, ela também foi porta-voz do abuso da história enquanto política simbólica de Estado, leiamos:

O Estado do Acre presencia hoje **um processo revolucionário**. Não falo de uma revolução armada, falo de uma revolução de postura, de florestania e dignidade [...] Uma parte dessa **nova revolução** refere-se às políticas de inclusão social [...] Educação, talvez esteja aí a nossa maior **revolução** [...] **A Frente Popular é hoje um patrimônio político do Acre** [...] Os 8 anos do Governo Jorge Viana reescreveram **uma nova história** no Acre. (Discurso parlamentar da deputada federal Perpétua Almeida (PC do B/ Ac) realizado na plenária do dia 24 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/383204.pdf>> acessado em março de 2014, grifo nosso).

A política simbólica da Frente Popular está ancorada na utilização política dos signos e símbolos da identidade acriana. Os políticos associam permanente o governo liderado pelo PT à ideia de “revolução”. A deputada chegou ao cúmulo de tentar monumentalizar a Frente Popular fazendo-a um lugar de memória, “um patrimônio político do Acre”. Leiam abaixo outras partes do discurso e percebam que a manipulação simbólica e o abuso da história têm o fim último de formar uma visão positiva da Frente Popular.

Desde que a Frente Popular do Acre assumiu o Governo do Estado, em janeiro de 1988, decidimos **resgatar os preceitos da Revolução Acreana liderada por Plácido de Castro**, que definiu serem aquelas terras brasileiras. **Buscamos também inspirações nos Autonomistas**, que buscavam transformar o então próspero Território em Estado da Federação. O Governo da Floresta, liderado pelo companheiro Jorge Viana, **encontrou um Estado falido, sucateado** [...] Estamos trabalhando arduamente para dar **uma nova vida** ao Estado acreano [...] Temos uma Frente Popular unida, que apresentará ao eleitorado acreano a melhor chapa majoritária e proporcional **que dará continuidade a esta revolução que hoje acontece no Acre**. O cidadão e governador Jorge Viana conseguiu resgatar a auto-estima dos **seguidores de Plácido de Castro**. (*idem*, grifo nosso).

Em dezembro de 2003, por ocasião da proximidade da data comemorativa da assinatura do Tratado de Petrópolis, a mesma deputada federal pronunciou um discurso em que ela apresenta o governo do PT no Acre como uma síntese da história epopeica da “Revolução”. Leiamos abaixo:

Depois do heroísmo de Galvez, Plácido de Castro e tantos outros, selamos a paz em 17 de novembro de 1903 [...] O sentimento de pátria sempre foi o combustível de nossa luta [...] **Queríamos fazer parte do Brasil e esse era o verdadeiro sentido**

de nossa guerra. Estávamos unidos, crianças, homens e mulheres [...] Vencemos todas as resistências porque **estávamos unidos** [...] Somos hoje uma sociedade livre. Consolidamos a mais perfeita união [...] **E o Governo Jorge Viana, que denominamos de governo da floresta, pode ser traduzido como uma síntese dessa história.** O Acre se orgulha de sua história, pois ela foi construída com a força do povo, com a persistência e o caráter dos movimentos populares [...] **celebramos hoje daqui a vontade e o orgulho do povo acreano.** (Trecho do discurso parlamentar da então Deputado Federal Perpétua Almeida, PC do B/ Ac, pronunciado no dia 12 de novembro de 2003, sessão 017.1.52.N. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>> acessado em abril de 2014, grifo nosso).

O jornal *O Estado do Acre*, da assessoria de imprensa do governo, custeado com dinheiro público e distribuído gratuitamente à população, foi um dos principais meios difusores do abuso da história. Ele tinha em média uma tiragem semanal de 20.000 exemplares e, *a priori*, deveria ter caráter informativo e educativo. Mas dissimuladamente se tornou em um poderoso instrumento publicitário do governo estadual. No próximo parágrafo, selecionamos vários enunciados publicados no jornal com forte apelo ideológico.

Em sua edição Nº 1, de 29 de janeiro de 2001, afirma que “o Acre é outro” (p. 2), na página cinco, diz que está acontecendo uma “revolução no setor energético”. Na edição Nº 4, de 19 de fevereiro de 2001, afirma que o Acre “caminha rumo à modernidade” (p. 2), na página sete diz: “hoje a realidade é outra”. Na edição Nº 5, de 5 de março de 2001, diz o Acre vivia “novos tempos para a agricultura” (p. 3). Na edição Nº 8, de 26 de março de 2001, diz que o Acre vive em “uma nova era” (p. 3). E na edição Nº 9, de 2 de abril de 2001, diz que foi feita **uma verdadeira revolução nesses dois anos**” (p. 2, grifo nosso).

Imagem 52 – “Revolução” do ensino no Governo da Floresta.

Fonte: jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 28 de maio de 2001, p. 3, grifo nosso.

Imagem 53 – “Revolução” do setor energético no Governo da Floresta.

Fonte: jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 29 de janeiro de 2001, p. 5, grifo nosso.

Continuando, na edição Nº 13, do dia 7 de maio de 2001, afirma que “nunca um governo trabalhou tanto em tão pouco tempo” (p. 2). Na edição Nº 20, de 2 de julho de 2001, diz que “a saúde no Estado do Acre tem passado por avanços históricos nos últimos dois anos” (p. 6). Na edição Nº 22, de 16 de julho de 2001, diz que “com a chegada da Frente Popular ao governo do Estado, elegendo Jorge Viana como governador, novos horizontes começaram a se abrir” (p. 2).

Na edição Nº 31, de 24 de setembro de 2001, diz que “no momento em que estamos às portas de completar um século do início da Revolução Acriana, vale destacar que as populações dessas cidades (Sena e Cruzeiro) também **fizeram e continuam fazendo uma revolução a cada dia**” (p. 2, grifo nosso). Adiante diz que “o Acre está construindo as bases de **um novo tempo**” (p. 8, grifo nosso). Na edição Nº 32, de 01 de outubro de 2001, diz “hoje, a situação é outra. As coisas mudaram para melhor” (p. 7). Na edição Nº 35, de 22 de outubro de 2001, diz “o Governo da Floresta vem fazendo **uma verdadeira revolução** no ensino do Estado” (p. 8).

Muitas críticas foram lançadas ao jornal, principalmente pelos partidos da oposição, que acusavam o governo de fazer campanha publicitária com dinheiro público. Para respondê-las, no editorial da edição Nº 42, de 17 de dezembro de 2001, lemos que “as notícias publicadas neste jornal podem ser comprovadas por qualquer cidadão” (p. 2). E no editorial

da edição Nº 50, de 11 de março de 2002, diz que “temos a certeza de que, mesmo sendo um jornal oficial, as notícias publicadas condizem com a realidade dos fatos” (p. 2).

A tentativa de fundar no imaginário social dos acrianos uma ideia de “ruptura” temporal com o passado recente foi acompanhada de visão maniqueísta de mundo. Os governos anteriores ao da Frente Popular foram acusados de corruptos, principalmente os do PMDB⁸². Aqueles políticos que apoiavam o governo eram considerados como “éticos” de moral ilibada, já aqueles que faziam oposição, eram tidos como inimigos do progresso do Acre.

Imagem 54 – “Novos Tempos” – PT-Ac.

Fonte: jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 4 de janeiro de 2005, p. 9.

A acusação foi um instrumento político de promoção pessoal, pois serviu para reafirmar uma suposta integridade do acusador. O denunciante sempre se coloca, diante daqueles que o ouvem, como praticante e defensor da moralidade. O marketing da “nova era” ou dos “novos tempos” está baseado na visão maniqueísta de mundo que considera todos os oponentes como representantes do mal. Em compensação, todos os apoiadores são representantes do bem.

Os políticos que governaram o Acre antes da inserção do PT no Poder Executivo do Estado são considerados oportunistas. Foram classificados como aqueles que pertenciam ao

⁸² O PT privilegiou o PMDB em suas críticas porque ele era o maior partido de oposição. A crítica que o PT fez aos governos anteriores se estendeu até 1982, início do mandato do governador Nabor Júnior (PMDB). Isso porque, o governo anterior ao de Nabor Júnior foi o do tio do Jorge Viana, o de Joaquim Macedo, o qual por questões óbvias, não sofreu qualquer ataque.

período anterior à “ruptura”, símbolo do atraso. Todos aqueles fazem parte da base aliada do PT são tratados como os verdadeiros acrianos. Como diz o editor do jornal *O Estado do Acre*: “os avanços alcançados até aqui dão plena garantia de que **a administração da Frente Popular é infinitamente melhor para o povo acreano do que as administrações corruptas e mentirosas do MDA**, que mandaram no Acre durante quase 20 anos”. (jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 26 de novembro de 2001, Nº 39, p. 2, grifo nosso).

Fonte: elaborado pelo autor.

O senador Jorge Viana afirmou que em 1997, logo após o término de seu mandato como prefeito de Rio Branco, quando o PMDB assumiu a Prefeitura, que houve o “caos implantado” (*apud* PMRB, 2013, p. 11). Disse ainda que no tempo em que o município de Rio Branco era vinculado à “floresta”, “a cidade era arrumada” (*idem, ibidem*). Quando assumiu a prefeitura em 1993, disse ter trazido “de volta a autoestima para os moradores” (*idem, ibidem*). E quando assumiu o governo do Estado, as mudanças operadas por ele “trouxeram de volta a ideia de uma cidade da floresta” (*idem, ibidem*).

As administrações anteriores as do PT serviram como obstáculo à vocação da cidade, mas com o PT “Rio Branco reencontrou seu destino” (*apud* PMRB, 2013, p. 11), uma vez que o destino dela era ser uma cidade da floresta. Com a execução de toda essa engenharia simbólica, somos levados a crer que a Frente Popular objetivava induzir o povo a acreditar que a liderança petista era a nova geração de heróis. Abaixo, duas imagens que mostram a ideia da “ruptura”.

Imagem 56 – Publicidade governista do “Antes e Depois” I.

NÃO ADIANTA COLOCAR PEDRAS NO CAMINHO.

“ATÉ 1998, A cadeia produtiva não existia no Estado. A agricultura e a pecuária não tinham qualquer atenção do Governo. O extrativismo estava totalmente desestruturado. O seringueiro era o elo mais frágil e mais explorado do sistema, todas as usinas de beneficiamento da borracha estavam fechadas. No caso da madeira, a política predominante era predatória”.

ATÉ 1998. A cadeia produtiva não existia no Estado. A agricultura e a pecuária não tinham qualquer atenção do Governo. O extrativismo estava totalmente desestruturado. O seringueiro era o elo mais frágil e mais explorado do sistema, e todas as usinas de beneficiamento de borracha estavam fechadas. No caso da madeira, a prática predominante era predatória.

Fonte: jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 01 de outubro de 2001, Nº 32, p. 8.

Imagem 57 – Publicidade governista do “Antes” e “Depois” II.

NÃO ADIANTA PUXAR PRA TRÁS.

ATÉ 1998. O que se via era destruição e descaso. Prédios públicos abandonados, ruas mal conservadas, e pouco ou nada havia sido feito em obras de infraestrutura. A falta de energia era uma constante. O governo não se fazia presente na maioria dos municípios”.

O ACRE ESTÁ ANDANDO PRA FRENTE.

Fonte: jornal *O Estado do Acre*, Rio Branco, 24 de setembro de 2001, Nº 31, p. 8.

A fomentação do acreanismo fez parte da política simbólica praticada pela Frente Popular. O acreanismo é o sentimento de orgulho de ser acriano. Tal orgulho tem a ver com o discurso fundador do Acre, que consagra uma identidade heroica e patriótica para o povo acriano. Mas a ideologia, como afirma Ricoeur (2007, p. 95) é a grande “guardiã da identidade”, e ela “opera como um discurso justificador do poder” (*idem*, p. 96).

Aquilo que torna os feitos inaugurais do Acre algo memorável é o mesmo que os transformam em um mito fundador. Ter orgulho do passado acriano é ter orgulho de uma certa memória do passado e não exatamente da história. Essa memória é caracterizada não pelas lembranças do que aconteceu, mas pela imaginação daquilo que se gostaria que tivesse acontecido. É aquilo que Ricoeur (2007, p. 98) chama de “ideologização da memória”, ou seja, o abuso da memória (Cf. RICOEUR, 2011, p. 73).

Como mostra a imagem abaixo, nos primeiros anos de governo da Frente Popular, o governador sugeriu o canto do hino acriano nas escolas. Em outro momento defendeu a ideia de que as repartições públicas e as empresas privadas passassem a ostentar o pavilhão acriano em suas fachadas. “Eu faço questão de que o Hino Acriano seja cantado em todas as solenidades, inclusive as mais simples, porque sei o quanto a letra e sua música tocam o coração das pessoas” (Jorge Viana *apud* jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 6 de agosto de 2002, p. 5).

Imagem 58 – Governador quer canto do Hino Acriano nas Escolas.

Fonte: jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 08 de agosto de 2001, p. 8.

É inegável que o civismo deixa as pessoas mais sugestionáveis ao apelo político. Talvez a maior prova da importância dada ao estímulo do civismo acriano pelo governo do Estado tenha sido a construção de um mastro com 60 metros de altura para suportar uma gigantesca bandeira do Estado do Acre com 12 metros de largura por 17 de comprimento. O monumento foi construído em homenagem ao aniversário dos cem anos da “Revolução Acriana” e inaugurado no início de 2003. Ele está localizado no segundo distrito da cidade de Rio Branco, às margens do Rio Acre, no chamado “calçadão da Gameleira”. Devido à altura, a bandeira pode ser visto em vários lugares da cidade.

Imagem 59 – Monumento ao Centenário da Revolução (a maior bandeira do Acre).

Fonte: Disponível em <www.google.com.br> acessado em março de 2014.

Na imagem abaixo, o ex-governador do Acre aparece em uma solenidade⁸³ em que instituições e personalidades que contribuíram para a história do Acre foram homenageadas. Na ocasião, ele afirmou que o Acre havia se reencontrado quando o governo da Frente Popular começou a celebrar os seus antepassados. É como se a identidade coletiva

⁸³ A política de homenagens a personalidades foi uma prática com o objetivo de associar acreanos de “sucesso” ao governo. Dentre as personalidades mais visadas estão líderes religiosos de “grandes igrejas”, empresários, juízes e conselheiros do Tribunal de Contas. As pessoas comuns sem potencial eleitoral ou econômico não eram lembrados. Várias foram as comendas criadas pelo governo da Frente Popular. As homenagens faziam parte da política simbólica adotada, como uma forma dar visibilidade aos principais apoiadores políticos do governo e de tornar inofensivos politicamente aqueles com tendência à oposição. A ideia era honrar para desarmar. Uma comenda criada para tal fim foi a *Comenda da Florestania* (Lei Nº 1.400, de 20 de agosto de 2001). “Florestania” foi um neologismo criado pelos marqueteiros do PT. A homenagem associava o homenageado com as neologias identificadoras do Governo da Floresta.

repousasse nos acontecimentos fundadores e o resgate dela fosse possível por meio da evocação do passado e dos rituais cívicos.

Imagem 60 – Ex-governador Jorge Viana em uma solenidade pública em Rio Branco.

O senador Jorge Viana afirmou que o Acre se reencontrou há alguns anos quando começou a celebrar seus antepassados, sua história, retomou a valorização de símbolos (Foto: Sérgio Vale/Secom)

Fonte: <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/governo-homenageia-instituicoes-e-personalidades-que-contribuiram-com-a-historia-do-acre>> acessado em março de 2014, destaque nosso.

A “lei do eterno retorno” operada nos festejos e solenidades transmite ao presente a “grandeza” e “potência” latente no passado inaugural. A vontade de potência é o desejo de se fazer importante, de vencer obstáculos, expandir-se e eternizar-se. A partir do artigo *Os 110 anos de uma Revolução que abalou o mundo*⁸⁴, de autoria do ex-governador Jorge Viana, publicado em várias mídias em agosto de 2012, analisaremos a vontade de potência que permeia a política simbólica da Frente Popular do Acre.

Como Governador, tive o privilégio de celebrar junto com o povo acreano o Centenário da Revolução Acreana. [...] durante todo o ano de 2002, quando comemoramos **a Grande Revolução** comandada por Plácido de Castro que nos levou à vitória contra a dominação estrangeira e a ameaça do grande capital internacional. E, em 2003, concluímos essas comemorações com o centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis, que encerrou o período de conflitos com a Bolívia e formalizou as terras acreanas como brasileiras [...] Não podemos perder de vista que, com a revolução industrial que transformou completamente a configuração da nossa civilização, nas últimas décadas do século XIX **a floresta amazônica se tornou o centro da economia mundial** [...] E, no centro deste cenário de interesses conflituosos e disputas de mercado que colocavam em xeque a

⁸⁴ O autor não explica como exatamente a “revolução” abalou o mundo. Essa foi mais uma força de expressão para evidenciar a vontade de majorar a importância do Acre.

geopolítica mundial, estava a floresta acreana [...] Assim, quando, naquela manhã do dia 06 de agosto de 1902, Plácido de Castro a frente de um pequeno grupo de seringueiros invadiu a Intendência Boliviana, estrategicamente situada em Xapuri, anunciando o início da Revolução, estava dando **um ousado passo que iria abalar o mercado internacional e, por consequência, os poderosos interesses do grande capital** [...] lembrar e comemorar mais uma passagem de um evento tão importante, não só para a história do Acre e do Brasil, como para a história do mundo. **Afinal, somos um povo que venceu uma Revolução, empreendeu a longa luta autonomista, acaba de completar 50 anos como Estado autônomo da federação brasileira, deu um excepcional exemplo de defesa da Amazônia com a luta de nossos povos da floresta liderados por Chico Mendes e nos últimos dez anos vem avançando e alcançando um novo patamar de desenvolvimento sustentável que mantém o Acre** como importante paradigma frente aos desafios de nosso tempo. (VIANA, Jorge. **Os 110 anos de uma Revolução que abalou o mundo**. Disponível em <http://pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=31485&Itemid=35> acessado em março de 2014, grifo nosso).

Após a leitura do artigo como um todo, podemos dizer que: a) a celebração do centenário foi feita “junto com o povo”; b) o conflito armado liderado por Plácido de Castro foi tratado como “a grande revolução”, dando a entender que houve “revoluções” menores; c) Plácido de Castro foi tratado como aquele que deu a vitória contra a dominação estrangeira; o que de certo modo desconsidera que também houve conflitos no Juruá contra os peruanos no qual Plácido de Castro não participou.

Continuando: d) Plácido de Castro foi tratado como o responsável pela vitória contra a ameaça “do grande capital internacional”; o que desconsidera que “o grande capital” continuou dominando as relações comerciais da Borracha e que o *Bolivian Syndicate* só foi “vencido” mediante a ação diplomática do Itamarati. e) a anexação do Acre ao Brasil foi tratada como uma vitória do povo acriano; o que desconsidera o fato de que a “revolução” não foi o resultado de um movimento popular.

Continuando: f) com a revolução industrial “a floresta amazônica se tornou o centro da economia mundial”; tal assertiva é tão descabida que não precisa nem de refutação; g) a disputa internacional por borracha colocou em “cheque a geopolítica mundial”; sem dúvida, atribui muita importância a essa matéria-prima, mas desconsidera que a Inglaterra desde o início monopolizava a comercialização mundial do produto.

Continuando: h) depois de ter afirmado que o Centenário da “revolução” foi iniciado em 1999, afirmou que a “revolução” propriamente dita só teve início em 1902; i) disse que o início da “revolução” iria “abalar o mercado internacional”; o que não deixa de ser um abuso histórico sem tamanho, uma vez que, independentemente de quem fornecesse o produto, o monopólio comercial da borracha já estava estruturado.

Para finalizar o artigo, o ex-governador insere o seu governo na linha do tempo da história epopeica do Acre. Após narrar o “fantástico” da história do Acre, incluiu-se nele, dizendo: “nos últimos dez anos”, o Acre “vem alcançando um novo patamar desenvolvimento”. Ou seja, o governo da Frente Popular constituiu-se em uma “nova” fase dessa história gloriosa.

Imagem 61 – A melhor década da história do Acre (2000 a 2010).

Fonte: jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 27 de dezembro de 2006, p. 12.

A revista *Época*, de São Paulo, em 24 de novembro de 2003, Nº 288, publica o artigo *Cem anos de Utopia*⁸⁵, assinado pelo então governador do Acre Jorge Viana. Ele inicia afirmando que a florestania chamou a atenção do mundo, mas que, no entanto, muitos brasileiros ainda desconhecem o Acre. Que “mundo” é esse retratado no discurso vianista? Esse “mundo” não passa de força retórica, o que evidencia a vontade de potência do seu locutor.

Em outro trecho diz: “a região era reivindicada pela Bolívia [...] isso obrigou o povo daqui a lutar para ser brasileiro”. Percebiam que a imagem que quer “vender” ao Brasil é a de que o Acre é terra de gente patriota. Patriotas injustiçados por sinal, visto que faz questão de lembrar que o Brasil durante muito tempo apoiou oficialmente a Bolívia. Diz também que “depois de Galvez e Plácido de Castro, os autonomistas lutaram para transformar o Acre em Estado [...] Nos anos 70 e 80, Wilson Pinheiro e Chico Mendes mobilizaram seringueiros e índios em defesa da floresta”.

⁸⁵ O artigo foi reproduzido pelo jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 25 de novembro de 2003. Disponível em <<http://pagina20.uol.com.br/25112003/opinia0.htm>> acessado em abril de 2014.

A periodização da história do Acre pela ótica da Frente Popular é sempre a mesma: “Revolução Acriana” – movimento autonomista – movimentos sociais pela posse da terra nos anos 1970/80. A “costura” entre esses acontecimentos e o governo da Frente Popular é explicada pelo autor do artigo da seguinte forma: “Não se pode separar essa história centenária da causa que hoje nos tem”.

Dessa forma, um tempo “vetorial” é traçado a fim de que o presente apareça como a continuação dos “bons” momentos do passado. No último parágrafo do artigo temos a seguinte afirmação: “o momento da história que hoje vivemos é um desdobramento de nossas origens”. Fala isso para que não haja dúvidas que o seu governo faz parte da história “gloriosa” do Acre. Afinal, como bem afirma Agamben (2011), todo reino precisa de “glória”, e a Frente Popular precisava garantir a sua, nem que fosse por meio de sua aproximação com o mito fundador.

Aqui é o lugar onde o PT fez e faz mais sucesso no Brasil [...] o Acre tem sido uma referência positiva para o PT [...] **O que está ocorrendo aqui é fantástico** [...] O Acre entrou para qualificar o PT nacional. Merecemos um tratamento do tamanho daquilo que estamos fazendo. (Jorge Viana *apud* jornal *Página 20*, em Rio Branco, 22 de abril de 2007, p. 4, grifo nosso).

Logo a seguir, selecionamos dois trechos discursivos que obedecem a mesma regra enunciativa da “vontade de potência”. O primeiro é a do carioca Marcos Vinícius, que na época ocupava o cargo de presidente da Fundação Municipal Garibaldi Brasil, uma espécie de “secretaria de cultura” de Rio Branco. O segundo é a do jornalista Leonildo Rosas⁸⁶.

O Acre é muito mais que borracha. **O Acre é a história de um povo que vence obstáculos** em seu próprio benefício, em prol da construção de um lugar bom de viver [...] é o Brasil que perde em não conhecer o Acre [...] **Porque o Acre não é um lugar qualquer**. O Acre era do outro e precisou lutar para ser brasileiro [...] Acredito no Acre e no seu potencial. Acho que se tiver que surgir algo novo no mundo não será em Nova Iorque, ou em Londres, Paris, Rio de Janeiro ou São Paulo. Acho que será em Rio Branco [...] Eu acredito muito no Acre, na **contribuição acreana para o Brasil e o mundo**, e não só para o futuro. (In: jornal *Gabarito*, de Rio Branco, em 31 de julho a 6 de agosto de 2006, p. 4 e 5, grifo nosso).

Com a chegada da Frente Popular ao governo do Estado, elegendo o engenheiro florestal Jorge Viana como governador, **novos horizontes começaram a se abrir** [...] Hoje, não precisa ser nenhum profundo conhecer de políticas públicas para perceber que as coisas mudaram [...] **os avanços** alcançados pelo Governo da Floresta são visíveis e palpáveis [...] **a educação acreana está entre as melhores**

⁸⁶ Secretário de Comunicação do Estado do Acre durante o governo de Tião Viana (PT-Ac).

do país [...] Está claro que o Acre começou a encontrar o rumo do desenvolvimento alicerçado no uso de suas riquezas com sabedoria. Agora, o Estado tem governo” Leonildo Rosas. O Estado sem governo e o governo do Estado. (In: jornal *O Estado do Acre*, Rio Branco, 23 de junho de 2001, Nº 23, p. 2, grifo nosso).

Outra estratégica simbólica utilizada pelo PT a fim de fazer-se parte da história epopeica do Acre foi tentar associar a estrela vermelha do partido àquela da bandeira acreana. Abaixo, colocamos apenas três exemplos: o primeiro é a marca oficial do Centenário da Revolução Acriana; o segundo é o símbolo do governo de Binho Marques; o terceiro, a bandeira do Acre pintada em um helicóptero⁸⁷ oficial do Estado.

Imagem 62 – Marca oficial do Centenário da Revolução Acriana.

Fonte: Disponível em <www.google.com.br> acessado em março de 2014.

Imagem 63 – Pintura do helicóptero comprado pelo governo do Estado do Acre em 2008.

Fonte: Disponível em <www.google.com.br> acessado em março de 2014.

⁸⁷ O helicóptero custou 7,9 milhões e foi comprado da empresa Helibrás em 2008. A empresa é uma multinacional controlada por grupo franco-alemão. Na época da compra, o ex-governador do Acre Jorge Viana era o presidente do conselho de administração da empresa (setembro de 2007 a março de 2008) e apenas a Heliobrás concorreu na licitação. O fato foi noticiado pela imprensa nacional e os políticos de oposição local denunciaram-no como “lobista” e condenaram a licitação como “viciada”. O próprio Ministério Público Federal, por meio de uma ação civil pública, pediu à Justiça Federal a anulação do contrato que o Estado havia firmado com a multinacional. O Ministério Público Federal já havia solicitado que a pintura do helicóptero fosse refeita, sem o destaque da estrela vermelha. Até hoje o helicóptero estampa a pintura. (Cf. <[Http://www1.folha.uol.com.br/poder/768949-ex-governador-do-ac-jorge-viana-amplia-bens-apos-venda-para-uniao.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/768949-ex-governador-do-ac-jorge-viana-amplia-bens-apos-venda-para-uniao.shtml)> acessado em março de 2014).

Imagem 64 – Marca oficial do governo do Estado (2007-2010).

Fonte: Disponível em <www.google.com.br> acessado em março de 2014.

Nas comemorações dos 45 anos de elevação do Acre à categoria de Estado, ocorrida em 15 de junho de 2007, o governo publicou a imagem abaixo em vários jornais. O logotipo do governo de Binho Marques (imagem 64) foi uma bandeira do Acre estilizada. E nas comemorações de 2007, em vez de o pavilhão acriano ser levantado em comemoração, ergueu-se o logotipo do governo, dando a entender que se estava comemorando o próprio governo, um claro uso de violência simbólica.

Imagem 65 – Publicidade Governamental dos 45 Anos de Estado do Acre.

Fonte: jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 16 de junho de 2007, p. 24.

O discurso da “Revolução Acriana” foi utilizado para justificar as mais antipopulares práticas políticas, citemos apenas duas: a) o caso da mudança do horário do Acre em 2008, por causa da aprovação de um projeto de lei de autoria do então senador Tião Viana (PT/AC) que foi sancionado pelo presidente da república sem qualquer consulta prévia ao povo

acriano; b) os constantes empréstimos contraídos pelo governo do Estado em instituições financeiras internacionais.

Por conta das críticas sofridas em consequência das decisões políticas citadas, o governo do Estado passou a defender que ambas as decisões eram ideais da “Revolução Acriana”. A primeira porque integrava mais o Acre ao Brasil, diminuindo a diferença de horas entre ele e os outros Estados; a segunda, porque fomentava o desenvolvimento regional, política econômica que prometia transformar o Acre “no melhor lugar para se viver na Amazônia”⁸⁸.

Abaixo, temos a imagem de um *outdoor* dos muitos que foram espalhados pelo Acre. Observe como tentaram legitimar a mudança do fuso horário do Acre por meio da explorar politicamente de um fato já consagrado no imaginário social acriano como positivo. Assim foi feito para transmitir credibilidade a outro ainda carente de aceitação. Como afirma Macmillan (2010, p. 88), “a história pode ser útil para justificar o que estamos fazendo no presente”.

Imagem 66 – *Outdoor* sobre o novo horário do Acre que faz menção à “Revolução Acriana”.

Fonte: <http://altino.blogspot.com/2008/06/hora-dos-caras-de-pau_16.html> acessado em março de 2014.

A imagem acima foi copiada da matéria “A hora dos caras-de-pau” de autoria do jornalista Altino Machado. O mesmo faz o seguinte comentário:

Que o pessoal da Companhia de Selva -a agência de propaganda que gerencia a grana das contas do governo do Acre e da prefeitura de Rio Branco- entende mais de

⁸⁸ Cf. <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/binho-marques-e-o-acre-come-melhor-lugar-da-amaznia>> acessado em março de 2014.

ganhar dinheiro do que de história do Acre, todo mundo já sabia. O que surpreende é o senador Tião Viana (PT) e o governador Binho Marques (PT) associarem a reputação de ambos a **uma mentira tão deslavada** - esta segundo a qual a mudança de fuso horário integra o Acre ao Brasil e, o que é pior, ao induzirem subrepticiamente que a mudança é um ideal da Revolução Acreana. Quanta cara-de-pau em defesa da hora mais errada. (Disponível em <http://altino.blogspot.com/2008/06/hora-dos-caras-de-pau_16.html> acessado em março de 2014, grifo nosso).

A palavra “integração” foi corrente nos discursos políticos das lideranças do PT. No Diário do Senado Federal do dia 18 de novembro de 2008⁸⁹ consta um discurso do então senador Tião Viana sobre o Tratado de Petrópolis. Nele o senador diz que se sentia orgulhoso “[...] da determinação de um povo que, por quatro vezes, manifestou-se em rebelião civil forte **a favor da sua integração ao território nacional**” (Diário do Senado Federal, 18 de novembro de 2008, p. 45.775, grifo nosso). Para dar legitimidade à defesa da integração levantada pelo PT no Acre foi importante dizer que tal proposta também era um ideal dos “primeiros acrianos”.

A partir de 2002, não poucas foram as vezes que o governo do Estado do Acre recorreu a instituições financeiras internacionais para contrair empréstimos. Hoje, a prática já não desperta tanta resistência, mas na época do primeiro financiamento externo da história do Acre, até mesmo alguns militantes da esquerda acriana se posicionaram contra. Afirmava-se que o contrato aumentaria a influência do capital internacional na Amazônia, pois inseriria o Acre na rota do grande capital especulativo bancário. A oposição política logo aproveitou a ocasião para dizer que enquanto Plácido de Castro havia lutado contra o capital internacional no Acre, cem anos depois o governo do Estado fazia-se parceiro dele.

A assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre⁹⁰ foi precedida por acirrados debates. Tanto os deputados de oposição na Assembleia Legislativa, quanto os meios de comunicação não vinculados ao governo, acusavam a Frente Popular de querer, dentre outros, endividar o Estado e deixar que interesses externos influíssem na economia local.

⁸⁹ Disponível no sistema de busca do *site* do Senado Federal <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/asp/Diarios.asp>> acessado em abril de 2014.

⁹⁰ “É objeto do Contrato de Empréstimo, de Nº. 1399/OC-BR, celebrado, na data de 23 de junho de 2002, entre o Estado do Acre (mutuário) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujo custo total é estimado em US\$108.000,00 (cento e oito milhões de dólares americano) [...] a garantia do empréstimo é o Fundo de Participação dos Estados (FPE) [...] o governo federal é o fiador do contrato” (VERAS, 2008, p. 119 e 120).

O governo se defendeu utilizando-se de várias estratégias discursivas. A primeira foi argumentando que o empréstimo era para a construção de estradas e quem fosse contra as estradas deveria ser considerado contra o Acre⁹¹. A segunda foi explicando que o empréstimo também financiaria projetos sociais voltados às comunidades tradicionais que moram na floresta. A terceira foi associando o empréstimo ao suposto sucesso do Acre, afirmando que o dinheiro serviria para o desenvolvimento do Acre.

A quarta foi afirmando que o projeto havia sido aprovado porque o Acre agora tinha prestígio internacional. A quinta, dentre muitas que poderíamos citar, foi o fato de dizerem que a integração do Acre era um ideal da “Revolução Acriana” e que tal ideal estava sendo concretizado pelo governo da Frente Popular. Logo abaixo, trechos de um informativo da Assessoria de Imprensa do Estado do Acre.

É importante notar: aqueles que se opuseram ao empréstimo do BID, e tentaram fazer de tudo para impedir o início de uma nova era para o Acre [...] diante da audácia de uma nova aurora [...] **O sangue acreano presente no hino está vivo hoje e faz jus aos cem anos de uma revolução** que não se calou diante da hipocrisia e atraso daqueles que sempre apunhalaram a própria dignidade pelas costas. São traidores e devem ser banidos definitivamente da nova história que se inicia agora. [...] a partir da assinatura (do empréstimo com o BID), **que representa mais uma vitória nessa revolução que ainda não acabou**, temos certeza de que, **daqui a cem anos, os bisnetos irão denominar quais foram os heróis e quais foram os inimigos daquilo que estiver construído e consolidando por essa época**. Caro leitor, você consegue ver hoje quem serão os condenados pela história daqui um século? [...] **o Acre recebeu uma das melhores notícias para o ano que se comemora 100 anos de grande sofrimento e de verdadeiro heroísmo do povo acreano**. Hoje temos o que comemorar por que conseguimos a coroação de dois anos de trabalho num projeto que visa ajudar o Acre a melhorar a vida do povo acreano não só agora, mas também no futuro. O projeto é algo que vai ficar na **nova história do Estado**, que será uma **história de prosperidade para o povo acreano**. As pessoas começam a entender que o Acre também começa a viver **uma fase nova** [...] Mesmo com todas as armações dos adversários, as pessoas de bem apoiaram e incentivaram o projeto. (Editorial “Não tem volta; o Acre vai crescer”, In: O Estado do Acre, N° 62, de 10 a 16 de junho de 2002, p. 2 e 3, grifo nosso).

Da mesma forma como aconteceu durante o processo de aprovação da construção da hidrelétrica no rio Madeira em Rondônia, em que tentaram dissimular os impactos ambientais com uma intensa campanha publicitária que enfatizava o progresso que tal empreendimento traria em nível regional; no Acre, aconteceu o mesmo com relação à construção das estradas,

⁹¹ Um argumento mais sentimental do que racional. Nos anos 1980, muitos ambientalistas militantes do PT denunciavam os impactos ambientais das estradas no Acre. Mas sem o referido empréstimo, a Frente Popular teria encontrado muita dificuldade de reeleição.

pois o governo do Estado justificou os empréstimos por meio de um discurso desenvolvimentista.

Tanto as estradas quanto a hidrelétrica fazem parte de um mesmo projeto de desenvolvimento para a Amazônia, a saber, torná-lo um polo dinâmico de exportação de commodities⁹² ou de produtos manufaturados criados a partir deles. Mas a falta de estrutura na área de transporte e energia é um grande obstáculo que inibe a presença dos investidores, uma vez que as condições apresentadas causam impactos nos custos de produção, gerando aumento do valor agregado do produto⁹³.

Imagem 67 – Campanha publicitária “Quem gosta do Acre defende as estradas”.

Fonte: jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 13 de agosto de 2001, capa.

Durante os festejos do centenário, houve um rigoroso controle da imprensa local. A maioria dos jornais passou a divulgar apenas notícias boas sobre o Acre. O Estado parece ter tido uma vocação irresistível ao sucesso sob a administração da Frente Popular. A imagem otimista do presente fomentou uma euforia social. As inaugurações de grandes obras eram noticiadas como provas das potencialidades locais e da prosperidade trazida pelo Governo da

⁹² Exemplos: borracha, castanha, madeira, açaí e até mesmo petróleo, para não citar outros.

⁹³ Os produtos da Amazônia não têm preços competitivos porque os custos de produção são mais altos, fazendo com que a mercadoria local chegue ao mercado mais cara do que a importada.

Floresta⁹⁴. As propagandas políticas promoviam, de forma subliminar, uma espécie de culto à personalidade do governador Jorge Viana.

Pode parecer redundante escrever duas ou três linhas apenas para dizer que previsão de gastos com publicidade do governo, exatos R\$ 9.725.384,00, é muito dinheiro. Disso todo mundo sabe. Mas para dar a verdadeira dimensão dessa cifra, é preciso saber que dezessete municípios acreanos, somando todas as suas fontes, não conseguem arrecadar isso em um ano! É o suficiente para comprar 390 mil cestas básicas ou ainda pagar um salário mínimo mensal a 3.110 trabalhadores durante um ano. O gasto mensal previsto com propaganda do governo petista é de R\$ 810.443,66. Um valor estratosférico para a nossa realidade. Mas, de uns tempos para cá, parece que fazer propaganda ficou mais importante que governar bem [...] por que então um governo que se diz tão bem avaliado gasta tanto com a imprensa? O primeiro é a criação e manutenção de uma opinião pública congestionada pelo anúncio diário, intenso e permanente de programas, encontros, viagens e declarações favoráveis ao governo [...] o segundo motivo é calar as oposições, interditar o debate e, com isso, estabelecer o pensamento único. Síntese autoritária que aniquila a divergência e emburrece o cidadão. (Luiz Calixto. In: jornal *O Rio Branco*, de Rio Branco, em 10 de dezembro de 2004. Disponível em <www.oriobranco.com.br/quinta/artigo.htm> acessado em dezembro de 2013).

Em síntese, a política simbólica praticada pelos governos da Frente Popular no Acre durante o período festivo do Centenário da Revolução Acriana (1999-2003), além de outros eventos comemorativos como o Centenário do Assassinato de Plácido de Castro (2009), contribuiu para a consolidação do *discurso fundador do Acre* (CARNEIRO, 2008). Como já vimos, houve alguns “deslizes de sentido” a fim de incluir Chico Mendes e a própria Frente Popular na rede discursiva que sustenta a ideia de epopeia acriana. Para tanto, a concepção de “Revolução Acriana” foi ampliada de modo a lastrear os acontecimentos presentes.

Não houve qualquer tentativa de explicar essa operação imagética, pois a linguagem manipuladora dos fatos nunca esteve pautada na razão, pelo contrário, ela é comunicada por meio do apelo emocional. Por isso, durante o Centenário, poucos foram os debates sobre os fatos que envolveram a anexação do Acre. Os poucos realizados não chegaram até o povo, não foram transmitidos via rádio ou televisão. Ficaram restritos a um seletor círculo acadêmico.

O governo não teve a preocupação de estimular a reflexão sobre o assunto. Pelo contrário, o objetivo foi despertar o orgulho do passado e o otimismo presente através da alienação política, do abuso da história e do estímulo à megalomania. Nesse aspecto, a

⁹⁴ Hoje se sabe que a “prosperidade” foi financiada com a contratação de empréstimos junta a instituições financeiras, principalmente as internacionais.

política simbólica adotada foi bem-sucedida, pois “o uso criterioso do passado é um meio útil de controle social” (MACMILLAN, 2010, p. 90).

3.2 A “REVOLUÇÃO ACRIANA” NO GOVERNO DA FRENTE POPULAR DO ACRE.

Les commémorations mettent le plus souvent en scène des mythes de fondation.

(BIZEUL, Yves. In: COTTRET e HENNETON, 2010, p. 56).

Antes da Revolução não havia no mundo um lugar chamado Acre, e só após a Revolução passou a existir um povo denominado *acreano* [...] não podemos nos esquecer que foi exatamente por sua bela e rica história que o Acre se tornou parte fundamental das fronteiras do Brasil.

(Senador Jorge Viana (PT/Ac) *apud* jornal *GazetaNet*, de Rio Branco, em 20 de abril de 2011⁹⁵).

Nesse tópico iremos analisar a representação da “Revolução Acriana” que o governo da Frente Popular fez circular durante as comemorações do Centenário da Revolução Acriana. No tópico anterior foi visto como operou-se a ideia de que a “Revolução do Acre” era um fenômeno ainda inconcluso, por isso, o governo do Estado resolveu resgatar os ideais dos “revolucionários” e completar a “Revolução. Sendo assim, os acrianos estariam convivendo com uma nova geração de heróis.

A política simbólica adotada pelo governo não apenas atualizou o discurso epopeico da fundação do Acre, mas tentou inscrever a Frente Popular nessa narrativa como continuadora dela no tempo presente. Portanto, houve uma movência de sentido no discurso constituinte da narrativa epopeica acriana. Uma movência que não rompeu com a estética da narrativa, pois ela ainda continua sendo protagonizada por heróis despojados de interesses e movidos pelo altruísmo e patriotismo. No entanto, a “glória” que estava restrita aos eventos da anexação do Acre ao Brasil foi estendido também a outros eventos como o do movimento autonomista.

Durante as comemorações do Centenário da Revolução Acriana iniciada em 1999, a aura que cobria o momento fundador do Acre também foi aplicada aos movimentos sociais

⁹⁵ Disponível *on-line* em <<http://www.agazeta.net/politica/81-noticias/2646-jo...>> acessado em abril de 2011. Também disponível em <http://www.senado.gov.br/senadores/liderancas/lidptsf/detalha_noticias.asp?data=20/04/2011&codigo=93840> acessado em abril de 2014.

fundiários que ocorreram no Acre a partir dos anos 1970. A defesa da reforma agrária foi ressignificada como uma defesa ambiental e os movimentos de resistências ao desmatamento se converteram no mito fundador do ambientalismo acriano. Como a historiografia acriana já era de tradição epopeica, ficou relativamente fácil traçar uma conexão entre os episódios e fazer de toda a história do Acre uma espécie de teleologia da acrianidade, cuja culminância se mostraria no tempo presente.

O sentimento de acrianidade lastreado no ufanismo é uma consequência do abuso da história, pois é ela quem defende o patriotismo imanente dos nordestinos que se fizeram acrianos “por amor ao Brasil”. A “Questão do Acre” teria congregado os nordestinos em torno de um mesmo sentimento, a vontade de continuarem brasileiros. O patriotismo dos nordestinos teria sido, então, o sentimento mobilizador e gregário responsável pela fundação do Acre e, por conseguinte, da constituição do “eu” acriano. Leiamos o texto abaixo:

A Revolução Acreana foi muito mais que uma guerra, mais que um mero conflito característico de uma região fronteiriça. **A Revolução Acreana foi, na verdade, um momento singular onde foram estabelecidos os signos que ainda hoje trazemos em nossa identidade mais essencial** [...] antes da Revolução não havia acreanos [...] o Acre constituiu-se no final do século passado, como uma **unidade de território, povo e Estado**. (Jorge Viana. Apresentação. In: CALIXTO, 2003, grifo nosso).

O texto fala da existência de uma “identidade essencial” do ser acriano. Tal identidade vigora ainda hoje sob os signos estabelecidos durante a “Revolução Acriana”. Foi nesse momento “singular” que os nordestinos se fizeram “acrianos”. Apesar dessa unidade identitária não ter qualquer amparo histórico, ela foi inventada para servir como um arquétipo da união patriótica dos acrianos.

Daí surgiu a ideologia de que o acriano é brasileiro por opção. Como se todos os nordestinos alojados na região tivessem participado da “Revolução”, como se todos aqueles que pegaram em armas fossem movidos por um único ideal - o de liberdade e amor ao Brasil⁹⁶. Como diz Mircea Eliade (1992, p. 43): “o episódio histórico em si, por mais importante que seja, não é conservado na memória popular, e sua lembrança tampouco alimenta a imaginação popular, salvo enquanto episódio histórico particular estiver próximo

⁹⁶ Como será apresentado em um capítulo à parte, a maioria dos seringueiros não tinham a liberdade de escolher sair do seringal para participar das tropas de Plácido de Castro. Eles estavam “presos” ao seringalista por conta das dívidas que tinham no barracão. A ideia de que eles foram “voluntários da pátria” está muito longe de ser realidade.

de um modelo mítico”. Abaixo, trechos e alguns discursos que seguem a regra enunciativa da “Revolução Acriana” como “heroica” e “patriótica”.

Hoje, seis de agosto de 2001, é feriado e dia de festa para os acreanos. Por isso, o governo do Estado do Acre programou duas atividades especiais para marcar a passagem dos noventa e nove anos da guerra comandada por Plácido de Castro e levada a cabo por **seringueiros que só queriam o direito de ser brasileiro**. (jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 6 de agosto de 2001, N° 25, p. 4, grifo nosso). A história do Acre é totalmente diferente da história dos demais estados do Brasil. Nenhum outro segmento da sociedade brasileira **lutou tanto para pertencer a esse país** como os acreanos [...] vem desenvolvendo diversos projetos e atividades que visam promover na sociedade acreana **o conhecimento e uma reflexão mais profunda** sobre os momentos de luta que constituem a **fantástica aventura** acreana rumo a sua cidadania plena. (VINÍCIUS, Marcos. O Centenário da Revolução Acreana e o Museu da borracha. In: jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 8 de abril de 2002, N° 53, p. 2, grifo nosso).

O Estado do Acre é uma das partes mais legítimas do território brasileiro. É feito por **um povo que se orgulha de ser brasileiro porque lutou para isso** [...] onde centenas de seringueiros teriam se rebelado para conseguir o direito de ser brasileiro [...] É cultuando o passado que nós vamos garantir o presente. (Jorge Viana *apud* jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 6 de agosto de 2005, grifo nosso, disponível em <http://pagina20.uol.com.br/06082005/p_0406082005.htm> acessado em abril de 2014).

[...] o povo acreano, que é brasileiros por opção. (Trecho do discurso parlamentar do então Deputado Federal Marcos Afonso, PT/Ac, pronunciado no dia 6 de agosto de 2002, sessão 150.4.51.O, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>> acessado em abril de 2014).

[...] ocupo a tribuna para lembrar a Revolução Acreana, **um episódio extraordinário da História do Acre** [...] a saga da ocupação daquele território foi um **episódio brilhante**. (Trecho do discurso parlamentar do então Deputado Federal Nilson Mourão, PT/Ac, pronunciado no dia 10 de agosto de 2001, sessão 136.3.51.O, grifo nosso, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>> acessado em abril de 2014).

O Acre fez-se Brasil pela coragem e determinação dos acreanos [...] os acreanos decidiram se unir para lutar contra a dominação boliviana. (Trecho do discurso parlamentar do então Deputado Federal Nilson Mourão, PT/Ac, pronunciado no dia 6 de agosto de 2002, sessão 150.4.51.O, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>> acessado em abril de 2014).

Foi somente com ação dos seringueiros, dos trabalhadores rurais, enfim, das pessoas que ocuparam a região, que, depois de algum tempo de luta, se conseguiu incorporar aquela região ao território nacional [...] **nós tivemos grandes heróis. O mais importante foi Plácido de Castro** [...] **viva o povo heroico do Estado do Acre, que soube**, com determinação, luta e sabedoria, **incorporar essa região ao território nacional**. (Trecho do discurso parlamentar do então Deputado Federal Nilson Mourão, PT/Ac, pronunciado no dia 6 de agosto de 2008, sessão 180.2.53.O, grifo nosso, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>> acessado em abril de 2014).

Temos muito a mostrar depois de 100 anos de revolução acreana. **Nossa história mostra a força de um povo determinado, que lutou** contra todas as adversidades naturais, econômicas e políticas **para fazer parte do Brasil. Somos Brasileiro por opção, pela luta armada**” (Trecho do discurso parlamentar do então Deputado Federal Nilson Mourão, PT/Ac, pronunciado no dia 12 de abril de 2006, sessão 047.4.52.O, grifo nosso, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>> acessado em abril de 2014).

Durante o centenário, o governo do Estado fez defesa da ideia de identidade heroica e patriótica do povo acriano. A população foi “bombardeada” com mensagens que afirmavam que ela era descendente de heróis patriotas. Depois disso, tentou-se convencê-la de que era herdeira do heroísmo e do patriotismo dos seus antepassados, pois estas eram qualidades inatas à identidade coletiva acriana. A internalização coletiva da identidade pregada provocou uma sensação, em escala variada, de melhoria na autoestima. É como uma espécie de espelho de “narciso” que de tanto a coletividade olhar para a imagem desejada dela refletida, acaba acreditando na veracidade dela, gerando acréscimo de amor-próprio.

O emprego do discurso do heroísmo do povo acriano não é inocente. Ele fomenta a necessidade coletiva de um grande líder. A vitória de “Revolução Acriana”, por exemplo, é representada como um resultado da liderança de Plácido de Castro. Dessa forma, ensina-se ao povo que ele só é capaz de realizar grandes feitos ou novas “revoluções” quando se deixar liderar por líderes-heróis. Mas qual líder? A Assessoria de Comunicação do Estado responde: “o Acre pode se orgulhar hoje não somente por que (sic) está agora no caminho certo, rumo ao desenvolvimento e à modernidade. **O Acre pode e deve se orgulhar porque hoje tem um verdadeiro líder.** (Editorial. In: jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 20 a 26 de maio de 2002, Nº 50, p. 2, grifo nosso).

Logo abaixo (imagem 68), a reprodução de uma matéria jornalística com fortes marcas de publicidade governamental. O jornalista Leonildo Rosas, que atualmente ocupa o cargo secretário de comunicação do Estado (2013), cobriu a cerimônia de reinauguração do Palácio Rio Branco e em uma linguagem típica de jornalista “oficial” tratou o evento de forma tendenciosa e emotiva. Disse que a solenidade foi “recheada de fatos que refletem todo o sentimento de um povo” e o governador “sempre ovacionado pela população”.

Afirmou que o governador estava “com o sorriso aberto e a certeza do dever cumprido”, de modo que “conseguiu extravasar todo o sentimento de orgulho por estar sendo **o responsável** pela condução de novos rumos na história”. Ora, quem é o responsável por “guiar” a história senão o herói? Mas para que não houvesse dúvida sobre a heroificação do chefe do Poder Executivo, a diagramação do jornal foi feita para indicar o novo “herói”. E foi exatamente isso que um dos entrevistados fala: “O Jorge Viana é um herói” (jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 14 de junho de 2002, p. 13).

Imagem 68 – “Não é qualquer povo que tem herói” diz Jorge Viana.

Fonte: jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 14 de junho de 2002, p. 12.

Na solenidade, aos olhos dos presentes, o governador colocou uma coroa de flores no obelisco que homenageia os heróis da “Revolução Acriana”. Por que ele fez isso se a ocasião era a de inauguração de um prédio que simboliza o Poder Executivo do Estado? O que uma coisa tem a ver com a outra? Em seu discurso, o governador frisou que “o que estamos fazendo aqui é resgatando a saga de milhares de pessoas que vieram de várias partes do mundo para construir uma terra nova. Eles são heróis. **E não é todo povo que tem o privilégio de ter herói. Nós temos muitos [...]** aqui é um lugar abençoado” (jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 14 de junho de 2002, p. 12, grifo nosso).

Em abril de 2014, já na condição de Senado da República, Jorge Viana lança a revista *Acreanidade: o tempero e a força dos povos da floresta*. A primeira vista, a revista parece tratar sobre a história cultural do Acre ou coisa semelhante. Mas a capa (Imagem 69) já anuncia o verdadeiro assunto do qual a revista trata. Nela, aparece o senador ao lado do ex-presidente Lula, que gesticula dando a entender que está transmitindo algum ensinamento ao “discípulo”.

O tema central da revista é política e não cultura. Trata-se de um material produzido pela assessoria parlamentar do senador com o objetivo de noticiar as principais ações realizadas em seu mandato. Mas o caráter informativo da revista é dissimulado, pois o que vigora é o teor publicitário dela. O uso do termo “acrianidade”⁹⁷ já mostra a pretensão de relacionar a atuação parlamentar do senador com o civismo acriano. Apesar da maior parte da população acriana ser residente da zona urbana, ele insiste com uma identidade vinculada à floresta (subtítulo). Quem está representando a força dos povos da floresta naquele material discursivo? O próprio senador responde, diz que considera como sua a responsabilidade de “assumir e **liderar o sentimento de acrianidade** e de florestania” (p. 3).

O subtítulo *o “tempero e a força dos povos da floresta”* estimula a proposição de uma pergunta: Qual a função semiótica do aparecimento do ex-presidente Lula na capa? O que ele tem a ver com a acrianidade? Talvez o sentido da capa só seja mais bem compreendido se comparado a outra imagem, aquela que tomou toda a página sessenta e quatro da revista. Por isso, colocamos as duas juntas logo abaixo e que o próprio leitor tire suas próprias conclusões.

Imagem 69 – Revista Acreanidade (Capa e página 64).

Fonte: Disponível em <<http://www.jorgeviana.com.br/images/downloads/acrianidade2014.pdf>> acessado em abril de 2014.

⁹⁷ Em 2009, a Academia Acreana de Letras se posicionou oficialmente contra a mudança do gentílico “acreano” para “acriano”, argumentando que isso era uma afronta a identidade do povo do Acre que há mais de cem anos tem no gentílico uma referência de patrimônio imaterial. Baseados nisso, representantes da Frente Popular continuaram o uso do gentílico, resistindo ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O sentido da acrianidade foi associado ao da florestania e a florestania, como sugeri a imagem acima, foi abraçada pelo PT em nível nacional como um “filho caçula”. Tornar o primeiro termo (acrianidade) sinônimo do segundo (florestania), e vice-versa, foi o objetivo perseguido pelo senador desde o seu primeiro mandato como governador. Mas como a mudança no imaginário social não acontece da noite para o dia, acreditou-se que de tanto “martelar” essa ideologia na cabeça dos acrianos, algum dia ela consiga se sedimentar nela. Como diria Joseph Goebbels, chefe de propaganda nazista,

o propagandista tem que construir sua própria verdade. O que for útil ao progresso do partido é verdade real [...] Tudo que se repete incessantemente diante de uma multidão, seja verdade ou mentira, ela acaba acreditando. Só é preciso repetir a mesma coisa. (*Apud* PEREIRA, 2012, p. 100)

A forma como a numeração das páginas da revista foi diagramada é mais uma prova de que a associação do termo “acrianidade” com o da “florestania” não foi casual. Pelo contrário, fez parte de uma política simbólica, foi pensada por *especialistas* em marketing e publicidade política. Só para lembrar, a referida árvore foi símbolo do *Governo da Floresta* nos dois mandatos em que Jorge Viana foi governador. E ela aparece nas páginas “martelando” a mensagem de que ele e as ideias que ele defende são sinônimos de acrianidade.

Imagem 70 – Acrianidade e Florestania

Fonte: Revista *Acrianidade, o tempero e a força dos povos da floresta*, 2004, p. 17. Disponível em <<http://www.jorgeviana.com.br/images/downloads/acrianidade2014.pdf>> acessado em abril de 2014

Na quinta página da revista, o ex-governador do Acre Binho Marques (PT), explica o conceito a origem do termo florestania: “as ações transpiravam acrianidade. Foram sonhos profundos que, sem tradução, chamávamos de florestania”. Na página seguinte, o ex-secretário de comunicação do Estado do Acre Aníbal Diniz, agora senador da República (PT),

diz “como não se sentir arrebatado pela acreanidade, sendo ela a expressão concreta de tudo o que há de bom?”.

Ora, se florestania é sinônimo de acrianidade, então podemos chegar a três conclusões: a) as lideranças da Frente Popular do Acre são os legítimos representantes dos acrianos; b) exaltar a acreanidade é o mesmo que aplaudir a florestania; c) ser contra a florestania era ser contra o Acre. Todos os opositores do PT foram qualificados como aqueles que “não amam o Acre”.

No texto *Florestania, nosso jeito de viver e ser*, na página vinte e nove da revista, consta: “*florestania* costuma ser confundido com uma adaptação de cidadania a floresta. Não é. Os acrianos não a definem como conceito. É mais um sentimento... de acreanidade. Um modo de ser, um jeito de viver”. Quem lê, é levado a entender que o neologismo foi uma invenção popular. E mais, é levado a acreditar que é sinônimo de identidade acriana. Em outro momento diz: “pensando bem, *florestania* é a palavra adequada para explicar uma forma diferente de pensar e buscar o desenvolvimento na terra de Chico Mendes. Uma tarefa que os governos do PT buscam realizar”. Perceberam? Primeiro associa o termo à identidade acriana, depois aos políticos da Frente Popular.

O jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, no primeiro semestre de 1999, criou uma coluna chamada de *O Acre é Cem* em que eram publicados artigos que tratavam sobre a anexação do Acre. A maioria dos textos era de autoria do historiador Marcos Vinícius que, na época, era diretor do Departamento de Patrimônio Histórico do Acre. O texto do dia 20 de julho de 1999, *Que Centenário é esse?*, diz que a “Revolução Acriana” deixou “indelével na alma acreana o **sentimento revolucionário** que ainda **iria aflorar** tantas **outras vezes** ao longo desses últimos cem anos de história acreana” (p. 4, grifo nosso). Em outro trecho diz:

Fizemos, enfim, e continuaremos fazendo, o máximo que esteja ao nosso alcance para levar a todos os acreanos um pouco que seja dessa **história bonita e valente** que fez do Acre uma referência nacional, não por suas mazelas sociais, mas por sua capacidade de luta e manutenção de **um modo de vida única e original** em meio a um país marcado pela diversidade racial e cultural, que se tenta homogeneizar para controlar mais facilmente. Sim, é preciso afirmar e reafirmar **identidade acreana** gerada a ferro e a fogo, mesmo contra todos os obstáculos, inimigos e incompreensões. (O Acre é Cem. Rememorando a Revolução. In: jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, em 20 de julho de 1999, p. 4, grifo nosso)

É preciso entendermos também a forma como a Frente Popular significou a “Revolução Acriana”. Abaixo, temos um texto sobre anexação do Acre assinado pelo governo do Estado. Ele trata a “Revolução Acriana” como a responsável pela anexação do Acre ao Brasil, ou seja, como o momento fundador do Acre, desconsiderando, com isso, a importância da diplomacia e de outros fatores no processo de anexação do Acre. Vejamos:

Imagem 71 – A “Revolução Acriana” sob a ótica governamental.

Fonte: jornal A Tribuna, de Rio Branco, em 23 de janeiro de 2005, p. 16.

De acordo com o texto, homens e mulheres movidos por um ideal elevado doaram suas vidas para consolidar “um lugar no mundo” para aquela “terra”. É como se a ação daqueles primeiros acrianos tivesse instaurado um destino a ser seguido pelas futuras gerações. Ou seja, a intenção do governo não foi estimular a consciência crítica da população a respeito do tema, mas provocar emoção geradora de passividade política e sentimento gregário. Afirmou como fato histórico algo que é subproduto ideológico.

Abaixo, uma placa comemorativa afixada em frente ao Museu da Borracha (Rio Branco-Ac) quando da sua reinauguração em março de 2002. Por meio da leitura do texto que se encontra nela, podemos perceber com nitidez a versão oficial da “Revolução Acriana” dada pelo governo do Estado. Primeiro, diz que ela enriqueceu os últimos cem anos da história do

Brasil. Segundo, reafirma que o Acre pertencia à Bolívia. Terceiro, diz que a conquista do Acre foi “gloriosa”. Quarto, o Acre é tratado como sinônimo de floresta amazônica. Quinto, incluiu o índio como ator na formação do Estado do Acre, como se ele tivesse cooperado na luta “revolucionária”. Sexto afirmou que o povo é quem fez a “Revolução Acriana”, retirando dos grandes seringalistas da região e do governo do Amazonas a responsabilidade do movimento contestatário. Sétimo, “o Acre é 100” está pintado de vermelho, cor do PT.

Imagem 72 – Placa comemorativa do Centenário da Revolução Acriana localizada em frente ao Museu da Borracha.

Fonte: foto (2008). Arquivo pessoal.

Em uma entrevista dada ao jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 16 de novembro de 2003⁹⁸, o então governador comentou sobre o processo de anexação do Acre ao Brasil e o Tratado de Petrópolis. Ele secundariza a importância do Tratado de Petrópolis, tratando-o apenas como um selo oficial de uma vitória já conquistada pelas armas. Diz que quem fez a “revolução” foi o povo acreano, e que, portanto, o grande mérito do Tratado de Petrópolis teria sido atender a “vontade do povo”. Apesar de marginalizar a importância do Tratado no processo de anexação do Acre, o entrevistado diz que foi por causa do sucesso obtido na Questão do Acre que Barão do Rio Branco ficou mais dez anos no Itamarati. Leiamos o que o governador diz a respeito:

Foi bom tocar nesse ponto porque fica parecendo que a “Questão do Acre” foi solucionada pelo Barão do Rio Branco. Isso não é verdade. A gente não pode esquecer que o povo acreano, que “os brasileiros do Acre” já estavam no processo de luta há quatro anos. Então, entre 1899 e 1903, o povo acreano lutou insistentemente, de diferentes maneiras, para poder vencer os bolivianos. **O Tratado de Petrópolis foi, antes de tudo, uma conquista que surgiu da vontade do povo**

⁹⁸ Disponível em <<http://pagina20.uol.com.br/16112003/entrevista.htm>> acessado em abril de 2014.

acreano de ser brasileiro [...] O que o governo brasileiro e o Barão do Rio Branco fizeram foi reconhecer essa luta dos “brasileiros do Acre” e estabelecer um acordo que solucionasse aquele conflito que era mantido e sustentado completamente pela população brasileira do Acre. (Jorge Viana em entrevista ao jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 16 de novembro de 2003, grifo nosso)⁹⁹.

O governador não faz qualquer menção aos interesses econômicos pela região, ao contrário, reforça o mito da união do “povo” em torno de uma causa patriótica¹⁰⁰. Omite a informação de que o governo do Amazonas foi quem, desde o início, sustentou, juntamente com seringalistas da região, a Questão do Acre. Como se as divergências de interesses entre seringueiros e seringalistas tivessem desaparecido por conta de um pretenso patriotismo fundador do “eu” acriano.

Esse abuso da história dá a falsa ideia de que havia liberdade democrática nos seringais acrianos, como se os seringueiros tivessem liberdade de escolha. Quando se afirma que a “Revolução” foi feita pelo povo, vem a nossa pergunta: que “povo” é esse citado no discurso? Abaixo, uma das muitas possíveis explicações sobre a motivação do seringueiro no conflito armado contra a Bolívia:

O cearense ficou espiando essa “oportunidade” e eis que ela surgiu como contingência histórica: a guerra com a Bolívia. Este foi o momento em que ele pela primeira vez *se libertou* [...] A *descida* para a guerra era como uma fuga: fuga do “centro” [...] com a guerra, sonhavam quebrar todas as pesadas correntes que os amarravam cruelmente na grande selva [...] Depois da guerra, se vitoriosa, acreditavam que os proprietários passariam a ser seus irmãos, que poderiam, eles seringueiros, possuir terras e bens, que os seus *salos* seriam vultosos e que todo o sistema latifundista seria abalado para oferecer-lhes mais amplas possibilidades de vida. (BASTOS, Abguar. Apresentação. In: COSTA, 2005, p. 47-48).

Prosseguindo com a entrevista, o governador explica que adotou uma política de valorização da história do Acre porque é “apaixonado” por ela. Afirma que “tanto eu quanto o senador Tião Viana, meu irmão, fomos educados valorizando a nossa história”. Ou seja, utiliza argumentos altruístas para dissimular interesses relacionados a manutenção do poder e ao desejo de autocelebração. Não fala sobre a participação de empresas publicitárias na

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ Não havia união nem entre os líderes da “revolução”, que dirá entre o “povo”. De José Carvalho à Plácido de Castro, sempre houve os dissidentes - aqueles que apoiavam o governo boliviano; os opositores - aqueles que desejavam esperar a intervenção direta do governo brasileiro; os indiferentes - aqueles que, mesmo sabendo da insurreição, preferiram não tomar parte dela; e os desinformados, aqueles que nem ao menos souberam que estava acontecendo uma “revolução”.

formulação desse projeto comemorativo, apenas diz que a iniciativa partiu dele, e isso porque é patriota de berço.

Sobre a pergunta *Qual a relação que o senhor faz entre a trajetória do Acre nesses 100 anos e as mudanças do Estado hoje?* O governador respondeu o seguinte: “o Acre tem uma história linda, única. **É um povo que não é brasileiro por acaso. Um povo que lutou, pegou em armas para fazer parte do Brasil**, para ser reconhecido como brasileiro. Isso deu um sentimento muito grande a todos nós” (grifo nosso).

Descartando a possibilidade de o governador ser ingênuo ao ponto de acreditar nessa versão patriótica da história, somos levados a defender aqui que o mesmo reproduziu tal discurso com o intuito de obter vantagens políticas. Abaixo, na mesma edição do jornal em que se publicou a entrevista do governador do Acre, aparece outra matéria sobre o mesmo assunto, só que agora é com o então senador Tião Viana.

Imagem 73 – A “fantástica” história do Acre.

Fonte: jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 16 de novembro de 2003, edição on-line.

Disponível em <<http://pagina20.uol.com.br/16112003/entrevista.htm>> acessado em abril de 2014.

Na entrevista concedida ao referido jornal, o senador defende o idealismo patriótico como motivação da “revolução”. Leia: “a insurreição acreana, épica, liderada por Plácido de Castro, que se afirmava mais pela coragem, por **um sentimento pátrio construído** a partir de uma concepção de ameaça de internacionalização de uma área geográfica fundamental da América do Sul que era a área acreana” (grifo nosso).

Com relação ao militar Plácido de Castro, ele afirma que o patriotismo foi uma consequência da ameaça à “internacionalização” de parte da América do Sul. Como já foi

visto, a ditadura das “boas intenções” e do “idealismo nobre” é uma regra narratológica que desde a Grécia Antiga vem justificando práticas moralmente duvidosas, como é o caso da realização de guerras. Nesse caso, reais conflitos entre grupos de interesse nunca aparecem como causa motriz do conflito armado.

É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. **O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário**, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. (RICOEUR, 2007, p. 95, grifo nosso).

Por mais que boa parte dos méritos do Tratado deva ser creditado ao competente trabalho do Barão do Rio Branco, Ministro do Exterior na época, não devemos esquecer **que foi a luta acreana o principal e determinante fator que levou a sua existência**. (Marcos Vinícius *apud* jornal *O Estado*, de Rio Branco, em 13 a 19 de novembro de 2005, grifo nosso).

O senador justifica a ação armada dos acrianos com o seguinte argumento: “**os irmãos** bolivianos, apesar de ter sua autoestima e seu sentimento de nacionalidade feridos em vista do confronto, **não tinham as mesmas convicções de que aquelas terras eram parte de sua identidade nacional**, eram parte de um sentimento pátrio, como os acreanos” (jornal *Pagina 20*, de Rio Branco, em 16 de novembro de 2003¹⁰¹, grifo nosso).

Percebam que, de acordo com o discurso acima, a agressividade acreana foi abonada, ou melhor, tornada “louvável” por causa de sua motivação patriótica. Mas como bem já mostrou Carneiro (2008), o patriotismo dos seringalistas era contado em “dólar”. O discurso patriótico no mundo ocidental sempre foi invocado para dissimular os mais terríveis e mesquinhos comportamentos humanos. Cabe ao historiador dismantellar essa rede discursiva que alimenta o abuso da história e evidenciar os interesses políticos que a mantêm.

O governo do Estado não teve a preocupação de levar o debate historiográfico para a população, mostrando as várias versões sobre o passado fundador do Acre. Das poucas vezes que convidou professores universitários para falar sobre o assunto, o evento limitou-se a um público seletivo. De modo geral, a versão “romântica” foi divulgada como verdade histórica. O que colabora para a produção artificial da sensação de autoestima coletiva.

¹⁰¹ Disponível em <<http://pagina20.uol.com.br/16112003/entrevista.htm>> acessado em abril de 2014.

Logo abaixo, uma *página web* chamada “Nossa História” armazenada no *site* do senador Jorge Viana (PT/Ac). Nela, a história do Acre foi dividida em vários *links*, cada um deles tratando de momentos históricos considerados importantes. Reunindo os assuntos em eixos-temáticos, percebe-se o caráter teleológico da história defendida por ele.

Vejam os: **a) Anexação do Acre:** Povoamento, A Guerra do Acre (a 1ª Insurreição; a República do Acre; A Expedição dos Poetas; A Revolução de Plácido de Castro); **b) A elevação do Acre à categoria de Estado:** O Território Federal do Acre; As Revoltas Autonomistas; O fim do ciclo da borracha e os Movimentos Autonomistas; O Estado do Acre; **c) movimentos sociais nos anos 1970 e 1980:** O Acre durante a Ditadura Militar; A Aliança dos Povos da Floresta; **d) Os novos tempos de política no Acre com a Frente Popular.**

Imagem 74 – Divisão temática da história do Acre –
site do Senador Federal Jorge Viana (PT).

Nossa História		
Administrador		
Conheça um pouco mais sobre nossa história..		
Povoamento	A Revolução de Plácido de Castro	O Estado do Acre
A Guerra do Acre	O Território Federal do Acre	O Acre durante a Ditadura Militar
A 1ª Insurreição	As Revoltas Autonomistas	A Aliança dos Povos da Floresta
A República do Acre	O fim do ciclo da borracha e os	Os novos tempos de política no Acre com a Frente
A Expedição dos Poetas	Movimentos Autonomistas	Popular

Fonte: *Site* do senador da República Jorge Viana (PT/Ac), disponível em http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1390&catid=1&Itemid=38#Aculturadeflorestatropical acessado em abril de 2014.

Coincidentemente ou não, os mesmos eventos históricos já analisados no subcapítulo anterior aparecem aqui como marcos divisores da história, lembremos: “Revolução Acriana”, movimento autonomista, movimentos sociais dos anos 1970/80 e “novo Acre”. Essa forma de narrar faz com que o passado desemboque suas potencialidades no tempo presente. Parece que há um destino, um “fio condutor” direcionando os acontecimentos para 1999, ano ideologicamente escolhido como o início dos “Novos Tempos” no Acre.

Percebam a ausência do *link* “Tratado de Petrópolis” na imagem da *página web* acima. Certamente foi um “esquecimento” proposital, pois só atesta a posição marginal que a

fase diplomática da anexação do Acre assume na narrativa histórica politicamente “correta”. Como já foi visto, depois do assassinato de Plácido de Castro, aconteceu uma disputa simbólica para estabelecer quem foi o verdadeiro responsável pela anexação do Acre: se Plácido de Castro ou Barão do Rio Branco.

Os líderes do movimento autonomista acriano defenderam o nome de Plácido de Castro já o governo federal emplacava uma política simbólica de exaltação ao Barão do Rio Branco. Não foi à toa que os autonomistas adjetivaram Plácido de Castro como “o Libertador do Acre”. Isso foi uma resposta àqueles que tentavam fazer do Barão o principal responsável pela anexação do Acre.

Percebam também que na *página web* não há qualquer referência às disputas armadas pela posse da terra entre nordestinos e peruanos no Juruá. Isso também foi proposital, pois a “revolução de Plácido de Castro” não chegou ao Juruá. Portanto, não dá para dizer que ele foi o “libertador do Juruá”. Isso, então, remeteria a uma discussão sobre o desfecho da disputa com o Peru no qual Plácido de Castro não teve a mínima influência. Ele sequer foi informado sobre as reuniões diplomáticas com os peruanos, o que não era de se estranhar, visto que também não fora convidado para as negociações com a diplomacia boliviana.

Quando o Tratado do Brasil-Peru (1909) foi assinado, pondo fim definitivo à Questão do Acre, Plácido de Castro sequer estava vivo. Portanto, esse assunto sempre foi uma “pedra no sapato” dos defensores da ideia de Plácido de Castro como “o libertador do Acre”. Por isso que, na maioria das vezes, para evitar o debate, preferem não mencionar os combates armados no Juruá, como foi o caso da *página web* “Nossa História” do *site* do senador Jorge Viana. Como afirma Ricoeur (2007, p. 434): “o esquecimento pode estar tão estritamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições”. Ou seja, o que ele chama de “abuso da memória”, está sempre ligado ao “abuso do esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Percebam ainda que o *link* sobre o Acre Território só entrou na *página web* “Nossa História” para explicar o porquê do movimento autonomista. Assim como o *link* sobre a Ditadura Militar só apareceu para explicar o contexto da “aliança dos Povos da Floresta”, que por sua vez é tratado como o berço da “Frente Popular”. E no último *link*, aparece o seguinte enunciado: “O Acre sofreu com a morte de Chico Mendes e mergulhou numa década de crise

moral e institucional [...] surgiu então a Frente Popular do Acre”¹⁰². A estrutura discursiva foi construída para transmitir a ideia de que o novo “herói” chegou para tirar os acrianos do perigo e conduzi-los de volta ao progresso.

A narrativa organiza os fatos de modo que tudo parece se encaixar provocando, com isso, uma verossimilhança aos moldes literários. A lógica da periodização da história adotado omite o debate das diferentes temporalidades e dos diferentes sujeitos históricos. Ela escolhe um eixo temático e a partir do qual traça uma narrativa onde os “eventos” são colocados de forma cronológica. Os vários “períodos” ou “etapas” são classificados e organizados em torno de um acontecimento importante. A sequência entre as etapas é produto, quase sempre, de uma conexão artificial idealizada por quem a narra.

A narrativa histórica que leva em consideração a concepção de tempo contínuo e cronológico é a preferida pelos governos e políticos. Fica mais fácil para eles recorrer ao passado para justificar ou legitimar o presente, instaurando relações entre um determinado passado e um dado presente. Essa tese, de certa forma, colabora para a “explosão” desse *continuum* na história (BENJAMIN, 1986, p. 203).

A vontade de potência faz de alguns poucos sucessos os pontos de referências, de modo que, quando se olha para trás, a história fique saturada de exemplos bem-sucedidos. Mas esse constante uso do passado é mais uma prova de que esse tempo presente acriano é deficitário de sentido, caso contrário, não precisaria recorrer aos mitos. Esse estilo de narrativa cronologicamente marcada, já foi largamente superado pelos historiadores do século XX. Como afirma Le Goff (1992, p. 14): “A **crença num progresso linear**, contínuo, irreversível, que se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades, **já quase não existe**” (grifo nosso).

Nós abandonamos a concepção de tempo linear contínuo e homogêneo, como calendários, cronologias e causalidades primárias [...] A introjeção da etnocentricidade do tempo, da relatividade das temporalidades, da fragmentação, da periodização individualizada, para os historiadores solucionou os conflitos com o tempo linear, progressivo, direcionado pelo devir. Ele não é mais a explicação externa dos fatos históricos. O tempo histórico é a criação, seleção e opção do historiador, tecido intrincado no objeto, nas fontes, nas análises e nas interpretações. (GLEZER, 1999, p. 39, 42 e 43).

¹⁰² Site do senador Jorge Viana (PT/Ac), disponível em <http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1390&catid=1&Itemid=38#arevolucao> acessado em abril de 2014.

Em 2001, o então senador Tião Viana (PT/Ac) apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Nº 162/2001 que “Institui a semana de 06 a 12 de agosto de 2002 como a Semana da Revolução Acreana, em homenagem ao transcurso de seu centenário”. No artigo terceiro diz: “Fica a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT autorizada a emitir série comemorativa de selos em homenagem ao Centenário da Revolução Acriana. E na justificativa do projeto lemos:

A experiência de brasilidade experimentada pelos seringueiros nordestinos, sublevados pelo heroico Plácido de Castro, assume cores muito pálidas no cenário da história do Brasil e essa realidade não condiz com a profundidade e a importância da batalha ali travada. Muitos desconhecem a saga daqueles bravos homens e mulheres que, juntamente com seus descendentes, foram os responsáveis pela trajetória política que culminou com a inclusão da estrela do Estado do Acre no pavilhão nacional [...] **O Estado tem por obrigação fomentar o interesse e despertar a curiosidade de seus cidadãos levando-os a revisitarem, permanentemente, seus heróis e a debruçarem-se sobre os fatos que marcaram a história do país, sob pena de perder sua identidade cultural [...]** Assim sendo, esta proposição, **através de eventos culturais e da série filatélica comemorativa, visa reavivar e aprofundar o conhecimento dos brasileiros sobre a Revolução Acreana, que culminou com a anexação de terras**, que hoje constituem o Estado do Acre, ao mapa do Brasil. (Senador Federal Tião Viana PT - Projeto de Lei Nº 162/2001, grifo nosso).

O importante para a nossa análise é o argumento que o senador utiliza. Ele diz que o Estado precisa despertar os cidadãos para que eles revisitem seus heróis. Criar ou perpetuar a necessidade coletiva de veneração aos “heróis” do passado não deixa de ser uma política conservadora não condizente com a postura esperada de um militante de partido político de esquerda forjado na luta pela emancipação popular. Logo abaixo, uma placa comemorativa que prova o fato de que o Estado, na pessoa do governador, considera como verdade a existência de “heróis” no Acre.

Imagem 75 – Placa afixada na base do *Obelisco aos Heróis da Revolução*.

Fonte: foto (2008). Arquivo pessoal.

O culto ao herói é uma prática corrente em governos com tendências autoritárias. Isso porque ele estimula a subserviência, pois a linha divisória entre a veneração do herói do passado e a obediência incondicional ao líder político do tempo presente é muito tênue. Além do mais, os candidatos a heróis do mundo moderno quase sempre são políticos e militares. E como diz Berman (2007, p. 172): “a piada consiste precisamente em mostrar que os homens modernos são heroicos”.

O interesse do senador para divulgar a história do Acre é explicado da seguinte forma: “A rica história do Acre nos obriga a um esforço para **que aquela epopeia seja cada vez mais divulgada** [...] A história da conquista do Acre é, sim, uma dessas causas que orgulham todos os brasileiros” (Senador Tião Viana *apud* jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 23 de julho de 2009, p. 14.).

Após analisarmos alguns discursos de políticos da Frente Popular, além de outros documentos produzidos pelo governo do Estado, chegamos à conclusão de que a representação da “Revolução Acriana” desenhada por eles e divulgada oficialmente pelo Estado foi a de um levante popular motivado por patriotismo, responsável pela anexação do Acre ao Brasil e pela instauração da identidade acriana. A “Revolução” foi um processo inacabado que teve início em 1899 com as resistências de José Carvalho e Luiz Galvez, e termina parcialmente em janeiro de 1903 com a vitória das tropas de Plácido de Castro sobre o exército boliviano em Puerto Alonso.

O cumprimento dos ideais dos primeiros acrianos e, principalmente, dos líderes da “Revolução Acriana”, só serão realizados plenamente quando o Acre for integrado ao Brasil em uma posição geopolítica digna. Por isso que os políticos da Frente Popular dizem estar realizando os “sonhos” dos primeiros acrianos. A cada comemoração cívica tentam se firmar como herdeiros e continuadores da saga acriana. As efemérides acrianas interessam mais a eles do que propriamente ao povo acriano.

3.3 PLÁCIDO DE CASTRO E O GOVERNO DA FRENTE POPULAR DO ACRE: O MARAGATO FEDERALISTA QUE VIROU HERÓI NACIONAL.

É preciso cultuarmos cada vez mais a figura valorosa de Plácido de Castro.

(Jorge Viana *apud* jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 25 de janeiro de 2003).

O marketing dos heróis é lição que interessa a todo homem público [...] os heróis do passado remoto emergem embebidos em maquiavelismo e marketing. Tudo para o poder! Tudo pelo poder!
(NIVALDO JUNIOR, 2002, p. 51 e 61).

Eu não tenho vergonha de falar em heróis. Acredito que nossos filhos não devem cultuar apenas os heróis importados [...] nós temos na nossa história um jovem que pode, sim, ser chamado de herói (Plácido de Castro). Isso não é uma visão positivista, mas realista.
(Senador Tião Viana PT-AC, In: jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 3 de agosto de 2002).

Nenhum biógrafo de Plácido de Castro nega o fato de ele ter participado da “Revolução Federalista” iniciada no Rio Grande do Sul no ano de 1893 e ter lutado ao lado dos “Maragatos”. Esse grupo político-militar rio-grandense era contrário ao republicanismo presidencialista, à descentralização política nacional, e à participação militar em assuntos políticos. Por tudo isso, o grupo ficou conhecido como “saudosista do Império”¹⁰³.

Os maragatos estavam a serviço de interesses regionalistas da oligarquia pecuário-charqueadora gaúcha. Segundo Fonseca (1993, p. 23), “em 1891 cerca de 75% das exportações (locais) dividiam-se a apenas dois produtos: charque e couros”. Os números apontam para a força econômica que esses “coronéis” mantinham em âmbito local. Decerto, eram eles quem dominavam a política no Rio Grande do Sul até a proclamação da República. A partir daí, ascendeu ao poder o positivista Júlio Castilhos¹⁰⁴ que logo conseguiu arrebanhar o apoio de alguns pecuaristas e charqueadores.

De acordo com Fonseca (1993), a oligarquia regional se opunha ao Partido Republicano porque este defendia uma política de diversificação produtiva. Isso afetava o interesse dos “coronéis”, que defendiam a especialização produtiva pautada na exportação de couro e charque. Alguns deles exigiam medidas protecionistas do governo contra a concorrência advinda do Uruguai, queriam menos impostos, além de exigirem maiores investimentos públicos na construção de portos e melhoria nos transportes. Essas medidas

¹⁰³ Alguns dos seus membros concordavam com uma república parlamentarista.

¹⁰⁴ Foi eleito em 15 de julho de 1891, no entanto, foi deposto em novembro. A oligarquia esperava um motivo para isso e utilizou a desculpa do chamado “Golpe de três de novembro” dado pelo presidente Deodoro da Fonseca, que dissolveu o Congresso Nacional. Pelo fato de Castilhos defender o republicanismo, foi considerado um dos culpados pelo golpe. No entanto, candidatou-se novamente e venceu, tomando posse em 25 de janeiro de 1893.

abateriam os custos de produção, aumentando, conseqüentemente, a margem de lucro dos pecuaristas e charqueadores. “A Revolução Federalista surge nesse contexto, em que divergências econômicas e políticas dividem as elites estaduais” (FONSECA, 1993, p. 25).

Os biógrafos de Plácido de Castro não dizem até que ponto ele estava comprometido com a ideologia federalista ou se ele ou sua família obtinham vantagens com a economia pecuário-charqueadora rio-grandense. Se limitam a dizer que, apesar de seus colegas se posicionarem a favor do fechamento da escola militar para que fossem lutar pelo governo republicano de Castilhos, Plácido de Castro se posicionou contra, motivo pelo qual foi preso. Quando deram a ele oportunidade para se redimir, encaminhando-o ao combate, o mesmo desertou e traiçoeiramente demandou para o lado oposto, o dos maragatos.

Nenhum biógrafo de Plácido de Castro conseguiu dar uma explicação consistente para tal comportamento do militar. Se há um silêncio quanto esse assunto, um maior ainda cerca a participação do “herói do Acre” nessa “revolução” fraticida, em que o Poder Executivo governamental e federal foram contestados à bala. Poucos foram aqueles que tiveram a sinceridade de Goycochêa (2007, p. 61) em confirmar a participação de Plácido de Castro no infame “massacre do Rio Negro”.

Até hoje a história do maragato Plácido de Castro é cerrada a sete chaves. O governo estadual não financia pesquisa, porque não é do interesse a desmistificação do “herói”. Os biógrafos, na maioria amazônidas ou militares, também não têm interesse, pois eles querem salvaguardar a imagem icônica de Plácido de Castro. No entanto, é incontestável que os maragatos empregavam a prática da degola de seus inimigos capturados, não foi em vão que a “Revolução Federalista” também ficou conhecida como a “revolução da degola”.

Teria Plácido de Castro praticado a degola contra os “pica-paus” adeptos dos ideais republicanos?¹⁰⁵ Quanto a isso, não temos provas. O certo é que, ao final, os maragatos foram derrotados. Os resultados da “revolução” foram quase dez mil mortos, pelo menos mil desses por meio do degolamento. Mas nada impede de o bárbaro de ontem, vir a se tornar o herói de

¹⁰⁵ Autores mais recentes como D’Ávila (2012) tendem a responsabilizar os praças mercenários pela prática da degola. Mas não esqueçamos que Adão Latorre, considerado um dos maiores degoladores maragato, era um Tenente-Coronel. Os rio-grandenses há muito tempo tentam se esquivar da fama de “degoladores” deixada pelo evento federalista. A tentativa de provar que o degolamento foi um fenômeno isolado, praticado por poucos - sendo eles seres analfabetos ou estrangeiros mercenários - pode ser encarado como uma forma de desresponsabilizar os rio-grandenses de “boa fama” da barbaridade da degola. Mas de qualquer forma, sendo muitos ou poucos os degoladores, sendo eles nacionais ou estrangeiros, analfabetos ou doutores, degolavam a mando dos oficiais ou com o consentimento deles. Portanto, a nosso ver, não há inocentes nessa história.

amanhã. Tudo depende se a selvageria foi ou não praticada com “patriotismo”, que a tudo beatifica.

A mais violenta das revoluções. Na Revolução Federalista, tanto ‘pica-paus’ como ‘maragatos’ praticaram atos de extrema violência e barbarismo. Eis, a título ilustrativo, alguns desses atos: Em Rio Negro (27/11/1893), na proximidade de Bagé, os ‘maragatos’, sob o comando de Joca Tavares, atacaram os ‘pica-paus’, que eram comandados pelo marechal Isidoro Fernandes. Diante da superioridade do inimigo, os ‘pica-paus’ se renderam. Porém, após terem sido desarmados, trezentos prisioneiros foram degolados¹⁰⁶. Mais tarde, o coronel Firmino de Paula deu o troco, degolando, após a batalha do Boi Preto (10/04/1894), o mesmo número de federalista [...] No Rio Grande do Sul, a violência atingiu um grau de sofisticado barbarismo, tendo até matadores profissionais, como Adão Latorre, um mulato que trabalhava para os ‘maragatos’ executando ‘pica-paus’. (MOCELLIN, 1989, p. 32 e 34).

A mais típica (prática de degolamento) consistia em matar a vítima do mesmo modo como se abatiam os carneiros. A vítima era forçada a ajoelhar-se de mãos atadas ante seu executor e a colocar sua cabeça entre as pernas de seu algoz, que rasgava suas artérias carótidas num golpe subido de faca. (Joseph Love *apud* CALIXTO, 2003, p. 194).

Dos horrorosos atentados cometidos pelo federalismo [...] depois da horrorosa cena de selvageria de que foi teatro o nosso município, custoso é, pela abundância de crimes, concatenar todos os fatos do inimaginável vandalismo da horda de bandidos que infelicitou esta terra, com o nome de *federais* [...] foi infestado, de surpresa, o 3º distrito deste município, com um número superior de 180 assassinos e saqueadores, entre eles brasileiros degenerados e mercenários [...] começaram a obra nefanda matando os guardas aduaneiros [...] Foi também degolado o laborioso e honrado capitão Horácio Onofre de Oliveira, depois de terem-no feito caminhar a pé grande distância, e despido. A sorte de muitos outros companheiros é ignorada. Depois entregaram-se ao mais infrene saque e violência carnal possíveis. Do acampamento saíam sucessivas escoltas, comandadas por criminosos arvorados oficiais [...] o saque foi completo, o que não podiam levar estragavam [...] não parou ainda o vandalismo. Violentaram famílias, cujos nomes encobrimos para não ferir o decoro. (jornal *A Federação*, de Porto Alegre, em 1 de abril de 1893, Nº 75, p. 1, disponível no sistema de busca de <<http://memoria.bn.br/>> acessado em abril de 2014).

Em 17 de novembro de 2004, o *gaúcho* Plácido de Castro foi incluído no Panteão da Pátria e da Liberdade, na Praça dos Três Poderes em Brasília, como o mais novo herói brasileiro a ser cultuado. O Projeto de Lei do Senado Nº 56/2000 foi aprovado e transformado na Lei Nº 10.440, em 2 de maio de 2002. O 1º Artigo da Lei diz: “Será inscrito no ‘Livro dos heróis da Pátria’, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José plácido de Castro, **o libertador do Acre**, Plácido de Castro” (grifo nosso). Na parte final da

¹⁰⁶ Essa quantidade de degolados não é aceita por todos. No Diário do General Maragato João Nunes da Silva Tavares consta que foram apenas 23 degolados e os outros 277 foram mortos em combate. Há também quem justifique o degolamento pelo fato de não se ter como manter presos os capturados, o que não explica o ritual de humilhação pelo qual a vítima, muitas vezes, passava.

justificativa do referido Projeto de Lei encontramos: “Se hoje temos o Acre dentre os Estados da República Federativa do Brasil devemos ao Herói José Plácido de Castro”.

O senador atribui a anexação do Acre a Plácido de Castro. Inclui o “povo” quando lhe convém, mas fica claro que em sua visão de mundo a história é feita por heróis. O grande mérito do povo é deixar-se guiar pelos “iluminados”. Por que a “glória” deve ser exclusiva a Plácido de Castro? Teria ele tido o mesmo sucesso sem a ajuda financeira e o apoio político do governador do Amazonas?¹⁰⁷ Qual teria sido o resultado caso fosse tirado de Plácido de Castro a superioridade bélica que desfrutava com relação ao exército boliviano? Se os seringalistas não tivessem liberados os seringueiros para formarem as tropas acrianas teria ele vencido sozinho os bolivianos?

Uma outra pergunta se faz necessário: o gaúcho Plácido de Castro foi um libertador? Todos os Tratados Internacionais negam o pertencimento do Acre ao Brasil: Bula Papal Intercoetera (1493) Tratado de Tordesilhas (1494), Tratado de Madri (1750), Tratado de El Pardo (1761), Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1801). O próprio Império do Brasil reconhecia que o território que hoje compreende o Acre pertencia à Bolívia através do Tratado de Ayacucho (1867) e por inúmeras vezes o Brasil Republicano também confirmou o prescrito de 1867. Então, o agrimensor teria libertado o Acre de seus legítimos donos?

Qual Acre fora liberto pelo gaúcho? O Acre Meridional ou o Setentrional? O Alto-Purus ou o Alto-Juruá? Teria sido os mais de 152 mil KM² que atualmente definem o Acre? Se a “Revolução” liderada pelo gaúcho limitou-se ao Vale do Rio Acre, como pode ele ter sido o libertador do Vale do Juruá? O Juruá só se tornou de fato brasileiro após seis anos de negociações do Brasil com o Peru.

Mas será certo dizer que Plácido de Castro libertou o Vale do Rio Acre? Acreditamos que o correto seria afirmar que os seus soldados obtiveram importantes vitórias sobre os bolivianos nessa região. Mas tais vitórias não devem ser encaradas como definitivas, pois como veremos no próximo capítulo, o próprio presidente da Bolívia e o ministro de

¹⁰⁷ É inegável a importância dos governadores do Amazonas para a anexação do Acre. Mas pelo fato de o Amazonas ter pleiteado incorporar o Acre, propositalmente a importância deles foi diminuída. Como bem disse Lorena Fabemi (In: KALUME, 1991, p. 60), “O Governo do Acre, desde Território a Estado, ainda não fez a merecida justiça da sua gratidão e ainda não prestou o preito da sua homenagem a Ramalho Júnior, cuja assinatura legítima vários títulos de propriedade de seringais acreanos, reconhecidos por disposição expressa do Tratado de Petrópolis [...] **os historiadores acreanos poderiam reescrever a saga do noroeste sob outros enfoques**” (grifo nosso).

guerra haviam organizado uma operação militar de libertação. Além do mais, aquelas terras já haviam sido negociadas com o *Bolivian Syndicate*. A vitória final dependia da derrota do exército nacional boliviano que se dirigia para o Acre e da provável intervenção militar que o sindicato estrangeiro faria na região para salvaguardar os seus interesses.

No já referido Projeto de Lei Nº 56/2000¹⁰⁸, encontramos a seguinte afirmação sobre Plácido de Castro: “herdeiro do amor-varonil pela Pátria, portador dos verdadeiros princípios, amante do povo brasileiro, profundo respeitador das diferenças regionais”. Vemos que, mais uma vez, a qualidade máxima do ex-maragato é ter sido patriota. Não importa se tenha assassinado pessoas, isso não o faz uma pessoa de “falsos princípios”.

No texto da PL diz que “visionário, Plácido de Castro foi capaz de perceber as tramas do capital internacional, não só na tentativa de apropriação do ouro-negro da época, o látex, mas da própria região amazônica”. O texto só não informa que a visão de Plácido de Castro não foi suficiente para enxergar o sistema de aviamento como uma “bomba de sucção” imperialista. O texto não fala que após a “Revolução” ele ganhou dinheiro com a estrutura gomífera que fora montada na Amazônia para favorecer o capital internacional. Parece que o imperialismo só não é bom quando ele se nega a deixar as migalhas do lucro na região¹⁰⁹, como no caso do *Bolivian Syndicate*.

O Projeto de Lei tenta passar a ideia de que a “Revolução” foi uma decisão de Plácido de Castro, de que foi ele quem saiu “sozinho, convocando os seringueiros e seringalistas para participar da revolução”. Nega o papel da Junta Revolucionária e do próprio governo do Amazonas na questão. Além do mais, transmite a falsa ideia de que os seringueiros desfrutavam de liberdade para decidir sobre o largar o “corte” da borracha e ir para a “guerra”. Termina o texto mitificando-o como “um mestre, um gênio, um herói, um amigo, um irmão”.

Abaixo, a imagem da capa do livro *Redescobrimdo Plácido de Castro*, que reúne os discursos proferidos pelo senador Tião Viana (PT/Ac) durante os meses de janeiro, fevereiro e

¹⁰⁸ VIANA, Tião. **Redescobrimdo Plácido de Castro**. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 120 a 123.

¹⁰⁹ O Governo da Floresta é parceiro de instituições financeiras internacionais como o BID para tornar o Acre em uma rota por onde grande capital imperialista passaria via Oceano Pacífico. Mas para isso, é preciso investir em infraestruturas energética, rodoviária e outras. O que importa ao grande capital é ter condições para transportar as matérias-primas amazônicas. No máximo, implantar filiais de multinacionais mais próximas do reservatório natural da matéria-prima. O “progresso” de desenvolvimento sustentável do Acre financiado com dinheiro do grande capital, não ultrapassa ao projeto de desenvolvimento via exportação de commodities e aumento de renda fiscal via taxaço.

março de 2000. Como o conteúdo do livro nada tem a ver com Plácido de Castro¹¹⁰: por que a utilização da imagem dele na capa? O título dá a entender que os editores quiseram associar a imagem do senador ao do herói, como se a atuação parlamentar dele fosse inspirada na história de Plácido de Castro.

Imagem 76 – Redescobrimdo Plácido de Castro (Capa).

Fonte: VIANA, Tião. **Redescobrimdo Plácido de Castro**. Brasília: Senado Federal, 2000.

Na introdução consta a emblemática frase do senador: “O Acre contemporâneo jamais conseguirá exercitar a ideia de felicidade, se não tiver judiciosa compreensão de seu passado, **vinculando-o ao seu presente**” (VIANA, 2000, p. 9, grifo nosso). O que o senador quis dizer com isso? Para ser feliz tem que compreender o passado vinculando-o ao presente? Ora, se o presente estava marcado pelo governo da Frente Popular, então, o passado estava vinculado, ou melhor, materializado na atuação política dos líderes do PT e de seus apoiadores.

Essa frase é muito parecida com uma outra dita pelo então governador Jorge Viana, por ocasião das Comemorações dos 103 anos de “Revolução Acriana”, a saber: “é cultuando o passado que nós vamos garantir o presente” (*apud* jornal *Página 20*, de Rio Branco, em 8 de agosto de 2005, p. 7). Nessas circunstâncias, parece que tinha razão a máxima positivista de que “os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”.

¹¹⁰ Com exceção de uma pequena passagem que aborda a PL Nº 56/2000 na página 114 e 120-123.

O senador diz que “Plácido de Castro é sem dúvida o maior dos nossos heróis [...] Aprendi a enxergar em Plácido um herói da mesma ou maior dimensão que José Martí, Simon Bolívar, Che Guevara, Chico Mendes” (VIANA, 2000, p. 9 e 10). Discretamente associou Plácido de Castro a Chico Mendes, e colocou ambos no mesmo patamar dos “heróis” já consagrados pela literatura mundial.

Certamente a imagem que ele quis transmitir para o leitor foi a de que um Plácido de Castro protetor da Amazônia que lutou contra o imperialismo, pois “sob seu comando, a nossa revolução foi talvez o mais ousado grito de guerra contra o imperialismo e grande investida de dominação da Amazônia” (VIANA, 2000, p. 10). Toda essa estratégia foi construída para apresentar os ambientalistas do PT como os “novos” protetores da Amazônia.

Na solenidade em que Plácido de Castro foi entronizado no Panteão Nacional como herói nacional, o então governador do Acre Jorge Viana disse que “o Brasil está fazendo justiça com Plácido de Castro, que, além de nos ter dado um solo brasileiro, nos deu algo muito importante, que foi o sentimento de ser brasileiro” (*apud* jornal *A Tribuna*, Rio Branco, 18 de novembro de 2004, p. 4).

Como de costume, relacionou o passado com o presente dizendo: “É esse sentimento que nos traz até hoje, nos une e nos enche de orgulho, em que nos faz brigar pelo Brasil” (*idem, ibidem*). E para completar disse que Plácido de Castro “nos deixou esse sentimento de causa, que é a causa acreana. **Eu fico feliz em ser parte dessa causa**” (Jorge Viana *apud* *Jornal Página 20*, de Rio Branco, em 18 de novembro de 2004, p. 12, grifo nosso). Ao mesmo tempo em que presta honras ao passado, ele insere-se na história homenageada, se apresentando como parte dela. O culto cívico aos mortos tem uma função política bem clara:

Elogiar os mortos significa solidificar os laços de sociabilidade entre os vivos e pressupõe, necessariamente, uma dimensão religiosa da civilidade, o que leva ao adensamento da comunhão de sentimentos e ideais, passo decisivo na constituição da comunidade imaginária, pelo reforço da noção de pertencimento. (ARRUDA, 1999, p. 10).

Na mesma ocasião, o senador Tião Viana fala que “Plácido de Castro e sua Revolução representou toda a causa acreana, que tem um povo que lutou e fez questão de fazer parte da história brasileira [...] o povo acreano foi um povo que lutou pela soberania, o povo que lutou por um conceito de sociedade com conceito de justiça” (*apud* jornal *A*

Tribuna, de Rio Branco, em 18 de novembro de 2004, p. 4). Plácido de Castro teria luta “por um conceito de pátria, por um conceito de justiça e por um conceito de liberdade”.

Os intérpretes da história do Acre colocam no rol das motivações dos “revolucionários” as mais nobres causas patrióticas. Como se o migrante cearense fosse para a trincheira contra os bolivianos defender um Brasil que o relegara à condição de retirante do nordeste (na época norte do país), pois o governo imperial não prestara a mínima assistência social quando da seca que afligiu a região nos anos 1870.

Imagem 77 – Matéria sobre a Lei que torna Plácido de Castro em “Herói Nacional”.

Fonte: jornal *A Tribuna*, de Rio Branco, em 18 de novembro de 2004, capa e página 2.

Enfim, vimos nesse subcapítulo que o governo do Estado patrocinou uma versão epopeica da história do Acre, divulgando uma tradição como se fosse verdade irrefutável. Não houve preocupação em debater o assunto, pois a ideia de epopeia tinha utilidades políticas, como já foi visto nesse capítulo. A figura de Plácido de Castro assumiu um papel fundamental nessa engenharia de política simbólica: ensina a população acreana sobre a necessidade de subserviência e reverência ao líder. Dessa forma, as energias populares que antes estavam concentradas nos movimentos sociais, passaram a ser direcionadas para a construção do “Novo Acre”.

4 DA “GESTAÇÃO” AO “NASCIMENTO”: BREVE REVISÃO DA HISTÓRIA DA ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL.

O revisionismo era e ainda é necessário. A história era muito oficial, defendia sempre os vencedores e vivia submersa no **triunfalismo** [...] a história vinha sendo confundida com tradição. Esta tem sempre o propósito de controlar indivíduos, sociedade, inspirar classes. É um conceito inteiramente corrompido e usado para fins de manutenção dos privilégios da classe dominante. **O futuro da história e dos historiadores é limpar a história das visões decepcionantes de uma tradição proposital.** Não devemos cultivar a tradição da conservação do *status quo* [...] **Daí a tese da história cruenta e não cordial.** (RODRIGUES, 1986, p. 142, grifo nosso).

A tradição criou e aceitou a elaboração de uma história branca [...] a função principal da história é eliminar os resíduos tradicionais, que opõem barreiras e resistências à mudança [...] **este é o significado da morte da tradição.** (*idem, ibidem*, p. 25, grifo nosso)

Esse capítulo pretende ser uma leitura alternativa ao da narrativa epopeica da fundação do Acre que tende a criar uma sensação megalomaníaca no povo acriano. Ela manipula tanto a representação dos fatos que decidimos renegá-la ao campo literário, onde a verossimilhança prevalece¹¹¹. Mostraremos que uma representação elegíaca da formação histórica do Acre também seria possível, bastando, tão somente, reinterpretar as fontes.

A versão elegíaca poderia ser alcançada pelo mero raciocínio lógico dedutivo. Isso porque é inegável o fato de que as sociedades surgidas a partir da expansão do capitalismo¹¹² sejam socialmente injustas. Elas são marcadas pela exploração do trabalho, desigualdade social, concentração de renda, corrupção, violência e outras “patologias sociais” (FROMM, 1983). Independente de qualquer posição geopolítica, se no centro ou na periferia, a sociedade capitalista sempre manifesta mazelas oriundas das contradições do capital.

¹¹¹ Aristóteles em A Poética afirma que a diferença entre História e Literatura é que a primeira trata dos fatos que aconteceram e a segunda dos fatos que poderiam acontecer, que fossem possíveis tanto da verossimilhança como da necessidade.

¹¹² Ou do “sistema mundo capitalista”, como será empregado aqui. O conceito de “economia-mundo” foi elaborado como alternativa à categoria marxista de “modo de produção”. Ele transmite a ideia de uma divisão do trabalho que une as diversas atividades espalhadas, especialmente, em uma economia-mundo e uma distribuição desigual do excedente entre atividades centrais e periféricas, com concentração também diferenciada em regiões. Analisa o desenvolvimento desigual do capitalismo através da formação de estruturas dentro do sistema baseadas na troca desigual. Sobre o conceito de “economia-mundo capitalista”, as principais fontes são o historiador Fernand Braudel (1983 e 2005) e o sociólogo Immanuel Wallerstein (1999 e 2001).

A premissa particular seria a seguinte: a formação histórica do Acre foi uma consequência da expansão do capitalismo. Sendo assim, temos como conclusão que o processo da formação do Acre também foi marcado pelas contradições do capital. Mas é óbvio que não pautaremos nossos argumentos em meras conclusões dedutivas. Mas por que a sociedade acriana seria a única a fugir à regra com uma origem virtuosa digna de comemoração?

O Acre, parafraseando o que afirma Darcy Ribeiro (1995, p. 46) com relação ao Brasil, “passou a existir para servir a reclamos alheios” e teve uma formação histórica que mais pareceu um “moinho de gastar gentes” (RIBEIRO, 1995a, p. 106). As primeiras vítimas foram os nativos que milenarmente habitavam na região, eles foram massacrados com a chegada dos migrantes. Depois, os próprios nordestinos, “gastos” no processo de produção da borracha por meio de um regime de trabalho que beirava a semiescravidão. Com a crise da economia da borracha, foi a vez da maioria dos seringalistas passar pelo “moinho”.

Enquanto terra habitada por brasileiros, o Acre pode ser considerado uma consequência da expansão da economia-mundo capitalista. Como disse Oliveira (1983, p. 27), “a incorporação do Acre ao Brasil, no início deste século, se verificou em razão de interesses estrangeiros na busca da *goma elástica*”. Foi a partir da inserção daquele reservatório natural de seringueiras à cadeia produtivo-mercantil dos países imperialistas que a ocupação da região por brasileiros foi possível. Por isso que Tocantins (2001, Vol. I, p. 36) diz que “o Acre e borracha confundem-se no mesmo processo histórico”.

Para melhorar a compreensão da formação histórica do Acre, fizemos uso das metáforas “gestação”, “patologias embrionárias” e “nascimento”. Mas isso não significa que estamos defendendo a ideia de “homogeneidade”, “evolução” ou de “linearidade” histórica. O signo “Acre” abriga realidades tão díspares e sujeitos sociais tão antagônicos que inúmeras histórias, várias origens e diferentes cronologias seriam possíveis.

No tópico “Da Gestação”, veremos a importância que o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos teve para o surgimento da chamada “Questão do Acre”. O procedimento analítico adotado aqui foi o estudo do evento da anexação do Acre a partir de uma temporalidade mais longa e de uma espacialidade mais abrangente.

No tópico “Patologias embrionárias”, mostramos que o período fundador da sociedade acreana longe esteve de ser “glorioso”, pois apresentou relações sociais

degradantes, que vão desde a prática da corrupção ao do assassinato. Por último, analisamos a “Revolução Acriana”, o Tratado de Petrópolis e o Tratado Brasil-Peru.

Para fins didáticos, além das metáforas mencionadas, também dividimos o processo de anexação do Acre ao Brasil em três fases: a invasiva¹¹³, a militar¹¹⁴ e a diplomática. A penetração brasileira em terras localizadas abaixo da linha Javari-Madeira, na segunda metade do século XIX, faz parte da primeira fase, e será abordada logo a seguir, no próximo tópico. Os combates militares fazem parte da segunda. O acordo com o *Bolivian Syndicate* (1901), o Tratado de Petrópolis (1903) e o Tratado Brasil-Peru (1909), da terceira.

As três fases não foram acontecimentos cronologicamente sequenciados. Cada uma tem sua própria duração, ritmo e espacialidade. As fases guardam certa relação de superposição, de simultaneidade e de influência mútua que dificultam a percepção da singularidade que cada uma delas teve. Não acreditamos que ambas fizeram parte de processo racional ao estilo da história teleológica hegeliana.

A duração da primeira fase vai além das outras duas, na medida em que o processo migratório para a região continuou até o fim do *boom* da borracha. A segunda fase também não coincide com a terceira, uma vez que os conflitos armados entre peruanos e brasileiros que ocorreram após a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), não se prolongaram até a assinatura do Tratado Brasil-Peru (1909). A terceira fase é anterior às duas primeiras, uma vez que as negociações fronteiriças sobre a Amazônia iniciaram tão logo a proclamação de independência do Brasil, Peru e Bolívia. Como veremos, a segunda fase foi a de duração mais curta, mas devido ao ritmo mais acelerado dos episódios militares, ela é a preferida dos historiadores acomodados com a superficialidade dos "eventos".

As três fases também se diferenciam no plano geográfico. A história da primeira não pode ser contada sem referência ao norte brasileiro (atual nordeste), de onde migrou a maior parte daqueles que viriam a ser significados como “os primeiros acrianos”. A história da segunda não pode deixar de mencionar Manaus, de onde a Questão Acriana era fomentada e financiada. Já a história da terceira tem a ver com a então capital do Brasil, Rio de Janeiro, onde se encontrava o Itamarati.

¹¹³ Assim designada pelo fato de brasileiros terem penetrado em região que não pertencia ao Brasil. O termo invasão é pertinente, pois as nações indígenas tinham posse daquelas terras, e tanto a Bolívia quanto o Peru ainda disputavam entre si para saber quem de fato seria o herdeiro oficial das terras amazônicas que ficavam abaixo da linha Javari-Madeira, originalmente pertencentes a um Vice-Reino espanhol.

¹¹⁴ Foi assim designada por Costa (2005, p. 176).

A fase diplomática não dependeu das duas primeiras fases. Mais cedo ou mais tarde o Brasil teria que regularizar sua fronteira sul ocidental com os países vizinhos. Mesmo sem a fase militar, poder-se-ia chegar a uma configuração territorial próxima da atual, para tanto, era preciso tão somente que o Itamarati desse continuidade à estratégia diplomática inaugurada por Duarte da Ponte Ribeiro¹¹⁵ em 1851, com a defesa dos acordos binacionais e do *uti possidetis*. E foi exatamente isso que o Barão do Rio Branco fez.

A escala de observação adotada aqui reduz a fase militar a uma importância secundária. Defendemos que a fase invasiva e a fase diplomática foram as mais decisivas para a anexação do Acre. De modo geral, a investida militar contra exércitos de outros países não foi determinante nem na própria formação histórica das fronteiras do Brasil, pois nela, como se sabe, os bandeirantes e os diplomatas foram quem tiveram papel determinante. "Um ocupava o território [...] o outro legalizava a penetração através de um tratado" (GOES, 1991, p. 173). O primeiro agia de forma espontânea com base na iniciativa privada; o segundo era um agente do Estado e atuava em nome dele. A invasão de terras realizada pelo primeiro era fator fundamental utilizado pelo segundo na hora de defender o *uti possidetis*.

Independentemente da realização dos conflitos armados territoriais, o desfecho dos tratados de fronteiras quase sempre representa a materialização dos interesses geopolíticos do país com maior poder econômico¹¹⁶. Isso porque quando os "bandeirantes" do país expansionista e os "patriotas" do país invadido disputam território pela via armada, o resultado da peleja também é quase sempre um atestado da superioridade econômica do vencedor ou dos seus aliados. Portanto, o resultado pouco depende do patriotismo dos soldados envolvidos na peleja, mas da quantidade de dinheiro envolvido em ambos os lados.

O Brasil sempre desfrutou de uma situação econômica e militar superior ao da Bolívia e ao do Peru. Por isso, ditou as regras do jogo diplomático, recusou os acordos multinacionais e o arbitramento, e impôs o *uti possidetis* como princípio de negociação. A disputa armada só serviu para acelerar a negociação diplomática e para endossar o resultado em prol da maior potência. O resultado da disputa provavelmente seria outro caso os dois

¹¹⁵ Pode ser encontrado um resumo da atuação diplomática de Duarte Ponte Ribeiro em Sotomayor (2013).

¹¹⁶ O resultado oriundo do arbitramento pode fugir um pouco a essa regra. Por isso é que o Brasil só aceitou levar suas causas territoriais para o arbitramento quando tinha relativa igualdade bélica com o seu oponente (ex: Argentina) ou quando estava se encontrando em uma situação de desvantagem (ex: França e a Inglaterra).

países castelhanos tivessem se unido ou caso um deles tivesse conseguido o apoio de um outro país mais forte que o Brasil.

Mas é bom que se diga que a fixação dos marcos divisórios da fronteira entre dois países não é um assunto de competência meramente militar, além dos financistas envolvidos na questão, também incluem a atuação de diplomatas, ministros, parlamentares, presidentes, dentre outros. Isso porque é preciso que primeiro ocorra a definição da linha que dividirá os Estados nacionais vizinhos para depois a delimitação dela por meios cartográficos. Portanto, a compreensão da conclusão de uma fronteira exige um olhar multifocal capaz de enxergar a participação dos vários atores.

Com relação ao Acre, o Brasil não teve acréscimo de um palmo sequer de terras durante a fase militar. Os conflitos armados protagonizados por nordestinos resultaram, quando muito, em um Estado Independente e não na nacionalização do território ocupado. Apesar da importância do resultado advindo das trincheiras, a solução final não foi uma consequência dele, uma vez que a vitória obtida em Puerto Alonso em janeiro de 1903 não significou o fim da Questão do Acre¹¹⁷.

A nosso ver, o desfecho da Questão Acriana só começou quando a diplomacia brasileira obteve a neutralidade dos EUA, que até então estavam inclinados aos reclames bolivianos. Isso por dois motivos: o primeiro porque muitos financistas norte-americanos estavam envolvidos no *Bolivian Syndicate*; segundo porque o Brasil até o momento se negava ao alinhamento requerido pela Doutrina Monroe ficando, inclusive, indiferente à Conferência Pan-americana de 1890. As relações comerciais e financeiras com a Inglaterra ainda eram muito mais fortes.

O resultado da fase militar obtida em âmbito regional não teria vida longa caso os EUA resolvessem intervir na questão tanto para salvaguardar os interesses dos capitalistas ianques quanto para penalizar o Brasil pelo seu não-alinhamento. Para que isso não ocorresse, o Brasil teve que primeiro se comprometer com a filosofia “Monroe” e depois compensar os financistas envolvidos no *Bolivian Syndicate* pelos prováveis prejuízos que teriam com a renúncia do direito de explorar o Acre¹¹⁸. A neutralidade norte-americana deixou os

¹¹⁷ Faltava negociar o território com o governo do Peru.

¹¹⁸ Além do receio da intervenção norte-americana, o Brasil também temia represália dos bancos estrangeiros caso deixasse o Sindicato ter prejuízos. A economia brasileira já era dependente de empréstimos e financiamentos externos.

bolivianos à mercê da diplomacia brasileira. Logo abaixo elaboramos um esquema para resumir o processo de anexação do Acre da forma como o compreendemos.

Esquema 1 – Divisão didática do processo de anexação do Acre.

Fonte: próprio do autor.

4.1 DA “GESTAÇÃO”

4.1.1 A Fase Invasiva

Para compreensão do significado da borracha na economia brasileira da Primeira República é preciso não isolá-la de um contexto maior – o capitalismo – no qual o Brasil se inseria como país periférico, fornecedor de produtos primários.

(FAUSTO, 1985, p. 287).

É importante observar que o fluxo migratório de nordestinos para o Acre deve ser entendido como o momento de introdução da economia da borracha à expansão do capital monopolista do final do século XIX.

(PAVANI, 1982, p. 12-13).

É o capital monopolista, portanto, que vai pôr em marcha a economia da borracha na Amazônia.

(SILVA, 1982, p. 15).

Por que somente a partir da segunda metade do século XIX foi que o território do atual Estado do Acre se tornou alvo da migração brasileira? Por que a Questão do Acre só surgiu em fins do século XIX? Para responder a essas perguntas, qualquer pesquisador terá que recorrer à diacronia, pois foi somente quando a borracha se tornou um insumo produtivo industrial que o território foi desbravado, do ponto de vista brasileiro; invadido, do ponto de vista boliviano; e despovoado, do ponto de vista indígena. Enquanto ela era apenas um patrimônio cultural indígena¹¹⁹ ou mera “droga do sertão”, o território que hoje pertence ao Estado do Acre não despertou qualquer manifestação “patriótica” por parte dos brasileiros.

É bom que se diga que essa valorização teve a ver com as expedições científicas na Amazônia em meados do século XVIII e com o progresso tecnológico alcançado pelos países desenvolvidos no século XIX. As expedições reconheceram e divulgaram o potencial comercial da borracha na Europa. Já o progresso tecnológico foi quem possibilitou o emprego daquela substância elástica como matéria-prima em diversas indústrias. Tudo isso acabou

¹¹⁹ Antes mesmo da *descoberta* do Brasil vários povos já a empregavam em diversas situações. Desde a caravana de Cristóvão Colombo (1492), há relatos que mencionam “um lendário jogo com bola, no qual dois times de índios corriam atrás de uma esfera escura que quicava com força, subindo mais alto do que se podia imaginar” (JACKSON, 2011, p. 32).

tornando a Amazônia (vide mapa abaixo) alvo de capitais internacionais. Portanto, foram “as ambições das grandes potências que transformaram a selva” (JACKSON, 2011, p. 13).

Mapa 1- Habitat da *Hevea Brasiliensis*.

Fonte: DEAN, 1989, p. 22.

Na primeira metade do século XVII, a região amazônica mais parecia uma “terra de ninguém”. Não havia tanto empenho militar por parte da Espanha na defesa das fronteiras de suas colônias latino-americanas, ficando elas à mercê de aventureiros, que adentravam naquele “inferno verde” (RANGEL, 2001) a procura de riquezas. No século XV, a região já havia sido explorada por Vicente Pinzón, Francisco de Orellana¹²⁰, Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre, além de Pedro Teixeira¹²¹ no século XVI.

Apesar de o império português proibir a entrada de visitantes de outros países em suas colônias, o cientista francês Charles-Marie de La Condamine (1701/1774) conseguiu descer e subir o rio Amazonas várias vezes nos anos de 1735 a 1745. A vinda do cientista para a América teria como objetivo a realização de pesquisas sobre o exato grau do arco do meridiano localizado próximo à linha equatorial. Mas desde o início, em Quito, no Peru, “a expedição era suspeita de procurar tesouros incas” (MINGUET, Hélène. In: LA CONDAMINE, 1992, p. 11).

¹²⁰ Foi o primeiro a percorrer integralmente o curso do rio Amazonas, desde os Andes ao Oceano Atlântico. A expedição aconteceu nos anos 1541/2 e teve como cronista Frei Gaspar de Carvajal.

¹²¹ Foi graças aos registros e às demarcações e posses feitas pela expedição de 1637/9, realizada por Pedro Teixeira que os portugueses puderam reivindicar o domínio da maior parte da região Amazônica.

Foi ele quem pela primeira vez se preocupou em redigir um relatório completo sobre “a coleta de látex de seringueira bem como os objetos que dele eram feitos [...] descrevendo não só os artefatos indígenas de borracha, como sugerindo sua aplicação numa diversidade de outros artigos” (PINTO, 1984, p. 11). Quando o francês retornou à Europa, levou consigo amostras da borracha. O relatório de suas pesquisas foi lido na *Academia de Ciência* de Paris em assembleia pública ocorrida em 28 de abril de 1745.

A descrição detalhada e sistematizada da exploração e da utilização da borracha entre os indígenas da América do Sul fazia parte do mesmo processo mais geral, de **expansão colonial dos países da Europa Ocidental, da busca de novas fontes supridoras de matérias-primas, bem como de novas oportunidades para a valorização e acumulação do capital europeu.** (PINTO, 1984, p. 11, grifo nosso).

Enquanto expedição científica, a viagem de La Condamine “revela o aspecto mais espetacular do fracasso humano” (Hélène Minguet, In: LA CONDAMINE, 1992, p. 17). Isso porque os cientistas que faziam parte da equipe “parecem ter desejado trabalhar por conta própria, sem querer colaborar realmente para a obra comum” (*idem, ibidem*). Pode-se dizer que a expedição foi o símbolo do egoísmo e da ambição, em que todos queriam o desfrute exclusivo dos “louros” da pesquisa científica.

A história acabou por immortalizar o nome de La Condamine. Mas o relatório dele foi “muito menos rico que o de Bouguer” (*idem, ibidem*, p. 20), outro cientista que também fazia parte da expedição e com quem La Condamine mantinha “encarniçada rivalidade” (*idem, ibidem*, p. 16). Quando ambos retornaram a Paris, houve uma “interminável polêmica” (*idem, ibidem*) para saber qual dos dois era o mais digno de credibilidade. Por fim, venceu o La Condamine, deixando Bouguer ao quase anonimato.

O balanço científico da expedição teria sido sem dúvida muito mais rico se seus membros não se tivessem dilacerado, desde o início, em querelas mesquinhas e rivalidades implacáveis [...] lamentável é a ausência da maior parte dos documentos de história natural de Jussieu (outro cientista da expedição), irremediavelmente perdidos, destruídos por homens grosseiros, ignorantes e rudes (MINGUET, Hélène. Apresentação. In: LA CONDAMINE, 1992, p. 21).

Apesar de os cientistas justificarem suas viagens com argumentos em favor do avanço da ciência, os relatórios de pesquisa deles mais pareciam uma espécie de zoneamento

ecológico econômico da região pesquisada. Eles fizeram um mapeamento das riquezas potencialmente comercializáveis. O historiador amazonense Arthur César Reis (1982) afirma que tais expedições estavam a serviço do imperialismo, que buscava ganhar dinheiro com a descoberta de novos produtos.

Para exemplificar o oportunismo desses “cientistas”, abriremos um parêntese aqui para falar de Henry Wickham (1846-1928), um botânico inglês que adentrou na Amazônia brasileira na segunda metade do século XIX para desenvolver “pesquisas” em sua área de conhecimento e acabou se tornando o protagonista do primeiro caso internacional de biopirataria que se tem notícia (Cf. JACKSON, 2011). Em 1876, ele contrabandeou do Pará para Londres cerca de 70 mil sementes de *hevea brasiliensis*.

Quando chegou em Londres as sementes foram encaminhadas para ao Royal Botanic Gardens (Jardim Botânico Real) e depois plantadas na Malásia, então colônia inglesa. As sementes roubadas foram ali cultivadas racionalmente. A partir de 1912, a Malásia já figurava como a maior produtora de borracha do mundo, ocasionando a crise na economia amazônica.

Pelo “grande feito” do contrabando, Henry Wickham foi recebido pelo governo inglês com honras de herói, sendo agraciado com o título de nobreza das mãos da própria rainha Vitória. Afinal, ele havia realizado “um dos atos de maior repercussão e sucesso de pirataria biológica da história mundial [...] e ele se gabava de ter feito isso à vista de uma canhoneira brasileira” (JACKSON, 2011, p. 20).

Tudo isso mostra que não havia preocupações morais quando o assunto era expansão capitalista. Se indústria automobilística inglesa precisava de borracha para se tornar autossuficiente de matéria-prima, a biopirataria era vista como um mal necessário. Quando brasileiros invadiram terras estrangeiras em busca de seringueiras, o assassinato de nativos que ocupavam a região também foi um mal necessário. E era dessa forma que o capital imperialista era reproduzido.

Poucas fábulas modernas demonstram com tanta clareza como um indivíduo influencia o curso da história – e depois as consequências que fogem ao controle. A borracha se tornou um fim em si mesmo, e os **horrores cometidos em seu nome** foram o efeito involuntário da busca por um bem maior. Henry Wickham via seu **roubo** como um ato tanto de patriotismo quanto de salvação pessoal [...] parábolas do uso e abuso da natureza na busca pelo poder. Hoje, as ruínas prevalecem [...] a

borracha lhe trouxe honras e fama, mas seu afamado **roubo das sementes** acarretou o apocalipse econômico da Amazônia. (JACKSON, 2011, p. 24, grifo nosso).

Após exemplificarmos o oportunismo de muitos dos cientistas que realizavam pesquisa na Amazônia, retornemos a La Condamine. A divulgação de seu relatório de pesquisa na Europa despertou grande interesse nos investidores. Houve grande empenho em potencializar a utilização comercial do produto. E foi assim que em 1763, o francês David Herrissent¹²² introduziu o uso da terebintina e do éter como solvente no processo de produção de artefatos cirúrgicos de borracha.

Em 1770, o inglês Joseph Priestley descobriu que o látex depois de coagulado se tornava um excelente apagador de marcas de lápis feitas em papel. Em 1790, François de Fourcroy (1755-1809), um dos fundadores da química moderna, fez várias tentativas de dissolver a borracha. Em 1791, o inglês Samuel Peal conseguiu impermear tecidos aplicando nele camadas de látex. Em 1811, foi criada em Viena (Áustria) uma fábrica de borracha (Cf. SANTOS, 1980, p. 45)¹²³.

Em 1820, o inglês Thomas Hancock “desenvolveu um processo mecânico de moldar a borracha, através da pressão e do calor gerados pela fricção de uma roda dentada movimentada no interior de um cilindro no qual se introduziam pedaços de borracha” (PINTO, 1984, p. 13). No mesmo ano, ele “abriu a primeira fábrica de borracha da Inglaterra” (JACKSON, 2011, p. 20). Em 1823, o químico escocês Charles Macintosh descobriu que a borracha se dissolia em nafta, um solvente inflamável e isso favoreceu a invenção da capa de chuva. E em 1833 surgiu a primeira loja de artigos de borracha nos EUA.

A Inglaterra logo se viu inundada de vários objetos de borracha: rolos, blanquetas de impressão, correias de transmissão, almofadas para mesa de bilhar e instrumentos cirúrgicos. Em 1827, a primeira mangueira de borracha foi usada para apagar um incêndio em Fresh Wharf [...] Em 1830, Hancock e Macintosh uniram suas empresas. Em 1835, a fábrica de borracha de Hancock era a maior do mundo. (JACKSON, 2011, p. 34).

Apesar de todos os avanços tecnológicos, ainda havia obstáculos a serem superados para a definitiva consolidação da borracha como matéria-prima industrial, citaremos alguns

¹²² (Cf. PINTO, 1984, p. 12). Vale lembrar que Roberto Santos (1980, p. 45) afirma que o uso da terebintina foi descoberto pelo francês François Fresneau em 1762.

¹²³ “Somente em 1822 surgiu a primeira indústria americana de borracha” (SANTOS, 1980, p. 47).

deles: a descoberta de alguma técnica que a deixasse estável quando exposta às variações climáticas. Isso porque ela tendia a endurecer no frio e se tornar flácida no calor. A solução só veio em 1839, quando o norte-americano Charles Goodyear (1800-1860) inventou o processo de “vulcanização”¹²⁴.

A vulcanização é um processo termoquímico aplicado à borracha, a fim de deixar sua forma inalterada diante das variações do nível de calor ambiental. Misturava-se o produto com enxofre e depois, durante um determinado tempo, o expunha a uma temperatura de 150°C (Cf. SANTOS, 1980, p. 49). “Com a descoberta de Goodyear, a borracha se transformou em um novo tipo de ouro” (JACKSON, 2011, p. 36).

Com isso, a demanda pelo produto aumentou de forma exponencial, pois a borracha passou a ser empregada em quase tudo: roupas impermeáveis, solas de calçados, tubos, mangueiras, para-choques, ligas elásticas para suspensório, mangueiras, amortecedores, inibidores de infiltração, lonas, carpetes, pisos, isolamento elétricos, bolas, luvas, etc. É por isso que Pinto (1984, p. 28) diz que “a indústria da borracha nasceu das transformações engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, durante o período da Revolução Industrial”. Abaixo, alguns gráficos e tabelas que mostram o aumento da exportação da borracha e a importância estratégica que ela passou a assumir na economia brasileira.

Tabela 1 - Exportação da borracha na Amazônia brasileira (1825-1900).

ANO	TONELADAS	ANO	TONELADAS
1825	93 t	1861	2.515 t
1830	156 t	1866	5.434 t
1834-35	175 t	1871	6.765 t
1839-40	418 t	1876	7.909 t
1844-45	367 t	1881	8.506 t
1849-50	879 t	1886	12.690 t
1854-55	2.868 t	1891	16.550 t
1859-60	2.531 t	1896	19.500 t
1856	1.906 t	1900	23.650 t

Fonte: SANTOS, 1980, p. 52 e 217.

¹²⁴ Thomas Hancock realizava experiências iguais na Inglaterra, patenteando a vulcanização em 1844 (Londres). A história da borracha provocou mais uma disputa judicial, agora para saber quem teria direito do usufruto dos “dividendos” da descoberta.

Tabela 2 – Borracha exportada pela Amazônia, em toneladas – anos selecionados.

Ano	1830	1850	1870	1880	1890	1900	1910	1912	1915	1920	1939
Ton.	156	879	5.602	8.679	15.355	23.650	34.248	37.178	29.772	23.586	11.861

Fonte: IBGE – Anuário estatístico 1939-40 (apud SANTOS, 1980).

Tabela 3 - Principais produtos de exportação do Brasil (1901-1910).

Período	Principais produtos de exportação (Em %)				
	Total	Café (1)	Borracha	Algodão (2)	Outros (3)
1901/1910	95,2	51,3	28,2	2,1	13,6

Fonte: Estatísticas do Século XX, IBGE (2003), p. 432.

Gráfico 3 - Exportação de borracha e de café na balança comercial do Brasil: 1901-1920.

Fonte: Baseado nos dados de Estatísticas do Século XX, IBGE, 2003¹²⁵.

A indústria de pneus consolidou de vez o sucesso da borracha no comércio mundial. Em 1888, o irlandês John Boyd Dunlop inaugurou a primeira fábrica de pneus do mundo, aplicando a borracha em rodas de triciclos, bicicletas, carruagens e depois de automóveis propriamente ditos. “E desde aí a indústria automobilística não parou de crescer, arrastando consigo no fulminante sucesso a indústria de pneumáticos de borracha” (SANTOS, 1980, p. 201). Tudo isso “tornou a indústria contemporânea dependente da borracha” (*idem, ibidem*, p. 200).

¹²⁵ Disponível também em <<http://propostademocratica13.blogspot.com.br/2011/05/quatro-graficos-duas-epocas-dois.html>> acessado em 20 de setembro de 2012.

Dessa forma, teve início uma nova etapa no desenvolvimento da indústria de artefatos de borracha. Sua consolidação, em termos técnicos, iria **desencadear todo um processo de corrida às fontes supridoras de matérias-primas** – processo esse indissoluvelmente articulado com a expansão imperialista da segunda metade do século XIX. Além disso, as tendências à concentração e centralização do capital, excepcionalmente nítida neste período, e que iriam culminar com a formação dos grandes trustes e cartéis, vão permear toda a evolução da indústria de artefatos de borracha. (PINTO, 1984, p. 15, grifo nosso).

Alguns entraves precisaram ser superados para que a Amazônia conseguisse abastecer o mercado mundial de borracha. Não havia transporte fluvial adequado, não havia mão de obra abundante, não havia um sistema de crédito capaz de tornar o empreendimento realizável e, para piorar, a navegação pelo rio Amazonas era proibida para navios estrangeiros. Mas todos eles foram facilmente superados, afinal, vivia-se em tempos de “era dos impérios” (HOBSBAWM, 2003) em que as “grandes potências destroçavam impiedosamente quaisquer barreiras que se opusessem aos seus interesses econômicos” (SANTOS, 1980, 54).

Em 1852, o governo imperial brasileiro autorizou o Barão de Mauá a explorar comercialmente o transporte fluvial no rio Amazonas. A primeira viagem ocorreu em janeiro de 1953, mas a pressão internacional não parou até que o governo brasileiro decretou a abertura do rio Amazonas aos navios mercantes de todas as nações, fato ocorrido em dezembro de 1866. No início dos anos 1870, os ingleses já dominavam o transporte fluvial no rio Amazonas. “Assim começou o reinado da Amazon Steam que, durante toda a borracha, permaneceu como a maior linha de navegação da região e tornou-se um símbolo importante da penetração estrangeira na economia da borracha!” (WEINSTEIN, 1993, p. 82).

O problema da escassez de mão de obra também foi resolvido, mas para isso foi preciso colaboração externa, já que o governo brasileiro, preocupado com a cafeicultura, ficou indiferente à causa, não abrindo crédito para a causa. Os empreendedores brasileiros seguiram o mesmo comportamento, não investindo no negócio que, aos olhos deles, se mostrava arriscado. E “os bancos nacionais não financiavam a extração da borracha e se recusavam a operar com os aviadores. O próprio Banco do Brasil não carrou recursos para a região” (COELHO, 1982, p. 28).

Por conta dessa situação, o capital internacional¹²⁶ “vai financiar o deslocamento da mão de obra nordestina para o Acre que vai assegurar o funcionamento do sistema” (SILVA, 1982, p. 2). Vários bancos estrangeiros inauguraram filiais em Belém e Manaus. Como disse Cardoso (1977, p. 32), “os capitais estrangeiros surgiram *na boca do cofre*, isto é, instalaram-se nas duas capitais (Manaus e Belém) ”.

Operou-se uma grande migração dirigida (SANTOS, 1980, p. 87), facilitada pela grande seca ocorrida no então Norte, hoje Nordeste brasileiro, em fins da década de 1870. O resultado foi o deslocamento de mais de trezentos mil nordestinos para a Amazônia (*idem, ibidem*, p. 100). Parte desse contingente, invadiu as *tierras non descubiertas* bolivianas, transgredindo o Tratado de Ayacucho (1867).

A corrente migratória de nordestinos para a Amazônia deve ser entendida como o momento da inserção da economia da borracha na expansão do capital monopolista [...] O que se quer mostrar é que foi o interesse do capital estrangeiro que articulou as condições de emergência da economia da borracha. (OLIVEIRA, 1983, p. 26).

Financiados por grupos econômicos internacionais, através de uma complexa rede que envolvia exploradores, bancos e grandes empresas industriais, as casas aviadoras de Belém e Manaus e os seringalistas formaram **grupos de agenciadores** que recrutavam mão de obra nos portos do litoral e mesmo em pleno sertão. O resultado disso foi **um êxodo dirigido, comandado em última instância pelos interesses econômicos de grandes empresas capitalistas norte-americanas e europeias** [...] Não era uma migração espontânea e sim, uma migração organizada pelo capital mercantil, representado pelas Casas Aviadoras e pelos seringalistas, interessados tão somente na capacidade de trabalho da população. (OLIVEIRA, 1982, p. 14-15, grifo nosso).

Por tudo isso é que a anexação do Acre ao Brasil e a formação da sociedade acriana não podem ser compreendidas sem o estudo do processo de expansão da economia-mundo capitalista. Qualquer que seja a escolha do acontecimento fundador do Acre ele sempre estará ligado à produção da borracha que, por sua vez, está subordinada a um conjunto de outros fatores, principalmente os oriundos da conjuntura internacional da época. Pois é “o capital monopolista internacional quem vai articular a formação, no Acre e na Amazônia, de uma economia voltada para a produção daquela importante matéria-prima” (SILVA, 1982, p. 2).

¹²⁶ Principalmente o inglês – pois a Inglaterra dominava o comércio mundial da matéria-prima; e também o norte-americano – pois as indústrias dos EUA eram líderes na produção de artefatos de borracha. “Na Inglaterra, a importação passou de 23 t em 1830, 68 t em 1845, 209 t em 1850 e 1.818 t em 1855. Nos EUA, em 1850 a borracha importada já atingia 1.000 t, e em 1865 subiu a 3.000t” (SANTOS, 1980, p. 49).

O desbravamento da selva para a formação e manutenção dos seringais exigia a mobilização de capitais necessários às despesas de transporte, pessoal, abastecimento e colocação posterior do que fosse obtido com a produção. Ao iniciar-se a empresa gomífera não havia capitais na Amazônia, mas logo que a borracha se mostrou um empreendimento rendoso, capitais estrangeiros para aí se mobilizaram. Dessa forma, as casas aviadoras, contando a maior parte, com capital estrangeiro, tiveram também a função de financiar a borracha. (PRADO e CAPELATO, 1989, p. 293).

A invasão do território estrangeiro e a posterior decisão do governo brasileiro em anexá-lo foram decorrentes da importância econômica da borracha no mercado internacional. No entanto, "em defesa dessa preposição alegava-se que o governo republicano não poderia abandonar os brasileiros que viviam naquelas terras valorizadas" (AQUINO e ARZUA, 2008, p. 93). Como afirmou Barros (1993, p. 37), a preocupação era "mais por questões econômicas do que em defesa dos nacionais radicados no Acre, os amazonenses passaram a se opor à incorporação daquela área ao país vizinho".

O Acre enquanto território brasileiro nunca teria existido sem a abundância de seringueira nos vales dos rios Purus e Juruá, sem o interesse comercial do capital internacional pelo produto, sem a ambição da elite gomífera e dos governos de Manaus e Belém, sem a ilusão da riqueza fácil dos migrantes (Cf. SANTOS, 1980, p. 110) e sem a visão geopolítica da diplomacia brasileira da época,

O Acre é a realização brasileira do Século XIX. Últimos anos do século. Decorreu de um processo econômico-social desencadeado pela borracha. **Sem borracha, é quase certo, não haveria Acre.** As fronteiras entre o Brasil e Bolívia, nessa região, ficariam indefinidas, até que um ajuste e demarcação, de rotina, viesse dar o reconhecimento político jurídico dos limites entre as duas nações [...] a motivação econômica estimulou aos brasileiros a explorar esse produto. (TOCANTINS, 1984, p. 37, grifo nosso).

Conscientemente ou não, os nordestinos migraram para a região amazônica nos *braços do capital financeiro internacional*¹²⁷. Eles ficaram à disposição da reprodução ampliada do capital estrangeiro. Foram “os pés e as mãos” do capital internacional na região gomífera. Serviram para saciar a sede de lucro do capital estrangeiro com os *rios de dinheiro* que saíam dos portos das duas cidades citadas em formato de pélas de borracha. Não dá para negar que “o processo de ocupação do espaço territorial acriano foi determinado por

¹²⁷ Como afirma Rabab Benakouche (1982, p. 28), uma das características diferenciadoras da exportação de capital para a de mercadoria, é a de que a primeira expande as relações sociais de produção capitalista e a segunda não.

circunstâncias exógenas [...] de acordo com os interesses das economias centrais” (SILVA, 1982, p. 8).

[...] ao exercer o seu trabalho na extração do látex e na transformação deste em borracha, o seringueiro se constituía num elemento importante do processo de reprodução e acumulação do capital monopolista nos principais centros produtores de artefatos de borracha. O seu sobretrabalho era apropriado, em última instância, pelos proprietários das fábricas. O seringalista, o aviador e o exportador eram elos de intermediação entre o seringueiro isolado na mata e o capital industrial europeu ou norte-americano. (SILVA, 1982, p. 20).

(a região acreana) foi um Espaço Regional criado a partir das necessidades postas pela industrialização dos países centrais, o atual Estado do Acre, depois de mais de um século de ocupação, tem na economia do extrativismo elemento representativo da base econômica da sua reprodução social. (LIMA, 1994, p. 21).

Tentaremos sintetizar tudo que falamos até agora por meio dos Esquemas 2 e 3. Desnecessário dizer que são abstrações feitas a partir de uma perspectiva macroeconômica e que, portanto, não retratam com fidelidade ímpar a realidade histórica que é dinâmica por natureza, ocorrendo variações que fogem à regra. No entanto, em ambos tentamos mostrar a ascendência de acontecimentos que resultaram na consolidação da economia gomífera e da própria anexação do Acre ao Brasil.

O ponto de partida para a compreensão da anexação do Acre, como se pode constatar nos esquemas, não foi a “Revolução Acriana”. Como já falamos em outras ocasiões, a “Questão do Acre” foi uma consequência da inserção da região na cadeia produtiva mundial capitalista. A nacionalidade do Acre pouco importava para o capital internacional, independentemente de quem o administrasse – se pela Bolívia, Brasil, Peru ou pelo *Bolivian Syndicate* – as Casas Exportadoras continuariam operando como “bomba de sucção” de matérias-primas por meio do sistema de aviamento, com isso, os maiores rendimentos continuariam tendo como destino o centro da economia-mundo capitalista. Afinal, “um hino e uma bandeira nunca foram verdadeiros obstáculos ao controle econômico externo” (LOPEZ, 2000, p. 50).

Esse é um dos motivos pelos quais não dá para pensar a “Revolução Acriana” como uma disputa armada contra o imperialismo. As elites gomíferas peruanas, brasileiras e bolivianas obtinham os seus lucros dos “resíduos” da volumosa quantidade de riquezas que era exportada da região em forma de pélas de borracha. A disputa armada pelo direito ao território acriano representava a luta pelo monopólio a tais “resíduos”.

Esquema 2 – A Economia-Mundo e a anexação do Acre ao Brasil.

Fonte: elaboração do autor.

Esquema 3 – A expansão da economia mundial e a anexação do Acre ao Brasil.

Fonte: elaboração do autor.

Observando os esquemas acima fica visível que toda a estrutura do sistema de aviamento fora montada para atender às demandas oriundas do centro da economia-mundo capitalista. Terminado o interesse externo pelo produto amazônico, uma profunda crise da economia gomífera seria inevitável. E foi exatamente isso que aconteceu.

O capital estrangeiro ligado à comercialização e distribuição do produto brasileiro no exterior abandonou o vale do Amazonas, em busca dos lucros mais seguros das plantações do Oriente [...] a borracha de plantação do Oriente, organizada de forma racional, rapidamente suplantou a borracha silvestre da Amazônia [...] as colônias inglesas e holandesas, com suas vastas plantações de seringueiras, dispondo de mão-de-obra abundante e barata, fretes reduzidos e transportes fáceis, desarticularam a frágil estrutura de produção da borracha no vale amazônico. O custo da produção na Ásia era inferior ao da Amazônia, onde as técnicas de extração do látex, de coagulação e de preparação da borracha eram primitivas e imutáveis, onde o transporte era oneroso e o rendimento do trabalho solitário do seringueiro em busca das árvores dispersas em longas distâncias, de difícil acesso e controle, era muito pequeno. Enquanto um trabalhador da Malásia podia recolher num só dia três quilos de borracha, um seringueiro da Amazônia recolhia um quilo de oito a quinze dias. (PRADO e CAPELATO, 1989, p. 301-302).

O elevado preço que a borracha alcançava no mercado internacional incentivou o ingresso de inúmeros outros produtores no mercado, os principais estavam na Malásia, Ceilão, Índia, Birmânia, Indochina, Sião e Bórneo britânico. O preço da borracha asiática se mostrou mais competitivo. No entanto, como a quantidade produzida inicialmente era pouca, não influenciou tanto na cotação do preço internacional do produto. O problema passou a existir quando a produção asiática aumentou ao ponto de influenciar os preços internacionais. Abaixo uma tabela para demonstrar o que aconteceu.

Tabela 4 – Comparação da produção de borracha na Ásia e no Brasil (1900-1937).

ANOS	TONELADAS	
ANOS	ÁSIA	BRASIL
1900	508	24.302
1906	11.176	38.547
1913	54.356	36.232
1914	75.692	33.531
1930	816.864	14.136
1932	711.708	6.224
1937	1.193.292	14.792

Fonte: MARTINELLO, 2004, p. 139.

Se compararmos a quantidade de borracha asiática produzida em 1906 com a de 1913, verificamos que cresceu quase cinco vezes, o que ocasionou o fim da hegemonia da borracha amazônica no mercado mundial. O resultado foi a queda dos preços, que aconteceu não por insuficiência de demanda, pois a procura pelo produto continuou crescendo (Cf. SANTOS, 1980, 234; PRADO e CAPELADO, 1989, p. 305).

Somente em 1915, como mostra o quadro abaixo, foi que a produção excedeu a demanda mundial, motivo pelo qual até então, apesar da crise, a quantidade de borracha exportada não havia sofrido uma queda proporcional à baixa do preço¹²⁸. Portanto, não nos parece coerente afirmar que os preços a partir de 1910 abaixaram porque “o mercado não conseguia absorver tudo que era produzido” (KLEIN, 2013, p. 116).

Tabela 5 – Produção, consumo e preços mundiais da borracha (1900-1919).

Anos	Produção (t)				Consumo (t)	Preços ¹	
	Brasil	África e América Central	Ásia	Total		Londres £	N. York US\$
1900	26.750	27.180	3	53.933	51.581	275,5	1.276,9
1901	30.290	24.549	4	54.843	52.543	248,0	1.124,4
1902	28.700	23.640	7	52.347	50.298	248,0	1.090,6
1903	31.095	24.830	19	55.944	54.330	275,5	1.390,2
1904	30.650	32.080	41	62.771	59.199	303,1	1.559,8
1905	35.000	27.000	171	62.171	65.856	330,7	1.667,4
1906	36.000	29.700	615	66.315	71.671	647,6	1.733,3
1907	38.000	30.170	1.323	69.493	68.769	509,8	1.599,7
1908	38.860	24.600	2.014	65.474	68.028	484,6	1.291,7
1909	42.000	24.000	3.685	69.685	70.075	780,8	1.858,9
1910	40.800	21.900	8.753	71.453	76.020	964,5	2.267,2
1911	37.730	23.000	15.800	76.530	88.000	601,7	1.868,7
1912	43.370	28.000	28.194	99.564	103.740	523,6	1.771,9
1913	39.580	21.450	47.618	108.628	112.120	333,0	1.441,4
1914	36.700	12.000	71.380	120.080	120.380	252,6	1.080,9
1915	37.220	13.635	107.867	158.722	156.000	275,6	1.095,0
1916	37.000	12.450	152.650	202.100	189.762	314,6	1.297,4
1917	39.370	13.258	204.251	256.879	285.867	310,6	1.260,6
1918	30.700	9.929	200.950	241.579	239.904	245,2	988,6
1919	34.285	7.350	381.860	423.495	381.497	227,4	885,6

Fonte: SANTOS, 1980, p. 236, destaque nosso.

Tabela 6 – Produção e consumo mundial da borracha.

Anos	PRODUÇÃO (t)				CONSUMO	ESTOQUES	
	S.E. Ásia	Brasil	Restantes	Total		Ano	Em trânsito
1900-1904	4 572	146 758	87 430	238 760	281 940	1919	38 100
1905-1909	23 876	184 076	137 488	345 440	391 160		220 980
1909-1909	193 040	187 141	176 085	556 260	579 120		429 260
1915-1919	1 046 480	156 572	99 968	1 303 020	1 132 840		
1920-1924	1 761 236	100 463	33 301	1 905 000	1 918 208		
1925-1929	3 144 012	111 649	84 439	3 340 100	3 230 880		

Fonte: CARONE, 1978, p. 65, destaque nosso.

¹²⁸ Com a queda do preço, estimulou-se ainda mais o consumo.

O que de fato provocou a queda dos preços foi a chegada da borracha asiática ao mercado mundial. O preço de produção¹²⁹ asiático ficou abaixo dos custos de produção da borracha amazônica¹³⁰. Isso significa que a borracha oriunda de seringais de cultivo chegava ao mercado internacional a um preço que, no Brasil, mal dava para cobrir as despesas com a produção.

A partir de 1908, as plantações e a produção do Oriente cresceram avassaladoramente, dobrando de ano para ano, o mesmo ocorrendo com o consumo. Contudo, os valores produzidos pelo Brasil e outros locais do mundo permaneceriam estáveis, fato explicável pela falta de plantações, e pela queda dos preços, a partir de 1910, a níveis que só o Oriente poderia suportar, pois **o seu custo era muito inferior, não só pela produção racional, mas pela imensa massa trabalhadora semiescrava** [...] O excesso de borracha, a instalar-se com a entrada em produção dos grandes seringais do Oriente, fatalmente traria profundas modificações na comercialização do produto, baixando o seu preço e fazendo sair do mercado aquela de condições desvantajosas, como o caso da produzida na Amazônia. Daí o grande interesse despertado em se identificar os fenômenos que tornavam altos os custos da nossa produção, muito superiores aos asiáticos, e que levariam os nossos seringais à ruína (LOUREIRO, 2008, p. 22 e 56, grifo nosso).

A diminuição dos preços internacionais provocou imediata redução da margem de lucro dos principais atores envolvidos no sistema de aviamento amazônico. Isso porque a extraordinária renda econômica¹³¹ oriunda dele era uma consequência direta da posição privilegiada do Brasil como fornecedor exclusivo de borracha feita a partir do látex extraído da *hevea brasiliensis*, que era a preferida dos importadores. Portanto, o sistema de aviamento só se mostrava eficaz para gerar excedente e remunerar o capital nele investido nessa situação específica.

Com a perda do monopólio da produção de borracha, houve uma diminuição da capacidade produtiva do sistema de aviamento da borracha amazônica. A produção asiática

¹²⁹ Equivale ao preço de custo acrescido da taxa média de lucro.

¹³⁰ Só para exemplificar, em 1915, o custo da produção de um quilo de borracha em francos era de 3,4 na Ásia e 7,5 no Brasil. Ou seja, os produtores asiáticos podiam vender a borracha por 7,0 francos, preço abaixo do curso de produção dos brasileiros. (Cf. SANTOS, 1980, p. 235).

¹³¹ Renda econômica é a mesma coisa que excedente econômico, ou seja, é o ganho de um fator de produção que excede à quantia mínima necessária para mantê-lo em seu emprego e impedir o seu deslocamento para outros usos. Os ganhos eram distribuídos em proporções desiguais, conforme o posicionamento do agente econômico na cadeia de aviamento. De maneira simplista podemos dizer que no topo da cadeia estavam aqueles que detinham os lucros extraordinários, a saber: as Casas Exportadoras e algumas das principais Casas Aviadoras; na base, estavam os endividados crônicos, a maioria por sinal, a saber: os seringueiros e tantos outros seringalistas sem sucesso. No centro, estava a maioria das Casas Aviadoras e tantos outros seringalistas que obtinham um saldo positivo razoável.

forçou a queda da cotação da borracha, tirando do mercado a maior parte dos produtores brasileiros. É inegável, portanto, que o fim do *boom* da borracha amazônica e a posterior crise econômica amazônica tiveram uma relação direta com o ingresso da produção asiática no mercado internacional.

O sistema de aviamento de mercadorias sobreviveu ao período de 1910-20. Isso porque durante o período quem de fato entrou em crise não foi o sistema de aviamento propriamente dito, atividade econômica anterior ao *boom* da borracha. O próprio aviamento da borracha, com algumas alterações na cadeia de aviamento, conseguiu sobreviver, embora com drástica diminuição da exportação do produto. Quem de fato sofreu uma *débâcle*¹³² foi a economia amazônica, baseada na produção e exportação da borracha natural silvestre.

Inúmeros bancos fecharam as portas e tantas outras Casas de Aviamento e seringais decretaram falência. Houve uma dramática diminuição da exportação da borracha e, conseqüentemente, uma proporcional queda na arrecadação alfandegária nos Estados do Pará, Amazonas e no Território do Acre. A importância econômica que a Amazônia alcançara durante o *boom* da borracha jamais seria alcançada nos anos seguintes.

Algumas firmas sobreviveram ao período da crise da economia gomífera, em geral, aquelas que detinham reservas acumuladas. Em consequência da concorrência asiática e do conseqüente crescimento do *custo de oportunidade*¹³³, tais firmas diversificaram suas atividades ou até mesmo mudaram de ramo. As poucas firmas¹³⁴ que permaneceram no negócio da borracha, assim o fizeram porque com a diminuição dos intermediários, acabaram monopolizando uma considerável fatia do mercado regional, concentrando a remuneração do capital mercantil. Os ganhos oriundos do aviamento de mercadorias compensavam, em certa medida, os custos produtivos da borracha.

Acreditamos que o “sucesso” delas não pode servir como modelo de viabilidade econômica. Pelo contrário, seria mais lógico afirmar que a falência da maioria das firmas que operavam no mercado regional se constituiu em um fator explicativo condicionante da

¹³² Palavra francesa cujo significado é derrocada, colapso ou ruína financeira.

¹³³ Custo de oportunidade se refere o valor que se poderia estar ganhando investindo o capital em outras atividades alternativas disponíveis,

¹³⁴ Especificamente os seringais e as Casas Aviadoras. A firma que atuava na produção da borracha conservou o nome “seringal” por pura tradição. Pois, na prática, boa parte da renda dela já não era mais obtida diretamente da borracha. As Casas Aviadoras não faliram completamente. Isso porque muitos dos migrantes que não voltaram para suas regiões de origem durante a crise continuaram demandando produtos consumidos durante o período do *boom*, mesmo que em uma quantidade bem menor. As mercadorias em circulação diminuíram e já não eram trocadas exclusivamente por borracha.

ascensão desses poucos empreendedores. Isso quer dizer que eles só conquistaram proeminência regional graças ao “espaço” deixado por aqueles que faliram. Em resumo: não havia mercado suficiente para o “sucesso” de todas as firmas amazônicas. Por isso discordamos da afirmação de Klein (2013) logo abaixo.

[...] com a falência do *rush* da borracha a partir de 1910, as empresas seringalistas no Acre que **souberam se adaptar** a esse cenário foram se consolidando como senhora dos domínios econômicos, políticos e sociais da região [...] Essa **inépcia** para com **a adaptação** se deve ao fato de que os agentes da cadeia de aviamento **não foram capazes** de modificar antigas estratégias comerciais frente a esses novos concorrentes vindos da Ásia [...] A cadeia de aviamento da borracha na Amazônia entrou em colapso devido a sua **incapacidade de se adaptar** perante seus concorrentes internacionais (KLEIN, 2013, p. 3, p. 105, e 133, grifo nosso).

Essa forma de pensar soa como uma espécie de “darwinismo social” em que os mais aptos são quem sobrevivem, ou seja, aqueles que melhor se adéquam às novas circunstâncias. Com isso, Klein (2013) dá a entender que o fator determinante da crise da economia gomífera amazônica tenha sido a incapacidade dos agentes econômicos brasileiros em se adaptarem ao novo cenário mundial provocado pela concorrência asiática.

Tal hipótese desconsidera as limitações do mercado internacional no que diz respeito à demanda de borracha. Além do mais, o nível de otimização produtiva obtida nos seringais projetados na Ásia, com árvores plantadas em série, dificilmente seria batido pelos seringais naturais brasileiros, cujas árvores eram espalhadas.

Uma coisa é certa, o *boom* da borracha amazônica teria chegado a termo mesmo que os principais atores da cadeia de aviamento amazônico se “adaptassem”. A capacidade internacional de consumo de borracha tinha um limite. A partir de 1915, a oferta mundial de borracha já ultrapassava a demanda. E, isso, porque os “inaptos” amazônicos já haviam falido. Caso contrário, a situação seria ainda mais delicada. Quanto maior for o desajuste entre a oferta e a demanda, maior será a consequência da depressão.

Alguns conseguiram manter uma certa margem de lucro mesmo operando em um ambiente de recessão econômica, o que não se constituiu em regra e sim em exceções. O fato de prosperarem, não significa que todos conseguiram o mesmo caso adotassem procedimentos gerenciais similares. Pelo contrário, foi a falência da maioria das firmas que possibilitou a prosperidade de algumas. A diminuição da concorrência eleva a possibilidade

de maiores lucros. Tanto é que no Acre, como afirma o próprio Klein (2013, p. 150), a N & Maia foi “a única empresa que sustenta uma atividade ininterrupta de 1904 a 1945”.

Acreditamos a explicação endógena não é convincente. Ela dá a entender que o sistema de aviamento tenderia à crise por si mesmo¹³⁵. Em nossa opinião, a mudança espacial do centro dinâmico da economia mundial da borracha já estava prevista desde o “roubo” das sementes de seringueira protagonizada pelo inglês Henry Wickham na década de 1870. Havendo o sucesso da plantação e uma produção capaz de atender a demanda internacional, a migração dos capitais internacionais para a Malásia, até então alocados na Amazônia, seria uma consequência quase que natural.

Os especuladores ingleses não tinham interesse em continuar investindo em uma região fora dos limites de seu império e uma potencial área de influência norte-americana. Quando a borracha asiática se mostrou mais competitiva no mercado mundial, até mesmo os capitais norte-americanos “fugiram” para lá em busca de uma inversão lucrativa mais proveitosa. Como o *boom* na Amazônia havia sido sustentado, desde o início, por meio de créditos lastreados em capitais estrangeiros, era evidente que a região sofreria uma crise.

E daí vem a pergunta: “poderia a Amazônia competir? [...] para os ignorantes e ufanistas sim”, diz Santos (1980, p. 235). Os “ufanistas” fizeram uso da conjunção subordinativa condicional “se” para elaborar diversas explicações hipotéticas. Dizem que “se” isso ou aquilo tivesse acontecido, tudo poderia ter sido diferente. Pois se alguns conseguiram, outros também poderiam.

“Se” os aviadores tivessem mais espírito empreendedor, a crise não teria ocorrido. “Se” o presidente e os governadores do Amazonas e do Pará tivessem praticado uma política de defesa da borracha, “se” a elite gomífera não tivesse caído no consumismo supérfluo; “se” os seringueiros fossem assalariados; “se” o sistema de aviamento tivesse modernizado, a crise não teria acontecido. Mas a explicação da história não pode estar baseada em meras suposições, ela deve priorizar os fatos. O fato foi que a economia gomífera amazônica entrou

¹³⁵ Essa ideia não tem nada de original. Ela foi defendida pela diretoria da Associação Comercial do Amazonas (ACA) nos últimos anos da década de 1900. E pode ser verificada a partir da leitura das revistas da ACA com primeira tiragem em julho de 1908. Os editores da revista mobilizavam a opinião pública contra os governos do Pará, do Amazonas e Federal que se negavam a investir o dinheiro que arrecadavam com os impostos sobre a borracha na própria economia gomífera. Queriam o financiamento público para a criação de seringais aos moldes daqueles organizados na Ásia e a intervenção dos governos para ao menos diminuir os efeitos da especulação no mercado da borracha.

em bancarrota no mesmo período em que a produção asiática conquistava os mercados que antes eram abastecidos com a borracha brasileira.

Além do mais, as poucas firmas que prosperaram no período da crise não estavam mais dependentes exclusivamente da economia gomífera. Elas se voltaram para outras atividades. Portanto, a prosperidade que obtiveram não pode ser associada ao sucesso contra a concorrência asiática. Isso porque tais firmas, aquelas que tinham capital acumulado, secundarizaram a atividade gomífera em prol de outras mais rendosas. Sobre a opinião dos “ufanistas”, Santos (1980, p. 283) diz:

Trata-se de uma posição vulgar, **de inspiração paroquialista e ingênua**, eu não conheço nenhum autor de responsabilidade, nortista ou não, que lhe tenha emprestado qualquer formulação própria ou ao menos que se mostre inclinado a assumi-la. [grifo nosso].

Para esclarecer melhor nosso raciocínio, lançamos mão de duas perguntas: 1) O que ocasionou a crise da economia gomífera amazônica? 2) Por que a economia gomífera amazônica não conseguiu resistir à concorrência? Apesar da similaridade entre as perguntas, elas não são iguais. A resposta da primeira tem a ver com a identificação do fenômeno desencadeador da crise. A segunda tem a ver com as circunstâncias que favoreceram o êxito do fenômeno ou as precondições que beneficiaram a consecução de seu sucesso ou a realização dele.

Quanto à primeira, para nós, não há dúvidas sobre a resposta: a causa da crise foi a concorrência externa. Quanto à segunda, ela pode ser respondida com inúmeras explicações do tipo “se” já mencionados, das quais separamos quatro: o preço de custo da borracha “aviada” era maior; a ineficácia do governo federal em criar políticas públicas de proteção ou defesa da borracha amazônica; ausência de mudanças estruturais no sistema de aviamento¹³⁶; e a “fuga” de capitais estrangeiros da Amazônia para a Ásia.

Devido à semelhança das questões, alguns autores respondem à segunda, acreditando estar respondendo à primeira. Como exemplo disso podemos citar o próprio Klein quando diz que “a cadeia de aviamento [...] **foi determinante** para a decadência da borracha na

¹³⁶ Talvez as mudanças não vieram pelo fato de que as elites comerciais e políticas ligadas à economia da borracha lucravam com tal estrutura, que por sua vez, estava ligada ao capital internacional. Somente quando o sistema começou a entrar em crise devido à concorrência externa foi que algumas mudanças foram efetivamente tentadas, mas sem sucesso. O aviamento era forma cultural de atividade econômica na Amazônia.

Amazônia” (KLEIN, 2013, p. 115, grifo nosso). E foram “**as contradições internas** que levaram ao colapso da cadeia de aviamento” (*idem, ibidem*, p. 151, grifo nosso). Em outro momento diz que “**as contradições da cadeia de aviamento** foram se avolumando, somando-se de tal forma que ela acabou se tornando em um mau negócio” (*idem, ibidem*, p. 126, grifo nosso). Em resumo: “essa rede produtiva e comercial faliu também por causa de suas **contradições internas**” (*idem, ibidem*, p. 90, grifo nosso).

Ele deu tanta ênfase a essas ditas “contradições internas”, que mais parecem uma transposição do debate marxista dos anos 1950 acerca da “transição capitalista”, que relativizou a importância do “fenômeno desencadeador da crise” propriamente dito. Prossegue dizendo que “a produtividade asiática foi mais um fator que contribuiu para o declínio da borracha na Amazônia” (KLEIN, 2013, p. 115).

E para mostrar que a crise do sistema de aviamento já estava em curso antes mesmo da “superprodução asiática”, Klein (2013, p. 115) afirma que “a cadeia de aviamento já vinha experimentando um declínio dos preços da borracha”, que começou a acontecer “a partir de 1909” (*idem, ibidem*, p. 116 e 121). Portanto, a diminuição dos preços foi considerada uma evidência histórica dessa “contradição interna”.

Em nossa opinião, essa explicação é muito frágil. Primeiro, porque a oscilação do preço que ocorreu nos meses de setembro a dezembro de 1909 cessou com a alta do preço no início do ano seguinte¹³⁷. Segundo, porque a queda ou as variações cíclicas do preço da borracha já havia acontecido em anos anteriores como: 1888 a 1889, 1900 a 1901 e 1906 e 1907. O que nos leva a crer que a queda momentânea do preço não pode ser tomada como um fator caracterizador de uma crise. Durante o período em que a Amazônia monopolizava a produção da borracha, as oscilações nos preços nunca causaram um risco ao sistema de aviamento como um todo. Terceiro, a queda dos preços não pode servir como prova da ineficiência¹³⁸ do sistema de aviamento. Quarto, como veremos adiante, o sistema não era

¹³⁷ Apesar de algumas oscilações pelo caminho, o preço da borracha desde 1876 foi ascendente. Ou seja, o preço da borracha durante o período do *boom* nunca foi menor que o preço vigente em 1876.

¹³⁸ A oscilação do preço da borracha de 1909 foi insignificante se comparada com a de 1908. Além do mais, é sabido que em muitos casos eram as Casas Exportadoras que manipulavam o preço da borracha no mercado internacional, já que elas detinham o monopólio da comercialização do produto. Elas faziam isso para lucrar com a especulação e, de certa forma, provocar a falência dos inúmeros intermediários que iam se formando na cadeia produtiva. Somado a isso, temos a ausência de uma política de câmbio nacional que protegesse o preço da borracha ou um Plano de Defesa da Borracha, proposta que só surgiu em 13 de junho de 1912 e desapareceu em 31 de dezembro de 1913.

“deficitário” como ele afirma. Quinto, “nem sempre uma alta lucratividade é expressão de grande eficiência” (SANDRONI, 1999, p. 357).

Gráfico 4 – Preços e exportações de borracha amazônica (1866-1929).

Fonte: SANTOS, 1980, 223.

O comparativo entre os gráficos mostra que a quantidade exportada não caiu na mesma proporção que o preço. O preço “despencou” a partir de 1910 e chegou em 1921 com uma cotação próxima à do ano 1870. A produção iniciou uma gradativa queda em 1912, que se intensificou no início da década de 1920. Em 1921, a quantidade exportada foi de 17.439 (dezessete mil, quatrocentos e trinta e nove) toneladas, ligeiramente menor que a de 1899 (Cf. SANTOS, 1980, 217). De modo que a exportação dos anos 1920-30 se revelou menor que a dos anos 1890-1900 (CARONE, 1978, p. 64).

A queda dos preços provocada pelo impacto do baixo preço da borracha asiática no mercado mundial foi um grande desestímulo à produção brasileira. Nada teve a ver com as ditas “contradição interna do sistema de aviamento”. Em 1915, um quilo da borracha asiática era vendido ao preço de 6,38 francos e como o custo produtivo dele era de 3,48 francos,

tinham um adicional de 2,9 francos. No Brasil, o custo produtivo médio para casa quilo de borracha produzida era de 7,5 francos (Cf. SANTOS, 1980, p. 235). Ou seja, o preço ofertado pelos asiáticos forçou a queda da cotação da borracha para um preço que não era compensador para os brasileiros.

Não haveria mais acasos, invenções felizes ou guerras capazes de devolver à Amazônia a posição semi monopolítica do passado, restabelecendo os preços a um nível que cobrisse os elevados custos de preparo da borracha no regime do extrativismo e do aviamento. (SANTOS, 1980, p. 237).

A redução da produção amazônica aconteceu de forma menos abrupta do que a do preço da goma porque a demanda internacional ainda se mostrou crescente por décadas. Os produtores asiáticos ainda não tinham capacidade produtiva para atendê-la, o que só conseguiram fazer a partir de 1919 (Cf. SANTOS, 1980, p. 235). Por conta disso, durante o período, toda a produção amazônica produzida era comprada, desde que os aviadores não praticassem o *preço de desistência*¹³⁹.

Para finalizar esse tópico, falaremos um pouco sobre alguns termos que são sempre associados à economia gomífera, tais como *boom*, ciclo, *rush*, crise e depressão. O termo “*boom*”¹⁴⁰ é uma palavra inglesa que é traduzida em português como “explosão”. Em economia ela é usada para designar um período em que ocorre uma rápida e elevada expansão de uma atividade econômica ligada à demanda de um determinado produto ou serviço.

O termo “ciclo” está associado à ideia de “ciclos econômicos” que, por sua vez, tem a ver com o fato de a economia capitalista experimentar regularmente períodos alternados de picos e declínios durante os quais a produção de bens e serviços ora se expande ora se retrai. A fase expansiva do ciclo é também chamada de recuperação e o seu ponto auge de *boom*. Já a fase descendente é chamada de recessão e o seu ponto mais baixo de depressão. Na maioria das vezes, a desaceleração econômica não desemboca em uma depressão por conta da imediata ação governamental. No entanto, os indícios de crise econômica já aparecem desde a

¹³⁹ Preço de desistência é aquele preço inibidor de compra, pois está acima daquele que o consumidor está disposto a pagar em uma dada situação. Como a situação era de insuficiência de oferta comparado à demanda, os importadores estavam dispostos a comprar a borracha brasileira mesmo que tivessem um preço um pouco acima do mercado. Tal preço não poderia ser muito alto, ao ponto do preço de desistência. Em 1915, o quilo da borracha brasileira estava cotado em 6, 38 francos.

¹⁴⁰ Bárbara Weinstein (1993) não concorda com a utilização do termo. Segundo ela, “*boom* é um termo particularmente impreciso. Significa uma súbita explosão de prosperidade, resultante de aumento dos preços da produção, mas não implica qualquer transformação estrutural de maior importância”.

inflexão da fase auge da economia para a fase descendente dele, e eles tendem a se multiplicar proporcionalmente ao prolongamento temporal da recessão.

Com relação à economia acriana, o uso termo “ciclo” passou a ser empregado com maior frequência após 1942, quando a economia extrativista da borracha na Amazônia foi revigorada por uma demanda internacional efêmera e ocasional. Passou-se a designar como “primeiro ciclo da borracha” aquele que durou até a primeira metade da década de 1910 e de “segundo ciclo” aquele da primeira metade da década de 1940. No entanto, a utilização do mesmo não é aconselhável, uma vez que sugere a falsa ideia de que a economia gomífera passará por regulares fases de expansão e retração.

O termo “*rush*” é de origem inglesa e pode ser traduzida por “ímpeto” e transmite a ideia de um movimento repentino e intenso. Ela indica um período em que uma dada economia fica voltada exclusivamente para a produção de um dado bem. O termo “*rush da borracha amazônica*” significa que durante certo período houve um rápido e intenso emprego dos fatores de produção na atividade gomífera. Portanto, esse conceito não guarda relação alguma com a ideia de “ciclo”, apenas quer dizer que em um breve momento houve uma “corrida” de capital e de trabalho para a extração da borracha.

De acordo com os economistas “clássicos”¹⁴¹, a crise econômica está associada ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda de um dado bem. Havendo maior oferta do que demanda, o preço do bem tende a cair, gerando grandes prejuízos. Os prejuízos provocam um declínio da atividade econômica, chamada de recessão. Não havendo uma intervenção eficaz do Estado, a recessão pode se agravar, gerando uma “depressão”, na qual há a elevação da taxa de desemprego e o declínio acentuado da capacidade produtiva.

Com relação à economia da borracha podemos dizer que o *boom* e o *rush* estão associados ao período em que a produção amazônica dominava o mercado mundial. Portanto, o último ano do *boom* ou do *rush* se deu em 1910, ano que o Brasil ainda detinha 57,1% da produção mundial¹⁴². No ano seguinte, a participação mundial brasileira cairia para 49,3% (Cf. SANTOS, 1980, p. 236). A quantidade de borracha exportada da Amazônia entre 1911 e 1920 (328.754 t)¹⁴³ foi menor do que em 1901 e 1910 (345.079 t), e isso sem dizer que ainda exportou por preços mais baixos.

¹⁴¹ Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e outros.

¹⁴² Inclui aí a produção do Brasil, da Ásia e da África e América Central.

¹⁴³ Cf. CARONE, 1978, p. 64.

Segundo o nosso entendimento, o início da crise da borracha propriamente dito teve início em 1912, quando a queda da exportação da borracha se somou à queda dos preços. Houve um desestímulo à produção e uma dramática diminuição da renda total da economia gomífera amazônica. O período de recessão econômica perdurou até ao nível da depressão, quando a borracha deixou de figurar como o principal bem de produção da região.

Optamos pelo ano de 1914¹⁴⁴ para demarcar o início da depressão. Isso porque o ano de 1913 marcou o fim de uma sequência de anos em que a demanda pela borracha natural era sempre maior do que a oferta (Cf. CASSIO, 1850, p. 61). Também marcou a incapacidade do governo federal em tentar “salvar” a economia gomífera amazônica, pois ao final do citado ano, o Plano de Defesa da Borracha, posto em prática em 1912, já dava sinais de insucesso. E em 1913, é também o ano em que a produção brasileira é superada pela asiática. Em 1914, já não havia mais dúvida quanto ao destino final da economia gomífera na Amazônia, pois o centro dinâmico da produção estava definitivamente em outro continente¹⁴⁵.

Até aos anos cruciais de 1913-1914 a borracha brasileira já sofrera violentas flutuações comerciais, sob o influxo de desatada especulação de exportadores e importadores, a partir de então passou a arrastar-se, aviltada, **sem alento próprio e sem força de reação contra a avassaladora competição oriental** [...] De 1914 a 1941 a situação do norte brasileiro foi de permanente alarma e de pobreza indizível (CASSIO, 1950, p. 2 e 7, grifo nosso).

Há, no entanto, outras interpretações. Uma delas é a de Loureiro (2008), que defende a seguinte cronologia para o “ciclo da borracha”: a) *boom* ou fase áurea (1894-1906); b) crise ou “grande crise” (1907-1916) e; c) depressão (1917-1940). Ele, como outros autores, entende que “cada época deve ser estudada separadamente, evitando-se as generalizações” (LOUREIRO, 2008, p. 7), pois os atores envolvidos em cada fase não são exatamente os mesmos.

¹⁴⁴ Roberto Santos (1980) se refere ao período que vai de 1911 a 1914 como “a grande crise” ou “o grande colapso”. Antônio Loureiro (2008) também utiliza o termo “a grande crise”, mas se refere ao período que vai de 1907 a 1916. Para esse autor, nos anos de 1907 e 1908, a região sofreu uma “sub crise” devido a “oferta de grandes toneladas de borracha oriental de plantação” (*idem*, p. 12). De modo geral, o autor tenta culpar o governo federal e os governos estaduais do Amazonas e do Pará. Segundo ele, ambos pegavam o dinheiro dos impostos e outras divisas oriundas da produção e comercialização da borracha e aplicavam em áreas e em setores alheios. Em outro livro publicado oito anos mais, *Tempos de esperança – Amazonas (1917-1945)*, o autor refaz seu argumento e culpa o capital internacional pela crise amazônica.

¹⁴⁵ A história não pára por conta das crises. Os atores sociais interagem independentes da dinâmica econômica. O fato de esses atores não serem enfatizados não os coloca a “reboque” da história da ascensão e queda da borracha. Nessa tese, optamos por explicar a história a partir de uma escala de observação “macro”, o que não invalida a “micro-história”.

Estes anos do ciclo, que denominamos *período da exclusividade da borracha natural silvestre*, compreendem o interregno desde a sua descoberta, no século XVIII, no território dos omáguas, no Solimões, até 1907, quando 1.000 toneladas de borracha natural plantada, extraída dos seringais do Oriente, alcançaram o mercado internacional, cessando o domínio da exportação, quase exclusivo da Amazônia, de borracha de primeira qualidade, pois o restante da produção mundial era dominado por espécies muito inferiores à nossa, como o guayule do México e o caucho do Congo” (LOUREIRO, 2008, p. 10).

Apesar da divergência cronológica sobre o início da crise entre o autor dessa tese Loureiro (2008, p. 10), ambos defendem a preponderância da concorrência asiática como o fator desencadeador dela. Segundo o último, as crises anteriores a 1908, “tinham sido todas especulativas, relacionadas à monopolização das compras, ou das vendas, ou por boicote dos consumidores finais” (*idem, ibidem*, p. 12). Foi a produção asiática que eliminou a exclusividade amazônica, gerando a “grande crise”.

4.2 DAS PATOLOGIAS EMBRIONÁRIAS

O significado de “patologia” na medicina tem a ver com o estudo das doenças no organismo. O conceito de doença se refere a um sentido mórbido de ausência de saúde. Quando optamos por aplicar o conceito de “patologia” a fenômenos sociais, queremos nos referir a comportamentos individuais ou coletivos nocivos à vida em sociedade, tais como aqueles provocadores de violência, degradação humana, imoralidade e depredação ambiental.

Não cabe aqui aprofundar o debate sobre o conceito de patologia social. Mas é bom dizer que o empregamos em um sentido diverso ao do sociólogo Durkheim (2007), pois ele entende patologia como algo contrário à normalidade, à cultura e aos costumes, ou seja, que foge à média social do ponto de vista estatístico.

Seguindo esse ponto de vista, se algo se tornou comum e aceito em uma sociedade ao longo do tempo, como o caso de sacrifício de pessoas vivas em rituais religiosos, o mesmo não poderá ser tratado como uma patologia social, uma vez que alcançou o *status* de normalidade. Portanto, para o sociólogo francês o conceito de patologia social está desprovido de um critério universal de “saúde” ou de normalidade social.

Em “patologias embrionárias”, pretendemos mostrar que o período de formação histórica do Acre longe está da representação “triumfalista” elaborada pela narrativa epopeica.

Pelo contrário, foi um momento em que certos comportamentos patológicos se fizeram presentes, tais como massacre de povos nativos, a corrupção, a mercantilização feminina, a exploração predatória da floresta, dentre outros.

As “patologias” geralmente não aparecem na narrativa epopeica do Acre. Isso não quer dizer que elas não tenham existido, mas que houve uma intenção de silenciá-las, de interditá-las da memória coletiva. Estudá-las é um pré-requisito para todos aqueles que desejam compreender a formação do Acre. É preciso, então, apontar os abusos da história praticados pela literatura ufanista e pela prática anual das comemorações. Ambos inventam uma memória coletiva, ora para ocultar as patologias, ora para justificá-las. Quem comemora a fundação do Acre também aplaude os fatos “silenciados” pela história abusada e pelos rituais festivos.

4.2.1 O massacre dos povos indígenas

Como todas as formas de ocupação capitalista, tanto a conquista como a ocupação da região Juruá-Purus pela empresa extrativa não ocorreram pacificamente. Deu-se através de um processo de relações antagônicas que podem ser explicadas pela oposição, entre si, de diferentes formações sociais. De um lado, inúmeras e distintas sociedades indígenas e, de outro lado, as frentes de conquista e ocupação da expansão extrativista.

(PICCOLI, 1993, p. 483).

Essa população de seringueiros era vítima de opressões e explorações perante os seringalistas. Mas, foram, também, coadjuvantes na espoliação da população indígena da região”

(GOMES, 2008, p. 91).

O povo não tem uma lei que lhe garanta **a propriedade de terra conquistada heroicamente** à inclemência do clima e **à hostilidade do índio**.

(Trecho de uma carta encaminhada ao Presidente da República pelos líderes do movimento autonomista do Acre em Cruzeiro do Sul. In: jornal *O Cruzeiro do Sul*, do Departamento do Alto Juruá, em 31 de julho de 1910, Nº 127, p. 1, grifo nosso).

Esse é o item nevrálgico para a narrativa epopeica da fundação do Acre. A genealogia do Acre começa quando a história de inúmeros povos nativos termina. O contato entre nativos e nordestinos não foi harmônico. Quando os últimos não exploravam a mão de obra dos primeiros, matavam ou abusavam sexualmente deles.

Muito esforço foi feito para inocentar os primeiros acrianos da chacina. Primeiro, tentaram mostrar a inexistência dos nativos ou a pouca quantidade numérica deles na região. Para isso, era usado expressões do tipo “deserto ocidental” ou “terra vazia”. Depois, impossibilitados de negar a existência de inúmeras nações, buscaram explicar a redução dramática delas com argumentos alheios à exploração da borracha.

Vários argumentos foram empregados para explicar a dizimação dos nativos. Dizem que os fatores responsáveis pelo desaparecimento deles foram os assassinatos cometidos por peruanos e bolivianos, conflitos intertribais, doenças, além de outros. Por exemplo, Castelo Branco (1950, p. 12) afirma que “a região quase não tinha índio, sendo pequenas as tribos [...] tendo sido dizimados pelo sarampo e exterminados as sobras pelos bolivianos [...] além das lutas internas entre as próprias tribos”. Já Abguar Bastos (1958, p. 13) insistiu em dizer que a terra era vazia “o cearense e o Acre eram dois destinos ainda sem comunicação com a vida: o primeiro à procura duma terra que o recebesse, **o segundo em busca de um povo que o tomasse**” (grifo nosso).

Raramente os “primeiros acrianos” são responsabilizados pelo genocídio. Quando a violência é admitida, eles não figuram como o agressor. Explicam que o uso da força foi em legítima defesa, uma reação à “barbárie” dos nativos¹⁴⁶. Até mesmo Leandro Tocantins (1984, p. 25) passa essa ideia dizendo que “o brasileiro destinou-se a imprimir de humanidade na terra bárbara onde sofreu [...] ataque de índios”. Essa também foi a ideia divulgada em âmbito nacional pela minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”, escrita pela romancista acriana Glória Perez e exibida em 2007 pela Rede Globo de Televisão.

A primeira aparição do nativo na minissérie é a representada na próxima imagem. Para compreendermos melhor o sentido dessa cena e a justificativa subliminar do genocídio

¹⁴⁶ O fato de a narrativa ser contada a partir do “barracão”, sede do seringal, próximo às margens dos rios, influenciou muito na representação dos acontecimentos, pois “não entrava (ali) coisa alguma da angustiosa tragédia humana do centro” (BASTOS, 1958, p. 15). Era no “centro” da floresta ou na “terra firme” que as “correries” contra os nativos se davam. Mas no geral, tanto o genocídio, quanto as manipulações contábeis, o expansionismo fundiário e toda sorte de violência e corrupção ocorridas no seringal são serviram para macular o período de formação do Acre, pois o que mais se encontra na literatura regional é o discurso “bravura” e do “patriotismo” dos primeiros acreanos.

que ela impõe, devemos levar em consideração alguns aspectos, a saber: a) o personagem é apresentado como secundário para a formação histórica do Acre, pois levou mais de uma hora e meia para que estreasse na minissérie; b) mesmo se sabendo que culturalmente os nativos trafegam em bandos, ele aparece em uma ação solitária, transmitindo uma ideia de que eram poucos naquela região; c) a cena inaugural o coloca como agressor de seringueiro; d) o seringueiro aparece ferido por uma flecha, supostamente indefeso, com o nativo vindo em sua direção para o desfecho.

Tudo foi pensado para que os telespectadores chegassem à conclusão de que o fuzilamento dos “selvagens”, ali representados pelo índio solitário, fosse compreendido como uma ação auto-defensiva. A minissérie não se preocupou em explicar o motivo pelo qual o nativo atacou o seringueiro. Não foi do interesse da novelista associar a imagem do migrante nordestino com a do invasor de terras indígenas. O conflito étnico só serviu para engrandecer ainda mais a bravura dos acrianos.

Imagem 78 – A representação do nativo em uma das cenas da minissérie *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*.

Fonte: Minissérie *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes* (DVD 1, cena 1h 33min).

O governo da Frente Popular do Acre recentemente tentou dissimular a existência do confronto étnico com o fim de estimular a integração dos “povos da floresta”. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20, ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 2012, alguns vídeos sobre o Acre foram reproduzidos com o objetivo de provar o pretenso sucesso do desenvolvimento sustentável acriano.

Os vídeos foram editados em inglês e com legendas em português. A imagem abaixo mostra exatamente o momento em que um dos vídeos tenta transmitir a ideia de harmonia social. A legenda diz: “A **interação** de nativos e pioneiros remontam ao século 19” (grifo nosso). O conceito de interação está ligado ao da convivência, troca de influência, portanto, longe está da ideia de conflito

Imagem 79 – O abuso da história no vídeo “Conheça Acre na Rio +20 - Povos da Floresta”.

Fonte: Vídeo “Conheça a Acre na Rio +20 - povos da floresta” (cena 1min40s). Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=kcIT-9XVWdw>> acesso abril de 2014.

Com as informações que se tem hoje não se pode negar o fato de que o Vale do Acre tenha sido milenarmente habitado por milhares de indígenas. Nesse sentido, o processo de formação do Acre enquanto território brasileiro, é apenas um capítulo da história humana na região. O menor capítulo por sinal e o mais nefasto do ponto de vista de perdas humanas. Mas os ufanistas veem isso como positivo, fazem questão de dizer que “foi a capacidade maravilhosa da gente que desbravou o Acre, que **domou o selvagem** destemeroso [...] e adaptou a terra para o homem **implantar o progresso** e a civilização” (RIBEIRO, 2008, p. 171, grifo nosso).

A população nativa na região acriana baixou consideravelmente após a migração dos nordestinos. Segundo Calixto (1984, p. 15): “o Acre foi um dos maiores redutos de povos indígenas da Amazônia”. Em menos de meio século estima-se que mais de 50 mil nativos tenham sido vítimas do “contato” com o acriano. Durante o período de 1900 a 1957, nada menos que 36 grupos étnicos foram extintos (CALIXTO, 1984, p. 12). Em 2000, a população

estimada de indígena no Acre era de 8.009 (IBGE, 2010), e em 2010 passou para 15.921 nativos. Mesmo com o crescimento demográfico, a população indígena no Acre ainda não ultrapassa 2,2% da população total do Estado.

Tabela 7 - População indígena no Acre (2009).

Municípios/ Etela	Quantidade	
	Aldeia	População
Acre	305	16.995
Assis Brasil		
Jaminawa, Machineri, Kaxinawá, Yauanauwá, Shenenawa	41	1.459
Cruzeiro do Sul		
Katukina, Yauanawá, Arara, Jaminawa, Nawa	10	689
Feijó		
Ashaninka, Kampa, Kulina Madija, Apurinã, Kaxinawá, Shenenawa, Kulina, Jaminawa, Yauanawá	59	2.642
Jordão		
Kaxinawá	39	2.384
Mâncio Lima		
Nukini, Poyanawa, Nawa, Ashaninka	15	1.620
Manoel Urbano		
Kulina, Kulina Madija	10	520
Porto Walter		
Arana, Arara	4	541
Marechal Thaumaturgo		
Ashaninka, Arara, Jaminawa, Kaxinawá, Arara Apolima	26	1.449
Santa Rosa do Purus		
Ahanenawa, Kulina, Jaminawa, Kaxinawá	50	2.789
Sena Madureira		
Kaxarari, Jaminawa, Apurinã, Machineri, Kampa	17	661
Tarauacá		
Kaxinawá, Shenenawa, Yauanawá, Kulina, Kampa	34	2.241

Fonte: FUNASA, In: ACRE, 2011, p. 24.

O importante aqui não é saber o que levou esses povos “pré-colombianos” a fazerem tais desenhos na terra. Muito menos especular sobre a origem desses povos. O certo é que os geoglifos apontam para a presença milenar humana na região. O que faz da história da sociedade acriana apenas mais uma das inúmeras que possivelmente palmilharam nesse solo.

A violência perpetrada pelos bandos extratores ao se projetarem sobre os territórios, habitados pelas comunidades nativas, foi responsável pela sua rápida despopulação e extermínio [...] a insurreição e a reação dos grupos eram punidas com a morte. Os colonizadores também utilizaram métodos como manipulação das rivalidades tribais, contaminação através de doenças, etc. Paralelamente à violência física, desencadeada em função da expansão extrativista, foram alimentadas atitudes etnocêntricas que consideravam o indígena como ser inferior, primitivo, psíquica, biologicamente e culturalmente aquém [...] **esta ideologia dos colonizadores seringalistas foi repassada aos seringueiros, os quais tinham no indígena um inimigo permanente.** (CALIXTO, 1984, p. 18, grifo nosso).

Em muitos casos, a abertura de novos seringais significou também o extermínio étnico. O “arco e a flecha” não conseguiram parar a expansão territorial da economia gomífera, que contou com o poder de fogo dos rifles. Quando as aldeias foram invadidas para abertura de seringais, os nativos, para se salvarem, corriam “mata à dentro” ou às “cabeceiras dos rios”. Esse “corre-corre” de índios ficou conhecido como “correrias”.

As correrias foram “expedições fortemente armadas com o objetivo de aniquilar os **caboclos brabos**” (AQUINO, s/d, p. 8). Segundo Piccoli (1993, p. 478), também tinham como objetivo a expulsão de indígenas das áreas ricas em seringueiras, a captura de indígenas para trabalhar como escravos¹⁴⁷ e o sequestro de mulheres para serem abusadas sexualmente, etc. Segundo Aquino (s/d), logo depois da primeira organização político-administrativa do Território do Acre, o delegado de polícia do Alto Tarauacá Luís Sobra afirma que eram “as correrias o esporte predileto dos seringueiros nos momentos de lazer”.

As correrias representam materializações históricas resultantes de um conjunto de relações assimétricas de natureza econômica, social, cultural e ideológica, próprias do período e das regiões do extrativismo gumífero, envolvendo as frentes de expansão e ocupação das diferentes sociedades nacionais [...] coordenadas pelo capital monopolista internacional e pelo capital mercantil e dezenas de sociedades tribais [...] De outro lado, representam uma tipologia de **relações marcadas pelo**

¹⁴⁷ Com o tempo, os migrantes perceberam que “civilizar” os nativos seria mais vantajoso do que assassiná-los. Isso desencadeou um processo de aculturação dos nativos, que passaram a ser vistos como caboclos.

extermínio, genocídio, redução, escravização, expropriação, assimilação e integração das populações indígenas. De outro lado, supõem **relações de resistência e luta, oferecidas pelos grupos nativos ao projeto de ocupação extrativista.** (PICCOLI, 1993, p. 482-3, grifo nosso).

As "correrias" foram consequências diretas da economia gomífera. O próprio surgimento do termo "está historicamente associada às regiões do extrativismo gumífero" (PICCOLI, 1993, p. 477). Eram "expedições de iniciativa privada, organizadas e financiadas pela empresa extrativa [...] tinham nos seringalistas os seus verdadeiros responsáveis; e nos seringueiros, os executores" (*idem, ibidem*, p. 478).

A fome da borracha levou os seringalistas, donos dos seringais, e os seringueiros a procurar as maiores concentrações de seringueiras. Mais uma vez esbarraram com os grupos indígenas [...] Os seringueiros adotaram a prática das *correrias*, que significava simplesmente botar os índios para correr a tiros de espingarda. Os que não corriam bastante rápido eram massacrados. Foi mais um capítulo da morte das culturas indígenas da região. (LESSA, 1991, p. 28).

Em consequência da rapidez e da violência desta invasão, o que fora uma das áreas amazônicas de maior população indígena despovoou-se em poucos anos, na medida em que nasciam os núcleos civilizados. Ali os coletores de drogas da mata não tiveram predecessores, missionários ou quaisquer outros, foram eles próprios os desbravadores da terra, os descobridores das tribos e seus algozes. (RIBEIRO, 1986, p. 43).

Nosso povo, tempos atrás, vivia nessas terras, antes delas receberem o nome de Brasil, antes de ser Acre. Todos os libertos, tranquilos. Nossa função era só trabalhar na agricultura, na caça, na pesca, na coleta de frutas e festejar a vida. Mas, em meados do século XIX, começou a **invasão dos territórios dos povos indígenas pelos nordestinos**, que vieram com o destino de extrair borracha [...] **os invasores** vinham à procura de seus interesses: a riqueza do caucho e da borracha [...] tudo era destruído, até os roçados eram queimados para os índios não terem o que comer [...] por esse motivo, **as nações indígenas foram se acabando e se integrando a esses invasores nordestinos.** (KAXINAWÁ, 2002, p. 93, grifo nosso).

Tudo isso comprova que o processo de inserção do Aquiri¹⁴⁸ na teia de relações mercantis protagonizada pelo capital internacional projetou uma sociedade "civilizada" marcada pela violência e pela corrupção. Como afirma Piccoli (1993, p. 478), "o capital monopolista implantou relações de dominação que afetaram irreversivelmente a estrutura e o comportamento das sociedades indígenas da região". Isso porque as terras dos nativos eram expropriadas e, quando os donos não eram assassinados, fazia-se o uso da força de trabalho deles de maneira compulsória. Mesmo assim, Jacó Piccoli, em prefácio de Carloni (1986), diz que "a história do Acre é uma saga de bravura e conquista [...] história repleta de heroísmo".

¹⁴⁸ Como a região era chamada pelos povos indígenas.

A sociedade acriana foi fundada a partir do extermínio de inúmeros povos. Mas “se a colonização destrói o colonizado, ela também apodrece o colonizador”, como diz Albert Memmi (2007, p. 22). São esses heróis “apodrecidos” pelo (des)povoamento do Acre que a história epopeica exige veneração. Essa sociedade “estúpida” (Cf. SOUZA, 1977, p. 113), inaugurada para produzir borracha para estrangeiros, é festejada após ano. A violência no campo e a questão fundiária sempre produziram os seus mortos. Mas o que não dá para aceitar é beatificação do “sangue derramado” e é isso que a narrativa epopeica do Acre faz quando promove o período ao *status* de “idade de ouro”¹⁴⁹.

Os pioneiros se dirigiam, sem medo e sem lei. Só a coragem, a lei 44, que era a lei do rifle calibre 44. Como nos filmes americanos de *farwest*. Aliás, o escritor Abguar Bastos, interpretando sociologicamente o fenômeno acreano percebeu esse clima: 'O homem do Acre, por outros caminhos, é igual ao homem da Califórnia. Um índice de civilização em terra feroz. **Primitivismo bárbaro no começo das suas relações sociais**'. (TOCANTINS, 1984, p. 37, grifo nosso).

Nas notícias das lutas acreanas, os crimes dessa região tiveram particular relevo, havendo sociólogos que tiveram as seguintes conclusões: o acreano estava moralmente incapacitado de governar-se por si mesmo e só um regime de estado de sítio permanente lhe poderia resolver o problema de cultura e de ordem. (BASTOS, 1958, p. 43).

Por causa das brutalidades do período, se dizia na época que todos aqueles que se dirigiam para o Acre, passavam antes tinham por uma tal “ilha da consciência”, e nela deixavam suas melhores qualidades de civilidade (Cf. CUNHA, 1999, p. 12). De ali por diante, tudo era permitido, não havendo mais limites morais entre o proibido e o permitido.

Seria uma forma de encobrir e absolver o sistema perverso e cruel da colonização da Amazônia? Talvez, a julgar pela galeria dos *heróis* celebrados em suas obras, que passaram por ela e se tornaram nomes de ruas e prédios públicos no Amazonas e no Acre. Por coincidência, são ao mesmo tempo, os *heróis* da civilização do látex e os *vilões* desse regime de exploração [...] **não existe pecado do lado de baixo do equador e alguém emendaria que tudo pode abaixo da Linha Cunha Gomes** (MARTINELLO, 2003, p.25, 26, grifo nosso).

Em resumo, a versão epopeica da história do Acre parece ter sido uma necessidade social para acobertar, dentre outras desgraças, o massacre de inúmeros povos indígenas. A narrativa epopeica fez de tudo para inocentar os “heróis acrianos” desse grande flagelo. As

¹⁴⁹ Na literatura, um período apoteótico da origem das coisas em que tudo se encontra em estado de perfeição. A genealogia de uma comunidade tende a recuar a uma época de heróis, que serve de inspiração para as gerações posteriores.

correrias fizeram do território acriano um sepulcro aberto que exala odores fúnebres até os dias de hoje. Assim sendo, todas as datas festivas ligadas à fundação do Acre são memoriais da intolerância e do etnocentrismo. É como diz Chauí (2004, p. 6): “aprendemos que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue [...] que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante”.

4.2.2 O fraudulento sistema de aviamento

[...] finalidade da produção no seringal era o lucro para os patrões e seus financiadores, à custa, é claro, da imposição de um regime rígido, **às vezes torturante, mas sempre um trabalho alienante**, realizado nos arredores da barraca do seringueiro. E para lucrar o máximo que se pudesse, seringalistas e financiadores imediatos (casas aviadoras) foram construindo, na prática do financiamento e comercialização da produção, **um verdadeiro sistema que só poderia contribuir para a reprodução do capital**.

(CALIXTO, 1985, p. 58, grifo nosso).

Não parece necessário alongar a descrição **dos aspectos violentos e espoliativos dessa economia** reflexa da crescente demanda mundial pela borracha.

(PINTO, 1984, p. 24, grifo nosso).

O capital mercantil, através das casas aviadoras, financiadas pelas exportadoras ligadas ao capital monopolista internacional, controlava o sistema de aviamento na medida em que financiava efetivamente todo o processo.

(PAVANI, 1982, 114).

Nesse tópico vamos analisar o sistema de aviamento da borracha realizado na Amazônia brasileira em fins do século XIX e início do XX. Ele pode ser considerado o elo de ligação entre o território acriano e o capital estrangeiro oriundo do centro da economia-mundo capitalista. E como a corrupção econômica se faz presente em qualquer processo econômico de expansão capitalista, não foi diferente nos confins da Amazônia, onde inúmeras práticas econômicas fraudulentas ocorreram.

Já foi visto que mesmo havendo uma crescente demanda internacional pela borracha em fins do século XIX, nem o governo brasileiro¹⁵⁰ e nem os empresários nacionais quiseram investir no aumento efetivo da capacidade produtiva amazônica, pois a atenção deles estava voltada para a economia cafeeira. Diante da situação, agentes econômicos estrangeiros, em sua maioria financistas e empresários ingleses, passaram a oferecer créditos na região a fim de dinamizarem a economia gomífera e, é claro, monopolizar a comercialização do produto.

Temos no “esquema 4” uma síntese do funcionamento do sistema padrão de aviamento da borracha que vigorou na Amazônia até meados de 1880. Por “sistema padrão”, queremos dizer aquele hegemônico. Portanto, o quadro é uma abstração feita a partir do tipo de aviamento com maior incidência, de maneira nenhuma pretende negar as variações e especificidades históricas.

No topo do “esquema” estão os países do centro da economia-mundo capitalista. Foram eles quem orquestraram toda a complexa teia de relações financeiras e mercantis que terminavam no seringal, mais precisamente, na colocação onde o seringueiro produzia a borracha. A exploração compulsória da mão de obra estava a serviço da reprodução ampliada do capitalismo internacional. Bastava isso para tipificar a economia gomífera como uma fraude do ponto de vista do desenvolvimento regional amazônico a longo prazo.

Não caberá aqui um debate sobre a tipologia da economia gomífera, se ela foi ou não capitalista. No momento, o importante é deixar claro que na região em questão se desenvolveu uma complexa teia de relações mercantis baseadas no crédito cujo fim era a extração e exportação da borracha. A essas relações mercantis chamamos de “sistema de aviamento” da borracha, o qual conectava a região ao capitalista mundial.

Aparentemente, o sistema de aviamento funcionava sob o domínio do capital mercantil¹⁵¹, por conta do considerável volume de mercadorias negociadas e da grande quantidade de Casas Aviadoras instaladas por toda a Amazônia. Como afirma Calixto (1993, p. 71), “a década de 1880, marcou a gradativa subjunção do capital mercantil representado pelas casas aviadoras ao capital financeiro representado pelos bancos estrangeiros, sobretudo pelas casas exportadoras”. Tanto estas quanto a maioria das Casas Aviadoras sediadas em Belém e em Manaus eram administradas por estrangeiros.

¹⁵⁰ Segundo Weinstein (1993, p. 18) “a inação do Estado em face do negócio da borracha reduziu o potencial de transformação da economia amazônica”.

¹⁵¹ Aquele que funciona na esfera da circulação quando a mercadoria já produzida é posta à venda.

Esquema 4 - Sistema de aviação até meados dos anos 1880.

Fonte: elaboração do autor.

O aviamento enquanto prática de adiantamento de mercadorias a crédito com pagamento em produtos já fazia parte da cultura amazônica desde o período colonial (Cf. WEINSTEIN, 1993, p. 16). No entanto, estava associada à produção de pequena escala, envolvendo em especial as chamadas “drogas do sertão”. Como explica Santos (1980, p. 156), desde o século XVIII aconteceram resistências na Amazônia contra a introdução do uso da moeda na intermediação das trocas comerciais.

A extração da borracha para fins comerciais seguiu o mesmo exemplo das “drogas do sertão”, de modo que “toda uma cadeia de fornecimentos a crédito vai se estruturando com base na velha tradição do aviamento” (SANTOS, 1980, p. 125). Após a segunda metade do século XIX, houve um maior interesse pela modernização da extração da borracha na Amazônia, pois ela se consolidava como matéria-prima industrial. Os grandes capitalistas “começaram a temer que a economia amazônica, com seus métodos fortuitos de extração da borracha, se mostrasse incapaz de atender às novas demandas criadas pela nascente indústria de pneus” (WEINSTEIN, 1993, p. 192).

Várias empresas estrangeiras se instalaram na Amazônia com o intuito de iniciar a produção da borracha no padrão industrial. Segundo Garcia (2005, p. 177), isso começou a partir do final da década de 1890, quando “muitas firmas europeias e norte-americanas [...] começaram a comprar vastas propriedades na Amazônia” (WEINSTEIN, 1993, p. 198). O objetivo delas era racionalizar a produção e, para isso, tentaram empreender várias mudanças no sistema de aviamento. Abaixo, temos o exemplo de uma dessas empresas, como a *Rubber States of Pará*.

Os diretores [...] já na primeira reunião de acionistas, haviam anunciado seu plano de reformar inteiramente o sistema de extração e de comercialização da borracha nos seringais da companhia através da simplificação das relações de produção. Em primeiro lugar, a administração iria despensar a presença do intermediário que habitualmente recolhia a borracha dos seringueiros e a entregava no depósito central – visando a uma porcentagem nos lucros. Em segundo lugar, e mais importante, pretendia transformar os seringueiros em trabalhadores assalariados, que deixariam de ter qualquer direitos sobre a borracha que extraíam [...] a vantagem dessa inovação era irrefutável. (WEINSTEIN, 1993, p. 205)

No geral, as empresas estrangeiras fracassaram em seus intentos. Como afirma Weinstein (1993, p. 206), “um maior investimento de capital não bastava, por si só, para produzir mudanças fundamentais na economia da Amazônia”, muito menos a experiência

gerencial obtida nos grandes centros do capitalismo mundial. Havia especificidades regionais que dificultaram o sucesso dos estrangeiros.

Os possíveis motivos que levaram à falência dessas empresas não são relevantes para o nosso objetivo aqui, mas poderão ser apreciados em Weinstein (1993, p. 206-211) e em Garcia (2005, p. 178-180). O importante aqui é dizer mostrar que mesmo as empresas organizadas em moldes “racionais” faliram, ou seja, o sistema de aviamento, mesmo sendo “irracional”, era eficiente economicamente, ou seja, produzia renda e gerava excedente econômico.

Isso contradiz a tese defendida por Klein (2013, p. 115), de que ela era uma “cadeia deficitária e endividada”, ou que ela ficava “deficitária com o passar dos anos” (*idem, ibidem*, p. 105). Tal “déficit” era provocado por suas “contradições internas” (*idem, ibidem*, p. 54), cujo fim foi a “crise da borracha” (*idem, ibidem*, p. 156) ou a “crise da cadeia de aviamento” (*idem, ibidem*, p. 117).

Esse processo especulativo em que as casas aviadoras remetiam o aviamento para os seus clientes sem receber pela transação era uma regra comum. Durante determinado período **essas práticas** podem ter funcionado, porque as empresas seringalistas se viam na obrigação de pagar pelo aviamento remetido unilateralmente, **mas elas chegaram à exaustão por volta de 1910**, justamente no tempo em que a produtividade asiática começava a varrer o mercado internacional [...] A constante especulação promovida pelas casas aviadoras fazia com que entrassem em falência, motivando assim a quebra de outras empresas ao longo da cadeia de aviamento”. (*idem, ibidem*, p. 119 e 121, grifo nosso).

O texto acima dá a entender duas coisas. Primeiro, a crise foi uma fatalidade, uma questão de tempo, pois mais cedo ou mais tarde as “práticas” vinculadas ao aviamento chegariam “à exaustão”. Segundo, houve uma espécie de coincidência histórica “por volta de 1910” - a “exaustão” aconteceu no mesmo tempo em que a produção asiática conquista a hegemonia no mercado internacional. Ou seja, a concorrência externa não provoca a crise, ela apenas foi “**mais um fator** que motivou a decadência econômica da cadeia de aviamento” (*idem, ibidem*, p. 121, grifo nosso).

Conforme nosso entendimento e estudos realizados por diversos autores, em hipótese alguma o sistema de aviamento da borracha pode ser interpretado como um empreendimento de “baixa lucratividade”, “deficitário” ou “ineficiente”, como afirma Klein (2013, p. 111). Ao

contrário, “a borracha se mostrou um empreendimento rendoso” (PRADO e CAPELATO, 1989, p. 293).

Para refutar essa ideia de “cadeia deficitária”, sequer precisamos fazer uso de dados econômicos, basta observar a mudança paisagística da zona urbana das cidades de Belém e de Manaus durante o surto de prosperidade que ficou conhecido como a *belle époque*. E é sabido que a renda desses municípios nem se compara com os lucros obtidos pelas Casas Exportadoras, as que mais ganhavam com o sistema de aviamento da borracha.

Em 1910, Manaus reinava como a capital mundial da borracha. Mais de vinte anos de produção crescente, exportação contínua e de preços em elevação, haviam criado a prosperidade, da qual a cidade era a evidência mais ampla. Nesse ano, Manaus progredia, com os preços atingindo novas alturas e toda a atmosfera da cidade altamente próspera [...]. Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade europeia de seu tamanho ou mesmo maior. Um excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição de lixo eficiente, eletricidade, serviços telefônicos, belos edifícios públicos, residências confortáveis atestavam o estado de modernização da cidade. (BURNS, 1966, p. 5).

Conta-se que, em Belém ou Manaus, acendiam-se charutos com notas de quinhentos mil-réis, que se tomavam champanhe como água, que qualquer dor de dente era curada na Europa. Fantasias ou não, o que se pode extrair dessas estórias é que, realmente, os lucros eram altos e fáceis, que a confiança no futuro era ilimitada e que uma grande euforia dominava a região” (PRADO e CAPELATO, 1989, p. 300).

O sistema de aviamento procurava operar na fronteira de sua possibilidade de produção, não havendo motivos, portanto, para considerá-lo ineficiente. Produzia-se o máximo, tendo em vista a tecnologia e a quantidade dos fatores produtivos disponíveis. Conforme a demanda, abriam-se novos seringais e estimulavam-se novas migrações por meio da oferta de crédito.

A mão de obra era alocada na extração gomífera com exclusividade. Para remunerar o capital investido, o seringueiro era explorado quase ao nível da escravidão. Não havia capacidade ociosa. A maioria das Casas Aviadoras ligadas à cadeia econômica só passou a sofrer prejuízos com o sistema de aviamento quando a borracha brasileira passou a ter que disputar o mercado consumidor mundial com os asiáticos.

A questão era que havia concentração de renda. A volumosa riqueza gerada pela produção e comercialização da borracha ficou concentrada em poucas mãos. Mas esse fato não significa que o sistema de aviamento fosse “deficitário”. Como em qualquer economia não comunista, a concentração de renda produziu uma quantidade enorme de miseráveis (os “deficitários”).

Como afirma Weinstein (1993, p. 239), “apesar das diversas provações e adversidades dos últimos anos da expansão, o negócio da borracha e os empreendimentos a ele relacionados continuavam sendo extremamente lucrativos”. Abaixo, uma tabela que mostra a crescente renda de alguns Estados no período do chamado *boom* da borracha.

Tabela 8 – Receitas públicas segundo as Unidades da Amazônia: 1890-1920 (contos de réis).

Unidade e governo	1890	1900	1905	1910
No Pará	14.035	44.220	55.881	72.771
Federal	9.764	20.452	30.663	41.876
Estadual	3.196	18.629	16.063	20.255
Municipal	1.075	5.139	9.155	10.640
No Amazonas	3.710	33.081	29.754	44.774
Federal	701	8.387	11.389	23.055
Estadual	2.343	22.493	15.234	18.069
Municipal	666	2.201	3.131	3.650
No Acre	—	—	8.688	19.868
Na região	17.745	77.301	94.323	137.413

Fonte: SANTOS, 1980, p. 193.

O fato de o sistema de aviamento da borracha gerar lucro, não significa que ele fosse imune aos riscos. Pelo contrário, havia uma alta possibilidade dos investidores perderem dinheiro. E isso era devido às constantes variações de preços que a borracha ganhava no mercado mundial. Além disso, outras eventualidades eram possíveis, tais como: “naufrágios, mortes na selva, insucessos de diversa ordem nas explorações, venda da borracha a um competidor, dificuldades de vigilância, eis alguns fatores que punham fora do controle do exportador a produção” (SANTOS, 1980, p. 125).

Por isso, também discordamos da ideia de que ele era um “desordenado arranjo de créditos” (KLEIN, 2013, p. 90), pois como diz o economista Paul Singer (1987, p. 11), “apesar de sua evidente irracionalidade enquanto sistema, o capitalismo tem sua lógica”. Parafraseando o autor, podemos dizer que apesar da “irracionalidade” do sistema de aviamento, há nela certa lógica.

A rede de crédito tinha uma função importante para o funcionamento do sistema. O “desordenado arranjo”, ou a irracionalidade do sistema, tinha uma lógica que era a de socializar os riscos e/ou os prejuízos que os agentes econômicos porventura viessem a ter. Como afirma Weinstein (1993, p. 263), “a exagerada interdependência do sistema de aviamento possibilitava ao setor comercial absorver com muita facilidade os pequenos choques, pois as perdas eram amplamente partilhadas”.

Do ponto de vista da economia amazônica, várias foram as “irracionalidades” do sistema. A primeira foi a precarização do trabalho a que o seringueiro ficou submetido – uma verdadeira “escravidão por dívida”. A segunda foi que o bruto do capital acumulado com a economia gomífera se realizava fora do Brasil, enriquecendo muito mais outros países do que a própria região amazônica. A terceira foi que, mesmo com a imensa quantidade de riqueza gerada na Amazônia durante o chamado *boom* da borracha, ela não se desenvolveu economicamente¹⁵². A quarta foi que, a despeito de o Brasil ter conseguido, durante muitos anos, ter o monopólio da produção da borracha natural silvestre, em nenhum momento ele conseguiu influenciar o preço dessa produção no mercado mundial. A quinta foi que o sistema de aviamento resistiu às inúmeras tentativas de adoção das relações capitalistas de produção.

As Casas Exportadoras da borracha, firmas estrangeiras que detinham o monopólio da distribuição mundial da matéria-prima, eram quem, inicialmente, realizavam a importação dos produtos e instrumentos de trabalho utilizados no seringal (Cf. SANTOS, 1980, p. 124). Em parceria com os bancos estrangeiros, elas ofereciam mercadorias a crédito e faziam adiantamento em espécie a fim de fomentar a contratação de mais mão de obra e a abertura de novos seringais.

As principais tomadoras desses créditos eram as Casas Aviadoras sediadas em Belém e em Manaus. Seus donos, em sua maioria estrangeiros, ofereciam mercadorias a crédito e certa quantidade de dinheiro em espécie para terceiros a fim de subsidiar a abertura de seringais. Ela “providenciava o transporte e a distribuição dos retirantes que fugiam da seca do nordeste [...] e atuavam como representante legal e financeiro de seus clientes mais ricos no interior” (WEINSTEIN, 1993, p. 34).

¹⁵² A “drenagem de capitais” para além da região gomífera foi, segundo Loureiro (2008, p. 13) “o principal sintoma desta síndrome de espoliação, que tem impedido o progresso efetivo da Amazônia”. A espoliação foi feita por três agentes: a) “o aparelho estatal confiscado de 25% da produção [...] pela utilização dos recursos em obras de discutível valor social, pela falta de planejamento e pela corrupção administrativa” (*idem*, p. 13); b) as Casas Exportadoras; c) os especuladores; os dois últimos, “pelo emprego de seus lucros fora da região e no desenvolvimento das empresas plantadoras asiáticas” (*idem*, p. 13).

Os seringalistas vendiam fiado mercadorias e instrumentos de trabalho ao seringueiro, que se comprometia em pagar com borracha ao final do prazo estabelecido. Os seringalistas faziam o mesmo com as Casas Aviadoras locais, que por sua vez faziam o mesmo com as Casas Aviadoras de Belém e Manaus, que por sua vez faziam o mesmo com as Casas Exportadoras (que também eram importadoras de bens manufaturadas). Ao final, extensa cadeia creditícia marcada por relações econômicas desonestas havia se formado, pois era comum a fraude na contabilização tanto da borracha quanto das mercadorias.

Os seringueiros quase sempre não gozavam de saldo positivo com o seringalista e, por isso, não recebiam dinheiro pela borracha. Os seringalistas locais, embora também endividados com as Casas Aviadoras, grande parte deles conseguiam obter algum saldo, recebendo em espécie. As Casas Aviadoras de Manaus e Belém geralmente tinham lucros consideráveis, que eram pagos por meio de “letras de câmbio”, que elas “descontavam nos bancos ingleses de “Belém e Manaus” (SANTOS, 1980, p. 126).

As “letras de câmbio” são títulos de crédito privado negociado no mercado financeiro, espécie de ordem de pagamento a prazo dado pelo sacador ou emissor (Casas Aviadoras) em benefício do tomador ou portador da “letra” (Casas Aviadoras) para serem pagas pelo sacado (banco) em um tempo determinado após o(a) aceite/assinatura (geralmente noventa dias)¹⁵³.

A “letra de câmbio” podia ser negociada com terceiros mediante endosso ou até mesmo com o próprio banco, a fim de obter parte do valor da “cambial” antes do prazo firmado. Portanto, não é correto dizer que o sistema de aviamento estava baseado no escambo, ou na troca direta entre mercadorias.

A moeda servia como medida de valor, unidade de conta e, embora mais raro, como unidade de troca, o que pode ser verificado nos registros contábeis de qualquer credor da cadeia de aviamento e ver que o preço dos produtos era expresso em termos monetários. Os bens importados e nacionais “aviados” não eram negociados em termos de quantidade de borracha e sim em “réis”, moeda em vigor na época.

¹⁵³ Ou seja, “quando se venciam os 90 dias da letra, já a borracha fora desembarcada em Nova Iorque ou Liverpool e entregue ao importador externo” (SANTOS, 1980, p. 126). Portanto, antes da “letra de câmbio” vencer, as Casas Exportadoras já haviam obtido o lucro comercial por meio da venda da borracha.

Tabela 9 - Registro contábil do saldo de um seringueiro após a produção de duas safras de borracha

	<i>Crédito</i>	<i>Débito</i>
Despesas de transporte e preparo do imigrante	—	335\$
Aviamento de utensílios	—	800\$
Aviamento de víveres (3 primeiros meses)	—	750\$
Idem para os 3 meses restantes	—	750\$
Receita da 1.^a safra de borracha	2:000\$	—
Aviamento de víveres na entressafra	—	1:500\$
Idem na 2.^a safra de borracha	—	1:500\$
Receita da 2.^a safra de borracha	3:250\$	—
Total	5:250\$	5:635\$
Saldo devedor	—	385\$

Fonte: SANTOS, 1980, p. 166.

O motivo pelo qual a moeda não era utilizada na base do sistema de aviamento enquanto meio de troca pode ser explicado pelo registro contábil acima. O saldo é devedor era um fenômeno generalizado nos seringais, visto que o seringueiro geralmente estava endividado e, conseqüentemente, não tinha dinheiro a receber. O que não acontecia no topo do sistema, pois as Casas Aviadoras de Belém e Manaus movimentavam grandes somas em dinheiro. A dívida também oprimia os seringalistas, e no entanto, alguns conseguiram fazer fortunas.

Com o tempo, as Casas Exportadoras foram deixando o mercado da importação de bens, porque algumas poucas Casas Aviadoras de Belém e de Manaus enriquecidas passaram a fazer-lhes dura concorrência, comprando os produtos diretamente dos fornecedores nacionais (“sulistas”) e/ou estrangeiros. Com isso, houve um aumento da importância das trocas cambiais, da participação dos bancos e dos produtos nacionais. Tudo isso alterou a configuração padrão inicial do sistema de aviamento, conforme o quadro abaixo:

Aviadoras recorreram aos créditos bancários, ora para saldar suas dívidas, ora para fazer novos investimentos. Como garantia, hipotecavam seus seringais ou suas firmas, pois os bancos não aceitavam pagamentos, nem garantias, em forma de pélas de borracha. Para alguns autores, o sistema acabou deixando “os aviadores dependentes do financiamento dos bancos estrangeiros” (COÊLHO, 1982, p. 28).

Os grandes aviadores encarregavam-se de providenciar créditos adicionais, ou empréstimos a curto prazo, dos bancos locais, quer para suplementar os adiantamentos feitos pelas companhias importadoras, quer para financiar compras mais vultosas, como barcos a vapor, instalações para embarcadouros, ou armazéns [...] A primeira preocupação de toda casa aviadora era conseguir um empréstimo de curto prazo, para cobrir os pagamentos anuais devidos aos importadores referentes às mercadorias vendidas pelo representante do aviador aos seringueiros no interior. Muito simplesmente, sem crédito para adquirir sua mercadoria, os negócios do comerciante de borracha seriam rapidamente suspensos. (WEINSTEIN, 1993, p. 34 e 96).

Em 1900, as principais Casas Aviadoras já detinham o monopólio da comercialização dos bens do sistema de aviamento amazônico. Portanto, a base do sistema, o processo produtivo propriamente dito, foi dominada por brasileiros, e o topo do sistema, por estrangeiros – comerciantes portugueses e capitalistas ingleses e norte-americanos. Por conta do monopólio, conseguiam influenciar ou “tabelar” o preço das mercadorias, ganhando altos lucros tanto com a comercialização da borracha, quanto com a especulação dos preços dela. Abaixo, uma tabela mostrando a diferença dos preços das mesmas mercadorias comercializadas nos seringais e no Rio de Janeiro.

Tabela 10 - Comparação dos preços de bens vendidos no Rio de Janeiro e os vendidos nos seringais.

Gêneros	Preços no Rio de Janeiro 1	Valor básico da fatura da casa aviadora 2	Frete, impostos e comissões, de Belém ao interior 3	Preços para o seringalista 4	Preços para o seringueiro	
					Piurini 5	Alto Madeira 6
Açúcar	375	700	325	1\$025	1\$500	3\$000
Arroz	245	573	266	839	1\$000	3\$000
Café	340	600	278	878	...	...
Carne-seca	600	1\$150	534	1\$684	3\$000	5\$000
Feijão	155	500	232	732	1\$200	3\$000
Média	343	705	327	1\$032	1\$675	3\$500

Fonte: SANTOS, 1980, p. 169.

Em resumo, o capital estrangeiro foi quem estimulou o *boom* da borracha na Amazônia. Quando as seringueiras plantadas na Malásia se tornaram mais produtivas e lucrativas os capitais migraram para a Ásia. A crise foi uma consequência direta da perda do monopólio da venda da borracha. Enquanto a situação de monopólio vigorasse, havendo demanda, o sistema de aviação produziria excedente econômico.

Devemos levar em consideração o fato de que o sistema de aviação repartia, de forma desigual, os “despojos” da economia gomífera. Os que estavam diretamente envolvidos na produção da borracha não ganhavam nada (seringueiros) ou ganhavam muito pouco (os seringalistas), isso comparado aos ganhos obtidos por aqueles que a comercializavam em âmbito internacional, ou seja, os estrangeiros.

Quase sempre analfabeto, o seringueiro se tornava uma presa fácil para os patrões desonestos, que, além de pagar baixos preços pela sua produção de borracha, exageravam nos preços das mercadorias. “O seringalista detinha a possibilidade de fazer os números dançarem ao compasso de seus interesses” (SANTOS, 1980, p. 166). Teixeira (2009, p. 133) chega a dizer que “o comércio se constituiu de fato num eficiente mecanismo de coerção”. O endividamento¹⁵⁴, “antes de ser uma real categoria econômica, funcionava muito mais como um instrumento destinado a preservar vínculos de sujeição” (TEIXEIRA, 2009, p. 154). Diante de tantas amarguras, o extrator acabava virando um alcoólatra (Cf. PRADO JÚNIOR, 1994, p. 238).

Era comum que o comerciante adiantasse ao seringueiro recém-chegado ferramentas, víveres e remédios, a preços altamente inflacionados, de modo que aquele já ficava, de saída, endividado com o patrão. De fato, este abuso era de tal modo disseminado, que representava um traço essencial do negócio da borracha [...] o patrão lucrava tanto com a venda de mercadorias, quanto com o próprio negócio da borracha. Além disso, alguns observadores acusavam o patrão de adulterar suas contas para trapacear ainda mais o seringueiro analfabeto. (WEINSTEIN, 1993, p. 37).

¹⁵⁴ Bárbara Weinstein (1993, p. 38) faz uma crítica ao termo “escravidão por dívida”. Segundo ela, “o débito raramente era utilizado como um meio de servilização. Na maioria dos casos, o seringueiro era extremamente móvel e se encontrava longe demais do controle do patrão para que suas dívidas funcionassem como meios eficientes de coerção”. “Apenas em áreas mais isoladas é que os trabalhadores dos seringais eram efetivamente escravizados por seus débitos” (*idem*, p. 46). Ela continua dizendo que os “débitos serviam a uma finalidade diversa da referida pela maior parte dos críticos do negócio da borracha” (*idem*, p. 39). Segundo ela, o motivo da dívida era porque o seringalista carecia de dinheiro para pagá-lo e além do mais “um seringueiro com dinheiro no bolso teria condições de comprar mercadorias de outros aviadores” (*idem*, p. 39).

O seringueiro era obrigado a encaminhar para o barracão aquilo que ele produzia. Pois era lá que ele comprava "fiado" as mercadorias que consumia. Além dos muitos produtos alimentícios vindos do sul do país, muitos “enlatados” eram importados da Europa, continente onde ficavam as matrizes dos principais bancos que concediam créditos para o fomento da produção gomífera. É sabido que boa parte desses “enlatados” já chegava vencida no seringal, e mesmo assim eram comercializados.

E a fraude vai a tal ponto que as casas de importação de conservas têm um empregado denominado *caixeiro da solda* e cujo mister consiste em furar as latas deformadas pelos gases da putrefação, a fim de dar saída a esses e soldar a abertura feita. Assim conseguem iludir os compradores que bem conhecem os perigos das conservas em caixas deformadas pelos gases da fermentação, devidos ao desenvolvimento sobretudo de bactérias produtores das infecções e intoxicações alimentares. E o seringueiro das regiões afastadas tem que ingerir essas substâncias deterioradas se não quiser morrer à fome. (SANTOS, 1980, p. 168).

Em contrapartida, o seringueiro também enganava o patrão. Ele misturava o látex com outros produtos e inseria metais e outros objetos no interior das pélas de borracha a fim de torná-las mais pesadas, além de negociar a borracha clandestinamente com o regatão¹⁵⁵, desviando parte da produção. Segundo Weinstein (1993, p. 47), “os seringueiros exerciam pressões, muitas vezes, com êxito, para limitar a exploração que sofriam”.

Essa “trapaça” é entendida por muitos como uma prática de resistência à opressão (WEINSTEIN, 1993, p. 36) e não exatamente como um ato “ilegalidade” como afirma Francisco Costa (2005b, p. 83). Mas “a base da antijuridicidade entendida pelos seringalistas era a violação ao regulamento vigente nos seringais” (*idem, ibidem*, p. 83). No entanto, pesa o fato de os regulamentos serem “arbitrários” (*idem, ibidem*, p. 89).

A arregimentação de mão de obra para os seringais aconteceu por meio de engodo. Os nordestinos foram induzidos a acreditar que obteriam riqueza fácil no Acre. Quando lá chegavam, eram mais uma vez enganados, pois os seringalistas usavam de fraudes contábeis e outros artifícios para deixá-los na condição de eternos devedores. De forma que o seringal era “o embrião do calvário a que milhares de trabalhadores nordestinos se submetem, **ludibriados** com a propaganda do enriquecimento fácil e da liberdade na Amazônia do jugo do latifúndio nordestino” (COSTA, 2005b, p. 79, grifo nosso).

¹⁵⁵ Comerciante ambulante que viajava pelos rios a fim de negociar produtos com seringueiros.

Como podemos perceber, os indígenas foram apenas uma das vítimas da expansão econômica. Seringueiros e seringalistas também se expuseram a vários riscos. Centenas de seringueiros foram mortos por doenças, fome, inaptidão ao “inferno verde”, ataques de animais, exaustão de trabalho e assassinato. Muitos seringalistas também pagaram com a vida o desejo do enriquecimento, pois foram vítimas de seringueiros cansados da opressão, por seringalistas rivais e até mesmo por comerciantes credores de dívidas. O sistema de aviamento promoveu desigualdades sociais e dependência regional, além das relações sociais violentas, desumanas, corruptas e desagregadoras. Portanto, qualquer ideia de “civilidade” (Cf. KLEIN, 2013, p. 143) nesse contexto perde o sentido.

[...] imenso potencial de fraude, trapaça e coerção inerente a uma economia em rápido crescimento, onde um pequeno grupo de negociantes poderosos tenta extrair o máximo rendimento de um conjunto limitado de produtores. Havia conflitos e tensões em todos os níveis da rede de aviamento, variando de intensidade desde pequenas trapaças banais até a violência declarada, sendo o seringueiro a principal vítima de tais fraudes e maus-tratos. (WEINSTEIN, 1993, p. 1993).

4.2.3 O trabalho forçado no seringal

“[...] um capítulo da história da borracha que em todo o mundo apresentou notas semelhantes de **tragédia e desumanidade**”.

(SANTOS, 1980, p. 165, grifo nosso).

O seringal abrigava “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado [sic] egoísmo” (CUNHA, 2000, p. 127). Um “regime predatório da força de trabalho” (SANTOS, 1980, p. 308). Era uma unidade produtiva que apresentava uma “estrutura aberrante” (SOUZA, 1977, p. 100), palco de “grandes monstruosidades” (*idem*, *ibidem*, p. 100) e de “uma das formas mais odiosas de exploração do trabalho” (TEIXEIRA, 2009, p. 40). Resumindo: ali era um espaço onde “o regime de vida econômica era dolorosamente destrutivo” (BENCHIMOL, 1977, p. 197).

O trabalho livre aqui é péssimo, e é um verdadeiro monopólio dos donos de fábrica de seringa [...] um homem livre vive em verdadeira escravidão, não tendo liberdade de vender, e nem comprar senão ao patrão [...] são cousas sabidas e passadas à vista: há muito espancamento, e ferimentos e tentativas de morte, e não há punição [...] não há tratamento nas doenças, vivem e morrem ao acaso, como as bestas; a humanidade só tem a perder com este andar de cousas; e a sociedade brasileira só tem a perder com estas desordens e tropelias. (LABRE, 1872, p. 45).

Uma história de privações e de brutalidade, contra a terra e o homem, contra a selva exuberante e o homem ínfimo, minimizando não pela mata, mas pela exploração violenta que o tornava pouco mais do que um animal de carga. **A bestialização das relações de trabalho** na sovina economia do seringal repunha tão tardiamente, ainda, as práticas e os débitos acumulados de uma economia predatória e de uma sociedade desumanizada. (MARTINS, José. *Prefácio*. In: TEIXEIRA, 2009, p. 9, grifo nosso).

O seringal era uma verdadeira “prisão física” (SANTOS, 1980, p. 114). Ali o seringueiro “perdia quase totalmente a liberdade de usar o que ganhava” (SANTOS, 1980, p. 158), pois “trabalhavam para se escravizar” (CUNHA, 2000, p. 152), tornando-se uma espécie de “escravo econômico e moral do patrão” (SOUZA, 1977, p. 100) ou uma “máquina de fabricar borracha” (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 199,).

O trabalho no seringal era degradante e forçado, pois não havia garantias mínimas de saúde e segurança e o seringueiro era coagido moralmente e fisicamente a permanecer no seringal a serviço do patrão. Moralmente porque era vítima de manobras contábeis que o deixavam na condição de “eternos devedores”. Fisicamente porque ele era submetido a um regime policial de vigilância e punição caso tentasse fugir sem quitar a dívida. Além do mais, segundo Euclides da Cunha (1922, p. 35), havia um acordo entre os seringalistas¹⁵⁶ de não aceitar seringueiros fugidos de outro seringal por conta da dívida e “havia pesadas multas aos patrões recalcitrantes”.

Em síntese, no seringal era brasileiro explorando brasileiro. Acriano contra acriano. “Hoje, podemos conhecer partes dos horrores cometidos nos confins dos seringais, consultando os anais do Tribunal de Justiça de Manaus, repletos de processos tardios contra **seringalistas bárbaros e criminosos**” (SOUZA, 1977, p. 101, grifo nosso). Para fixar o seringueiro ao seringal até a completa invalidez (Cf. SILVA, 1982, p. 20), valia-se de “abusivos mecanismos de extorsão e manipulação de preços dos produtos de consumo” (TEIXEIRA, 2009, p. 55), além de “castigos corporais [...] e inusitada violência” (*idem*, *ibidem*, p. 110).

¹⁵⁶ Bárbara Weinstein (1993, p. 38) discorda, dizendo que a violência física não garantia a fixação do seringueiro. Pois caso houvesse, ele fugia. E, segundo ela, “os seringalistas rivais não hesitavam em oferecer proteção a seringueiros fugitivos”. Os “regulamentos dos seringais que determinavam que seringueiros fugitivos fossem devolvidos ao seu patrão anterior, constituíam virtualmente letra morta naquelas partes da Amazônia em que violentas inimizades dividiam a elite local” (*idem*, p. 46).

Diante do exposto, somos levado a discordar da ideia de Klein (2013, p. 143) quando o mesmo afirma que “a relação de compadrio”¹⁵⁷ era algo “comum da ordem que permeava as organizações sociais amazônicas” e que “o domínio da cordialidade era uma imposição normal às relações sociais do Acre”¹⁵⁸, pois fazia “parte significativa da composição social da cadeia de aviação” (*idem, ibidem*, p. 140). Para tanto, apoia-se na hipótese do “brasileiro cordial”, quando diz que “essa característica (a cordialidade) era um tipo de relação própria da formação social brasileira, como bem afirmou Sérgio Buarque de Holanda” (*idem, ibidem*, p. 141)¹⁵⁹.

4.2.4 A corrupção política e judiciária

Assim quis eu representar a justiça que por muitos anos dominou o Acre, protegendo os ladrões e os assassinos e perseguindo os justos.

(CASTRO, 2002, p. 303).

Antes da guerra com a Bolívia [...] não havia cargos políticos a disputar-se. Depois da guerra, surgiram os crimes políticos, orientados pelos elementos adventícios, não ligados à massa dos exploradores e conquistadores do Acre, pelos próprios agentes do governo federal.

(BASTOS, 1958, p. 45).

[...] em um processo de formação único, surge a Prefeitura (1913), com a missão de organizar, administrar, cuidar e planejar esta cidade tão peculiar.

(Marcos Alexandre, Prefeito de Rio Branco, *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013, p. 7).

A corrupção política em solo hoje considerado acriano se deu antes mesmo de oficializada a anexação. Quando a região passou a ser administrada arbitrariamente pelo

¹⁵⁷ Acreditamos que Klein (2013, p. 142) tenha cometido uma imprudência metodológica ao generalizar as supostas “relações de compadrio” identificadas por ele “entre a casa aviadora de Belém, a Pereira Bessa, e sua cliente no Acre, a empresa seringalista N & Maia e Companhia”. Tomando por base um estudo de caso ele afirma que os “personagens da cadeia de aviação procuravam tratar-se cordialmente”.

¹⁵⁸ Weinstein (1993, p. 208) chega a mencionar a existência de um “relacionamento semi paternalista” no seringal, mas isso nada tinha a ver com uma possível índole cordial dos acreanos, e sim com a estratégia de “consolidar as ligações do aviador com os seringueiros” em prol da reprodução do capital. Era o “disfarce muito tênue de um sistema de exploração econômica e de opressão de classe” (*idem, ibidem*, p. 208). Tal “paternalismo superficial não excluía de modo algum o emprego da violência” (*idem, ibidem*, p. 208).

¹⁵⁹ Em 1948, doze anos depois da primeira edição de *Raízes do Brasil*, o próprio Sérgio Buarque de Holanda escreve uma carta a Cassiano Ricardo para explicar o conceito de “homem cordial”. Nela ele diz que a cordialidade em nada tem a ver com os conceitos de bondade, virtude ou companheirismo, e sim com o fato de o brasileiro agir mais baseado nas emoções do que na razão (Cf. HOLANDA, 1988, p. 145).

governo do Amazonas a partir de 1852, como parte do município de Floriano Peixoto, a população local se tornou refém de uma ordem política autoritária na qual o crime era algo institucionalizado. José Carvalho (2002) retrata a falta de moralidade que reinava no aparelho público na comarca de Floriano Peixoto. Segundo ele, “a grande receita do município, orçada sempre em 600 contos de Réis anuais, desaparecia como por encanto, sem que no lugar ficasse realizado o menor melhoramento” (CARVALHO, 2002, p. 18). Tal situação também foi denunciada pelo ministro boliviano Paravicini:

Durante la administración brasileña en el territorio del Acre no se creó ni una escuela, no se construyó ningún edificio para el culto y el Estado del Amazonas recibía más de 5 mil contos de impuestos sobre la goma y el Tesoro Federal recibía el doble de esta cantidad, aparte de lo que recibía por los impuestos sobre los derechos de importación de la mercadería que ingresaba al territorio (*apud* RIBERA, 1997, p. 55).

Após a elevação do Acre à categoria de Território Federal do Brasil em 1904, a corrupção se fez presente desde as primeiras administrações. Criado sob a égide da inconstitucionalidade¹⁶⁰, o Território foi inicialmente dividido em três departamentos (Alto-Juruá, Alto-Purus e Alto-Acre) e administrado por prefeitos. Todos indicados pelo governo federal sem qualquer consulta à população.

Tão logo assumiam o poder público, os prefeitos procuravam firmar alianças com os principais “coronéis de barranco” da região, que eram “detentores de influência na política local, na estrutura da polícia, do Poder Judiciário e, principalmente, na economia” (COSTA, 2005b, p. 19). Em muitos casos, inclusive, para satisfazer os “coronéis”, o governo federal nomeava “ex-revolucionários” da Questão do Acre. A política no nascente Acre reproduzia o que havia de pior na Primeira República: oligarquia, mandonismo, corrupção, nepotismo, impunidade, desmandos, peculato e pelo atrelamento da polícia e do Poder Judiciário ao Poder Executivo, etc.

Uma quadrilha que revestida de autoridade federal, invadiu o Acre desde que este ficou pertencendo ao Brasil. Compunham-na perigosos assassinos de diversas origens, ladrões de todos os matizes, jogadores e libertinos, na sua grande parte oriundos da falange de degradados sociais que o Governo da União exportara para aquela infeliz terra (Acre) [...] Reforçando esse bando de foragidos da justiça de diversos Estados, os Prefeitos nomeados levavam sempre uma carga de parentes e

¹⁶⁰ A Constituição brasileira vigente na época não previa a criação de “território administrado diretamente pela União”, pois era de caráter federalista.

de protegidos com o fim único e louvável de fazerem economias. (CASTRO, 2002, p. 34-35).

Os prefeitos “enfeixavam em suas mãos poderes ditatoriais” (COSTA, 2005, p. 231). O autoritarismo parecia ser compatível com a árdua missão incumbida a eles: garantir o envio dos 23% de impostos cobrados sobre a exportação da borracha para a capital brasileira. Para tanto, “realizavam aquele tipo monstruoso de governo marcial [...] porfiaram em violência” (*idem, ibidem*, p. 234).

Em troca dos bons serviços prestados à pátria, eles, maioria militares, eram aposentados com soldo dobrado. Às vezes, o povo nem tinha conhecimento quando os mandatários entravam e saíam do cargo e nem sabia da “ladroeira desenfreada que se praticava no Acre” (CASTRO, 2002, p. 39). “A população assistia bestializada à encenação do domínio federal, submetida às baionetas que esteavam o despotismo prefetural” (*idem, ibidem*, p. 234).

As questões judiciais no território do Acre seguiam o mesmo “ritmo”. As questões eram resolvidas, como afirma Craveiro Costa (2005, p. 309), na base do “rifle”. Nos seringais, o patrão era o juiz de todos os pleitos, era o “déspota [...] para decidir sobre a vida e a morte dos que vivem sob seu jugo” (LIMA, 1998, p. 88). Ele julgava “ao seu livre-arbítrio, o que era justo ou não” (TEIXEIRA, 2009, p. 128). Fora dos seringais, “a magistratura acreana aboletou-se comodamente na vitalidade de seus empregos, para fazer a politicagem da terra” (COSTA, 2005, p. 310). Não havia independência entre o Poder Executivo e o Judiciário.

Quem perdia com tudo isso era o seringueiro, que ao disputar alguma causa contra o patrão, “judiciariamente, tudo ficava paralisado durante meses e anos” (*idem, ibidem*, p. 310). Como exemplo do *caos* que reinava no Poder Executivo e no Judiciário, basta lembrar que o Cel. Plácido de Castro foi assassinado pelo subdelegado de polícia do Departamento do Alto-Acre a mando do então prefeito Gabino Besouro¹⁶¹.

Pelo critério de alguns prefeitos, os juízes lhes eram inteiramente subordinados. E se juntarmos a tudo isso as ausências constantes e prolongadas dos juízes preparadores e promotores públicos, a incompetência dos substitutos leigos, a **corrupção** a que raros magistrados escapavam, teremos no quadro as verdadeiras cores. **A justiça dada ao Território do Acre era uma completa burla:** falha nos seus salutare

¹⁶¹ O crime foi denunciado ao Presidente da República em 07 de agosto de 1908 por Genesco Castro, irmão do Cel. Plácido de Castro. A impunidade não poupou nem sequer o líder da chamada “Revolução Acriana”. O militar Gabino Besouro (1851-1930) antes de vir para o Acre havia sido governador de Alagoas (1892 - 1894).

efeitos, quando não era meio de juízes inescrupulosos amatarem-se com a parte mais dinheirosa [...] a administração era o arbítrio dos prefeitos, a prepotência, o despotismo, ao lado do mais lastimável esquecimento das necessidades locais [...] **A justiça era uma vergonha e uma pomposa inutilidade.** (COSTA, 2005, p. 244, grifo nosso).

Não podemos esquecer que a maioria dos primeiros prefeitos indicados para assumir a Prefeitura do Departamento do Alto Acre era ex-combatentes da “Questão do Acre”. Citemos alguns: João de Oliveira Rola (março/1906 – julho/1906), Plácido de Castro (julho/1906 - março/1907), Antonio Antunes de Alencar (outubro/1907 – janeiro/1908), Deocleciano Coelho De Souza (dezembro/1909 – junho/1910 e janeiro/1911 – janeiro/1915), Epaminondas Jácome (dezembro/1910 – janeiro de 1911), Joaquim Victor da Silva (janeiro/1915)¹⁶².

4.2.5 A exploração predatória da floresta

Um problema que sempre preocupava tanto os homens públicos como os observadores privados era a destruição ou exaustão prematura dos seringais, devido aos métodos de extração descuidados e à falta de atenção à conservação das árvores.

(WEINSTEIN, 1993, p. 202).

Os extratores atiravam-se à floresta em atividade predatória; como as zonas de coleta logo se empobreciam, não havia interesse em ter o domínio permanente sobre a terra, uma vez que a exploração era passageira.

(PRADO e CAPELATO, 1989, p. 291).

A relação que os migrantes desenvolveram com a natureza amazônica foi tão brutal quanto àquela em que eles mantiveram entre si. A maioria não migrou para a região pensando em ficar. Queriam enriquecer e voltar para suas respectivas terras natais. E como não conseguiram, é de se supor o sentimento de pertencimento foi uma construção a posteriori. Inicialmente, não houve preocupação alguma com a preservação do caucho ou da seringueira. A extração era tão predatória que a árvore ficava inutilizada após poucas incisões, obrigando o nordestino a abandonar a área em busca de outra com maior densidade de caucho ou

¹⁶² Quando os Departamentos foram divididos em municípios, os primeiros Intendentes Municipais de Rio Branco também foram “ex-revolucionários”, o primeiro e o terceiro já haviam sido, inclusive prefeitos: a) João Rola (15.02.1913 a 07.01.1914); b) Joaquim Domingues Carneiro (07.01.1914 a 11.06.1915) e; c) Epaminondas Jácome (11.06.1915 a 11.06.1918). Fonte: acervo digital do Departamento de Patrimônio Histórico do Acre.

seringueira explorável. Por isso que Bastos (1958, p. 14) afirma que o Acre era “um acampamento” naquela época.

A técnica de extração que prevaleceu nos primeiros anos de produção da borracha foi a do “arrocho”. O seringueiro tentava obter o máximo de “leite” gumífero possível em um menor prazo de tempo. Isso era motivado ora pela pressão do seringalista, ora pela própria vontade de saldar a dívida com o “barracão”. Como não possuíam instrumentos de trabalho adequados e nem tinham compromisso ou apego àquele território, eles feriam a árvore até que ela morresse.

Na sofreguidão de maior rendimento, os seringueiros empregaram um processo grosseiro que chamavam de arrocho e em apertar com um cipó a árvore, quase ao rés-do-chão, de modo que se forme uma orla capaz de dar assento a uma goteira circular de barro, feita ali mesmo pela mão do seringueiro. Debaxo desta goteira colocam uma panela ou outra qualquer vasilha, que possa receber bastante líquido; feito isto golpeiam toda a árvore e por todos os lados, de modo que ela se esgota em um dia. (REIS, 1953, p. 57).

A ânsia de aumentar a produtividade levava-o, às vezes, a **processos destrutivos de extração**, como o chamado *arrocho*, pelo qual a árvore era amarrada por cipós, bem próximo ao chão, e golpeada várias vezes, a fim de que o leite se derramasse em profusão na vasilha receptora. (MIRANDA NETO, 1986, p. 36, grifo nosso).

O livro *As heveas ou seringueiras: informações*, de João Rodrigues, publicado no Rio de Janeiro em 1900, diz que a extração predatória foi a causa do fechamento de vários seringais na Amazônia. Apesar de o método ter sido proibido em fins do século XIX, continuava sendo praticado livremente, uma vez que a ação judicial não se fazia presente nos seringais. Com o tempo, quando a dificuldade de abrir novos seringais aumentou ao ponto de virar um problema e o reaproveitamento das seringueiras se tornou uma necessidade, os próprios seringalistas facilitaram a normatização do corte da seringueira.

O próprio Plácido de Castro (1906-7, In: TJAC, 2003, Vol. 2, p. 16) diz que “a exploração bárbara e vampira da seringueira até hoje seguida em toda a Amazônia, exploração revoltante e iniqua que em pouco tempo reduz e transforma ricos seringais em abandonadas florestas”. Já Carone (1978, p. 66-7) explica que “a incisão diária da hevea, no ponto mais lato alcançado pelo machado do trabalhador até a parte inferior da árvore, faz com que a seringueira se esgote em três meses e seja necessário que ele mude de estrada”.

Isso acontecia por causa da ambição de alguns seringueiros que, para produzirem mais do que o habitual, feriam a árvore com uma frequência tal que não permitia a

cicatrização do ferimento. O uso da “machadinha” e da “faca asiática” foram tentativas de preservar a árvore mesmo após incisivos cortes. Mas a utilização ou não desses instrumentos menos agressivos não recebia fiscalização de forma sistemática. Além do mais, a preocupação não era com a árvore em si, mas com o prolongamento da utilização econômica dela.

Os machados dos seringueiros amazônicos faziam aqui uma obra vandálica de destruição dilacerando as seringueiras [...] É que no Amazonas continuava a campear a obra degradadora da economia destrutiva, em consequência da qual o homem procurava prover a sua vida à custa da vida da seringueira. (LIMA, 1975, p. 78, grifo nosso).

Não fulminante, porque não abate, mas pernicioso, porque danifica, é a intervenção do nordestino nos recessos dos seringais. Não mais a derrubada da árvore prodigiosa do leite áureo, mas o seu trucidamento [...] investem os seringueiros furiosamente contra a *hevea brasiliensis*. Era a arremetida agressiva contra ela, com golpes de machadinha dilaceradora [...] era, positivamente, **obra cega da atividade econômica destrutiva**, com que se preparava a depreciação, a decadência, o esgotamento dos seringais (SANTOS, 1980, p. 74, grifo nosso).

Em resumo, a ocupação da Amazônia brasileira em fins do século XIX aconteceu por meio de “métodos predatórios de exploração dos seringais” (SANTOS, 1980, p. 69). A exploração obrigava ao constante deslocamento em busca de áreas mais produtivas. E essa foi uma das causas pelas quais os migrantes invadiram as terras bolivianas.

4.2.6 A banalização da prostituição

A falta de mulheres nos seringais fez da índia um valorizado *artigo*. Capturadas e vendidas ou tomadas como esposas, foram vítimas de imensa violência.

(GOMES, 2008, p. 91).

Propalava-se que era lá (Manaus) que se encontravam as mais luxuosas pensões de mulheres e os mais empolgantes cabarés da América do Sul [...] Nesses eróticos refúgios encontravam-se lindas e provocadoras francesas, espanholas, polonesas, portuguesas, peruanas, além das naturais de outros países.

(BARROS, 1993, p. 12).

Uma outra “patologia” que se mostrou corrente na região acriana foi a mercantilização da mulher. Os homens não traziam suas esposas, porque eram iludidos com a ideia de riqueza fácil e rápido, e isso a longo prazo afetou a vida sexual deles. Os seringueiros

destinavam o tempo à extração do látex. Foi somente com a decadência da economia gomífera que a constituição de famílias nos seringais passou a ser correntes. Antes disso de 1912, ainda eram frequentes a prática do homossexualismo (BENCHIMOL, 1977, p. 189), o estupro de indígenas, a zoerastia (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 199) e a compra de meretrizes.

E a presença de mulher nos seringais, no sistema de exploração sem freios que envolvia todo o negócio da produção da borracha, **passou a constituir mais uma página do sistema. Os seringueiros, no seu infortúnio, encomendavam aos patrões e, estes às casas aviadoras, mulheres, como encomendavam gêneros alimentícios**, utensílios, roupas, etc. Verdadeiras mercadorias, elas entravam nas contas, escrituradas pelos guarda-livros como quaisquer outros objetos de uso diário. (REIS, 1953, p. 123, grifo nosso).

Em *Mulheres da Floresta uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*, Cristina Wolff diz que encontrou inúmeros pedidos de dispensa de “proclamas”, ou editais de casamento, nos processos judiciais que pesquisou. A hipótese levantada foi que o “noivo” havia adquirido a “noiva” por meio do rapto e, por isso, requeria urgência na oficialização da união. Lacerda (2006, p. 237) confirma isso dizendo que era comum a compra ou o rapto de mulheres no nordeste brasileiro para serem a revendidas nos seringais. Como o deslocamento de mulheres nos seringais não era proibido, a comercialização delas era facilitada.

Como era um “produto de luxo”, obviamente apenas os poucos seringueiros, aqueles que detinham saldo no barracão, eram agraciados com a “mercadoria”. Em alguns casos, como afirma Nascimento (1998, p. 3): “o objetivo do seringalista era fazer com que o seringueiro não perdesse tempo no trato doméstico ou na procura de mulheres em lugares distantes, tendo o mesmo que dedicar-se ao corte da seringa, dando conta da produção”.

Durante o período da *Belle Époque*, Manaus e Belém se tornaram em uma das principais redes de prostituição e tráfico de mulheres do país. O agenciamento vinha de todas as partes do Brasil e inclusive da Europa. Para os clientes mais exigentes que gostavam de práticas eróticas “mais refinadas”, os bordéis ofereciam francesas e polonesas. Segundo Segundo Corrêa (1966, p. 56), estas “arruinavam seringalistas e proprietários de Casas Aviadoras, em poucas noites”. Mas, a prostituição não se restringia aos bordéis, o “baixo meretrício” se concentrava nas esquinas e nos cortiços (Cf. SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 95).

A presença feminina no seringal era rara e quase sempre em sua mais lamentável versão [...] chegava sob a forma degradante da prostituição [...] o seringueiro

resvalava para o onanismo, para a bestialidade e práticas homossexuais. Esta penosa contradição legou uma mentalidade utilitarista em relação à mulher [...] a sociedade do látex tornar-se-ia **uma sociedade falocrata que daria à mulher uma utilização tão aberrante quanto a forma de explorar a força de trabalho do seringueiro** [...] não admitiam uma mulher como pessoa. (SOUZA, 1977, p. 99, grifo nosso).

Em resumo, a mercantilização feminina e o tráfico de mulheres fizeram parte da formação histórica do Acre. A presença deles se constitui em mais um motivo para que os atuais acrianos não comemorem o período fundador do Acre ou ao menos fazê-lo de forma menos ufanista e mais crítica. A charge abaixo mostra a gravidade da questão.

Imagem 81 – Desterro de mulheres para o Acre.

Fonte: jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1904, p. 18.

4.3 DO “NASCIMENTO”

Pronto las desguarnecidas regiones del nordeste de Bolivia fueron **invadidas** por esos brasileiros del estado de Ceará que, después de afianzar su asentamiento en las barracas caucheras en territorio boliviano, se resistieron a pagar impuestos al gobierno y terminaron desconociendo la soberanía de Bolivia en esos territorios. **Así nació el conflicto del Acre**, por el descubrimiento de una nueva riqueza y la ambición de poseerla.

(ACHA, 1980, p. 24 e 25, grifo nosso).

A borracha também servia a um propósito imperial. À medida que os seringueiros se espalhavam nas partes mais distantes do interior, levavam consigo **as reivindicações territoriais do Brasil**.

(JACKSON, 2011, p. 135, grifo nosso).

Nesse tópico analisaremos as disputas militares e diplomáticas que antecederam à anexação definitiva do Acre ao Brasil. São fatos que, se estudados apenas do ponto de vista “imediatista”, desconectado do processo de “gestação”, poderão servir para a criação daquilo que Bloch (2001, p. 56) chamou de “ídolo das origens”. Isso porque a Questão do Acre brasileiro é interpretada em função do patriotismo dos acrianos demonstrado na “revolução” contra os bolivianos.

Por conta disso, a “Revolução Acriana” é entendida como o acontecimento inaugural tanto do Acre enquanto comunidade¹⁶³, quanto do Acre enquanto território brasileiro¹⁶⁴. Essa conclusão está baseada em uma observação meramente factual, pois “a história tradicional atenta para o tempo breve, para o indivíduo e para o acontecimento” (BRAUDEL, 1976, p. 12). A história episódica é marcada pela “narração precipitada, dramática, e de pouco fôlego”. (*idem, ibidem*).

¹⁶³ A nosso ver, o processo de “gestação” da comunidade acriana ou da identidade coletiva é perpetuamente inacabado. Isso porque esse Acre da identidade é imaginado, portanto, a escolha de qualquer data para o seu “nascimento” é arbitrária. Mas a narrativa epopeica “inventou” um período de “gestação” para ele – a saga da migração nordestina – e uma data de “nascimento” - a chamada “Revolução Acriana”.

¹⁶⁴ Oficialmente o Acre só figura como brasileiro a partir da assinatura do Tratado de Petrópolis. Mas o mito fundador do Acre – aquele que prega que o acreano foi forjado na luta contra o estrangeiro por defender o Brasil – diz que o Tratado de Petrópolis foi apenas uma espécie de “registro de nascimento”, pois o nascimento de fato teria acontecido na “Revolução”.

A sincronia estuda o acontecimento por ele mesmo, o que geralmente conduz a uma perspectiva enaltecida dos grandes eventos, que é uma das formas da retórica da criação de heróis. A diacronia leva em consideração o processo histórico ao longo do tempo, relaciona o acontecimento com a conjuntura que possibilitou a emergência dele. A nossa missão aqui é a de “aproximar o longo prazo do curto prazo, reconhecer seu parentesco e sua dependência indissolúvel” (BRAUDEL, 2005, p. 499).

Nessa tese, optamos por analisar a anexação do Acre ao Brasil a partir de uma visão mais panorâmica, que foge ao nível do acontecimento propriamente dito, e vai ao encontro das conjunturas nacional e internacional¹⁶⁵. Sair do “tempo breve” é pré-requisito para uma análise não epopeica da anexação do Acre, pois o “tempo breve é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. É por esse motivo que se tem “uma forte desconfiança em relação a uma história tradicional, **chamada história dos acontecimentos**” (BRAUDEL, 1976, p. 11, grifo nosso).

4.3.1 A Fase Militar

Todo el conflicto giraba en torno a estos factores: Bolivia quería tomar las riendas del territorio del Acre, que por derecho le pertenecía, y el Estado del Amazonas perjudicado en sus recaudaciones fiscales se oponía tenazmente, pero entre bastidores, al funcionamiento de la aduana de Puerto Alonso.

(RIBERA, 1997, p. 53).

O sangue generoso derramado de ambos os lados constitui mais uma sombra no cenário da história mundial da borracha.

(SANTOS, 1980, p. 204).

Desde a mais remota antiguidade, os campos de batalha têm sido o cenário mais adequado para que as imagens dos heróis possam ser esculpidas e cultivadas para posterior veneração.

(MICELI, 1994, p. 93).

¹⁶⁵ Barbara Weinstein (1993) não debate temas como o impacto do capital estrangeiro e a influência externa na economia gomífera amazônica porque recusou a escala de observação internacional. Deu preferência aos sujeitos sociais e isso, ao novo ver, secundarizou temas maiores. Ela até que discute o porquê da economia gomífera não ter conseguido fomentar o desenvolvimento da economia amazônica, mas não passa disso.

Os conflitos armados desencadeados pela Questão do Acre foi uma consequência das contradições inerentes ao movimento de expansão capitalista na Amazônia. As guerras contemporâneas são, em grande parte, manifestações militares de conflitos econômicos não resolvidos diplomaticamente. Pensaremos a fase militar da anexação do Acre a partir dessa premissa, descartando, portanto, as explicações “patrióticas” e “românticas” já denunciadas por Carneiro (2008).

Foi por causa da crescente demanda internacional por borracha que os nordestinos ultrapassaram as fronteiras brasileiras e povoaram às margens dos rios Purus e Juruá na segunda metade do século XIX. A região era rica em seringueira e a economia gomífera prometia riqueza rápido aos desbravadores. Invadir território nacional de outro país, contrabandear borracha e assassinar centenas de nativos foram os crimes fundadores necessários para inserir a região na cadeia produtiva e comercial capitalista. Como diria Marx, “o capital ao surgir escorem-lhe **sangue** e **lodo** por todos os poros, da cabeça aos pés” (MARX, 1968, p. 879, grifo nosso).

O governo boliviano, tão logo soube da ação criminosa dos brasileiros (Cf. ZAMBRANA, 1904, p. 28), se manifestou oficialmente perante o Itamarati e exigiu céleres providências para equacionar a questão. O governo peruano fez o mesmo pois, como será visto adiante, ele disputava com a Bolívia os direitos sobre aquele território. O governo brasileiro por várias vezes reconheceu que os vales do Purus e do Juruá não lhe pertenciam. Essa parecia ser a postura diplomática mais sensata, uma vez que os tratados internacionais¹⁶⁶ desautorizavam qualquer pretensão ao abrasileiramento daquela região.

A soberania boliviana ou peruana nos vales do Purus e do Juruá feria grandemente os interesses econômicos dos seringalistas brasileiros e do Estado do Amazonas. O último perderia em impostos sobre a exportação da borracha e os primeiros corriam o risco terem seus títulos fundiários anulados. O movimento armado de resistência ao domínio estrangeiro foi uma consequência inevitável, mas nem todos apoiaram a causa e a decisão pela “revolução” não foi tomada de forma democrática. Os seringueiros, por exemplo, não foram consultados, além do mais, não tinham liberdade de aderir a “revolução” sem o consentimento do patrão.

¹⁶⁶ A Bula Papal Intercoetera (1493), o Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madri (1750), o Tratado de El Pardo (1761), o Tratado de Santo Ildefonso (1777), o Tratado de Badajós (1801) e o Tratado de Ayacucho (1867).

Houve dissidentes - aqueles que apoiavam o governo boliviano; opositores – aqueles que esperavam a intervenção direta do governo brasileiro na *questão*; indiferentes – aqueles que, mesmo sabendo da insurreição, preferiram não fazer parte dela; e desinformados, aqueles que nem ao menos tomaram conhecimento da *revolução*. (Cf. CARNEIRO, 2008, p. 54-56).

Além do mais, devido à reinante desunião dos brasileiros naquela região, os movimentos de contestação à soberania estrangeira não tinham conexão um com o outro, eles aconteciam de forma independente, embora fossem financiados pelo governo do Amazonas. José Carvalho não concordava com Galvez, Plácido de Castro não apoiava Orlando Lopes, Souza Braga mantinha rixas com Joaquim Victor, Rodrigo de Carvalho e Gentil Norberto acusavam-se mutuamente. Isso sem dizer da “luta de classe” que existia entre seringueiros e seringalistas no interior do seringal. Enfim, basta dizer que o principal acusado de ter executado Plácido de Castro foi um dos principais chefes da “Revolução” no Alto Acre (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 525), o coronel Alexandrino José da Silva, tendo como prováveis “cúmplices” membros da própria Junta Revolucionária¹⁶⁷ (Cf. CASTRO, 2002).

Em síntese, podemos dizer que a fase militar foi caracterizada pela disposição de um punhado de brasileiros em contestar a soberania estrangeira na região acriana mediante o uso da violência¹⁶⁸. O conceito de violência empregado aqui é o referente ao uso da agressão física ou da ameaça do emprego da força para obrigar a outrem a se submeter a uma vontade alheia. Acreditamos que foi exatamente isso que aconteceu quando os brasileiros resistiram à soberania estrangeira na região.

Os conflitos armados entre brasileiros e peruanos não serão analisados aqui, a não ser de maneira muito tímida quando for o Tratado Brasil-Peru for abordado. Não que eles sejam desprovidos de importância, mas porque eles mereceriam uma pesquisa muito mais

¹⁶⁷ É o caso de Rodrigo de Carvalho e Gentil Norberto. Os dois últimos, por sua vez, acusaram Plácido de Castro de ter acumulado riquezas com a “revolução” (Cf. CASTRO, 2002, p. 363). Após a derrota dos bolivianos em Porto Acre (1903), Plácido de Castro o nomeou Rodrigo de Carvalho Diretor de Fazenda, um dos mais importantes cargos do Estado Independente do Acre. Mas a amizade durou pouco. Rodrigo de Carvalho aceitou um cargo de confiança do então prefeito do Departamento do Alto Acre Gabino Besouro (janeiro/1908 a novembro de 1909), que era abertamente inimigo de Plácido de Castro. Por conta da rixa, este qualificou Rodrigo de Carvalho como um sujeito “afeminado” e “o mais medroso que tenho conhecido” (*apud* CASTRO, p. 61, 2002). Esse prefeito foi acusado de ser o mandante do assassinato do “herói acriano” ocorrido em agosto de 1908. Gentil Norberto apesar de ter sido promovido por Plácido de Castro à patente de coronel no dia 13 de maio de 1903, último ato oficial dele como governador do Acre Meridional. Anos depois, a relação entre os dois foi rompida. Isso porque Plácido de Castro, a época em que foi prefeito do Departamento do Alto Acre (julho/1906 - março/1907), cancelou um contrato que Norberto havia firmado com o prefeito anterior.

¹⁶⁸ Para justificar a violência dos acrianos alguns autores afirmam que o movimento foi de caráter defensivo. Veja: “Os seringueiros armados com a ajuda dos seringalistas e treinados por Plácido de Castro **enfrentaram e revidaram as provocações** do exército boliviano” (PESSOA, 2007, p. 117, grifo nosso).

aprofundada do que aquela que realizamos aqui. Enfatiza-se tanto os conflitos ocorridos ao longo do rio Acre, que aqueles do Juruá ficaram quase "invisíveis". Isso acontece porque a história oficial acreana é um reflexo do poder hegemônico que o vale do Purus, mais precisamente aquele banhado pelo rio Acre, exerce sobre o Vale do Juruá.

Somente autores comprometidos com a causa juruaense, como é o caso de Glímedes Barros (1993), defendem a ideia de “Revolução” contra os peruanos. Segundo ele, “o drama acreano desdobrou-se em duas fases: a primeira, no rio Acre [...] a segunda fase caracteriza-se pelos conflitos entre brasileiros e peruanos no Alto Purus e no Alto Juruá” (BARROS, 1993, p. 4). No entanto, essa não é a versão hegemônica, pois os combatentes juruaenses sequer foram contemplados pela Lei Nº 380/1948, que concede pensão especial aos veteranos da “Revolução Acriana”.

A referida Lei tratou como “Revolução” apenas aquela liderada por Plácido de Castro. Durante as comemorações do Centenário do Acre, os acreanos que disputaram com os peruanos a posse da terra no Juruá também não foram lembrados pelo governo do Estado durante o período comemorativo dos cem anos do Acre. Abaixo, transcrevemos um trecho de uma matéria publicada no jornal *O Rebate*, de Cruzeiro do Sul, em 29 de março de 1964, Cruzeiro do Sul, p. 1. O título da matéria é “Cruzeiro do Sul não é Acre?”.

A dita Revolução Acreana foi feita por brasileiros que desbravaram os altos rios Purus e Juruá e seus afluentes, regiões contestadas por bolivianos e peruanos. O Tratado de Petrópolis pôs fim a contenda com os bolivianos, o mesmo não acontecendo com os peruanos, na bacia do Alto Juruá, onde o último combate entre peruanos de um lado e seringueiros e um pequeno contingente do 15 Batalhão de Fronteiras, desferiu-se a 4 e 5 de novembro de 1904. Combatentes daqueles dias, veem-se pelas ruas de Cruzeiro do Sul e ainda nos seringais, velhos e oitenta anos de idade, arrastando-se na penúria, na miséria, na indigência [...] sabedores de que a Revolução Acreana não terminara com o Tratado de Petrópolis, visto que o mesmo referiu-se tão somente ao caso com a Bolívia. Em verdade, ela só terminou depois daquele combate e com o tratado com o Peru [...] Será que os homens de hoje ignoram que o sangue brasileiro correu nas barrancas do Juruá, desde o estirão dos Nauss até o Amônes. A revolução no Juruá seria acreana, ou seria mexicana, indiana ou japonesa?

4.3.1.1 Sobre o conceito de “Revolução Acriana”.

A revolução acreana não teve o mesmo significado para cada segmento social envolvido nela [...] a *Questão Acreana* era sustentada por múltiplos interesses. O Governo do Amazonas queria manter a arrecadação dos impostos. Os seringalistas queriam garantir suas

propriedades privadas e a manutenção do lucro gumífero. Os profissionais liberais sonhavam em assumir importantes cargos públicos. E os seringueiros pretendiam quitar suas dívidas e, quem sabe, ter saldo para comprar o seu próprio seringal ou voltar à sua terra natal.

(CARNEIRO, 2008, p. 57).

Bolivian men who resisted were killed by refined torture, and their wives and daughters raped mercilessly.

(STOKES, 1974, p. 373).

Qualquer revolução [...] tem a tendência de se conceber como um início absoluto, um ponto zero da história.

(FURET, 1989, p. 101).

O termo “Revolução Acriana” não é empregado nessa tese, a não ser com o auxílio das “aspas”. Essa decisão aconteceu por vários motivos. Primeiro, porque o consideramos dispensável, pois o fato de ele ser empregado há mais de um século para representar um conjunto de acontecimentos históricos não significa que o termo lhe seja natural. Segundo, porque induz o pesquisador a uma ideia preconcebida que pode não corresponder a realidade. Terceiro, porque a classificação de um conflito armado como revolução não faz dele uma revolução. Quarto, pois o termo está relacionado aos eventos militares limitados à parte oriental do atual território do Estado do Acre. E quinto, porque o termo já foi tão sacralizado pela historiografia de opção epopeica que qualquer crítica a ele pode ser vista como uma crítica ao povo acriano.

O termo “Revolução Acriana” geralmente designa os combates militares entre as tropas de Plácido de Castro e os soldados do exército boliviano, que ocorreram na região banhada pelo rio Acre¹⁶⁹, de agosto de 1902 e janeiro de 1903¹⁷⁰. Ela atribui importância secundária aos movimentos de resistência anteriores como aqueles liderados por José Carvalho (1899), Luiz Galvez (1899), Orlando Lopes e Rodrigo de Carvalho (1900), etc. E exclui os movimentos militares ocorridos no Vale do Juruá.

¹⁶⁹ "E quando se diz rio Acre é o mesmo que falar no palco da revolução, porque foi sobre o seu dorso que se desenrolaram os fatos capitais desse movimento" (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 101). É sabido que tropas de Plácido de Castro combateram também às margens do rio Tauamanu na Bolívia.

¹⁷⁰ Segundo Costa (2005, p. 176), ela "encerrava a fase militar da revolução". Esse ponto de vista está limitado às desavenças entre brasileiros e bolivianos, não incluindo os peruanos. Mesmo que fossem só os bolivianos, há quem diga que a "revolução" liderada por Plácido de Castro acabou mesmo foi em dia 13 de abril de 1903, quando o General do Exército brasileiro Olympio da Silveira desorganizou as tropas “revolucionárias” de Plácido de Castro. Ao termo Silveira disse "em nome do governo da União: terminada está a revolução acriana" (*apud* CASTRO, 2002, p. 135). Os acrianos do Vale do Juruá acreditam que a “Revolução Acriana” só terminou em 1909, com o Tratado Brasil-Peru.

Mas outras interpretações são possíveis. “Los historiadores bolivianos prefieren la expresión *Campaña del Acre*” (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2001, p. 176). Azcui (1925, p. 21, p.45) fala de “una insurrección filibustera” e “una conflagración separatista”. Goycochêa (2007, P. 50) e Magalhães (1941) afirmam a existência de quatro revoluções acrianas. Sotomayor (2013) enumera cinco revoluções. Craveiro Costa (2005) ora diz que a “Revolução Acriana” teve início com José Carvalho (p. 118), ora diz que foi Galvez (p. 120), ora diz que foi com Plácido de Castro (p. 121 e 144). Calixto (1985) defende a inexistência de revoluções. Magnoli (1997, p. 183) ajuíza que tudo não passou de uma “revolta”.

Outros como Ferreira Reis (1937) compreendem a “Revolução” como o conjunto de ofensivas à soberania boliviana. A primeira é tida como aquela liderada por José Carvalho; a segunda, aquela liderada por Luiz Galvez; a terceira, aquela liderada por Orlando Lopes e Rodrigo de Carvalho; e a “Grande Revolução”, aquela liderada por Plácido de Castro.

José Carvalho¹⁷¹, um dos líderes da causa acriana, publicou o livreto *A primeira insurreição Acreana* em 1904, e nele tentou provar ser ele o primeiro a encabeçar um movimento de contestação à soberania estrangeira no Acre. Ou seja, ele reivindicou o caráter insurrecional, heroico e patriótico do seu feito. Luiz Galvez e aqueles que o apoiaram também fizeram o mesmo com relação à proclamação da República do Acre, afirmando o caráter nobre da ofensiva, conforme o *Manifesto dos Chefes da Revolução Acriana* publicado em 1900 (Cf. Braga, 2002). Rodrigo de Carvalho fez o mesmo com relação à expedição Floriano Peixoto (1900), pois a significou como “Revolução Acriana” (Cf. OURIQUE, 1907, p. 152).

No início do século XXI, o governo do Estado do Acre (1999-2006) tratou a “Revolução Acriana” como um conjunto de iniciativas patrióticas realizadas no decorrer da história com o fim de projetar um Acre brasileiro política e economicamente emancipado. Operou-se uma “democratização” do termo “Revolução Acreana”, pois o mesmo passou a ser aplicado a eventos que não estavam ligados *a priori* com a anexação do Acre ao Brasil.

Criou-se a ideia de que a trajetória do povo acriano é constituída de “revoluções” esporádicas, todas lastreadas na ideia de “Revolução Acriana”¹⁷². Plácido de Castro não fora o único a realizar uma “revolução” no Acre, outros como Luiz Galvez e Guimard Santos também o fizeram. É como se os feitos de Galvez, de Plácido de Castro, de Guimard Santos

¹⁷¹ A “Revolução” não recebeu o apoio dos grandes comerciantes e políticos do Pará. Gentil Norberto deixa isso claro em uma carta datada em 16 de abril de 1901, enviada ao governador do Amazonas Silvério Nery, reproduzida na íntegra por Ourique (1907, p. 169- 168).

¹⁷² Não o fenômeno histórico, mas o mito fundador do Acre(ano).

e de outros fossem graus diferenciados de uma mesma luta ou etapas de uma mesma saga. As “revoluções” constituem e atualizam a “Revolução Acriana” enquanto mito fundador do Acre(ano)¹⁷³.

Uma das provas do que estamos falando aqui, além daquelas já expostas no terceiro capítulo, é o vídeo “100 anos Em Revolução”¹⁷⁴, editado pelo governo do Estado do Acre em 2003. O título transmite a ideia de uma revolução permanente, como se a história do Acre fosse feita de revoluções. Essa foi uma forma politicamente pensada de apresentar os promotores do centenário como protagonistas de uma nova fase da saga do povo acriano.

Imagem 82 – Reprodução da capa do DVD “100 anos Em Revolução”.

Fonte: foto (2014). Arquivo pessoa

Logo abaixo, transcrevemos trechos da narrativa histórica exibida no vídeo, o objetivo dela foi contar a história dos cem anos do Acre “Em Revolução”. Começa falando sobre a migração dos nordestinos para a região, passando pela “Revolução Acriana”, pelo movimento autonomista, pela transformação do Acre em Estado, pelos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 e termina enfatizando a vitória da Frente Popular nas eleições para o governo do Estado em 1998. Isso conduz o telespectador à crença de que a Frente Popular faz parte da história da saga acriana, herdeira e representante deles no novo milênio.

¹⁷³ Do ponto de vista histórico, a “Revolução Acriana” liderada por Plácido de Castro teve um fim concreto datável. No entanto, como o evento foi transformado em um “lugar de memória”, ganhando sentido imaterial, passou-se a dizer que a “Revolução” de Plácido de Castro teve um fim, mas os ideais que mobilizaram a “Revolução” não. O “espírito revolucionário” do acriano, do qual Plácido de Castro foi significado como o maior portador (mas não o único), permanece na história, fazendo da “Revolução Acriana” um fenômeno atualizável, em graus e dimensões diferenciados.

¹⁷⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=T8adka-Ii4A&safe=active>> acessado em janeiro de 2014.

O Tratado de Petrópolis é o reconhecimento da pátria a um povo que foi à guerra pelo direito de ser brasileiro [...] Como nos tempos da Revolução Acriana a opressão ameaça a esperança do Acre [...] Chico exprime a evolução da cidadania acriana que vivida na plenitude da nossa cultura, na conformidade do nosso tempo e na interação com o nosso ambiente, chamamos de Florestania. **Cem anos de luta impõem à presente geração o dever de continuar esse processo revolucionário HOJE evidente na causa do desenvolvimento sustentável.** (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **CEM ANOS EM REVOLUÇÃO.** Rio Branco: Assessoria de Imprensa/DPHAC, 2003. Edição eletrônica, (8 min.), Trechos escolhidos, grifo nosso).

Como já foi falado em tópicos anteriores, os diversos movimentos acrianos de contestação não formam uma série de acontecimentos contínuos e interligados¹⁷⁵. Eles não foram etapas de um mesmo projeto insurrecional¹⁷⁶. O movimento liderado por Plácido de Castro não foi a conclusão de um processo iniciado por José Carvalho. A Expedição dos Poetas não foi um efeito do Estado Independente proclamado por Luiz Galvez. Todos eles foram tentativas autônomas e singulares de impedir o exercício da soberania boliviana na região banhada pelo rio Purus. Isso sem mencionar os conflitos ocorridos no Vale do Juruá, que nada tiveram a ver com aqueles do Vale do rio Acre.

O processo de anexação do Acre foi fruto de um projeto “quartejado”, não havia união entre os acrianos e nem entre os seus próprios líderes. Não seria coerente defender que o Estado Independente do Acre presidido por Luiz Galvez fosse a materialização das ideias de José Carvalho ou a continuação da manifestação cívica liderada por ele contra os bolivianos. O último foi um dos maiores críticos do primeiro. Da mesma forma, não dá para construir um lastro histórico entre os combates liderados por Plácido de Castro e aqueles liderados por Orlando Lopes. O primeiro nunca concordou com a campanha militar chefiada pelo segundo.

São bem eloquentes as provas que deixamos arquivadas do estado de indisciplina e balburdia em que se agitavam, então, no seio **das revoluções acrianas**, toda a sorte de ambições e outras degradantes paixões, que tudo abastardavam, desuniam e

¹⁷⁵ Nesse aspecto, discordamos do historiador Marcos Vinícius que defende exatamente o contrário, a saber: “o que temos dito, ao longo deste trabalho de valorização da “Revolução Acriana” como mito de origem de nossa identidade e cidadania, é que precisamos superar a visão ultrapassada de que ocorrem quatro diferentes movimentos revolucionários estanques e separados [...] como se esses episódios não possuíssem uma conexão interna e não fossem parte de um único movimento revolucionário” (O Acre é cem. In: jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, em 06 de agosto de 1999).

¹⁷⁶ A “primeira” insurreição liderada por José Carvalho não teve como objetivo a um Estado. Apesar de a maioria dos levantes contra as autoridades bolivianas ter recebido ajuda financeira do governo do Amazonas, é bom lembrar que Silvério Nery, governador do Amazonas nos anos de 1900 a 1904, foi um crítico de seu antecessor Ramalho Júnior, que governou o Estado nos anos 1898 a 1900. O último financiou as “revoluções” de José de Carvalho e de Luiz Galvez. O primeiro financiou a “revolução dos poetas” e a “revolução” de Plácido de Castro. Os conflitos armados com os peruanos no Juruá não sofreram influência direta do governo do Amazonas.

dificultavam, enquanto nós, cá de longe, julgávamos os seus elementos unidos, patrióticos e fortes como deviam ser. (OURIQUE, 1907, p. 160).

No geral, parece que a história oficial do processo de anexação do Acre seguiu a mesma “gramática narrativa”¹⁷⁷ (Cf. TODOROV, 1969) dos textos históricos que significaram a fundação dos diversos Estados Nacionais ocidentais. Muda-se apenas o cenário e os personagens, o roteiro permanece o mesmo. A história é uma narrativa da comunhão - indivíduos dispersos se unem em prol de uma causa aparentemente comum e nobre e, sob o comando de um herói, protagonizam uma história de sacrifícios e atos de bravura. Os Estados Nacionais geralmente têm suas respectivas genealogias em um feito “memorável” ligado, quase sempre, a guerras, batalhas, revoluções ou outra ação militar.

O ensino de história nos Estados Nacionais é voltado para a fomentação do patriotismo e por isso educam o cidadão desde criança a sentir orgulho da origem de seu país. As crianças aprendem a nutrir admiração pelos “heróis” do passado, a considerá-los dignos de imitação. Não importa se a origem está ligada a um conflito armado ou se o herói homenageado seja um assassino. Ambos são representados na narrativa como merecedores de honras e comemorações.

Esse tipo de operação semiológica é conceituado por Barthes (1993) como “significações míticas”. Ou seja, o historiador¹⁷⁸ manipula o sentido do fato de tal modo que ele ganha um significado irreal ou mítico – uma falsa evidência que fica a serviço de uma dada ideologia. É dessa forma que uma ação violenta e ambiciosa ganha uma significação beatificada como a de “amor à pátria”.

O sentido da ação histórica é esvaziado a fim de que outro lhe seja incorporado. O signo conserva a aparência do significante, mas se torne semanticamente diferente. Dessa forma, a função do “mito” em Barthes não é a de ocultar, por exemplo, o fato violento, mas revalorizá-lo de fazê-lo digno de louvor. Cabe ao historiador adotar uma posição crítica diante das fontes e recuperar o processo de manipulação simbólica que resultou no abuso da história.

A narrativa da “Revolução Acriana” também está saturada de significações míticas. A primeira é a de que os acrianos, independente dos grupos de interesse, se uniram em torno

¹⁷⁷ A narratologia é o estudo das narrativas ficcionais e não ficcionais. A finalidade é criar uma “gramática” dos textos narrativos por meio da análise e comparação da estrutura e funcionamento das narrativas. Quem introduziu o termo pela primeira vez foi Tzvetan Todorov em seu livro *Gramática do Decameron* (1969).

¹⁷⁸ Trouxemos o debate de Barthes para a história, mas sabemos que o debate original está situado no campo da linguística.

de uma causa comum. A segunda delas é a de que o movimento armado tenha sido “revolucionário”¹⁷⁹. A terceira é a de que os acrianos lutaram por motivos ideológicos – “para serem brasileiros”¹⁸⁰. A quarta é a de que os “revolucionários” não guardavam relação com o extermínio das populações indígenas. E a quinta, é a de que a união em torno da “questão do Acre” marca o aparecimento do acreanismo¹⁸¹.

Todos esses “mitos” já foram parcialmente explicados por Carneiro (2008). Segundo ele: a) o patriotismo do discurso acriano estava ligado a ideia de uma nação brasileira que ainda não estava plenamente consolidada no imaginário social dos cidadãos das grandes metrópoles naquela época, que dirá nos confins da Amazônia¹⁸²; b) nunca houve unanimidade entre os “revolucionários”¹⁸³ e a “revolução” não era uma causa defendida por todos os seringalistas¹⁸⁴, portanto, a ideia de acreanismo baseada na comunhão de sentimentos e valores é falsa; c) os seringueiros, na condição de semiescravo, não tinham liberdade para se posicionar a favor ou contra a questão acriana; d) os seringueiros dificilmente despertariam sentimentos de amor por um país que os rejeitava – primeiro na condição de migrante diante da falta de assistência social no nordeste durante a grande seca e depois na condição de

¹⁷⁹ “A *revolução* foi, então, estritamente reacionária. O objetivo dela foi conservar a ordem contra quaisquer mudanças vindas de um governo boliviano na região. O emprego do signo *revolução* não revela o caráter revolucionário do movimento, e sim um diálogo interdiscursivo que os letrados que apoiavam o movimento mantinham com o discurso liberal europeu” (CARNEIRO, 2008, p. 74).

¹⁸⁰ “A maioria dos patrões, proprietário dos seringais, é constituída de homens analfabetos e rudes, exclusivamente **dominados por interesses de ordem individual**” (LIMA, 1998, p. 88, grifo nosso). Aquelas pessoas que se envolveram na “Revolução”, estavam “extasiadas de ambição, defendiam seu patrimônio” (MEIRA, 1974, p. 48). E entre os letrados que defendiam a causa, Rodrigo de Carvalho dizia: “patriotas como Gentil Norberto são em grande número e tem como pátria o dinheiro” (*apud* OURIQUE, 1907, p. 177).

¹⁸¹ Rodrigo de Carvalho em uma carta enviada ao governador do Amazonas em 4 de março de 1901, explica ao mesmo que os seringalistas locais pouco importava se o Acre seria um país autônomo ou um município do Amazonas, e o que de fato estavam preocupados era em assegurar o lucro gomífero. “Posso asseverar a V. Ex. que a ambição dos aviadores e comandantes - é o contrabando de mercadorias e a borracha” (Cf. OURIQUE, 1907, p. 152).

¹⁸² O Estado brasileiro só desenvolveu ações concretas e planejadas para a formação da nação no início do século XX. Em fins do século XIX, inexistia um sentimento de identidade coletiva no Brasil (CARVALHO, 1990, p. 32). O desenvolvimento da “religião cívica” entre os brasileiros era dificultado pelo regionalismo, pelos resquícios da escravidão, pelas constantes imigrações estrangeiras e pelos movimentos separatistas, dentre outros.

¹⁸³ Os membros da Junta Revolucionária criada para “libertar” o Acre do jugo das autoridades bolivianas estavam em constante conflito uns com os outros e sem dizer que a relação entre seringueiros e seringalistas era hierárquica e violenta.

¹⁸⁴ Alfredo Cabral (1984, p. 53) afirma que “Plácido de Castro vendo as coisas um pouco turvas enviou ao Tarauacá um emissário com poderes de requisitar forças dando **patente de capitão para os donos de seringal que conduzissem pelo menos vinte homens**” [grifo nosso]. Essa era uma das formas de convencer o seringalista a se tornar “patriótico”, muitos preferiam o governo boliviano como o Capital Leite Barbosa (Cf. CALIXTO, 2003, p. 162).

semiescravos da borracha¹⁸⁵; e) O seringal era um espaço produtivo desagregador – os seringueiros viviam isolados¹⁸⁶.

Os revolucionários não pegaram em armas em defesa da nacionalidade brasileira, e sim pelos direitos advindos dela. Ser brasileiro era estar debaixo das leis brasileiras. Não se pode esquecer que, na época, havia um grande temor de que o governo boliviano aumentasse os impostos, invalidasse os títulos fundiários expedidos pelo governo amazonense e impusesse restrições quanto ao corte da seringueira. Devido a isso, a maior parte da elite gomífera preferiu ficar sob a jurisdição brasileira. É bom que se diga que **os migrantes teriam sua nacionalidade brasileira garantida caso a Bolívia exercesse sua soberania naquela região**, o que mudaria é que ali, estariam na condição de estrangeiros. (CARNEIRO, 2008, p. 73, grifo nosso).

Qualquer estudioso da sociedade gomífera tem consciência que ninguém migrou para o extremo ocidente amazônico no final do século XIX com a fim de nacionalizar aquele território. Não queria morar naquele “fim do mundo” (JACKSON, 2011). O Acre era “uma terra para ganhar dinheiro e não para fundar um lar” e “uma terra para ganhar dinheiro e enriquecer não pode inspirar compaixão” como afirma Benchimol (1977, p. 186, 216). Portanto, é de desconfiar de qualquer narrativa sobre o assunto que tente dissimular com o patriotismo a “desmedida ambição” (BENCHIMOL, 1977, p. 216), “por interesses econômicos ligados à extração do látex” (CARDOSO, 1977, p. 25).

Los que se atreven a sostener que la revolución del Acre fue un movimiento espontáneo de los pobladores, que deseaban independizarse de Bolivia y acogerse al pabellón brasileiro, faltan a la verdad. Allí no hubo más que el sórdido interés del Gobernador de Amazonas por apoderarse de aquellas rentas y el de un cierto número de aventureros, adeptos suyos, dispuestos a medrar en esa empresa. (ARAMAYO, 1903, p. 55).

As mitificações operadas pela historiografia acriana são da mesma “gramática” daquelas operadas nas histórias oficiais da revolução francesa e da guerra do Paraguai. Em ambos os casos há uma tentativa de esvaziar a brutalidade dos acontecimentos com a

¹⁸⁵ “Só importava o bem presente, como as perspectivas imediatas de **lucro** certo, do dinheiro e do crédito fácil. A miragem da **riqueza** célere e a volta à terra de origem compunham o binômio psicológico do seringueiro, a ideia-força que o animava ao sacrifício na floresta” (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 255, grifo nosso).

¹⁸⁶ A sociedade gomífera era altamente desagregadora. “A condição de isolamento dos homens, acarretada por uma grande extensão territorial, afrouxa, senão desata, os laços de solidariedade humana” (LIMA, 1975, p. 79). Os seringueiros “definhavam no isolamento, degradavam-se como ser humano, eram mais um vegetal do extrativismo” (SOUZA, 1977, p. 101). Por isso que o extrator foi qualificado por Oliveira Viana como “o mais apolítico dos brasileiros” (*apud* COSTA, 2005, p. 221). Por conta disso, Dr. Oliveira Viana chegou a dizer que o seringueiro era “o mais apolítico dos brasileiros” (*apud* COSTA, 2005, p. 221).

utilização de justificativas “nobres”. Em relação ao primeiro, muitos livros já denunciaram o “terror” e a “política da guilhotina”, um dos principais é *Le livre noir de la Révolution Française*, organizado por Escande, acima mencionado no primeiro capítulo. Em relação ao segundo, dentre muitos, podemos citar *Genocídio Americano*, de Chiavenato.

Esse último diz que a guerra do Paraguai não teve nada de louvável, pois foi “uma guerra de interesses econômicos” (CHIAVENATO, 1979, p.11) ligada à defesa dos interesses imperialistas da Inglaterra. Ele desmascara a “fantasia nacionalista com episódios heroicos e militaristas” (*idem, ibidem*, p.11), em que “o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos” (*idem, ibidem*, p. 10).

Será que há situações em que o emprego da violência se torna moralmente aceitável? Em que circunstâncias é aceitável a promoção de uma guerra? Não entraremos nesse debate, mas adiantamos que consideramos qualquer conflito armado como uma patologia social. Toda violência é uma forma de agressão a outrem, independente dos motivos. Todo atentado contra a vida deveria ser punível, pois é um dos comportamentos que mais aproximam o homem do reino animal ou a vida selvagem. Incompatível com o grau de civilidade que a humanidade já alcançou. O próprio direito internacional já proíbe o uso da força como mecanismo de solução de conflitos de interesses entre nações. Portanto, não há razão para defendermos o caráter pretensamente benéfico de uma guerra.

Mas inúmeros são os exemplos de narrativas que heroificam o guerreiro e monumentalizam os feitos do campo de batalhas. Não apenas justificam a violência, mas exigem das gerações futuras admiração a ela. Na Grécia Antiga, por exemplo, os gregos aparecem como aqueles que combatem em nome da virtude. Já durante a formação dos Estados Nacionais, o patriotismo era o sentimento que diziam prevalecer. No século XX, os líderes dos movimentos socialistas diziam que a “ditadura do proletariado” era uma forma de combater a desigualdade social.

Todos tentam prestar contas de suas ações recorrendo direta ou indiretamente à noção de “guerra justa”. O termo foi criado por Agostinho de Hipona (354 - 430) e faz menção a situações em que o emprego das armas é um mal necessário¹⁸⁷. Em geral, a guerra ou a repressão é “justa” quando praticada com motivações são “nobres”, quando os objetivos

¹⁸⁷ O holandês Hugo Grócio (1583-1645), considerado o pai da filosofia do direito, em sua obra *De Jure Belli ac Pacis* (O Direito da Guerra e da Paz, 1625), que muito influenciou o Direito Internacional que tem sua origem na doutrina da Guerra Justa, também autoriza o uso da violência em determinadas circunstâncias.

são “legítimos” e quando o agressor é um agente “legal”. Já para Maquiavel (1999), toda guerra se mostra justa, desde que necessária. Outros filósofos também se manifestaram a favor do uso da violência em certas circunstâncias específicas, tais como Hobbes, Nietzsche, Hegel, Marx e Marcuse, dentre outros.

As “guerras justas” geralmente são representadas como uma ação militar do bem contra o mal. No entanto, os critérios que definem o bem e o mal são ideologicamente marcados¹⁸⁸ e isso torna o discurso da aceitação da guerra uma recurso meramente retórico. Hannah Arendt (1998 e 1994) julgava os praticantes da “violência revolucionária” como criminosos, chegou inclusive a comparar os crimes de guerra aos do genocídio. Em qualquer que seja a situação, a história das guerras sempre será “a história do gênio humano aplicado à destruição” (MAGNOLI, 2013, p. 16).

A própria representação hegemônica da identidade acriana está saturada de significações míticas. Isso tem a ver com a opção pela narrativa histórica maniqueísta em que os sujeitos ou grupos sociais aparecem tipificados em figuras opostas: vítimas e algozes, heróis e bandidos. Manipulou-se a realidade dos fatos ao ponto de associar o “autêntico acriano” como protagonista da luta do bem contra o mal. A princípio, a ideia de “mal” foi associado aos estrangeiros que tinham pretensões ao Acre e a todos os brasileiros que apoiaram a causa deles.

Depois da nacionalização oficial do território, o acriano foi representado ora como o autonomista defensor da emancipação política e econômica do Acre; ora como o seringueiro pobre que lutou por uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável. O acriano seringalista, fazendeiro e político contrário à elevação do Acre à categoria de Estado assumiram o lugar que antes era conferido ao boliviano, peruano e norte-americano, ou seja, “o do mal”, o “outro” do discurso identitário que é tão necessário para a construção do “eu” acriano desejado.

A identidade acreana “virtuosa” e o passado acreano digno de comemorações foram inventados seguindo essa lógica, pois a construção do “outro” nada mais é do que uma tentativa de livrar o “eu” dos traços históricos que lhe são indesejáveis. Dessa forma, o seringalista autoritário, o fazendeiro “sulista” e político contrário à autonomia acreana são

¹⁸⁸ Sou da opinião de More (1995, p.114), que diz “na realidade nenhuma guerra que se conheça na história, no presente ou no futuro que se possa prever, foi justa”

estereotipados como aqueles que “não amam o Acre(ano)”¹⁸⁹. Mas o “eu” e o “outro” estão indissociavelmente ligados, formam o “mesmo” da sociedade acriana, pois nela a figura do “herói” e do “bandido” se mesclam. No entanto, o *status quo* acriano faz lembrar apenas os personagens que quer e como quer.

Várias interpretações seriam possíveis, pois o Acre de Galvez foi o mesmo de Neutel Maia¹⁹⁰. O Galvez que promoveu a autonomia do Acre foi o mesmo que ganhou dinheiro como cafetão em Manaus. O Acre de Plácido de Castro foi o mesmo de Gabino Besouro. O Plácido de Castro que “libertou” o Acre foi o mesmo que em seus latifúndios semiescravizava seringueiros. O Acre do seringueiro explorado pelo patrão foi o mesmo do patrão apoiador da “Revolução Acriana”. O Acre do seringueiro “patriótico” foi o mesmo do seringueiro assassino de índios. O Acre de Guimard Santos¹⁹¹ foi o mesmo de Oscar Passos¹⁹². O Acre de Chico Mendes foi o mesmo de Darly Alves¹⁹³.

Para finalizar esse tópico, resolvemos não julgar a natureza dos acontecimentos militares ligados à “Questão do Acre”. Teria sido uma revolução? Uma guerra? Uma confederação? Uma revolta? Um levante? Um motim? Um ajuntamento? Uma amotinação? Uma conjuração? Uma assuada? Uma intentona? Uma sublevação? Uma sedição? Uma rebelião? Uma subversão? Uma resistência? Uma insurreição.

É bom que se diga que um movimento não se torna “revolucionário” só porque assim foi chamado pelos seus promotores¹⁹⁴, isso não passa de uma interpretação prévia dos fatos. Talvez a abordagem jurídico-penal serviria como uma solução adequada, pois ela levaria em consideração os tipos criminais existentes na legislação penal brasileira em vigor na época. Esse foi o procedimento utilizado por Dantas (2011) em situação analítica semelhante. Além do mais, Luiz Galvez e José Carvalho tiveram problemas com a justiça por causa da

¹⁸⁹ Essa mesma lógica maniqueísta continua, de 1999 aos dias atuais, o governo do Estado do Acre promoveu a ideia de que os opositores ao Desenvolvimento Sustentável são “acrianos que não amam o Acre”. Em compensação, a imensa quantidade de gestores de outros Estados contratados para a implantação desse projeto econômico no Acre são qualificados como “acrianos por opção”.

¹⁹⁰ Dono do seringal Volta Empresa, o que viria a se tornar a atual cidade de Rio Branco, muito influente na época, se posicionou contra as ações políticas de Galvez, sendo, inclusive preso por isso.

¹⁹¹ Político filiado ao PSD, grande defensor da autonomia acriana nos anos 1950.

¹⁹² Ex-governador do Território do Acre, político de grande expressão regional filiado ao PTB, que era contra a elevação do Acre à categoria de Estado.

¹⁹³ Condenado pela justiça como mandante do assassinato de Chico Mendes.

¹⁹⁴ Do ponto de vista do governo boliviano foi uma guerra. Do ponto de vista de José de Carvalho (2002), uma insurreição. Do ponto dos próprios protagonistas dos acontecimentos, uma revolução. Do ponto de vista do governo federal brasileiro, um movimento separatista. Segundo Eugene Seeger, cônsul-geral dos EUA, “um ato de pirataria moderna” (*apud* BANDEIRA, 1978, p. 161). Zambrana (1904, p. 26) informa que Puerto Alonso estava sendo bloqueada por “piratas y aventureros”.

“Revolução”. O primeiro por ser estrangeiro foi praticamente expulso do país e o segundo foi processado pelo crime de *lesa pátria* e proibido de manter residência no Estado do Amazonas.

A resistência a essa abordagem seria óbvia, pois acabaria enquadrando os "heróis acrianos" em algum tipo criminal¹⁹⁵. Talvez algum dia os juristas sejam mais perspicazes que os historiadores e fomentem o debate da dimensão criminal da “revolução”. Afinal, os acrianos envolvidos nela promoveram de forma deliberada a desobediência aos tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil, romperam com o monopólio estatal do uso da força, praticaram contrabando de borracha e de outras mercadorias nas fronteiras amazônicas, opuseram-se à execução de ordens legais, impediram funcionário público nomeado a exercerem seus direitos e funções, praticaram assassinato e lesões corporais a outrem, embarçaram a percepção de tributo legitimamente imposto, e provocaram uma nação estrangeira a hostilizar ou declarar guerra ao Brasil. Muitas das práticas assinaladas, já eram tipificados como crime no Código Penal brasileiro de 1890.

Tudo isso foi justificado com o discurso patriótico, como se o crime virasse algo louvável dependendo das motivações do criminoso. “Lutar por amor ao Brasil” foi o fetiche empregado para inocentar os primeiros acreanos. Mas até que ponto as intenções e motivações podem justificar crimes? Se o discurso patriótico tem certo poder retórico para inocentar os primeiros acreanos da “Revolução Acreana”, já não tem o mesmo efeito para com o assassinato em massa de indígenas. Acreditamos que toda essa geração de primeiros acreanos deveria passar por um julgamento póstumo antes de ser qualificados como “heróis”.

4.3.1.2 Uma Síntese dos Fatos

Eugene Seeger, Cônsul-Geral dos Estados Unidos, qualificava **a insurreição de Plácido de Castro como ato de pirataria moderna**, dirigido pelos políticos e especuladores de Manaus e executado pela mais vil espécie de aventureiros e facínoras, com a assistência do Governo do Brasil. **Os ladrões de borracha do Amazonas**, em sua opinião, apresentavam com a vestimenta do patriotismo ultrajado e acusavam a Bolívia de estar vendida aos ianques, cuja política expansionista ameaçava o Brasil e o resto da América do Sul.

(BANDEIRA, 1978, p. 161, grifo nosso).

¹⁹⁵ Pelas leis bolivianas eram tidos como contrabandistas de borracha.

Mercenarios recolectados en los antros del vicio y la miseria, trabajadores obligados por sus patrones a batirse y **perder la vida por una causa ignorada por ellos**, lógicamente, debían perder la moral ante individuos patriotas que abandonaron las fruiciones del hogar por acudir en amparo de nuestra integridad territorial.

(AZCUI, 1925, p. 97, grifo nosso).

Los representantes de esa revolución que bajo el manto del patriotismo practicaron las mayores infamias avergonzando la diplomacia brasileira [...] levantando en alto falso patriotismo que encubre fines inconfesables.

(ZAMBRANA, 1904, p. 86 e 94).

As terras banhadas pelos rios Purus e Juruá figuravam oficialmente nos mapas bolivianos desde a assinatura do Tratado de Ayacucho (1867), mas não foram imediatamente ocupadas. O governo boliviano preferiu concentrar a mão de obra nas minas de prata, que era o principal motor da economia andina naquele momento. A Bolívia só se preocupou com a região depois em 1894, quando o coronel José Manuel Pando denunciou a invasão brasileira. Por conta disso, ganhou notoriedade em seu país ao ponto de se tornar presidente da república nos anos 1899-1904.

O impacto da denúncia forçou os governos do Brasil e da Bolívia negociarem diplomaticamente uma solução não violenta, o que veio a acontecer com a assinatura, em 19 de fevereiro de 1895, de um Protocolo que previa a demarcação definitiva dos limites entre os dois países. Segundo Corrêa (1899, p. 47), tal Protocolo estava em "flagrante desacordo com o Tratado de 1867", pois defendia uma "linha geodésica oblíqua" como fronteira entre os dois países.

Tudo leva a crer que as terras do atual território do Acre realmente eram bolivianas. Em 1898, o Brasil reconheceu tal fato e em 22 de outubro do corrente, autorizou a implantação de um posto aduaneiro na região. Em 03 de janeiro de 1899 o governo boliviano construiu uma alfândega em Puerto Alonso. Já havia tentado fazer o mesmo em 23 de setembro de 1898, no entanto, "falhara a primeira tentativa material da Bolívia" (REIS, 1937, p. 17). Dom José Paravicini, ministro plenipotenciário boliviano, foi o responsável pela instalação da Alfândega no seringal Caquetá. O nome Puerto Alonso foi uma homenagem ao presidente boliviano da época. A alfândega passou a cobrar impostos sobre a exportação da borracha da região.

O estabelecimento do posto aduaneiro em Puerto Alonso teve muita repercussão no Brasil, principalmente nas praças de Belém e Manaus, onde, até então, eram recolhidos os impostos sobre a exportação de toda borracha oriunda do Acre. Além do mais, três eram os receios da elite gomífera, a saber: a) que o governo boliviano invalidasse os títulos fundiários expedidos pelo governo amazonense; b) que aumentasse o valor dos impostos de forma arbitrária; c) que impusesse restrições ou normatizasse o corte da seringueira. Vários boatos foram espalhados para justificar a “demonização” dos bolivianos. O governo do Amazonas procurava provocar na região um “clima de tensão e revolta” (CABRAL, 1986, p. 37).

Por sua vez, os seringalistas ataçavam os seringueiros contra os bolivianos, afirmando que sofreriam castigos por trabalharem em terras estrangeiras. “Nada mais falso, tudo não passou de fantasia destinada a levantar a opinião nacional contra a ocupação do Acre” (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 248). Os seringueiros passaram a ver o representante boliviano José Paravicini “não como o representante legítimo de um país que, sob os resguardos dos tratados internacionais se empossava do território acreano; e sim como o algoz dos brasileiros, o usurpador de rendas nacionais” (*idem, ibidem*, p. 248).

Atingidas em seus interesses, as classes dominantes amazonenses insuflaram, por toda parte, a ideia de uma sublevação contra a missão boliviana. Nos jornais, nos seringais, no parlamento e até nos bares procurava-se **incutir a ideia de que a pátria havia sido lesada pela adoção da medida de permitir a posse da Bolívia no Alto-Acre**. Não se dizia, porém, que, subjacente a isso, estavam os **interesses econômicos profundamente afetados** [...] a campanha objetivava sacudir a opinião pública. (CALIXTO, 1985, p. 111, grifo nosso).

Al estallar la conflagración separatista, el Acre contaba **con más de treinta mil habitantes, mostrándose case la totalidad indiferente a lo que ocurría**, de tal modo que los promotores de la revuelta, para hacer consentir en su popularidad expedían despachos de coroneles a granel, sin que por ello lograsen el concurso de los agraciados, porque el ideal de los acreanos era el de continuar como hasta entonces, sin freno a sus desmanes ni autoridades que los gobernase, imperando entre ellos los de mayor fuerza física y los instintos sanguinarios más depravadas. (AZCUI, 1925, p. 45, grifo nosso).

A República brasileira não podia realizar uma guerra contra a Bolívia em favor dos acrianos. Essa seria uma ação abertamente imperialista, que desrespeitava Tratados e Acordos Internacionais anteriormente firmados. Os governos do Amazonas e do Pará também não podiam assumir uma postura oficial contrária às decisões do governo federal, que reconhecia aquele território como boliviano.

Mesmo assim, nos bastidores, as autoridades amazonenses confabulavam contra as autoridades bolivianas. Isso porque, de acordo com Corrêa (1899, p. 160), o comércio da borracha havia elevado a receita pública daquele Estado de 3.710 (três mil, setecentos e dez) contos de réis em 1890 para 33.081 (trinta e três mil, oitenta e um) contos de réis em 1900. Essa era a causa que não aparecia nos discursos patrióticos das principais lideranças políticas e jornalistas manauaras. De Manaus saíam os “revolucionários” que insuflavam os grandes proprietários de terras no Acre a resistirem qualquer intromissão estrangeira.

Todo el conflicto giraba en torno a estos factores: Bolivia quería tomar las riendas del territorio del Acre, que por derecho le pertenecía, y el Estado del Amazonas perjudicado en sus recaudaciones fiscales se oponía tenazmente, pero entre bastidores, al funcionamiento de la aduana de Puerto Alonso. Para efectuar esa oposición contaba con la adhesión de los seringueros, los empleados públicos, los empleados locales y los comerciantes del Pará e Manaos, un complejo de intereses que se movían para oponerse a los cabios de una situación que les estaba produciendo riquezas y poder político. (RIBERA, 1997, p. 53).

Foram necessários apenas vinte e dois dias do estabelecimento do Posto Aduaneiro boliviano para que uma Junta Revolucionária fosse organizada com o fim derrubá-lo. E no dia primeiro de maio do mesmo ano José Carvalho - advogado cearense e secretário do superintendente da comarca do município amazonense de Floriano Peixoto, do qual o Acre fazia parte – exigiu a saída do delegado boliviano Moisés Santivanez e de toda sua comitiva de Puerto Alonso.

A intimação não podia ser um ato oficial do governo do Amazonas. José Carvalho foi confrontar o representante boliviano praticamente com 8 pessoas (CARVALHO, 2002, p. 27), mas tinha um dos maiores seringalistas da região ao seu lado, o Dr. Joaquim Victor. José Carvalho havia recolhido a assinatura de 57 seringalistas em um manifesto contra a delegação boliviana. As autoridades bolivianas resolveram deixar a região de forma pacífica.

A resposta ao movimento foi rápida, antes de o mês encerrar, no dia 24 de maio, José Carvalho foi processado por crime de lesa-pátria e proibido de se residir no Estado do Amazonas. O governo do Amazonas tomou essa atitude para mostrar publicamente que não havia contribuído em nada para a dita insurreição. Depois desses acontecimentos, a região do atual Acre passou a ser novamente administrado pelas autoridades bolivianas. Os cinquenta dias que sucederam ao 24 de maio foram de muitas especulações e articulações políticas entre os seringalistas e os políticos de Manaus sobre o destino do Acre. Os “patriotas” não podiam

deixar a questão de lado, pois sabiam que, no posto aduaneiro, os bolivianos haviam faturado “uma fortuna com a espoliação da borracha” (CARVALHO, 2002, p. 20).

O governador Ramalho Júnior (Amazonas), ao lado de outras providências, tentava, junto ao Presidente da República Campos Sales, conseguir uma solução para o caso acreano: propunha contrair o Amazonas um empréstimo de um milhão de libras para indenizar a Bolívia, a fim de que ela desistisse de suas pretensões. (REIS, 1937, p. 18).

O governador do Amazonas Ramalho Júnior aproveitou o impasse diplomático entre os dois países para contratar secretamente um espanhol, “dono de casa de jogos e prostituição” em Manaus (CARVALHO, 2002, p. 45) para liderar a “aventura infeliz e criminosa” (CARVALHO, 2002, p. 45) de tornar o Acre independente tanto do Brasil quanto da Bolívia. Segundo Azcui (1925, p. 20), o governador havia prometido a Galvez “20% de lo que se recaudara por impuesto sobre la goma”. Tocantins (2001, Vol. I, p. 440) trata Ramalho Júnior como “idealizador e sustentáculo da República do Acre”.

Sobre Galvez, as opiniões são muitas, a maioria o tem como um “oportunista” e “fanfarrão” (SOUZA, 1983; BARROS, 1993; RIBERA, 1997). Mas há quem o interprete como um grande intelectual e diplomata (DANTAS, 2012)¹⁹⁶. O certo é que, além dele, o governador do Amazonas também contratou “vinte homens, todos veteranos da guerra de Cuba” (DANTAS, 2012, p. 23). Não há nada de estranho nessa prática, pois a contratação de mercenários fazem parte da cultura militar ocidental há milênios. Segundo Bruyère-Ostells (2012), a Revolução Francesa e o Estado Nação tentaram quebrar essa tradição por meio do alistamento militar voluntário. No entanto, “eles sempre constituíram a espinha dorsal dos exércitos europeus” (BRUYÈRE-OSTELLS, 2012, p. 8).

Ahora hace su entrada en el escenario de la historia del Acre un personaje que parece sacado de una novela, **Luiz Galves Rodríguez de Arias**, español, ex funcionario de la Embajada de España el la Argentina, soldado de fortuna, mercenario, ex estudiante de derecho, dicen que también trató de seguir la carrera de las armas pero fue expulsado por inmoral. (RIBERA, 1997, p. 67, grifo nosso).

¹⁹⁶ E dessa forma que Assembleia Legislativa do Estado do Acre o homenageou com uma estátua inaugurada em 26 de novembro de 2008, declarando Galvez como o “primeiro legislador do Acre” (Fonte: <<http://www.aleac.net>> acessado em fevereiro de 2013). Vale ressaltar que Galvez nunca convocou uma única assembleia de seringalistas para deliberar sobre o teor das dezenas de decretos assinados por ele.

Abro aqui um parêntese para dizer que o próprio Plácido de Castro também foi acusado de mercenarismo, por ter enriquecido com a “revolução” (CASTRO, 2002, p. 364). Após o Tratado de Petrópolis, ele se tornou dono de seringais no Acre (*idem, ibidem*, p. 363), no Amazonas (*idem, ibidem*, p. 30), Rio Grande do Norte (*idem, ibidem*, p. 365) e na Bolívia (*idem, ibidem*, p. 32). Também foi acusado de ser o dono do jornal *Correio da Noite* (Cf. *idem, ibidem*, p. 222). Embora Genesco Castro (2002) tenha jurado que o patrimônio deixado por Plácido tenha sido comprado a crédito, a desconfiança permaneceu. Até mesmo Cláudio Lima (1998, p. 227), um dos grandes admiradores do “herói”, confirma que ele “enriqueceu com espantosa rapidez”.

Entrando o Território do Acre para a comunhão brasileira, **recolhi-me à vida industrial e comercial que absorve quase toda a minha atividade** [...] si alguém nesta terra entrou pela porta da honra e do sacrifício esse alguém, desculpa-me a falta de modéstia, fui eu. (Plácido de Castro – julho de 1908 *apud* CASTRO, 2002, p. 269). Constitui fato notório o recebimento de **Luiz Galvez Rodrigues de Arias**, da importância de Cr\$ 440.000,00 do Estado do Amazonas, por sua chefia no movimento revolucionário no Acre que culminou com a fundação de uma república independente. A negociação do preço dos trabalhos revolucionários começou com a chagada ao Acre do Tenente BURLAMAQUI... Galvez apresentou sua proposta para a rendição, isto é, para dar por terminada sua tarefa: custariam 800 contos, logo reduzido para 440 contos [...] E **Plácido de Castro**, teria também sido indenizado por seu trabalho bélico no Acre? A resposta é afirmativa. Segundo notícia publicada no Jornal LA UNIÓN, que se editava em Manaus... com efeito, o nº 34 do referido Jornal, do dia 8 de abril de 1904, pode-se ler o seguinte: *un telegrama del Pará de fecha 5, dice que el Gobierno federal expidió orden a la Delegacia Fiscal para entregar a Plácido de Castro, o a su orden, la mitad del producto recaudado de impuesto del Acre, hasta la fecha en que si firme el tratado de Petrópolis*. O articulista não esclarece quanto teria recebido Plácido de Castro, nem mesmo afirmou que tivesse ele recebido a importância que lhe era autorizado entregar pelo governo federal. (LEITE, Romeu César. **Os Chefes da Revolução Acreana teriam sido mercenários?** In: jornal *O Rio Branco*, de Rio Branco, em 22 de janeiro de 1976, Nº 207, p. 7, grifo nosso).

Outro indício de mercenarismo é a considerável quantidade de estrangeiros nas tropas acrianas. Fato comprovado pela lista dos veteranos da “Revolução Acriana” produzida durante a feitura do Projeto de Lei que concede pensão a esses ex-combatentes (Lei Nº 380, de 10 de setembro de 1948). Fica difícil acreditar que esses estrangeiros recém chegados ao Brasil empunharam armas “por amor ao Brasil”.

Em uma carta de 18 de junho de 1902, portanto, antes do início da “Revolução” ocorrida no dia 6 de agosto, Rodrigo de Carvalho diz: “baldeamos a carga da *Maria Thereza*, a bordo dela vem o Dr. Gentil com armamento e **um capitão com vinte e tantos soldados, commissionados pelo governador para fazer a revolução**” (*apud* OURIQUE, 1907, p. 223,

grifo nosso). Se levarmos em consideração que o próprio Plácido de Castro afirmou ter iniciado o combate contra os bolivianos em 6 de agosto de 1902 com apenas 33 homens (Cf. CASTRO, 2002, p. 56), fica fácil deduzirmos que o episódio inaugural da “Revolução Acriana” ou da “Grande Revolução” foi feita por mercenários.

Mas esse debate era inútil na época, pois para os “barões da borracha”, “pouco lhes importa a procedência do herói. A sua origem. Ou sua moral. O que é preciso, e se impõe desesperadamente é salvar o Acre” (LIMA, 1998, p. 50). Zambrana (1904, p. 162) diz que “los revolucionarios del Acre, comandados por Plácido de Castro [...] se hallaban situados em Caquetá [...] tenían bajo sus órdenes fuera de las tropas revolucionarias, **unos cincuenta o sesenta hombres de la guarnición estadual de Manaos**” [grifo nosso]. Ou seja, havia de fato pessoas comissionadas nas tropas, que ali estavam sem qualquer motivação ideológica.

Fechamos o parêntese e prosseguimos dizendo que “Luiz Galvez, com dinheiro e armas do governo do Amazonas, seguiu para o Acre” (REIS, 1937, p. 19). Lá chegando, em 14 de julho de 1899, “simuló la convocatoria de un comício popular del que resultó proclamado presidente de la República Independiente del Acre” (ZAMBRANA, 1904, p. 59). Segundo Ribeira (1997, p. 69), tudo não passou de “un plan largamente estudiado por Ramallo Junior (gobernador do Amazonas) para ir moldeando la opinión pública brasileña en contra de la posesión del territorio de Acre por Bolivia”.

O governo do espanhol não teve unanimidade. Ele teve que combater, desde os primeiros meses de seu governo, “todos os focos de agitação” (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p.349). Vários grupos se insurgiram: o liderado pelo coronel Neutel Maia, do seringal Empresa; o do Capitão Leite Barbosa, de Humaitá; e o da Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros, do Alto Acre. Além do mais, segundo Tocantins, “as pessoas de maior destaque (de Xapuri) não haviam aderido ao Estado Independente” (*idem, ibidem*, p. 350). Isso sem dizer do Juruá, que nem sequer tomou conhecimento dos decretos expedidos por Galvez.

De Xapuri, Galvez receberia ofício assinado por Manoel Odorico de Carvalho, auto-intitulado Prefeito de Segurança Pública **pela vontade soberana do povo**, comunicando que, no alto Acre, a população resolvia não aderir a essa revolução sem primeiro ouvir a decisão do governo brasileiro [...] Somava-se a este movimento dissidente do Alto Acre, um outro que, sob a denominação de Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros, procurava, de todas as formas, minar o governo provisório. No baixo Acre, para completar, havia, ainda, a propaganda anti-governo provisório, liderado por Neutel Maia do seringal Empresa e pelo Capitão Leite Barbosa, do seringal Humaitá, este último outrora ativo colaborador na administração Paravicini. (CALIXTO, 2003, p. 162, grifo nosso).

No final de 1899, Galvez proibiu a exportação da borracha em represália às Casas Exportadoras de Manaus e de Belém que se negavam a reconhecer os atos fiscais do Estado Independente do Acre. Essa ação desagradou vários seringalistas que antes o apoiavam, dentre eles, Souza Braga, dono dos seringais Benfica, Riozinho e Niterói. Galvez também perdeu o apoio de Rodrigo de Carvalho, um dos principais membros da Junta Revolucionária, e de Alberto Moreira, um jornalista que representava os interesses da República do Acre no Brasil.

Em 28 de dezembro de 1899, Souza Braga “apoiado por um pequeno grupo de descontentes” (AGUIAR, 2000, p. 88), foi aclamado presidente do Estado Livre do Acre. O primeiro decreto expedido foi o banimento de Galvez; o segundo foi a declaração de livre comércio nos rios e o consequente restabelecimento da ordem comercial. Chegou a dizer que “entre o governo de Paravicini e o de Galvez não há grande diferença, assemelha-se na forma e no fundo, deprimir o caráter nacional brasileiro e **arruinar a nossa fortuna**” (*apud* TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 389, grifo nosso).

Por essa mesma época, uma comitiva boliviana foi a Puerto Alonso com o fim de cobrar os impostos que consideravam ser devidos ao tesouro nacional andino. O chefe da expedição, Ladislau Ibarra, logo que chegou, decretou estado de sítio, suspendendo todas as garantias constitucionais da população. A região virou uma espécie de “torre de babel”, pois ninguém sabia quem de fato mandava na região, a quem realmente tinha o direito de receber os impostos.

A situação se tornava cada vez mais delicada e, devido a isso, Souza Braga foi forçado a renunciar. Por cinco dias o Estado Independente do Acre ficou sob a responsabilidade de uma Junta Revolucionária Governativa. Os membros logo “llamaron otra vez a Luiz Galvez” (DOMINGOS, 2003, p. 322), que volta ao poder no dia 30 de janeiro de 1900. O governo brasileiro aprovava a devolução das terras acrianas aos bolivianos, pois concordava com os tratados e acordos internacionais firmados. O próprio governador do Amazonas Ramalho Júnior considerou que o movimento separatista havia ido longe demais. Segundo Domingos (2003, p. 334), ele “sentía que aquel español se le había ido de las manos”.

Em 15 de março, Galvez assinou a ata de rendição, não sem antes negociar uma indenização de 440 contos de reis (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 415; DOMINGOS, 2003, p. 353). E para não ter que responder processo no Brasil, foi banido para a Europa. Com

o fim da “República do Acre”, como afirma Goycochêa (2007, p. 41), virava-se uma “página negra dos episódios da convulsão acreana”. No entanto, conforme o trecho do jornal abaixo, Galvez voltou à região litigiosa dois anos depois para servir como “voluntário” aos bolivianos.

O famoso aventureiro Luiz Galvez esteve em Manáos em agosto do anno findo alegando que vinha tratar de negócios particulares. A polícia, porém, descobriu que ele estava a serviço dos bolivianos e pretendia organizar uma expedição no nosso território [...] Galvez jurou, protestou, escreveu que era o homem mais innocente do mundo. Dirigiu-se até à nacion de Buenos Aires, um determinado telegrama dizendo: *o governador do Amazonas mandou-me prender [...] motivou tal violência o eu recusar servi-lhe de instrumento para ir revolucionar o Acre boliviano; como não aceitei, mandou o dr. Gentil Norberto acompanhado por soldados de polícia de Manaos, ajudar Rodrigues de Carvalho a revolucionar o Acre. O inocente Galvez assim mentindo nunca suppoz que pudessem cahir em mãos estranha os documentos que os seus agentes na Europa lhe enviavam. Por esses documentos se vê que Luiz Galvez veio a Manáos com a intenção de ir revolucionar o Acre contra os brasileiros e tentar firmar o domínio de um grupo de aventureiros como ele, que se preparavam para explorar aquella região. (Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1903, p. 1).*

Nunca mais vimos Luiz Galvez. Deram-no como morto em Madri. Mas, meses passados, apareceu no Brasil. Quis dirigir-se novamente para o Acre, na ocasião em que Plácido de Castro chefiava os voluntários acreanos. O cacique Silvério Neri, com uma barbaridade inqualificável, prendeu-o e mandou lança-lo às feras do Alto Rio Branco. Mas Galvez não se deixou quebrantar. Atravessou toda a Guiana Inglesa, e dali transportou-se para o México, onde faleceu. (jornal *O Cruzeiro do Sul*, de Cruzeiro do Sul, em 29 de julho de 1906, p. 2).

Depois dos acontecimentos liderados por Galvez, o Acre passou novamente para a jurisdição boliviana. No entanto, muitas foram as dificuldades encontradas para a consecução da soberania andina nas terras acrianas. A Bolívia em fins do século XIX era um país arrasado. Estava tentando se reerguer da derrota que sofreu na guerra contra o Chile (1879-1882), quando perdeu todo o seu litoral. Sem dizer que nos anos de 1876 a 1879, o país sofreu uma de suas maiores secas, ficando “completamente sem alimentos” (CHIAVENATTO, 1981, p. 42).

Entre os anos de 1871 a 1895, a economia andina se enfraqueceu ainda mais com a queda dos preços da prata, que era o seu principal produto de exportação na época. “Toda essa calamidade foi precedida por um terremoto em 1877, seguido de uma peste, provocando milhares de vítimas” (*idem, ibidem*, p. 42). O exército boliviano, “um amontoado de famintos, salvos entre os que escapavam da peste” (*idem, ibidem*, p. 46), “fraco e desorganizado” (LIMA, 1981, p. 23), tinha que percorrer “uma caminhada de mais de 2 mil km pela selva” (*idem, ibidem*, p. 191) até chegar ao Acre.

A situação de calamidade pública foi resumida por Lima (1981, p. 6) da seguinte forma: “tem-se a impressão de uma Bolívia incapaz até mesmo de se defender das investidas de qualquer uma das mais frágeis nações do contexto latino-americano”. Era um Estado fraco, desorganizado, sem unidade, de “economia de subsistência” (LIMA, 1981, p. 8). A instabilidade política era grande, “entre 1839 y 1879 se sucedieron 17 presidentes, y 11 de ellos tomaron el poder por la fuerza” (SOTOMAYOR, 2013, p. 55). Veja no mapa abaixo a sequência de territórios bolivianos para diferentes países.

Mapa 3 - Ação imperialista de países latino-americanos em território boliviano.

Fonte: Disponível em <<http://www.outraspalavras.net/2012/08/09/e-se-a-bolivia-pudesse-ver-o-mar>>
Acessado em março de 2013.

A fragilidade do país andino era conhecida pelos seringalistas brasileiros. Gentil Norberto, um dos líderes da “Revolução Acriana”, em diálogo com o governador do Amazonas Silvério Nery assim se referiu: “não haveis de querer recuar diante de uma fraca nação [...] os semibárbaros da América do Sul” (*apud* OURIQUE, 1907, p. 167). A chamada primeira insurreição acriana foi feita com oito pessoas e o exército de Plácido de Castro na insurreição vitoriosa do dia 6 de agosto de 1902, continha apenas trinta e três soldados seringueiros (CASTRO, 2002, p. 56).

O governo boliviano se garantia tão somente nos acordos e nos tratados firmados com o Brasil. Sabia que não tinha condições militares para disputar a região. Tanto é que mesmo

após a rendição de Galvez na metade do mês de março de 1900, os bolivianos só se reestabeleceram na região seis meses depois.

Em julho de 1900, o novo governador do Amazonas Silvério Nery tomou posse. Ele adotou a mesma política de seu antecessor com relação à Questão do Acre e continuou mobilizando a opinião pública contra o governo boliviano na região acriana. Em novembro de 1900, resolveu financiar uma expedição militar de libertação do Acre nominada de Floriano Peixoto, que também ficou conhecida como "Expedição dos Poetas", pela quantidade de intelectuais, “voluntários da pátria”, sedentos de enriquecimento fácil.

Outra coisa não era senão **uma grande ladroeira** muito bem planejada; toda a borracha que depois de preparada bem para o terreiro dos barracões seria embarcada diretamente para o Pará, onde se faria a distribuição dos resultados. A Carvalho [Rodrigo] caberia a soma de 500:000\$000 e mais o seringal denominado Amélia; a Gentil Norberto igual soma, e assim por diante as partes de todas as pessoas que tinham entrado na combinação". Declaração dos influentes seringalistas Joaquim Vitor e Joaquim Domingos Carneiro ao Cônsul Carneiro de Mendonça. (*apud* TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 104, grifo nosso).

Em 2 de dezembro de 1900, antes mesmo de chegarem ao local do combate e esperar o resultado do mesmo, o Acre mais uma vez declarado um Estado Independente. Rodrigo de Carvalho foi aclamado presidente. Mas a falta de unidade entre os "poetas" era grande e "a desordem laborava na expedição [...] todos mandavam" (COSTA, 2005, p. 128). O combate em Puerto Alonso teve início em 24 de dezembro. Leiamos abaixo alguns comentários sobre o fato.

[...] cada um tinha seu plano, que julgava perfeito. Não chegavam a um acordo quanto à data do ataque. A certa altura, Rodrigo de Carvalho renunciou a todos os seus cargos e honrarias, e propôs uma Junta a ser constituída por Gentil Norberto e Joaquim Vitor, cabendo aos acreanos escolher o terceiro membro. Finalmente, a renúncia de Rodrigo não foi aceita, e ele continuou desempenhando as funções de presidente. (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 507).

São bem eloquentes as provas que deixamos arquivadas do estado de indisciplina e balburdia em que se agitavam, então, no seio **das revoluções acrianas**, toda a sorte de **ambições e outras degradantes paixões**, que tudo abastardavam, desuniam e dificultavam, **enquanto nós, cá de longe, julgávamos os seus elementos** unidos, **patrióticos** e fortes como deviam ser. (OURIQUE, 1907, p. 160, grifo nosso).

Apesar de os “assaltantes” (ZAMBRANA, 1904, p. 89) estarem bem equipados com metralhadoras e uma canhoneira fornecidos pelo governo amazonense e de o exército boliviano ter sido pego de surpresa, mesmo assim, obtiveram vitória contra os “poetas” em poucas horas.

Portanto, a expedição Floriano Peixoto foi um fracasso, até mesmo as metralhadoras e o canhão foram deixados no campo de combate quando trataram de fugir. Os líderes acrianos ainda quiseram prosseguir com o Estado Independente por alguns dias, mas as disputas internas impediram o sucesso do intento.

Ainda no término da Expedição dos Poetas, os seus membros de maior destaque inculpavam-se pela imprensa [...] Gentil Norberto era acusado de *ambicioso, desleal e criança*. Rodrigo de Carvalho, de *não dispor de nenhum prestígio entre os acreanos*. Souza Braga, pintavam-no como *seringueiro bronco, sem iniciativa e sem altivez*. Hipólito Moreira e Alexandrino José da Silva, *poços de vaidade e ambição, destituídos de inteligência*. (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 112).

Os fatos repercutiram muito mal e o próprio governador do Amazonas perdeu temporariamente o ânimo com a Questão do Acre. Ourique (1907) publica várias cartas enviadas por Gentil Norberto e Rodrigo de Carvalho ao governador do Amazonas, com o fim de convencê-lo a apoiar novamente a causa acriana. Por conta dessa provisória indiferença, o ano de 1901 foi de relativa tranquilidade para os bolivianos.

A situação mudou no ano seguinte, pois em abril de 1902 o Dr. Romero, representante do governo boliviano chegou à região acriana a fim de preparar a entrega dela aos emissários do *Bolivian Syndicate*. Em consequência disso, uma nova Junta Revolucionária foi formada em julho de 1902. A direção ficou composta por Rodrigo de Carvalho, Joaquim Vitor, José Galdino e Plácido de Castro. Todos os membros já tinham participado diretamente de algum ato de resistência contra as autoridades bolivianas, com exceção do último.

O "novato" foi escolhido a dedo. Ele cumpriria um papel fundamental na unidade do grupo, pois devido às muitas discórdias entre os antigos membros da Junta Revolucionária, "nenhum deles seria capaz de exercer o comando sem provocar suscetibilidades, críticas, desavenças no grupo" (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 112). Somente alguém neutro aos interesses que solapavam cada um dos veteranos conseguiria uni-los. Além do mais, Plácido de Castro prometia executar sumariamente a qualquer um que o desobedecesse após o início da "Revolução" (Cf. LIMA, 1998, p. 89).

Os homens que haviam tomado parte nas revoluções fracassadas se reuniram para tratar das providências a tomar. Os maiores proprietários do Acre, em decisão unânime, decidiram-se pela resistência armada, em decisão que só a eles caberia, eis que eram os únicos capazes de financiar um movimento revolucionário. Seria feita a revolução, restava apenas encontrar o chefe capaz de levá-la a bom termo, e logo todos

se lembraram de voltar a falar a Plácido de Castro, a fim de conseguir que aceitasse a missão. (PINTO, 1986, p. 47).

O objetivo imediato dos veteranos era criar dificuldades na administração boliviana pela via armada até que o governo brasileiro interviesse na questão. E o "novato" era um experiente militar, franco-atirador maragato da "Revolução Federalista" do Rio Grande do Sul. Portanto, tinha o perfil necessário para liderar a ofensiva militar. Poderes ilimitados foram delegados a Plácido de Castro até que a vitória nas trincheiras fosse obtida. Depois, o poder de decisão voltaria para a Junta Revolucionária, momento em que os veteranos disputariam entre si a liderança e deliberariam sobre o destino do Acre.

Reunida a Junta Revolucionária e vários cidadãos acreanos de reais merecimentos, em um do corrente, ficou por ela deliberado, por unanimidade, o seguinte: nomear o concidadão **José Plácido de Castro para dirigir as operações militares como comandante em chefe das forças [...]** finda a guerra ele nos chamará a formarmos um governo, elegendo ou aclamando um governador. (Rodrigo de Carvalho *apud* OURIQUE, 1907, p. 220, grifo nosso).

O livro *O Amazonas e o Acre* de Jacques Ourique é fundamental para a compreensão do período histórico aqui tratado, pois publica inúmeras cartas que Rodrigo de Carvalho, Gentil Norberto e Plácido de Castro¹⁹⁷ enviadas ao governador do Amazonas Silvério Nery, e tantas outras que este enviou para aqueles. Impossível negar a participação do político amazonense. Os primeiros pediam armas, munições, lanchas, comidas, etc. O último certificava-se do andamento do conflito e fazia viva a proposta da futura anexação do território ao Estado do Amazonas.

Em uma das cartas consta que o governador havia despachado armas e outros mantimentos sob a responsabilidade de Gentil Norberto (*apud* OURIQUE, 1907, p. 223). No entanto, o mesmo se recusou a distribuí-las aos combatentes por causa das disputas que mantinha com Rodrigo de Carvalho (*idem, ibidem*, 1907, p. 224). A exemplo do que aconteceu na Expedição Floriano Peixoto, queria repartir os "despojos" antes da vitória. Leiam:

¹⁹⁷ Poucas em comparação com as muitas cartas de Carvalho e Norberto. Há autores como Lima (1998, p. 89), que afirma que antes de aceitar o comando da "revolução", Plácido de Castro teria imposto três condições, uma delas era a não interferência do governo do Amazonas. No entanto, essa afirmação não consta nos apontamentos de Plácido de Castro.

Por mais agradável que queira ser V. Ex. não posso sê-lo, ao ponto que o Dr. Gentil me disse para procurar com que os acreanos o façam Presidente [...] antes da vitória não se tratará de Governo, ficará a Junta Revolucionária até que se vença; vencedores os coronéis Joaquim Victor e José Galdino, que disputem quem será o chefe, se Victor ou Gentil: eu deixo o campo livre, pois nunca ambicionei a chefia (Carta de Rodrigo de Carvalho ao Governador do Amazonas datada em 24 de julho de 1902. In: OURIQUE, 1907, p. 227).

Uma carta com o conteúdo similar é enviada por Rodrigo de Carvalho ao mesmo destinatário em 19 de janeiro de 1903, quase às vésperas da rendição incondicional do exército boliviano. Nela ele alerta o governador que havia uma "grande quantidade de pretendentes a governador do Acre e a cousa acabaria em briga grossa" (*idem, ibidem*, 1907, p. 416).

Tudo parece indicar que Plácido de Castro era apenas um militar contratado para estar a serviço da causa acriana e que, nos bastidores do confronto bélico, havia uma querela política pela liderança. Se dado estava que o “novato” Plácido de Castro era a liderança política da causa acriana e não mero militar a serviço, como explicar a concorrência entre os “veteranos” pelo futuro cargo executivo do Acre?

Imagem 83 – A “trindade” da “Revolução Acriana”.

Fonte: MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. **A Epopeia do Acre**. Rio de Janeiro, 1973, p. 59. (adaptado)

Os bolivianos tinham bem claro que Plácido de Castro não era o responsável pela “Revolução”¹⁹⁸. Ele era tido como um coadjuvante, assim como os outros membros da Junta Revolucionária. O responsável pela resistência armada contra a implantação da soberania boliviana no Acre eram os governadores do Amazonas. Eles também não viam Segundo Zambrana (1904, p. 163), cônsul boliviano no Pará: “Silverio Nery, Gobernador de Amazonas, autor responsable y sostenedor de la revolución del Acre [...] Plácido de Castro, Rodrigo de Carvalho, Gentil Norberto y demás coautores de la citada revolución”.

Dois grupos de interesse disputavam o governo do Acre: o dos grandes seringalistas e o dos liberais. O governo do Amazonas apoiava a causa acriana, porém temia o fortalecimento político dos seringalistas locais. Pois os “coronéis de barranco” poderiam causar resistência à proposta de incorporar as terras do Acre ao Estado do Amazonas. Por isso, dava-se preferência aos liberais como Gentil Norberto e Rodrigo de Carvalho, liberais que mantinham relação com os comerciantes e políticos de Manaus. Prova disso são as constantes viagens de Norberto e Carvalho a Manaus e as inúmeras cartas que ambos trocavam com o governador do Amazonas, muitas das quais publicadas por Ourique (1907).

Vale relevante lembrar que própria aclamação de Plácido de Castro como governador do Estado Independente do Acre só aconteceu por causa da articulação que Rodrigo de Carvalho fazia nos bastidores. Primeiro com o governador do Amazonas, para convencê-lo de que Plácido de Castro era a favor da anexação do Acre ao Amazonas. Segundo com os seringalistas da região, para aceitar Plácido na presidência da República do Acre.

Plácido é indiferente que isso seja do Amazonas. A mim (R.C.) ele (P.C.) diz sempre: *isso não pode ser estado; há de ser do Amazonas*; já vê Vossa Excelência que **ele é amigo [...]** Combinei com os oficiais em aclamarmos o **Plácido governador** [...] por isso, no dia da tomada de Porto Acre o Dr. Pimenta em nome dos acreanos vai aclamá-lo. Só assim teremos o Acre do Brasil e com certeza do Amazonas. (Rodrigo de Carvalho ao governador do Amazonas *apud* OURIQUE, 1907, p. 417, grifo nosso).

Essa é mais uma prova de que Plácido de Castro não era o líder político da causa acriana, mas que o sucesso militar e a conveniência política o fizeram governador do Acre. O

¹⁹⁸ Segundo Enock Pessoa (2007, p. 117), a “Revolução” teve início por uma decisão de Plácido de Castro, que “resolveu procurar os seringalistas da região”. Essa afirmação não tem fundamento histórico, ela está baseada na visão romântica dos livros de literatura regional que ressaltam o heroísmo de Plácido de Castro. A “Revolução” não foi uma iniciativa dele, ao contrário, ele foi convidado (contratado?) por aqueles que tinham interesse na Questão do Acre.

apoio político de Rodrigo de Carvalho não era gratuito, ele queria minar as pretensões de Gentil Norberto em governar o Acre. E por ser próximo a Plácido, achava que o influenciaria nas decisões governamentais. Mas tão logo alcançou prestígio nacional, Plácido de Castro recusou a tutela de Carvalho, motivo pelo qual o último se tornou um desafeto do primeiro após o desfecho da anexação do Acre. Carvalho foi, inclusive, apontado como cúmplice do assassinato do militar ocorrido em 1908 (Cf. CASTRO, 2002).

O confronto entre as tropas de Plácido de Castro e a milícia boliviana ocorreu de 06 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903. O conflito era assimétrico em força bélica, portanto, com resultado previsível. Pois, com raras exceções, sempre vence aquele com maior poder bélico. Os bolivianos eram minoria e careciam de munições. O exército boliviano não ultrapassou a ordem dos 700 soldados. E segundo Azcui (1925, p. 211), a guarnição boliviana em Puerto Alonso era de 240 soldados. O próprio Rodrigo de Carvalho menciona em uma carta dirigida ao governador do Amazonas datada em 30 de abril de 1902 que "Em Porto Acre, entre oficiais e soldados (bolivianos), há 150 homens, destes 80 doentes".

Já as tropas acrianas aumentavam o seu efetivo conforme os seringalistas aderiam a “revolução”. Ferreira Lima (1981, p. 85) afirma que Plácido de Castro chegou a dispor de um exército de 1.470 homens "e com munições fornecidas pelo Estado do Amazonas". Júlio Rocha (1903, p. 10 e 59) chega a dizer que "o número de insurgentes era de aproximadamente 2.000". A quantidade de armamento à disposição dos “revolucionários” é impressionante se levado em conta os números contidos nas solicitações feitas ao governado do Amazonas. Confira:

Caquetá, 12 de novembro de 1901. Excelentíssimo Senhor Doutor Silvério José Nery [...] Se V. Ex. ainda pensa como quando daí vim, em junho vindouro limparei o Acre de bolivianos. Necessito que V. Ex., em abril, arranje uma lancha de confiança e me mande alimentação para 150 homens em 30 dias, 60 Mannlincher (rifles) com 15.000 tiros e 120 rifles de cano comprido com 30.000 tiros [...] com muita estima e consideração - Rodrigo de Carvalho. (*apud* OURIQUE, 1907, p. 171).

Caquetá, 18 de junho de 1902 - Exm. Sr. Dr. Silverio José Nery, respeitável amigo e senhor [...] basta-me 180 armas, 60 sem fumaça e 120 rifles com as competentes munições [...] Rodrigo de Carvalho. (*apud* OURIQUE, 1907, p. 171).

Caquetá, 18 de julho de 1902 - Exm. Sr. Dr. Silverio José Nery, respeitável amigo e senhor [...] se pudermos obter 120 rifles e 40.000 tiros faremos o assalto [...] com muita estima e consideração - Rodrigo de Carvalho. (*apud* OURIQUE, 1907, p. 217).

Exm. Sr. Dr. Silverio Nery - Boca do Acre, 14 de Setembro de 1902 [...] com as balas que eu trouxe, pudemos arranjar umas 50.000 balas, o que é pouco. Graças à intervenção do Sr. Coronel Custodio, já arranjei umas 10.000 e espero obter mais

20.000 [...] os bolivianos têm em Porto Acre 180 soldados regulares e uns 40 civis que provavelmente não pegarão em armas. Estão muito desanimados [...] Queira V. Ex. aceitar meus protestos de alta estima e consideração - Gentil Norberto. (*apud* OURIQUE, 1907, p. 300-301).

Acampamento da Liberdade, 25 de setembro de 1902 - Carvalho [...] armo 400 homens e para municiá-los todos tenho que dar 60 tiros a cada um para com esta munição fazer toda a guerra [...] como sabes, recebemos de baixo somente 26.000 tiros, isto se gasta em um pequeno combate [...] nos dê um auxílio capaz de influir na balança da guerra? Apenas 250 rifles ou de preferência armas de calibre reduzido e pólvora sem fumaça e uns 100 mil tiros [...] tenho esperança que seremos servidos, pois as rendas desta região são tão grande [...] teu amigo - Plácido de Castro (*apud* OURIQUE, 1907, p. 338 e 340).

Antimary, 24 de outubro de 1902 - Exm. Sr. Dr. Silverio José Nery [...] para tomar Porto Acre é necessário um canhão e uma metralhadora [...] comunico a V. Ex. que as combalis vieram sem munição, esta pertence às metralhadoras Maxim (da que da vez passada trouxemos) necessitamos de 60.000 rifles [...] necessitamos de 10.000 tiros [...] Rodrigo de Carvalho. (*apud* OURIQUE, 1907, p. 385 e 385).

Después de dos horas de reñido fuego de una y otra parte, y en el que los revolucionarios gastaron treinta mil tiros y los bolivianos solo mil quinientos. (ZAMBRANA, 1904, p. 101).

As operações militares serviram mais para mostrar ao governo brasileiro que os latifundiários da borracha estavam dispostos a resistir o domínio boliviano, liberando para o combate, parte da mão de obra usada no extrativismo, caso o mesmo não interviesse. A rendição da tropa boliviana em Puerto Alonso não significou a derrota militar definitiva dos bolivianos. Como afirma Freitas (1949, p. 15): "as vitórias obtidas, sem grandes dificuldades, dadas as situações desvantajosas do adversário (Bolívia) [...] não lhe garantiam, em definitivo, a conquista e a detenção permanente de sua acariciada presa".

Dois são os argumentos que colaboram para considerar como efêmeros os resultados obtidos nessa etapa da fase militar. Primeiro, porque lutaram contra o adversário "errado", as terras acrianas já estavam arrendadas ao sindicato internacional e é óbvio que ele não aceitaria qualquer prejuízo¹⁹⁹. Segundo, porque o próprio presidente da Bolívia, o general Pando, havia organizado uma megaoperação militar de libertação. Ele mesmo viria pessoalmente à região para a desforra. "A respeito dela nada nos permite afirmar que os acreanos seriam forçosamente vencedores." (ministro Barão do Rio Branco, *apud* BRASIL, 2003, p. 62).

La verdadera razón es la siguiente. Organizada como estaba la revolución, ella sola habría podido vencer á las fuerzas bolivianas, si no hubiese marchado el Presidente

¹⁹⁹ Vale ressaltar que o termo sindicato não tinha o mesmo significado que damos hoje no Brasil. Ele se referia à união de várias empresas privadas independentes com o fim de realizar um empreendimento comercial ou alguma operação financeira. O contrato da Bolívia com o *Bolivian Syndicate* previa a utilização da força armada para salvaguardar seus direitos em caso de resistência brasileira, portanto, nada estava decidido.

General Pando con una regular expedición. Coa el viaje de éste, el fracaso de la revolución era casi seguro y la *República* del Acre que debía pasar á manos del Brasil, de las de los revoltosos, volvería al dominio de su dueño. (MEDINA, 1903, p. 39).

A “desforra” só não aconteceu por conta da intervenção diplomática do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que procurou entrar em acordo com o governo boliviano por meio da assinatura de um *Modus Vivendi*, até que um tratado fosse assinado e resolvesse a questão em definitivo. Uma provável chacina de brasileiros radicados em território boliviano pelas tropas do General Pando comoveria a opinião pública de tal maneira que um mal pior poderia acontecer na *jovem república*.

O militar boliviano Arthur Posnansky, testemunha dos fatos, chegou a dizer que os líderes da “Revolução Acriana” tinham consciência da impossibilidade de manter o Acre Independente por muito tempo. Sabiam que não tinham condições de resistirem aos interesses do *Bolivian Syndicate*. No entanto, eles combatiam contra a Bolívia porque recebiam incentivos financeiros do governo do Amazonas para assim procederem. Ao final, na pior das hipóteses, pleiteariam vantagens pecuniárias da situação: primeiro com o sindicato internacional, para o rendimento pacífico; segundo, com o próprio Brasil, como fizera Galvez. Conforme o mesmo autor:

En Caquetá estaban reunidos los jefes revolucionarios Plácido de Castro, Rodrigo de Carvalho, Gentíl Norberto, Alejandrino da Silva, Rivas y otros, esperando á los representantes del Bolivian Sindicato para conferenciar con ellos, y proponerles una transacción, pidiéndoles algunos miles de libras, para deponer las armas y entregarles pacíficamente el Acre. He allí como **esos aventureros que decantaban patriotismo, se rendían ante la expectativa de unas libras!** Y he allí cómo, si el Sindicato hubiese sido medianamente serio, hubiese podido fácilmente, con unas pocas esterlinas, tomar posesión del Acre! (POSNANSKY, 1904, p. 32, grifo nosso).

O militar brasileiro Freitas Dias, que participou da coluna expedicionária de ocupação do Acre Setentrional liderada pelo general brasileiro Olímpio da Silveira em abril de 1903, afirma que a história da “Revolução Acriana” acoberta um grande mito, a saber, o combate entre Pando e Plácido de Castro. Explica que são falsas as narrativas que dizem ter “Plácido de Castro sitiado o exército boliviano sob o comando pessoal do General Don José Manoel Pando, no lugar denominado Puerto Rico” (FREITAS, 1949, p. 6). Essa argumentação também é defendida por Azcui (1925).

O historiador Leandro Tocantins (2001, Vol. II, p. 206) diz que "não existe nenhuma palavra daquele general confessando o cerco irremediável da praça. **É lícito, pois, concluir que estava ainda longe de ser decidido o combate de Puerto Rico**" [grifo nosso]. Segundo Goes (1991, p. 165): "não houve choque entre os exércitos". O combate entre o exército do general Pando e as tropas acrianas foi "uma lenda gerada por Plácido de Castro e outros interessados em aumentar-lhe o renome e os seus feitos" (FREITAS, 1949, p. 34).

Caso a disputa militar realmente tivesse acontecido, "os revolucionários acreanos seriam inevitavelmente destruídos" (FREITAS, 1949, p. 10). O autor boliviano Zambrana (1904, p. 191) afirmou que a situação de Plácido de Castro diante do avanço do exército boliviano era "insostenible", o que explicaria "la buena voluntad con que acogió el *modus vivendi*". Ao cogitar sobre um possível encontro do exército do general Pando com as tropas de Plácido de Castro, ele diz:

Cuál habría sido en tales condiciones el resultado de un encuentro decisivo? Las diferencias anotadas y la opinión unánime de cuantos conocieron el terreno y la respectiva organización de los contendientes, me dan la certidumbre de que la victoria habría sido nuestra. (ZAMBRANA, 1904, p. 192).

Diante desses fatos, a política adotada pelo Itamarati foi fundamental. O destino dos acrianos e do próprio Acre foram definidos em gabinetes ministeriais e não em campanhas militares. Sem a renúncia do *Bolivian Syndicate* assinada em 26 de janeiro de 1903 e sem a assinatura do *modus-vivendi* em 21 de março de 1903, o desfecho da Questão do Acre seria uma incógnita. Pelo *modus-vivendi*, ambos os países aceitaram as discordâncias de opiniões sobre o território do Acre de modo pacífico, até que a conclusão das negociações diplomáticas fossem concluídas. E isso, segundo Freitas (1949) evitou o massacre dos brasileiros pelas tropas bolivianas lideradas pelo general Pando.

El Barón de Río Branco, ha tomado pié en ese contrato y en la salida del Presidente señor Pando sobre el Acre, para dirigir su célebre circular diplomática, en la que declara, por sí, litigioso aquel territorio [...]

Para declarar litigioso el Acre, ha bastado, a juicio del Exmo., señor de Río Branco, una circular telegráfica a sus Ministros acreditado ante las demás potencias. Este acto de importancia capital en las relaciones de dos pueblos libres y respetables, no ha sido siquiera precedido de los trámites comunes entre cancillerías, lío hay, según sabemos, un Memorándum que funde y explique la declaración lanzada, una gestión previa que tienda a establecer un *modus vivendi*, ni un antecedente rigurosamente oficial que dé a conocer a Bolivia los propósitos. (MEDINA, 1903, p. 40).

Finalizamos esse tópico afirmando que não houve nada de revolucionário na “Revolução Acriana”, ao contrário, os objetivos dela eram conservadores - a manutenção do *status quo*. Não havia a pretensão de mudar nada, o alvo era manter a ordem e impedir qualquer mudança nas peças do tabuleiro socioeconômico daquela região. O Estado Independente do Acre ou a anexação do território ao Brasil foram estratégias para garantir a propriedade privada da terra e os dividendos advindos da tributação sobre a comercialização da borracha. Ao final da “Revolução”, os seringueiros, por exemplo, continuaram trabalhando para se escravizar.

Só para lembrar, o primeiro decreto do Estado Independente sancionado por Plácido de Castro foi sobre a validação dos títulos fundiários dos seringalistas, o que expressa que as reais preocupações dos “revolucionários”. Senão, vejamos: "serão validos os títulos de propriedades definitivos ou provisórios até o presente expedido pela Bolívia ou pelo Estado do Amazonas, antes da ocupação do Acre por esta República" (CASTRO, 2002, p. 123). O primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre, antes mesmo de completar vinte dias no exercício do cargo, fez publicar o Decreto Nº 5, de 1 de setembro de 1904, que regulamentava as terras do departamento.

Consta ainda no Relatório de Governo do referido prefeito que Plácido de Castro, quando governador do Acre Meridional, distribuía lotes de terras “a várias pessoas de sua amizade, sem maior exigência que um simples requerimento” (MATTOS, 1904, In: TJAC, 2003, p. 102). Afirmou ainda que Plácido de Castro era um mentiroso, pois havia escondido os registros fundiários com os autos de medição e demarcação das terras daquela região e depois disse que os mesmos haviam sido perdidos “em consequência de haver incendiado o cartório de Porto Acre” (*idem, ibidem*, p. 102).

A Hyppolito Moreira²⁰⁰ narrei o que acima disse, mas ele que suspeitava que os documentos pretendidos se achavam em poder de Plácido de Castro, empregou o estratagemas e a este dirigir-se pessoalmente e por meio brandos e argutos pedir os documentos que dizem Moreira e Pegentino ter o valor muito maior de duzentos contos. **O ardil empregado por Hyppolito Moreira produziu ótimo resultado, porque Plácido de Castro em sua própria casa de residência em Capatará fez-lhe entrega dos documentos tão ansiosamente procurados, pedindo, porém, a Hyppolito Moreira que guardasse sigilo [...]** Mas de um indicio veemente me fazem crer que Plácido de Castro, tendo em seu poder o arquivo que guardava os mais importantes documentos sobre propriedade e outros interesses alheios abriu **criminosamente** a mala em que se achavam encerrados esses documentos e os

²⁰⁰ Um dos oficiais das tropas “revolucionárias” de Plácido de Castro.

possue, não podendo eu atinar qual o fim que tem em vista o **violador**. Seja como for, porém, a verdade há de aparecer mais tarde ou mais ou menos cedo e **as máscaras serão desafiveladas dos rostos de mais de meia dúzia de especuladores**. (MATTOS, 1904, In: TJAC, 2003, p. 102, grifo nosso).

4.3.2 A Fase Diplomática

Sou levado a declarar, desde já, que a anexação ao território do Brasil da faixa de terras do Acre Meridional ou Acre boliviano, deveu-se à atitude patriótica do Governo da República, em consequência de sua oportuna intervenção.

(FREITAS, 1949, p. 5).

The final phase of the Acre Revolution was characterized by the vigorous intervention of the heads of state of both Bolivia and Brazil, together with their foreign ministers and ambassadors, overshadowing the revolutionaries and local officials who previously played the major roles. The end result was arrived at more by the strong interaction of the respective heads of state and foreign ministers rather than the accomplishments of a single individual [...] A careful study of the politics of both contesting nations, however, reveals the importance of the actions of the heads of state which secured the final agreement and far overshadowed the energetic supporting roles of their subordinates.

(STOKES, 1974, p. 400).

A fase militar acabou sem que a Questão do Acre chegasse a termo. Até a assinatura do Tratado de Petrópolis o território do Acre não constava como nacional em nenhum mapa brasileiro. A região só deixou de ser boliviana de direito com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903. Em fins de dezembro do mesmo ano o presidente brasileiro convocou o Congresso Nacional para analisar o referido Tratado, que foi aprovado em janeiro de 1904. Logo em seguida, em 25 de fevereiro do mesmo ano, foi sancionado o Decreto Federal Nº 1.181 que autorizava o Presidente da República administrar diretamente o Acre em caráter provisório.

Foi na fase diplomática que a incorporação legal do território do Acre aconteceu. Contraditoriamente, essa fase é a que menos chama a atenção dos pesquisadores acrianos, pois a narrativa epopeica defende que tudo foi resolvido nos campos de batalha e que o coronel

Plácido de Castro foi o grande responsável pela "libertação do Acre"²⁰¹. Mas já foi visto que os resultados obtidos nas trincheiras foram provisórios, pois a questão era mais complexa por envolver três nações, além de um sindicato internacional.

O corpo diplomático do governo federal brasileiro foi quem pôs fim à "Questão do Acre", negociando com o *Bolivian Syndicate* e com os governos da Bolívia e do Peru. A fase militar pode ter sido relevante, mas não foi determinante. Até porque todos os chefes revolucionários, de Galvez ao próprio Plácido de Castro, tornara o Acre um país independente. Qualquer explicação que afirme que a pretensão dos mesmos era a posterior incorporação do território ao Brasil não tem base histórica, não passando de mera especulação.

Os protagonistas da fase militar não tiveram poder algum de decisão sobre o formato administrativo com o qual o Acre tomou após a incorporação dele ao Brasil. Na verdade, sequer foram consultados, pois era sabido que os seringalistas desejavam a emancipação imediata do Acre à categoria de Estado, enquanto os liberais e políticos de Manaus queriam a incorporação dele ao Estado do Amazonas.

O certo é que o Acre foi nacionalizado na condição de território administrado diretamente pelo Presidente da República. Esse "rebaixamento" do Acre foi idealizado pelo Barão do Rio Branco e por Assis Brasil. Mas isso em nada diminuiu o prestígio deles perante a comunidade acriana (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 364), pois como já foi visto, o governo federal realizava na região ofensivas simbólicas para caracterizar o Barão do Rio Branco como o responsável pela anexação do Acre ao Brasil, colocando, inclusive, o nome dele na capital acriana²⁰².

Os diplomatas planejaram o "rebaixamento" do Acre por dois motivos: primeiro, e o mais importante, para saldar as obrigações que a União havia contraído com a assinatura do Tratado de 1903, na condição de Território, os impostos cobrados sobre a comercialização da borracha passariam a ser totalmente debitados nos cofres do Tesouro Nacional; segundo,

²⁰¹ Como afirma a Lei Federal N° 10.444, de 2 de maio de 2002, que inscreve o nome de Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria.

²⁰² Isso aconteceu em três de outubro de 1912 e pode ser explicado pelos seguintes fatores: 1) homenagear o Barão do Rio Branco, que havia falecido em 10 de fevereiro de 1912; 2) desestimular o regionalismo e fomentar o sentimento nacional nos acrianos. O Acre desde 1910 sofria com consecutivos levantes autonomistas. Por conta disso, o presidente Hermes da Fonseca, apesar de militar, quis destacar o nome de Rio Branco em detrimento do de Plácido de Castro. Este último já havia sido assassinado em agosto de 1908, mas era evocado nos motins como o patrono do Acre e defensor da autonomia acriana.

porque havia um grande risco da elite acriana resistirem caso a região fosse incorporada ao território amazonense.

O “rebaixamento” feriu expressamente os interesses do Estado do Amazonas que tanto investiu na “Revolução Acriana”. Mas os políticos desse Estado não se conformaram e decidiram levar a questão adiante, disputando a posse do Acre com a União por meio ações políticas e jurídicas. A primeira tentativa oficial se deu em dezembro de 1905, quando o senador Jonatas Pedrosa apresentou um Projeto de Lei no Congresso Nacional que visava a anexação do Território do Acre ao Estado do Amazonas.

A segunda aconteceu no mesmo mês quando o Estado do Amazonas contratou o famoso jurista Rui Barbosa para atuar como advogado em uma Ação Civil Originária (Nº 9) aberta no Supremo Tribunal Federal contra a União. A defesa foi argumentada em duas grandes obras: *A transação do Acre no Tratado de Petrópolis* (1906) e *O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional* (1910), pouco conhecida do público acriano. O Supremo deu ganho de causa ao Estado do Amazonas, mas a disputa só chegou a termo em 1950, quando não havendo mais possibilidade de recorrer, o governo federal para evitar prejuízos políticos maiores, resolveu indenizar o Estado do Amazonas pela perda do Acre.

As tentativas de acordo entre as partes em litígio não haviam dado resultado, até que os constituintes de 1934 resolveram colocar um ponto final no problema, com o artigo cinco das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho que diz: 'a União indenizará os Estados do Amazonas e Mato Grosso dos prejuízos que lhes tenham advindo da incorporação do Acre ao território nacional [...] O Amazonas nenhum direito tem mais sobre o Acre; tem-no à indenização. (LEME, 1978, p. 33)

Abaixo uma charge sobre o assunto que mostra Rui Barbosa conferenciando com o Barão do Rio Branco sobre a possibilidade de anexar o Acre ao Estado do Amazonas. Nela fica claro que o motivo pelo qual o Acre foi “rebaixado” realmente foi por questões financeiras. O governo federal queria recuperar o dinheiro que gastou com a solução “pacífica” da “Questão do Acre”. Abaixo, uma charge com o Rui Barbosa e Barão do Rio Branco conferenciando sobre o destino do território do Acre, o primeiro tenta convencer o segundo juridicamente, no entanto, o segundo leva a discussão para o campo político e econômico. Vejamos:

Imagem 84 – Governo federal e governo do Amazonas na disputa pelo Acre.

Fonte: jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1904, p. 17.

A compreensão que a maioria dos acrianos tem do processo de definição, delimitação e demarcação das fronteiras do Acre está apoiada em uma narrativa episódica dos fatos. Autores ufanistas privilegiaram a análise regional e de curta duração²⁰³ e isso torna a fase diplomática uma mera consecução da militar. Como exemplo, citamos Romano (2007, p. 7), que diz: "Plácido de Castro, herói da grande "Revolução Acriana", fincou, no Acre, a

²⁰³ "Os antecedentes do estabelecimento da fronteira na Amazônia Ocidental podem ser considerados como um evento de longa duração na história do Brasil, pois remontam ao período colonial" (VERGARA, 2010, p. 347).

magnífica tocha de patriotismo e estabeleceu, através do Tratado de Petrópolis, a posse do Acre boliviano e Acre Peruano ao Território brasileiro".

O autor coloca a anexação do Acre como um resultado direto e exclusivo da atuação de Plácido de Castro. Não leva em consideração a importância das resistências anteriores à "Grande Revolução", nem o fato de as negociações diplomáticas sobre o Acre serem anteriores ao intento do militar. O autor restringe a fase diplomática ao Tratado de Petrópolis. Atribuiu muita importância a Plácido de Castro, que era o líder militar e não o mentor do movimento de resistência aos bolivianos. Basta dizer que as negociações do Tratado de Petrópolis não passaram pelo julgamento do "herói" acriano, que nem ao menos foi consultado. Até 21 de novembro de 1903, Plácido de Castro nem sequer tinha conhecimento da assinatura do Tratado de Petrópolis (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 360).

Muitas foram às propostas de solução para a Questão do Acre. Uma era de o Brasil pleitear apenas o Acre Setentrional, já que o Meridional era incontestavelmente boliviano. Como já foi mencionado, inicialmente Rui Barbosa foi defensor do arbitramento. No entanto, o arbitramento além de atrasar o resultado da pendenga em pelo menos três anos, ainda tornaria o Brasil refém de um veredito incerto, mais propenso a Bolívia.

O Itamarati precisou tomar quatro iniciativas para anexar o Acre definitivamente ao Brasil. Primeiro, alinhar a política externa do Brasil aos interesses norte-americanos. Segundo, subornar os financistas internacionais ligados ao *Bolivian Syndicate* a fim de que desistissem do empreendimento. Terceiro, forçar a Bolívia a negociar o Acre. Quarto, convencer o Peru a desistir de suas pretensões de exercer soberania sobre o Acre. E é isso que veremos na "fase diplomática"

4.3.2.1 A "Questão do Acre" e os EUA

A compreensão da Questão do Acre não pode partir do direito brasileiro ou do direito boliviano. A tomada de posição por qualquer um desses direitos implica em reduzir o significado da problemática abordada. Os discursos presidenciais e de diplomatas fizeram exatamente isso [...] procuraram, a todo custo, transformar uma questão altamente complexa em mero litígio fronteiriço, resolvido por um simples tratado que incorporou o Acre ao Brasil [...] o Acre na mira do capitalismo internacional, portanto, deve ser o ponto de partida.

(TONELLI, 1989, p. 178).

A aproximação com Washington realizada por Rio Branco consolidou o padrão que seria seguido por seus sucessores nas relações com os Estados Unidos ao longo do século XX. Pode-se afirmar que esta foi a vertente norteadora da política externa brasileira neste século e daí seu significado fundamental [...] reconhecia as mudanças ocorridas na geopolítica mundial.

(HENRICH, 2010, p. 28).

Plácido de Castro não arregimentou os humildes seringueiros numa guerra de conquista territorial [...] Ao contrário, travou-se a luta armada contra o imperialismo estrangeiro.

(RAMOS, 1986, p. 7)

É necessário ter bem claro que a “Questão do Acre” não era uma simples disputa territorial entre dois países sul-americanos. A região era alvo de uma disputa imperialista entre EUA e Inglaterra. Ambos disputavam o mercado latino-americano e queriam fazer dele, parte de suas respectivas “áreas de influência”. Os EUA eram o maior importador mundial de borracha, em contrapartida, a Inglaterra era a maior fornecedora mundial da borracha, pois monopolizava o comércio do produto.

A indústria manufatureira de borracha norte-americana era totalmente dependente da importação da matéria-prima. Para se ter uma ideia, os EUA compravam 46% da produção mundial da borracha, quase toda ela produzida na Amazônia e revendida pela Inglaterra a preço de monopólio (Cf. TONELLI, 1989, p. 129). Isso se deu porque o chamado “sistema de aviamento” da borracha amazônica foi quase que exclusivamente montado com capitais oriundos da Inglaterra.

As Casas Exportadoras localizadas em Belém e em Manaus eram ligadas a empresários ingleses, eram eles quem controlavam o comércio mundial da borracha. Foi assim que “Liverpool se constituiu, no início do século XX, no principal porto importador da goma, porém, só um terço da mercadoria importada ficava na Inglaterra; o restante, este país redistribuía à Europa e aos Estados Unidos” (TONELLI, 1989, p. 128)

A absoluta supremacia marítima e comercial britânica, a estabilidade política inglesa sob o reinado da rainha Vitória (1837-1901), o dinamismo de seu parque industrial e os interesses ingleses no Brasil se associaram de modo que a Amazônia acabou por se tornar numa região privilegiada para a atuação da Inglaterra, tanto foi que os serviços urbanos de gás, navegação, porto, açúcar e comércio do Pará e do Amazonas eram praticamente um monopólio inglês. (*idem, ibidem*, p. 130).

A situação se mostrava constrangedora para os EUA. Desde 1823, quando o presidente James Monroe lançou a expressão “América para os americanos”, o país já havia revelado publicamente a intenção de incluir o Brasil no seu círculo de influência. Mas o Brasil ainda era preso à Europa, portanto, resistia à Doutrina Monroe. Desde a independência do Brasil, o governo imperial privilegiou a Inglaterra como a principal parceira econômica. Os EUA fizeram pressão para que o Brasil adotasse uma política tributária e comercial que também o privilegiasse. Mas, como afirma Santos (2004, p. 115), a postura do Brasil na Conferência Pan-Americana de 1889 foi “refratária aos objetivos da reunião e ao avanço do espírito interamericanista”.

A supremacia inglesa no Brasil não se restringiu à Amazônia. Deu-se, também, no financiamento de estradas de ferro e diferentes obras públicas e se manifestou de modo nítido na presença de bancos e na exportação de manufaturados devido aos inúmeros tratados comerciais que garantiam privilégios à Inglaterra na economia brasileira desde o período colonial. (TONELLI, 1989, p. 133).

Foi nesse contexto que os EUA resolveram avizinhar-se da Bolívia, a segunda maior produtora de borracha da época. O país andino denunciava o Brasil de imperialismo, por invadir seu território. Dessa forma, o governo dos EUA apoiou de forma velada a criação do *Bolivian Syndicate*, um empreendimento de caráter privado responsável pela administração e proteção militar do território hoje conhecido como Acre. A presença de alguns dos mais importantes capitalistas britânicos também serviu para tornar a opinião pública inglesa favorável ao empreendimento.

Abaixo, uma charge publicada no *Jornal do Brasil*. Ela representa um ambiente escolar autoritário em que o professor (EUA) usa métodos violentos (palmatória) para inculcar a lição (sobre quem era o dono do Acre) a uma aluna (Bolívia). Como mostra a legenda, a aluna deveria repetir a resposta em voz alta a fim de que o Brasil escutasse: “estou farta de dizer, o Acre é de vossa senhoria, senhor mestre”. Ou seja, o destino do Acre deveria ser decidido pelos EUA, que se constituía como uma espécie de árbitro não oficial da disputa, mas que, nos bastidores, tinha poder de influenciar na decisão.

Imagem 85 – Charge “Os EUA, Brasil e o Acre”.

Fonte: *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, 15 de julho de 1901, Nº 196, capa.

Os EUA estavam às vésperas de adotar o *Big Stick* como política de Estado. Isso influenciou na mudança da postura dos EUA com relação ao *Bolivian Syndicate*. Como afirma Garcia (2005, p. 170): “a orientação expansionista anterior estava sendo substituída por uma nova orientação”. Continua dizendo que:

A mudança da posição do governo norte-americano frente ao *Bolivian Syndicate* não foi uma decisão isolada, nem uma deferência especial ao governo brasileiro e sim a expressão de uma mudança mais ampla, nos métodos de aplicação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina. (GARCIA, 2005, p. 170).

Ao indenizar os acionistas do *Bolivian Syndicate*, o Brasil cumpriu de fato a única exigência que passava a importar para o governo norte-americano: garantir os interesses de seus cidadãos e de suas empresas no continente e evitar a interferência direta de outras potências na região" (GARCIA, 2005, p. 174).

Os EUA já haviam dado provas de que tratava a defesa de seu “espaço vital” com seriedade. Ele já haviam anexado a metade do México, incluindo o Texas em 1845 e a Califórnia em 1846, anexado o Havai em 1898, invadido a Nicarágua em 1855, Cuba em 1891, Caribe em 1898. O Panamá, por influência ianque, estava prestes se tornar independente da Colômbia. O “destino manifesto” deveria prevalecer, subordinando as soberanias nacionais latino-americanas aos interesses ianques.

O Brasil até o momento resistia ao alinhamento requerido pela Doutrina Monroe. Não por patriotismo, mas porque dava preferência às relações comerciais com os britânicos. O Brasil era um dos poucos países do continente em que os EUA apresentavam déficit na balança comercial. E um dos motivos era porque o Brasil insistia em importar a maioria dos seus produtos manufaturados da Inglaterra. Já no final do século XIX, os EUA eram o maior importador de café do Brasil, produto responsável por 64,5% das exportações nacionais no período 1890-1900 (Cf. PRADO e CAPELATO, p. 299, In: FAUSTO, 1985).

Não haveria motivos para os EUA apoiarem o Brasil ou ficar neutro no que diz respeito à “Questão do Acre”. A não ser que o Brasil fizesse concessões. Para os EUA, pouco importava com qual país latino-americano ficaria o Acre, contanto que ele se submetesse à Doutrina Monroe. Abaixo, uma charge do Barão do Rio Branco negociando o Acre com o Tio Sam (EUA). Notem que a data da publicação da charge é anterior da tomada de Puerto Alonso pelas tropas de Plácido de Castro. Isso pode significar que a Bolívia já havia perdido o Acre antes mesmo do resultado advindo das trincheiras.

Imagem 86 – “A Quase Interminável Questão do Acre”.

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1902. (Cf. PORTO, 2012).

O Barão do Rio Branco entendeu o recado e “abraçou fervorosamente a Doutrina Monroe” (BANDEIRA, 1978, p. 168). Segundo Henrich (2010, p. 89), houve uma “reorientação da política externa brasileira da Europa para os Estados Unidos”. E isso tornou

“o tema da *americanização* da política externa brasileira recorrente entre intelectuais, políticos e diplomatas, que buscavam apontar qual seria o melhor caminho a seguir” (HENRICH, 2010, p. 88).

Mesmo que tais negociações em prol da neutralidade norte-americana não tenham deixado rastros documentais, é possível auferir a historicidade dela por meio das políticas liberais adotadas pelo governo brasileiro em benefício dos EUA após a renúncia do *Bolivian Syndicate*. Em 1904, o presidente Rodrigues Alves decretou uma redução tarifária de 20% para vários produtos norte-americano (*idem, ibidem*, p. 182), como leite condensado, borracha manufaturada, farinha de trigo, relógios, etc.

Em 1906, uma empresa norte-americana construiu um porto em Belém. A *United States Rubber*, “responsável por cerca da metade das compras de borracha realizada na Amazônia em 1907, trouxe de Nova Iorque seu advogado William Ivins, o qual organizou e implantou um sistema de compras da matéria-prima diretamente aos aviadores” (SANTOS, 1980, p. 129). A concessão foi um duro golpe ao monopólio comercial inglês da borracha.

O Barão do Rio Branco também “elevou a representação do Brasil em Washington à categoria de Embaixada” (BANDEIRA, 1978, p. 169). Dentre outras, foi uma iniciativa de “estreitar as relações com os Estados Unidos” (*idem, ibidem*, p. 169). O resultado concreto de tudo isso foi que “em 1915, pela primeira vez, os EUA tomaram a liderança de todo o comércio exterior brasileiro” (*idem, ibidem*, p. 191). Dessa forma, a “Questão do Acre” contribuiu para acelerar o alinhamento do Brasil à Doutrina Monroe.

Em resumo, a anexação do Acre ao Brasil só aconteceu porque foi conveniente aos interesses das grandes potências mundiais. O Brasil na virada do século XIX para o XX já era um país economicamente dependente e politicamente subordinado aos interesses externos. Como em todas as nações periféricas da economia-mundo capitalista, a soberania brasileira ainda era muito limitada e as questões nacionais estavam subordinadas aos interesses externos. Os países imperialistas tendiam a resolvê-los por meio de intervenções militares, bloqueios comerciais ou corte na oferta de créditos, e o Brasil não estava preparado para isso.

Uma intervenção norte-americana direta no Acre provavelmente arrastaria a Inglaterra a reboque para uma guerra, já que a mesma tinha interesses econômicos a zelar na região amazônica. A complexa rede comercial e creditícia conhecida como “sistema de aviamento”, que possibilitou o *boom* da borracha, foi quase toda montada com capitais ingleses. Uma guerra entre os dois países imperialistas teria consequências incalculáveis.

Uma guerra entre os países sul-americanos não era vantajosa para nenhuma das duas potências, pois traria prejuízos para ambas as partes. Primeiro porque o abastecimento mundial da borracha seria afetado, causando prejuízos para ambos os lados. Depois, os EUA colocariam em risco a relação comercial com o Brasil, que tanto desejava aprofundar. E o enfraquecimento inglês abria espaço para uma provável hegemonia alemã na Europa. Além do mais, não seria bom para o próprio governo de Theodore Roosevelt apoiar militarmente o *Bolivian Syndicate*, já que, no âmbito interno, combatia os trustes.

Por sua vez, a Inglaterra arriscaria todo o investimento feito na cadeia produtiva gomífera. Mesmo obtendo a vitória, os créditos tomados para o aviamento não seriam pagos nos prazos previstos, além do que o próprio Brasil poderia reivindicar adiamento de parcelas da dívida externa. Tudo indica que os acordos internacionais de divisão dos mercados prevaleceram. A Inglaterra continuaria com o monopólio da comercialização da borracha, no entanto, progressivamente entregaria o mercado brasileiro à hegemonia norte-americana. A produção de borracha da Malásia haveria de suprir as necessidades comerciais britânicas.

4.3.2.2 O *Bolivian Syndicate*

El criterio fundamental con que hay que juzgar el contrato es el siguiente [...] ¿Puede Bolivia conservar y administrar por acción directa los territorios del Noroeste? La experiencia hasta hoy recogida da un noventa por ciento de probabilidades por la negativa [...] ¿Cuál es el medio de retener esos valiosísimos territorios que quizá encierran un grandioso porvenir? Por el momento no hay otro que el ideado por el Poder Ejecutivo y formulado en el contrato que examinamos.

(Informe da Comissão de Fazenda e Indústria do Congresso Nacional Boliviano. La Paz, 1901. In: ARAMAYO, 1903, p. 143).

Alguns proprietários, encorajados pelas negociatas e favores obtidos na Delegação (boliviana), inclinavam-se para uma aceitação tácita do regime boliviano.

(TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 104).

Si somos dueños de ese territorio, claro es que no tiene por qué intervenir el Brasil, en la manera cómo lo administramos [...] Pero, he aquí que el Brasil toma pretexto en el tal contrato, para fomentar una nueva rebelión y apoderarse después, de nuestro suelo.

(MEDINA, 1903, p. 37 e 38).

Uma clara compreensão do fenômeno chamado *Bolivian Syndicate* é fundamental para qualquer estudioso do processo de anexação do Acre ao Brasil. Ele foi quem deu notoriedade nacional à “Questão do Acre”, fazendo o assunto figurar nas principais páginas dos jornais do país (Cf. ANTIBAS, 2002). Na Fase Militar, ele foi usado para mobilizar a opinião pública nacional em favor dos acrianos e na Fase Diplomática ele foi a "prova de fogo" pela qual o Itamarati teve que passar para anexar de forma pacífica o Acre ao Brasil.

O temor de o Acre sofrer uma intervenção norte-americana surgiu pela primeira vez quando o jornalista espanhol Luiz Galvez denunciou nos principais jornais de Manaus e Belém que o Acre estava sendo alvo de negociações entre a Bolívia e os Estados Unidos. A matéria foi publicada primeiro no jornal *A Província do Pará*, de Belém, em 03 de junho de 1899; depois em *Commércio do Amazonas*, de Manaus, em 09 do mesmo mês.

O protocolo firmado entre o Brasil e a Bolívia em 1898 consagrava a soberania andina no território acriano. Em consequência disso, em 02 de janeiro de 1899, foi construído um Posto Aduaneiro boliviano em Puerto Alonso, "onde se cobrava elevado imposto sobre a borracha" (CORRÊA, 1899, p. 127), causando a "indignação de *todos* os brasileiros" (CARVALHO, 2002, p. 21). Foi então que no dia 01 a de maio, aconteceu a "primeira insurreição acreana" (*idem, ibidem*, p. 21). Ela se opunha "invasão indébita, extemporânea, criminosa, do estrangeiro sequioso nos sagrados domínios de nossa pátria" (*idem, ibidem*, p. 18).

Sr. Paravicini invadiu, ocupou e oprimiu. Evidenciado que o primeiro ato do governo da Bolívia - o estabelecimento da alfândega de Porto Alonso - é puramente: um ato de força, não precisamos de nos estender muito para provar que todos os seus consequentes não encontram apoio ou justificação no direito [...] se essa região não estava demarcada, como se poderia saber onde começava o território boliviano, no qual tal alfândega seria construída! (CORRÊA, 1899, p. 200 e 202).

A resistência feita por alguns “brasileiros do Acre” e a consequente expulsão da delegação boliviana de Puerto Alonso teve uma rápida repercussão. A omissão do governo brasileiro diante dos fatos contribuiu para que o ministro plenipotenciário da Bolívia José Paravicini convencesse o presidente andino de assegurar o território por meio de ajuda externa. Isso porque a exportação da borracha representava nada menos que 22% de toda a exportação boliviana entre os anos de 1899 a 1903 (Cf. TONELLI, 1989, p. 146). Consciente da inferioridade bélica com relação ao Brasil, Paravicini foi, como faria qualquer outro em seu lugar, procurar a proteção de um país mais forte.

A Bolívia receberia o auxílio dos EUA para conservar sua soberania nos territórios do Acre, Purus e Iaco, mediante concessões aduaneiras e territoriais. As conversações já se encontravam adiantadas e na noite daquele mesmo dia o Ministro Paravicini tinha encontro apazado com o cônsul norte-americano, para ultimar os detalhes da proposta que, em nome da Bolívia, ele ia encaminhar ao Presidente dos EUA Mac Kinley. (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 304).

O espanhol Luiz Galvez, que já havia firmado compromissos com a Junta Revolucionária contra as autoridades bolivianas (*idem, ibidem*, p. 302), conseguiu, com sutileza, se infiltrar no Consulado boliviano no Brasil, obtendo ali um emprego. A partir de então passou a ter acesso privilegiado a informações sobre o Acre que, quando obtidas, eram vendidas a preço de "ouro" aos jornais de Belém e Manaus (Cf. *idem, ibidem*, p. 308). Foi assim que a minuta do Acordo bolívio-americano acabou sendo publicada em junho de 1899. Leiam abaixo:

Acordo bolívio-americano (Minuta de Paravicini). Proposta para o accordo entre os EUA e a república da Bolivia: 1) **Os EUA questionarão por via diplomática, da República Brasileira, os direitos da Bolívia aos territórios do Acre, Purús e Yaco**, hoje acupados de accordo com os limites estabelecidos pelos Tratados de 1867; 2) Os EUA se compromettem a fornecer o numerário e material bellicos necessários em caso de uma guerra com o Brasil; 3) Os EUA exigirão que o Brasil nomeie dentro do primeiro anno, uma comissão que, de accordo com a Bolívia, deslinde as fronteiras definitivas no Juruá e Javary; 4) O Brazil deverá conceder a livre navegação nos afluentes do Amazonas, aos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre transito pelas alfândegas do Pará e Manaos as mercadorias destinadas aos portos bolivianos; 5) Em recompensa de seus bons officios a Bolívia concederá aos EUA o abatimento de 50% sobre os direitos de importação em todas as mercadorias norte-americanas e 25% sobre os direitos de exportação da borracha destinada a qualquer porto da dita república; este abatimento será pelo prazo de dez (10) annos; 6) **No caso de se ter que appellar para a guerra, a Bolívia denunciará o Tratado de 1867**, sendo então a linha limitrofe da Bolívia a bocca do Purús e Acre, e entregará os territorios restantes nas zonas comprehendidas entre as bocca do Purus, Acre e o Cratto, aos EUA em livre posse; 7) Os gastos que se occasionar em caso de guerra serão pagos aos EUA, recebendo em hypothea os direitos da alfândegas bolivianas. (jornal *O Commércio*, de Manaus, em 9 de junho de 1899, p. 1, grifo nosso).

Também foi denunciado um caso inusitado de que uma canhoneira norte-americana chamada “Wilmington” que havia subido o rio Amazonas sem autorização do governo brasileiro em abril de 1899 com uma canhoneira (navio de guerra) guardava relações com o acordo com o qual a Bolívia firmaria com os EUA a respeito do Acre. O comandante ianque Chapman Todd teria ido se encontrar com o diplomata boliviano Paravicini para acertarem a redação final do contrato.

Imagem 87 - Canhoneira Wilmington antes de adentrar território brasileiro.

Fonte: SOTOMAYOR, 2013, p. 153.

Tanto o governo boliviano quanto o governo norte-americano negaram a veracidade da denúncia. O comandante da canhoneira, inclusive, foi posteriormente demitido (Cf. BANDEIRA, 1978, p. 153 e 154). Segundo Tocantins (2001, Vol. 1, p. 313): "O comandante Todd fez aproar a sua canhoneira na direção da América do Norte, levando, dizem, a proposta do famigerado acordo". As denúncias deram a Galvez grande prestígio em Manaus ao ponto de ter participado de várias reuniões com o governador do Amazonas sobre a situação do Acre. Como o governo brasileiro não demonstrava qualquer apreço à causa, tomou-se a decisão de tornar o Acre um Estado independente. Para que não houvesse suspeitas de qualquer envolvimento de brasileiros no caso, o espanhol foi contratado, além de "vinte homens, todos veteranos da guerra de Cuba" (DANTAS, 2012, p. 23).

A República do Acre foi proclamada por Galvez em 14 de julho de 1899. No entanto, ela não teve vida longa. Por motivos que já foram explicados em tópico anterior, em 15 de março de 1900, o espanhol assinou um termo de rendição mediante indenização e depois ele foi deportado para a Espanha. Mesmo com a deposição de Galvez, a Junta Revolucionária deu legitimidade política para que o vice-presidente Joaquim Vitor assumisse o Estado Independente do Acre. As hostilidades ao governo boliviano não cessaram. Por conta disso, outras estratégias para garantir o domínio do Acre foram empreendidas.

Primeiro o governo boliviano procurou, sem sucesso, comprar os principais seringais da região. Acreditava que com isso a Junta Revolucionária perderia força política. Depois, em 12 de março de 1900, firmou contrato de arrendamento da alfândega de Puerto Alonso com

Joaquim Cintra²⁰⁴, um bem-sucedido capitalista pernambucano que exercia o cargo de cônsul andino no Rio de Janeiro.

Joaquim Cintra foi protagonista de um Sindicato brasileiro que defendia a soberania boliviana no Acre. A história oficial é muito crítica com o *Bolivian Syndicate*, um Sindicato anglo-americano; porém, pouco analisa a iniciativa brasileira que tinha objetivos similares. A decisão de Cintra foi influenciada por Alberto Moreira Júnior, um jornalista português naturalizado brasileiro que apoiara Galvez no início do Estado Independente do Acre. Ele havia sido redator-chefe do jornal *O Commercio*, de Manaus, em 1899, quando Galvez obteve o emprego de repórter no periódico. Também foi um dos principais organizadores da expedição que levou Galvez ao Acre.

A proposta seduziu o capitalista. Se a renda líquida do posto aduaneiro, no rio Acre, em três meses e vinte e três dias da administração Paravicini, ascendera à fortuna de 2.824:053\$000, quem resistiria ao atrativo desta cifra. O Ministro Plenipotenciário da Bolívia, D. Salinas Vega, percebeu na proposta um meio hábil de pacificar o território acreano por intermédio dos próprios brasileiros. O seu raciocínio era conclusivo: onde fala o ouro cala a razão. (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 449).

O arrendatário obteria o poder de cobrar os impostos de importação e exportação de mercadorias na região e, do total bruto arrecadado, ficar com 33%. Em contrapartida, se responsabilizaria por manter a ordem em toda a região banhada pelo rio Acre. Os revoltosos teriam que ser pacificados e a população de modo geral teria que respeitar as autoridades bolivianas, caso contrário, o contrato perderia a validade. Por conta dessa exigência boliviana, Joaquim Cintra no dia 16 de março contratou o próprio Alberto Moreira para pacificar a região. Em troca, Moreira passaria a ter direito a 20% de todos os lucros advindos do arrendamento. Um valor condizente com a árdua missão de "erigir fundamentos de uma civilização na selva" (TOCANTINS, 2002, Vol. 1, p. 253).

Após explicar o contrato e oferecer dividendos, o Presidente da República do Acre em exercício Joaquim Vitor foi facilmente convencido por Alberto Moreira. O "ardor patriótico" já não era o mesmo diante da boa oportunidade de negócio. Em 25 de abril, ele assinou um documento que declarava o Acre pacificado. É bom lembrar que o coronel Joaquim Vitor era o

²⁰⁴ Era filho do português Arsênio Fortunato da Silva, um armador e inventor de carros e de guindastes. Migrou para o Brasil e desde 1851 era um concessionário do governo Imperial do Brasil na área da fabricação de carros e guindastes. Faleceu em Pernambuco em janeiro de 1854.

maior entusiasta seringalista da causa acriana. Ele era dono do seringal Bom Destino que, durante muito tempo foi uma espécie de quartel-general das tropas revolucionárias. O documento que Vitor assinou diz:

Ficou ajustado entre os dois que se poria fim de modo definitivo a revolução, comprometendo-se o senhor Joaquim Vitor da Silva a fazer cessar o atual movimento, usando dos poderes que lhe foram outorgados pelo Congresso Revolucionário, permitindo que funcione a alfândega boliviana e também as autoridades legais desse país, desde que **a Bolívia garantisse os direitos de propriedade individual e de locomoção** [...] E por assim haverem acordado lavrou-se a presente ata que está assinada pelas partes contratantes. (*apud* TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 256, grifo nosso).

Em 22 de agosto de 1900, o Delegado Nacional boliviano André Munõz e sua comitiva chegaram ao seringal Capatará. Em seguida foi ao seringal Riozinho, onde foi recebido por Alberto Moreira e alguns membros da Junta Revolucionária. Moreira entregou o Acre pacificado ao delegado, conforme o contrato estabelecia (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. I, 459). No entanto, o delegado começou a exercer suas funções sem se dar conta do acordo que havia firmado com o sindicato brasileiro. Em 22 de setembro, ele aportou em Puerto Alonso e declarou o fim do estado de sítio, reafirmou a soberania boliviana na região e reabriu o posto aduaneiro. O tempo passou e os representantes da empresa criada por Cintra não foram empossados como arrendatários da alfândega de Puerto Alonso.

O contrato acabou caducando sem sua concretização. É possível que tudo não tenha passado de uma encenação para que os bolivianos ganhassem tempo, pois o governo boliviano também estava negociando aquele território com os capitalistas anglo-americanos. Diante da situação, os acrianos não quiseram esperar o resultado do processo aberto pelo Sindicato Cintra contra o governo boliviano. Isso porque Joaquim Cintra havia fundado a firma Rogério & Cia e transferido a ela os direitos obtidos com o contrato Salinas-Cintra. A firma passou a cobrar indenização do governo boliviano por quebra de contrato. Para a Bolívia era melhor pagar a indenização do que levar adiante o arrendamento, visto que o Acre já estava pacificado. Entretanto, a indenização nunca aconteceu, pois o presidente boliviano Pando alegou que Salinas teria agido por conta própria, sem autorização legal.

Em outubro de 1900, Gentil Norberto foi aclamado como o novo presidente da República do Acre. Para tanto, recebeu o apoio tanto do governo do Amazonas, quanto do seringalista Antonio de Souza Braga, membro da Junta Revolucionária que já havia ocupado o

mesmo cargo entre os dias 28 de dezembro de 1899 e 25 de janeiro de 1900, por ocasião da deposição de Luiz Galvez.

O vice-presidente boliviano Perez Velasco e o ministro de guerra Ismael Montes chegam ao Acre no mesmo mês. Entretanto, em 19 de outubro, eles foram presos por uma guarnição de Gentil Norberto antes de chegarem a Puerto Alonso. Temendo as consequências de manter em cativeiro pessoas tão importantes, Norberto resolveu libertá-los. Dias depois, foram os soldados bolivianos que prenderam Gentil Norberto, que só foi solto depois de ter assinado um documento afirmando ter renunciado à “revolução”.

Mais uma vez o Acre passava para a jurisdição boliviana. Porém, Gentil Norberto insistia em defender a permanência do Estado Independente. A ideia de Norberto não foi adiante, pois Rodrigo de Carvalho, um dos principais da Junta Revolucionária, lhe fez duras resistências. Não havia unidade entre os principais brasileiros contrários ao governo boliviano.

Em dezembro de 1900, alguns intelectuais de Manaus resolveram tomar Puerto Alonso pela via armada. Por não terem experiência militar, facilmente foram derrotados. No entanto, o episódio serviu para mostrar mais uma vez ao governo boliviano que a manutenção da soberania no território não aconteceria sem o constante emprego da força armada.

O governo boliviano não dispunha de condições militares para resistir a outras insurreições. A pacificação da região dependia muito mais da colaboração dos principais latifundiários da região e do governo brasileiro do que da minguada tropa boliviana que ficava nas fronteiras. O governo do Amazonas constantemente mobilizava líderes em prol da causa acriana, dificultando a administração boliviana. Por conta disso, o ministro plenipotenciário boliviano na Inglaterra Felix Avelino Aramayo passou a defender a ideia da concessão da administração da região acriana à iniciativa privada.

Si el tratado de 1896 hubiese sido aprobado oportunamente, no habría sido preciso recurrir a medios extraordinarios; pero careciendo, como Bolivia carece, de rentas suficientes para mantener un estado de guerra continuo y de continuo vigilar contra las asechanzas del Gobierno de Amazonas, ha tenido que optar por la formación de poderosa compañía extranjera que proporcione los arbitrios fiscales para el desarrollo material de la colonia á la sombra de una paz duradera. (ARAMAYO, 1903, p. 14).

Até que um dia, no Rio de Janeiro, o Ministro da Inglaterra, com a autoridade e o entendimento no assunto que os títulos de seu país conferiam, lembrou a fórmula mágica: por que a Bolívia não arrenda as alfândegas do Acre e do Purus a um sindicato internacional? A proposição, partida do representante da Grã-Bretanha [...] foi logo acatada pelo Ministro Salinas Vega e transmitida a Felix Aramayo. (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 32).

Essa proposta era diferente daquela exportada no acordo boliviano-americano denunciado por Luiz Galvez em junho de 1899. O acordo de 1899 seria, conforme os termos da denúncia, uma negociação direta entre o governo boliviano e o norte-americano. O último ficava responsável em apoiar diplomaticamente e militarmente o primeiro, caso o Brasil intervisse. Nesse, conforme veremos, o governo dos EUA não teria parte no contrato.

Em 15 de março de 1900, Aramayo conseguiu a autorização do presidente da Bolívia para a formação de uma Sociedade Anônima em vários países: Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha e no próprio Brasil. Almejavam tornar os mais prósperos capitalistas brasileiros favoráveis à causa boliviana. Mas a estratégia não deu certo e por causa da questão das fronteiras, poucos quiseram investir em algo com retorno duvidoso. No geral, o objetivo da "Campaña boliviana" (ARAMAYO, 1903, p. 129) era tornar o empreendimento um negócio multinacional, de modo a inibir qualquer tentativa de intervenção do Brasil. Leiamos:

Instrucciones y bases para la organización de una compañía encargada de la explotación, administración y colonización de las regiones del N.O. de Bolivia, entre los ríos Yavarí y Madera [...] Los fines principales de la Compañía serán los siguientes: 1º) Adquirir en propiedad y amparar la posesión de todos los terrenos y estradas gomerías que el Gobierno le adjudicará con preferencia en aquellas regiones, *à título gratuito*. 2º) Adquirir en compra y con el apoyo del Gobierno las adjudicaciones, barracas y otras estradas gomerías de propiedad particular actualmente [...] 5º) Explotar la zona y otras riquezas de estas regiones, ó rescatar la que se explota por los particulares y otras empresas. 6º) Administrar las Aduanas y recaudar las rentas fiscales [...] Una parte de las acciones será suscrita por las casas principales del Pará y comercio del Amazonas, y alguna parte también se ofrecerá en Bolivia [...] El Gobierno, de su parte, se obliga á prestar su apoyo a La dicha Compañía, promulgando los Reglamentos que se proyecten y nombrando autoridades competentes. (ARAMAYO, 1903, p. 129).

Após a autorização, o ministro boliviano viajou por vários países em busca de acionistas. Os diplomatas brasileiros Joaquim Nabuco, Assis Brasil e Barão do Rio Branco foram os responsáveis por difamar o cartel perante os investidores europeus e norte-americanos. Afirmavam que o empreendimento era de alto risco, visto que se tratava de um território disputado por outros dois países. Por conta disso, os capitalistas belgas e alemães se recusaram a aderir à proposta. Não demorou muito para que outros a aceitassem. Em 11 de julho de 1901, o milionário norte-americano Frederick Wallingford Whitridge, presidente da empresa ferroviária Third Avenue Railway Company, representou um grupo de investidores anglo-americanos investidores na cerimônia de assinatura do contrato de criação do Bolivian Syndicate.

Esta sociedad estaba formada por los banqueros más poderosos de Nueva York, tales como Twombly & Whitridge que manejaban la fortuna de los Vanderbilt, Roosevelt & Sons, compañía de la familia del Presidente Teodoro Roosevelt, Rockefeller & Co. y muchos otros. (RIBERA, 1997, p. 124).

Vale lembrar que o *Bolivian Syndicate* teria até doze meses para constituir uma companhia responsável pela administração fiscal, exploração econômica, colonização e segurança interna do território do Acre. O prazo passaria a contar a partir da notificação do governo boliviano da aprovação do contrato pelo Congresso Nacional. As atribuições da Companhia seriam as seguintes:

(...) administrar, ejercer, ejecutar, poner en fuerza, vigilar y poseer, dentro de los límites del expresado territorio y con sujeción á las leyes del Estado, todos aquellos negocios, actos, funciones, obligaciones, derechos, poderes y privilegios de cualquiera descripción que sean, que por ahora corresponden ó que en adelante, á su tiempo, corresponderían al Gobierno ó que pertenezcan ó sean poseídas ó ejercitadas por el Gobierno. (Anexo 3. In: ARAMAYO, 1903, p. 142).

Até ser sancionado pelo presidente boliviano, o documento sofreu significativas mudanças, pois o Congresso não aprovou a perda da soberania boliviana naquela região. A partir da leitura desse fragmento é possível perceber que a primeira intenção de Aramayo, responsável direto pela redação do texto, era realmente arrendar o Acre. A Companhia assumiria muitas das funções do Poder Executivo no território, de modo que era muito similar as *chartered company* praticada na África e na Ásia pelos países colonialistas europeus. "Subsistiendo su redacción actual, despierta legítimos temores de que podría ocasionar graves desacuerdos" (Anexo 3. In: ARAMAYO, p. 143). A *chartered company* era uma tendência mundial de dominação da época, conforme vemos em

crescente ônus representado pelas operações militares para a conquista de matérias-primas e mercados fez com que os países imperialistas buscassem já na última década do século XIX outras formas de dominação que não o domínio territorial puro, preferindo tratados e contratos que concedessem privilégios, monopólios ou prioridades na exploração de recursos naturais e dos mercados consumidores, em especial, em relação aos países latino-americanos que apresentavam maior desenvolvimento e Estados Nacionais já consolidados. (SZMRECSÁNYI, 1986, p. 87-88).

Por conta disso, o teor do contrato foi duramente criticado pela opinião pública boliviana e por parlamentares. A Comissão Mista de Fazenda analisou a viabilidade econômica

do empreendimento e avaliou que realmente seria vantajoso para a Bolívia. A Comissão de Constituição ratificou que o negócio estava de acordo com os princípios constitucionais.

A negociação não iria ferir a carta magna boliviana porque a região acriana tinha um *status* de "território de colônia". Ou seja, era uma região que alguns princípios constitucionais da república podiam ser, excepcionalmente, ignorados. Exatamente pelo fato de gozar desse "estado de exceção", é que seria possível a transferência da autoridade de criar aduanas e cobrar impostos a terceiros. Mas mesmo assim, para evitar maiores problemas com a opinião pública, foi aprovado que a região deveria estar subordinada ao governo boliviano e "á las leis de la República" (Anexo 4. In: ARAMAYO, 1903, p. 148).

A minuta do contrato inicial sofreu inevitáveis alterações. Na introdução, em vez de "el Gobierno está deseoso de transferir el gobierno civil y la administración de dicho territorio", ficou "el Gobierno está dispuesto á confiar la administración económica" (Anexo 4. In: ARAMAYO, 1903, p. 144). Na primeira cláusula, em vez de constar que "assumir el gobierno civil e la administración" era um dos objetivos da Companhia, foi sugerido "que tenga por objeto la administración rentística" (*ídem, ibídem*, p. 144).

O contrato foi sancionado pelo presidente boliviano em 20 de dezembro de 1901. É bom que se diga que após a revisão, o Bolivian Syndicate não mais figurava como uma *chartered company*. Não se tratava mais de arrendamento do Acre, pois a soberania andina na região ficou preservada. Não se tratava de um governo civil paralelo, o sindicato teria apenas o direito à administração fiscal e à exploração econômica e à colonização territorial, além de outras vantagens. Abaixo, alguns trechos do contrato:

Apruébase el convenio celebrado el día 11 de julio de 1901 entre el Poder Ejecutivo y *The Bolivian Syndicate* para la administración fiscal de los territorios del Noroeste [...] el Gobierno está dispuesto á confiar por un período de años, á una compañía que se organice debidamente en Inglaterra ó en los Estados Unidos de Norte América ó en uno de dichos Estados ó en cualquier otro país extranjero, la administración fiscal de dicho Territorio y el cobro de las cargas, impuestos, derechos de Aduana, contribuciones, regalías, rentas de tierras del Estado [...] el Sindicato es un Sindicato de capitalistas, que ha sido formado en los Estados Unidos de Norte América, con el objeto de constituir y organizar una Compañía de las condiciones arriba expuestas [...] una Compañía que tenga por objeto la administración fiscal del territorio arriba descrito, en conformidad con las leyes del país y las prescripciones de este contrato [...] y el producto total que se cobre ó que sea sujeto á cuenta, pertenecerá en la proporción del 60% al Gobierno y el 40 % restante á la Compañía [...] La condición de la Compañía, en virtud de la concesión últimamente mencionada, será la de un Administrador Fiscal encargado de la recaudación de todas las rentas nacionales, con poderes amplios y suficientes para ello y con sujeción á las leyes de la República [...] La Compañía respetará todos los contratos existentes entre el Gobierno y los actuales

legítimos poseedores de tierras dentro de los límites del expresado territorio, y exigirá que dichos poseedores registren debidamente sus títulos, en conformidad con las leyes del Estado (Anexo 5. In: ARAMAYO, 1903, p. 149-160).

Mesmo assim, muitos autores brasileiros reproduziram, propositalmente ou não, a ideia. A estratégia contribuía para justificar a Questão do Acre (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 59) e tornar o pleito nas primeiras páginas dos principais jornais brasileiro durante meses (Cf. ANTIBAS, 2002). Assis Brasil chegou a dizer que "o Congresso boliviano entendeu reformar o contrato primitivo feito em Londres, mas só o fez para mudar algumas palavras, a essência permanece a mesma" (*apud* TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 81). Essa opinião foi criticada pelos bolivianos.

O contrato no es arrendamiento. Bolivia conserva soberanía, encomendando solo recaudación impuestos. Compañía carácter industrial, hállase sujeta leyes República. No se asemeja concesiones África, que tienen por objeto organizar colonia [...] El contrato sobre el Acre, no es un arrendamiento ni desmedra la soberanía de Bolivia, ni es, como se ha dicho, una amenaza para los demás Estados [...] El contrato del Acre es de simple administración fiscal y de concesión de tierras [...] **En ningún caso pudo equipararse el contrato, á las concesiones obtenidas por las compañías colonizadoras del África.** El hecho de que en el Acre residen y trabajan muchos brasileiros, no justifica la oposición al contrato, dadas las razones que acabamos de consignar. Menos aún puede ser motivo para declarar litigiosa la zona que nos ocupa. (MEDINA, 1903, p. 2, 39, 40 e 51, grifo nosso).

Em 3 de abril de 1902, uma comitiva boliviana liderada pelo Dr. Lino Romero chegou ao Alto Acre para preparar a entrega do território ao sindicato (Cf. LIMA, 1998, p. 91). A notícia causou um alvoroço entre os membros da elite gomífera, ainda mais quando se espalhou o boato de que os EUA dariam suporte militar à Bolívia caso o Brasil decidisse intervir. Por conta da situação, Rodrigo de Carvalho enviou uma carta ao governador do Amazonas Silvério Nery em abril de 1902 dizendo: "o Acre está em verdadeiro vulcão. Pois a nova delegação já avisou que todos os proprietários do Acre terão o prazo improrrogável de seis meses para legalizarem a posse de seus barracões" (*apud* OURIQUE, 1907, p. 176).

Diante da situação, o Itamarati procurou saber o posicionamento oficial do governo norte-americano sobre o *Bolivian Syndicate*. O diplomata Assis Brasil reuniu-se com o Secretário do Estado John Hay em 15 de maio de 1902, que já havia se manifestado favorável à constituição do *Bolivian Syndicate*. Fato comprovado com a carta de recomendação que enviou ao governo boliviano sobre os capitalistas que formariam o Sindicato. Entretanto, foi categórico

com o diplomata brasileiro ao afirmar que os EUA jamais apoiariam qualquer iniciativa colonialista na América.

Entre los documentos que se publicaron en La Paz, había una carta de recomendación dirigida por el Secretario de Estado, Mr. Hay, al Ministro norteamericano en La Paz, carta que tenía por único objeto establecer que las personas que formaban el Sindicato eran respetables y de alta posición en el mundo de las finanzas [...] el Gobierno de los EE. UU. no toma parte en cualquiera petición que estos caballeros puedan hacer al Gobierno de Bolivia. Solo deseo dar testimonio de la alta posición de estos señores cuyos nombres he dado [...] El Gobierno del Brasil se valió de ese documento como prueba de que tras del Sindicato estaba el Gobierno de los EUA. (ARAMAYO, 1903, p. 21).

O discurso não convenceu, pois um parente do próprio presidente Roosevelt figurava na lista dos acionistas do sindicato. Além do mais, temia-se que os Estados Unidos protegessem os interesses dos investidores norte-americanos envolvidos no negócio. Os sócios do Sindicato foram vistos pelos críticos brasileiros como "verdadeiros *testas-de-ferro* de gente muito mais importante" (SOARES, 1975, p. 143). E o "Bolivian Syndicate, a mais explícita das tentativas do imperialismo em terras sul-americanas desde as façanhas de Portugal e Espanha no passado remoto" (SANTOS, 1980, p. 205).

Imagem 88 – Tio Sam protege a Bolívia.

Legenda: "Os arreganhos da Bolívia denotam que ella tem as costas quentes".

Fonte: *jornal O Malho*, do Rio de Janeiro, dia 24 de janeiro de 1903. (Cf. PORTO, 2012).

Os belgas também atuavam na Amazônia com claras pretensões imperialistas desde 1895, entretanto, não foram alvos de qualquer contestação brasileira. Segundo Garcia (2005, p. 10), no oeste brasileiro, entre 1895 e 1910, “empresas e capitalistas belgas desenvolveram uma ação de envergadura, carregada de significados e consequências [...] procuraremos mostrar que existia uma pressão colonizadora que poderia surtir efeito a qualquer momento”. Continua dizendo que “os belgas estavam se posicionando de forma a estarem no melhor lugar possível, para aproveitar uma eventual oportunidade para repetirem na América a sua experiência colonial na África” (*idem, ibidem*, p. 11).

A própria Bélgica parece ter se dedicado mais à exploração direta da borracha no Brasil (que os EUA), fundando em 1898, a Cie. Des Caoutchouc du Mato Grosso e a La Brésilienne, que operava no mesmo Estado com investimento total de 2.200.000 francos belgas. (TONELLI, 1989, p. 132).

O certo é que quando irrompeu a “revolução” de Plácido de Castro, muitos formadores de opinião se posicionaram contra tal iniciativa. Temiam que a resistência armada no Acre fosse interpretada pelo governo dos EUA como uma afronta aos interesses do *Bolivian Syndicate*, para evitar que a insubordinação às autoridades bolivianas pudesse gerar uma guerra entre o Brasil e os EUA.

A formação de uma Junta Revolucionária no Acre, sob a presidência do Sr. Rodrigo de Carvalho, temos, pois, **nova flibustagem**, organizada em território brasileiro com a tolerância, senão estímulo, das autoridades do Amazonas e que, em vez de favorecer os interesses nacionais, **vai nos prejudicar, apressando a intervenção americana**. Se se tratasse de um movimento exclusivamente popular contra a jurisdição boliviana, nada teríamos a ver com isso [...] **a sublevação contra os bolivianos é, porém, inspirada pelo Governo do Amazonas** como tem sido até hoje todos os obstáculos criados à jurisdição que eles pretendem ali manter [...] Nos faz temer pelas consequências, à vista do caráter melindroso que a questão assumiu com o apoio manifesto dos EUA aos interesses e aos direitos do Bolivian Syndicate. Não é em nome da civilização e do bem-estar da humanidade que o Governo de Washington interviria, mas em nome dos direitos dos seus compatriotas, membros de um sindicato que arrendou da Bolívia um território de que **um grupo de amotinados** ocupa e considera de sua propriedade [...] já se sabe que **não se pode constituir no Acre, arrendado a uma empresa americana, governos de espécie alguma** [...] **o Governo de Washington reclamará junto ao nosso contra esse estado de coisas** [...] **A anunciada Junta Revolucionária constitui, portanto, em um tremendo perigo para nós, pelo pretexto que fornece aos EUA para uma ação enérgica na região acriana.** (jornal *O Paiz*. Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1902, Nº 6544, p. 1. Acervo digital da Biblioteca Nacional, grifo nosso).

O Brasil não tinha poder político internacional para contestar qualquer ação dos EUA, porém, não ficou indiferente à situação. Em julho de 1902, o Presidente Campos Salles tomou duas atitudes, a primeira foi solicitar ao Congresso Nacional que retirasse da pauta de votação o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado com a Bolívia em 31 de julho de 1896. A segunda foi decretar a interdição do rio Amazonas ao tráfego comercial de embarcações provenientes da Bolívia ou com destino a ela.

O fechamento do rio Amazonas ao trânsito de navios oriundos ou destinados à Bolívia era uma decisão grave porque se chocava com dispositivos em vigor desde o Congresso de Viena (1815) sobre a livre navegação nos rios europeus, bem como com dispositivos da Conferência de Berlim, realizada em 1885, que reafirmava as decisões daquele congresso e regulava a navegação nos grandes rios da África. O fechamento do rio Amazonas se transformava, dessa forma, em mais uma fonte de pressões sobre o Brasil, por parte das grandes potências. (GARCIA, 2005, p. 168).

O sucesso do *Bolivian Syndicate* dependia do livre trânsito do rio Amazonas. Tão logo souberam, os investidores ameaçaram o governo boliviano de requerer indenização pela impossibilidade da execução do contrato. Por conta disso, o governo andino não teve outra solução senão apelar para o governo norte-americano.

Em 17 de julho, o Secretário de Estado John Hay conferenciou com o diplomata Assis Brasil que os interesses dos investidores não poderiam ser frustrados, pois eles haviam entrado no negócio sem saberem que haveria resistência formal do governo brasileiro. "Segundo a prática internacional do século XIX, era dever das grandes potências proteger as vidas e propriedades de seus cidadãos no estrangeiro" (GARCIA, 2005, p. 171).

Os incorporadores do *Bolivian Syndicate* se voltaram para o Governo dos Estados Unidos na esperança de que, havendo participação financeira de cidadãos americanos no negócio, seria de esperar uma proteção oficial desse país. E pleiteavam a intervenção diplomática junto ao Brasil de modo que este modificasse sua atitude contrária ao sindicato. (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 79).

Os obstáculos para o *Bolivian Syndicate* assumir a administração do Acre só aumentaram. As tropas de Plácido de Castro tomaram o principal posto aduaneiro de Puerto Alonso em janeiro de 1901 e reafirmavam a condição de o Acre ser um Estado Independente. Além do mais, o Barão do Rio Branco, que assumira o ministério das relações exteriores em dezembro de 1902, passou a defender que o território negociado pela Bolívia era litigioso. Até os políticos do Peru entraram na discussão, pois também pleiteavam o território.

O governo boliviano não tinha condição financeira de indenizar o sindicato. Em contrapartida, o governo norte-americano havia se pronunciado de forma velada em favor aos interesses dos investidores (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 87). O diplomata Assis Brasil não viu outra saída senão a de propor ao Itamarati que o governo brasileiro pagasse a indenização e afastasse de vez qualquer probabilidade de intervenção norte-americana.

A data final para que o *Bolivian Syndicate* organizasse uma Companhia para administrar o Acre ia até 6 de março de 1903. Muitos acreditavam que o Sindicato não tinha mais condições de formar uma Companhia em tempo hábil e que o contrato firmado com a Bolívia tenderia a tornar-se nulo, visto que a região ainda carecia de pacificação.

Mas outros interesses estavam em jogo. Muitos banqueiros se tornaram sócios do *Bolivian Syndicate* e a economia brasileira já era dependente de capital externo oriundo de abertura de créditos em bancos estrangeiros. Muniz Bandeira (2000) explica isso quando mostra o papel fundamental do banqueiro britânico Nathan Mayer Rothschild²⁰⁵ (o “primeiro Barão de Rothschild”), na negociação com os investidores do *Bolivian Syndicate*.

O Barão de Rothschild era o diretor da Casa Rothschild, a instituição financeira inglesa mais próspera da Europa, e o Brasil há anos mantinha relações creditícias com ela. O governo brasileiro solicitou ao mesmo que negociasse a desistência do sindicato. O pedido fora feito ao Barão de Rothschild, porque ele era muito influente no círculo dos grandes investidores internacionais, e por August Belmont, diretor da casa bancária August Belmont & Co, uma espécie de filial da Casa Rothschild nos EUA. O último tornou-se um dos principais investidores do *Bolivian Syndicate*.

A ajuda que os capitalistas Rothschild e Belmont prestaram ao Brasil não foi gratuita. Ao primeiro, o Brasil garantiu que a abertura de crédito para pagar a indenização do *Bolivian Syndicate* e os eventuais custos da negociação seria solicitado à Casa Rothschild. Ao segundo, o Brasil prometeu a quantia de £ 3.000 (três mil libras). Toda essa operação se mostrou muito suspeita, pois bem mostra Bandeira (2000, p. 160), a defesa dos interesses nacionais brasileiros

²⁰⁵ Neto do banqueiro de mesmo nome Nathan Mayer Rothschild, que por sua vez era descendente de Mayer Amschel Rothschild (23 de fevereiro de 1744 - 19 de setembro 1812), um judeo-alemão, fundador da dinastia de banqueiros Rothschild, uma das famílias mais ricas na história da humanidade. Maiores informações consultar o livro **A Dinastia Rothschild** de Herbert R. Lottman, publicado em língua portuguesa pela editora LP&M em 2011.

na negociação com o *Bolivian Syndicate* estava nas mãos de um acionista do próprio sindicato, sem dizer do fato de a negociação ter sido feita às vésperas de o contrato perder a validade.

A negociação foi um sucesso. Em 26 de fevereiro de 1903, o *Bolivian Syndicate* resolveu abdicar os direitos que lhe cabiam. Os custos da negociação foram pagos no dia 10 de março, quatro dias depois de o contrato da Bolívia com o *Bolivian Syndicate* ter caducado, a saber: £ 110.000 (cento e dez mil libras) ao sindicato, £ 1.000 (mil libras) a advogados e £ 3.000 (três mil libras) a August Belmont.

Quem negociou com o Bolivian Syndicate, por trás dos bastidores, foi Rothschild, através de seu agente (filho bastardo, quiçá), também sócio do mesmo Bolivian Syndicate. Em outras palavras, o verdadeiro representante do Brasil nas negociações, Rothschild, era, ao mesmo tempo, acionista do Bolivian Syndicate, através de August Belmont, que se encarregara dos entendimentos em torno da indenização e tinha obviamente interesse em que ela fosse a mais alta possível, a fim de ganhar dinheiro dos dois lados - além de sua parte na indenização, como sócio, mais £ 3.000, como intermediário das negociações [...] o ex-chanceler Olinto de Magalhães criticou-o, por considerar que o Brasil comprara por mais de £ 100.000 uma concessão praticamente caduca, quando o Bolivian Syndicate, àquela altura, já não mais tinham condições de organizar. (BANDEIRA, 2000, p. 160).

O resultado das negociações foi uma coincidência de interesses: de um lado os investidores do *Bolivian Syndicate* ansiosos por uma indenização; de outro, o Brasil, desejoso de subornar os capitalistas para que desistissem do contrato. A indenização era uma ação exclusiva das partes envolvidas na transação: Bolívia ou EUA, portanto, não caberia ao Brasil efetuar qualquer pagamento.

Mas a oferta feita pelos brasileiros era vantajosa, pois caso o *Bolivian Syndicate* desistisse, ele perderia apenas a garantia que havia depositado na conta do governo boliviano no valor de £ 5.000 (cinco mil libras). O Brasil prometia pagar £ 110.000 (cento e dez mil libras). Ou seja, caso aceitasse, o sindicato sairia ganhando £ 105.000 (cento e cinco mil libras).

Abaixo uma charge da época que consta a expressão latina *tertius gaudet*, que significa “quando dois brigam, um terceiro tira proveito”. A imagem retrata um banqueiro carregando quatro sacas de dinheiro em seus braços. Nelas estão escritas: “indenizações do Brasil” e “indenizações da Bolívia”. No rodapé diz: “O Bolivian Syndicate – Como é perfeita a obra do criador! Como é admirável a posição geográfica do Acre!”.

Imagem 89 – Charge “*Bolivian Syndicate*”.

Fonte: *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1903, Nº 56, p. 1.

O Barão do Rio Branco explicou à opinião pública nacional que o pagamento não fora feito com o fim de obter os direitos que o *Bolivian Syndicate* tinha perante a Bolívia. "O que o governo brasileiro então obteve foi a renúncia pura e simples da concessão havida pelo Sindicato, para assim eliminar um elemento perturbador das negociações". (KENT *apud* BRASIL, 2003, p. 299). Em resumo: o Brasil pagou para que o *Bolivian Syndicate* propositalmente não fundasse a Companhia responsável pela administração do Acre no prazo estabelecido pelo contrato, tornando-o nulo.

Estando para vencerse el término estipulado, se figuró talvez que se exponía á perder dinero y esperanzas; midiendo la situación por los consejos de su interés más inmediato, **aceptó la oferta del Brasil y se quedó pasmado de su generosidad.** Como es fácil de explicarse, el Sindicato no se preocupó de analizar los motivos que inducían al Brasil á proceder como procedía en aquellos momentos ni se detuvo á meditar en que á costa de £110,000, se libertaba ese país del dogal del Sindicato, obteniendo de este modo carta blanca para presionar á Bolivia hasta **arrebatárle un territorio que de pronto puede producir al Erario brasileño una suma igual, por mes**". (ARAMAYO, 1903, p. 27-28, grifo nosso).

Lástima grande fue que os medios legales no nos hubieran suministrado un recurso eficaz para impedir que la graciosa donación del Brasil aprovechara á los representantes del Sindicato. Si es cierto que ninguna obligación jurídica les mandaba persistir en la defensa y el amparo de sus propios derechos, no lo es menos, que asintiendo á las pérfidas sugestiones del Brasil faltaron á las leyes del honor y de la

probidad que les imponía el deber de mostrarse leales y consecuentes con el país y el Gobierno que las confiaron sus más caros intereses. (ZAMBRANA, 1904, p. 166).

Anos depois, em 30 de setembro de 1927, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará concede ao empresário norte-americano Henry Ford uma área de 14.568 km² para que o mesmo criasse uma empresa de látex aos moldes do capitalismo industrial. Esse era o objetivo era o mesmo do *Bolivian Syndicate* no início do século. A Fordilândia, como ficou conhecida a unidade produtiva, era, na verdade, uma verdadeira cidade, com habitações, hospitais e até cinema. No entanto, por vários motivos que são analisados por Grandin (2010) a “cidade” não prosperou e suas portas foram “fechadas” em 1945.

Enfim, por tudo quanto foi visto nesse tópico, podemos chegar à conclusão de que a “Revolução Acriana” não fora um levante contra o imperialismo ou contra a internacionalização da Amazônia, como afirmam autores como Lima (1998) e Ramos (1986). O imperialismo já se manifestava na Amazônia pelo próprio sistema de aviação, em que os preços da borracha eram ditados pelo mercado internacional e não pelos produtores. Através dele, a Inglaterra monopolizava o comércio mundial da borracha e impunha à elite gomífera brasileira a dependência e a subordinação de seus interesses aos do capital internacional (MARQUES e LOPES, 2000, p. 12). A elite gomífera compactuou com as “trocas desiguais” (AMIN *et al.*, 1981), importando manufaturas.

O que se pode afirmar é que o *Bolivian Syndicate* foi uma das muitas formas com as quais o imperialismo se manifestava na Amazônia, a mais agressiva por sinal, pois se aproximava do modelo neocolonialista praticado na África. Mas o fenômeno imperialismo não se resume ao neocolonialismo, como afirma Cohen (1976, p. 16), há “formas mais complexas de penetração econômica e de domínio de mercados, fontes de abastecimento e oportunidades de investimentos”.

E mesmo que o conceito de imperialismo fosse considerado sinônimo de neocolonialismo, o fim último da peleja não seria o impedimento do colonialismo na Amazônia. O que os “barões da borracha” queriam era proteger seus seringais, cujos títulos poderiam ser anulados com um possível governo boliviano. O governo do Amazonas perderia renda advinda da tributação da exportação da borracha. O que estava em jogo não era o idealismo altruísta de proteger a América Latina contra a ofensiva externa, nem o idealismo patriota de arriscar a vida pelo amor ao Brasil. Como afirma Baets (2013, p. 31) incorre em abuso da história aqueles que tentam modificar a lógica dos fatos, tratando os fins como meios e os meios como os fins.

Dizer que a “Revolução Acriana” e as várias proclamações de independência do Acre são manifestações militares e políticas de seringueiros em favor da defesa da América Latina contra o imperialismo anglo-americano é um inconsequente abuso da história. Não passa de retórica ou estratégia discursiva para enaltecer os acrianos e fazer deles protetores naturais da Amazônia.

Essa análise omite o fato de que o início das articulações brasileiras contra a soberania boliviana no Acre foi anterior ao surgimento do *Bolivian Syndicate*; que o preço e a comercialização mundial da borracha já estavam sob controle imperialista; que a América do Sul como um todo já era alvo de disputa imperialista entre ingleses e norte-americanos; que a “Revolução Acriana” em nada alterou o monopólio inglês da comercialização da borracha, o mercado gomífero continuou controlado; sem dizer da manobra feita para transformar trabalhadores semiescravos e analfabetos em cidadãos anti-imperialistas.

[Quanto aos seringueiros] fazer com que se empolguem pela ideia de que precisam defender a soberania de uma pátria é, para eles, palavra tão vazia quanto ameaçá-lo de, em vez de viverem sob a tirania de patrícios seus, passarem a escravos de tiranos que falam uma língua parecida. Pouco lhe importava, na verdade, que um sindicato capitalista vá assenhorear-se do Acre. Se não sabem ao menos como se escreve a palavra sindicato”. (LIMA, 1998, p. 88).

A estratégia pode até ter conseguido mobilizar a opinião pública latino-americana em favor dos acrianos, mas nem de longe explica o jogo de interesse que estava por trás das resistências à soberania boliviana no Acre. O fato é que a “Revolução Acriana”, não foi, como afirma Garcia (2005, p. 175), a responsável “pelo bloqueio na ação do *Bolivian Syndicate*”, e muito menos impediu “as insidiosas forças do mal” (LIMA, 1998, p. 19) do imperialismo.

A vitória de Plácido de Castro de nada valeria caso os interesses dos países imperialistas não fossem salvaguardados. Primeiro os da Inglaterra, pois além de dominar o comércio mundial da borracha era o principal credor externo tanto do Brasil, quanto da Bolívia. Em segundo, os dos norte-americanos, maiores consumidores de borracha do mundo e sede das principais empresas envolvidas no *Bolivian Syndicate*. Ao final da “Revolução” a Amazônia continuou sendo “saqueada”.

4.3.2.3 O Tratado de Petrópolis

Parece-me que a Bolívia exige muito [...] Eu preferiria então o arbitramento.

(BARBOSA, Rui. Exposição de Motivos. 1904. In: BRASIL, 2003, p. 245).

Verdadeiramente é uma compra mal disfarçada.

(Barão do Rio Branco em carta ao Presidente da República, datada em 10/11/19003. In: TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 320).

Nuestra Patria quedó mutilada por [...] la intervención final de un astuto diplomático brasileño llamado Barón de Rio Branco.

(ACHA, 1980, p. 25)

Os inúmeros tratados internacionais anteriores ao de Petrópolis atestavam contra as pretensões do Brasil sobre as terras acrianas. Como já foi visto, no período colonial, os tratados atribuíam o território do atual Estado do Acre à Espanha: a Bula Papal *Inter Coetera* (1493), o Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madri (1750), o Tratado de El Pardo (1761), o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1801). Depois da independência, o Tratado de Ayacucho (1867), que definia as fronteiras do Brasil com a Bolívia, afirmou as terras do Acre como bolivianas. Fato esse confirmado pelas Comissões Demarcadoras de 1897 e 1901.

Os Tratados de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777) mencionavam o rio Javari como linha divisória entre os territórios da Espanha e os de Portugal. Era um marco natural de divisão entre as colônias dos dois países. O Tratado de Ayachucho (1867) seguiu o exemplo deles mencionando-o como um dos pontos limítrofes entre os dois países. O segundo artigo do Tratado trata da fronteira entre o Brasil e a Bolívia:

Deste rio [o Madeira] para oeste, seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul de 10° 20' a encontrar o rio Javari. **Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari.** (Disponível em <http://pt.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Ayacucho> acessado em fevereiro de 2013, grifo nosso).

Mapa 4 – Configuração territorial da Bolívia após o Tratado de Ayacucho.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bolívia_antes_de_la_guerra_del_Acre.png> acessado em 09/ 2012.

Mapa 5 - Limites do Brasil pelo Tratado de 1867 (Tratado de Ayacucho).

Fonte: Revista Brasileira de Geografia, 1990. P. 15. (Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas).

Mapa 6 - Fronteiras do Brasil - Colônia, Império e República

Fonte: IBGE, Atlas Nacional do Brasil, 2000, p. 1-3.

Os limites fronteiriços entre os dois países já estavam definidos, bastava demarcá-los. Para isso, uma comissão composta por brasileiros e bolivianos começou os trabalhos em 1870. Os líderes brasileiros foram os militares Antônio Cláudio Soido (1822-1889) e Rufino Enéas Gustavo Galvão (1831-1909), mais conhecido como Visconde de Maracaju. O primeiro havia atuado no período de 1870 a 1871 e o segundo de 1875 a 1877.

A partir de então, aconteceram mais de dez reuniões. Entretanto, os membros não chegaram a um consenso com relação à localização da cabeceira do rio Javari, o lado oeste da linha divisória, e isso retardou a finalização dos trabalhos. Quanto ao lado leste, a nascente do rio Madeira foi demarcada na latitude 10° 20'. Em 1878, aconteceu a última tentativa de encerrar a demarcação, no entanto, sem maiores sucessos.

O líder brasileiro dessa derradeira tentativa foi o militar Francisco Xavier Lopes de Araújo, o Barão de Parima, que substituiu o Visconde de Maracaju, que havia adoecido. Derradeira, porque as negociações só seriam retomadas em 1895, por conta do jogo de interesse que a economia da borracha provocava. Fato confirmado por Azevedo (1901, p. 105) que diz: "de 1878 a 1894, estiveram suspensos os trabalhos".

A conclusão da demarcação com o estabelecimento dos marcos de referência dependia da localização da nascente do Rio Javari. Na época da assinatura do Tratado de Ayacucho, a delegação brasileira julgava que a nascente estivesse na mesma paralela latitudinal do Rio Madeira. Mas, com o tempo, a suposição não foi confirmada. A chancelaria boliviana já suspeitava disso, tanto é que fez constar no segundo artigo do Tratado a hipótese de a cabeceira do Javari estar acima da paralela 10° 20'.

Em 1895, já em pleno *boom* gumífero, o Brasil e a Bolívia firmaram um Protocolo a respeito de suas fronteiras, com dois objetivos: o primeiro era instituir uma comissão que demarcasse os limites fronteiriços estabelecidos no Tratado de Ayacucho. Fizeram parte da comissão o boliviano Juan Manoel Pando e o brasileiro Gregório Thaumaturgo de Azevedo. O segundo, deixar claro que não era preciso "verificar a posição da nascente principal do Javari porque os governos do Brasil e da Bolívia adotariam os mesmos cálculos utilizados na demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru" (VERGARA, 2010, p. 350).

Caso fosse constatada a coincidência entre a latitude da nascente do Rio Madeira com a da cabeceira do rio Javari, a linha divisória "leste-oeste" entre os dois países seria uma reta na paralela de 10° 20'. Em assim sendo, o território que compreende o atual Estado do

Acre estaria dividido em dois: o Acre setentrional, ao norte da linha, que seria brasileiro; e o Acre meridional, ao sul da linha, que seria boliviano. Conforme o mapa abaixo:

Mapa 7 - Acre Setentrional e a Latitudinal $10^{\circ} 20'$.

Fonte: CAMPOS, 2004, p. 62. (Adaptado pelo autor)

Após estudos, Thaumaturgo de Azevedo constatou que a cabeceira do rio Javari realmente ficava ao norte da paralela $10^{\circ} 20'$. Isso significava que a linha divisória entre os dois países seria uma “oblíqua” entre a nascente dos dois rios - uma geodésica “leste-oeste”. No mapa abaixo a referida linha seria a hipotenusa do triângulo retângulo que representa o território até então incontestavelmente boliviano.

Mapa 8 - Linha oblíqua.

Fonte: TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 420.

Uma fronteira baseada em uma linha paralela "leste-oeste" traçada na latitude 20° 10' já dava grandes prejuízos aos brasileiros. Com uma linha oblíqua, a situação piorava ainda mais, pois tornaria bolivianos tanto o Acre meridional, quanto o setentrional. A fim de defender os interesses econômicos dos brasileiros, Thaumaturgo de Azevedo passou a advogar uma revisão dos cálculos sobre a nascente do rio Javari realizados pelo Barão de Tefé durante a demarcação da fronteira com o Peru nos idos de 1874.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o advogado Carlos Augusto de Carvalho, até que demonstrou simpatia pelas petições de Thaumaturgo de Azevedo. No entanto, ele foi substituído pelo militar Dionísio Cerqueira no início do mês de setembro de 1896. O novo ministro desde o início se posicionou a favor da soberania boliviana na região acriana. Thaumaturgo de Azevedo não concordou com a conduta do ministro e passou a fazer-lhe severas críticas. Dizia que não faria demarcações contra o Brasil (Cf. AZEVEDO, 1901).

Por outro lado, enquanto chefe da comissão demarcatória do Brasil, não era função dele denunciar os prováveis prejuízos econômicos que o Brasil poderia ter em decorrência da linha oblíqua, muito menos criticar o Itamarati. A missão de Thaumaturgo de Azevedo era tão somente contribuir tecnicamente para a demarcação das fronteiras já delimitadas pelo Tratado de Ayacucho e ratificadas pelo Protocolo de 1895. Como afirma Calixto (1985, p. 100), o chefe da comissão "deveria restringir-se ao reconhecimento e estabelecimento de um ponto limite entre o Brasil e a Bolívia". As discórdias entre Thaumaturgo de Azevedo e Dionísio Cerqueira cresceram a tal ponto que o primeiro pediu exoneração do cargo logo no início de 1897.

Em março de 1897, Thaumaturgo de Azevedo divulgou um relatório sobre as possíveis consequências à economia amazonense caso o território acriano ficasse sobre a jurisdição boliviana. Dizia que se a "linha oblíqua" do Protocolo "Carvalho-Medina" de 1895 prevalecesse, o Estado do Amazonas poderia perder até 69% de sua renda oriunda da produção e comercialização da borracha (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 213).

O triângulo ABC do mapa abaixo representa o território que o Brasil perderia, uma extensão avaliada na época em 5.870 (cinco mil, oitocentos e setenta) léguas quadradas. A reta AB seria a linha reivindicada pela Bolívia e aceita pelo ministro das relações exteriores do Brasil Carlos de Carvalho e pelo seu sucessor Dionísio de Cerqueira. As linhas BC e CA

formariam a possível fronteira imaginada pela delegação brasileira no ato da celebração do Tratado de Ayacucho (1867).

Mapa 9 - Cartografia da fronteira do Amazonas conforme os trabalhos do Dr. Taumaturgo de Azevedo, Chefe da Comissão.

Fonte: *jornal A Província do Pará*, de Belém, em 18.05.1899. (Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas).

O mapa abaixo mostra a área territorial da República boliviana caso a linha oblíqua prevalecesse:

Mapa 10 - Território boliviano limitado ao norte pela linha "oblíqua".

Fonte: GISBERT, 2003. In: ROYES, 2009, p. 173. [adaptado pelo autor].

Para que não houvesse qualquer dúvida com relação à demarcação das fronteiras, o ministro Dionísio Cerqueira solicitou ao Capitão-Tenente Cunha Gomes que realizasse uma nova exploração do rio Javari em maio de 1897. O resultado da expedição foi publicado em um relatório datado em 11 de janeiro de 1908. Nele Cunha Gomes afirmou ter percebido uma pequena diferença²⁰⁶ na localização da nascente do rio Javari aferida nas expedições anteriores. Mas que pouco mudaria "a situação dos territórios da borracha [...] com o leve recuo da linha para o sul" (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 215). A notícia "ruíra a esperança de o rio nascer pelo menos próximo ao paralelo 10° 20" (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 215).

Em virtude dos resultados expostos no relatório de Cunha Gomes, o ministro das relações exteriores do Brasil solicitou à chancelaria boliviana que revisasse as coordenadas geográficas da nascente do rio Javari. Como a mudança não era tão expressiva, não houve maiores questionamentos. Em 23 de setembro de 1898, um novo Protocolo foi assinado já com os dados geográficos atualizados. Não havendo mais como questionar a titularidade boliviana sobre a região, em fins do mês seguinte, o Itamarati autorizou a instalação de um posto alfandegário andino no rio Acre.

Em outubro de 1898 a população do rio Acre é abalada por notícias ameaçadoras. Consta que o governo do Amazonas recebera instruções do Poder Central no sentido de reconhecer como bolivianas todas as terras que ficavam além da linha traçada do rio Madeira ao Javari, na latitude 10° 20', fixada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes, linha essa que passaria à História com o nome daquele oficial. Reconhecia o governo brasileiro como limite entre as terras brasileiras e as bolivianas a chamada linha Cunha Gomes. Que significava isso? Simplesmente que todos os nordestinos localizados no rio Acre e adjacências estariam pisando em solo estrangeiro, explorando terra estrangeira, devassando áreas estrangeiras. Haviām ultrapassado os horizontes da Pátria. (MEIRA, 1964, p. 25).

A autorização dada pelo Ministério brasileiro para a construção do posto aduaneiro boliviano em terras acrianas foi lembrada anos depois por Medina (1903, p. 18) como prova incontestável de que o território nunca foi litigioso. Ele diz: "la Aduana del Acre, en territorio incuestionablemente boliviano, se ha fundado de acuerdo con el Brasil, quien lejos de argüir reparo alguno, ha confirmado el derecho de Bolivia. ¿Podría llamarse litigioso ese territorio?".

²⁰⁶ Vergara (2010, p. 353) diz: "Cunha Gomes corrigiu as coordenadas do Barão de Tefé verificando uma diferença de quase quatro segundos". Já Magalhães (1899, p. 3) potencializa o ganho dizendo: "Houve nisso, como já se explicou, engano que prejudica o Estado do Amazonas em 242 léguas quadradas de valioso território. O Capitão-Tenente Cunha Gomes, mandado expressamente ao Javary chegou a sua nascente na latitude por elle determinada de 7° 11' 48", 10 Sul".

Em 15 de novembro de 1898, Olyntho de Magalhães substituiu Dionísio Cerqueira no Ministério das Relações Exteriores. Pressionado pela opinião pública e pelos políticos de Manaus e Belém, o novo ministro assinou um novo Protocolo com a Bolívia em 30 de outubro de 1899. Nele era previsto uma nova expedição para constatar a nascente do rio Javari. Para frustração dos brasileiros, mais uma vez, o resultado não alterou por demais os cálculos anteriores.

Não havendo mais como questionar o fato de que a nascente do rio Javari se encontrava ao norte da paralela 10° 20', os patriotas brasileiros mudaram de estratégia. Resolveram defender uma nova interpretação ao Tratado de Ayacucho. As principais vozes nesse intento foram a do Deputado Federal Serzedello Corrêa²⁰⁷, a do senador Rui Barbosa e a do ex-chefe da comissão demarcatória brasileira Thaumaturgo de Azevedo.

A redação ambígua do artigo segundo deu ensejo a que surgisse nova corrente interpretativa de seu espírito. A primeira, como se viu, inspirada pelo Itamarati baseava-se na tradição: uma vez que o Javari não alcançasse o paralelo de 10° 20', sul, tirar-se-ia uma reta, do mesmo ponto (foz do Beni), a buscar a origem principal daquele rio, **linha que os adversários dessa interpretação acusaram de oblíqua, reta inclinada**. Tal lineamento, diziam, não constava no ajuste de Ayacucho, apesar de sua variedade de expressões geométricas. (TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 210).

A fim de assegurarem a paralela 10° 20' como linha divisória "leste-oeste" entre os dois países, passaram a defender que o Itamarati até o momento dava uma interpretação errônea à redação do Tratado de Ayacucho. Independente do lugar onde estivesse a nascente do Javari, bastaria traçar um meridiano a partir dela até chegar a paralela 10° 20'. O ponto de encontro dessas duas retas perpendiculares serviria de marco final da linha divisória iniciada no rio Madeira. Conforme os desenhos abaixo:

²⁰⁷ Serzedello Corrêa (1858-1932) foi um político do Estado do Pará muito ligado aos "barões da borracha". Talvez fosse o político da região norte mais influente do Brasil. Foi Deputado Federal, governador do Paraná, ministro da agricultura e da justiça e prefeito do Distrito Federal, na época a cidade do Rio de Janeiro (Cf. [Http://pt.wikipedia.org/wiki/Serzedello_Correia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Serzedello_Correia)). Foi ele um dos primeiros a fundar uma nova corrente interpretativa a respeito do segundo artigo do Tratado de Ayacucho (1867), publicado em seu livro *O Rio Acre*, de 1899. Ele afirma que o primeiro a inaugurar a interpretação da "linha oblíqua" em vez da "linha paralela" como fronteira do Brasil com a Bolívia foi o ministro da relação exterior do Peru em fins dos anos 1867 quando publicou uma nota de repúdio ao Tratado de Ayacucho. (Cf. CORRÊA, 1899, p. 41 e 42).

Mapa 11 - Fronteira do Brasil com a Bolívia baseada em duas linhas divisórias (as pontilhadas).

Fonte: CORRÊA, 1899, p. 35.

Mapa 12 - "Linha quebrada" defendida pelos "patriotas" brasileiros.

Fonte: TOCANTINS, 2001, Vol. I, p. 421.

O então senador Rui Barbosa defendeu a hipótese da "linha quebrada" como fronteira do Brasil com o país andino. Argumentou sobre algo que Corrêa (1899, p. 37) já alertara o Brasil: "os negociadores do tratado e o governo brasileiro na época nunca tiveram dúvida a respeito: *a fronteira corria no paralelo 10°20\'*".

O tratado de 1867, na hipótese de serem as nascentes do Javari setentrionais ao paralelo 10° 20' em sua seção do Madeira para o ocidente, baliza a fronteira, já vimos, **por uma quebrada**, um dos segmentos da qual é essa **linha leste-oeste**, outro da reta (forçosamente perpendicular) daquelas nascentes a dita linha. O protocolo de 1895, porém, empalmou a **linha leste-oeste**, para correr diretamente a fronteira por uma só **reta obliquada** entre os dois pontos extremos. (BARBOSA, Rui. In: BRASIL, 2003, p. 260, grifo nosso).

Essa "nova" interpretação foi amplamente criticada como oportunista pelas autoridades bolivianas. O advogado e político Medina (1903, p. 16) chegou a dizer que "no fue pues, una razón legal, de recta interpretación, la que inspiró este pensamiento, sino un motivo de pura conveniencia. Se había notado que los territorios que quedaban al Sud de la línea estipulada, eran valiosos y que habían allí muchos establecimientos brasileiros". Anos depois da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), o ministro das relações exteriores que antecedeu ao Barão do Rio Branco explicou os motivos pelos quais o Brasil até então concordava com a soberania boliviana no Acre.

A terra ocupada por aventureiros, que dela se apossaram pela violência, ou usurpação é diferente daquela que é, por direito escrito e convencional, a propriedade mansamente consentida e ocupada. Os povos que respeitam os alheios direitos, sob dogmas morais criados pela cultura e pela civilização, são dignos de respeito. Era esta a mentalidade reinante no Brasil ao tempo do governo Campos Sales [...] Teríamos o direito de repudiar os compromissos de honra assumidos em tratados pela nação? [...] não era, pois, nacional o território ao sul da linha oblíqua, no consenso de todos os estadistas do Império e da República até novembro de 1902 [...] **Este litígio, no seu sentido clássico, nunca existiu juridicamente**, entre as duas nações e a prova disso aí está no fato, hoje confirmado de que o único ministro brasileiro, o eminente Sr. Barão do Rio Branco, que nisso dissentiu, transitoriamente da opinião de todos os seus predecessores na pasta das Relações Exteriores, **acabou por adotar, como solução final, a aquisição onerosa daquele território, comprando-o da Bolívia**. (MAGALHÃES, 1941, p. 10, 11, 32 e 169, grifo nosso).

Os defensores dessa "nova" interpretação só não se davam conta de que mesmo sendo a linha divisória uma reta perpendicular à latitude 10° 20', inúmeros brasileiros ainda continuariam em território boliviano, a saber, no Acre Meridional. Ou seja, "o território sul desse paralelo, que é boliviano e como tal reconhecido pelo Brasil, continuará **invadido por bandos armados**" (CARVALHO, 1903, p. 11). A preocupação parecia não ser tanto com os brasileiros em si, mas em salvar ou amenizar a economia amazônica do impacto da bolivianização daquele imenso reservatório natural de *hevea brasiliensis*. Pouco importava a

situação desumana em que viviam os seringueiros. Nessa questão, pouco importava a nacionalidade do trabalhador naquele rincão.

Em 15 de novembro de 1902, o advogado Rodrigues Alves assumiu a Presidência da República brasileira. Após se inteirar mais detalhadamente sobre a "Questão do Acre", nomeou o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, como ministro das relações exteriores. Logo após tomar posse no dia 03 de dezembro, Paranhos elegeu como prioridade a solução pacífica da “Questão do Acre”.

Naquele momento, a “Revolução Acriana” liderada por Plácido de Castro estava em pleno andamento. Ela havia sido deflagrada havia pouco menos de três meses, no dia 6 de agosto. O caso realmente parecia demandar urgência, pois o combate dos dias 15 a 24 de janeiro de 1903 resultara na tomada do posto aduaneiro boliviano de Porto Acre. Essa vitória foi a mais significativa do Cel. Plácido de Castro à frente das tropas acrianas. Ao todo foram 170 dias de combates e ao final o Acre mais uma vez foi declarado um Estado Independente. Era a oitava vez em menos de quatro anos que tal *status* fora confirmado²⁰⁸.

Imagem 90 - Brasão do Estado Independente do Acre de Plácido de Castro.

Fonte: Acervo digital do Memorial dos Autonomistas

Diante da situação, o Itamaraty teve que ser ágil. Primeiro, em dezembro de 1902, propôs a compra do território do Acre ao governo Boliviano. Não obtendo sucesso, tentou negociar a permuta desigual de território somada a algumas compensações. Também sem sucesso, pois o presidente da Bolívia General Pando já havia decidido liderar pessoalmente o exército andino contra os acrianos. Também deu início a intensos colóquios com

²⁰⁸ 1) Galvez em 1899; 2) Souza Braga em 1899/1900; 3) Junta Governativa em 1900; 4) Galvez em 1900; 5) Joaquim Vitor em 1900; 6) Gentil Norberto em 1900; 7) Rodrigo de Carvalho em 1900; 8) Plácido de Castro em 1902. (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 195).

representantes norte-americanos. Em 26 de janeiro de 1903, conseguiu com que o *Bolivian Syndicate* renunciasse a seus direitos econômicos sobre o Acre mediante pagamento de indenização.

Em terceiro, procurou a todo custo firmar um *modus vivendi* com o governo boliviano, fato conseguido em 21 de março de 1903. Em quarto, para evitar o extermínio dos "brasileiros do Acre" diante do exército do general Pando, solicitou ao presidente Rodrigues Alves a autorização para enviar tropas do exército brasileiro à região do litígio.

O Barão do Rio Branco tomou a decisão de questionar a soberania boliviana ao norte da paralela 10° 20'. Diferentemente dos três ministros que o antecederam - Carlos de Carvalho (1895), Dionísio de Cerqueira (1898) e Olyntho de Magalhães²⁰⁹ (1899) - ele adotou as interpretações de Serzedello Corrêa, Rui Barbosa e Thaumaturgo de Azevedo sobre a "linha paralela" como divisória entre os dois países e desconsiderou a "linha oblíqua".

A interpretação do Tratado de Ayacucho que sugeria uma linha oblíqua caso a nascente do Javari estivesse acima do paralelo 10° 20' foi negada. Segundo o Barão do Rio Branco, era possível também interpretá-lo "como mandando, que a divisa siga pelo paralelo de 10° 20' e depois pelo meridiano que passa pela origem do Javari. Em outras palavras, em vez de seguir pela hipotenusa de um triângulo retângulo, a divisa seguiria seus dois lados" (GOES, 1991, p. 160), ou seja, a linha podia ser uma "reta quebrada".

Assim sendo, o Acre Setentrional foi declarado como litigioso pelo Barão do Rio Branco, e a partir de então, ele estava sem nacionalidade definida, o que justificou a ocupação militar da região por tropas do exército brasileiro comandadas pelo General Olímpio da Silveira em 3 de abril de 1903. O *Bolivian Syndicate* já havia sido indenizado e não havia mais qualquer perigo de possível intervenção norte-americana em favor dos bolivianos.

Nessas circunstâncias, o Brasil tomou a iniciativa imperialista de fazer uso de sua superioridade bélica a fim de resolver a questão. Medina denunciava que "un acto de fuerza que no podrá crear derechos" (MEDINA, 1903, p. 52). No entanto, como na maioria dos casos, a lei tende a dizer o que o mais forte quer ouvir. A Bolívia não teve outra alternativa a não ser aceitar o *modus vivendi* oferecido pelo Brasil e posteriormente desistir do Acre.

A decisão rendeu muitas críticas ao ministro brasileiro. Mas a adoção da "linha paralela" foi a forma encontrada para resolver o fato de que "de um momento para outro, o

²⁰⁹ Na quarta página do relatório do ministro das relações exteriores Olyntho de Magalhães enviado ao Presidente da República em 23 de maio de 1899 diz em claro que a região do Acre era boliviana.

território até então reconhecido como boliviano torna-se litigioso" (GOES, 1991, p. 165). O diplomata boliviano Aramayo (1903, p. 39) foi um dos primeiros a protestar, Dizia que "ese funesto *modus vivendi* es el acto más deplorable que registran los anales de nuestra penosa historia diplomática".

Treinta y seis años pasan desde el día en que se perfeccionó el tratado de 1867 y, hasta hoy, ninguno de los gobiernos ha pretendido dar otra interpretación á aquella cláusula. No puede presentarse prueba más elocuente de la uniforme intención de las altas partes contratantes. (MEDINA, 1903, p. 11).

Estamos em 1903, e os Estados Unidos do **Brasil parecem reconhecer o direito de bandos armados**, que se organizaram em seu território, levando uma bandeira de guerra e **invadiram a Bolívia** por entender-se agora no Brasil que o direito das gentes natural e pelo moderno é nos apoderarmos da navegação de todo o rio Acre, das riquezas naturais deste Valle como patrimônio comum a sua bandeira e a do Estado Independente do Acre. (CARVALHO, 1903, p. 6, grifo nosso).

As autoridades bolivianas aceitaram o *modus vivendi* na esperança de o caso ser encaminhado para um arbitramento. Mas essa foi mais uma promessa não cumprida pelo governo brasileiro. Esse foi um dos motivos pelos quais o diplomata boliviano Félix Aramayo passou a criticar a omissão do governo boliviano. Dizia: "¿Puede el Gobierno confiar en que el Brasil, que ha tenido enredándonos con su política insidiosa, ha de hacernos proposiciones aceptables después de ocupar el territorio?" (ARAMAYO, 1903, p. 87).

Interessante é saber que nos anos 1860, por ocasião da elaboração do Tratado de Ayacucho, os diplomatas Duarte Ribeiro (Brasil) e Isaltino Carvalho (Bolívia) tinham preparado um mapa para expressar a intenção dos negociadores. O mapa da "linha verde", como ficou conhecido, comprovava que em 1867 a linha oblíqua era uma possibilidade, caso a nascente do rio Javari não estivesse na mesma paralela em que a do rio Madeira. O nome do mapa tem a ver com as três linhas oblíquas desenhadas sobre ele representando três hipóteses de fronteiras.

Uma das linhas era da cor verde. Ela era a que causava mais apreensão nos brasileiros, pois era a geodésica mais longa, que apontava a nascente do rio Javari na paralela 5° 36'. O temor dos barões da economia gomífera se justificava, pois caso ela fosse comprovada, desnacionalizaria não apenas o Acre, mas também parte do Estado do Amazonas. Abaixo, o referido mapa.

Mapa 13 - A “Linha Verde” e a Questão do Acre.

Fonte: CARVALHO, 1995, p. 190. [Adaptado pelo autor].

O mapa seria uma prova irrefutável do oportunismo da diplomacia brasileira encabeçada pelo Barão do Rio Branco, pois desqualificava a posição de tornar o Acre Setentrional como território litigioso. O Brasil valeu-se do poder bélico para impor tal decisão ao país andino e assegurar a invasão militar da região pelo exército brasileiro. Como diz Aramayo (1903, p. 40): "era preciso hacer prevalecer la fuerza, la superioridad brutal, ya que no era posible arrancar a Bolivia el Acre por medios legítimos".

O ministro Barão do Rio Branco, mesmo tendo a fama de um esmerado pesquisador, durante o período em que se deram as negociações, alegou desconhecer o Mapa "Linha-Verde". Em uma carta endereçada ao Dr. Olyntho de Magalhães, datada em 22 de julho de 1911, ele diz: "esse mapa, com as assinaturas autografadas do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e do Major Isaltino de Carvalho, existe neste Ministério. Pude verificar isso em janeiro de 1904, depois de publicada a Exposição de Motivos que acompanhou o Tratado de Petrópolis" (*apud* CARVALHO, 1995, p. 191).

Mesmo que alguns biógrafos de Barão do Rio Branco tentem assegurar a inocência dele, não dá para desconsiderar a hipótese de que o ministro tenha estrategicamente declarado o desconhecimento. Afinal, o mapa poderia ter mudado a redação do Tratado de Petrópolis, uma vez que tornariam injustificados tanto a declaração daquele território como litigioso, quanto o *modus vivendis*.

Sem dizer que é muito suspeito o fato de o mapa ter aparecido algumas semanas depois de a Bolívia assinar o Tratado com o Brasil. Após a descoberta, o Barão do Rio Branco disse que "o exame deste mapa convence-me inteiramente de que na mente do governo do Brasil, desde 1860, a fronteira deveria ser formada por uma linha oblíqua, se a nascente do Javary fosse achada ao norte do paralelo 10° 20''²¹⁰. E se justificou dizendo que "não pareceu conveniente, durante a agitação daqueles dias, tornar imediatamente pública a minha retificação ou retratação" (*apud* CARVALHO, 1995, p. 191). O ministro recomendou que,

[...] não fosse feita publicidade, que, no momento, só poderia ser prejudicial ao Brasil. Os nossos homens públicos souberam respeitar esse pedido. O Ministro Olinto de Magalhães só oito anos depois retoma o assunto, escrevendo a referida carta ao Barão e somente 38 anos depois publica o seu livro a respeito. (*apud* CARVALHO, 1995, p. 194)

O próprio fato dele ter adotado uma negociação bilateral de trocas de território mediante compensações, já demonstrava que nem mesmo o Itamarati confiava no poder de convencimento que a "nova" interpretação dada ao Tratado de 1867 tinha e, por isso, é que o Itamarati nunca deixou o caso ser resolvido por meio do arbitramento.

Até que uma solução definitiva fosse alcançada pelos diplomatas brasileiros e bolivianos, a região sul da paralela passou a ser governada pelo Cel. Plácido de Castro e a norte pelo General do exército brasileiro Olympio da Silveira, veterano da Guerra do Paraguai e da campanha de Canudos. "Ambas as administrações recolhiam impostos" (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 361).

Todos queriam auferir dividendos por meio de tributos e taxas sobre a borracha. Aquele território acabou sediando quatro postos aduaneiros, a saber: "um em Caquetá, por conta do Estado do Amazonas; outro em Porto Acre, por conta do governo federal; o terceiro em Paraíso, por conta da Bolívia; e finalmente um quarto em Capatará por conta dos acreanos". (CARVALHO, 1903, p. 11).

É bom lembrar que o Cel. Plácido de Castro já havia declarado o Território do Acre um país independente, separado tanto do Brasil, quanto da Bolívia. O *modus vivendi* afetou a configuração territorial da República Acriana delimitada por Plácido de Castro por meio do

²¹⁰ Em uma carta enviada ao Deputado Gastão Cunha em 11 de janeiro de 1904 (In: MAGALHÃES, 1941).

Decreto Nº 03 de 28 de janeiro de 1903. Abaixo, que mostra a divisão do território após a assinatura do *modus vivendi*.

Mapa 14 - Configuração territorial do Acre em decorrência da assinatura do *Modus Vivendis*

Fonte: Revista Nossa História, Ano 3, Nº 25, Novembro de 2005, p. 21. [Adaptado pelo autor].

O general Olympio da Silveira assumiu o governo do Acre Setentrional no dia 3 de abril de 1903. A fim de dar cumprimento a missão de pacificar a região, após um mês e dez dias, fez avançar as tropas do exército ao Acre Meridional. Depois de ocupar militarmente a região, dissolver as tropas acrianas, saquear os armazéns e se apoderar da artilharia existente, o general fez a seguinte declaração: "em nome do Governo da União: terminada está a "Revolução Acriana" chefiada pelo coronel Plácido de Castro, ficando este território sob a jurisdição única deste governo" (SILVEIRA, Olympio. Proclamação. In: CASTRO, 2002, p. 135). Em resposta ao ocorrido, Plácido de Castro faz o seguinte comentário:

Resolvi sair do Acre por Iracema por que não estava disposto a ser desarmado como um bandido depois de tanto haver compartilhado dos sofrimentos dos meus leais companheiros de luta, oficiais e soldados [...] como vedes, fieis soldados, aquilo que o inimigo não conseguiu fazer pelas armas, o General brasileiro alcançou pela traição [...] confiscados os nossos elementos de guerra, nada mais podemos fazer nem na defesa dos nossos próprios lares; só nos resta um caminho: sofrermos resignados a prepotência do mandatário do Governo da nossa Pátria, em nossas casas, si tal ainda nos for permitido" (CASTRO, Plácido. Ordem do Dia Nº 2. In: CASTRO, 2002, p. 141).

Tudo indica que o desarmamento do exército acriano foi uma exigência do governo boliviano para que as negociações fossem retomadas. Os bolivianos advogavam o poder de administrar o Acre Meridional até que um tratado fosse assinado. Estava previsto no *modus vivendi* que no máximo quatro meses após a sua assinatura ocorrida no dia 21 de março, as tropas brasileiras deveriam deixar o Acre Meridional a fim de que os bolivianos o administrassem.

A desocupação militar do Acre Setentrional era inaceitável, pois foi declarada litigiosa. No entanto, o Acre Meridional, sendo ele inquestionavelmente boliviano, não havia argumento para a permanência do domínio político militar dos acrianos. Tocantins (2011) afirma que o general Olympio tomou uma decisão pessoal. O historiador boliviano Azcui (1925) afirma que o general estava cumprindo o seu dever, portanto, cumprindo ordens do governo brasileiro.

O governo boliviano defendia que o caso deveria ser resolvido pelo arbitramento internacional, já que o governo do Peru também reivindicava o Acre. Rui Barbosa em sua *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido* (1904) considera a proposta como uma estratégia dos negociadores bolivianos de tornar o pleito ainda mais acirrado e garantir com isso maiores compensações do Brasil. O senador também defendeu o arbitramento, o que não traria qualquer ônus para os litigantes.

O Barão do Rio Branco recusou a proposta, possivelmente por desconfiar que a argumentação jurídica pesasse contra o Brasil. A estratégia escolhida foi a de realizar acordos bilaterais, inicialmente com a Bolívia e depois com o Peru. Os diplomatas bolivianos tiveram que se submeter, pois não tiveram outra escolha. A região já estava dominada militarmente por brasileiros. Dessa forma, no dia 17 de novembro de 1903, foi assinado entre os dois países o Tratado de Petrópolis.

O ministro brasileiro fez questão de deixar claro que não se tratava de compra de território, e nem de cessão, mas de "permuta de territórios e outras compensações". Permuta, porque a Bolívia trocava o território do Acre²¹¹ com 191.000 KM² por outro no sul do Estado do Mato Grosso com 2.296 KM². E como o território recebido pelo Brasil era oitenta e três

²¹¹ "Em troca de 142.900 quilômetros quadrados de terra que lhe disputávamos e de 48.100 de terra que era reconhecidamente sua, isto é, em troca de 191.000 quilômetros quadrados". Barão do Rio Branco. *Exposição de Motivos*. 3 de dezembro de 1903. (In: BRASIL, 2003, p. 57).

vezes maior do que aquele recebido pela Bolívia, o Brasil ficava obrigado a ofertar aos bolivianos compensações para tornar a transação justa.

Dessa forma, pela troca desigual, foi garantido a Bolívia: trânsito livre nos rios acrianos, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré²¹², o recebimento de £ 2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), dentre outros.

A negociação feita por Rio Branco não aconteceu sem que houvesse inúmeras críticas. Alegavam que ele havia onerado os cofres da União indenizando dois governos sem que houvesse provas suficientes que os mesmos fossem detentores de poderes legais sobre a região acriana. O Brasil pagou ao *Bolivian Syndicate* e à Bolívia por algo que o Peru também reivindicava. Havia os defensores do arbitramento, mas também havia aqueles que instigavam uma solução militar. O Tratado de Petrópolis foi denunciado por muitos como um contrato de compra e venda - uma escritura de negócios. Até hoje o caso divide opiniões, como comenta um ex-professor do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre:

Os doutrinadores, e mesmo aqui no Acre, costumam dizer que o Acre foi comprado da Bolívia. Não houve compra porque nações não adquirem território por compra. O que aconteceu foi uma compensação financeira porque, na hora em que a Bolívia foi ceder a região abaixo da linha Cunha Gomes, havia uma permuta de território envolvendo terras no Mato Grosso. Não havia equivalência de territórios e então o Brasil fez uma indenização para que a Bolívia ficasse no mesmo status de permuta de território. Na verdade, o Brasil indenizou algo indevidamente porque a região já era brasileira. Fomos condescendentes demais com os bolivianos, pois o território era nosso pelo princípio *uti possidetis* [...] A Bolívia nos deu um golpe na época como se fosse grileira de terras, pois **negociou terras que na verdade pertenciam ao Peru. Os brasileiros pagaram aos bolivianos por terras que na verdade pertenciam aos peruanos**. Plácido de Castro e os líderes das revoltas que o antecederam queriam incorporar a terra acreana ao Brasil sem qualquer pagamento, baseados no princípio *uti possidetis*. (CARBONE, Antônio Carlos. Entrevista. In: *jornal Página 20*, de Rio Branco, em 25 de março de 2003, grifo nosso).

Abaixo uma charge publicada quatro dias depois da assinatura do Tratado de Petrópolis. Na legenda continha o seguinte dizer: “descalçou o par de botas, mas nos custou muito caro”. Uma crítica ao fato de a “transação” ter saído onerosa demais aos cofres públicos. A Bolívia havia recebido muito mais do que realmente lhe era devido, quer seja pelo fato de “as botas” não valerem tanto, quer seja pelo fato dela não ter direitos plenamente aceitos sobre elas.

²¹² Uma ferrovia de 350 km construída por 30 mil trabalhadores, dos quais seis mil perderam a vida, por isso também ficou conhecida como “Ferrovia da Morte”. Ela teve importância econômica efêmera, pois somente foi concluída em 1912, momento em que o Sudeste Asiático já despontava como o novo centro produtor que desbancava a borracha brasileira. Mais tarde, a própria Bolívia perderia seu interesse pela ferrovia, pois uma estrada de ferro construída pelo Chile passou a ligá-la ao Oceano Pacífico de forma rápida e mais barata.

Imagem 91 - Charge sobre o Tratado de Petrópolis.

Fonte: *jornal Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1903. (Cf. PORTO, 2012).

Sabemos que até hoje o governo federal mantém em sigilo de Estado algum dos mais importantes documentos sobre a negociação que culminou com o Tratado de Petrópolis. Quando o acesso aos documentos for liberado, muitas dúvidas serão esclarecidas. Podemos adiantar que as informações mantidas em sigilo não servirão para endossar uma visão ufanista do processo de anexação do Acre.

Para encerrar esse tópico, faremos uso de um comentário de Eliane Cantanhêde, jornalista da Folha de São Paulo, que diz: “um dos principais temores do Itamaraty e da Defesa, que capitaneiam no Executivo o movimento a favor do sigilo eterno de determinados documentos de governo, é com o vazamento de detalhes técnicos e ultrassecretos”, dentre os quais aqueles “que relatam práticas ilegais e até imorais do país na definição das fronteiras, especialmente na compra do Acre à Bolívia”.

Ela explica isso porque “a compra do Acre poderia expor o Brasil internacionalmente sob dois aspectos: afetar a imagem do Barão do Rio Branco, o ícone das Relações Exteriores, e até gerar questionamentos jurídicos sobre as fronteiras”²¹³. Abaixo a forma como um periódico da época retratou o quanto o ministro ansiava pelo desfecho. Depois, vemos sua imagem

²¹³ Fonte: jornal *Folha de S. Paulo*, de São Paulo, em 18 de junho de 2011, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1806201110.htm>> acessado em novembro de 2012.

estampada em uma cédula de 5.000 (cinco mil) réis, evidenciando o prestígio que o mesmo obteve ao longo dos anos após a sua morte.

Imagem 92 - Representação do Barão do Rio Branco após a assinatura do Tratado de Petrópolis.

Legenda: “Finalmente!”

Fonte: *jornal A Avenida*, do Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1903. (Cf. PORTO, 2012).

Imagem 93 - Cédula de 5.000 (cinco mil) Réis (1925).

Fonte: <<http://www.google.com.br/>>

4.3.2.4 O Tratado Brasil-Peru

Estavam as coisas neste pé - a Bolívia acertando medidas com o Brasil para firmar-se no Acre, os seringueiros acreanos insurgindo-se contra essa nova posse - quando o Peru dispôs-se a reavivar a sua questão de limites.

(TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 359).

Na República, nosso maior problema de limites na Amazônia pela extensão de território envolvido, foi com o Peru, não com a Bolívia, como se poderia pensar pela gravidade que chegou a assumir a questão acriana.

(GOES, 1991, p, 170).

La política del Brasil es anexadora, valiéndose de pretexto que non debemos calificar.

(SOLDAN, 1863, p. 4).

O antepenúltimo artigo do Tratado de Petrópolis (1903) dizia que "a República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativas ao território compreendido [...] procurando chegar a uma solução amigável do litígio sem responsabilidade para a Bolívia" (BRASIL, 2003, p. 79). Portanto, o Brasil sabia que o Peru também se dizia dono do Acre. É bom que se diga que a pretensão peruana às terras acrianas não surgiu com a valorização da região por conta do *boom* da borracha. Muito menos foi uma "consequência do Tratado que se chamou de Petrópolis", como alertava o Barão do Rio Branco (*apud* BRASIL, 2009, p. 29).

O Brasil, o Peru e a Bolívia são países vizinhos cujas fronteiras se tocam mutuamente. Tão logo conquistaram a independência na primeira metade da década de 1820, os três países procuraram definir seus limites territoriais. O governo do Peru foi quem mais defendeu a elaboração de um acordo tríplice. Desde a assinatura do Tratado de Ayacucho (1867), ele já alertava que o Brasil e a Bolívia estavam negociando território peruano. O mesmo protesto foi feito quando da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903).

Uma das políticas adotadas no Itamarati foi o princípio maquiavélico do "dividir para governar". O Brasil é o único país da América do Sul oriundo da colônia lusitana, todos os outros tinham laços culturais comuns por terem pertencido ao reino espanhol e faz fronteira com a maioria dos países oriundos da fragmentação das colônias espanholas. Portanto, quase sempre a mesma área era pleiteada por três países, dois dos quais de língua castelhana.

O Brasil não esperava que os dois países de língua espanhola decidissem primeiro de quem era a terra para poder negociar com o verdadeiro dono depois. Pelo contrário, tomava a iniciativa de firmar um tratado ou acordo com um deles para estimular a discórdia entre os dois. Dessa forma, o Brasil conseguiu impedir a união dos países vizinhos castelhanos contra si em um pleito territorial.

Havia um temor de que a Bolívia e o Peru fimassem aliança em detrimento dos interesses brasileiros. Mesmo após a independência, os dois países já haviam se unido em duas ocasiões: a primeira, nos anos 1836 e 1839, quando formaram uma Confederação; a segunda fora por ocasião da Guerra do Pacífico contra o Chile nos anos de 1879 a 1883.

Isso sem dizer que eram remanescentes da mesma cultura espanhola, falavam a mesma língua e dispunham dos mesmos documentos e títulos oriundos de tratados ibéricos, os quais o Brasil estrategicamente desconsiderava. Os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) faziam alusão a uma linha fronteira "Javari-Madeira" que se levada em consideração, diminuía as possibilidades de vitória do Brasil em um arbitramento.

No âmbito da discussão jurídica dos tratados internacionais, ficava bem claro que o Acre não pertencia ao Brasil. No período colonial, a região do atual Acre nunca figurou em mapas lusitanos como pertencente à colônia portuguesa. Pelo contrário, os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) inquestionavelmente atribuíam aquelas terras à Espanha. O que significa que a disputa pelo Acre deveria se restringir à Bolívia e ao Peru.

Mapa 15 - Evolução territorial do Brasil.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_territorial_do_Brasil> acessado em março de 2013. [Adaptado pelo autor].

As fronteiras amazônicas entre o Peru e a Bolívia só foram definitivamente resolvidas com a assinatura do Tratado de Retificação de Fronteiras assinado em 17 de setembro de 1909. A solução veio por meio do arbitramento acordado pelos dois países em dezembro de 1902, cuja sentença foi pronunciada em 09 de julho de 1909. A Argentina, o árbitro, optou por dar ganho de causa ao Peru em certas regiões do noroeste boliviano. O Brasil não saiu prejudicado, pois antes do resultado, no dia cinco do mesmo mês, já havia assinado o Tratado com o Peru.

O drama da delimitação territorial amazônica entre os dois países incaicos fica mais bem compreendido se levado em consideração o fato de que no período colonial, entre 1559 a 1776, a atual região boliviana pertencia ao Vice-Reino Espanhol do Peru. A partir de então, o Alto Peru ou a Audiência de Charcas, como era conhecida, passou a ser administrada pelo recém-criado Vice-Reino Espanhol de La Plata.

Em 1810, com o início do processo de independência do Vice-Reino de La Plata, a região foi anexada novamente pelo Vice-Reino do Peru. Tão logo o Vice-Reino se reestabeleceu, embora por pouco tempo, o Charcas foi outra vez reincorporado a ele. Mas em 1813, devido às revoltas liberais, o Vice-Reino da Prata já em pleno processo de fragmentação, não conseguiu mais exercer soberania sobre o Charcas. Consequentemente, Vice-Reino do Peru, novamente integrou a região. Abaixo, dois mapas que bem podem esclarecer o que falamos.

Mapa 16 - Vice-Reino do Peru: Baixo Peru (verde) e Alto Peru (amarelo) em 1810.

Fonte: Extraído do mapa de Eduardo Ydiaquez. Disponível em < <http://www.mirabolivia.com> > acessado em março de 2013. [Adaptado pelo autor].

Mapa 17 - Colônias espanholas na América no século XVIII.

Fonte: DUBY, 1987, p. 282. [Adaptado pelo autor].

O Alto Peru ou Audiência de Charcas, onde figuravam os territórios do atual Estado do Acre e da República da Bolívia, inicialmente pertenceu ao Vice-Reino do Peru. O Alto Peru, como já foi dito, já havia se desmembrado do Vice-Reino por mais de uma vez, chegando, por fim, à independência. A partir de então passou a chamar-se República do Peru.

En 1776 se creó el Virreinato del río de la Plata, o Buenos Aires, y Charcas pasó a depender de esta nueva unidad administrativa y política. La jurisdicción de la Audiencia de Charcas se dividió entonces en 4 intendencias, subdivididas cada una en partidos, reemplazando así a los corregimientos. En 1782 se crearon las intendencias de La Plata, Potosí, Cochabamba (que incluía Santa Cruz de la Sierra y las gobernaciones de Mojos y Chiquitos) y La Paz. En 1784, se creó la Intendencia de Puno (Chucuito, Puno, Lampa, Azángaro y Carabaya) que en 1796 pasó a depender del Virreinato del Perú y de la Audiencia del Cuzco. Tarija, en cambio, formó parte inicialmente de la Intendencia de Potosí pasando en 1806 a Salta.

(BARRAGÁN, Rossana. **Introdução Bolívia**. Disponível em <<http://lanic.utexas.edu/project/tavera/bolivia/intro.html>> acessado em março de 2013).

A Audiência de Charcas estava dividida em intendências: La Paz, Potosi, Cochabamba, La Plata e Charcas. Além de duas governanças: Mojos (Moxos) e Chiquitos. Foram criadas no final do século XVIII pela Espanha e fizeram parte de uma reforma administrativa realizada com o objetivo de aumentar a receita da coroa. Eram espécies de prefeituras que respondiam diretamente ao rei.

Abaixo, o mapa da Audiência de Charcas no período em que ficou sob o domínio do Vice-Reino de La Plata, antes do Tratado de Santo Ildefonso entrar em vigor. Na estrutura administrativa das colônias espanholas, a Audiência representava "a instituição política mais importante e poderosa" (DOZER, 1974, p. 113). Na ausência do Vice-Rei, além do Poder Judiciário, ela exercia também o Executivo.

Mapa 18 - Audiência de Charcas em 1776.

Fonte: Disponível em <<http://www.payer.de/bolivien2/bolivien0207.htm>> acessado em Março de 2013, adaptado pelo autor.

Durante os anos de 1811 a 1825, ocorreram nas colônias espanholas disputas armadas pela independência. O resultado foi a dissolução dos Vice-Reinos em Repúblicas. A

independência do Vice-Reino do Peru foi proclamada em 1821 e plenamente estabelecida em 1824, com a expulsão dos oficiais espanhóis.

Em 1816, o regime republicano foi instaurado na Argentina, que se desmembrou do Vice-Reino da Prata. Tão logo conquistou a independência, passou a se declarar herdeira territorial do Vice-Reino do qual se desligara, reivindicando as terras do Charcas. Para evitar o confronto durante o processo de libertação de Charcas, o líder militar venezuelano Simón Bolívar não ofereceu resistências na proclamação da República. A partir de 06 de agosto de 1825, o Alto Peru passou a se chamar Bolívia.

Bolívia, conocida hasta entonces como el Alto Perú, al nacer a la vida independiente, el 6 de agosto de 1825, fue el resultado de un sentimiento de su elite criolla que rechazaba la incorporación definitiva tanto al gobierno de Buenos Aires como al de Lima, a los que había estado subordinada administrativamente durante el período colonial [...] el nacimiento del nuevo país, se asentaba en los territorios que correspondían a la Audiencia de Charcas, aunque en el período colonial había sido dependiente administrativamente de Lima o de Buenos Aires. (SOTOMAYOR, 2013, p. 23 e 24).

O Peru reconheceu a independência da Bolívia em fevereiro de 1826. No entanto, passou a reivindicar todas as áreas ainda inexploradas, as "tierras non descubiertas", nas quais o Acre estava incluído. Por isso que durante a assinatura do Tratado de Ayacucho (1867), o governo do Peru acusou os governos do Brasil e da Bolívia de negociarem terras que não lhes pertenciam.

O acordo gerou protestos do Peru que, arrependido do tratado firmado anteriormente e não mais aceitando o princípio do *uti possidetis*, julgava-se com direitos sobre terras concedidas a Bolívia. Neste país, ele também foi mal recebido em círculos importantes, chegando a ser considerado, exageradamente, um desastre completo. (MAGNOLI, 1997, p. 183).

O Peru e a Bolívia durante os anos de 1836 a 1839 se uniram politicamente em uma confederação, o que dificultou ainda mais a demarcação das fronteiras. O governo boliviano se aproveitou da instabilidade política pela qual o Peru passava e da constante ameaça militar argentina para propor a união. O Peru, administrativamente, foi dividido em dois: a parte norte e a parte sul. A região que compreende o atual Estado do Acre também se dividiu - a região banhada pelos afluentes do rio Juruá ficou com Peru do Norte, e a banhada pelo rio Purus com o Peru do Sul, como no mapa abaixo.

Mapa 19 - Confederação Peru-Bolívia (1836-39).

Fonte: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ee/LocationNorthPeru.png>> acessado em março de 2013.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Confederaci%C3%B3n_Per%C3%BA-Boliviana> acessado em março de 2013.

Abaixo, temos dois mapas peruanos da primeira metade do século XIX. Um quando ainda estava na condição de colônia espanhola, o outro já quando gozava de independência política. Em ambos os casos podemos constatar que as terras banhadas pelos rios Juruá e Purus eram imaginadas, bem antes da Questão do Acre emergir, como peruanas. Portanto, o território que hoje conhecemos como Acre figurava na cartografia do Vice-Reino do Peru e da República do Peru.

Mapa 20 - Comparação dos territórios do Vice-Reino do Peru com o da República do Peru.

Fonte: <www.google.com> acessado em março de 2014.

Após a fragmentação da Confederação, os dois países tentaram definir suas fronteiras amazônicas. No entanto, pleiteavam as mesmas terras e por meio dos mesmos títulos espanhóis. Diversas interpretações que se contradizem, todas "derivadas da imprecisão dos títulos coloniais que delimitavam, no interior do Vice-Reinado, a Audiência de Charcas". (GOES, 1991, p. 121). Por conta da indefinição, não era raro encontrar o território abaixo da linha Javari-Madeira projetado nos mapas de ambos os países. Apesar da discussão, não se preocuparam em colonizar a região. O que favoreceu o Brasil que, extraoficialmente, passou a desbravá-la a partir da segunda metade do século XIX.

Mesmo ainda não havendo um tratado que regulamentasse as fronteiras amazônicas entre a Bolívia e o Peru, em 1867 a primeira firmou com o Brasil o Tratado de Ayacucho. A Bolívia deixava claro que abria mão dos limites estabelecidos pela linha Javari-Madeira do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Em compensação, o Brasil confirmava à Bolívia todas as terras abaixo da linha que ia da confluência do rio Beni com o rio Mamoré, onde começa o rio Madeira, à altura da latitude 10° 20', até a nascente do rio Javari.

O Brasil já havia assinado com o Peru dois tratados, entretanto, nenhum deles versava sobre a região sul da linha Madeira-Javari. O primeiro foi o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* em 08 de julho de 1841, que "não tivera por objeto principal a questão de divisas" (BRASIL, 2009, p. 74). Apenas afiançava o compromisso de fazê-lo de forma pacífica e baseado no *uti possidetisi*, ano base 1821²¹⁴.

O segundo foi assinado em 23 de outubro de 1851, intitulado *Tratado de Comércio, Navegação, Limites e Extradicação*. Nele a República do Peru concordava em desconsiderar os tratados internacionais sobre a região amazônica firmados na época colonial e em adotar o *uti possidetis* como princípio de demarcação da fronteira.

O Brasil se comportou como um país expansionista desde o início da ocupação do território, com os bandeirantes. A Questão do Acre não deve ser analisada fora desse contexto. Como explica Sotomayor (2013, p. 121), "el avance brasileño obedecía a una tradición portuguesa que amplió territorios antes la despreocupación española, durante el período colonial [...] esa cultura de ocupación de territorios en la amplia frontera se encontraba en plena vigencia a fines del siglo XIX en el Acre".

²¹⁴ O tratado não foi aprovado pelo governo brasileiro.

O aumento territorial brasileiro se baseou na invasão de terras. Por isso que o governo brasileiro não aceitava negociar a definição das fronteiras com os países vizinhos tendo como referência os tratados e acordos coloniais assinados por Portugal e Espanha. As negociações deveriam partir do zero, sem considerar o legado colonial. O objetivo foi anular a base jurídica que amparava as reivindicações dos países fundados a partir das colônias espanholas latino-americanas.

A estratégia dos diplomatas brasileiros foi a defesa do *uti possidetis*, uma forma legal de justificar o apoderamento das terras invadidas. O Brasil detinha um maior poder bélico e, por isso, ditou as regras da negociação. Como afirma Goes (1991, p. 125): "a utilização do princípio *do uti possidetis*, tal como entendido pela nossa diplomacia, foi sem dúvida uma vantagem para o Brasil, nação de mais dinamismo na ocupação do território do que seus vizinhos amazônicos".

A diplomacia brasileira, principalmente na fase do ministro Barão do Rio Branco (1902-1912), soube explorar bem essa inexatidão da redação dos tratados para defender o *uti possidetis* como princípio regulador das fronteiras. Por ele, o dono da terra era daquele que tinha a posse dela, independente de quem possuía o título legal oriundo de tratados internacionais. Obviamente, essa proposta se mostrou muito mais vantajosa ao Brasil, visto que as regiões do Juruá e do Purus já estavam ocupadas por brasileiros.

O Ministro Hernán Velarde dizia que o Peru reclamava da Bolívia todo o território compreendido entre a nascente do Javari e a confluência do Beni - a totalidade do atual território do Acre - área incluída na zona litigiosa e sujeita à arbitragem do Tratado Peru-Bolívia, de 30 de dezembro de 1902. (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 433).

Os países castelhanos disputavam entre si vários territórios. A Bolívia negociou terras litigiosas com o Brasil em 1867, da mesma forma como o Peru havia feito em 1851. A linha reta meridional que vai de "Tabatinga" ao rio Japurá, na Foz do Apáporis, marcada no mapa abaixo pela seta horizontal, foi recebida como uma afronta aos interesses da Colômbia.

Ao sul do "Tabatinga", dizia o tratado, a fronteira entre Peru e Brasil seguiria o curso natural do rio Javari até a sua nascente como mostra a seta vertical no mapa abaixo. E foi pelo fato de o Tratado não julgar a situação das terras ao leste do Javari, que a Bolívia se aproveitou da omissão para fazê-lo em 1867 com o Brasil. O Tratado de Ayacucho estabeleceu as fronteiras norte e sul da Bolívia.

Mapa 21- Fronteira entre o Brasil e o Peru estabelecida pelo Tratado de 1851.

Fonte: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br>> acessado em março de 2013.

O Tratado de 1851 definiu a fronteira oeste do Brasil com o Peru, mas deixou em aberto a região ao sul da linha Madeira-Javari. Competia ao Peru e à Bolívia decidir quem realmente detinha o direito sobre essas terras. Posteriormente, a diplomacia brasileira disse que a região abaixo da linha estabelecida pelo Tratado de 1777 não era alvo de discussão porque "o Peru nada possuía ao oriente do Javari e que era com a Bolívia que o Brasil se devia entender no tocante às regiões do Juruá e do Purus" (BRASIL, 2009, p. 78). Era reconhecido publicamente que a Bolívia até o final do século XIX também não havia ocupado a região.

A publicação póstuma da obra *Geografia del Peru*²¹⁵ em 1863, do pesquisador Mateo Paz Soldan, contribuiu para o acirramento da disputa territorial. Uma das muitas conclusões do autor exposta no livro de mais de setecentas páginas foi a de que o Acre e parte do Estado do Amazonas pertenciam ao Peru. Afirma que por questões jurídicas e históricas, a linha Javari-Madeira do Tratado de 1777 deveria prevalecer como demarcadora da fronteira com o Brasil.

Os limites com o Brasil são, segundo o Tratado de 23 de outubro de 1851 [...] de Tabatinga ao sul do rio Javari [...] dali uma paralela próxima aos 10° de latitude [...] o confim oriental do Peru está mal definido, com perda de território " (SOLDAN, 1863, p. 4, Tradução livre).

²¹⁵ Livro que foi organizado e aumentado pelo irmão do autor - Mariano Felipe Paz Soldan, que foi ministro das relações exteriores do Peru (1857) e ministro da justiça e instrução (1869-1870 e 1878-1879). Mateo Soldan foi um advogado de grande cultura, poliglota, ocupou vários cargos políticos, dentre eles o de secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Escreveu livros sobre astronomia, matemática, física e política. Em *Geografia del Peru*, logo na primeira página, é dito que "los limites del Perú se arreglan al uti possidetis del ano de 1810".

Em 1865, Felipe Soldan, o irmão de Mateo Soldan, publicou o *Atlas Geográfico do Peru*, o primeiro da República. Ele mostra que o Peru, desde a independência, havia perdido território para os países vizinhos. Dois anos antes da assinatura do Tratado de Ayacucho (1867), ele representa a fronteira amazônica do território peruano na linha leste-oeste do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Ele colocou o rio Purus como divisor natural do Peru com a Bolívia, o que tornava boliviana a parte oriental do atual Estado do Acre e peruana a parte ocidental.

Mapa 22 - Mapa do Peru em 1865.

Fonte: Disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:PERU_MAPA_1865.JPG> acessado em março de 2013. [adaptado pelo autor].

Foi por conta disso que Barão do Rio Branco afirmou que "o nosso litígio sobre fronteiras com o Peru surgiu, assim, em 1863. Não foi, portanto, uma consequência do Tratado que se chamou de Petrópolis" (In: BRASIL, 2009, p. 32). Foi a partir de então que o Peru passou a exigir com mais veemência a criação de uma comissão trinacional para resolver a questão dos limites amazônicos. Chegaram ao Itamaraty propostas oficiais do governo peruano em 1868, 1870, 1874, 1903, as quais foram todas rejeitadas pelo governo brasileiro.

Como não era ouvido, o governo peruano incentivou a disputa armada entre caucheiros e seringueiros. O primeiro conflito militar entre peruanos e brasileiros por causa do Acre foi anterior às disputas protagonizadas por brasileiros contra bolivianos. Portanto,

não sofreu qualquer influência nem de Galvez e nem de Plácido de Castro. Em 1897, "já se tinha dado conflitos no Juruá-Mirim [...] peruanos que ali tentaram estabelecer-se" (RIO BRANCO, 1909. In: BRASIL, 2009, p. 46).

Mas foi em outubro de 1902²¹⁶, concomitante com a “Revolução Acriana” liderada por Plácido de Castro, que aconteceu a primeira tentativa oficial do governo do Peru de tomar posse das terras do Juruá. O fato aconteceu em frente à boca do rio Amônia, localizado próximo ao atual município acriano de Porto Walter, no Juruá. "O governo peruano fez ocupar administrativamente e militarmente o Alto Juruá desde as suas cabeceiras até à boca do Amônia" (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 469). Como diz o próprio ministro Rio Branco (*apud* BRASIL, 2009, p. 47), "em 15 de novembro do mesmo ano, instalou um posto militar e aduaneiro junto ao barracão denominado Minas Gerais, à margem esquerda da boca do Amônia".

Imagem 94 - Charge “Galinheiro Internacional”.

Legenda: “E o Peru também quer milho?”

Fonte: jornal A Avenida, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1904. (Cf. PORTO, 2012).

Em 22 de junho de 1903, antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, o Peru tentou pela primeira vez ocupar terras no Alto Purus, no início do rio Chandless. Foi uma forma de

²¹⁶ Peru e Bolívia estavam em pleno processo de negociação que culminou com a aceitação do arbitramento por ambos os países em dezembro de 1902.

forçar o governo brasileiro abrir negociações multilaterais, em vez de negociar primeiro com a Bolívia. O brasileiro José Ferreira de Araújo, dono do seringal Liberdade, foi quem organizou a resistência. O comissário peruano e os caucheiros foram derrotados no dia 6 de setembro.

Enquanto isso, o General Luís Antônio de Medeiros, comandante do Primeiro Distrito Militar em Manaus, cumprindo ordens do Ministério da Guerra, organizava dois destacamentos com o objetivo de fazê-los seguir para o Alto Juruá e Alto Purus e nessas regiões manter a soberania brasileira. Como o posto aduaneiro do Peru, na foz do Chandless, fora suprimido desde setembro de 1903 pela ação pessoal dos seringueiros, o destacamento do Alto Juruá revestia-se de maior importância político-militar, pois os peruanos continuavam na foz do Amônia, a praticar atos de administração policial-alfandegária. (TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 442).

Em março de 1904, houve nova tentativa de reconquista do Chandless. Duzentos e trinta peruanos armados "por surpresa, e sem resistência alguma, que não era possível, apoderaram-se de Sobral, Funil e Cruzeiro" (Barão do Rio Branco, *apud* BRASIL, 2009, p. 47). A batalha do dia 31 de março ocasionou a fuga dos peruanos. Na charge abaixo, que retrata o assunto, consta a seguinte legenda: “- O Malho: Vê, excelentíssimo, o que têm sido as invasões peruanas? Saques, trucidação de brasileiros, esposas e donzelas violentadas, o diabo a quatro! – Rodrigues Alves: Sim; mas o Rio Branco [...] – O Malho: Qual! Contra infâmias dessa ordem a melhor diplomacia é a faca no bicho”.

Imagem 95 – Charge “O Peru em Ponta de Faca”.

Fonte: *jornal O Malho*, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1904. (Cf. PORTO, 2012).

Abaixo, duas citações a respeito do evento:

A região do Alto Juruá encontrava-se em situação litigiosa em consequência da invasão de caucheiros peruanos, baseados nas reivindicações do Peru sobre o direito de posse das terras. Depois de fortes combates armados entre peruanos e brasileiros, sendo o mais forte na foz do rio Amônia, a 5 de novembro de 1904, foram sendo expulsos os peruanos da região. (LIMA, 1982, p. 98).

O governo de Lima despachou tropas para o Departamento de Loreto e novos excessos, praticados pelos caucheiros e seus [...] índios, ocorreram na fronteira entre os dois países [...] o Brasil resolveu interditar todo o trânsito de armas e outros petrechos de guerra, com destino ao Peru, pela via do Amazonas, e denunciou o tratado de comércio existente entre os dois países [...] As dificuldades entre o Brasil e o Peru então recresceram e a crise assumiu, sob certos aspectos, dimensão mais grave do que com a Bolívia. O Congresso do Peru autorizou o governo a tomar um empréstimo de 12.000 contos para a compra de armamentos. (MUNIZ, p. 2000, 162).

Assinado o Tratado de Petrópolis com a Bolívia, o Ministro Barão do Rio Branco retomou a negociação com os diplomatas peruanos. Se a disputa com a Bolívia foi resolvida em um ano, a com o Peru demorou seis longos anos. A República do Peru exigia 442.000 km² do Brasil (191.000 km² do território do Acre e 251.000 km² de outras regiões amazônicas). As ambições peruanas eram bem maiores do que as bolivianas, como é possível perceber no mapa abaixo que tem a linha “Cunha Gomes” em vermelho.

Mapa 23 - Pretensões amazônicas do Peru (linha azul).

Fonte: Euclides da Cunha. Mapa "Território Contestado Peruvio-Boliviano", 1909, [adaptado pelo autor]. Disponível em <<http://euclidesite.wordpress.com/mapas-e-croquis/mapaperubolivia1/>> visto em março de 2013.

Em 12 de junho de 1904, o Barão do Rio Branco conseguiu convencer o governo do Peru a assinar um *modus vivendi* e retirar as tropas de caucheiros do Juruá e do Purus. Iniciadas as negociações, a diplomacia brasileira tentou mostrar que o Brasil não havia comprado o Acre da Bolívia. Ele pretendeu "resgatar, mediante indenização, o título português, ou brasileiro, que cedêramos à mesma Bolívia pelo Tratado de 1867 [...] o Tratado de Petrópolis tem o efeito de uma sentença anulatória" (BRASIL, 2009, p. 142). Claro que os peruanos não aceitaram o argumento, pois ninguém pagaria indenização para resgatar os próprios direitos.

A "lei do mais forte" prevaleceu mais uma vez. O governo peruano teve que se curvar às exigências brasileiras. O Tratado foi assinado em 8 de setembro de 1909. Dos 442.000 km² pretendidos pelo Peru, somente 39.000 km² foram concedidos pelo Brasil. O que comprova que ao menos parte do território que a Bolívia havia negociado com o Brasil em 1903 era, de fato, peruano. O mapa abaixo mostra que o Peru considerava de fato o Acre como parte de seu território nacional e declara que foi perdido para o Brasil.

Mapa 24 - Territórios perdidos pelo Peru.

Fonte: Disponível em <<http://www.slideshare.net/PASARC/delimitacin-de-las-fronteras-del-per>> acessado em março de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora é chegada a hora de **lembrarmos e comemorarmos** o aniversário de um século da última e **mais sangrenta fase da luta acriana**.

(VINÍCIOS, Marcos. O Centenário da Revolução Acriana e o Museu da Borracha. In: jornal *O Estado do Acre*, de Rio Branco, em 8 de abril de 2002, N° 53, p. 2, grifo nosso).

A epígrafe fala da necessidade de lembrar e comemorar a mais sangrenta fase da “Revolução Acriana”. Como se pode perceber, a estética da violência nunca deixou de ter os seus admiradores. Ela é objeto de apreciação desde a antiguidade greco-romano. Em Homero (VIII a.C.), por exemplo, a guerra foi cantada em versos. Posteriormente, os historiadores gregos mudaram o formato da narrativa para a prosa, contudo, o fenômeno militar continuou sendo apreciado e tratado como algo fantástico, nele o herói é quase sempre o responsável pelo assassinato do inimigo.

Durante anos a história se comportou como um memorial de atividades militares. Mas toda comemoração bélica é um resultado do abuso da história. A estética da barbárie é produto de um fetiche que transforma atos selváticos em modelos de idealismo humanitário e patriótico dos vencedores. O abuso da história é capaz de transformar a mortandade em cenas de heroísmo, o mórbido em algo louvável e o assassino em alguém digno de veneração cívica.

Os grandes crimes coletivos geralmente são cometidos em nome da virtude [...] A ética fascista incluía o genocídio, os espartanos louvavam o infanticídio, os jesuítas acreditavam na tortura, os puritanos queimavam bruxas, os seguidores de Hassan i Suffah ou do IRA praticam assassinatos [...] Na Alemanha pós-drepressão, vários oficiais da SS eram promovidos por suas habilidades genocidas. **Com surpreendente frequência, a violência tem sido enaltecida por códigos morais [...]** (a economia do) algodão fez da escravidão e do trabalho infantil uma virtude na América. A Companhia das Índias Orientais Britânicas, por razões de fluxo de caixa, considerou ético promover o comércio de ópio para a China [...] uma economia orientada para o consumo encoraja uma ética eu incentiva a satisfação dos desejos, fazendo da vaidade uma virtude [...] **todo código moral é uma expressão de como o grupo dominante de uma sociedade quer que a maioria se comporte, para sua própria conveniência.** (THOMSON, 2002, p. 13, 22, 29 e 31)

Os documentos escritos preservados são sempre aqueles deixados pelos vencedores da guerra e eles fazem questão de ressaltar a “moralidade” das motivações dos seus soldados. A violência cometida nos campos de batalha aparece ideologizada como algo positivo. É por

isso que tais documentos não devem ser adotados sem a devida cautela. O fato de o assassino dizer que cometeu o crime por patriotismo não faz dele um patriota, muito menos um herói. Por isso, é preciso historiar toda a cadeia retórica de convencimento que projetou o assassino à apoteose.

Comemorar a guerra é fazer apologia ao “gênio humano aplicado à destruição” (MAGNOLI, 20013, p. 16). Quem promove festas cívicas em homenagem a conflitos armados nega o fato de eles serem “um desvio patológico nas relações sociais” (MAGNOLI, 20013, p. 16). Mas o abuso da história e as comemorações cívicas não conseguem dissimular completamente as crueldades da guerra. Há sempre espaço para críticas, até porque “os fatos da guerra não são frios. Eles queimam com o calor do fogo do inferno” (KEEGAN, 1996, p. 22).

Existe uma verdade inerente na batalha. É difícil disfarçar o veredicto do campo de batalha, e praticamente impossível explicar seus mortos [...] batalhas são uma contagem de seres humanos que matam e morre [...] **falar sobre a guerra de qualquer outro modo cria uma espécie de imoralidade** [...] o eufemismo nas narrativas de batalhas, ou omissão completa da descrição das mortes, é quase uma ofensa mortal para o historiador. (HANSON, 2004, p. 20, grifo nosso)

Nossas *efemérides* são, quase todas, referências a guerras. Nossos lugares de memória, grande parte, guardam relação com o derramamento de sangue. As cidades estão enfeitadas com monumentos que engrandecem a belicosidade de nossos antepassados. Estátuas de militares ganham destaque em praças públicas. Por isso, somos levados a crer que a permanência de eventos militares na memória coletiva é um resultado da política simbólica adotada pelo Estado.

As comemorações cívicas educam o povo a aplaudir homens sanguinários em vez de denunciá-los. Tentam mostrar algo de humano no amontoado de cadáveres sacrificados por causa de um “ideal”. Não é em vão que o panteão nacional de quase todos os países ocidentais é composto por militares, pois são eles quem defendem os interesses e as causas da classe dominante pela via armada.

Mas se a guerra se mostra detestável pelos mortos que ela produz, nem por isso deverá deixar de constar como objeto de estudo acadêmico. A análise científica ainda é o melhor instrumento de desmistificação, através dela a apologia do sacrilégio é denunciada. A conclusão de qualquer estudo acadêmico sobre guerras, massacres, genocídios, conflitos

armados, terrorismo, e de tantas outras manifestações bélicas, raramente é o elogio às armas. Talvez seja por isso que os governos em vez de proporem reflexões sobre os fatos, propõem comemorações.

Essa tese enfatizou o fenômeno bélico inaugurador do Acre e as comemorações cívicas promovidas ao longo da história para homenageá-lo. Antes de analisar as festas cívicas, realizamos uma revisão da história da anexação do Acre ao Brasil. A intenção foi avaliar se o fato comemorado realmente era digno de veneração. E a conclusão a que chegamos foi que a epopeia do Acre é uma “história falsificada” (FERRO, 1994), isso porque ela produz uma representação do passado cheia de equívocos, distante daquilo que se espera de uma história científica que ambiciona a verdade, por mais inalcançável que ela seja.

Os equívocos existentes nela não foram acidentais, mas fruto de uma vontade deliberada ligada ao desejo do *status quo* acriano em querer validar ideologicamente os seus interesses. Desde a sua invenção até os dias de hoje, o discurso fundador do Acre não tem servido para outra coisa que não seja a manipulação da história em favor dos grupos políticos que a empregam.

A história epopeica do Acre, apesar de “desonesta”, “irresponsável” e “abusiva” (Cf. BAETS, 2013), ainda sobrevive. Talvez porque seja politicamente correta, já que ela transmite vantagens simbólicas aos governantes que a comemoram, ao mesmo tempo que induz o povo a sentir orgulho de um passado inventado como patriótico. Essa violência simbólica ocasiona um ciclo vicioso de alienação.

O fato de apontarmos a narrativa epopeica do Acre como uma “história falsificada” não significa que defendemos uma outra como autêntica. A revisão historiográfica que fizemos aqui não teve o compromisso de apontar a verdade, mas o de reduzir o campo das incertezas. A pretensão foi romper com a monossemia da história oficial, provocando nela fissuras, por meio das quais, outras histórias menos vaidosas pudessem surgir.

Sabemos que a verdade histórica é inalcançável. Mas todo historiador deveria assumir o compromisso de conquistá-la, pois essa é uma das fórmulas mais eficazes de nos tornarmos mais imune às utopias e aos mitos. Como alertava Hobsbawm (2004, p. 22), “os historiadores estão profissionalmente obrigados a não compreender a história de modo errado, ou ao menos fazer um esforço”.

Diante de tudo o que foi visto nessa tese, podemos afirmar que o período inaugural do Acre não foi tão glorioso como até hoje afirma a historiografia oficial. A formação

histórica do Acre também foi marcada pela violência e pela corrupção. A invasão do território boliviano, a semiescravidão, o extermínio indígena, os métodos predatórios do corte da seringueira, a obtenção de vantagens mediante o engano, o autoritarismo político e tantas outras “patologias sociais” não combinam com a ideia de epopeia.

O fato de essas “patologias” não figurarem na memória coletiva não significa que elas não tenham acontecido. Pelo contrário, só apontam para o fato de que a história epopeica foi um instrumento empregado para silenciá-las. A ideia de epopeia exclui a possibilidade de uma discussão mais honesta dos acontecimentos, pois os “heróis” descritos por ela não estão no campo da realidade empírica e sim no da ficção literária. Quando tiramos os personagens do campo literário e trazemos para o da história, os vícios, os interesses e as patologias aparecem, fazendo cair por terra qualquer visão romântica deles.

Todos os líderes da chamada “Revolução Acriana” estavam ligados a economia da borracha, pois eram quase todos grandes seringalistas. Como afirma o economista Roberto Santos (1980, p. 158), os principais comerciantes locais eram aliadas aos interesses do mercado externo, por isso, eram “dominantes para dentro e dominados de fora” (GALEANO, 1994, p. 14). Após a “Revolução”, “tudo ficou como dantes no quartel d’ Abrantes”.

Os seringalistas e as casas aviadoras contribuíam para a reprodução ampliada do capital internacional no Acre por meio da exploração do trabalho semiescravo do seringueiro [...] A oligarquia acriana aprendeu desde o início o caminho da subserviência ao capital internacional. O patriotismo que diziam ter não ultrapassava o limite do egoísmo, do querer se dar bem, do se deixar cooptar a fim de manter a “engrenagem do horror” funcionando, ou seja, jorrando riqueza em forma de pélas de borracha para o exterior e derramando sangue de compatriotas no interior. (CARNEIRO, 2012, p. 67).

A incorporação do Acre à cadeia comercial mundial em uma situação periférica produziu uma elite local servil aos interesses externos que, de certa forma, colaborou para a consolidação do “destino” agroextrativista da economia do Acre. Como Eduardo Galeano (1994, p. 14) diz: “o bem-estar de nossas classes dominantes é a maldição de nossas multidões”. A história da anexação do Acre ao Brasil que chegou até nós foi contada por intérpretes dessa elite, que fez dela um instrumento de autolouvação. A história foi escrita para dissimular a “defesa da propriedade privada dos seringalistas e do monopólio da cobrança de impostos sobre a produção da borracha pelo governo do Amazonas” (CARNEIRO, 2012, p. 64).

O território acriano pouco se beneficiou do *boom* da borracha. “Os maiores lucros sobre a produção gomífera eram auferidos pelo mercado externo” (COÊLHO, 1982, p. 31). Os seringalistas bem-sucedidos, em vez de investirem no Acre, o “fim do mundo” nomeado por Jackson (2011), preferiam desfrutar da “belle époque” amazonense e “acender charuto cubano com notas de quinhentos mil réis” (BENCHIMOL, 1999, p. 142) nos cabarés de Manaus. E essa história falsa da qual já nos referimos ainda os imortalizou como anti-imperialistas.

Em nossa opinião, não houve nada de louvável na ofensiva militar protagonizada pelos migrantes brasileiros em território boliviano. Não há justificativas para que o ato de tirar intencionalmente a vida de outrem vire motivo de aplausos ou comemorações. Devemos parar de apreciar o fenômeno bélico a partir de sua aparente “beleza” epopeica e passar a apontar a essência desventurosa dele. A crítica à estética da barbárie é uma das principais missões da história anticomemoracionista. O arquétipo do herói acriano é incompatível com o atual senso de respeito aos direitos humanos. “A sensibilidade contemporânea torna repugnante à evocação da violência” (GARCIA, 2000, p. 136, tradução livre).

A bravura deve estar nos gestos de tolerância e não nos de eliminação do outro; no amor e não no ódio; na vida e não na morte; no altruísmo e não na xenofobia; na paz e não na guerra; na diplomacia e não na violência [...] Em uma guerra não há vencedores, pois nela todos se tornam estúpidos. A utilização da arma de fogo com o fim de solucionar conflitos sociais deveria ser denunciada, sem qualquer manifestação de apreço, independente de motivos. É nela em que os instintos mais animalescos e os mais mesquinhos apetites humanos são expostos à consagração da história. A história militar seria, então, a história da barbárie humana em que quase sempre o egoísmo humano é incrivelmente beatificado. (CARNEIRO, 2012, p. 57).

A história não pode estar refém do testemunho que a memória coletiva dá ao passado. Como afirma Assmann (2011, p. 71), “as recordações estão entre as coisas menos confiáveis que um ser humano possui”. Paul Ricoeur (2007, p. 452) fala de três tipos de “abusos da memória”: a memória impedida, a memória manipulada e a memória obrigada. Em relação ao Acre, podemos dizer que o massacre indígena é uma “memória impedida”; os reais motivos da “revolução” uma “memória manipulada”; e o lutar para ser brasileiro uma “memória obrigada”. É a crítica histórica quem desmascara as artimanhas da memória e do esquecimento (Cf. RICOEUR, 2007, p. 507).

As comemorações cívicas são “lugares de memória” que devem se submeter ao estudo histórico, pois, caso contrário, a história ficaria refém da memória. Portanto, quando

criticamos as comemorações, também criticamos a memória e todas as tradições que estão em sua volta. Memória coletiva não deve ser confundida com história. E cabe a própria história efetuar a demarcação, tornando a própria memória em um objeto de pesquisa. Só assim produziremos, uma outra história, uma história anticomemorativa. E foi o que tentei fazer nessa tese, pois “o historiador não pode apagar ou reescrever o passado a fim de torná-lo mais agradável” (LANDES, 1998, p. 4)

**Eu me alegrei em todo o meu trabalho;
e essa foi a recompensa de todo o meu esforço.**

Salomão, Rei dos Judeus,
(Eclesiastes 2: 10).

REFERÊNCIAS

FONTES:

- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre em Números**. Rio Branco: SEPLANDS, 1999.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre em Números**. Rio Branco: SEPLANDS, 2003.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre em Números**. Rio Branco: SEPLANDS, 2009.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre em Números**. Rio Branco: SEPLANDS, 2011.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre: Documento Síntese**. Rio Branco: SEMA, 2001. Fase I.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre: Documento Síntese**. Rio Branco: SEMA, 2006. Fase II.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Filosofia e metodologia de construção do ZEE/AC**, fase II. Rio Branco: SEMA Acre, 2010.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II: Documento Síntese**. Rio Branco: SEMA, 2010a.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Guia para o uso da terra acriana com sabedoria: Resumo educativo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: fase II**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, 2010b.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**. Rio Branco: SEMA Acre, 2011a. Vol. 5.
- BRASIL, Senado Federal. **O Tratado de Petrópolis e o Congresso Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- BRASIL, Senado Federal. **O Tratado de limites Brasil-Peru**. Brasília: Senado Federal, 2009.
- IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. N° 38.
- IBGE. **Perfil dos Estados Brasileiros 2012**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **Álbum a Rio Branco que vivemos: registro histórico dos 100 anos de Prefeitura**. 2003, p. 6. (Disponível em <http://www.4shared.com/office/XgGWYMr0/A_RIO_BRANCO_QUE_VIVEMOS.html> acessado em março de 2014).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACHA, Jose Aguirre. **De los Andes al Amazonas: recuerdos de la campaña del Acre**. La Paz: Tercera Edición, 1980.

AGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGULHON, M. GREDIN, J. FURET, F. et.al. **1789 – La Commémoration**. Paris, Gallimard, 1999.

ALMEIDA JUNIOR, Arnóbio Marques. O Acre e a ameaça da internacionalização da Amazônia. In: **Revista Princípios**, São Paulo, 2008, Edição 98, p. 70-74.

ALMEIDA, José Roberto Novaes de. **Da importância da História para o Economista**. Revista de Conjuntura, Distrito Federal, Ano II, nº 08, p. 29-35, Out/Dez de 2001.

ALMEIDA, Ludmilla Savry. **O significado político dos espetáculos oficiais na Roma Imperial**. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História Social).

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa**: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972). Rio Janeiro: UFRJ, 2009. (Tese de doutorado em História Social).

ALENCAR, Fontes de. **História de uma polêmica**: Rio Branco, Rui Barbosa e Gumersindo Bessa. Brasília: Thesaurus, 2005.

ANDERSON, Perry. **O fim da história** - de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: edições 70, 2005.

ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. **Flibusteiros, não. Brasileiros**. Uma visão interna da Questão do Acre. Brasília: UNB, 2002. (Dissertação de História).

AQUINO, Txai Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Kaxinawá do Rio Jordão**: história, território, economia e desenvolvimento sustentado. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, s/d.

AQUINO, Rubim. ARZUA, Marcos. **República dos Fazendeiros**: história, economia e literatura. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O rei-máquina**: espetáculo e política no tempo de Luís XIV. Distrito Federal: Edunb, 1993.

ARAMAYO, Félix Avelino. **La Cuestión del Acre La Legación de Bolivia en Londres**. Londres: Imp .Wertheimer, Lea y Cía., 1903.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo: UNESP, 1994.

ARRUDA, José Jobson. **O Trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil**. São Paulo: EDUSC, 1999.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

AYMARD, André. AUBOYER, Jeannine. **O Oriente e a Grécia Antiga**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, Tomo 1, Volume II.

AZCUI, Benjamin. **Resumen Histórico de las Campañas del Acre (1899-1903)**. La Paz: Intendencia de Guerra, 1925.

AZEVEDO, Thaumaturgo. **O Acre**: limites com a Bolívia. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1901.

BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da História. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 2013, Vol.33, Nº 65, p. 17-60.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A presença dos EUA no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **O barão de Rothschild e a Questão do Acre**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2000, Vol. 43, p. 150-169.

BARBOSA, Rui. **O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

BARBOSA, Adalva. **A História do Acre e suas origens**. (5º série). Brasília, 1991.

BARROS, Glimes Rego. **Nos Confins do Extremo Oeste**: a presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, Vol. I.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1993.

BASTOS, Abguar. **A conquista acriana**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1958.

BASTOS, A. Miranda. **A conquista do Acre**. Rio de Janeiro: Revista Epopeia, 1955.

BELTRÃO, Cláudia. Interações religiosas no Mediterrâneo romano: práticas de *interpretativo* e de *acclamatio*. In: CANDIDO, M.R. (org.) **Memórias do Mediterrâneo**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2010, p. 42-60.

_____. **Terminalia: fronteiras e espaço sagrado**. Rio de Janeiro: Phoênix, 2011.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Valer, 1999.

_____. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Editora Umberto Calderato, 1977.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras Escolhidas, v. 1).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BESSA, Guimersindo. **Memorial em prol dos acreanos ameaçados de confisco pelo Estado do Amazonas**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1906.

BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: EPU, 1973.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social**. São Paulo: USP, 2005. (Tese de doutorado em História Social)

BEZERRA, Maria José (Coord.). **Dossiê – Acervo: Guimard Santos (Acre) – Elevação do Acre à Estado**. Rio Branco: Gráfica Globo, 1992.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Pátria, civilização e trabalho: ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAGA, Antonio de Souza (*et al.*). **A questão do Acre: Manifesto dos chefes da Revolução Acriana ao venerado presidente da República brasileira, ao povo brasileiro e às praças de comércio de Manaus e do Pará (1900)**. Rio Branco: FEM, 2002.

BRANCO, J. Brandão Castelo. O Gentio Acreano. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 207, abril- junho, 1950.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Ed. Presença, 1976.

_____. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. Lisboa: Dom Quixote, 1983, 3 Vols.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, Vol. 3.

BRENER, Jayme. **Jornal do século XX**. São Paulo: Moderna, 1998.

BRUNET, Júlio Francisco Gregory; BERTÊ, Ana Maria de Aveline; BORGES, Clayton Brito. Estudo **Comparativo das Despesas Públicas dos Estados Brasileiros: um Índice de Qualidade do Gasto Público**. XII PRÊMIO DO TESOIRO NACIONAL - 2007. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/upload/Estudo_Comparativo_das_Despesas_Publicas_dos_Estados_Brasileiros_um_Indice_de_Qualidade_do_Gasto_Publico%5B1%5D.pdf> acessado em fevereiro de 2012.

BRUYÈRE-OSTELLS, Walter. **História dos mercenários: de 1789 aos nossos dias**. São Paulo: Contexto, 2012.

BURNS, E. Bradford. **Manaus 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2009.

CABRAL, Francisco. **Plácido de Castro e o Acre Brasileiro**. Brasília: Thesaurus, 1986.

CAFIERO, Carlo. **O Capital**: uma leitura popular. São Paulo: Pólis, 1990.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Aquiri (1898-1909)**: os padrões e a construção da ordem. São Paulo: USP, 1993. (Tese de doutorado).

CALIXTO, Valdir. FERNANDES, Josué. SOUZA, José. **Acre**: uma história em construção. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre, 1985.

CAMPOS, Simone M. Madeira. **O Estado Brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**. São Paulo: USP, 2004. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

CARDONI, Helio Guimarães. **Conquista do Acre em Quadrinhos**. Curitiba: Linarth, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O Discurso Fundador do Acre**: heroísmo e patriotismo no último oeste. Rio Branco: UFAC, 2008. (Dissertação de Mestrado em Linguagem e Identidade).

_____. **O Capital Internacional no Aquiri**: Sangue e Lodo na Formação Econômico-social do Acre. Rio Branco: UFAC, 2012. (Monografia em Ciências Econômicas).

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. CROCI, Federico. **Tempos de Fascismos**. Ideologia, intolerância e imaginário. São Paulo: Edusp, 2010.

CARVALHO, Affonso. **Rio Branco**: sua vida, sua obra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Nacional, 1995.

CARVALHO, José. **A primeira insurreição acriana**. Rio Branco: FEM, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARONE, Edgar. **A República Valha**: instituições e classes sociais (1889-1939). São Paulo: DIFEL, 1978.

CASTELLO BRANCO SOBRINHO, José Moreira Brandão. **O Juruá Federal**. Brasília: Senado Federal, 2005.

CASTRO, Genesco. **O Estado Independente do Acre e José Plácido de Castro**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CASTRO, Plácido. Relatório de governo (1906-7). In: Tribunal de Justiça do Acre (TJAC). **Acre: relatórios de governo – 1899 a 1905** (Os anos do conflito, Vol. 2). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Acre, 2003.

CASSIO, Fonseca. **A economia da borracha: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva de Defesa da Borracha, 1950.

CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. São Paulo: Códex, 2003.

CELENTANO, Danielle; SANTOS, Daniel; VERÍSSIMO, Adalberto. **A Amazônia e os objetivos do Milênio 2010**. Belém: Imazon, 2010.

COLLINGWOOD, R. **A ideia de história**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

COELHO, Enice Mariano. **Acre: o ciclo da borracha (1903-1945)**. Niterói: UFF, 1982. (Dissertação de Mestrado em História).

CORREIA, Serzedello. **O Rio Acre: ligeiro estudo sobre a ocupação Paravicini no Rio Acre**. Rio de Janeiro: Casa Mont Alverne, 1899.

CORREIA, Luiz Miranda. **O Nascimento de uma Cidade**. (Manaus, 1890 a 1900). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. 1966.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 2005.

COSTA, Francisco Pereira. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal (1904/1918)**. Rio Branco: EDUFAC, 2005b.

COTTRET, Bernard. HENNETON, L. **Du bon usage des commémorations Histoire, mémoire et identité xvi^e-xxi^e siècle**. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2010.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Editora das Américas. 1961.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública**. São Carlos: ClaraLuz, 2006.

CUNHA, Euclides. **Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).

_____. **À margem da história**. Lisboa: Livraria Lelo & Irmãos editores, 1922.

CHAMON, Carla Simone. **Festejos Imperiais - festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHIAVENATTO, Julio. **Bolívia: com a pólvora na boca**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. CAPELATO, Maria Helena. **Nazismo: política, cultura e holocausto**. São Paulo: Atual, 2004.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. **Degola e degoladores: no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. Porto Alegre: Edigal, 2012.

DALISSON, Rémi. **Célébrer la Nation: las fêtes nationales en France de 1879 à nous jour**. Paris: Nouveau Monde, 2009.

- DANTAS, Jailson Soares. **1899 - espionagem no Acre: um caso sensacional**. Brasília: Thesaurus, 2012.
- DANTAS, Mônica Dantas (org.). **Revoltas, Motins e Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.
- DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazonense**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.
- DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- DOMINGO, Alfonso. **La estrella solitaria**. Sevilha: Algaida, 2003.
- DONATO, Hernâni. **Plácido de Castro: o último caudilho**. São Paulo: Autores Reunidos, 1963.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOZER, Donald M. **América Latina: uma perspectiva histórica**. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.
- DUBY, Georges. **Atlas Historique**. Paris: Lorusse, 1987.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURANT, Will. **Nossa herança clássica**. Rio de Janeiro: Record, 1966.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- _____. **Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- ESCANDE, Renaud (Org.). **Le livre noir de la Révolution Française**. Paris: Les Editions du Cerf, 2008.
- FARIAS, Helena Rachel Mesquita. **Participação comunitária na formulação de política pública: realidade ou mito? A experiência do "ZEE participativo" do Acre**. Brasília: UNB, 2010. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- FALCÃO, Emílio. **Álbum do Rio Acre (1906-1907)**, s/ed. e s/d.
- FARIAS, Manoel Severo de. **Os governos militares e o ensino superior acreano**. São Paulo: Scortecci, 2003.
- FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FERRO, Marc. **A História Vigida**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Falsificações da História**. Lisboa: Fórum da história, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. São Paulo: USP, 1996. (Tese em História)

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FINLEY, M. **Uso e abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Revolução Federalista - Uma Interpretação**. In: FRANCO, Sérgio da Costa et al. (Org.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, p. 23-26.

FREITAS, R. Dias. **Plácido de Castro e a integração do Acre ao Brasil**. Piauí: Almanaque da Parnaíba, 1949. (Conferência proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, realizada no Clube Militar em 27 de setembro de 1949).

FROMM, Erich. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2011.

FURET, François. OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradativa Publicações, s/d.

_____. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A Revolução em debate**. São Paulo: EDUSC, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FURTADO, Arruda. **Emigração para o Acre: causas da migração nordestina para o acre e o processo de colonização**. Fortaleza: Edições Fortaleza, 1979.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócios na “era dos impérios”**: os belgas na fronteira oeste do Brasil. São Paulo: UNICAMP, 2005. (Tese em Doutorado em História Econômica).

GARCIA, Patrick. **Le Bicentenaire de la Révolution Française: pratiques sociales d'une commémoration**. Paris: CNRS, 2000.

GARRAFFONI, Renata Senna. **Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradativa, 1993.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência**. São Paulo: Edusp, 2008.

GILLIS, John. **Commemorations: the politics of national identity**. New Jersey: Published by Princeton University Press, 1996.

GOES, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes e diplomatas**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1991.

GOMES, Pimentel. **A conquista do Acre**. São Paulo: Edições Melhoramento, s/d.

GOMES, Maurício Gonsalves. **A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito no Oeste do Pará**. São Paulo: USP, 2008. (Dissertação em Geografia).

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. As festas imperiais na Roma antiga: os decennalia e os jogos seculares de Septímio Severo. In: **Revista de Humanidades – Mneme**. Rio Grande do Norte: Publicação do Departamento de História e Geografia da UFRN, 2002, Vol. 3, Nº 6.

_____. As festas romanas. In: **Revista de Estudos do Norte Goiano**. Vol. 1, nº 1, ano 2008, p. 26-68

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. **O Espírito Militar na Questão Acriana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

GLEZER, Raquel. Tempo histórico: um balanço. In: **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História**. Campinas da FE/UNICAMP, 1999,

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: editora UFJF, 2005.

GRANDIN, Greg. **Fordilândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARTOG, François. **A História: de Homero à Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. São Paulo: Centauro, 2001.

HENRICH, Nathália. **As relações Brasil-Estados Unidos no pensamento político do Barão do Rio Branco**. Florianópolis: UFSC, 2010. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).

HERÓDOTO. **História**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

- _____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- JOSIASSON, Laura Janina. **Nação e imaginação na guerra do pacífico**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Capítulos de literatura colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- JACKSON, Joe. **O Ladrão do Fim do Mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- JOLY, Fábio Duarte (Org.). **História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga**. São Paulo: Alameda, 2007.
- KAXINAWÁ, Joaquim Paulo [et. al.]. **Índios no Acre: história e organização**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio, 2002.
- KALUME, Jorge. **Crônicas do Acre Antigo**. Brasília, s/e, 1991.
- KLEIN, Daniel da Silva. **A borracha no Acre: economia, política e representações (1904 - 1945)**. São Paulo, USP, 2013. (Tese em História Social).
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo Amazonas (1735/45)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- LABRE, Antonio Rodrigues. **Rio Purús**. Maranhão: Paiz, 1872.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. São Paulo: USP, 2006. (Tese de Doutorado em História Social).
- LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LEAL, Elisabete da Costa. **O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista**. História, São Paulo, V. 25, N. 2, 2006, p. 64-93. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/03.pdf> > acessado em fevereiro de 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- LEME, Ernesto. **Rui Barbosa e o Direito do Amazonas ao Acre Setentrional**. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais S/A, 1978.
- LENHARO, Alcir. **Nazismo: “o triunfo da vontade”**. São Paulo: Ática, 1990.
- LÊNIN, V. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.
- LESSA, Ricardo. **Amazônia: as raízes da destruição**. São Paulo: Atual, 1991.
- LIMA, Mário Jose. **Capitalismo e Extrativismo: a formação da região acriana**. São Paulo: UNICAMP. 1994, (Tese de doutorado).
- LIMA, Araújo. **Amazônia: a terra e o homem**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Plácido de Castro**: um caudilho contra o imperialismo. Rio Branco: FEM, 1998.

LIMA, Eurenice Oliveira de. MAMED, Letícia Helena. **Trabalho e precarização na Amazônia Acriana**. XXIX Congresso Latino Americano de Sociologia. Chile, 2013.

LIMA, Manoel Ferreira. **A Bolívia de 1890 a 1905**: suas relações exteriores e a questão do Acre. Niterói: UFF, 1981. (Dissertação de Mestrado).

_____. **O Acre**: seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas. Rio Branco, 1982.

LOPES, Luiz Roberto. MARQUES, Adhemar. **Imperialismo**: a expansão do capitalismo. Belo Horizonte: Editora Lê, 2000.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma história do Brasil**: República. São Paulo: Contexto, 1997.

LOUREIRO, Antônio. **Amazônia**: 10.000 anos. Manaus: Metro Cúbico, 1982.

_____. **A grande crise**. Manaus: Editora Valer, 2008.

_____. **O Brasil acreano**: cenas de uma época. Manaus: Gráfica Lorena, 2004.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEPPE, Norberto. **A Libertação dos Povos**: a patologia do poder e sociopatologia: estudo da patologia social. São Paulo: Proton, 1987.

MACMILLAN, Margaret. **Usos e abusos da história**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MAGALHÃES, Olyntho. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. **Centenário do Presidente Campos Salles**. Rio de Janeiro: Pongetti Editora, 1941.

MAGALHÃES, Luiz Otávio. Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heroico. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). **História e retórica**: ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

_____. (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARINS, Francisco. **Território de Bravos**. São Paulo: Melhoramento, 2004.

MATTOS, Augusto da Cunha. Relatório de Governo (1904). In: Tribunal de Justiça do Acre (TJAC). **Acre relatórios de governo**: 1899 a 1905 (Os anos do conflito, Vol. 1). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Acre, 2003.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Rio Branco: EDUFAC, 1985, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Vol. 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Contribuição para a crítica da economia política.** São Paulo: Edições Mandacaru LTDA., 1989.

MARINS, Francisco. **Território de Bravos:** uma epopeia na Amazônia. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

MEDINA, Algel Diez. **A Cuestion Del Acre:** el derecho boliviano y la Circular del Baron de Rio Branco. La Paz: Tall. Tip. Lid. de J. M. Gamarra, 1903.

MEIRA, Silvio de Bastos. **A epopeia do Acre:** batalhas do ouro-negro. Rio de Janeiro: Record, 1964.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MESQUITA JUNIOR, Geraldo. **Cruzeiro do Sul.** Senado Federal, 2004.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional.** São Paulo: Contexto, 1994.

MIRANDA NETO, Manoel José. **O dilema da Amazônia.** Belém: CEJUP, 1986.

MOCELLIN, Renato. **Federalista:** a revolução da degola. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1989.

MONTERO, Paula. **Entre o mito e a história:** o V centenário do descobrimento da América. Petrópolis: Vozes, 1995.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. **Seringal, terra e conflito:** trilogia da ocupação do Acre (1900-1910). Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. (Dissertação de Mestrado em História).

MORE, Thomas - **Utopia.** Lisboa: Europa-América, 1995.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos:** o centenário da independência e a “questão” nacional no início dos anos 20. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. (Dissertação em História).

NAMER, Gérard. **La commémoration en France:** de 1945 à nos jours. Paris: L'Harmattan, 1987.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil.** São Paulo: Leya, 2011.

NASCIMENTO, Maria das Graças. O trabalho silencioso da mulher no interior da floresta amazônica. In: **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente.** Porto Velho: UFRO, Março, 1998, Nº 11, V. II.

NIVALDO JUNIOR, José. **Maquiavel, o poder:** história e marketing. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire.** La République. Paris: Gallimard, 1987.

OLIVEIRA, Marilda Maria. **A penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco.** Fortaleza: UFCE, 1983. (Dissertação de Mestrado em Economia).

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acriana.** Belo Horizonte: UFMG, 1982.

OURIQUE, Jacques. **O Amazonas e o Acre**. Artigos publicados no Jornal do Commercio. Rio de Janeiro: Typ. Rodrigues & Comp. 1907.

OZOUF, Mona. A festa. Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **La fête révolutionnaire (1789-1799)**. Paris: Gallimard, 1986.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2009.

PAVANI, Jacira Leonora. **Contribuição para o estudo da economia gomífera do Acre (1900-1920)**. São Paulo: USP, 1982. (Dissertação de Mestrado em História).

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **O poder das imagens**: cinema e política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin Roosevelt (1933-1945). São Paulo: Alameda, 2012.

PESSOA, Enock da Silva. **Trabalhadores da floresta do Alto Juruá**: cultura e cidadania na Amazônia. Rio Branco: UFAC, 2004.

PICCOLI, Jacó Cesar. **Sociedades Tribais e a expansão da economia da borracha**. São Paulo: PUC, 1993. (Tese em Ciências Sociais).

PINHO, D. VASCONCELLOS, M. (Org.). **Manual de Economia da USP**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

PINTO, Nelson Prado. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec, 1984.

PINSKY, Jaime. **Por que gostamos de história?** São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: contexto, 1992.

PORTO, Ângela (org.). **O barão do Rio Branco e a caricatura**: coleção e memória. Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática, 2012.

POSNANSKY, A. **Campaña del Acre**: la lancha Iris. La Paz: Tipografia de “El Diário”, 1904.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO, Maria Lígia C. CAPELATO, Maria Helena. A borracha na economia brasileira da primeira república. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *et. al.* **O Brasil Republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, Vol. 1, Tomo III.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2008.

RAMOS, Jesuíno. **A Guerra dos Seringueiros**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Manaus: Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2001.

REIS, Arthur C. Ferreira. **Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **O Seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

_____. **A questão do Acre**. Manaus: Phenix, 1937.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RÉMOND, René. **O século XX – de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 2005.

REYES, Fernando Siliano. **As perdas territoriais do Estado Boliviano (1825-1935)**. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, 2009, p. 161 - 181.

RIBERA, Hernán M. **La dramática desmembración Del Acre**. Sucre: Ed. Judicial, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Julio. **O Acre**: documentos para a história da sua ocupação pelo Brasil. Lisboa: Minerva Lusitana, 1903.

RODRIGUES, João Barbosa. **As heveas ou Seringueiras**: informações. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

_____. **Tempo e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **História da história do Brasil**: a história conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988. (Vol. II, Tomo I).

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai**: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento. São Paulo: USP, 2009. (Tese de doutorado e História Social).

ROMANO Ademar. **A conquista do Acre e a Revolução Acriana**. Goiânia: Kelps, 2007.

ROSSI, Luiz Alexandre. **Cultura militar e de violência no mundo antigo**. São Paulo: Fapesp, 2008. (Coleção História e Arqueologia em Movimento).

SAMPAIO, Aldo César Figueira. **O trabalho de Sísifo**: Crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviação (1914-1919/1943-1952). Belém: UFPA, 2002.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América Latina 1850-1930. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. Brasília: EDUSP, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTA'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. **Florestania: a saga acriana e os povos da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800/1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Luís Cláudio. **O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo**. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, José Guimard dos. **Discurso-Programa**. Rio Branco: Território Federal do Acre, 1946.

SANTOS JÚNIOR, Paulo. *Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 – 1917*. In: **Revista de História Regional** 10(2):87-108, Inverno, 2005. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br>>, acessado em agosto de 2013.

SCHEMES, Claudia. **Festas Cívicas e Esportivas no Populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-45) e Perón (1946-55)**. São Paulo: USP, 1995. Dissertação em História Social.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2007.

SHENKMAN, Richard. **As mais famosas lendas, mitos e mentiras da história do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SILVA, Adalberto Ferreira. **Ocupação Recente das terras do Acre: transferência de capitais e disputa pela terra**. Belo Horizonte: UFMG, 1982. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional).

SILVA, Benedicto (org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, José Porfiro. **Preservação e sutileza: a política de desenvolvimento do governo do Acre (1987/1990)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura).

SILVA, Francisco Bento da. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano - 1921/1964**. Recife: UFPE, 2002. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Kelly Cristine. **A Nação Cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil"**. RBCS, Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SILVA, Silvio Simione (coord.). **Acre: uma visão temática de sua geografia**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

SILVA, Nilson Euclides. **Um Governo na Floresta**. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo, 2009. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

SILVA, Laélia Maria Rodrigues. **Procura-se uma pátria: a literatura no Acre (1900-1990)**. Porto Alegre: PUC – RGS, 1996. (Tese de doutorado).

_____. **Um caminho de muitas voltas**. Rio Branco: FEM, 2002a.

SINGER, Paul. **O capitalismo:** sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

SOTOMAYOR, Walter Auad. **Relaciones Brasil y Bolivia la definición de las fronteras.** La Paz: CERES/ Plural editores, 2013.

SOUZA, Márcio. **A Expressão Amazonense:** do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SOUZA, Carlos Alberto. **História do Acre:** novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

SOUZA, Márcio. **Galvez:** imperador do Acre. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

SOUZA, Marcos Alvito Pereira. **A guerra na Grécia Antiga.** São Paulo: Ática, 1988.

SOUZA, Adriana Barreto. **Osório e Caxias:** os heróis militares que a República manda guardar. Belo Horizonte: Revista Vária História, 2001, n.25, p.231-251.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão:** ritos e símbolos do segundo reinado. RJ: Zahar Editor, 2001.

_____. **As barbas do Imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STOKES, Charles Eugene. **The Acre revolutions, 1899-1903:** a study in brazilian expansionism. New Orleans: Tulane University, 1974. (Dissertation - requirements for the degree of doctor of philosophy).

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SZMRECSÁNYI, T. A era dos trustes e cartéis. In: **Caderno História & Energia: a chegada da Light.** São Paulo: Eletropaulo, Nº 01, maio de 1986.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão humana na selva:** o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.

THOMSON, Oliver. **A assustadora história da maldade.** São Paulo: Ediouro, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre.** Brasília: Senado Federal, 2001, Vols. I e II.

_____. **Estado do Acre:** geografia, história e sociedade. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984. (Coleção Redescobrimento do Brasil, Vol. 2).

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** São Paulo, Perspectiva, 1969.

TONELLI, Nicélio César. **A diplomacia e o capitalismo internacional:** a incorporação do Acre ao Brasil (1898-1903). São Paulo: USP, 1989. (Dissertação de Mestrado em História Social).

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VERGARA, Moema de Rezende. **Ciência, fronteiras e nação:** comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia (1985-1901). Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Vol.5, Nº 2, Maio/Agosto de 2010.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e religião na Grécia Antiga.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

VERAS, João José. **O “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre”:** uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. (Dissertação de Mestrado em Direito).

VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** São Paulo: EDUSC, 2004.

XAVIER, Lídia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira:** entre o contraste e a integração. Brasília: UNB, 2006. (Tese de Doutorado em História).

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas Mundiais. In: GIDDENS, Anthony. **Teoria Social Hoje.** São Paulo: UNESP, 1999, p. 447-470.

_____. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec e Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WOLFF, Cristina Cheibe. **Mulheres da Floresta:** uma história. Alto Juruá Acre (1890-1945). São Paulo, Hucitec, 1999.

ZAMBRANA, Florían. **El Acre:** notas y correspondencias. Genebra: Carlos Zoellner, 1904.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE

Com o povo à margem das decisões, foi montada a estrutura administrativa do Acre.

(CALIXTO, 1985, p. 178).

Após a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), o governo federal foi autorizado administrar diretamente a região pelo Decreto Nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. O Acre se tornou "Território" em vez de "Estado". O "território" não era previsto na Constituição brasileira da época, mas essa decisão foi tomada com o fim de a União recuperar os gastos e obrigações contraídos por meio da assinatura dos acordos firmados com a Bolívia. No formato de território, a renda oriunda da taxaço sobre a comercialização da borracha passaria diretamente aos cofres do governo federal.

Em 07 de abril de 1904 o Território do Acre foi dividido em três Departamentos: Alto Acre (sede em Rio Branco); Alto Purus (sede em Sena Madureira); e Alto Juruá (sede em Cruzeiro do Sul). Um dos objetivos foi garantir a eficácia no recolhimento dos impostos sobre a exportação da borracha.

Mapa 26 - Primeira divisão político-administrativa do Território do Acre.

Fonte: ACRE, 2001, p. 19, adaptado pelo autor.

A decisão afetou diretamente os interesses dos grandes seringalistas da região que almejavam governar o Acre. Também criou atritos políticos entre a Presidência da República e governo do Amazonas, que esperava que o Acre fosse incorporado ao seu Estado. Para piorar a situação, os prefeitos eram nomeados por decreto presidencial, sem nenhuma consulta da população local.

A maioria dos prefeitos era militar e ficava pouco tempo na região, em média menos de oito meses. Eles ficavam somente o suficiente para terem suas patentes elevadas, serem promovidos ou mesmo se aposentarem. Eram totalmente alheios à realidade da região. Para conter os constantes litígios que surgiam, muito dos quais liderados por seringalistas e profissionais liberais em busca da emancipação do Acre, adotavam uma postura autoritária (SILVA, 2002, p. 23). Vemos abaixo o tempo de mandato dos prefeitos do Alto Juruá:

Imagem 96 - Lista de prefeitos do Departamento do Alto Juruá
ordenada por tempo de serviço

1. Francisco Siqueira do Rego Barros — 3 anos, 9 meses e 27 dias.
 2. José Joaquim da Costa Pereira Braga — 2 anos e seis dias.
 3. Miguel Teixeira da Costa — 1 ano, 11 meses e 24 dias.
 4. Antônio Manoel Bueno de Andrade — 1 ano, 6 meses e 14 dias.
 5. Eleutherio Frazão Moniz Varella — 4 anos, 2 meses e 26 dias.
 6. Gregório Thaumaturgo de Azevedo — 1 ano e 13 dias.
 7. Julio Virgolino de Alencar — 10 meses e 11 dias.
 8. Aristides Vieira Mascarenhas — 7 meses e 22 dias.
 9. Pedro Avelino — 7 meses e 6 dias.
 10. Francisco d'Avila e Silva — 5 meses e 17 dias.
 11. Carlos Frederico de Noronha — 5 meses e 5 dias.
 12. Fernando Guapindaia de Sousa Bregense — 3 meses e 12 dias.
 13. Floro Alves de Mattos Pitombo — 3 meses e 4 dias
- E mais 10 com menos de três meses de exercício.

Fonte: CASTELO BRANCO, 2004, p. 104.

O Poder Judiciário também foi implantado em 1904. Ele era composto por juízes de Paz, de Distrito e de Comarca (Cf. COSTA, 2005b). Todos nomeados pelo Presidente da República. Devido às condições inóspitas da região, aos constantes conflitos com seringalistas e às desarmonias com o Poder Executivo, os magistrados ficavam pouco tempo no cargo. Por isso era corrente a substituição deles por juízes leigos em matérias jurídicas. Somente em março de 1908, o governo federal criou um Tribunal de Apelação no Acre. Ele ficou

localizado no município de Sena Madureira e antes os recursos eram julgados na Comarca de Manaus.

Em 23 de outubro de 1912, por meio do Decreto Nº 9.831, o presidente Hermes da Fonseca sancionou a criação de mais um departamento, o Alto Tarauacá, com sede na Vila Seabra (atual município de Tarauacá). Nesse mesmo decreto foram criados cinco municípios, praticamente cada departamento representava um município, com exceção do Departamento do Alto Acre, que sediava dois municípios: Rio Branco e Xapuri. Os prefeitos passaram a ser fiscalizados, ao menos teoricamente, por Conselhos Municipais, uma espécie de Poder Legislativo cujos membros também eram nomeados pelo presidente.

Os intendentes municipais - governantes dos municípios - eram esses coronéis, brancos e truculentos, exploradores da força de trabalho no extrativismo. Entretanto, a forma despótica de governar foi inteligentemente disfarçada com a instituição dos Conselhos Municipais, um embuste para encobrir o abuso de poder personalizado, pois os mandatários, colocando-se acima das instituições, arbitravam sobre segurança, instrução pública, saúde pública, justiça, etc. [...] engodo porque os Conselhos jamais recusaram propostas do governo. Os conselheiros não representavam pessoas do povo, e sim a classe dominante (CALIXTO, 1985, p. 1979).

Mapa 27 - Segunda divisão político-administrativa do Território do Acre.

Fonte: Acervo digital do Memorial dos Autonomistas (Rio Branco - AC).

Em 1920, com o Decreto Presidencial Nº 14.383, os Departamentos foram extintos. A partir de então, foi estabelecido um governo centralizado com sede no município de Rio

Branco para todo o território. Os prefeitos passaram a ser nomeados pelo governador, que por sua vez era nomeado pelo presidente da república.

A mudança política teve como objetivo, dentre outros, enfraquecer as oligarquias locais que se organizavam na luta pela autonomia do Acre. Com as principais instituições do poder centralizado em Rio Branco, o Juruá, região que já havia sido palco de várias insurreições em prol da emancipação, ficou praticamente isolado.

Com a Constituição de 1934, o Acre passou a ter duas cadeiras na Câmara Federal e a eleger os seus próprios prefeitos. Em 1938, para atender a demanda local por cargos públicos e para gerenciar melhor o território, o governo federal criou mais dois municípios: Feijó e Brasília (nome alterado em 1943 para Brasileia). Ambos surgiram, respectivamente, a partir dos municípios de Tarauacá e Xapuri.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou em 1940 que as sedes dos municípios de Tarauacá, Feijó e Sena Madureira estavam ao norte da linha, em território amazonense. A partir de 1942, a linha que antes era uma "reta" passou a ser "quebrada" ou "poligonal" como no mapa do próximo mapa. "Foram anexados ao Acre 330 KM²" (SIMIONE, 2004, p. 86). Em 1955, o geógrafo Teixeira Guerra (2004, p. 28) afirmou que o território do Acre equivalia a 153.170 km².

Mapa 28 - A Linha Cunha Gomes em suas várias versões.

Fonte: ACRE, 2010b, p. 58, (adaptado pelo autor).

Nas décadas de 1940 e 1950, houve uma crescente efervescência política entre as elites acrianas. Isso porque o Acre voltou a ganhar importância internacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, nos primeiros meses de 1942, o Japão invadiu a Malásia, até então a maior produtora de borracha do mundo.

A goma elástica era uma indispensável matéria-prima para a indústria bélica. E poucos meses após a invasão da Malásia, os Estados Unidos (EUA) firmou os famosos *Acordos de Washington* com o Brasil. O objetivo era criar condições para que os seringais amazônicos fossem reativados. Os EUA se comprometiam em comprar toda a produção gomífera. Mais de 50 mil "soldados da borracha" foram alistados para a "batalha", dos quais cerca 30 mil morreram de doenças como a malária e a febre amarela e de inaptidão à vivência na floresta.

O financiamento do chamado "segundo ciclo da borracha" pelos EUA acabou com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Os "soldados da borracha" foram abandonados no "inferno verde". Inúmeros "patriotas" seringueiros se tornaram acrianos à força. Consequentemente, houve um considerável aumento demográfico no Acre.

A elite local queria a elevação o Território Federal à categoria de Estado. Para tanto, mobilizou a opinião pública nacional ao favor dessa proposta. Afinal, o Acre havia colaborado na vitória dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial ao fornecer-lhes borracha. Como Estado, o Acre garantiria os repasses federais constitucionais. Teria também mais vagas para tanto na Câmara Federal, quanto no Senado. E os acrianos passariam a ter o direito de eleger o governador do Estado.

Em 15 de junho de 1962 o presidente João Goulart (PTB) sancionou a Lei que elevou o Acre à categoria de Estado. No mesmo ano, os cidadãos alfabetizados do Acre elegeram o professor José Augusto de Araújo como o primeiro governador do Estado. Tão logo tomou posse em março de 1963, o novo governador criou mais seis municípios, quais sejam: Mâncio Lima (desvinculado de Cruzeiro do Sul); Assis Brasil (desvinculado de Brasileia); Epitaciolândia (também desvinculado de Brasileia); Manuel Urbano (desmembrado de Sena Madureira); Plácido de Castro (desmembrado de Rio Branco); e Quinari ou Senador Guimard (desmembrado também de Rio Branco).

Mapa 29 – Território do Acre após a criação dos novos municípios em 1963.

Fonte: SOUZA, 2002, p. 171.

Em 1992, foram criados mais dez municípios, a saber: Acrelândia (desmembrado de Plácido de Castro), Bujari (separado de Rio Branco), Capixaba (separado de Rio Branco), Epitaciolândia (separado de Brasileia), Jordão (desmembrado de Tarauacá), Marechal Thaumaturgo (separado de Cruzeiro do Sul), Porto Acre (desmembrado de Rio Branco), Porto Walter (separado de Cruzeiro do Sul), Rodrigues Alves (de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul) e Santa Rosa do Purus (desmembrado de Manoel Urbano). Com isso, o Estado do Acre passou a ter vinte e dois municípios. É a composição que vigora até os dias de hoje.

Mapa 30 - Atual mapa político-administrativo do Acre.

Fonte: Disponível em <<http://www.mapasparacolorir.com.br>> acessado em fevereiro de 2013.

Gráfico 5 - Área territorial dos municípios em hectare.

Fonte: ACRE, 2006, imagem anexa ao Mapa Divisão Político-Administrativa do Acre.

Dos 22 municípios que formam o Acre, 17 deles fazem divisa com outros países. Com o Peru, 11 municípios compartilham uma linha divisória de 1.565 km extensão, a saber: Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima. Com a Bolívia são 7 municípios, numa extensão de 618 km: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Plácido de Castro, Acrelândia. Ao todo são 2.183 km de linha de fronteira com países vizinhos, o que significa 9,44% de seu território. Em âmbito nacional, o Acre faz fronteira com os Estados do Amazonas e Rondônia.

Os vinte e dois municípios do Acre passaram a ser distribuídos, a partir da criação do ZEE em 1999, em duas mesorregiões, a saber: Juruá e Purus. Que por sua vez estão divididas em cinco microrregionais de desenvolvimento: Alto Acre, Baixo Acre, Juruá, Purus e Tarauacá. O mapa abaixo ilustra isso.

Mapa 31 - Divisão do Estado do Acre em regionais.

Fonte: Acre em Números, 2008, p. 16.

Em 3 de abril de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou um aumento territorial do Acre, acrescentando 1,2 milhão de hectares advindos da incorporação de parte dos municípios amazonenses de Guajará, Ipuxuma, Eurunepé, Lábrea e Boca do Acre (Cf. ACRE, 2010b, p. 103). O IBGE já havia dado um parecer técnico favorável sobre a questão em 1990. A nova demarcação foi julgada no dia 04 de dezembro de 1996 pelo STF e publicada no *Diário Oficial da União* de N° 415-2, em 21 de fevereiro de 1997.

No entanto, nada se fez após a decisão. Motivo pelo qual a Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC) criou em 2004 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Limites²¹⁷. A Comissão chegou à conclusão de que o Estado do Acre deveria abrir um

²¹⁷ Maiores informações ler: TRINDADE, Luciano José. **Apontamentos sobre a consolidação do território do Estado do Acre**. Disponível em <[Http://www.pge.ac.gov.br/site/arquivos/bibliotecavirtual/revistas/revista10/apontamentosobreaconsolidacao.pdf](http://www.pge.ac.gov.br/site/arquivos/bibliotecavirtual/revistas/revista10/apontamentosobreaconsolidacao.pdf)> acessado no mês de março de 2013.

processo de Ação Civil Pública contra os Estados de Rondônia e Amazonas no STF, que deu ganho de causa ao Acre.

Portanto, o território atual do Estado do Acre compreende uma área de 164.221,36 km² (IBGE, 2007), com uma distância entre os extremos norte-sul de 445 km, e a entre os extremos leste-oeste de 809 km. O que equivale a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional (IBGE, ITERACRE, 2006). Isso alterou novamente a famosa linha Cunha Gomes, acentuando ainda mais o seu formato poligonal. A “nova linha Cunha Gomes” pode ser visualizada no Mapa 28.

Para finalizar, a distância rodoviária entre a capital acriana e o Oceano Pacífico é de aproximadamente 1.900 km. E entre ela e Porto Velho (RO) é de 544 km, de Manaus (AM) é de 1.445 km, de São Paulo é de 3.604 km. Por via aérea, o tempo estimado entre Rio Branco (AC) e Lima (Peru) é de 1h40min, de La Paz (Bolívia) é de 1h, de Porto Velho (RO) é de 50 minutos, de Manaus (AM) é de 1h40min, de Brasília é de 3h10min, e de São Paulo é de 4h50min.

Mapa 32 - Localização do Acre e interligações oceânicas.

Fonte: ACRE, 2009, p. 12.

APÊNDICE B – DADOS SOBRE O ACRE CONTEMPORÂNEO

1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O objetivo desse apêndice foi realizar um breve mapeamento da realidade socioeconômica do Acre e disponibilizar para um mínimo de informação sobre o Acre passados dez anos da euforia otimista que prevaleceu no período festivo dos Centenários. As principais fontes desse capítulo são o *Zoneamento Econômico Ecológico do Acre* (ZEE) e o anuário *Acre em Números*. Ambos foram produzidos pelo governo do Estado. Portanto, são dados oficiais, não é pretensão nossa problematizá-los. As informações vão desde indicadores demográficos, sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticas até dados mais específicos da geografia física.

O programa do ZEE-AC foi criado por meio do Decreto Estadual Nº 503/1999²¹⁸ em consequência da exigência do Decreto Presidencial Nº 99.540, de 21 de setembro de 1990, que até então vinha sendo ignorado. A proposta do governo federal era fazer um levantamento detalhado das riquezas econômicas da chamada Amazônia Legal. Essas informações seriam usadas na decisão sobre concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional a partir das potencialidades existentes. E também para incentivar um reordenamento social da ocupação espacial mais adequado aos *princípios da sustentabilidade*²¹⁹.

As instituições financeiras internacionais concedentes de créditos como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para fins de aprovação de financiamento, passaram a exigir a inclusão de ações inibidoras da degradação do meio ambiente nos projetos que visassem o desenvolvimento econômico da Amazônia Legal. Dessa forma, houve uma pressão externa para que os Estados com a intenção de adquirir empréstimos adotassem políticas de proteção ambiental.

A elaboração do ZEE se tornou uma necessidade. Qualquer política de desenvolvimento que pretendesse levar em consideração a preservação da biodiversidade e exploração sustentável dos recursos naturais no Acre teria que identificar as vulnerabilidades

²¹⁸ Em 1993, pelo Decreto Estadual Nº 265, o governo do Estado criou o projeto do ZEE-AC que não foi realizado.

²¹⁹ Conjunto de proposições que incentiva a harmonia ecológica por meio do uso econômico racional dos recursos naturais pelo homem, de modo a não criar impactos ambientais destrutivos.

e potencialidades produtivas da região. Além do mais, o ZEE se tornou uma exigência para a aprovação de créditos em instituições financeiras.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem como atribuição fornecer subsídios para orientar as políticas públicas relacionadas ao planejamento, uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações do meio físico, biótico e socioeconômico, tendo como eixo norteador os princípios do Desenvolvimento Sustentável. É uma ferramenta essencial para a definição de estratégias compartilhadas de gestão do território entre governo e sociedade. (ACRE, 2010, p. 5).

A realização do ZEE-AC foi um compromisso assumido pelo Brasil perante os financiadores internacionais, em particular os sete países mais ricos (G7). Eles haviam doado US\$ 250 milhões para o Programa Piloto de Proteção da Floresta Amazônica e Mata Atlântica, implantado em 1994. Todo o processo de coleta e de tabulação dos dados foi custeado por terceiros: US\$ 800.000 (oitocentos mil dólares) patrocinados por uma Cooperação Alemã formada pelo Banco KFW (Banco de Cooperação do governo da Alemanha) e pela Empresa Pública GTZ (Agência de Cooperação Técnica da Alemanha); e US\$ 200.000 (duzentos mil dólares) de diferentes entidades como o INCRA, o IBAMA e ONGs²²⁰.

O ZEE-AC foi dividido em duas etapas. O resultado da primeira foi publicado em 2000 e compreendeu a elaboração de diagnóstico e prognóstico nos eixos recursos naturais e socioeconômico, com a elaboração de produtos cartográficos básicos na escala de 1:1.000.000. A maior parte dos trabalhos foi baseada em dados secundários, aproveitando e sistematizando diversos estudos já realizados no Estado.

O resultado da segunda parte foi publicado em 2006 e contou com um conjunto de estudos inéditos em diversos eixos temáticos que resultou na produção de Mapas de Gestão Territorial, na escala de 1:250.000. O conjunto desses mapas tem por finalidade a demonstração de diretrizes para gestão de áreas que já tenham destinos garantidos em lei, tais como os assentamentos rurais, propriedades rurais, unidades de conservação, terras indígenas e áreas urbanas. Além de fornecer subsídios para a tomada de decisões sobre espaços territoriais ainda sem destinação específica. Os resultados do ZEE-AC foram aprovados pela

²²⁰ As informações referentes aos valores foram obtidas na matéria "Acre cria seu próprio Zoneamento Econômico Ecológico" publicada em 2002 no site eletrônico <<http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=7487>> acessado em 01 de maio de 2011.

Presidência da República em 30 de maio de 2008 por meio do Decreto de Nº 6469. Em 2010, a publicação recebeu uma segunda edição em formato de síntese.

Imagem 97 - Os três volumes do ZEE, fase I.

Fonte: Disponível em <<http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/zee.html>> acessado em janeiro de 2012.

O anuário *Acre em Números* é outra fonte de informação sobre o Estado do Acre. Produzido no mesmo ano que o ZEE, ele é composto de uma seleção de dados estatísticos sobre a realidade da sociedade acriana durante um dado ano. O objetivo político dele foi tentar provar "cientificamente" uma possível mudança positiva do Acre desde que a Frente Popular (coligação de vários partidos de centro-esquerda) assumira o governo do Estado em 1999. Foi uma das formas de consolidar o Programa de Desenvolvimento Sustentável financiado por capitais estrangeiros.

Estrategicamente, o primeiro anuário elaborado foi o do ano anterior ao do início governo da Frente Popular. O anuário de 1998, editado em 1999, serviu de base de comparação para os anos subsequentes. Em resumo, os números diziam o seguinte: o Acre melhorou depois que o PT assumiu o governo do Estado.

O *Acre em Números*, que a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável tem a satisfação de colocar à disposição de seus usuários, apresenta um conjunto atualizado de informações e indicadores demográficos, sociais e econômicos, de interesse geral, concernentes ao desempenho do Estado. (ACRE, 2003, p. 7).

1.1 Demografia

De acordo com a base de dados do anuário *Acre em Números* 2011 (Cf. IBGE/2010), o Acre em 2010 possuía uma população estimada de 733.559 habitantes²²¹ (0,4% da população brasileira). Desse total, 336.038 (45,8%) residiam na capital, 532.279 (72,5%) moravam em zona urbana²²², 368.324 (50,21%) eram do sexo masculino e 16.995 (2,3%) pertenciam a povos nativos. No geral, o Acre tem uma densidade demográfica de 4,8²²³ habitantes por km².

Tabela 11 - Distribuição da população acriana por sexo, segundo os grupos de idade.

Fonte: IBGE/2010 - tabela 1.12.

Mesmo após mais de 50 anos da elevação do Acre a categoria de Estado, ainda há nove municípios em que a população rural é a que prevalece, a saber: Porto Walter, Jordão,

²²¹ De acordo com a Fundação Seade, a população residente no Estado de São Paulo no ano de 2011 era de 41.579.695, ou seja, 56,7 vezes mais que a do Acre.

²²² Diferentemente dos anos 1940 em que 82,3% eram rurais.

²²³ A título de comparação, de acordo com o IBGE (2010) a densidade demográfica do Estado de São Paulo era de 166,19 habitantes por km².

Santa Rosa do Purus, Bujari, Porto Acre, Capixaba, Acrelândia, Rodrigues Alves e Marechal Thaumaturgo. Com destaque para os dois últimos em que a porcentagem chega a 87% e 72% respectivamente. A capital acriana é o município com o maior índice de concentração de residentes na zona urbana, a saber, 92%²²⁴. Conforme a figura abaixo:

Mapa 33 - Densidade populacional do Acre em 2010.

Fonte: Base cartográfica digital do Estado do Acre
(Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, 2011).

Baseando-se nos dados do IBGE de 2010, a população do Estado do Acre no ano de 2009 obteve os seguintes índices: a taxa de mortalidade²²⁵ igual a 28,9 (a de São Paulo foi de 14,5); a taxa de natalidade²²⁶ foi de 23,9 (a de São Paulo foi de 13,3); a taxa de fecundidade²²⁷ foi de 2,96 - a maior dentre os Estados brasileiros; a taxa de mortalidade infantil²²⁸ foi de 28,9 (a de São Paulo foi de 14,5); e por fim, a expectativa de vida ao nascer foi de 72 anos (a de São Paulo foi de 74,8 anos).

O fluxo demográfico em direção ao Acre esteve ligado à abertura de oportunidade de trabalho. As duas mais numerosas migrações estiveram relacionadas ao que se convencionou chamar de primeiro (1880-1912) e segundo (1942-45) ciclos da borracha. Nos anos 1970, com

²²⁴ Os dados estatísticos desse parágrafo foram baseados no Censo demográfico IBGE/ 2010.

²²⁵ Número de mortes de crianças menores a cada 1.000 nascidos vivos em determinado ano.

²²⁶ O número de crianças que nascem anualmente por cada mil habitantes.

²²⁷ Número médio de filhos por mulher em idade de procriar.

²²⁸ Número de mortes de crianças menores de um ano de idade a cada 1.000 nascidos vivos.

a política econômica de valorização da pecuária, também houve migração, no entanto, em menor vulto.

A análise da população, realizada no ZEE do Acre - Fase I deixou evidente que no período de estagnação na extração de látex a população acriana diminuiu. Entre 1920 e 1940, a população passou de 92.370 para 79.768 pessoas, segundo dados dos Censos Demográficos do IBGE. No período seguinte, entre 1940 e 1970, o contingente populacional chegou a 215.599 pessoas e o perfil demográfico do Acre se alterou, com o incremento no grau de urbanização, que passou de 18,5% para 27,5%. O período entre 1970 e 2000 é marcado pelo acelerado crescimento populacional do Acre, quando seu contingente mais do que dobrou. (ACRE, 2010a, p. 163).

Tabela 12 - Crescimento populacional no Acre²²⁹.

Ano	Total
1940	79.768
1950	114.755
1960	158.852
1970	215.299
1980	301.276
1991	417.718
1996	483.593
2000	557.526
2007	655.385
2008	680.073
2009	691.132

Fonte: ACRE, 2009, p. 18.

1.2 Educação

O Estado do Acre possui uma taxa de analfabetismo de 15,16% (IBGE/2010) e uma porcentagem de 7,5 % de crianças (7 a 14 anos) e 22,2 %²³⁰ de adolescentes (15 a 17 anos) fora da escola. A população em idade escolar (4 a 17 anos) gira em torno de 233.761 (31,9%). Apenas 5,83%²³¹ dos acrianos conseguem obter uma formação de nível superior.

De acordo com o *Censo Escolar de 2012*²³², levantamento de dados estatístico educacional de âmbito nacional coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

²²⁹ O Acre tinha em 1920 uma população estimada de 92.379 (IBGE/2010 - Tabela 1.4).

²³⁰ A maior do país.

²³¹ Em São Paulo a porcentagem é 11,67%.

²³² Portaria 1.478/2012, publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) em 21 de dezembro de 2012.

Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Estado do Acre teve: 5.184 crianças matriculadas em creches, das quais 1.689 em tempo integral; 22.579 crianças matriculadas na pré-escola; 90.590 crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino fundamental; 63.031²³³ adolescentes matriculados nos anos finais do Ensino fundamental; 36.544²³⁴ jovens matriculados no Ensino Médio.

Tabela 13 - Porcentagem do atendimento escolar por faixa etária.

	4 e 5 anos	4 a 6 anos	4 a 17 anos	6 a 14 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Acre (2010)	64,0 %	71,3 %	85,0 %	91,8 %	92,5 %	77,8 %
Região Norte (2010)	69,1 %	75,5 %	87,8 %	93,9 %	94,5 %	81,3 %
Brasil (2010)	80,1 %	85,0 %	91,5 %	96,7 %	96,9 %	83,3 %

Fonte: IBGE 2010. In: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/acre/pdf/>> acessado em fevereiro de 2013.

Tabela 14 - Porcentagem dos jovens que concluíram o Ensino Fundamental e Médio.

	Jovens de 16 anos que concluíram o EF	Jovens de 19 anos que concluíram o EM
Acre (2009)	66,9 %	35,7 %
Região Norte (2009)	49,8 %	36,6 %
Brasil (2009)	63,4 %	50,2 %

Fonte: PNAD/IBGE. In: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/acre/pdf/>> acessado em fevereiro de 2013.

Atualmente há vários indicadores para mensurar a qualidade de ensino. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um dos mais importantes. Ele tenta mensurar a qualidade de cada rede de ensino por meio do desempenho do estudante em avaliações e em taxas de aprovação. A nota correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos é 6,0. Os resultados do Ideb no Acre para o ano 2011²³⁵ foram: 4,6 para a 4ª e 5ª séries; 4,2 para a 8ª e 9ª séries; 3,4 para o 3º ano do Ensino Médio²³⁶.

²³³ Um decréscimo de 27.559 matrículas, se comparado com a dos anos iniciais do Ensino Médio.

²³⁴ Um decréscimo de 54.046 (59.6%) matrículas, se comparado com a dos anos iniciais do Ensino Médio.

²³⁵ Fonte: <[Http://ideb.inep.gov.br/resultado/](http://ideb.inep.gov.br/resultado/)> acessado em fevereiro de 2013.

²³⁶ A título de comparação, em São Paulo as notas para as mesmas séries/anos foram respectivamente: 5,6; 4,7; 4,1.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)²³⁷ é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em parcerias com Estados e Municípios. Ele visa avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro e diagnosticar o desempenho dos alunos nas disciplinas, principalmente em português e matemática.

Tabela 15 - Resultado do SAEB nas Provas de Português e Matemática nos Ensinos Fundamental (EF) e Médio (EM).

	4º/5º EF - Port.	4º/5º EF - Mat.	8º/9º EF - Port.	8º/9º EF - Mat.	3º EM - Port.	3º EM - Mat.
Acre (2007)	24,3 %	15,8 %	13,2 %	6,3 %	21,4 %	4,9 %
Região Norte (2009)	25,4 %	20,1 %	20,3 %	8,3 %	22,1 %	4,9 %
Brasil (2009)	34,2 %	32,6 %	26,3 %	14,8 %	28,9 %	11,0 %

Fonte: SAEB/INEP. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/acre/pdf/>> acessado em fevereiro de 2013.

Em 2011, somente uma escola no Acre ficou acima da média de 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nota considerada boa pelo Ministério da Educação. E foi uma escola particular. Ela pontuou 601,6 e com isso ficou na 930ª posição do ranking nacional²³⁸. Das dez primeiras escolas com maior nota no Acre, nove são escolas particulares. Para o cálculo, foram consideradas somente as notas das provas objetivas, não sendo avaliadas, portanto, as notas da redação.

1.3 Transporte

Os rios ainda são até hoje os principais meios de deslocamento da população. Talvez isso explique o fato de vinte entre as vinte e duas sedes urbanas estarem situadas às margens dos rios. Mas o transporte rodoviário também é importante. A estrada BR-364²³⁹, que percorre

²³⁷ É uma avaliação por amostra, nem todas as turmas e estudantes das séries avaliadas participam da prova. A amostra de turmas e escolas sorteadas para participarem do SAEB é representativa das redes estadual, municipal e particular no âmbito do País, das regiões e dos estados.

²³⁸ No topo do ranking está uma escola particular paulista com a pontuação 737,152.

²³⁹ “Inicia em Limeira (SP), no km 153 da SP-330 adentrando pela SP-310 até o km 292, onde entra na SP-326 indo até a divisa com Minas Gerais, depois passa por Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre [...] Antes da construção da BR-364, só se chegava a Porto Velho de ferrovia pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré a partir de Guajará-Mirim, de balsa a partir de Manaus ou de avião. O transporte rodoviário era inexistente. Em 2 de fevereiro de 1960, em meio a uma reunião com os governadores dos estados do norte, o presidente Juscelino Kubitschek decidiu construir a então BR-364 ligando Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco, abrindo o oeste

aproximadamente 792 km em território acriano, é responsável por viabilizar a comunicação terrestre do Acre com Rondônia, além de permitir à integração de inúmeros municípios acrianos entre si, de Rio Branco até o município de Manoel Urbano²⁴⁰.

Em 2013, a rodovia ainda não estava totalmente construída e alguns trechos já asfaltados já careciam de reparos, com gravíssimas rachaduras. O percurso é muito perigoso, com alto índice de acidentes, principalmente no trecho Manuel Urbano-Feijó, algo em torno de 100 km. Por questão de segurança, o tráfego de automóveis nela foi suspenso por várias vezes, principalmente durante o inverno.

Imagem 98 – Rodovia BR-364 entre Manuel Urbano e Feijó.

Fonte: jornal Ac24horas, Rio Branco, 28 de junho de 2012. Disponível em <<http://www.ac24horas.com/2012/06/28/xxx-11/>> acessado em fevereiro de 2012).

Confira um trecho de uma matéria jornalística sobre o assunto:

Ao longo dos 640 quilômetros que ligam as duas maiores cidades do Acre existem pelo menos 32 pontos de deslizamentos na rodovia. Sem falar na falta de fiscalização permanente da Polícia Rodoviária Federal, animais na pista e a grande quantidade de buracos [...] Além dos desmoronamentos a quantidade de animais na pista é outro perigo iminente e que pode fazer vítimas pela rodovia, o que poderia em parte ser evitado se ao longo da estrada entre Sena e Cruzeiro do Sul existisse fiscalização permanente da Polícia Rodoviária Federal. (Fonte: jornal Ac24horas,

brasileiro, trecho que só foi asfaltada em 1983 [...] A BR-364 atravessa importantes municípios paulistas, entrando em São Paulo na divisa com o Triângulo Mineiro.” (Fonte: <[Http://pt.wikipedia.org/wiki/BR-364](http://pt.wikipedia.org/wiki/BR-364)> acessado em janeiro de 2013). No final de fevereiro de 2014, devido a fortes chuvas e a enchentes, o trecho que liga o Acre à Rondônia foi fechado. Isso provocou grande temor sobre escassez de alimento e combustível. A integração do Acre ao Brasil ainda é um discurso muito usado, mas pouco materializado na prática.

²⁴⁰ Distante 244 km de Rio Branco

Rio Branco, 28 de junho de 2012. Disponível em <<http://www.ac24horas.com/2012/06/28/xxx-11/>> acessado em fevereiro de 2012).

O trecho da estrada BR-317 que atravessa o Estado do Acre foi concluído em 2007²⁴¹. A estrada percorre uma distância aproximada de 344 km que vai do município de Rio Branco ao de Assis Brasil. No entanto, alguns trechos já apresentam deterioração. A Rodovia do Pacífico, como também é conhecida, pois liga o Acre ao Peru, tem importância fundamental para a economia acriana, pois a proposta é torna-la uma rota interoceânica, interligando os oceanos Atlântico e Pacífico.

Em seu percurso, a partir da capital Rio Branco, o traçado dessa rodovia corta transversalmente todos os rios, passando por cinco municípios até chegar a Cruzeiro do Sul (segunda cidade do Estado em população e economia), no extremo oeste do Estado. Entretanto, ainda não estão pavimentados 53% da BR-364 e a sua construção tem sido um desafio, pois envolve uma logística operacional para o abastecimento e transporte de insumos, além de dificuldades relacionadas a baixa capacidade de suporte do solo; regime pluviométrico, que não permite a execução das obras rodoviárias ao longo do ano; grande distância dos centros de produção, como Manaus e o Centro-Sul do país; e a falta de trafegabilidade dos subtrechos ainda não pavimentados durante o período das chuvas. (ACRE, 2010a, p. 132).

Mapa 34 - As Rodovias BR-364 e BR-317 em território acriano (2010).

Fonte: ACRE, 2011a, p. 126.

²⁴¹ A pavimentação dos 110 km de estrada que liga o Estado do Amazonas à cidade portuária de Boca do Acre ainda não foi concluída.

Várias regiões do Vale do Juruá ficam isoladas pela via terrestre por conta do fechamento da BR-364 na época chuvosa (novembro a março). Nessas circunstâncias, o transporte aéreo se torna fundamental. Acontecem voos diários entre os dois aeroportos acrianos: o da capital (leste) e o de Cruzeiro do Sul (oeste). Confira na figura abaixo a situação da rede rodoviária no Acre, menos de 20% está pavimentada.

Tabela 16 - Rede rodoviária no território acriano.

Extensões totais	Rede rodoviária (km)			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Total	1.614,1	575,8	7.020,7	9.210,6
Pavimentada	1.057,4	364,8	412,4	1.834,6

Fonte: ACRE, 2011, p. 85.

1.4 Energia

Em média 73,4%²⁴² da energia consumida no Estado do Acre é fornecida pela empresa Eletronorte - uma sociedade anônima²⁴³ de economia mista²⁴⁴ que é subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás). A empresa foi criada em 20 de junho de 1973 com o objetivo de gerar energia elétrica aos nove Estados da Amazônia Legal. Dentre eles o Acre, responsável pelo consumo de 6% dessa energia.

A Eletrobras se instalou no Acre em 1980 e no ano seguinte já passou a administrar o parque gerador de energia que pertencia à Eletroacre²⁴⁵. A mudança aconteceu por conta das constantes interrupções de energia na cidade de Rio Branco por períodos de até 12 horas diárias.

²⁴² ACRE, 2010a, p. 136.

²⁴³ Forma jurídica de constituição de empresas na qual o capital social está dividido em ações que podem ser transacionadas livremente, sem necessidade de escritura pública.

²⁴⁴ Espécie de sociedade anônima onde os capitais públicos se aliam ao capital particular, para a promoção do objeto social de maior interesse público.

²⁴⁵ Foi criada em 1965, no entanto, só obteve a autorização para funcionar como empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica em 1968. Em 1997, passou a ser administrada de forma compartilhada, através do Contrato de Gestão firmado entre o Estado do Acre e as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás). Ela foi federalizada em 30 de janeiro de 1998. Atualmente, a Eletroacre é uma concessionária federal de serviço público responsável pela distribuição e comercialização de energia elétrica para todo o Estado do Acre.

A Usina Hidrelétrica Samuel²⁴⁶ de Rondônia, ligada à Eletronorte²⁴⁷, se tornou, a partir de novembro de 2002, a principal fornecedora de energia elétrica da capital acriana²⁴⁸. Outros municípios também se tornaram dependentes da energia vindas de Rondônia tais como Acrelândia, Bujari, Porto Acre, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Brasileira, Eptaciolândia e Sena Madureira.

Mapa 35 - Transmissão de energia elétrica “Rondônia – Acre”.

Fonte: Disponível em <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/transmissao/estados/acre/index.html>> acessado em agosto de 2013.

Os outros 26,6% da energia consumida no Estado são fornecidos pela empresa GUASCOR do Brasil Ltda desde 1999²⁴⁹. A energia é gerada 100% em termoeletricas movidas a *diesel*. Ao todo são nove usinas e 72 motores. As principais estão localizadas em Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó e Marechal Thaumaturgo.

Apesar de todo o esforço do governo federal por meio de programas como o *Luz para Todos* que visa levar energia elétrica a comunidades rurais, 27,5% da população acriana ainda não desfrutava dos benefícios da rede elétrica em 2010. Ao todo são 201.771 unidades

²⁴⁶ Levou esse nome por conta da cachoeira Samuel, onde foi construída a barragem. A hidrelétrica fica no rio Jamari, que pertence a Bacia Amazônica, afluente do rio Madeira.

²⁴⁷ Ela mantém em território acriano três usinas térmicas com capacidade de 95,89 MW para eventuais casos de emergência.

²⁴⁸ Ela usa linhas de transmissão em 230 kv com a extensão de 304 km.

²⁴⁹ Quando assinou contrato com a Eletroacre. A empresa tem sede na Espanha e é administrada pelo grupo franco americano Dresser-Rand, um dos maiores líderes mundiais no fornecimento de equipamentos rotativos de alta precisão para a infraestrutura energética.

consumidoras²⁵⁰, 124.874 das quais atendidas pela Eletronorte. Quase 50% dos consumidores estão na capital: 99.018. Sobre o consumo de energia no Acre, leia as características descritas no texto abaixo:

O maior volume de consumo de energia no Acre é o do tipo residencial, tanto no sistema ELETRONORTE (44,7%) quanto no ELETROACRE (49,1%). O setor comercial é o segundo maior consumidor de energia no sistema ELETRONORTE (23,8%) enquanto esta posição, no sistema ELETROACRE, é do poder público (20,7%). A participação do setor industrial é reduzida em ambos os sistemas, evidenciando que o recente crescimento do setor ainda não se refletiu na demanda por energia. (ACRE, 2010a, p. 136).

1.5 Comunicação

Mesmo na era digital, o sistema de comunicação que atinge o maior número de pessoas no Acre ainda é o realizado por estações de radiocomunicação. Isso porque ainda em 2010, mais de 27% da população não tem acesso à energia elétrica, sendo o rádio à pilha a alternativa. Três emissoras têm alcance em todo território estadual: Difusora Acriana, Aldeia FM e Rádio Alvorada - sendo que as duas primeiras pertencem ao Estado. Sobre a comunicação televisiva, existem duas emissoras com programas locais de alcance estadual. São elas a TV Aldeia e TV ACRE (filiada à TV Globo), sendo que a primeira é propriedade estatal.

Com relação à telefonia, o Acre possuía em 2010 o minguado número de 59.440 telefones fixos e 3.751 telefones públicos, sendo 46.070 e 2.178 deles, respectivamente, localizados na capital (ACRE, 2011, p. 81). Sobre o serviço postal, basta dizer que o único município do Estado que possui agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS) é Rio Branco. Nos outros, o serviço é franqueado.

1.6 Economia, Finanças públicas e Outros

²⁵⁰ "O acreano ficou em média 5,4 horas sem energia em 2012. A Duração equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora anual foi de 65,82 horas. A rede de distribuição registrou 38.037 ocorrências emergenciais com interrupção de energia elétrica". Jairo Carioca, jornalista de AC24Horas, disponível em <<http://www.ac24horas.com/2013/02/24/acreano-ficou-em-media-54-horas-sem-energia-no-ano-passado/>> acessado em 24 de fevereiro de 2013.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Acre²⁵¹ no ano de 2010 (IBGE) foi de R\$ 8.476.515.000,00²⁵² (oito bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões, quinhentos e quinze mil reais), o equivalente a 0,2% do PIB nacional e a 4,2% do PIB da região norte do Brasil. Isso o deixa no penúltimo lugar no ranking da participação dos Estados no PIB brasileiro, ou seja, é o segundo Estado que menos produz riqueza no país.

De acordo com dados “Contas Regionais do Brasil em 2011”, divulgados pelo IBGE em novembro de 2013, a indústria extrativista²⁵³ e de transformação²⁵⁴ do Acre representa 0,0% de todo o ciclo de produção nacional. Vale ressaltar que do total do PIB estadual, R\$ 4.311.124.000,00 (quatro bilhões, trezentos e onze milhões, cento e vinte e quatro mil reais) estão concentrados na capital. Rio Branco detém 50,8% do PIB do Estado do Acre.

O PIB *per capita*²⁵⁵ do Estado do Acre foi de R\$ 11.567,00²⁵⁶ (onze mil, quinhentos e sessenta e sete reais), o que o deixa na lista dos dez mais baixos do país. A média brasileira do ano foi de R\$ 19.766,33. Já a renda *per capita* do Estado do Acre foi de R\$ 471,00 (quatrocentos e setenta e um reais), o que o deixa na décima sétima posição do ranking do Brasil. A receita total do Estado foi de R\$ 3.327.203.373,00 (três bilhões, trezentos e vinte e sete milhões, duzentos e três mil, trezentos e setenta e três reais).

Tabela 17 - Participação do Acre no Produto Interno Bruto do Brasil (1995-2000).

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no Produto Interno Bruto (%)															
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acessado em março de 2013.

²⁵¹ PIB a preços correntes, ou seja, o preço utilizado no ano em questão.

²⁵² Só a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, tem um PIB quase seis vezes maior.

²⁵³ A produção do Estado do Pará, da região norte, representa 15,2% da produção nacional.

²⁵⁴ A produção do Estado do Amazonas, da região norte, representa 3,2% da produção nacional.

²⁵⁵ É a soma dos salários de toda a população dividida pelo número de habitantes.

²⁵⁶ Em 2008, dezessete municípios acrianos obtiveram o PIB *per capita* menor que a média do Estado.

Para os anos de 2012 a 2015²⁵⁷, o governo do Estado terá uma receita estimada de R\$ 20.535.032.677,00 (vinte bilhões, quinhentos e trinta e cinco milhões, trinta e dois mil, e seiscentos e setenta e sete reais), uma média de R\$ 5.133.758.169,00 (cinco bilhões, cento e trinta e três milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais) por ano.

Nesse período, as Transferências Correntes serão responsáveis por R\$ 13.457.901.290,00 (treze bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e um mil, duzentos e noventa reais) do total das receitas previstas, o equivalente a 65%. Em contrapartida, as Receitas Tributárias Estaduais estão estimadas em apenas R\$ 3.895.032.489,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), o equivalente a 18,9% do total das receitas. Para complementar a renda, estão previstas operações de crédito com instituições financeiras na ordem de R\$ 1.628.575.000,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais).

Em 2009, o Estado do Acre pagou à União o valor de R\$ 244.750.128,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, e cento e vinte e oito reais) em impostos federais. Por outro lado, recebeu o valor de R\$ 2.656.845.240,00 (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais) de transferências constitucionais e outros. Ou seja, uma diferença positiva de R\$ 2.412.095.111,00²⁵⁸ (dois bilhões, quatrocentos e doze milhões, noventa e cinco mil, cento e onze reais).

Já em 2012, o Acre pagou à União o valor de R\$ 385.309.712,00²⁵⁹ (trezentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e nove mil, setecentos e doze reais) e recebeu dele o valor de R\$ 3.022.714.792,00²⁶⁰ (três bilhões, vinte e dois milhões, setecentos e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais). Vale lembrar que a receita estadual acriana para o referido ano foi de R\$ 4.451.476.617,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões,

²⁵⁷ Governo do Estado do Acre - Plano Plurianual (2012-2015), disponível em <<http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/7474ce804a993b25a5beade514ecd4ed/PPA+2012-2015+-+release+16out2012+-+19h-web.pdf?OD=AJPERES>> acessado em março de 2013.

²⁵⁸ Fonte: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=682>> acessado em março de 2013.

²⁵⁹ Fonte: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/PorEstado/2012/default.htm>> acessado em março de 2013.

²⁶⁰ Total destinado ao governo do Estado = R\$ 2.282.723.562 (dois bilhões, duzentos e oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta e dois reais). Total destinado aos municípios do Estado R\$739.991.229 (setecentos e trinta e nove milhões, novecentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e nove reais). <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaUFs.asp?Exercicio=2012&Pagina=1>> acessado em março de 2013.

quatrocentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezessete reais). O montante que o governo federal enviou ao Acre correspondeu a 67% da receita total do Estado.

Tudo isso demonstra o quanto as finanças públicas do Estado do Acre e a própria iniciativa privada nessa unidade federativa são dependentes dos repasses federais e outras verbas da União. Por conta dessa situação de dependência econômica, o jornalista Leandro Narloch (2009, p. 158-159), que não é bem visto por muitos historiadores, fez o seguinte comentário:

Até hoje, mais de um século após a região passar a fazer parte do Brasil, o estado continua custando milhões por ano. Em 2007, o Acre, que tem um Produto Interno Bruto tão grande quanto o da cidade de Limeira, no interior de São Paulo, arrecadou 177 milhões de reais em impostos federais. No mesmo ano, o orçamento federal executado (a quantia que o Acre tirou do Tesouro Nacional) foi três vezes maior: 605 milhões de reais. Os números foram parecidos em 2008: 627 milhões de orçamentos executados, arrecadação de impostos de 204 milhões, novamente três vezes menor. Ou seja: a cada ano, o estado custa mais 400 milhões de reais à nação. O custo Acre pode ser ainda maior, já que o orçamento federal não inclui investimentos diretos dos ministérios nem gastos com deputados federais e senadores.

Em 2010, o setor econômico do Estado do Acre produziu um Valor Adicionado (VA)²⁶¹ bruto a preços básicos de R\$ 7.743.000.000²⁶² (sete bilhões, setecentos e quarenta e três milhões de reais). O VA é uma informação contábil importante, pois evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada (valor criado) por um agente econômico em um determinado período. A participação do Acre no Valor Adicionado Nacional é de 0,2%.

Na figura abaixo se verificará que só a atividade econômica "serviços" contribuiu 66,8% para o VA do Acre. Isso porque o serviço da Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social são aí contabilizados. Sozinho esse serviço, que equivale ao valor²⁶³ da Folha de Pagamento de Servidores Ativos e Inativos do Estado do Acre, foi responsável por 33,4%. Segundo as Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) de 2012, o Acre é o segundo Estado do país em percentuais de contratações na esfera pública (Cf. IBGE, 2012).

²⁶¹ É calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

²⁶² IBGE, 2012, p. 21.

²⁶³ A contabilização desse tipo de VA é muito criticada, uma vez que a produção no setor público não segue a mesma lógica da iniciativa privada.

Tabela 18 - Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos de 2010.

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Acre	
Total	100,0
Agropecuária	18,9
Indústria	14,3
Indústria extrativa	0,0
Indústrias de transformação	4,2
Construção civil	8,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,5
Serviços	66,8
Comércio	10,8
Transportes, armazenagem e correio	2,7
Serviços de informação	1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,0
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	33,4
Outros serviços	7,1

Fonte: IBGE, 2012, p. 25.

A administração pública é o grande motor gerador de demanda no Estado do Acre. A economia é dependente dos gastos que o Estado faz, principalmente em serviços públicos. O governo do Estado do Acre, desde 2002, quase que anualmente firma contratos de empréstimos e financiamentos com inúmeras instituições de crédito como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal. A dívida pública consolidada bruta do Estado já chega à ordem dos R\$ 3.000.000.000,00²⁶⁴ (três bilhões). Só em 2012, o governo do Estado contraiu quase R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) em empréstimos. Sobre a importância da "máquina pública" no Estado do Acre:

²⁶⁴ Disponível em <<http://www.ac24horas.com/2012/05/19/em-13-anos-administracoes-da-fpa-ja-contrairam-17-bilhao-de-emprestimos-dividas-do-estado-com-os-bancos-e-precatorios-somam-mais-r-19-bi/>> acessado em fevereiro de 2013.

A questão que me perseguia estava relacionada ao papel do Estado na conformação daquela realidade. Instigava-me o fato da instituição do Estado ser o principal elemento da economia acriana – em 2002 ela era responsável por cerca de 48% dos empregos do Estado, enquanto a média brasileira era de 19,46% – e o elemento central do processo histórico de ocupação, incorporação e integração territorial do Acre. Era imperativo compreender como e porque a instituição do Estado se transformara no sustentáculo do Estado do Acre. (CAMPOS, 2004, p. 16).

No ranking do índice de transparência nas contas públicas, o Acre ocupou a posição 23º em 2010. Ou seja, está entre os cinco piores Estados do Brasil em termos de democratização de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Fonte: <<http://indicedetransparencia.com/acre-2010/>> acessado em outubro de 2012).

O índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP)²⁶⁵ nos fornece alguns dados interessantes. Na Função Educação, o Acre em 2005 recebeu a pontuação 0,48 (BRUNET, 2007, p. 18), que o deixou no último lugar entre os Estados. Na Função Saúde, recebeu 0,64 pontos (BRUNET, 2007, p. 22), que o deixaram na 24º posição entre os Estados. Na Função Segurança Pública recebeu 0,80 pontos (BRUNET, 2007, p. 27) e ficou na 23º posição.

Em 2012, de acordo com o *Serasa Experian*²⁶⁶, o Acre ocupou a terceira posição nacional no ranking de cheques devolvidos. De cada 100 cheques, 10 estavam sem provisão de fundos. Outro dado relevante a ser considerado é o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM)²⁶⁷ divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)²⁶⁸. Ele apontou o município de Rio Branco na 22ª posição dentre as 27 capitais brasileiras em 2010.

Mesmo com a adoção de uma política econômica baseada no Desenvolvimento Sustentável em 1999, o produto de maior exportação internacional do Estado do Acre continua sendo a madeira. Os produtos derivados da exploração madeireira em 2010 representaram o percentual de 71,65% do total da exportação (ACRE, 2011). A castanha do Pará vem em segundo com 12,7% da exportação. Para o mercado regional, as principais

²⁶⁵ O índice classifica as unidades da federação segundo a qualidade da despesa realizada nas áreas mais significativas da atuação dos governos estaduais: Educação, Saúde, Segurança Pública, Judiciária e Legislativa. Tem a ver com a quantidade da despesa e o nível de bem-estar social que a mesma gerou. (Cf. BRUNET, 2007).

²⁶⁶ Fonte: <[Http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2013/noticia_01067.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2013/noticia_01067.htm)> acessado em março de 2013.

²⁶⁷ Tem como objetivo sintetizar em um único indicador vários aspectos referentes ao desenvolvimento social de um município. Ao todo são 28 indicadores separados em cinco áreas: habitação, renda, trabalho, educação e saúde/segurança.

²⁶⁸ Fonte: <[Http://cmicro.fgv.br/data-sets](http://cmicro.fgv.br/data-sets)> acessado em fevereiro de 2013.

atividades econômicas em grau de importância são a pecuária e a piscicultura, além da produção de banana, mandioca e outros.

Como no início do século XX, o Acre é, ainda hoje, um produtor de matérias-primas com alto custo unitário e pouco valor agregado. A economia ainda está concentrada em atividades primárias - agropecuária e extrativismo. O acanhado parque industrial acriano só funciona à custa de subsídios governamentais, incentivos fiscais e, muitas das vezes, da própria demanda estatal por certos bens e serviços.

A condição socioeconômica da população acriana ainda é uma das mais precárias do Brasil. Segundo dados do IBGE (2010)²⁶⁹, em média 40,9% da população está abaixo da *linha de pobreza*²⁷⁰ e 37 % se encontra na *extrema pobreza*²⁷¹, dos quais 240.790 (duzentos e quarenta mil, setecentos e noventa) acrianos foram identificados como sem renda. O valor do rendimento mediano²⁷² mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes é de apenas RS 302,50 (trezentos e dois reais, cinquenta centavos).

Gráfico 6 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento²⁷³ no Acre em 2010.

Fonte: dados do IBGE/2010 (gráfico do autor)

²⁶⁹ Cf. <[Http://www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)> acessado em junho de 2013.

²⁷⁰ Renda mensal *per capita* menor que 1/2 do salário mínimo de 2010 (RS 510,00).

²⁷¹ Renda mensal *per capita* menor que 1/4 do salário mínimo de 2010 (RS 510,00).

²⁷² Isso significa que 1/2 da população terá valores inferiores ou iguais à mediana e 1/2 da população terá valores superiores ou iguais à mediana.

²⁷³ Renda nominal mensal domiciliar igual a zero.

Tabela 19 – Rendimentos nominais de pessoas de 10 Anos ou mais no Acre em 2010.

RENDIMENTOS NOMINAIS MENSAIS DE PESSOAS DE 10 ANOS NO ACRE (2010)	HABITANTES	TOTAL (%)
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal sem rendimento	240.790	32,82
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com classes de rend. nom. mensal de mais entre 1/4 a 1 salário mínimos	171.260	23,35
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal de mais de 30 salários mínimos	1.128	0,15

Fonte: adaptação dos dados do IBGE (2010).

Tabela 20 – Pobreza no Acre em 2010 por municípios²⁷⁴

MUNICÍPIOS	ACIMA DA LINHA DA POBREZA	ABAIXO DA LINHA DA POBREZA	Extrema pobreza (indigência)
Acrelândia	61,4	38,6	20,2
Assis Brasil	54,1	45,9	32,7
Brasileia	61,3	38,7	20,4
Bujari	61,2	38,8	21,9
Capixaba	64,4	35,6	18,4
Cruzeiro do Sul	63,7	36,3	20
Epitaciolândia	69,2	30,8	14,6
Feijó	44,2	55,8	37,4
Jordão	29,6	70,4	49,9
Mâncio Lima	53,9	46,1	29,4
Manoel Urbano	60,9	39,1	26,6
Marechal Thaumaturgo	36	64	39,4
Plácido de Castro	60,6	39,4	22
Porto Acre	57,3	42,7	22,9
Porto Walter	46,6	53,4	35,1
Rio Branco	82,6	17,4	8,1
Rodrigues Alves	36,1	63,9	44
Santa Rosa do Purus	26,6	73,4	63,1
Sena Madureira	61,7	38,3	21,9
Senador Guiomard	75,8	24,2	9,4
Tarauacá	44,8	55,2	35,1
Xapuri	64,9	35,1	20,7

Fonte: adaptação dos dados do IBGE (2010).

Disponíveis no *site* <<http://www.portalodm.com.br>>, acessado em julho de 2013.

De acordo com os dados oficiais divulgados no *site* “<http://www.agencia.ac.gov.br>”, em 18 de novembro de 2013, cerca de 73.961 famílias foram beneficiadas com o “Bolsa Família”. O programa garante o repasse de R\$ 70,00 para cada pessoa da família que esteja em situação de extrema pobreza²⁷⁵. Cerca de 451.880 acrianos estão registradas no Cadastro

²⁷⁴ A metodologia adotada pela comissão IBGE-IPEA-CEPAL não está baseada em múltiplos do salário mínimo. A pobreza aqui é definida com necessidades nutricionais mínimas ou insatisfeitas.

²⁷⁵ O programa identifica a pobreza com a renda familiar per capita inferior a R\$ 140,00 e a extrema pobreza à renda per capita familiar inferior ou igual a R\$ 70,00 mensais. O critério para a identificação da extrema pobreza usado pelo programa é altamente questionável. O fato de não adotar os critérios 1/2 e 1/4 do salário mínimo para a

Único do programa em 2013. Geralmente são pessoas que fazem parte de uma unidade familiar com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, ou seja, R\$ 340. Dos cadastrados, somente se tornam aptos a receber o benefícios aqueles cuja renda familiar *per capita* inferior a R\$ 140,00.

Imagem 99 – Bolsa Família no Acre em 2013.

Fonte: <<http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/especiais/27498-em-dez-anos-bolsa-familia-muda-a-realidade-da-populacao-pobre-do-acre.html>> acessado em novembro de 2013.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Acre em 2012 recebeu o pior Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)²⁷⁶ dentre as unidades

pobreza e a extrema pobreza respectivamente como é feito pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), é visto pelos críticos como uma forma arbitrária de reduzir estatisticamente a quantidade de pobres e miseráveis no país ao nível da ajuda que o governo federal pode oferecer para “erradicar a miséria” a curto prazo. Além de reduzir a complexidade do fenômeno “pobreza” à insuficiência de renda.

²⁷⁶ O indicador analisa as vulnerabilidades das famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários. O indicador varia de 0 a 1, quanto melhor as condições da família, mais

federativas, que foi de 0,55²⁷⁷. Em 2010, a insegurança alimentar afetou 48% da população acriana, cerca de 12% dela sobrevive com uma quantidade insuficiente de alimento (CELENTANO, 2010, p. 23).

O Coeficiente de Gini²⁷⁸ do Acre em 2010 foi de 0,64. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁷⁹ em 2008²⁸⁰ foi de 0,75. O município do Jordão, no centro-oeste do Acre, figura entre os cinco piores IDHs do país. Em 2009, a Razão de Renda²⁸¹ no Acre foi de 28,3²⁸²; a do Brasil, só para comparar, foi de 18,7.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) realizada em 2008 pelo IBGE, dos vinte e dois municípios acrianos, apenas seis disponibilizam coleta de esgoto, dos quais quatro recebiam o devido tratamento sanitário²⁸³. A parcela da população que não tem acesso a um local adequado para depositar os dejetos chegou a 55%. Sem dizer que 64% dos acrianos ainda não tem acesso à rede geral de abastecimento de água. Na zona rural, esse número ultrapassa 85%. A parcela da população que não recebe o serviço de coleta sistemática de lixo é de 29%.

De acordo com os resultados da PNSB 2008, as três Unidades da Federação que apresentaram as maiores proporções de municípios com áreas de risco que demandam infraestrutura especial de drenagem urbana foram: Espírito Santo (81,6%); Rio de Janeiro (70,3%); e Acre (59,1%). (PNSB, 2008, p. 57).²⁸⁴

Para finalizar, é bom dizer que a porcentagem da população acriana economicamente ativa trabalhando no mercado informal em 2009 foi de 56% (CELENTANO, 2010, p. 21). Já

próximo de 1 (hum). IDF é elaborado a partir do estudo de seis aspectos: 1) Vulnerabilidade; 2) Acesso ao conhecimento; 3) Acesso ao trabalho; 4) Disponibilidade de recursos; 5) Desenvolvimento infantil e 6) Condições habitacionais.

²⁷⁷ Fonte: <<http://www.mds.gov.br/noticias/indice-de-desenvolvimento-da-familia-idf-aponta-o-nivel-de-vida-da-populacao-mais-pobre-e-permite-priorizar-politicas-sociais>> acessado em março de 2013.

²⁷⁸ Mensura o grau de concentração da distribuição de renda *per capita*. O valor do índice varia no intervalo entre 0 (zero) e 1 (um), em que o valor 0 reflete completa igualdade e uma ótima distribuição de renda e 1 representa a completa desigualdade.

²⁷⁹ É um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida e bem-estar de uma determinada população. É uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer. O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, melhor o IDH de um local.

²⁸⁰ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 2008.

²⁸¹ Número de vezes que a renda dos 20% mais ricos supera a dos 20% mais pobres. Expressa a concentração da renda pessoal.

²⁸² Fonte: <<http://tabnet.datasus.gov.br>> acessado em março de 2013.

²⁸³ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/tabelas_pdf/tab054.pdf> acessado em março de 2013.

²⁸⁴ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf> acessado em fevereiro de 2013.

a Taxa de Desemprego²⁸⁵ em 2010 foi de 7,54%²⁸⁶. A Taxa de Trabalho Infantil²⁸⁷ em 2010 foi de 11,26%²⁸⁸. O percentual de crianças desnutridas menores de dois anos em 2009 foi de 3,3% (CELENTANO, 2010, p. 22). Para maiores informações sobre a precarização do trabalho no Acre basta ler o artigo das professoras Eurenice Lima e Letícia Mamed (2013).

2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

2.1 Solo

O solo amazônico de maneira geral é úmido e pobre de nutrientes. No Acre, não há diferenças marcantes. Apenas o fato de o solo ser relativamente mais rico devido ao fato de ser formado com acúmulos de sedimentos oriundos da Cordilheira dos Andes. A chuva é uma das principais causadoras de erosão nos solos que não são cobertos por florestas.

No Acre prevalecem as "terras firmes". Mesmo com uma rica rede hidrográfica o igapó é pouco frequente. De acordo com o ZEE-AC (2010a), os principais tipos de solos em ordem decrescente de expressão territorial são os seguintes: argissolos, cambissolos, luvisolos, gleissolos, latossolos, vertissolos, plintossolos e neossolos.

No que diz respeito ao uso produtivo das terras do Acre, apenas 2% delas (grupo 1 da figura abaixo) são aptas à produção intensiva de grãos. Aproximadamente 44% (grupo 2) "têm aptidão em receber culturas perenes, espécies frutíferas e florestais em monocultivos" (LIRA, Elisandra. In: SIMIONE, 2008, p. 61). Cerca de 41% (grupo 3) revelam possibilidade de exploração de culturas perenes e espécies florestais e frutíferas em sistemas agroflorestais. Por volta de 10% (grupo 4) são boas para pastagens com ênfase em sistemas agrosilvipastoris. Por fim, as terras sem aptidão agroflorestal, próprias para serem destinadas à conservação da flora e da fauna (grupo 6), e aquelas com sérias restrições para a atividade florestais (grupo 5) somam menos de 2% .

²⁸⁵ Proporção de pessoas capazes de exercer uma profissão e que procuram um emprego remunerado, mas que, por diversas razões, não entram no mercado de trabalho.

²⁸⁶ Fonte: <[Http://tabnet.datasus.gov.br](http://tabnet.datasus.gov.br)> acessado em março de 2013.

²⁸⁷ Percentual da população residente de 10 a 15 anos de idade que se encontra trabalhando ou procurando trabalho.

²⁸⁸ Fonte: <[Http://tabnet.datasus.gov.br](http://tabnet.datasus.gov.br)> acessado em março de 2013.

Gráfico 7 - Aptidão econômica das Terras do Acre.

Fonte: SIMIONE, 2008, p. 60.

2.2 Clima

O clima do Acre é tropical, caracterizado como quente e úmido, de temperatura média, que varia entre 22° a 26°, com duas estações de tempo bem definidas: uma seca, entre maio a outubro; e outra chuvosa, entre novembro a abril. Os meses de junho a agosto são os menos chuvosos.

Tabela 21 - Tipologias climáticas do Estado do Acre.

TIPO CLIMÁTICO		ÍNDICE DE UMIDADE EFETIVA	PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA			
			TOTAL ANUAL (mm)	MESES MAIS CHUVOSOS DURAÇÃO	MESES MENOS CHUVOSOS ÉPOCA	
ÚMIDO	B4	100-80	2750-2500	8	Out a Maio	
	B3	80-60	2500-2250	8 a 7	Out a Abr/ Maio	Junho a Agosto
	B2	60-40	2250-2000	7 a 6	Out/Nov a Abril	
	B1	40-20	2000-1600	6 a 5	Nov a Mar/Abril	

Fonte: ACRE, 1999, p. 19.

2.3 Relevo

O Acre é formado por uma larga planície²⁸⁹ com hegemonia da forma plana, no entanto, sua topografia não é perfeitamente horizontal como se pode constatar no mapa

²⁸⁹ Atualmente alguns autores (SIMIONE, 2008, p. 43) preferem dizer que existem três unidades geomorfológicas no Acre: depressão, planalto rebaixado e planície.

abaixo. Há regiões onduladas oriundas principalmente de depressões, comuns em solos argilosos e arenosos. As principais ondulações ocorrem nos municípios de Cruzeiro do Sul e Tarauacá. O ponto mais alto é a Serra do Divisor, na fronteira com o Peru, que atinge uma altitude máxima de 750m. Em síntese: "a forma de relevo mais generalizada no Acre é a colinosa, com topos pouco convexos" (SIMIONE, 2008, p. 43).

Mapa 36 - Relevo acriano.

Fonte: ACRE, 2010b, p. 38.

2.4 Vegetação

A vegetação acriana de modo bem genérico pode ser dividida em três tipologias florestais. A primeira é a latifoliada perene ou floresta de "terra firme": castanheira, madeira de lei, guaraná, mogno, cedro e seringueira, entre outras. A segunda é a ribeirinha ou floresta de "várzea": seringueira, pau-mulato, sumaúma, açaí, vitória régia e outras. A terceira é a capoeira: área de mato cuja vegetação foi roçada ou queimada. Um estudo mais detalhado mostra até 18 tipologias como na figura abaixo.

Tabela 22 - Tipologias florestais acrianas.

Tipologias Florestais	Área (km²)	%
Acre	164.206	100,00
Campinaranas	66	0,04
Floresta aluvial aberta com bambu	1.790	1,09
Floresta aberta c/ bambu dominante	16.455	10,02
Floresta aberta c/ bambu + floresta aberta c/ palmeiras	40.546	24,69
Floresta aberta c/ bambu + floresta aberta c/ palmeiras + floresta densa	5.994	3,65
Floresta aberta c/ bambu + floresta densa	3.892	2,37
Floresta aberta c/ palmeiras	4.516	2,75
Floresta aluvial aberta c/ Palmeiras	9.361	5,70
Floresta aluvial aberta c/ palmeiras + formações pioneiras	411	0,25
Floresta aluvial aberta c/ palmeiras + vegetação secundária	213	0,13
Floresta aberta c/ palmeiras + floresta aberta c/ bambu	22.416	13,65
Floresta aberta c/ palmeiras + floresta aberta c/ bambu + floresta densa	21.579	13,14
Floresta aberta c/ palmeiras + floresta densa	16.964	10,33
Floresta aberta c/ palmeiras + floresta densa + floresta aberta c/ bambu	9.788	5,96
Floresta aberta c/ palmeiras + formações pioneiras	99	0,06
Floresta densa	493	0,30
Floresta densa submontana	821	0,50
Floresta densa + floresta aberta c/ palmeiras	8.802	5,36

Fonte: ACRE, 2011, p. 28.

O desmatamento é o grande inimigo das florestas acrianas. Dois são os métodos mais empregados para isso: as queimadas, que servem para abrir estradas e pastos para o gado; e as derrubadas, com o fim de obter madeira para a comercialização, bem como criar pastos e estradas. No total, 20.678 km² do território do Acre estão desmatados, o que representa 12,59% de sua área total (ACRE, 2010b, p. 77).

O desmatamento nas margens e nascentes ou próximo delas tem provocado o crescente assoreamento dos leitos dos rios, inviabilizando, em muitos casos, até a navegação de pequenos barcos na época do verão regional; formando bancos de areia que facilitam a travessia dos rios sem que seja necessário nadar; em outros trechos ela é possível sem molhar o joelho. (MONTYSUMA, 1989, p. 16).

Acredita-se que a maior quantidade de desmatamento no Acre tenha ocorrido nos anos 1970 e 1980, período em que a agropecuária foi incentivada pelo Estado. No entanto, até 1988 havia somente 6.648 Km² de terras desmatadas no Acre, o equivalente a 4,05% da área total do Estado. Foi entre os anos de 1989 a 2009, que aconteceu a maior perda de florestas primárias, o equivalente a 14.0311 Km², ou seja, 8,54% do território, ou seja, mais que o dobro do período anterior. Veja o gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Desmatamento anual do Estado do Acre (1988 a 2009).

Fonte: ACRE, 2010b, p. 77.

Somente no período que vai de 2002 a 2005 foram desmatados 3.537 km². O município acriano campeão de desmatamento foi o de Plácido de Castro, o mesmo já tem 70% de sua área total desmatada. Por conta dessa tendência antiecológica, é comum a pressão de órgãos internacionais de proteção ambiental para que ao menos 45,66% das áreas naturais do Estado sejam protegidas por lei (ACRE, 2011, p. 25).

Gráfico 9 - Taxa de desmatamento por municípios acrianos e variação percentual (1988-2009).

Fonte: ACRE, 2010b, p. 80.

2.5 Hidrografia

O Estado do Acre é formado por duas principais bacias hidrográficas: a do Juruá e a do Purus, ambos deságuam no rio Amazonas (Solimões). A bacia do Rio Juruá tem como principais afluentes os Rios Tarauacá e Envira e abrange oito municípios: Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão, Tarauacá e quase toda a área do município de Feijó. A bacia do Purus tem como principais afluentes os rios Iaco, Macauã, Iquiri, Acre e Chandless. Esses rios abrangem os municípios de Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Manuel Urbano, Assis Brasil e parte dos territórios de Bujari e Feijó. Conforme a figura abaixo.

Mapa 37 - Afluentes das bacias hidrográficas acrianas.

Fonte: Base Cartográfica Digital do ZEE/AC, 2006.

2.6 Fuso Horário

O Brasil por conta de sua extensão territorial desde 1913 possuía quatro fusos horários. O Acre estava no fuso -5h com relação ao horário de Greenwich. Até 2008, havia uma diferença no horário do Acre de 2 horas com relação à Brasília, que está no fuso -3h com relação a Greenwich. Em horário de verão a diferença aumentava para 3 horas.

Quadro 3 - Fusos Horários do Brasil.

Fuso	Hora em relação a Greenwich	Hora em relação à Brasília	Área de Abrangência
1°	-2h	+1h	As ilhas oceânicas brasileiras.
2°	-3h	a mesma	Amapá, Goiás, Tocantins, Distrito Federal e a parte leste do Pará, todos os estados da região Nordeste, Sudeste e Sul. Este é o fuso oficial do Brasil.
3°	-4h	-1h	Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Oeste do Pará e Amazonas (exceto extremo Oeste).
4°	-5h	-2h	Acre e extremo oeste do Amazonas

Fonte: SIMIONE, 2008, p. 25.

Por conta dos transtornos que essa diferença causava aos empresários e políticos, em 2008 o então senador Tião Viana (PT-Ac) elaborou um Projeto de Lei que reduzia o número de fusos horários do Brasil para apenas três. Dessa forma, o Estado do Acre passou a fazer parte do mesmo fuso horário de Rondônia, Mato Grosso e outros, cuja diferença com relação a Brasília é de apenas 1 hora a menos.

Mapa 38- Fuso horário do Acre e do Brasil.

Fonte: Disponível em <http://ambienteacreano.blogspot.com.br/2008/04/mudana-do-fuso-horrio-do-acre-voz-de_15.html> acessado em março de 2013

O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República - Lei Federal Nº 11.662, em junho de 2008. No entanto, tal mudança afetou a vida cotidiana dos moradores do Estado do Acre que começaram a questionar porque tal projeto havia sido aprovado sem consulta popular. Apesar de muita resistência por parte dos parlamentares acrianos da base aliada do governo estadual, em 2010 uma consulta popular foi

feita no Estado para saber a opinião dos acrianos sobre a mudança. A consulta custou aos cofres públicos um milhão de reais. O resultado da votação revelou que a maioria da população preferia o horário *natural* do Acre. Conforme os dados abaixo:

Tabela 23 - Resultado da Consulta Popular sobre a mudança do Fuso Horário do Acre.

Município	Não (77)		Sim (55)	
	Votos	%	Votos	%
Acrelândia	2.716	46,17	3.166	53,83
Assis Brasil	2.558	70,58	1.066	29,42
Brasiléia	7.254	68,69	3.307	31,31
Bujari	2.882	64,43	1.591	35,57
Capixaba	2.623	62,84	1.551	37,16
Cruzeiro do Sul	17.878	60,48	11.684	39,52
Epitaciolândia	4.066	62,88	2.400	37,12
Feijó	6.351	63,95	3.580	36,05
Jordão	1.130	63,91	638	36,09
Mâncio Lima	4.133	70,17	1.757	29,83
Manuel Urbano	1.767	60,47	1.142	39,26
Marechal Thaumaturgo	3.491	79,79	884	20,21
Plácido de Castro	4.505	55,49	3.613	44,51
Porto Acre	4.808	64,74	2.619	35,26
Porto Walter	1.862	66,50	938	33,50
Rio Branco	83.702	50,19	83.058	49,81
Rodrigues Alves	3.637	72,26	1.396	27,74
Santa Rosa	655	57,56	483	42,44
Sena Madureira	8.839	64,32	4.903	35,68
Senador Guimard	6.471	57,87	4.710	42,13
Tarauacá	7.707	69,34	3.408	30,66
Xapuri	5.283	72,62	1.992	27,38
Totais = 22	184.318	56,85	139.886	43,15

Fonte: Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral do Acre em 01/11/2010.

Por conta do resultado desfavorável à manutenção do novo horário, tramitou no Congresso Nacional um Projeto de Lei que defendia o retorno ao horário natural do Acre. Em respeito à vontade popular, a Câmara e o Senado Federais aprovaram o projeto em novembro de 2011.

Mapa 39 – O “novo” fuso horário do Acre e do Brasil (junho de 2008 a novembro 2013).

Fonte: Disponível em <<http://www.horalegalbrasil.mct.on.br/>> acessado em fevereiro de 2012.

De acordo com a Lei Nº 12.876, de 30 de outubro de 2013, o “velho horário” do Acre é reestabelecido, revogando, com isso, a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, que ficou conhecida também como “a Lei do Novo Horário”. O Acre volta a ter duas horas de diferença com relação à Brasília, sendo que em horário de verão a diferença pode chegar a três horas.